UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
DOUTORADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

ARQUEOLOGIA DOS POVOS INDÍGENAS JÊ DO BRASIL MERIDIONAL: UM ESTUDO TEÓRICO SOBRE AS NARRATIVAS HISTÓRICAS E AMBIENTAIS

Kelly de Oliveira

Lajeado/RS, janeiro de 2023

Kelly de Oliveira

ARQUEOLOGIA DOS POVOS INDÍGENAS JÊ DO BRASIL MERIDIONAL: UM ESTUDO TEÓRICO SOBRE AS NARRATIVAS HISTÓRICAS E AMBIENTAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte da exigência para obtenção do grau de Doutor em Ciências, área de concentração Espaço Ambiente e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Neli Teresinha Galarce Machado

Lajeado/RS, janeiro de 2023

Kelly de Oliveira

ARQUEOLOGIA DOS POVOS INDÍGENAS JÊ DO BRASIL MERIDIONAL: UM ESTUDO TEÓRICO SOBRE AS NARRATIVAS HISTÓRICAS E AMBIENTAIS

A Banca examinadora abaixo aprova a tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte da exigência para a obtenção do título de Doutora em Ciências, na área de concentração Espaço, Ambiente e Sociedade.

Dra. Neli Teresinha Galarce Machado – Orientadora
Universidade do Vale do Taquari

Dra. Silvia Moehlecke Copé
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dra. Mirian Carbonera
Universidade Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Dr. Luís Fernando da Silva Laroque
Universidade do Vale do Taquari

Lajeado/RS, janeiro de 2023

AGRADECIMENTOS

Um trabalho dessa envergadura não se faz sozinha. Diante disso, primeiramente agradeço à Capes que proporcionou o desenvolvimento deste trabalho com o financiamento da bolsa Prosuc-Capes. Agradeço à Univates e ao PPGAD que acolheram essa pesquisa.

Depois vem um rol de pessoas magníficas!

Neli, minha orientadora, Obrigada! por compartilhar um pouco do teu conhecimento. Foram anos realmente marcantes. Obrigada também porque ao aceitar me auxiliar com essa pesquisa - que mudou bastante, a gente bem sabe -, você me abriu as portas para que eu pudesse frequentar um laboratório onde convivem pessoas que você ajudou a formar e elas te retribuíram construindo um lugar de gente profissionalíssimas. Que sorte você tem!

Patrícia, Marcos Kreutz, Fernanda, Jones, Karen, Sérgio, foram colegas formidáveis. Foi um privilégio poder compartilhar de seus conhecimentos e poder conviver nas esferas intelectual e pessoal. Foram trocas de saberes e discussões enriquecedoras que por muitas vezes iniciaram e terminaram dentro do laboratório, e outras tantas que se estenderam até a mesa do bar e foram atravessadas por assuntos completamente aleatórios. Momentos que infelizmente foram interrompidos por uma pandemia, mas que serão guardados com muito carinho!

Agradeço aos bolsistas de Iniciação Científica que me ajudaram em alguns assuntos da tese, como a indispensável - mesmo depois de formada - Cândida e também a Sabrina que me acompanhou desde o início.

Frequentar o PPGAD me oportunizou conhecer professores e a partir deles outras áreas do conhecimento. Sou grata a cada um deles pelos ensinamentos. Destes professores, com

alguns o convívio foi mais frequente em função dos laboratórios serem próximos, ou porque os assuntos se atravessam. Professor Laroque, que eu não poderia deixar de citar, e isso não é somente pela proximidade do tema, o que já seria natural, mas porque nos conhecemos de outros tempos, quando ambos frequentávamos o Anchietano.

Aliás, foi essa minha primeira casa, Instituto Anchietano de Pesquisas. Comecei minha trajetória a uns 20 anos atrás implorando ao professor Pedro Ignácio Schmitz uma oportunidade de ser bolsista, porque queria ser arqueóloga! Foi também a partir das conversas com ele que delineei o esboço dessa tese. Carrego com muito orgulho a experiência de ter sido aluna dessa lenda da arqueologia brasileira. Obrigada professor!

Obrigada também a outras pessoas do IAP, Suliano e Marcos, que me ajudaram com as obras quando tudo parecia perdido.

Por fim, e não menos importante, pelo contrário, sempre essenciais, Jairo companheiro de longa data que junto com a família, que tive de deixar um pouco de lado especialmente nestes momentos finais somam-se, simplesmente, o meu suporte. Obrigada!

RESUMO

Esta tese possui como objeto de estudo o legado da produção bibliográfica arqueológica referente aos Jê Meridionais, mais especificamente, a chamada tradição ceramista Taquara, denominação dada ao coletivo humano que ocupou o Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo principal é observar os autores e suas narrativas e refletir sobre o conteúdo dos trabalhos científicos acerca da criação da tradição. A pesquisa se caracteriza como quali-qualitativo, de caráter exploratório e de natureza descritiva e está dividido em três momentos: investigação teórica, levantamento documental e análise dos documentos. A perspectiva deste estudo é interdisciplinar, ainda que a sua redação advenha da senda da Arqueologia e a base de formação da pesquisadora se ancore na História. Por meio de um levantamento bibliográfico que se intercalou entre os anos de 2019 e 2021, foram selecionadas 101 produções científicas, destas 53 foram apuradas por meio de plataformas de busca especializadas na Internet e 48 são documentos físicos depositados em arquivo. Juntas as obras perfazem um total de 43 autores e cobrem 60 anos de estudo. Para proceder a uma leitura e exame coerentes dos diversos documentos, foi elaborado primeiramente um banco de dados, onde foram elencadas 3 categorias de averiguação: Constructo, Contexto e Análise. Como se constatou, são publicações com diversas características e temas variados que seguem por diferentes referenciais teóricos, que vão se ampliando ao longo do tempo. No entanto, por meio de uma revisão teórica é possível distinguir um plano de fundo sobre o qual todas as produções desenvolveram-se: Histórico-Culturalismo, Processualismo e Pós-processualismo. De maneira síncrona à revisão, se observou que dentro de um período equivalente a duas décadas, relativos eventos como mudanças no conteúdo e interpretação, poderiam ser lidos como indicadores de eventuais alterações epistemológicas. Tomando por base esses dois critérios optou-se por dividir todo o acervo selecionado em três "blocos temporais" para melhor exame: Bloco 1: 1960-1970 (26 obras e 8 autores); Bloco 2: 1980-1990 (22 obras e 6 autores) e Bloco 3: 2000-2021 (54 obras e 29 autores). Para cada bloco se dispôs uma lista de autores representantes do período e sua respectiva criação. Ainda trago uma síntese sobre cada obra onde disponho os dados elementares como a estrutura organizacional do trabalho, o objeto de análise, a problemática, a contextualização, o resultado e conclusão. Por meio dessa ordenação é possível divisar a maneira como os discursos vão se alterando ao mesmo tempo em que sofrem a influência dos respectivos referenciais teóricos, que vão agindo para a formação da narrativa. Por fim, tendo acompanhado os discursos individuais, identifiquei que dois elementos foram sempre prestigiados, o Ambiente e a Cultura Material, utilizados para destacar as dinâmicas das relações das populações humanas com o seu meio ambiente. Dessa forma, baseando-me na

História Ambiental e na Arqueologia da Paisagem examinei como os pesquisadores fizeram usos dos termos e os relacionaram em suas investigações, ao mesmo tempo, exponho o quanto os termos variaram e tornaram-se cada vez mais complexos no decorrer da construção da narrativa.

Palavras-chave: Arqueologia. Rio Grande do Sul. Jê Meridional. Revisão Teórica

ABSTRACT

This thesis has as its object of study the legacy of archaeological bibliographical production relating to the Southern Jê, more specifically, the so-called Taquara ceramic tradition, the name given to the human collective that occupied the State of Rio Grande do Sul. The main objective is to observe the authors and their narratives and reflect on the content of scientific works about the creation of the tradition. The research is characterized as quali-qualitative, exploratory and descriptive in nature and is divided into three moments: theoretical investigation, documental survey and document analysis. The perspective of this study is interdisciplinary, even though its writing comes from the path of Archeology and the researcher's training base is anchored in History. Through a bibliographical survey that was interspersed between 2019 and 2021, 101 scientific productions were selected, of which 53 were verified through specialized search platforms on the Internet and 48 are physical documents deposited in archives. Together the works make up a total of 43 authors and cover 60 years of study. In order to carry out a coherent reading and examination of the various documents, a database was first created, where 3 categories of investigation were listed: Construct, Context and Analysis. As it turned out, they are publications with diverse characteristics and varied themes that follow different theoretical references, which expand over time. However, through a theoretical review it is possible to distinguish a background on which all productions were developed: Historical-Culturalism, Processualism and Post-Processualism. Synchronously with the review, it was observed that within a period equivalent to two decades, relative events such as changes in content and interpretation, could be read as indicators of eventual epistemological alterations. Based on these two criteria, it was decided to divide the entire selected collection into three "temporal blocks" for better examination: Block 1: 1960-1970 (26 works and 8 authors); Block 2: 1980-1990 (22 works and 6 authors) and Block 3: 2000-2021 (54 works and 29 authors). For each block, a list of authors representing the period and their creation was provided. I still bring a synthesis about each work where I have the elementary data such as the organizational structure of the work, the object of analysis, the problem, the contextualization, the result and conclusion. Through this ordering, it is possible to discern the way in which the discourses are changing at the same time that they are influenced by the respective theoretical references, which act towards the formation of the narrative. Finally, having followed the individual speeches, I identified that two elements were always prestigious, the Environment and Material Culture, used to highlight the dynamics of the relationships between human populations and their environment. In this way, based on Environmental History and Landscape Archeology, I examined how researchers made use of terms and related them in their investigations, at the

same time, I exposed how the terms varied and became increasingly complex over the course of history construction of the narrative.

Keywords: Archeology. Rio Grande do Sul. Southern Jê. Theoretical review.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objeto de estudio el legado de la producción bibliográfica arqueológica relativa al Jê del Sur, más específicamente, la llamada tradición alfarera Taquara, nombre dado al colectivo humano que ocupó el Estado de Rio Grande do Sul. El objetivo principal es observar a los autores y sus narrativas y reflexionar sobre el contenido de los trabajos científicos sobre la creación de la tradición. La investigación se caracteriza por ser de naturaleza cualitativa, exploratoria y descriptiva y se divide en tres momentos: investigación teórica, levantamiento documental y análisis de documentos. La perspectiva de este estudio es interdisciplinar, aunque su redacción parte del camino de la Arqueología y la base de formación del investigador está anclada en la Historia. A través de un levantamiento bibliográfico que se intercaló entre 2019 y 2021, se seleccionaron 101 producciones científicas, de las cuales 53 fueron verificadas a través de plataformas de búsqueda especializadas en Internet y 48 son documentos físicos depositados en archivos. Juntas las obras suman un total de 43 autores y abarcan 60 años de estudio. Para llevar a cabo una lectura y examen coherente de los diversos documentos, primero se creó una base de datos, donde se enumeraron 3 categorías de investigación: Construcción, Contexto y Análisis. Al final, son publicaciones con características diversas y temáticas variadas que siguen diferentes referencias teóricas, que se expanden con el tiempo. Sin embargo, a través de una revisión teórica es posible distinguir un trasfondo sobre el cual se desarrollaron todas las producciones: Histórico-Culturalismo, Procesualismo y Post-procesualismo. Sincrónicamente con la revisión, se observó que en un lapso equivalente a dos décadas, hechos relativos como cambios de contenido e interpretación, podrían ser leídos como indicadores de eventuales alteraciones epistemológicas. Con base en estos dos criterios, se decidió dividir toda la colección seleccionada en tres "bloques temporales" para un mejor examen: Bloque 1: 1960-1970 (26 obras y 8 autores); Bloque 2: 1980-1990 (22 obras y 6 autores) y Bloque 3: 2000-2021 (54 obras y 29 autores). Para cada bloque, se proporcionó una lista de autores que representan el período y su creación. Aún traigo una síntesis sobre cada obra donde tengo los datos elementales como la estructura organizativa de la obra, el objeto de análisis, el problema, la contextualización, el resultado y la conclusión. A través de este ordenamiento, es posible discernir la forma en que los discursos van cambiando a la vez que son influidos por los respectivos referentes teóricos, que actúan en la formación de la narrativa. Finalmente, siguiendo los discursos individuales, identifiqué que dos elementos fueron siempre prestigiosos, el Medio Ambiente y la Cultura Material, utilizados para resaltar la dinámica de las relaciones entre las poblaciones humanas y su medio ambiente. De esta forma, con base en la Historia Ambiental y la Arqueología del Paisaje, examiné cómo los

investigadores hacían uso de los términos y los relacionaban en sus investigaciones, al mismo tiempo, exponía cómo los términos variaban y se complejizaban a lo largo de la historia de la narrativa.

Palabras clave: Arqueología. Río Grande del Sur. Jê del Sur. Revisión teórica.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa ilustrativo da pesquisa do autor realizada na região de Caxias do Sul, RS . 112
Figura 2 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas pelo autor: planalto e região nordeste do Estado. 115
Figura 3 - Imagem representando as sequências arqueológicas, segundo a visão de Miller.. 118
Figura 4 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas pelo autor no Rio Grande do Sul. 123
Figura 5 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas pelo autor no planalto gaúcho. 130
Figura 6 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas pelo autor na região de Bom Jesus, RS. 133
Figura 7 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada pela autora na região de Itapiranga, SC.. 136
Figura 8 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas pelo autor no Rio Grande do Sul. 139
Figura 9 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas pelo autor no Rio Grande do Sul. 149
Figura 10 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada pelo autor no Planalto Gaúcho. 171
Figura 11 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas pelo autor no Rio Grande do Sul. 174
Figura 12 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada pela autora nas Terras Altas do Planalto Gaúcho. 194
Figura 13 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas pelo autor na região dos municípios de Bom Jesus e Vacaria, RS. 196
Figura 14 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas por Pedro Ignácio Schmitz no Rio Grande do Sul. 205
Figura 15 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada pelo autor envolvendo o Planalto Sul Brasileiro (RS, SC e PR). No Estado, a região estudada foi o Planalto Gaúcho. 216
Figura 16 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas pelo autor no Estado do Rio Grande do Sul. 220
Figura 17 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas por Jefferson L. Z. Dias no Rio Grande do Sul. 231

Figura 18 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Rafael Corteletti em Caxias do Sul, RS. 235
Figura 19 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Natália Machado Mergen no Litoral do Rio Grande do Sul. 238
Figura 20 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas por Silvia M. Copé na região do Planalto do Rio Grande do Sul. 242
Figura 21 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas por João D. M. Saldanha na região do Planalto no Rio Grande do Sul. 260
Figura 22 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Carolina A. D. Rosa no município de Taquara, RS. 267
Figura 23 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas por Jonas G. de Souza no Planalto gaúcho. 271
Figura 24 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Marcus V. C. Pinto no município de Bom Jesus, RS. 278
Figura 25 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Leonardo W. de Azevedo no município de Pinhal da Serra, RS. 281
Figura 26 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Marcelo S. Sanhudo no município de Pinhal da Serra, RS. 287
Figura 27 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Luísa N. D'Ávila no Planalto gaúcho e de Santa Catarina. 289
Figura 28 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Neli T. G. Machado no município de Ilópolis, RS. 293
Figura 29 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas por Sidnei Wolf no Rio Grande do Sul. 296
Figura 30 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Patrícia Schneider et al., no município de Caxias do Sul, RS. 304
Figura 31- Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Mariela Inês Secchi, no município de Arvorezinha, RS. 310
Figura 32 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Lauren Waiss Rosa, no município de Arvorezinha, RS. 314
Figura 33 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Fernanda Schneider abrangendo o município de Marques de Souza, RS. 317
Figura 34 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Jones Fiegenbaum abrangendo o município de Arvorezinha, RS. 322
Figura 35 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por José Alberione dos Reis tendo em perspectiva o Planalto Gaúcho. 327
Figura 36 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas por Adriana S. Dias envolvendo os municípios de Santo Antônio da Patrulha, Caraá e Rolante, RS. 336
Figura 37 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Sérgio C. Klamt no município de Bom Jesus, RS. 340
Figura 38 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Fabrício J. N. Vicroski no município de Canela, RS. 343
Figura 39 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Gustavo P. Wagner envolvendo a região do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul. 345

Figura 40 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada pela SCIENTIA, NUParq/UFRGS e ITACONSULT envolvendo o resgate arqueológico no canteiro de obras da UHE Barra Grande, Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. 350
Figura 41 - Exemplos de mapa de localização de sítio. 369

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Lista do material bibliográfico selecionado através de busca realizada na Internet e a partir de canais eletrônicos e/ou bancos de teses e dissertações e/ou sites de periódicos. 38
Quadro 2 - Lista do material bibliográfico selecionado através de busca realizada na biblioteca do Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS. 42
Quadro 3 – Pesquisadores e número de obras selecionadas entre 1960-1970....104
Quadro 4 – Pesquisadores e número de obras selecionadas entre 1980-1990....105
Quadro 5 – IAP/UNISINOS, pesquisadores e número de obras selecionadas entre 2000-2021 106
Quadro 6 – NUPARQ/UFRGS, pesquisadores e número de obras selecionadas entre 2000-2021 106
Quadro 7 – LABARQ/UNIVATES, pesquisadores e número de obras selecionadas entre 2000-2021 107
Quadro 8 – Autores independentes, pesquisadores e número de obras selecionadas entre 2000-2021 107
Quadro 9 – Conjunto de obras selecionadas CHMYZ, Igor. 111
Quadro 10 - Conjunto de obras selecionadas MILLER, Eurico Th. 115
Quadro 11- Conjunto de obras selecionadas BROCHADO, José J. J. Proenza. 119
Quadro 12 - Conjunto de obras selecionadas SCHMITZ, Pedro Ignácio. 122
Quadro 13 - Conjunto de obras selecionadas LA SALVIA, Fernando. 129
Quadro 14 - Conjunto de obras selecionadas LAZZAROTTO, Danilo. 132
Quadro 15 - Obra selecionada de BASILE BECKER, Ítala Irene. 135
Quadro 16 - Conjunto de obras selecionadas MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto....138
Quadro 17 - Conjunto de obras selecionadas MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto....148
Quadro 18 - Obra selecionada de LA SALVIA, Fernando. 170
Quadro 19 - Conjunto de obras selecionadas SCHMITZ, Pedro Ignácio. 173
Quadro 20 - Obra selecionada de COPÉ, Silvia Moehlecke. 193
Quadro 21 - Conjunto de obras selecionadas KERN, Arno Alvarez....196
Quadro 22 - Conjunto de obras selecionadas do IAP/UNISINOS. 203
Quadro 23 - Conjunto de obras selecionadas do NuParq/UFRGS. 240
Quadro 24 - Conjunto de obras selecionadas do LABARQ/UNIVATES. 292

Quadro 25 - Conjunto de obras selecionadas de autores independentes. 326

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 19

PARTE 1 - O SURGIMENTO DAS CORRENTES TEÓRICAS: REVISÃO SOBRE O HISTÓRICO-CULTURALISMO, PROCESSUALISMO, PÓS-PROCESSUALISMO E O IMPACTO DESSAS TEORIAS NA FORMAÇÃO DE UMA ARQUEOLOGIA BRASILEIRA 35

CAPÍTULO 1 - SOBRE OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ACERCA DOS DOCUMENTOS LEVANTADOS 35

CAPÍTULO 2 – REVIRANDO O BAÚ DE CURIOSIDADES DA ARQUEOLOGIA 49

2.1 Da Arqueologia dos Gabinetes de Curiosidades ou Antiquarismo ao seu envolvimento com o Evolucionismo 51

2.2 O que dizer sobre o Brasil? Quais são as informações que delineiam uma ciência arqueológica no Brasil? 55

2.3 Arqueologia no Brasil nos tempos atuais e o diálogo com as Ciências Ambientais ... 59

2.3.1 Arqueologia e o diálogo interdisciplinar com as Ciências Ambientais: Os Fenômenos do meio ambiente: a potencialidade dos espaços interpretativos 61

2.3.2 Por falar em paisagem, algumas questões que envolvem a análise: destaque para a arqueologia da paisagem e paisagem de longa duração. 64

CAPÍTULO 3 - AS CORRENTES TEÓRICAS PELO MUNDO E NO BRASIL: HISTÓRICO-CULTURALISMO, PROCESSUALISMO E PÓS-PROCESSUALISMO 75

3.1 Dos paradigmas teóricos, a força do Histórico-Culturalismo 75

3.1.1 Histórico-Culturalismo: do legado às críticas 79

3.2 O alvorecer de uma nova arqueologia: a New Archaeology ou Arqueologia Processual 84

3.3 A vez das Arqueologias: Arqueologia Pós-Processual, Arqueologia Contextual, Arqueologia Interpretativa 89

CAPÍTULO 4 – A INFLUÊNCIA DAS DIFERENTES CORRENTES TEÓRICAS NO BRASIL 94

4.1 A arqueologia enquanto disciplina acadêmica no Brasil: a profissionalização dos arqueólogos a partir da atuação das missões estrangeiras: A Missão Franco-Brasileira e a Escola Americana e a aproximação do Brasil com o Histórico-Culturalismo 94

4.2 A missão Franco-Brasileira: Annete Laming e Joseph Emperaire 95

4.3 A Missão Norte Americana: Betty Meggers e Clifford Evans e a institucionalização do PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS (PRONAPA) 96

4.4 Quanto às críticas ao embasamento teórico e aos métodos do PRONAPA 98

PARTE 2 - OS ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS ENVOLVENDO AS POPULAÇÕES JÊ NO RIO GRANDE DO SUL 104

CAPÍTULO 5 – A HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES JÊ MERIDIONAIS PELA ÓTICA DA PRIMEIRA GERAÇÃO DE ARQUEÓLOGOS: A CONSTRUÇÃO DOS DADOS BASILARES DA TRADIÇÃO TAQUARA, DÉCADAS DE 1960 E 1970 109

Igor Chmyz 111

Eurico Theofilo Miller 115

José Joaquim Justiniano Proenza Brochado 119

Pedro Ignácio Schmitz 122

Fernando La Salvia 129

Danilo Lazzarotto 132

Ítala Irene Basile Becker 135

Pedro Augusto Mentz Ribeiro 138

CAPÍTULO 6 – A HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES JÊ MERIDIONAIS PELA ÓTICA DA SEGUNDA GERAÇÃO DE ARQUEÓLOGOS: A CONSTRUÇÃO DOS DADOS ATRAVÉS DAS DÉCADAS DE 1980 E 1990 147

Pedro Augusto Mentz Ribeiro 148

Fernando La Salvia 170

Pedro Ignácio Schmitz 173

Silvia Moehlecke Copé 193

Arno Alvarez Kern 196

CAPÍTULO 7 – A HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES JÊ MERIDIONAIS PELA ÓTICA DAS NOVAS GERAÇÕES: A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTOS A PARTIR DAS DÉCADAS DE 2000 E 2021 202

IAP-UNISINOS - Pedro Ignácio Schmitz e demais pesquisadores associados ao Instituto Anchietano de Pesquisas 203

NUPARQ-UFRGS - Silvia Moehlecke Copé e pesquisadores associados ao Núcleo de Pesquisas Arqueológicas 240

LABARQ-UNIVATES - Neli Teresinha Galarce Machado e pesquisadores do Laboratório de Pesquisas Arqueológicas 292

Autores independentes e ligados a diferentes centros de pesquisas 326

PARTE 3 – CAPÍTULO 8 - OS PESQUISADORES E SEUS DISCURSOS: AMBIENTE E CULTURA MATERIAL NA NARRATIVA DA CRIAÇÃO DA TRADIÇÃO ARQUEOLÓGICA TAQUARA 352

8.1. Ambiente e Cultura Material como objetos de análises 352

8.2 Ambiente. Caracterizações no Histórico-Culturalismo 355

8.3 Ambiente. Caracterizações no Processualismo 359

8.4 Ambiente. Caracterizações no Pós-Processualismo 362

8.5 Cultura Material. Caracterizações no Histórico-Culturalismo 365

8.6 Cultura Material. Caracterizações no Processualismo 371

8.7 Cultura Material. Caracterizações no Pós-Processualismo 374

CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÕES 377

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 392

INTRODUÇÃO

A tese ora apresentada está vinculada à linha de pesquisa Espaço e Problemas Socioambientais do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, cuja área de avaliação da CAPES é Ciências Ambientais. Esta investigação sistematiza um conjunto de dados arqueológicos, visando produzir uma narrativa que possa contribuir para a construção de uma história de formação de território indígena. Apesar desse trabalho partir de um ponto de vista acadêmico, está no cerne dessa reflexão falar sobre pessoas, que embora há muito desapareceram, seus sinais persistem como marcas profundas nas paisagens e seus descendentes permanecem ativos no seio da sociedade contemporânea. Portanto, o legado arqueológico e histórico precisa ser estudado e preservado, porque essas são memórias não escritas. Esta é, também, uma pesquisa interdisciplinar porque busca construir um diálogo entre aspectos advindos da Arqueologia e da História Ambiental.

Porém, antes de discorrer sobre os aspectos técnicos da pesquisa, deixe-me apresentar sobre quem eu falo.

OS ESTUDOS ENVOLVENDO AS POPULAÇÕES JÊ MERIDIONAIS: SINTETIZANDO ALGUMA CARACTERÍSTICAS

Para iniciar o assunto, é preciso sublinhar que quando se menciona o termo Jê Meridional, o pesquisador se depara não somente com uma diversidade de documentos produzidos e tipos de profissionais que se propuseram a estudar o tema, como essa manifesta pluralidade nos coloca em frente a duas linhas de pesquisas que ora podem assentir ou mesmo diferir quanto a natureza desse povo. São elas: uma linha que pensa as populações Jê Meridionais a partir de um olhar preocupado com a necessidade de construção de uma continuidade histórica, que perpassa considerar os vestígios arqueológicos, os dados

linguísticos, etnográficos e antropológico e as populações atuais (Kaingang e Xokleng) e uma outra linha mais atenta com a definir a dispersão de uma nova tecnologia, no caso a produção da cerâmica da Tradição Taquara-Itararé (CORTELETTI, 2012, p. 28).

O estado da arte sobre a temática que envolve discutir os grupos Jê, que ocuparam o Planalto Meridional Brasileiro, é amplo e reuni-los é um trabalho árduo. Por isso, e longe de conseguir sistematizar toda a produção, o que se oferece aqui com essas primeiras linhas é uma breve caracterização sobre esse coletivo humano. O foco, logicamente, restringe-se às populações Jê Meridionais que ocuparam o Rio Grande do Sul.

Partindo dos dados arqueológicos, eles nos revelam que esses grupos ocuparam o território do Estado do Rio Grande do Sul desde, pelo menos a 2.000 AP e estenderam-se até momentos após a conquista (REIS, 2002; BEBER 2004; SALDANHA 2005; COPÉ 2006, 2015; CORTELETTI, 2008, 2012; DE SOUZA et al., 2016; WOLF, 2016, entre outros) e receberam, primeiramente o nome de fase Taquara (MILLER, 1967) e, posteriormente foram denominados de tradição Taquara[1] (MILLER, 1971). Além do Rio Grande do Sul, seus traços culturais estendem-se para Santa Catarina, Paraná e São Paulo, porém nestes Estados foram definidos como tradição arqueológica Itararé e Casa de Pedra. Indícios culturais desta mesma tradição Taquara/Itararé/Casa de Pedra são encontrados na província de Misiones, na Argentina e no Departamento de Canindeyu, no Paraguai (SILVA; NOELLI, 2016).

Também saliento que há uma longa discussão sobre a associação entre os vestígios materiais definidos pela tradição Taquara/Itararé/Casa de Pedra e os grupos Jê Meridionais. O debate vai além dos estudos que competem a arqueologia, envolvendo dados históricos, antropológicos, etnográficos e linguísticos; no entanto, já se aceita e se trabalha para que se reconheça que as três "tradições" são variantes regionais de um mesmo fenômeno. Na verdade, já há um número relevante de pesquisas que propõe algo que confira unidade e continuidade temporal a esses grupos (NOELLI, 1999, 1999/2000; ARAUJO, 2007, SILVA 2001, DIAS 2004, entre outros).

Por isso mesmo gostaria de esclarecer, sobre o uso da terminologia, que para essa tese se adotará termos como Jê Meridionais, povos Jê, populações Jê ou, simplesmente, Jê quando se quiser abordar o coletivo[2]. Neste caso me referirei a uma visão mais holística sobre o assunto

[1] As denominações de fase e tradição serão explicadas mais adiante no texto.

[2] Isso inclui os termos Proto-Jê meridional, Proto-Jê do Sul e Jê do Sul, utilizados por alguns pesquisadores (SILVA, 2001; WOLF, 2012; CORTELETTI, 2012; FIEGENBAUM, 2021, entre outros). Por exemplo, Silva (2001) sugeriu o uso do termo Proto-Jê Meridional, como proposta terminológica para os grupos pré-coloniais, antecessores aos Jê Meridionais, em substituição aos termos "tradição" e "subtradição", de forma a não romper com o processo histórico contínuo que culminaram nas etnias contemporâneas: "a grupos populacionais com tradição tecnológica e cultural comum, mais ou menos homogênea, falantes de uma protolíngua Jê meridional, que

porque engloba um diálogo mais abrangente entre diferentes campos dos saberes e cujo propósito está refletir sobre a possibilidade de uma continuidade entre os registros arqueológicos, isto é, a tradição arqueológica Taquara e o presente etnográfico, ou seja, os grupos Jê Meridionais e os seus descendentes históricos, as populações Kaingang do Estado do Rio Grande do Sul. Já quando usar a terminologia "tradição Taquara" (MILLER, 1971), estarei fazendo alusão aos documentos, referindo-me a uma tradição tecnológica, no caso uma tecnologia sobre a produção da cerâmica, de grande dispersão territorial. Tendo a concordar com as críticas (DIAS, 1994, 2003; SCHAAN, 2007, entre outros) de que a terminologia foi super explorada, deslocada da matriz teórica em que foi concebida, que tornou-se um fóssil guia e por isso mesmo está aquém de refletir qualquer aspecto de mudança cultural. Todavia, esse termo é essencial para o estudo da tese, principalmente quando estiver examinando os textos mais antigos.

Continuando, se as populações Jê Meridionais chamam a atenção no Rio Grande do Sul é porque seus antepassados mais remotos foram capazes de desenvolver um interessante fenômeno, cujas marcas ainda são possíveis de serem observadas nas paisagens do planalto e em parte da encosta gaúcha. Tal portento é conhecido como casas subterrâneas, ou popularmente por buracos de bugre (REIS, 2002). Outras denominações ainda podem ser de estruturas subterrâneas, estruturas semissubterrâneas, estruturas escavadas e são caracterizadas como depressões circulares e/ou hemisféricas, localizadas tanto no interior da mata com araucária como em áreas de campo (BEBER, 2004).

Seja por qual denominação que se queira atribuir a estas curiosas formações[3], cuja construção envolve engenharia de terra, são entendidas na sua constituição mais básica, como uma forma de adaptação das populações humanas a um ambiente hostil como chuvas, ventos fortes e temperaturas baixas, especialmente nas épocas de outono e inverno. Observando a partir desta narrativa, o espaço ou os elementos associados são uma resposta ao ambiente físico, materializados na arquitetura dessas estruturas (COPÉ, 2006). Este também não é um fenômeno exclusivo do Brasil, pois encontra-se na literatura mundial uma explicação para o uso de estruturas subterrâneas como forma de adaptação ao ambiente (COPÉ, 2006).

através de processos de mudança linguística deu origem a duas línguas: o Xokleng e o Kaingang" (SILVA, 2001, p.13). Particularmente corroboro com a posição do autor citado, mas para o caso do estudo desta tese, adotar os termos destacados pode provocar confusão. Dessa forma, buscando simplificar a leitura e compreensão optei por utilizar apenas dois: tradição Taquara, conforme se verifica em ampla maioria dos documentos e Jê Meridionais que é a tendência mais atual que, justamente, almeja unificar tanto os grupos do passado quanto do presente.

[3] Para este trabalho, referirei tanto a estruturas subterrâneas quanto casas subterrâneas, pois estas denominações aparecem em diversas obras.

Estudos mais recentes, no entanto, já discutem que a função dessas estruturas subterrâneas vai além do significado prático de habitação e compreenda outras funcionalidades como econômicas, sociais, políticas e religiosas. Estas hipóteses partem devido à diferentes questões de construção que envolvem esse fenômeno, como morfologias, tamanhos e profundidades variados, além da quantidade, que pode variar de uma até centenas (SCHMITZ; ROGGE, 2007; SCHMITZ et al., 2013, entre outros). Citando Copé (2007), a autora sublinha que sua construção exprime uma linguagem arquitetônica, no sentido que seu processo construtivo abrange também gestão e compreensão da paisagem e uma seleção das características da topografia para a localização das suas casas.

No entanto, os construtores não realizaram somente este feito de engenharia. Podem ser arrolados ao contexto de suas construções diversos outros tipos de estruturas que elevam o nível de complexidade do sistema de estabelecimento e ocupação dessas populações, destacando os montículos, as estruturas anelares, os aterros plataforma, a utilização de grutas para sepultamentos, os sítios lito-cerâmicos e os sítios com inscrições rupestres. Justamente por isso, crescem os estudos que pressupõem que para os locais de sítios, possa ter havido um planejamento cuidadoso que resultou na alteração do espaço e não me refiro apenas a esforços que envolvem atividades de terraplenagens, mas também ao estabelecimento de caminhos e trilhas e a construção de determinadas estruturas importantes em pontos específicos do terreno, ou mesmo da comunidade ter sido implantada em torno dessas estruturas especiais (SALDANHA, 2005, 2008; IRIARTE et al., 2013; D'ÁVILA, 2017). Tudo isso ainda aponta para ocupações com persistência temporal, que podem ou não configurarem uma ocupação continuada (SCHMITZ et al., 2013), mas fato é que são locais de retornos, com a construção e remodelação de algumas estruturas, isso ocorrendo durante vários séculos (COPÉ, 2006).

Mais um elemento marcante que podemos associar aos antigos povos Jê é que a maior parte de suas construções estão intimamente associadas à Floresta Ombrófila Mista, onde pode se encontrar vastas matas com formações de pinheiros, em especial a Araucária (*Araucaraia augustifolia*). O fruto deste vegetal é considerado pela literatura arqueológica como o principal alimento, que permitiu não somente o desenvolvimento excepcional como a expansão e domínio do grupo sobre outros ambientes.

Como o recorte geográfico deste trabalho é o Estado do Rio Grande do Sul, em termos ambientais, aqui no Estado os povos atrelados aos Jê ocuparam áreas bastante distintas entre si, sendo as partes elevadas do planalto onde encontramos um mosaico de campo e floresta de Araucária; a encosta onde visualizamos os vales florestados pela Mata Atlântica ou a Floresta

Subtropical e a planície litorânea, onde predominam as matas de restinga e lagoas, essa última formada devido aos movimentos de regressão marinha.

Mas por mais que se beneficiassem do pinhão e das benesses proporcionadas por esse imenso território, estudos mais direcionados a refletir sobre o sistema de cultivo Jê tem fornecido interessantes contribuições como o reconhecimento de que possa ter havido uma economia de subsistência baseada em uma ampla gama de alimentos de origem vegetal, bem como o fato de que as populações Jê já pudessem estar se beneficiando de uma produção de alimentos mais de um século antes da Conquista (CORTELETTI et al., 2015; 2016). Outros estudos ainda têm se dedicado a pesquisar sobre um possível conhecimento indígena a respeito do manejo das espécies como a erva mate (SECCHI, 2017) e o pinheiro, que resultaram, em última instância, na criação de florestas antropogênicas, mais especificamente as florestas de araucária (BITENCOURT; KRAUSPENHAR, 2006; IRIARTE; BEHLING, 2007; REIS; LADIO; PERONI, 2014; CARDENAS et al., 2015, 2019; LAUTERJUNG et al., 2018, ROBINSON et al., 2018).

Foi nesse meio ecológico regional que os Jê desenvolveram um sistema de estabelecimento e de mobilidade notável e perfeitamente adaptado para a exploração de cada compartimento ambiental. No planalto predominam os sítios que têm como característica principal a engenharia de terra e uma substancial associação com porções de Mata de Araucária. No entanto, estas estruturas vão gradualmente se alterando até chegarem a desaparecer conforme a altitude diminui e o relevo ganha novas formas. Interessante observar que nesta transição, a própria floresta se transforma.

Assim, quando se alcança a região de encosta, o fenômeno das estruturas subterrâneas e estruturas como os montículos ainda ocorrem, porém já são em tamanhos e quantidades menores. Nesse ínterim, a mata de araucária também é paulatinamente substituída por outras formações vegetais. Nota-se, todavia, um aumento na quantidade de sítios superficiais, que surgem no interior dos vales destes rios (WOLF, 2016).

Ao atingir o patamar da planície costeira, desaparecem as estruturas subterrâneas ou qualquer outra estrutura de engenharia de terra. Os sítios tornam-se absolutamente superficiais. São selecionados locais que apresentem pequenos cômoros de areia próximo a matas de restinga e de pequenos córregos ou lagoas. Sobre os cômoros acumulam-se pequenas lentes de conchas marinhas, juntamente com algum material ósseo. Além disso, aparece uma pequena quantidade de material lítico e fragmentos de cerâmica (ROGGE, 2006, 2010; WAGNER 2004).

Além das estruturas que identificam os sítios, outros vestígios, principalmente os líticos e os cerâmicos, são bastante característicos. A cerâmica é classificada como um tipo pequeno,

de paredes finas, sem decoração, mas quando decorada, possui: a) uma coloração que pode ser vermelha ou cinza e preto, ou ainda, b) alisada ou polida e as paredes externas são brunidas a ponto de refletir a luz incidente e quanto c) a decoração plástica, os motivos podem variar entre ungulados, ponteados, incisos ou carimbados e impressões de cestaria (BEBER, 2004).

Quanto aos artefatos líticos, podem ser destacados: lâminas polidas e semipolidas de machado, mãos-de-pilão, afiadores em canaleta, talhadores uni e bifaciais, raspadores, lascas retocadas, percutores e suportes de percussão, seixos-alisadores para cerâmica. A matéria prima era conseguida localmente, como o basalto, o riolito e o arenito silicificado, a calcedônia e o cristal de quartzo (SCHMITZ, 2006).

Também gostaria de brevemente tocar no assunto sobre a expansão dos Jê Meridionais. Aqui é onde as diferenças entre a arqueologia e as outras áreas que também estudam essas mesmas populações mais se distanciaram. No entanto, houve um tempo em que as diferentes pesquisas teciam essa aproximação, porém isso antes à profissionalização da arqueologia e ocorreu com Chmyz (1961/1963) a partir de suas descobertas em Caxias do Sul, RS. Anterioe a ele e fora do país, Osvaldo Menghin, em 1957, publicou os resultados de suas incursões à província argentina de Misiones, perto da fronteira com o Brasil. No documento está o relato da descoberta de uma cerâmica simples, lisa mas bem elaborada, e outros achados como os túmulos e aterros circulares, construções de terra monumentais, associadas a uma cerâmica chamada por ele de "Eldoradense". Com base na vertente evolucionista, Menghin atribuiu o achado a uma ocupação anterior ao Guarani, isto é, a um tipo "Neolítico" antigo. A justificativa foi a de que o pesquisador achou prematuro associar o conjunto aos "Gê", apesar de ele ser da opinião de que os Jê, durante o seu desenvolvimento, tenham assimilado muitas influências neolíticas de "plantadores superiores", mas, é porque tal cultura "no conecen y probablemente nunca conocieron una cerámica tan fina como la del Eldoradense" (MENGHIN, 1957, p.34).

Todavia, essa concepção foi descartada após a profissionalização da arqueologia. Maior influenciador, o PRONAPA, este a substituiu pela ideia de uma origem autóctone engendrada sob o ponto de vista evolucionista e difusionista (NOELLI, 1999). E, justamente, foi tomada por base a hipótese de Menghin, que considerava que as populações Jê seriam uma "continuidade das populações caçadoras-coletoras altoparanaenses" (ou tradição Humaitá), e que ao "redor de 2.000 A.P. adotaram, por difusão, a técnica de polimento de artefatos líticos, a confecção da cerâmica e a agricultura" (NOELLI, 2004, p. 25-26).

Aliás, essa foi uma estratégia do PRONAPA bastante centralizadora que ignorou informações preexistentes ou modelos desenvolvidos por outras ciências. Tendo a concordar com Francisco (2006, p. 45), que sublinha que,

> A arqueologia no sul do Brasil, condicionada pelos paradigmas de progresso técnico e da cronologia, negou a validade da analogia etnográfica, desprezando as informações etnográficas e históricas relacionadas aos índios. A justificativa estava no princípio que considerava os indígenas sobreviventes completamente aculturados. Buscando um conhecimento dito legítimo, baseado na isenção e na imparcialidade, afirmava-se que somente dados de um passado remoto poderiam explicar cientificamente as culturas "puramente" indígenas.

Agora nota-se um esforço de uma parte dos arqueólogos em tentar reverter o dano causado por essa ruptura. E, desde então, muito foi pesquisado e escrito (CORTELETTI, 2012) e todos os estudos seguem concordando que os vestígios associados à tradição Taquara/Itararé/Casa de Pedra têm ligações explícitas com os Jê Meridionais. Sendo este, portanto, um caso de continuidade entre as tradições arqueológicas e as parcialidades Jê Meridionais, representadas pelos Kaingang (RS) e Xokleng (SC),

> A coincidência dos territórios, as menções no século XVI a grupos "Guaianás" ainda vivendo em casas subterrâneas (J. A. Reis 1997), aos "Gualachos" cremando seus mortos e sepultando-os sob montículos no século XVII (Montoya in Veiga 2007), ao uso de montículos funerários pelos Kaingang ainda no século XIX (Métraux 1946), bem como a existência de datas tardias para a tradição arqueológica reforçam a hipótese de continuidade (DE SOUZA, 2010, p. 9).

Dessa maneira, a origem proposta para os grupos portadores da Tradição Taquara/Itararé que emigraram para o Estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, hipoteticamente, remetem ao Planalto Central do Brasil e teriam iniciado durante o holoceno tardio, ou cerca de 3.000 anos atrás (URBAN, 1992). Durante os processos migratórios teriam se diferenciado em famílias e dialetos, entre os quais, associam-se como seus descentes os atuais Kaingang (RS) e Laklãnõ/Xokleng (SC) (JOKELSKY, 2010; WIESEMANN, 1978).

Ainda, a hipótese para a ocupação da região Sul do Brasil teria se dado por meio de sucessivas levas de pequenos grupos que foram se infiltrando pelo território. Para Schmitz (2009) esses pequenos grupos não teriam recusado contatos ou mesmo associações com as populações existentes, que a tempos já ocupavam o mesmo território.

Se os encontros iniciais podem ser classificados de amistosos, essa não foi sempre uma prática. Outros registros arqueológicos apresentam evidências de processos de invasão e conquista dos territórios Jê. Por exemplo, entre 2000 e 1000 A.P. populações historicamente associadas aos Guarani, que ocuparam os vales dos grandes rios e de seus principais afluentes, acabaram por forçar o deslocamento dos grupos Jê para as terras mais altas e frias. Posteriormente, ao redor de 700 anos A.P., o avanço Guarani veio pelo litoral forçando

deslocamento dos grupos Jê para o interior (NOELLI, 1999/2000; NOELLI, DE SOUZA, 2017; DE SOUZA et al., 2016; SCHNEIDER, 2019).

Os pesquisadores apontam que outras semelhanças podem ser identificadas nos elementos comuns aos Jê, ou seja, naqueles que existem há mais tempo, compartilhados desde a matriz cultural (NOELLI; DE SOUZA, 2017),

> Um exemplo é a organização social dual, baseada em metades patrilineares e exogâmicas, conhecida entre os Kaingang (Veiga, 1994) e, possivelmente, existente no passado entre os Xokleng (Métraux, 1947). Tal padrão também ocorre nos Jê centrais e setentrionais (MayburyLewis, 1979), correspondendo a uma matriz comum ancestral. Agora, considera-se que o dualismo está presente no registro arqueológico Jê meridional: é o que se argumenta para a decoração na cerâmica (Silva, 2001) e para a arquitetura mortuária (Iriarte et al., 2008, 2013) (NOELLI; DE SOUZA, 2017, p. 60-61).

Já partindo para concluir esse panorama de apresentação sobre os Jê Meridionais, gostaria apenas de sublinhar, mesmo que brevemente, alguns episódios referente ao processo de desterritorialização - ou expropriação[4] - das populações tradicionais (FRANCISCO, 2006, p. 81), considerando as consequências das ações de violência dos europeus que datam desde à época da conquista e consolidação do território a partir do século XVI e que seguiram, como no caso do Rio Grande do Sul, com os primeiros núcleos de exploração e povoamento nos séculos XVII e XVIII e, definitivamente firmaram-se no século XIX com as frentes de expansão e colonização de alemães e italianos (LAROQUE, 2006). Diante disso, fica evidente o impacto causado por esses novos corpos sociais estrangeiros sobre o meio ambiente e sobre as populações nativas. Os indígenas tiveram de assistir aos espaços de usos seculares sendo tomados e destruídos, além do fato de verem-se na necessidade de se confinar e se refugiarem cada vez mais para dentro da floresta, mesmo assim, ficando à mercê de companhias de bugreiros e pedestres que exploravam o seu território. Já aqueles que não fugiram, viram-se diante da necessidade de ceder ao contato, atraídos para os aldeamentos oficiais e submetidos aos projetos de catequese de padres jesuítas e capuchinhos (LAROQUE, 2006).

Acredito que o resultado decorrente dessa pressão sobre as populações indígenas deve ter levado ao estabelecimento de um estresse social e cultural generalizado, cujas

[4] Baseada em Francisco (2006, p. 81), "Entendemos desterritorialização como o processo pelo qual comunidades indígenas são expulsas de seus territórios (aldeia e zonas de caça e coleta); a expropriação é aqui entendida como a apropriação de terras dos aldeamentos destinados aos Kaingang pelo governo provincial. Não obstante, poderíamos muito bem entender este conceito de um modo mais amplo, ou seja, expropriação entendida como o próprio processo de ocupação e colonização destas áreas por ocidentais, que através de fazendas, estradas e guarnições militares invadiam o território destes grupos".

consequências, observadas a partir de uma perspectiva espacial e temporal, tenha sido de desmantelamento de vários aspectos do sistema étnico-identitário, cujo efeito, por consequência, resultou na construção de uma nova identidade - ou novas identidades -, (re)significada(s) pelas lembranças "do que se quer guardar". Dito isso, ressalto que não estou fazendo proselitismo no sentido de acreditar que as populações indígenas foram vítimas passivas das ações dos conquistadores, não é essa perspectiva, pelo contrário, cada vez mais crescem os estudos que buscam uma visão alternativa, de mostrar aqueles que "viveram do outro lado da história". São pesquisas que demonstram que os povos indígenas não foram negligentes no decorrer das relações interétnicas; estabeleceram estratégias de sobrevivência, de adaptação e mesmo, de auto beneficiamento. Provas disso podem ser vistas em Laroque (2000), que ao estudar a atuação das lideranças indígenas Kaingang, expõe a relação que essas lideranças estabeleceram com os governos e agentes do Estado. Eram colaborativos desde que conseguissem alcançar benefícios para os seus, contudo, rompiam por conta própria quando o acordo com as autoridades já não era mais vantajoso.

É seguindo por essa perspectiva que chego ao momento atual e observo esses coletivos aumentarem seus movimentos de maneira a reivindicar o acesso às terras ancestrais. Vejamos os Kaingang estabelecidos na região norte do Estado, que tem se organizado num movimento político denominado "retomada" que de forma estruturada, estão a pleitear territórios considerados por eles de ocupação tradicional, nos quais seus ancestrais viviam até meados do século XIX.

Em síntese, considero que esse reconhecimento, ou o que unifica esses sucessivos eventos e consequentemente impactos que foram causados na estrutura social, cultural, étnica e identitária dos grupos Jê pode ser entendido como uma etnogênese – ou várias etnogêneses (BARTOLOMÉ, 2006; HILL, 2009, 2013). Ou seja, um caminho engendrado pelas diferentes configurações sociais que se formaram a partir das mais distintas situações e outros episódios traumáticos. Neste caso, a base étnica assegura o grupo enquanto coletividade, enquanto permite a inclusão de outros agrupamentos que portem uma mesma tradição cultural. Desta forma, observando os atuais Kaingang que vivem no Rio Grande do Sul ocupando e reivindicando as mesmas áreas de seus ancestrais – ou parte dela -, ou mesmo preocupados em promover um fortalecimento cultural, vide a aproximação Laklãnõ (Xokleng) com a arqueologia em Santa Catarina (MACHADO, 2013), poderíamos nos reportar a uma narrativa que enseja o reconhecimento de uma identidade étnica persistente, cujas mudança e descontinuidades foram motivadas pela própria dinâmica cultural e política e também pelos

conflitos deflagrados de diferentes ordens, talvez ainda maximizado pelo confronto com o europeu.

Sumarizada essa primeira parte, onde muita informação ficou faltando para poder expor um verdadeiro estado da arte sobre as pesquisas com as populações Jê, a pergunta é como se chegou a esse estado de conhecimento? Não que essa pesquisa tenha a pretensão de responder a essa pergunta, porém, refletindo a partir de uma seleção de obras sobre a produção científica arqueológica referente às populações Jê Meridionais para o Estado do Rio Grande do Sul, se questiona sobre a construção dessa narrativa. Efetivamente, o que se observa nesses discursos e, principalmente, o que se "descobre" ao voltar ao passado e reler a documentação mais antiga?

Diante disso, busco compreender como este conhecimento foi gerado. Busco a produção escrita dos arqueólogos. Quero observar como alguns elementos foram unidos para construir a história de uma população tradicional já desaparecida, mas que foi denominada pela primeira geração de arqueólogos como Tradição Arqueológica Taquara. Está no cerne desta pesquisa trazer à tona antigas temáticas, por exemplo, aquelas que envolvem o tema da arqueologia e a sua profissionalização, pesquisadores amadores e profissionais, influências estrangeiras na formação de uma arqueologia brasileira, discussão sobre correntes teóricas da arqueologia e como elas influenciaram - e ainda influenciam – a pesquisa.

Colocada a problemática da tese, o tema que envolve este trabalho são o legado da produção científica arqueológica referente à chamada tradição Taquara, que do ponto de vista de uma continuidade histórica (SILVA, 2001), estaria junto com as tradições Itararé e Casa de Pedra, associadas aos grupos falantes de línguas da família Jê, que por sua vez ligam-se aos seus descendentes históricos, os atuais Kaingang e Xokleng. Sendo assim denominados hoje de Jê Meridionais.

Também atenta à perspectiva dessa continuidade histórica, esta tese incorpora os pressupostos da longa duração (Braudel, 1965), ou melhor, e dito de outra forma, o emprego e a compreensão de uma história de longa duração das populações indígenas. Assumir essa postura implica, conforme coloca Bespalez (2009, p. 13),

> [...] que a Arqueologia, devido à constituição vestigial e à complexidade padronizada dos contextos arqueológicos – por sua vez decorrentes dos processos culturais e naturais de formação do registro arqueológico – atua com maior propriedade nos estudos dos processos históricos temporalmente extensos e diacronicamente lentos, tais como os processos da expansão, territorialização, continuidade, mudança, abandono, ruptura e migração.

Mas existe mais um motivo para defender o conceito de longa duração. Tome-se os projetos neodesenvolvimentistas apresentados nas das últimas décadas e que geraram – e ainda geram – conflituosos processos de licenciamentos, mais as manobras políticas em destaque que forçadamente buscam legalizar a exploração de recursos naturais em terras indígenas demarcadas ou expropriar os indígenas de suas terras ancestrais. Neste ínterim, a arqueologia, seja ela no âmbito econômico ou acadêmico, tem se erguido e vem construindo, como coloca Kater e Lopes (2021, p. 15), "uma narrativa de tendência contra-hegemônica, que se alia a povos indígenas para defender seus interesses frente aos desígnios do Estado e do Capital e fortalece histórias de longa duração cuja proposição os nega como únicas alternativas da humanidade".

Aliás, é justamente por estarmos acompanhando as mudanças que vem ocorrendo no cenário, político, econômico e social que parte da produção bibliográfica da arqueologia brasileira tem adotado e direcionado suas pesquisas a contemplarem novos enfoques. No caso, Kater e Lopes (2021, p.15), nos revelam abordagens que envolvem, mesmo que não explicitamente, o conceito de longa duração. Em suas análises demonstram duas abordagens, que nada tem de excludentes, "metodologicamente possuem um ponto de diferenciação: as que estudam a história das comunidades indígenas do presente, suas continuidades e transformações na longa duração e aquelas que constroem uma História Indígena Antiga de longa duração e que pode ser incorporada por esses povos".

O objetivo da pesquisa é analisar o conteúdo e as narrativas das produções científicas acerca do conhecimento arqueológico produzido para os povos Jê no Estado do Rio Grande do Sul, desde meados dos anos de 1960 até aqueles produzidos mais recentemente, refletindo acerca da criação da tradição arqueológica Taquara. Para alcançar esse propósito se buscou: 1) reunir a documentação bibliográfica: teses, dissertações, artigos, relatórios e outras produções de pesquisadores arqueólogos envolvidos em projetos de pesquisa acadêmica ou de outra ordem, desde meados dos anos de 1960 até aquelas mais recentes para caracterizar a população Jê; 2) analisar, a partir do conteúdo dos documentos selecionados, como os pesquisadores foram criando seus discursos, propondo uma narrativa arqueológica que culminou na criação da tradição ceramista Taquara; 3) observar dentro dessa narrativa dois aspectos: Ambiente e Cultura Material e mostrar como, através do tempo, esses dois aspectos foram sendo relacionados para explicar contexto ambiental/ecológico e adaptação humana.

O formato escolhido para se responder a essas questões é a partir de um exercício teórico e o procedimento metodológico se caracteriza como quali-qualitativo, de caráter exploratório e

de natureza descritiva e está dividido em três momentos: investigação teórica, levantamento documental e análise dos documentos.

A proposta aqui é voltar aos antigos textos, escritos, propostas e posicionamentos teóricos e cotejá-los com as produções mais recentes, a fim de constituir uma história (e uma historiografia) da produção de conhecimento sobre a arqueologia Jê Meridional. As obras que serviram de referência para a tese possuem como recorte temporal os 60 anos de pesquisas sobre a tradição arqueológica Taquara. A publicação mais antiga é de 1958 e a mais recente de 2021. Grande parte dessas produções foram adquiridas por meio de varredura na Internet através de canais eletrônicos como: Base Scielo, Portal de Periódicos da Capes, Google Acadêmico e plataformas como: Researchgate e Academia.edu. Utilizou-se de palavras-chave de interesse irrestrito como Arqueologia, Jê Meridional, Tradição Taquara, Tradição Taquara/Itararé e Casa de Pedra. As publicações envolvendo o tema gera um conteúdo informativo enorme, e por esse motivo se restringiu a busca por documentos que incluíssem dados apenas do Rio Grande do Sul.

Não obstante, também foi realizado um levantamento diretamente nos bancos de teses e dissertações de importantes universidades que discutem o tema, como Universidade de Vale do Taquari - Univates, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Universidade de São Paulo - USP, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional do Rio de Janeiro, e outros bancos de universidades, inserindo as mesmas palavras-chave. Também foram consultados sites de periódicos de ampla divulgação e especializados na temática de Arqueologia, Antropologia, História, Ciências Ambientais, ou de outra área afim. As buscas na Internet foram encerradas em novembro de 2021.

No entanto, outros documentos são mais antigos ou restritos e não estão disponíveis na Internet. Dessa forma foi elaborada uma lista de referências para localização, com especial interesse na biblioteca do Instituto Anchietano de Pesquisas - IAP, vinculado a Unisinos, uma das bibliotecas mais completas em referência a temas da arqueologia brasileira. As visitas à biblioteca do IAP para fotografar o material tiveram início em dezembro de 2019, tendo avançado por mais algumas datas em janeiro e fevereiro de 2020. Em março daquele ano foi decretado isolamento social devido à pandemia da COVID-19. A partir daí a biblioteca ficou fechada a qualquer visitante, incluindo funcionários.

Dentro desse período de trabalhos remotos, a página virtual do IAP disponibilizou digitalmente uma atualização de toda coleção de periódicos *Documentos* e *Pesquisas,*

Antropologia, de forma que foi possível baixar alguns dos artigos necessários. Porém, outros documentos importantes somente foram conseguidos a partir de abril de 2021 até o final daquele ano, sendo retirados poucos volumes por vez através dos funcionários e somente quando as regras mais restritivas foram abrandadas pela universidade.

Diante de toda a situação gerada pela pandemia, se restringiu o tempo e obviamente a tese sofreu uma remodelação, ficando impossível seguir com toda a proposta original. Ficaram de fora visitas a instituições, entrevistas/conversas com arqueólogos remanescentes ou que estiveram de alguma maneira ligados aos pesquisadores mais antigos. Também foi excluída a análise que traria os dados da arqueologia de contrato ou arqueologia empresarial. O levantamento dos dados seria realizado diretamente no arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, uma vez que a grande massa de documentos não está disponível na plataforma digital. Foi feito um grande esforço de varredura no site do Instituto ou Sistema Eletrônico de Informações – SEI/IPHAN, contudo, a plataforma ainda é recente e está sendo construída a partir dos dados novos. Como não poderia deixar de ser, o resultado de maneira geral não se fez satisfatório.

Depois dessas muitas exceções e tempo cada vez mais curto, optou-se por focar nas obras, nos autores e nas narrativas. Assim, essa tese congrega fontes coletadas após uma revisão da publicação bibliográfica arqueológica, incluindo alguns pesquisadores amadores, que realizaram levantamentos na década de 1960, até um pouco antes, final da década de 1950, e aqueles pesquisadores associados ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA, desenvolvido entre as décadas de 1965 e 1971, momento em que foram realizadas as primeiras incursões arqueológicas no planalto do Rio Grande do Sul. Seguiu-se com os trabalhos realizados nas décadas posteriores e, finalmente, aquelas mais recentes publicadas até o ano de 2021.

Sei que diversos documentos não foram contemplados, ficaram pelo caminho e cada leitor poderá avaliar que, para essa seleção, poderia ter sido incluído uma e outra análise. E é verdade que, entre tantas, essas foram as minhas opções. Ainda que inconscientemente, revendo as páginas que o leitor irá folhear, é possível vislumbrar que priorizei, sobremaneira, a "velha" documentação. Talvez esse seja um bônus para aqueles que não têm acesso aos referenciais mais antigos. Eu mesma teria vasculhado muito mais as bibliotecas atrás de raridades, se me fosse possível.

Sobre a organização do trabalho: a tese ora apresentada está estruturada com a presente Introdução. Para o Desenvolvimento optei em dividir o conteúdo em três partes com seus

respectivos capítulos, em seguida estão as Considerações e Conclusões e as Referências Bibliográficas.

A Parte 1 do trabalho foi dividida em 4 Capítulos, sendo que a proposta é de que esse grande bloco deva ser considerado como uma apresentação geral da tese. O **Capítulo 1** explica a metodologia que utilizei para me aproximar, selecionar e, posteriormente, conhecer cada uma das obras. Em seguida, tem início a minha narrativa. O **Capítulo 2** enfatiza os primórdios da Arqueologia, desde os "gabinetes de curiosidade" passando pelo Antiquarismo até chegar ao século XIX e daí, gradativamente para a construção efetiva de uma ciência em Arqueologia. Transversalmente destaco como a arqueologia foi introduzida no Brasil, das primeiras expedições de caráter científico até a formação das bases iniciais com a instalação das instituições de tipo técnico-científicas, daí para a criação dos primeiros museus, cito todo o contexto decorrente que culminou na efetiva institucionalização dessa matéria dentro das universidades e finalizo expondo um resumo do atual momento, que envolve a regulamentação da profissão através da Lei federal n. 13.653/18 de 18 abril de 2018. Nesse ínterim, também saliento a versatilidade da arqueologia em estabelecer diálogos interdisciplinares. Aqui aproveito para justificar o vínculo Arqueologia e Ciências Ambientais e a abordagem que escolhi seguir com a pesquisa entre a História Ambiental e a Arqueologia da Paisagem. O **Capítulo 3** é mais específico, pois discorre sobre os paradigmas teóricos que influenciaram a Arqueologia de maneira geral: Histórico-Culturalismo, Processualismo e Pós-processualismo. Por fim, o **Capítulo 4** pode ser interpretado como o momento de colocar uma lupa sobre essa longa narrativa. Dessa maneira, focalizo o Brasil a partir da segunda metade do século XX e apresentando um país que fazia essencialmente uma arqueologia amadora, todavia engendrava-se a partir desse período um movimento em prol de instituir uma arqueologia verdadeiramente científica e com caráter profissional. Esse manifesto interesse começou a tomar melhor forma após a promulgação da lei de proteção aos sítios arqueológicos Lei Federal 3.924, de 26/07/1961. E embora a conformação da lei não desse conta de abranger todas as formas conhecidas de sítios arqueológicos, ao menos ressaltou a necessidade de discutir sobre a profissionalização dos pesquisadores e questionar quais profissionais seriam capacitados a realizar a atividade. Diante disso, apresento, mesmo que brevemente, os principais instrutores arqueólogos que atuaram no Brasil e proporcionaram os primeiros cursos profissionalizantes, entre eles destaco dois, pois suas influências reverberam ainda hoje: a missão Franco-Brasileira, que trouxe Annete Laming e Joseph Emperaire e em seguida a missão Norte Americana que trouxe Betty Meggers e Clifford Evans, os fundadores do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA. Este foi um projeto de grande envergadura, que impactou

profundamente a arqueologia do Rio Grande do Sul. De maneira geral, aponto como sendo este o marco inicial, que delineou a história da criação da emblemática tradição Taquara. Afinal, o PRONAPA foi o responsável por construir e aplicar os métodos de trabalho e base teórica que conceberam a noção da tradição.

Com a Parte 2, dividida em 3 Capítulos, procuro mostrar, diante da prévia seleção e posterior organização dos dados provenientes da extensa bibliografia arqueológica relacionada ao assunto, como as correntes teóricas foram se fazendo presentes e influenciando os resultados das investigações. Exponho os 60 anos de estudos que foram deliberadamente agrupados em três capítulos, mas que também podem ser interpretados como "três blocos temporais", cada um abarcando o equivalente a duas décadas. O **Capítulo 5** abarca as décadas de 1960 e 1970, e reúne 26 obras e 8 autores; o **Capítulo 6** inclui as décadas de 1980 e 1990 e conjuga 22 obras e 6 autores e o **Capítulo 7** reúne as décadas de 2000 a 2021 e conjuga 54 obras e 29 autores, sendo que este capítulo ainda está organizado diferentemente dos demais, porque envolve um outro tempo e uma outra forma de reflexão sobre a prática arqueológica. A divisão temporal e demais subdivisões propostas surgiram depois de conhecer cada um dos documentos e de desmembrar cada uma das informações, conforme especificado na Parte 1, Capítulo 1 desta tese. A intensa leitura dos textos me levou a perceber que dentro de um período que corresponde a cerca de 20 anos, alguns elementos da narrativa chamavam a atenção. Isso me levou a considerar que alguma situação ou um conjunto de situações estaria provocando alguma mudança no contexto da interpretação, seja ela de ordem endógena ou exógena ao campo científico: percepção sobre o comportamento das sociedades e da cultura material, novas formas de perceber o ambiente e a relação das pessoas com o ambiente, novos autores que passaram a integrar a narrativa, alteração do contexto mundial.

Num primeiro momento as modificações são bastante sutis, porém, notadamente, após a virada do milênio, são excepcionais. De maneira geral, são mudanças que mostram o que deveria ser o avanço natural da própria ciência, sagacidades que vem através da experiência, um refinamento intelectual após tantos anos dedicando-se a estudar o tema. Uma análise mais acurada é sempre o mais esperado e isso é o que vai se divisando no decorrer dos trabalhos. Percebe-se, inclusive, aqueles que não querem ou realmente não mudam. Aí é onde as dessemelhanças começam a se fazer notar. Seriam as diferenças ressaltadas a partir de choques entre gerações? Seja de que maneira for, credito a elas parte das razões que levam às transformações dos textos. Quando essas novas gerações se somam à narrativa, elas trazem consigo um contexto externo que lhe é particular e isso começa a ser percebido na maneira de seguir a construção da narrativa.

Isso fica mais visível com a chegada dos anos 2000, quando o salto quantitativo e qualitativo dos trabalhos impressiona, de forma que uma comparação entre o longo período dos 40 anos anteriores não é possível. E dado ao que estamos vislumbrando nas análises, diria que uma comparação entre o momento atual e os últimos 20 anos também demonstra o quanto se avançou na discussão.

Demonstrar como essas mudanças foram ocorrendo foi o que pretendi fazer para a Parte 3, **Capítulo 8** desta Tese. Neste capítulo compus uma reflexão estabelecendo como objetos de análise dois conceitos: Ambiente e Cultura Material. O objetivo envolveu tomar os dois conceitos projetando minha percepção/interpretação, que elaborei baseada nas abordagens da história ambiental e da arqueologia da paisagem, sobre como os pesquisadores fizeram uso dos termos e seus conceitos, que são recorrentes nos estudos, e os relacionaram a suas pesquisas. Proponho observar os conceitos ainda dentro dos referidos referenciais teóricos em discussão: Histórico-Culturalismo, Processualismo e Pós-processualismo e dentro do possível, como os conceitos estavam organizados dentro de uma e outra década.

Em **Considerações e Conclusões**, apresento uma avaliação final sobre a construção da narrativa que culminou na criação da tradição Taquara. Destaco a ação de paradigmas teóricos sobre as interpretações e sublinho o quanto a incorporação de novos referenciais fez avançar o entendimento arqueológico, aprimorando e suplantando aquela ideia de tradição que fora concebida dentro dos moldes do PRONAPA. Tangencialmente ressalto que as renovações trazidas por novas abordagens produziram um efeito positivo dentro da própria arqueologia que tem passado por uma reconfiguração interna, isso inclui rever antigas práticas, pressupostos teóricos, além da própria postura do investigador, que mais consciente da sua função social compromete-se com a composição de novas narrativas, entre elas a de re-aproximar as sociedades indígenas do passado e do presente, assim como as questões que envolvem o exercício da própria profissão. Finalmente faço um exercício de revisão sobre todos os pontos tratados nos capítulos.

PARTE 1 - O SURGIMENTO DAS CORRENTES TEÓRICAS: REVISÃO SOBRE O HISTÓRICO-CULTURALISMO, PROCESSUALISMO, PÓS-PROCESSUALISMO E O IMPACTO DESSAS TEORIAS NA FORMAÇÃO DE UMA ARQUEOLOGIA BRASILEIRA

CAPÍTULO 1 - SOBRE OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ACERCA DOS DOCUMENTOS LEVANTADOS

O procedimento metodológico utilizado neste estudo se caracteriza como quali-qualitativo, de caráter exploratório e de natureza descritiva e está dividido em três momentos: investigação teórica, levantamento documental e análise dos documentos.

Em referência à investigação teórica, o interesse foram as produções científicas que conjugam estudos, estritamente, sobre a arqueologia Jê Meridional no Rio Grande do Sul: teses, dissertações, monografias, artigos em periódicos científicos e ainda, relatórios de pesquisa e o banco de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), todos esses conforme a disponibilidade de acesso, isto é: se disponível por meio digital na Internet, ou se apenas documento físico e disponível somente em acervos.

São trabalhos que congregam diferentes metodologias de análises e referenciais teóricos, no entanto, para a tese que segue estive mais atenta em três pressupostos: Histórico-Culturalismo, Processualismo e Pós-Processualismo. Aliás, para poder compreender o que representou cada um desses movimentos foi preciso proceder uma imersão a fim de conhecer cada abordagem, justamente porque elas viriam a se tornar minha principal linha de observação. Apresento cada uma das correntes na Parte 1, Capítulo 3.

Com caráter exploratório, a primeira tarefa consistiu em realizar um levantamento bibliográfico referente à arqueologia dos grupos Jê Meridionais a partir de uma varredura acerca de documentos divulgados na Internet através de canais eletrônicos como: Base Scielo, Portal de Periódicos da Capes, Google Acadêmico e, a partir daí plataformas como: Researchgate e Academia.edu. As palavras-chave de interesse irrestrito foram: Arqueologia, Jê Meridional, Tradição Taquara, Tradição Taquara/Itararé e Casa de Pedra.

Conforme foram aparecendo os resultados, e depois de algumas primeiras e superficiais verificações, optou-se por restringir a busca por documentos que incluíssem, sobretudo, pesquisas no Estado do Rio Grande do Sul, porque este é o recorte espacial da tese. Demais arquivos, cujos temas foram considerados relevantes para uma possível comparação ou discussão quando do desenvolvimento do trabalho, foram salvos, mas em pastas de arquivos diferentes.

Importante destacar que as plataformas de busca podem apresentar algumas limitações. Em função disso, foi realizado um levantamento diretamente nos bancos de teses e dissertações de importantes universidades que discutem o tema: Universidade de Vale do Taquari - Univates, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Universidade de São Paulo - USP, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, do Rio de Janeiro e outros bancos de universidades, inserindo as mesmas palavras-chave. Também foram consultados sites de periódicos de ampla divulgação e especializados na temática de Arqueologia, Antropologia, História, Ciências Ambientais, ou de outra área afim utilizando-se das mesmas palavras-chave. Devido à necessidade de análise de cada arquivo, a busca na Internet foi encerrada em novembro de 2021.

Também foi realizado um exame das referências bibliográficas dos próprios documentos, justamente porque diversas delas são anteriores à plataforma de busca e não estão, ou ainda não foram disponibilizadas na rede. Portanto, para os textos mais antigos e com maior restrição ao acesso foi elaborada uma lista de referências para localização, com especial interesse na biblioteca do Instituto Anchietano de Pesquisas - IAP, vinculado a Unisinos, uma das bibliotecas mais completas em referência a temas da arqueologia brasileira.

As buscas pelos documentos nos arquivos do IAP, se restringiu ao tema da tese e teve início em dezembro de 2019, tendo avançado por mais algumas datas em janeiro e fevereiro de 2020. A atividade consistiu em localizar a referência e fotografá-la, deixando a avaliação do conteúdo para etapa posterior.

É preciso salientar que as visitas ao arquivo do IAP não foram regulares, justamente porque o período disponível para as visitas coincidiu com o recesso escolar de final de ano e de férias de funcionários naquela universidade e meu retorno às aulas do PPGAD, da UNIVATES, no regime modular. A programação para retornar ao arquivo foi estipulada em março de 2020, mês que foi instaurado o isolamento social devido à pandemia da COVID-19. Durante esse tempo de isolamento, o IAP foi disponibilizando de forma *on-line,* ao longo de 2020 e 2021 a digitalização de toda a coleção de revistas intituladas *Documentos* e *Pesquisas, Antropologia*, de forma que foi possível baixar todos os artigos necessários.

No entanto, outros documentos da biblioteca somente foram conseguidos a partir de abril de 2021 e se seguiu com esta estratégia pelo corrente ano, sendo realizado através dos funcionários e somente quando as regras mais restritivas foram abrandadas pela universidade. Desta forma, dentro das janelas possíveis, alguns colegas se colocaram à disposição para a retirada de alguns poucos volumes por vez.

Cabe ressaltar que a proposta inicial para esta tese também era coletar outros dados produzidos pelas instituições através de seus projetos de pesquisa desenvolvidos nas regiões do Estado do Rio Grande do Sul onde foram localizados assentamentos das populações Jê, como PUCRS, UFRGS, Universidade de Santa Cruz - UNISC, entre outras, além de conversas com os pesquisadores, acerca das investigações realizadas e referências teóricas escolhidas para a construção de suas teorias. Mas devido às restrições sanitárias impostas, que ainda seguiram até o final de 2021 em muitas universidades, mantendo os laboratórios e suas bibliotecas fechadas para pessoas vindas de outras instituições, optou-se por não investir em nenhum outro centro de estudos, devido ao tempo que já se encontrava bastante limitado.

Somando-se a este corpo de documentos, também estava previsto analisar a produção resultante dos trabalhos da arqueologia de contrato ou arqueologia empresarial, outra ramificação da pesquisa. No entanto, o levantamento dos dados no arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN previa ocorrer de forma presencial, uma vez que a grande massa de documentos não está disponível na plataforma digital. Porém diante das restrições sanitárias relacionadas à pandemia do COVID19 não foram permitidas visitas ao local, de forma que foi preciso abandonar a pesquisa física e migrar para um levantamento dentro do serviço digital.

Todavia, após uma longa etapa de refinamento do material disponibilizado pelo IPHAN, chegou-se a um número reduzido de dados aproveitáveis. Ocorre que a plataforma de acesso aos processos do Sistema Eletrônico de Informações - SEI está em processo de construção a partir da inserção de dados recentes, isto é, o trajeto parte do tempo presente para o passado, de

forma que a grande massa de documentos ainda não está disponível para visualização e pesquisa.

Ainda, dos processos acessíveis pela plataforma, em diversos casos há documentos encerrados, descontinuados e também bloqueados, cujo acesso está restrito aos técnicos. São documentos que estão sob análise ou protegidos pela lei de acesso à informação. Diante de tal situação, preferiu-se suspender o trabalho, focando-se nos documentos disponíveis, principalmente aqueles com viés acadêmico.

Assim as fontes foram coletadas após uma revisão da publicação bibliográfica arqueológica, incluindo alguns pesquisadores amadores, que realizaram levantamentos na década de 1960, até um pouco antes, final da década de 1950, e aqueles pesquisadores associados ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA, desenvolvido entre as décadas de 1965 e 1971, momento em que foram lançadas as primeiras incursões sob a sigla do projeto no planalto do Rio Grande do Sul. Seguiu-se com as pesquisas realizadas nas décadas posteriores e, finalmente, aquelas mais recentes publicadas até o ano de 2021.

Quanto aos documentos selecionados, como pode ser observado no Quadro 1, foram relacionadas 53 obras apuradas e previamente selecionadas a partir das plataformas de busca na Internet. Já o Quadro 2 congrega todas as produções, ao total são 48, que não possuem acesso digital, apenas físico. A maior parte foi conseguida por meio de auxílio dos funcionários do IAP. O material físico foi todo fotografado.

Quadro 1 - Lista do material bibliográfico selecionado através de busca realizada na Internet e a partir de canais eletrônicos e/ou bancos de teses e dissertações e/ou sites de periódicos.

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
LA SALVIA, Fernando	Resumos das Pesquisas Arqueológicas no Planalto – Rio Grande do Sul	Pesquisas, Antropologia, n.18	1968	Periódico
BROCHADO, José J. J. Proenza et al.	Arqueologia brasileira em 1968. Um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas	Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi. Publicações Avulsas, n.12	1968	Relatório
SCHMITZ, Pedro Ignácio	Grandes Complexos de Cerâmica Indígena no Sul do Brasil	Pesquisas, Antropologia, n.18	1968	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio	Algumas datas de carbono 14 de casas subterrâneas no planalto do Rio Grande do Sul	Pesquisas, Antropologia, n. 20	1969	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio, et al.	Arqueologia no Rio Grande do Sul	Pesquisas, Antropologia, n.16	1967	Periódico

MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto (Coord.)	Escavações arqueológicas no município de Bom Jesus, RS	Revista de Arqueologia	1994	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio	As tradições ceramistas do Planalto Sul-Brasileiro	Documentos	1988	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio et al	Pesquisas sobre a tradição Taquara no nordeste do Rio Grande do Sul	Documentos	1988	Periódico
RÜTSCHILLING, Ana L. B.	Pesquisas Arqueológicas no Baixo Rio Camaquã	Documentos	1989	Periódico
REIS, José Alberione	Arqueologia dos Buracos de Bugre: uma pré-história do Planalto Meridional	Dissertação	2002	Livro
BEBER, Marcus Vinícius	O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do Planalto Sul-brasileiro: o caso da Tradição Taquara/Itararé	Banco de Teses e Dissertações UNISINOS	2004	Tese
DIAS, Adriana Schmidt	Sistema de assentamento e estilo tecnológico: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul	Banco de Teses e Dissertações USP	2003	Tese
DIAS, Jefferson Luciano Zuch	A Tradição Taquara e sua ligação com o índio Kaingang	Banco de Teses e Dissertações UNISINOS	2004	Dissertação
DIAS, Jefferson Luciano Zuch	Arqueologia no médio Vale do Rio dos Sinos e Vale do Rio Paranhana: o processo de ocupação pelos grupos ceramistas das tradições Taquara e Tupiguarani	Banco de Teses e Dissertações UNISINOS	2015	Tese
SCHMITZ, Pedro Ignácio; **BASILE BECKER**, Ítala Irene	Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a tradição Taquara. Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil	Documentos	2006	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio et. al.	O projeto Vacaria: casas subterrâneas no planalto rio-grandense	Pesquisas, Antropologia	2002	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio; **ROGGE**, Jairo Henrique	Dados e reflexões para o sistema de assentamento de populações ceramistas do planalto do Rio Grande do Sul	Revista de Arqueologia	2004	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio. et al.	O povoamento Guarani do Vale do Rio dos Sinos	Pesquisas, Antropologia	2019	Periódico
ROGGE, Jairo Henrique	Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul	Banco de Teses e Dissertações UNISINOS	2004	Tese

ROGGE, Jairo Henrique	Os sítios arqueológicos estudados no Litoral Central	Pesquisas, Antropologia	2006	Periódico
CORTELETTI, Rafael	Patrimônio Arqueológico de Caxias do Sul	Dissertação	2008	Livro
COPÉ, Silvia Moehlecke	Les grands constructeurs precoloniaux du plateau de sud du Bresil: etude de paysages archeologiques a Bom Jesus, Rio Grande do Sul, Bresil	Universidade de Paris	2006	Tese
COPÉ, Silvia Moehlecke	Narrativas espaciais das ações humanas. História e aplicação da arqueologia espacial como teoria de médio alcance: o caso das estruturas semi-subterrâneas do planalto Sul-brasileiro	Revista de Arqueologia	2006	Periódico
COPÉ, Silvia Moehlecke	Arqueologia da arquitetura: ensaio sobre complexidade, performance e processos construtivos das estruturas semi-subterrâneas do planalto gaúcho.	Anais Encontro da SAB/Sul	2006	Anais
COPÉ, Silvia Moehlecke	El uso de la arquitectura como artefacto en el estudio de paisajes arqueológicos, del altiplano Sur Brasileño, Rio Grande do Sul	Revista de Arqueología	2007	Periódico
COPÉ, Silvia Moehlecke	A gênese das paisagens culturais do planalto sul brasileiro	Estudos Avançados	2015	Periódico
SALDANHA, João Darcy de Moura	Paisagens, lugares e cultura material: uma arqueologia das terras altas do sul do Brasil	Banco de Teses e Dissertações PUCRS	2005	Dissertação
SALDANHA, João Darcy de Moura	Paisagens e Sepultamentos nas Terras Altas do Sul do Brasil	Revista de Arqueologia	2008	Periódico
ROSA, Carolina Aveline Deitos	Pessoas, coisas e um lugar	Banco de Teses e Dissertações PUCRS	2007	Dissertação
DE SOUZA, Jonas Gregório	A cerâmica de Tradição Itararé-Taquara (RS/SC/PR) e a difusão das línguas Jê Meridionais: uma reanálise dos dados	Biblioteca UFRGS	2009	Monografia
DE SOUZA, Jonas Gregório	Paisagem ritual no planalto meridional brasileiro: complexos de aterros anelares e montículos funerários Jê do Sul em Pinhal da Serra, RS	Banco de Teses e Dissertações USP	2012	Dissertação
DE SOUZA, Jonas Gregório	Áreas de atividade em dois centros cerimoniais Jê do Sul: relações entre arquitetura e função.	Revista de Arqueologia	2012	Periódico

DE SOUZA, Jonas Gregório; **COPÉ**, Silvia Moehlecke	Novas perspectivas sobre a arquitetura ritual no planalto meridional brasileiro: pesquisas recentes em Pinhal da Serra, RS	Revista de Arqueologia	2010	Periódico
AZEVEDO, Leonardo Waisman	Estruturas semi-subterrâneas e galerias: estudo de um caso atípico no planalto do Rio Grande do Sul	Biblioteca UFRGS	2010	Monografia
AZEVEDO, Leonardo Waisman	Economia de combustíveis e tecnologia de fogueiras em sítios Proto-Jê do Sul nas terras altas do Brasil Meridional.	Banco de Teses e Dissertações UFRJ/Museu Nacional	2014	Dissertação
AZEVEDO, Leonardo Waisman; **COPÉ**, Silvia Moehlecke	A gênese das galerias subterrâneas do Planalto Sul Brasileiro	Revista de Arqueologia	2012	Periódico
AZEVEDO, Leonardo Waisman; **COPÉ**, Silvia Moehlecke; **SCHEEL-YBERT**, Rita	Considerações para o estudo de Fogueiras nas Terras Altas Sulbrasileiras	Revista Memorare	2013	Periódico
PINTO, Marcus Vinicius Carvalho	O contato cultural entre populações pré-coloniais nas terras altas do sul brasileiro: um estudo de caso do sítio RS-AN-03, Bom Jesus – RS	Biblioteca UFRGS	2010	Monografia
WAGNER, Gustavo Pereira	Ceramistas pré-coloniais do litoral norte	Banco de Teses e Dissertações PUCRS	2004	Dissertação
D'AVILA, Luísa Nunes	A construção do espaço social entre os Jê do Sul: uma análise regional dos aglomerados de estruturas subterrâneas no Planalto das Araucárias	Biblioteca UFRGS	2012	Monografia
SANHUDO, Marcelo da Silva	A arqueologia do Planalto Sul Brasileiro: o caso do sítio RS-PE-41	Biblioteca UFRGS	2012	Monografia
WOLF, Sidnei	Paisagens e sistemas de assentamento: um estudo sobre a ocupação humana pré-colonial na bacia hidrográfica do Rio Forqueta/RS	Banco de Teses e Dissertações UNIVATES	2012	Dissertação
WOLF, Sidnei	Arqueologia Jê no Alto Forqueta/RS e Guaporé/RS: um novo cenário para um antigo contexto	Banco de Teses e Dissertações UNIVATES	2016	Tese
WOLF, Sidnei; **MACHADO**, Neli Galarce	Novas perspectivas sobre a presença de estruturas subterrâneas na arqueologia Jê	(I)mobilidades na pré-história	2020	Livro
MERGEN, Natália Machado; **SCHMITZ**, Pedro Ignácio	Pesquisas arqueológicas pioneiras no Litoral Norte Gaúcho (1960-1970),	Pesquisas,	2016	Periódico

SCHNEIDER, Fernanda	Poder, transformação e permanência: a dinâmica de ocupação Guarani na Bacia do Taquari-Antas, Rio Grande do Sul, Brasil	Banco de Teses e Dissertações UNIVATES	2019	Tese
FIEGENBAUM, Jones	História antiga do Planalto das Araucárias, Rio Grande do Sul, Brasil - o Jê Meridional e o diálogo com o ambiente	Banco de Teses e Dissertações UNIVATES	2020	Tese
DE MARQUE, Luciane Massaro	Arquitetura pré-histórica: um estudo sobre a estrutura de cobertura das casas subterrâneas dos Jê Meridionais	Banco de Teses e Dissertações UNIVATES	2015	Dissertação
SCHNEIDER, Patrícia et al.	Arqueologia do Arroio Marrecas - Caxias do Sul, RS	Cadernos do LEPAARQ	2014	Periódico
ROSA, Lauren Waiss da	Interpretando a dinâmica de um assentamento Jê Meridional na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS: estudo de caso do sítio RS-T-126	Banco de Teses de Dissertações UNISINOS	2017	Dissertação
KLAMT, Sérgio	Assentamentos a céu aberto da Tradição Taquara/Itararé no município de Bom Jesus, RS	Revista do Cepa	2017	Periódico
SECCHI, Mariela Inês	Evolução ambiental durante o quaternário superior em Arvorezinha/RS: um milênio de influência humana na alteração florestal.	Banco de Teses e Dissertações UNIVATES	2017	Tese
SILVA, Sérgio Baptista	Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê Meridionais	Banco de Teses e Dissertações USP	2001	Tese

Fonte: Da autora (2022), com base nos dados coletados na pesquisa.

Quadro 2 - Lista do material bibliográfico selecionado através de busca realizada na biblioteca do Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS.

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
CHMYZ, Igor	Prospecções arqueológicas no Vale do Rio das Antas, Rio Grande do Sul (Brasil)	Acta Praehistorica	1961/1963	Periódico
MILLER, Eurico Th.	Pesquisas Arqueológicas Efetuadas no Nordeste do Rio Grande do Sul	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados Preliminares do Primeiro Ano 1965-1966	1967	Relatório
MILLER, Eurico Th.	Pesquisas Arqueológicas Efetuadas no Noroeste do Rio Grande do Sul	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados Preliminares do Segundo Ano 1966-1967	1969	Relatório

MILLER, Eurico Th.	Pesquisas Arqueológicas Efetuadas no Planalto Meridional, Rio Grande do Sul (Rios Uruguai, Pelotas e das Antas)	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados Preliminares do Quarto Ano 1968-1969	1971	Relatório
MILLER, Eurico Th.	Pesquisas Arqueológicas em Abrigos-sob-rocha no Nordeste do Rio Grande do Sul	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados Preliminares do Quinto Ano 1969-1970	1974	Relatório
LA SALVIA, Fernando; **SCHMITZ**, Pedro Ignácio; **BASILE BECKER**, Ítala Irene	Cerâmica Caingáng – fase Vacaria	Separata de Estudos de pré-história Geral e Brasileira	1970	Periódico
BROCHADO, José J. J. Proenza.	Histórico das pesquisas arqueológicas no Estado do Rio Grande do Sul	Iheringia	1969	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio	Paradeiros Guaranis em Osório (Rio Grande do Sul)	Pesquisas, Antropologia, n.02	1958	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio; **BASILE BECKER**, Ítala Irene	Aterros em áreas alagadiças no sudeste do RS e Nordeste do Uruguay	Anais do Museu de Antropologia	1970	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio; **LA SALVIA**, Fernando	Considerações sobre as culturas cerâmicas não Tupi-Guarani do Brasil Meridional.	Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	1973	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio et al.	Prospecções arqueológicas no vale do Camaquã, RS	Separata de Estudos de pré-história Geral e Brasileira	1970	Periódico
BASILE BECKER, Ítala Irene; **SCHMITZ**, Pedro Ignácio	Uma cerâmica de tipo Eldoradense: Fase Itapiranga	Separata de Estudos de pré-história Geral e Brasileira	1970	Periódico
MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto	Sítio RS-C-14: Bom Jardim Velho (Abrigo sob Rocha – Nota Prévia).	IHERINGIA	1972	Periódico
MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto	Primeiras Datações pelo Método do C-14 para o Vale do Caí, RS	Revista do CEPA	1974	Periódico
MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto	Os Abrigos-sob-rocha do Virador, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, Nota Prévia	Revista do CEPA	1975	Periódico
MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto **SILVEIRA**, Ítela da.	Sítios Arqueológicos da Tradição Taquara, Fase Erveiras, no Vale do Rio Pardo, RS, Brasil	Revista do CEPA	1979	Periódico
SILVEIRA, Ítela da, et al.	Arqueologia no planalto meridional entre os vales dos rios Jacuí e Pardo/RS.	Publicação Avulsa, APESC/PUC-RS	1978	Periódico

MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto	Casas Subterrâneas no Planalto Meridional Município de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil	Revista do CEPA	1980	Periódico
MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto	Sítios arqueológicos numa microrregião de área alagadiça na Depressão Central do Rio Grande do Sul, Brasil	Revista do CEPA	1983	Periódico
MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto	Arqueologia do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil	Banco Teses e Dissertações PUCRS	1991	Tese
MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto	A Tradição Taquara e as casas subterrâneas no sul do Brasil.	Revista de Arqueologia Americana	1999/ 2000	Periódico
MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto **RIBEIRO**, Catharina Torrano	Levantamentos Arqueológicos no Município de Esmeralda, Rio Grande do Sul, Brasil	Revista do CEPA	1985	Periódico
MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto et al.	Levantamentos arqueológicos na encosta do planalto entre o vale dos Rios Taquari e Caí, RS, Brasil	Revista do CEPA	1989	Periódico
LA SALVIA, Fernando	A Habitação Subterrânea: Uma Adaptação Ecológica	A arquitetura no Rio Grande do Sul	1987	Artigo de livro
SCHMITZ, Pedro Ignácio; **BROCHADO**, José J. J. Proenza	Datos para una secuencia cultural del Estado de Rio Grande do Sul (Brasil).	Pesquisas, Antropologia	1981	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio; **BROCHADO**, Joaquim J. Proenza	Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Contribuciones a la Prehistoria de Brasil	Pesquisas, Antropologia	1981	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio	La arqueología del nordeste argentino y del sur de Brasil en la visión del Dr. Osvaldo F. A. Menghin y de los arqueólogos posteriores	Pesquisas, Antropologia	1981	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio et al	Os cultivadores do Planalto e do Litoral	Temas de Arqueologia Brasileira	1980	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio et al	Nova contribuição à fase Erveiras, Tradição Taquara	Documentos	1987	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio	Arqueologia no planalto sul-brasileiro.	Revista de Arqueología Americana, n. 17,18 y 19	jul/1999/ dez/200 0	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio (Coord.)	GT 3: Arqueologia Pré-Histórica do Planalto	Revista do CEPA	1999	Periódico
KERN, Arno Alvarez	Interação cultural e meio ambiente em sítios de habitação subterrânea no Planalto sul-rio-grandense (Município de Vacaria, RS).	Boletim do MARSUL	1985	Periódico

KERN, Arno Alvarez; **SOUZA**, José Otávio Catafesto; **SEFFNER**, Fernando	Arqueologia de salvamento e ocupação pré-histórica do vale do Rio Pelotas (Municípios de Bom Jesus e Vacaria, RS). 1ª parte: Arqueologia de campo	Véritas	1989	Periódico
KERN, Arno Alvarez; **SOUZA**, José Otávio Catafesto; **SEFFNER**, Fernando	Arqueologia de salvamento e ocupação pré-histórica do vale do Rio Pelotas (Municípios de Bom Jesus e Vacaria, RS). 2ª parte: Arqueologia de laboratório	Véritas	1989	Periódico
SCIENTIA AMBIENTAL S/C LTDA; NÚCLEO DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS/UFRGS; ITACONSULT CONSULTORIA E PROJETO EM ARQUEOLOGIA LTDA.	Projeto de levantamento arqueológico na área de inundação e salvamento arqueológico no canteiro de obras da UHE Barra Grande, SC/RS.	Relatório Arqueológico	2002	Relatório
MACHADO, Neli Teresinha; **MILDER**, Saul. E. S.	Prospecções arqueológicas e físico-químicas no sítio RS T 100 - estruturas subterrâneas em San Valentin/Ilópolis - RS	Colóquio sobre Sítios Construídos Pesquisas	2005	Anais Colóquio
SCHMITZ, Pedro Ignácio et. al.	Os índios engenheiros e suas estranhas casas enterradas	Anais do Colóquio sobre Sítios Construídos Pesquisas	2005	Anais Colóquio
SCHMITZ, Pedro Ignácio	"Casas subterrâneas" no Planalto Rio-Grandense, O projeto Vacaria	Anais do Colóquio sobre Sítios Construídos Pesquisas.	2005	Anais Colóquio
ROGGE, Jairo Henrique; **SCHMITZ**, Pedro Ignácio	Pesquisas arqueológicas em São Marcos, RS	Pesquisas, Antropologia	2009	Periódico
ROGGE, Jairo Henrique; **SCHMITZ**, Pedro Ignácio	Projeto Arroio do Sal: a ocupação indígena pré-histórica no litoral norte do Rio Grande do Sul	Pesquisas, Antropologia	2010	Periódico
COPÉ, Silvia Moehlecke; **SALDANHA**, João Darcy de Moura	Em busca de um sistema de assentamento para o Planalto Sul Riograndense: escavações no Sítio RS-AN-03, Bom Jesus, RS	Pesquisas, Antropologia	2002	Periódico
COPÉ, Silvia Moehlecke; **SALDANHA**, João Darcy de Moura; **CABRAL**, Mariana.P.	Contribuições para a Pré-História do Planalto: Estudo da Variabilidade de Sítios Arqueológicos de Pinhal da Serra, RS	Pesquisas, Antropologia	2002	Periódico
VICROSKI, Fabrício J. Nazzari	Arqueologia no Quadrante Patrulhense: notas de pesquisa em Canela e São João da Urtiga	Raízes de Santo Antônio da Patrulha: 30 anos	2019	Livro
LAZZAROTTO, Danilo	Resumo das Fichas de campo (Bom Jesus. Pesquisas de 25 a 28 de janeiro de 1972)	Não Publicado	1972	Relatório

LAZZAROTTO, Danilo et al.	A Mangueira do Silveira, Quem a construiu.	Não Publicado	S/D	Artigo
LAZZAROTTO, Danilo; **STEIMETZ**, Rolf Frederico	Resumo das Fichas de campo (Pesquisas em Bom Jesus. Janeiro 1969)	Não Publicado	1969	Relatório
LAZZAROTTO, Danilo; **SCHMITZ**, Pedro Ignácio; **BASILE BECKER**, Ítala Irene **STEIMETZ**, Rolf Frederico	Pesquisas Arqueológicas no Planalto.	Datilografado	S/D	Artigo
COPÉ, Silvia. Moehlecke	Arqueologia pré-histórica do planalto: os grupos ceramistas da tradição Taquara	Revista do CEPA	1999	Periódico

Fonte: Da autora (2022), com base nos dados coletados na pesquisa.

Para realizar a análise dos documentos, Quadro 1 e Quadro 2, se elaborou uma planilha em programa de Excel para fragmentar os textos e organizar os dados. Por meio da leitura dos diversos textos foram elencadas categorias de verificação consideradas importantes para compreender como foi construída a noção da tradição Taquara, a partir dos estudos da cultura material e do pensamento do pesquisador, no que concerne a construção das suas análises e posicionamento teórico. Foram estabelecidos os seguintes critérios:

1 - Constructo

a) Publicação
b) Hipótese
c) Objetivo
d) Antecedentes Históricos
e) Antecedentes da Pesquisa

O **Constructo**, diz respeito ao texto de forma geral: identificação da publicação, se periódico, capítulo de livro, tese, dissertação, monografia, relatório, e a forma como foi construído: se o material traz alguma hipótese de trabalho, objetivo do texto e se o documento apresenta alguma contextualização, tanto histórica, a respeito da ocupação da área ou região, quanto de pesquisas anteriores, realizadas no local ou na região de interesse, inclusive se o há alguma figura, tabela, ou outro tipo de ilustração.

2 - Contexto

a) Informações sobre o ambiente
b) Nome do Sítio
c) Cultura Associada
d) Tipo de Estrutura/Quantidade
e) Georreferenciamento
f) Datação
g) Implementação dos Sítios na paisagem/Distribuição das Estruturas

O **Contexto** agrupa uma série de elementos, iniciando pela caracterização do ambiente no qual a população em estudo estava inserida. Com referência aos termos relacionados ao ambiente, de forma geral os autores utilizam-se das palavras ambiente e paisagem como sinônimos para retratar o meio natural que é sempre associado ao contexto geológico e biótico.

Outras informações associadas a esse tópico são: o nome do sítio e a cultura arqueológica a que está associada. Cabe esclarecer que neste ponto, diversos sítios atualmente vinculados ao Jê Meridionais podem estar associados a outros contextos, por exemplo, no litoral do Rio Grande do Sul, diversos assentamentos vinculados à tradição Taquara estão sobrepostos a sítios pré-cerâmicos do tipo sambaqui, assim como sítios da tradição Taquara podem estarem sobrepostos por sítios Guarani, e depois voltar a ter uma sobreposição Taquara.

Se discrimina também o tipo de estrutura que o sítio apresenta: casa subterrânea ou também denominada de estrutura subterrânea ou semissubterrânea, sítio acampamento, sítio acampamento à céu aberto ou sítio superficial, gruta, jazigo, caverna ou abrigo-sob-rocha, montículo, aterro, cordões de terra, também procurei quantificar as estruturas que apareciam, sejam de maneira geral, ou por sítio. Se possuía algum tipo de georreferenciamento, seja apenas descritivo, e descrito com identificação de *Global Positioning System* - GPS, além de datações. Por fim, também era importante observar se os pesquisadores traziam informações/descrições a respeito da implantação dos sítios e a consequente distribuição das estruturas dentro do ambiente: em campo aberto, dentro de capão de mato, em terreno antropizado, em encosta, meia encosta, alto de morro, etc.

3 - Análise

a) Descrições sobre as Estrutura
b) Descrições sobre os Artefatos
c) Conclusões

A **Análise** parte do item anterior, enquanto se observa a Implementação dos Sítios na paisagem/Distribuição das Estruturas, se procura identificar por quais e quantas estruturas o sítio está composto, tipo, forma e tamanho, etc., bem como quais e quantos tipos de artefatos foram encontrados e em que contexto. Dentro dessa categoria de verificação objetiva-se identificar a metodologia empregada na análise dos artefatos recuperados. Mais ainda, levando em conta as observações e conclusões expostas pelo pesquisador, se pretende identificar como se dá o fechamento do texto, por exemplo, fica evidente seu posicionamento quanto ao desenvolvimento de alguma teoria? E que caminhos o autor aponta para concluir seus problemas e hipóteses de investigação?

CAPÍTULO 2 – REVIRANDO O BAÚ DE CURIOSIDADES DA ARQUEOLOGIA

> Para as pessoas comuns, a Arqueologia, se significa alguma coisa, é uma prática aventureira que deve ser levada a cabo no Egito ou em qualquer outro lugar, mas não no Brasil, já que nos faltam pirâmides e outras ruínas interessantes. A Arqueologia pré-histórica, no que diz respeito aos nativos americanos, é comumente desprezada como uma desnecessária procura por índios bárbaros e incivilizados (FUNARI, 1994, p.24)

A citação acima resume o sentimento quando se pensa e se fala sobre a arqueologia praticada no Brasil, tanto pela ótica do senso comum quanto e, não raro, da própria academia. Está certo que nesses 19 anos que separam a colocação do autor supracitado e a prática arqueológica atual, algumas coisas mudaram.

Notadamente, a arqueologia alcançou maior publicidade, têm recebido maior atenção das redes de mídia, mesmo que ainda imprimindo uma nuance aventureira à essa área do conhecimento, – e não que isso seja ruim – mas muito de sua popularidade se deve ao estudo sobre o impacto ambiental, desenvolvido no Licenciamento Ambiental. Este último acabou abrindo maior oportunidade de mercado de trabalho, tanto quanto, refletiu na necessidade de criação de graduação em Arqueologia em diversas universidades no país.

Ao sair do restrito reduto formado por profissionais acadêmicos a arqueologia ganhou um formato mais empresarial e, por sua vez, também mais midiático. Ao mudar um pouco a sua roupagem, também despertou interesse e novos adeptos, tanto pela prática em si quanto pelo potencial de contar uma história de um tempo passado baseada em artefatos. Por outro lado, despertou a ira de um grupo que, totalmente contrário a esses "cacos antigos", veem a arqueologia como mais um empecilho, porque "tranca" obras "apenas por uns míseros cacos

quebrados de panelas e pedras de índio, quando não de louça velha"; porque custa caro desenterrar todo esse "lixo" que não "serve pra nada", e ainda envolve um tal de IPHAN, que só sabe fazer emperrar a liberação das licenças.

Esse desprezo pela "arqueologia dos cacos" fica mais evidente quando o poder de decisão sobre a avaliação do patrimônio arqueológico não depende apenas da vontade do arqueólogo, mas é afetado por inclinações de grupos distintos, seja o governo, empreiteiras, empresários ou demais interessados, que influenciam no que é conveniente preservar (BARRETO, 1999).

De especial relevância neste trabalho, tomo por exemplo o patrimônio arqueológico associado aos grupos indígenas. Há uma clara falta de identificação da população em geral com o seu passado indígena, como sublinha Barreto (1999/2000, p. 34),

> a arqueologia no Brasil é marcada não só pela falta de identificação étnica e cultural com o passado indígena, mas ainda sofre o agravante do caráter pouco monumental e modesto do patrimônio material, em grande parte perecível e de difícil conservação, dificultando ainda mais a valorização e identificação cultural com este patrimônio por parte da sociedade em geral.

Mais distante fica esta identificação - e relação - quando o arqueólogo tem de lidar, e dar sentido a um patrimônio materializado e formado, em sua maioria, por restos fragmentados de rocha ou cerâmica, em detrimento - de uma legislação que tem por premissa a conservação - do monumento edificados sobre pedra e cal, como assinala Barreto (1999, p. 205). Ainda corroborando com a autora, este patrimônio, tão frágil e tão "insignificante" aos olhos de muitos, enfraquece não só o papel da arqueologia como a responsável pelo seu resgate, como diminui a importância e a influência destes povos para a construção do conceito de nação.

Somos um povo que ainda ignora um passado rico e farto de referências culturais nativas em detrimento de uma falsa ideia nacionalista - de pouca base ideológica - de uma herança cultural que quer se fazer entender "tipicamente" europeia, mas é constituída sobretudo, por um nome e/ou sobrenome de difícil pronúncia, que por sua vez pode ser rastreado à um pequeno vilarejo de alguma cidade da Europa e pela "conservação" de algum dialeto. Mas seguimos tipicamente europeus, como no caso do Rio Grande do Sul, onde os hábitos de tomar o sagrado chimarrão, comer churrasco, polenta, batatas, feijão, abóboras, aipim, butiá (que vai bem com uma infusão de cachaça) escutar músicas que envolvem uma lida campeira – ou a saudade dela - em largos campos verdejantes de uma campanha gaúcha, cujo horizonte se perde de vista, ou cruzar tocando o gado por uma serra verdejante e fartar-se de pinhão maduro em tempos de

serração embalado pela ação do vento minuano. Não, isso nada tem de ver com a influência dos povos que aqui estavam antes da chegada dos colonizadores.

Com isso procuro enfatizar a colocação de Antônio Cândido (apud Barreto, 1999, p. 204) de que "na nossa cultura há uma ambigüidade fundamental: a de sermos um povo latino, de herança cultural européia, mas etnicamente mestiço, situado no trópico, influenciado por culturas primitivas, ameríndias e africana". E mais, Barreto (1990, p. 204) é certeira quando afirma que a história da arqueologia brasileira é uma arqueologia da ambiguidade, porque é uma arqueologia do "outro", mas também é uma arqueologia "de nós mesmos":

> a história da arqueologia brasileira é a história do confronto do brasileiro com seu passado cultural. Por isso reflete a ambigüidade a que se refere Antonio Cândido na nossa cultura. A arqueologia brasileira fica entre uma arqueologia do "outro" (o outro, no caso, sendo sobretudo o indígena), e uma arqueologia "de nós mesmos" na qual há uma real identificação cultural com as sociedades passadas estudadas.

O interesse em acentuar essas primeiras linhas acima é porque elas vão ao encontro do assunto que precisa começar a ser delineado a seguir, que é trazer à tona a discussão sobre as correntes teóricas da arqueologia em voga no Brasil e como elas influenciaram - e ainda influenciam - os pesquisadores selecionados para a análise e na construção da chamada tradição cerâmica Taquara, com especial atenção ao Rio Grande do Sul, recorte espacial deste trabalho. Mas, antes de adentrar especificamente nas principais teorias arqueológicas, deixe-me discorrer um pouco sobre a arqueologia enquanto uma área científica em formação.

2.1 Da Arqueologia dos Gabinetes de Curiosidades ou Antiquarismo ao seu envolvimento com o Evolucionismo

Inicio o assunto sublinhando que o ser humano é movido pela curiosidade, seja ela pelo passado ou pelo futuro. No que diz respeito à arqueologia, o interesse pelo passado envolve compreender não somente o desenvolvimento humano, como também colecionar peças antigas. Foi assim entre babilônios e gregos, que inauguraram os primeiros museus, ou durante o Renascimento na Europa, com a formação dos "gabinetes de curiosidades" compostos por objetos exóticos e pelos artefatos mais elaborados trazidos dos arredores da Europa, das mais distantes regiões da Ásia ou do além-mar, das Índias Ocidentais (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999/2000). Inaugurava-se a era do antiquarismo.

O estreitamento entre os territórios de um velho e de um novo mundo possibilitado pelo trânsito marítimo a partir do século XVI, descortinou um mundo até então somente imaginado

em contos de aventura e ficção: traços físicos, comportamentos, modos de vida e economia causaram alvoroço nas cortes da Europa e estimularam fervorosa especulação sobre sua origem, uma vez que tal existência não refletia a verdade Bíblia (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999/2000).

Mas a arqueologia enquanto área de conhecimento, ensino e aprendizagem, constituiu-se somente mais tarde, no século XIX. Antes disso, e procurando trazer para o caso brasileiro, os relatos deste Novo Mundo, extraordinário e de histórias fantásticas, ficaram por conta dos relatos dos primeiros cronistas e jesuítas, como sendo estes os testemunhos mais antigos que nos informam sobre as populações nativas.

As crônicas do descobrimento não são um documento arqueológico, embora seja possível utilizá-las porque fazem alusões à cultura material indígena e podem contribuir à pesquisa. Mas elas são, sobretudo, visões, descrições, interesses de pessoas que se depararam com algo tido como extraordinário e visto pela primeira vez. Sem nenhum referencial em que se pautar para além do único mundo conhecido, logicamente que as interpretações seriam sustentadas por este viés.

Com isso reforço que pouco importava conhecer as diversas culturas dispersas pelo território, tanto que as populações nativas foram genericamente reduzidas e rotuladas por "índios", estigma que ainda persiste em detrimento da recusa em percebê-los como pertencentes a culturas e etnias distintas (ROSA, 2015). E se esses indivíduos incorporam os costumes da sociedade branca, passando a um maior convívio, a situação fica ainda mais insustentável, porque passam a ser vistos como não-índios, aculturados e, portanto, excluídos de uma "classificação social".

Fato é que o Novo Mundo foi sendo conhecido a partir do olhar do outro e sempre pela ótica colonial. Notadamente, entre os séculos XVIII e especialmente o XIX, já instigados pelos preceitos científicos do Iluminismo, parte do Brasil, e mais especificadamente do Rio Grande do Sul, foram visitados por naturalistas viajantes interessados em observar a natureza de forma racional.

Os dados coletados por esses exploradores serviram com igual interesse à arqueologia como material de estudo porque "são marcados pelo crescente interesse europeu pela etnologia, e pelo reconhecimento do potencial informativo da cultura material" (BARRETO, 1999/2000, p. 34). Na Europa, durante o Iluminismo, se acentuou o interesse pelo passado, em especial pela discussão sobre a antiguidade do ser humano e suas origens. Era a arqueologia dando passos mais arrojados.

Entretanto, neste período, podemos nos referir a uma Arqueologia Evolucionista, não obstante, interessada nas evidências arqueológicas e nos povos nativos em diversas partes do globo, incluindo do Novo Mundo. E apesar da postura científica e racional, o Novo Mundo permanecia sendo observado a partir do olhar do outro, pela ótica colonial, que era ainda carregada pela inspiração bíblica. Com o mesmo interesse, se passava à descrição da flora, à fauna, aos nativos e à cultura material (BARRETO, 1999/2000).

Fato é que essa perspectiva não foi alterada nem mesmo com o estabelecimento da Corte Portuguesa, que foi incentivadora do conhecimento na natureza e populações indígenas. Veja que mesmo passados mais de dois séculos, ainda se utiliza dessa mesma imagem clássica onde: acomoda-se o(s) índio(s) em seu "estado natural" (cocar, penas, tanga, arco e flecha e pintura no rosto), para compor uma paisagem também natural e idílica. Essa imagem é usada como peça de propaganda para enaltecer a imagem colorida, diversa e rica da natureza brasileira. Ela também serve para enaltecer o nativismo, identificando o povo brasileiro a uma origem nativa passada. Mas nunca se ressalta o histórico de usurpação, perseguição e massacre.

Na Europa, o século XIX ainda representou o estabelecimento da arqueologia enquanto disciplina[5]. Suas bases decorreram da geologia, de onde vieram os métodos para a escavação arqueológica e o estudo da estratigrafia. Também demonstrou ser este o início de uma arqueologia científica, segundo Trigger (2004, p. 71), devido a constituição de um "estudo autônomo e sistemático da pré-história, distinto do antiquarismo dos primeiros tempos". Com isso o autor sublinha dois momentos importantes que culminaram no surgimento da Arqueologia Pré-histórica ou Paleolítica: a invenção de novas técnicas para uma datação relativa de achados arqueológicos – não mais apoiada somente em registros escritos - e a arqueologia paleolítica, que ocupando-se de questões relativas à origem humana, trouxe profundidade temporal à história humana - noção das três idades sucessivas: pedra, bronze e ferro.

No entanto, como destaca Robrahn-González (1999/2000, p. 15), o modelo das três idades não se ajustou aos continentes africano e americano, mas o mérito deste sistema está em sua importância conceitual e no refinamento dos métodos de investigação como: "ordenar

[5] Gostaria de esclarecer que numa primeira leitura a frase em tela pode dar margem à uma interpretação um tanto conservadora. Da mesma maneira nas outras diversas vezes que irei utilizar-me das expressões: "arqueologia enquanto disciplina", "disciplina de arqueologia" ou apenas "disciplina". Elas podem soar um pouco anacrônicas, arcaicas, incoerentes com um texto que, justamente, busca demonstrar a arqueologia como uma área do conhecimento que se torna cada vez mais plural, mais diversificada. De maneira nenhuma essa é a intensão, pelo contrário, quando as utilizo estou me referindo ao estabelecimento da arqueologia enquanto área de estudo e conhecimento, matéria de ensino e aprendizagem e mesmo sinônimo para cadeira, matéria, ensino, ciência.

cronologicamente os artefatos, levando a um maior controle da pesquisa já desde as escavações, em campo, através de estudos sistemáticos de estratigrafia e coleta de dados".

Apesar disso, os vínculos estreitos estabelecidos com outras ciências tão vanguardistas como a geologia e a biologia, sobretudo esta última após a publicação de *A origem das espécies*, de Charles Darwin, em 1859, a arqueologia acabou sendo fortemente influenciada pelos conceitos derivados da evolução biológica (FEITOZA, 2017). Assim, uma evolução da cultura material foi associada a um aperfeiçoamento social e moral, porque não somente assimilou a crença na desigualdade das raças (TRIGGER, 2004) – por si só uma consequência do evolucionismo darwinista - ensejando um papel insignificante à herança cultural (FEITOZA, 2017), como também absorveu o modelo evolutivo retilíneo[6] que procurava encaixar as sociedades em três estágios: selvageria, barbárie e civilização (REZENDE, 2012), este último, claramente o patamar onde os europeus se encontravam.

Desta forma, se o progresso é visto como inerente à condição humana, e o desenvolvimento da cultura parte de uma perspectiva euroamericana, isso os colocava na vanguarda do progresso humano (TRIGGER, 2004, p. 116). E, notadamente, que os povos nativos coloniais formavam os patamares inferiores, justificando a dominação e exploração, pois "são produto de desajustes biológicos, incapazes de participar do progresso vivido pelos europeus" (SOLTYS, 2010, p. 17).

Por fim, é preciso destacar que apesar do fato de diversos pesquisadores concordarem que a explicação dos três estágios tenha exercido maior poder de persuasão que qualquer outro modelo (TRIGGER, 2004), a crença sobre a evolução cultural ser unilinear, esbarrava na tentativa de oferecer uma explicação plausível do porquê que algumas sociedades se desenvolveram mais rapidamente enquanto outras permaneceram primitivas e essencialmente estáticas (TRIGGER, 2004). Mesmo que a resposta para tal modelo teórico praticado pelos arqueólogos se apoiasse em premissas como o fato de o processo de ascensão ser constante, embora mais lento em alguns casos (REZENDE, 2012), haveria também fatores ambientais incidindo, tais explicações estavam longe de serem convincentes.

[6] Modelo criado a partir das ideias de Lewis Morgan, Herbert Spencer, E.B. Taylor entre outros.

2.2 O que dizer sobre o Brasil? Quais são as informações que delineiam uma ciência arqueológica no Brasil?

As primeiras incursões no Brasil com uma abordagem mais científica e mesmo arqueológica, são atribuídas a naturalistas e viajantes estrangeiros. Expedições envolvendo sítios arqueológicos começaram a ocorrer a partir da segunda metade do século XVIII e intensificaram-se no século XIX. Nesse ínterim, cabe dizer que a Corte Portuguesa incentivou a exploração do território para as pesquisas científicas, incluindo o estabelecimento das primeiras instituições de tipo técnico-científicas.

Todavia, como já citado em passagem anterior, apesar destes terem sido projetos já desprovidos do embevecimento renascentista dos primeiros séculos, o Brasil, e em destaque a Amazônia eram tidos como preciosos à exploração, porque guardavam a natureza e o homem em sua essência. Não à toa, um desses estudos chegou a propor uma teoria para a origem das populações americanas, por Alexandre von Humboldt (1799-1803), que foi ainda sustentada por von Martius que, por sua vez, "desenvolveu-a como uma teoria de involução cultural indígena, voltada para localizar civilização de origem" (BARRETO, 1999/2000, p. 36).

Outras investigações também foram fomentadas na área de geologia e mineralogia e essas coleções de materiais reunidos foram enviados à museus fora do país para exposição e preservação, quanto foram destinados ao Museu Real (Museu Nacional), fundado em 1808. E, apesar de constituir-se com perfil de museu de História Natural, a coleção do Museu Real também alocava peças arqueológicas, que na ocasião eram tratadas mais como coleção de curiosidades (BARRETO, 1999/2000).

De toda a forma, a arqueologia no Brasil desenvolveu-se em consonância com a criação dos museus. Além do já citado Museu Real, fundam-se o Museu Paraense Emílio Goeldi (essencialmente voltado para expedições na Bacia Amazônica), o Museu Paranaense e o Paulista, e foi a partir deles que se constituíram os modelos científicos de produção do conhecimento, e dentro das instituições os modelos teóricos em voga naquele período: evolucionismo, positivismo e naturalismo.

Foi também a partir desses pressupostos teóricos que se deu o início da fase descritivo-classificatória, com o desenvolvimento de tipologias e descrições detalhadas dos objetos, além do mapeamento geográfico dos achados e uma profusão de expedições arqueológicas (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999/2000). Oferecer subsídios para que se pudesse incluir o nativo brasileiro como pertencendo a uma suposta infância no *rol* da escala evolutiva, entre eles

estudos antropométricos (BUENO; MACHADO, 2001), trataram de averiguar as diferentes origens da população autóctone e justificar o atraso na evolução dos indígenas.

Esse retrato da situação da arqueologia coaduna com o contexto do pensamento científico em que se encontrava o Brasil naquele momento, embora também se possa afirmar que em comparação com o cenário europeu essa discussão da antiguidade do homem estaria em descompasso. Outra situação que pode ser levantada e é destacada por Bueno e Machado (2001, p. 4), é que a arte classificatória que envolvia coleta, organização e classificação tinham por objetivo atingir o máximo da objetividade e neutralidade por parte do pesquisador, trouxe importantes e acuradas observações, mas influenciou uma "arqueologia essencialmente [empírica], descritiva e pobre de interpretações".

Assim, em pleno raiar do século XX, a arqueologia no Brasil debatia dentro dos museus sobre a antiguidade da raça humana a partir dos achados de Peter Wilhelm Lund – ossadas humanas misturadas à fauna extinta em uma caverna em Lagoa Santa. Aliás, como aponta Prous (1992), essa foi uma contenda bastante controversa que avançou até os anos de 1970, com a aceitação da existência de um homem pleistocênico sendo contemporâneo à fauna desse período. Em paralelo, outros debates acalorados que vieram a reboque da polêmica pesquisa de Lund, referiam-se às expedições para escavações realizadas pelo Museu Nacional em sítios localizados no baixo Amazonas, o interesse relacionava-se com a origem local ou externa da cultura marajoara. Já outros estudos se importavam com as origens – naturais ou artificiais - dos sambaquis no litoral meridional brasileiro. Ainda é preciso salientar que fora desse circuito, surgiram muitas sociedades científicas históricas e geográficas, criadas a partir do período republicano, e voltadas para uma arqueologia mais popular, aventureira, romântica e fictícia, cujo dedicação estava localizar cidades perdidas, desvendar inscrições míticas, entre tantas outras estórias fantasiosas que, por acaso, ainda vigoram no imaginário do senso comum (BARRETO, 1999/2000).

Durante o período das guerras, a pesquisa arqueológica diminuiu nos museus e acabou diluindo para centros menores e autodidatas. Prous (1992), comenta que essa relativa estagnação dos trabalhos talvez tenha relação com a dissociação entre antropologia e arqueologia. Embora essas duas temáticas sempre "andassem juntas", a partir dos anos de 1920 a antropologia passou a se interessar em estudar o povo brasileiro moderno. Quanto à arqueologia, ela ressurgiu somente mais tarde integrada à universidade e associada à História (BARRETO, 1999/2000).

Por seu lado, Funari (2013) também corrobora com as afirmações sobre o período, salientando que a arqueologia gozava da simpatia do Governo Imperial. D. Pedro I foi quem

teria iniciado a arqueologia brasileira ao trazer para o país artefatos estrangeiros e D. Pedro II foi grande incentivador da criação de museus e institutos. Inclusive, a arqueologia estaria no centro da ideologia imperial, todavia, com o fim da monarquia a arqueologia, automaticamente, foi recrudescendo.

Importante de ser ressaltado, o autor coloca ainda que os anos de 1930 viu crescer a influência do nacionalismo, mas não seria o passado indígena que seria tomado como o "definidor da sociedade brasileira", em seu lugar seria escolhido o "ideal colonial" para a construção de nação: "o período colonial foi escolhido como aquele definidor da sociedade brasileira, em particular durante o período da ditadura fascista do Estado Novo (1937-1945), mas a arqueologia como uma atividade acadêmica começou nessa época como uma reação contrária ao autoritarismo" (FUNARI, 2013, p. 23).

Pensando por esse lado, o passado indígena brasileiro sempre foi valorizado como "pobre" se comparado com os vizinhos sul-americanos. Aliás, o "modesto" conjunto arquitetônico e de artefatos expõe um mal-estar que ainda é despertado. Barreto (1999, p. 36), coloca que desde aquelas missões que buscavam estabelecer a origem das populações indígenas estabelecendo, a partir disso, teorias de raça única e de involução cultural, foi inaugurado "todo um ciclo de especulações imaginosas que viam os índios brasileiros como o estágio final de uma civilização decadente". E, justamente, essas especulações se tornaram "populares entre os intelectuais brasileiros que, formados sob a ótica colonial europeia", sentiam-se frustrados porque aqueles países conseguiam colar seus movimentos nativistas e anticoloniais às antigas tradições que envolviam altas civilizações.

Completando a exposição, esse desprezo por parte das elites intelectuais pelos modestos resultados alcançados pela arqueologia – que infelizmente faz se estender para um deliberado apagamento cultural e literário, a começar pelos livros didáticos – foi ainda agravado mais tarde por sua postura acadêmica, pelo seu tecnicismo e, até mesmo, quanto pelo seu isolamento do restante das ciências humanas e sociais praticadas no país (BARRETO, 1999, p. 36).

Ainda no período dos anos de 1930, no cenário nacional, crescia o apelo por uma política preservacionista. Diante a uma iminente destruição dos sítios arqueológicos e a falta de profissionais aptos a fazerem o resgate incentivaram alguns intelectuais a criarem campanhas de preservação, incluindo a elaboração de um projeto de lei, por Mário de Andrade em 1936, que tinha por objetivo reunir sob a mesma legislação tanto o patrimônio histórico quanto o patrimônio arqueológico.

Outra situação que marcou o século XX, foi a atuação de arqueólogos amadores que interessados nos artefatos indígenas reuniram grandes coleções. Apesar de rejeitados pelo

"corpo profissional" da arqueologia que viria a se formar a partir da segunda metade do século, Prous (1992) destaca que grande parte deles visitavam e recolhiam materiais em sítios em fase de destruição e sua importância para o conhecimento científico reside nas informações que levantaram sobre os inúmeros sítios que vieram a desaparecer na sequência.

Ademais, a ascendente destruição de sítios arqueológicos levou várias outras personalidades a se engajarem na luta pela preservação deste frágil patrimônio. O desenlace dessa defesa resultou na criação de diversos centros acadêmicos de pesquisas. Inclusive, para Barreto (1999) a questão da proteção fez com que, pela primeira vez, a arqueologia assumisse significado político, ao mesmo tempo em que tais campanhas preservacionistas favoreceram a institucionalização acadêmica da Arqueologia e a consequente formação de uma geração de arqueólogos, de igual maneira o início de pesquisa científica dentro da universidade.

Mas a autora também tece crítica ao ressaltar que apesar dessa defesa da política de preservação, os centros acadêmicos tiveram sua preocupação voltada em garantir seus direitos à pesquisa científica sobre um patrimônio em destruição e que, as mudanças geradas por esse movimento necessariamente não podem ser elevadas ao mesmo patamar das demais experiências políticas e de interesse nacionalista alcançadas na América Latina, tais como os casos do México e Peru. A diferença para o Brasil é que a criação dos centros acadêmicos é resultado do esforço de um pequeno grupo representante da elite intelectual interessada em consolidar a disciplina, de forma que os intelectuais brasileiros não souberam ou não quiseram aproveitar-se deste movimento preservacionista para se posicionarem de forma política e ideológica em favor de uma arqueologia nacional. Assim pontua Barreto:

> [...] a arqueologia nasce no Brasil esvaziada de sentido político quanto à identificação da sociedade com o passado estudado, contrastando fortemente com uma outra tradição Latino-americana, tanto em países andinos quanto no México, na qual a preservação e o estudo do patrimônio arqueológico tomou-se, **ao longo da história,** instrumento quer de resistência política ao colonialismo europeu, quer de afirmação de ideologias nacionalistas, anti-coloniais e revolucionárias (BARRETO, 1999, p. 204, grifo da autora).

Dito de outra forma, se em países vizinhos o patrimônio arqueológico encontra eco na identidade cultural de seu povo passadas ou atuais, no Brasil isso não ocorre, pois aqui temos, além de uma legislação que fica muito aquém com relação a proteção do patrimônio de grupos regionais ou nacionais, o nosso aparente "caráter pouco monumental e modesto do patrimônio material", especialmente o indígena (e africano, mas que não iremos comentar, pois envolve outras searas de discussão) "em grande parte perecível e de difícil conservação" dificulta

empolgar ou mesmo sensibilizar, à primeira vista. É fato que no país, o próprio conceito de patrimônio é algo ainda pouco compreendido.

2.3 Arqueologia no Brasil nos tempos atuais e o diálogo com as Ciências Ambientais

Falar em uma arqueologia brasileira nos tempos atuais, é falar sobre mudanças profundas, sobre uma arqueologia que se tornou mais versátil e mesmo, que se profissionalizou. Oliveira (2002) situa as duas últimas décadas do século XX como propulsoras de um processo de reconfiguração enquanto área do conhecimento. O autor aponta para uma reflexão epistemológica para dimensionar a profundidade e a extensão que esse repensar atingiu. De acordo com ele, muito se deve aos pesquisadores formados entre os anos de 1980 e 1990 que, mais abertos às inovações, recorreram a novas bases teóricas e metodológicas e assumiram uma postura mais crítica diante dos resultados de suas análises (OLIVEIRA, 2002, p. 26).

O período citado foi um momento extremamente promissor, uma vez que com a implantação de novos cursos de pós-graduação em diversas universidades no país, a arqueologia pode se inserir nesse ambiente fértil e, ao se consolidar como temática de investigação, crescer exponencialmente em termos de produção e socialização de novos conhecimentos. Claro que não se deve esquecer de sublinhar que, neste final de milênio, tivemos os primeiros impactos da informática, que permitiu acesso à computadores e aos programas de sistemas de informação para a formação de banco de dados, informações geográficas e de outras mídias, bem como a implantação da Internet, que se encaminhou na sequência, para nos catapultar para dentro do mundo virtual.

E o século XXI? A virada do milênio representou uma mudança de proporções exponenciais e não somente com relação a reconfigurações teóricas, como também quanto à *práxis* arqueológica. Se percebeu que a "importância social da Arqueologia não é apenas com o passado, mas também com atuações que envolvem a compreensão do presente" (SOUZA, 2018, p. 82). Desde então vem se processando uma profunda e contundente revisão de valores e de paradigmas e as consequências disso são transformações e reconfigurações que perpassam até mesmo por entre os pesquisadores, que se colocam para refletir sobre sua forma de pensar e de estar no mundo (SALADINO; CAMPO; CARVALHO, 2020).

As mudanças são de diferentes ordens, vejamos: contribuição para a formas mais contundentes de políticas de preservação do patrimônio arqueológico, que perpassam ações de aproximação com a sociedade civil, que por meio da agenda da arqueologia pública, contribui para a socialização do conhecimento arqueológico que reconhece que o valor está em sua

preservação (SOUZA, 2018); da aproximação das arqueologias colaborativas com as sociedades tradicionais pelo reconhecimento e resgate da cultura e pela preservação (MACHADO, 2013); reflexões que perpassam discutir "formulação de questões e proposições de interpretações sobre o passado de culturas, muitas delas subalternizadas"; além do compromisso de pesquisadores "na escrita de novas narrativas sobre o passado, remoto e/ou recente, e pelos grandes desafios impostos ao exercício da profissão e ao desempenho da função social da Arqueologia num país de dimensões continentais e grandes contrastes, socioeconômicos e culturais" (SALADINO; CAMPO; CARVALHO, 2020, p. 53). Outra situação diz respeito à atuação de profissionais da arqueologia que passou a ser necessária em certas instâncias, a partir da implantação da legislação ambiental, que data do final da década de 1980. Aliás, é para esta direção que este campo do conhecimento tem se expandido exponencialmente, absorvendo a maior parte dos formados em cursos de graduação. Também tem chamado a atenção a questão da reformulação na área da salvaguarda dos vestígios materiais.

No que tange ao tema da arqueologia empresarial, resumidamente, desde que as políticas de investimento em setores econômicos do país cresceram, proporcionalmente aumentaram as demandas por processos junto à instância do meio ambiente e o IPHAN. Todavia, o campo arqueológico científico-acadêmico de pessoas atuantes na esfera de uma arqueologia empresarial ou de contrato não era grande, mas fez-se aí um grande filão de exploração. Graduações e pós-graduações aumentaram substancialmente a partir dos anos 2000, formando milhares de pessoas que passaram a atuar nessa área. Atualmente, como colocam Costa e Almeida (2020, p. 4) "os profissionais arqueólogos estão inseridos em instâncias públicas e privadas de preservação do patrimônio cultural, nas atividades gerenciais e empresariais".

A mesma situação de crescimento também fez aumentar a demanda por acervos para a salvaguarda do patrimônio arqueológico. Isso colocou em xeque a capacidade das instituições museológicas de receberem os materiais advindos dessas pesquisas, que são em número superiores àquelas da demanda acadêmica. Cabe dizer que tem se promovido um movimento em prol do futuro dessas instituições, que inclusive dependem da definição de políticas de acervo em favor de uma organização correta e gerência adequada.

Diante de toda essa situação, a inserção da arqueologia em processos de licenciamento fez aumentar, em igual proporção, a atuação do IPHAN, que a partir da mesma época iniciou um processo interno de reconfiguração institucional e administrativa. Hoje, por exemplo, existe o Centro Nacional de Arqueologia (CNA/IPHAN), que é uma coordenadoria exclusiva para as

demandas dos licenciamentos. Além do mais, ocorreram uma série de medidas, portarias e normativas que dão o respaldo necessário para a participação do órgão em procedimentos administrativos advindos do licenciamento ambiental. Na mesma medida, também, o Iphan tem respondido com uma série de novas normativas para a fiscalização e regulação dos acervos, e a fiscalização e proteção dos bens arqueológicos e culturais.

Finalmente, a reboque desse panorama que foi exposto de forma sintética, recentemente conquistou-se uma ação política importante. Após quatro décadas de anseio foi regulamentada a profissão através da Lei federal n. 13.653/18 de 18 abril de 2018. A nova lei que define o fazer arqueológico não encerra a luta, pelo contrário, aponta para uma nova fase, um novo ciclo pós regulamentação. Entre os desafios e perspectivas, um chama a atenção que é a reflexão do compromisso social da arqueologia. Acredito que esse seja um entre tantos desafios que se colocam no neste novo século XXI: "o engajamento de profissionais com os processos éticos que envolvem a preservação e a socialização do patrimônio arqueológico" (COSTA; ALMEIDA, 2020, p. 5).

Em Saladino; Campo; Carvalho (2020), os autores pontuam a questão,

> Destarte, a função social da Arqueologia está para além das funções da profissão. Compreendemos que a/o arqueóloga/o do século XXI, sob a égide das boas práticas, além de desempenhar atividades próprias do campo, cuidando de seu rigor teórico-metodológico, necessita assumir sua responsabilidade social e comprometer-se com a função social da Arqueologia, que ultrapassa a produção de conhecimento sobre o passado. Concretamente, e levando em consideração os alicerces éticos das Arqueologias Pós-processualistas e Contemporâneas – Arqueologia Pública, Arqueologia Social Inclusiva, Arqueologia Colaborativa, Arqueologia Comunitária etc) esse conhecimento deve estar relacionado a princípios e valores básicos, como a valorização da dignidade humana e a justiça social (SALADINO; CAMPO; CARVALHO, 2020, p. 55).

2.3.1 Arqueologia e o diálogo interdisciplinar com as Ciências Ambientais: Os Fenômenos do meio ambiente: a potencialidade dos espaços interpretativos

Sem levantar extensos debates, gostaria de pontuar a aptidão natural da arqueologia em traçar profícuos diálogos que envolvem outras áreas do conhecimento: Ciências Naturais, Ciências da Terra, Ciências Humanas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas, Ciências da Computação.

As possibilidades de interlocução se ampliam de forma proporcional na medida em que se focam e/ou se especializam os assuntos, problemas e interpretações da arqueologia. Observando de maneira positiva, esses são obstáculos salutares, uma vez que desperta para a necessidade de que os projetos incluam profissionais com formações multidisciplinares

(SILVA, 2012). Aliás, também observo que esses eventos podem desencadear interesses particulares, no sentido de incentivar que pesquisadores se aventurem em buscar conhecimento em uma área diversa, para seu próprio proveito. Neste caso, advogo em meu benefício, pois quando escolhi produzir essa tese em uma área como as Ciências Ambientais, meu objetivo era ampliar a minha noção do conhecimento específico nessa área e contribuir para desenvolver melhor a minha percepção em abordar problemas na arqueologia.

Foi dentro das Ciências Ambientais que pude me aproximar e compreender um pouco mais sobre a relação entre as sociedades humanas e o ambiente, sobretudo, no contexto das sociedades do passado. Porquanto, foi pela perspectiva da História Ambiental, área do conhecimento que busca estudar nos processos históricos as relações humanas com a Natureza (COSTA; SILVA, 2019), que encontrei respaldo para desenvolver o meu tema de pesquisa:

> Buscando ainda fugir do determinismo geográfico, a História Ambiental atualmente prioriza a compreensão de como a Natureza foi/é apropriada pelos humanos, as formas dos processos de construção e reconstrução do ambiente natural e como os grupos humanos interferem nesse Ambiente. Também são questões relevantes para este campo historiográfico as influências do Ambiente na vida sociocultural e cosmologias dos povos indígenas, ou em situações adversas, a exemplo dos índios habitando nos mundos urbanos, onde, questionados pelo senso comum e autoridades públicas que vinculam índio a floresta/aldeia, afirmam cotidianamente territórios, identidades e direitos indígenas (COSTA; SILVA, 2019, p. 211).

Mais especificamente sobre a História Ambiental, ela ainda é nova no meio acadêmico, data da década de 1970 e em sua essência está a proposta de romper com a "ótica dualista e determinista vigente" para "considerar a inter-relação entre ser humano e meio natural como ponto fundamental para a análise historiográfica" (GOMES; SILVA, 2021, p 317).

Fundamentalmente,

> A história ambiental proporcionou a percepção de uma nova forma de se estudar a história, abrindo os horizontes dos historiadores para necessidade de considerar seus objetos de estudo de uma forma muito mais ampla e integrada do que vinha sendo feito até então, já que, sob antiga ótica, ao isolar o ser humano do meio natural, por consequência, desconsidera-se a relação de interação que existe entre estes, o que é incontestável e altera grandemente o resultado da análise (GOMES; SILVA, 2021, p 321).

Inserida em uma conjuntura diferente das metodologias histórico-tradicionais, a História Ambiental busca interpretar cenários visualizados, para assim, narrá-los. Corroborando com Worster (1991), este campo do conhecimento se opõe a considerar os sujeitos humanos como uma experiência à parte da natureza. Isto é, vistos enquanto "personagens interessa a

história ambiental lidar com o papel e o lugar da natureza na vida humana" (WORSTER, 2003, p. 25).

Aliás, desde suas origens a sistemática ambiental propõe construções de saberes histórico-interdisciplinares. Nessa perspectiva, à medida que as sociedades consolidam seus espaços interpretativos, novas práticas e concepções começam a emergir. Logo, esta metodologia busca diversificar suas fontes, para a partir daí, através de conflitos e interpretações, provocar diferentes diálogos teórico-metodológicos.

É dessa maneira que ao convergir elementos da História Ambiental e da arqueologia, toma-se um conjunto de conceitos que permite observar de forma mais clara os problemas socioambientais, ou mesmo possíveis pontos de interface entre aspectos ambientais e culturais e como estes se inter-relacionam dentro de uma perspectiva temporal (LOPES, 2021).

A natureza, nesta perspectiva, se apresenta como algo em permanente construção e reconstrução ao longo do tempo, distante de uma realidade pronta e acabada, que serviria de referencial estável para a agitação do viver humano (PÁDUA, 2010, p.88). Logo, é possível afirmar que essa "agitação" nas formas de pensar as ciências naturais, produziu consideráveis impactos nas investigações sobre a história dos seres humanos. Em outras palavras, enquanto as outras ciências fazem movimentos para distinguir as sociedades dos seus espaços socioambientais, a originalidade da História Ambiental propõe o contrário.

> O reconhecimento das características ambientais de determinado espaço é de fundamental importância para o estudo de populações. Observar a disponibilidade de recursos no tempo e no espaço torna-se um exercício necessário ao se projetar [por exemplo] um sistema de assentamento (WOLF, 2016, p.61).

Segundo Leff (2002, p.109), a questão ambiental conduziu o homem a uma nova modalidade de estudo. Para o autor, a problemática ambiental necessita de saberes emergentes. Ou seja, é inevitável abandonar a interdisciplinaridade na construção de um conhecimento que busca trabalhar as relações de interdependência dos processos. Destarte, a "inovação" desta ciência, está "no equilíbrio com a interação e na influência mútua entre sociedade e natureza" (Drummond, 1991, p.185).

> A história torna-se muito diferente quando vista em seu contexto ambiental, abrindo múltiplas possibilidades para a investigação interdisciplinar e incorporação de novos tipos de fontes, diferentes das habitualmente usadas pelos historiadores. Entres os novos tipos, destaco as que resultam da observação direta da paisagem (...) (ESPINDOLA, 2012, p.167).

É exatamente deste ponto, qual seja, da observação direta da paisagem que incluo outro componente do conhecimento, a Arqueologia da Paisagem, que se constitui em uma linha de pesquisa arqueológica porque cobre os estudos de todos os processos sociais e históricos em sua dimensão espacial: os padrões de assentamento, o uso da terra, a reconstrução paleoambiental e o impacto da atividade humana sobre o meio. Segundo Da Costa Honorato (2009), esta metodologia considera todo um contexto ambiental no qual um sítio arqueológico está inserido.

Ainda é possível dizer que a arqueologia da paisagem cobre mais do que isso porque também envolve,

> [...] questões complexas sobre as maneiras com que grupos pré-históricos, conscientemente ou não, moldaram seus espaços sociais e culturais, situações que envolvem uma variedade de processos tanto relacionados à organização deste espaço quanto a sua modificação em função de uma diversidade de propósitos que incluem subsistência, questões de ordem econômica, social, política, cognitiva, simbólica ou religiosa. É coerente afirmar que as pessoas percebem, classificam e moldam a paisagem circundante a partir de processos simbólicos que podem estar vinculados às tradições culturais do grupo, ao apego sentimental, à memória, aos mitos, enquanto local dos ancestrais e, quiçá, tendo como referências fronteiras sagradas e profanas (KNAPP, 1999 *apud* FAGUNDES, 2009, p. 302).

2.3.2 Por falar em paisagem, algumas questões que envolvem a análise: destaque para a arqueologia da paisagem e paisagem de longa duração.

Adentrando no tema da Paisagem, afirma-se que os estudos que envolvem a análise de paisagem na Arqueologia é matéria recente e sua leitura nos reporta automaticamente à Geografia, tanto física quanto humanística. Dentro deste campo do conhecimento ela pode ser diferenciada entre natural e cultural, assim colocados:

> A paisagem natural refere-se aos elementos combinados de terreno, vegetação, solo, rios e lagos, enquanto a paisagem cultural, humanizada, inclui todas as modificações feitas pelo homem, como nos espaços urbanos e rurais. De modo geral, o estudo da paisagem exige um enfoque, do qual se pretende fazer uma avaliação definindo o conjunto dos elementos envolvidos, a escala a ser considerada e a temporalidade na paisagem. Enfim, trata-se da apresentação do objeto em seu contexto geográfico e histórico, levando em conta a configuração social e os processos naturais e humanos (SCHIER, 2003, p. 80).

Procurando elucidar um pouco mais essas diferenças, em especial o que concerne a paisagem cultural e qual o impacto que essa tem nos estudos arqueológicos, passo a tratar de alguns conceitos sobre determinadas categorias que nas análises, tanto geográficas quanto

arqueológicas, possuem fundamental relevância, são elas: espaço, lugar, território, territorialidade e, finalmente, paisagem, todos observados a partir da perspectiva cultural.

Não que essa seja uma tarefa fácil, está muito longe disso. Como enfatizam os autores geógrafos Cabral (2007) e Tuan (2011), ambos assinalam que abordar categorias analíticas é uma tarefa difícil de empreender, porque não somente cabe ao pensamento geográfico a tarefa de descrever de forma física (morfológica) e/ou ambiental de uma dada região (LOPES, 2012), como ainda deve-se considerar que incide sobre este uma perspectiva humana, que tende a levar a uma análise ainda mais acurada, difícil e mesmo dialética de tais conceitos. Mesmo assim, tentarei empreender um esforço para deixar mais claro como esta tese apreende as categorias assinaladas e como elas podem ser percebidas dentro deste estudo arqueológico.

À categoria de **Espaço**, por exemplo, ele não existe fisicamente, é abstrato. Tuan (2011) indica que "espaço não é uma ideia, mas um conjunto complexo de ideias". Também sublinha que o "espaço mantém uma relação dialética com o lugar", sendo ele próprio o "oposto que se atribui a lugar, como o disforme é o oposto ao formado".

Citando Gomes (2002, p. 172 *apud* LOPES 2012, p. 25), o autor atribui três características ao "espaço geográfico": "1) o espaço é sempre uma extensão fisicamente constituída, concreta, material, substantiva; 2) o espaço compõe-se pela dialética entre a disposição das coisas e as ações ou práticas sociais; 3) a disposição das coisas materiais tem uma lógica ou coerência". Visto dessa forma, se assume "uma concepção de espaço que contemple simultaneamente a forma (material) e o conteúdo (social)" (CABRAL, 2007, p. 145). Isto é, mesmo que se tente projetar uma visão física do espaço, este é um constructo social e, tal como, nasce de uma relação entre os objetos e as coisas espacialmente distribuídas, das relações entre os objetos (sentido) e suas funções (significados) e das relações de vivências, portanto, das práticas sociais (LOPES, 2012, p. 25). Ainda dentro desta seara, Santos define espaço como um composto de "formas-conteúdo, ou seja, formas que só existem em relação aos usos e significados, essa relação forma-conteúdo é a causa de sua existência. Sendo assim, no conceito de espaço geográfico está implícita a ideia de articulação entre misto entre o social e o físico (SANTOS, 2006).

Se o espaço é concebido como abstrato, o **Lugar** é percebido como concreto (TUAN, 2011, p. 14). Portanto, espaço e lugar se relacionam. Tuan (2003), indica que são três tipos principais de espaços "o mítico, o pragmático e o abstrato". Daí que espaço se torna lugar na medida em que é experienciado e valorizado, que tem significação para pessoa, de forma que lugar é mais concreto que espaço. (TUAN, 1983, p.6). Dessa maneira, "quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar" (TUAN, 1983, p. 83).

Segundo Cabral (2007) a categoria geográfica de lugar define-se como base fundamental para a existência humana. Assim colocado, lugar é onde se engendra a relação homem-natureza-ambiente sob o prisma da subjetividade (LOPES, 2012). E "o que começa como espaço indiferenciado acaba assumindo a configuração de lugar, ao conhecermos e o dotarmos de valor". Neste sentido, o lugar permite focalizar o espaço em torno das intenções, ações e experiências humanas" (CABRAL, 2007, p. 8). O lugar seria assim o centro das experimentações e eventos como o viver, o habitar, o uso e o consumo, o trabalho, o entretenimento, o lazer, o prazer e tantas outras percepções, sensações ou experimentações concretas e simbólicas (LOPES, 2012). O lugar, nesse caso, fornece uma experiência fenomenológica.

Mas para além dessa perspectiva humanista, existe uma outra linha que percebe o lugar como uma construção sócio-histórica. A geografia crítica toma o lugar como construção e, por isso, o lugar cumpre determinadas funções. Lopes (2012, p. 27) salienta que de uma lógica social, "o lugar é um meio de promoção da funcionalidade do mundo". Para Moreira e Hespanhol (2007) a ideia de lugar no período contemporâneo, é interpretado como uma construção socioespacial marcada pela relação contraditória e combinada da cooperação e do conflito. Essa percepção vem ao encontro do que Santos (2006), sublinha sobre essa categoria geográfica, por considerar o lugar, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente. Isto é, a experiência de lugar abrange diferentes escalas: "os lugares são vistos como intermédio entre o mundo e o indivíduo" (SANTOS, 2006, p. 212). Lopes (2012, p. 27) citando Santos complementa que "não importa qual época estamos analisando na história, o mundo, a sociedade se define como um conjunto de possibilidades, e cada lugar têm sua diferença por realizar apenas uma perspectiva das muitas possibilidades que existe".

Dessa maneira, como esclarece Moreira e Hespanhol (2007, p. 52-53),

> A compreensão do lugar no movimento das contradições exige entendê-lo pautado nos seus pares dialéticos: o interno e o externo; o novo e o velho; o local e o global. O interno abarca as variáveis que estão presentes no lugar, "aquilo que aparece como local", e o externo constitui-se o que está fora do lugar e se apresenta como uma escala de ação maior. Contudo, os lugares têm variáveis internas e externas, sendo que o externo ao se inserir no lugar se internaliza abarca uma permanente mudança, decorrente da própria lógica da sociedade e das inovações técnicas que estão sempre transformando o espaço geográfico.

Outra categoria geográfica que é bastante cara a esta pesquisa é o **Território**, que para ser compreendido "necessita ser estudado tomando como referência o espaço, pois ele é

configurado a partir do espaço geográfico (SILVA; SILVA, 2016, p. 50). Seguindo por essa via, se poderia afirmar, com base em Rafesttin (apud FERREIRA, 2014, p. 116) que "o espaço é a base para a formulação do território, ou seja, o espaço existe antes do território, ele é a "matéria-prima" para a construção deste último".

Na Geografia, há duas maneiras de compreender o que é território. Uma primeira advém da geografia tradicional, onde o conceito pode ser explicado, como uma porção de terra que é apropriada por um grupo humano. Observado através da funcionalidade que é atribuída ao termo, território tem relação com poder e diz respeito às questões de dominação. Pode ser compreendido como uma extensão de terras que é delimitada por uma fronteira e que depende de uma sociedade. Ao mesmo tempo pode ser visto como uma jurisdição onde vigoram normas e leis (HAESBAERT, 2007). Remete assim, a ideia de território nacional, ou Estado-Nação.

Todavia, a partir da década de 1960-70, com a renovação do pensamento geográfico o conceito foi revisto, permitindo explicações mais flexíveis e ampliando sua abrangência, contemplando uma concepção mais múltipla do sentido de território. Assim o termo deixou de possuir um caráter, mais concreto, de dominação político-econômica e/ou apropriação sociedade-espaço para também incluir uma apropriação mais subjetiva envolvendo aspectos de conotação simbólica, ou 'cultural-simbólico' (HAESBAERT, 2007). Notadamente, o território passou a carregar as marcas do "vivido", do valor de uso, (HAESBAERT, 2007), também palco de ligações efetivas e de identidade entre um grupo social com o seu espaço (FERREIRA, 2014). Por esse prisma, a "apropriação do espaço por um grupo social passa a não ser mais compreendida sem o seu território, base de sua história, cultura e sustentação" (FERREIRA, 2014, p. 120).

Dito de outra maneira e parafraseando Raffestin, quando um sujeito se apropria, seja de forma concreta ou abstrata de um espaço, ele se territorializa. Portanto, um aspecto importante que automaticamente passa a ser abordado quando da discussão dessa nova concepção de território, é a expressão territorialidade. Porquanto, territorialidade abarca não apenas elementos com viés político, inclui ainda componentes de ordem econômica e culturais, pois conecta-se ao modo como as pessoas "utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar" (SACK, apud HAESBAERT, 2005, p. 6776).

Desta maneira, pode-se apontar que os objetivos dos processos de territorialização - dominação e apropriação do espaço -, variam muito ao longo do tempo e dos espaços. Isso quer dizer que o território não possui dimensão espacial e temporal fixas, porque pode divergir em termos de tamanho, podendo ser móvel, flexível, sobrepor-se a outros, pode deixar de existir ou mesmo, ser apropriado de forma síncrona pelo mesmo ator no mesmo espaço ou em espaços

diferentes (LOPES, 2012, p. 29). Giometti; Pitton; Ortigoza (2012, p. 38) sublinham que é por meio do uso diferenciado do território que o termo se reveste de enormes complexidades, porque, "estas [complexidades] acabam retratando as diversidades culturais que, embora convivam mutuamente, buscam, na produção do território, o reconhecimento de suas especificidades".

E quanto a **Paisagem**? como bem relacionam González Ruibal e Ayán Vila (*apud* ACHA, 2021, p.219), esse é um conceito que sofre influência de outros campos do conhecimento,

> permitindo realocar a discussão sobre a relação entre a cultura e a natureza, e como isto pode ser regido por questões culturais. Assim, esses estudos começam a considerar a paisagem a partir das diversas maneiras que as pessoas têm de dar significado e caracterizações aos espaços. Sendo que se considera a ação das pessoas como transformadora desse mesmo espaço, tanto aos olhos do observador como nas marcas materializadas nas paisagens.

Perpassando as concepções e ênfases dadas tanto pela geografia quanto a arqueologia, ambas se alinham na maneira como observam e descrevem a paisagem, que tanto pode ser 1) sistêmica, isto é, parte de uma realidade posta, objetiva, por isso mesmo única, porque diz respeito sobre os elementos físico-naturais e mesmo sociais de uma determinada porção do espaço (Lopes 2012). Mas uma outra maneira de conceber a paisagem é pelo 2) viés cultural, isto é, através da percepção espacial. Uma porção do espaço dominada pelo olhar, porém é também uma construção (LOPES, 2012).

Tomando por exemplo Carl Sauer (1998), foi este pensador que propôs considerar dois tipos de paisagem: a natural, ou seja, que ainda não foi alterada pelo homem, e a artificial, que é a que foi transformada. Destarte, para o autor, mesmo que ainda exista uma paisagem que não tenha sido fisicamente tocado pela mão humana, ela é objeto de intenções; preocupações e/ou especulações nas esferas econômicas ou políticas. Desse modo, tudo está no campo de interesse da história, sendo, portanto, social.

Partindo dessa perspectiva, a paisagem é um conjunto de formas naturais e culturais associadas em um determinado espaço. Santos, oferece uma ideia de que seja essa paisagem que "não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc." (SANTOS, 1988, p. 21). Ou seja, a paisagem é vista também como um fenômeno holístico, pois também é percebida com todos os sentidos e com todo o corpo. Dessa maneira, toda a percepção, subjetividade e experiência, converte-se num "campo de significação" individual e coletiva, e, finalmente, que a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega

aos sentidos. Por isso a importância do aparelho cognitivo, justamente porque a paisagem é uma construção mental e como tal, ela é apreendida de diferentes formas pelas pessoas (SANTOS, 1988, p. 22),

Aliás, foi por meio dessa forma de conceber a paisagem que a geografia acabou por se aproximar do método fenomenológico, que seria utilizado como um aporte para fazer uma descrição rigorosa do mundo vivido da experiência humana (RELPH, 1979), exatamente porque a fenomenologia tem relação com os princípios e as origens do significado e da experiência, como coloca Rocha (2007, p. 22),

> a fenomenologia busca aquilo que se apresenta como o princípio básico do pensamento filosófico, que é ampliar incessantemente a compreensão da realidade, no sentido de apreendê-la na sua totalidade, destacando a importância das percepções, dos fatos socioambientais, e por fim da intersubjetividade do pensamento, que, como um todo, constitui nosso mundo-vivido, o qual envolve as histórias, os sentimentos, os valores, etc.

E segue,

> tem-se assim como preceito o fato de que as pessoas estão diretamente ligadas ao mundo através de sua vivência e de seus sentidos, onde cada indivíduo vê, ou melhor, percebe a realidade de forma diferente, sendo cada idéia sobre esse espaço composta de uma consciência baseada em experiências pessoais, aprendizados, imaginação, memória, fatos que tornam o mundo e o espaço geográfico idiossincrático a partir das percepções humanas sobre ele, mas que, no entanto, não invalidam a afirmação de que todos os seres humanos compartilham de determinadas percepções comuns tendo em vista a vivência em um mundo comum. (BUTTIMER, 1982; LOWENTHAL, 1982; RELPH, 1975; TUAN, 1980) (ROCHA, 2007, p. 23).

Com o propósito de elucidar o processo cultural o estudo da paisagem tomou grande proporção. Não somente na geografia quanto na arqueologia, ambas se utilizam de linguagens próprias e diferentes metodologias, todavia, com objetivos convergentes, pois entendem a "paisagem como sendo imagem e representação de espaço apropriado e produzido pelo homem" (Santos, 2010, p. 150). E nesse espaço as paisagens são construídas, marcadas e envolvidas de vontades, valores e memórias.

No campo da arqueologia cito Tilley (1994), o autor dá a tônica do que trata essa experiência fenomenológica com a paisagem,

> Uma paisagem tem importância ontológica porque é vivida e através dela, mediada, trabalhada e alterada, repleta de significado cultural e simbolismo - e não apenas algo olhado ou pensado, um objeto meramente para contemplação, descrição, representação e estetização (TILLEY, 1994, p. 26).

E complementa:

> Uma paisagem é uma série de locais nomeados, um conjunto de lugares relacionais ligados por caminhos, movimentos e narrativas. É uma topografia "natural" ligada em perspectiva ao Ser existencial do corpo no espaço social. É um código cultural de vida, um 'texto' anônimo a ser lido e interpretado, um bloco de anotações para a inscrição, um escape da e para a práxis humana, um modo de morar e um modo de vivenciar (TILLEY, 1994, p. 34).

Tomando essa ideia de que a paisagem está repleta de significado sublinho Cosgrove, que coloca que a paisagem não é apenas morfologia, pois ela se insere também no mundo dos significados, estando impregnada de simbolismo (CORREA, 2014, p. 41), justamente porque elas são um produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem (COSGROVE, 1998, p. 108). Interessado pela gênese da ideia de paisagem Cosgrove salienta que a paisagem é cultural, e como tal, "paisagem não é apenas o produto, mas um agente ativo que desempenha importante papel na reprodução da cultura" (COSTA; GASTAL, 2010, p. 6).

Resumindo, a paisagem é um "modo de ver", e como tal, permite múltiplas interpretações.

Por isso mesmo me permito aqui apontar a interpretação de Bezerra de Meneses (2002, p. 31), que trazendo a discussão para o campo da história, aprofunda o tema, pois toma o conceito de paisagem como fato cultural, isto é, para o autor a paisagem precisa ser tratada para além dos aspectos morfológicos, simbólicos e de interação homem-natureza, porque precisa ser interpretada como um processo cultural.

Ao destacar o caráter histórico da paisagem, o autor sublinha que a paisagem tem história, que pode ser apreendida como objeto de conhecimento histórico e que, portanto, pode ser narrada. Entende que a paisagem carrega consigo pistas materiais que denotam essa historicidade. Tomando uma expressão de Braudel, Bezerra de Menezes explica que a paisagem seria como a pele humana, que carrega consigo cicatrizes de antigos ferimentos.

A arqueologia da paisagem, portanto, coloca à disposição seus instrumentos para detectar e interpretar tais pistas, porém não cabe identificar apenas as formas naturais, mas compreender como essas formas são apropriadas social e culturalmente pelas populações humanas. Dessa maneira, como frisa o autor, "a historicidade da paisagem diz respeito, também, ao uso que dela fizeram as sociedades ou segmentos sociais", aliás, é nos usos "que se concentram os significados mais profundos da paisagem" (BEZERRA DE MENEZES, 2002, p. 40).

Aliás, justamente refletindo sobre os usos da paisagem que o autor destaca que ela pode ser explorada em diferentes direções, entre elas cabe destacar a que toma como patrimônio cultural, que é quando a paisagem passa a ser reconhecida como um bem de interesse coletivo pelo poder público e merecedora de sua proteção. Em seguida foi elevada à categoria de paisagem cultural, que se resume "a interação home/meio ambiente e a continuidade dos valores e funções a ela associados, assim como os vínculos afetivos" (BEZERRA DE MENEZES, 2002, p. 51).

Seguindo no tema, outro "modo de ver" associa a paisagem a sua dimensão temporal. Tomando como exemplo o antropólogo Tim Ingold, em seu texto "Temporality of the landscape" [1993] (2021), ele se propõe a pensar as paisagens como experiências no tempo.

Ressalta que "primeiro, a vida humana é um processo que envolve a passagem do tempo. Segundo, esse processo da vida é também processo de formação das paisagens nas quais as pessoas viveram" (p.112). Por fim, define a paisagem a partir das práticas sociais, como "um registro duradouro - e testemunho - das vidas e dos trabalhos das gerações que nela habitaram e, ao fazê-lo, deixaram lá algo de si" (p. 112/113). Ingold também entende a paisagem como sendo "o mundo como conhecido por aqueles que nele habitam, que nele ocupam seus lugares e percorrem os caminhos que lhes conectam" (p. 120).

Em outros termos também se pode sublinhar que a paisagem está conectada à memória, porque está impregnada de lembrança. Por exemplo, ao evocar o sentido da paisagem para as áreas como a arqueologia e antropologia, o pesquisador destaca que, para a primeira, assim como para o habitante nativo,

> [...] a paisagem conta — ou melhor, é — a história. Ela envolve as vidas e os tempos dos predecessores que, por gerações, caminharam por ela e desempenharam seus papéis na sua formação. Perceber a paisagem é, dessa maneira, realizar um ato de lembrança, e lembrar não é mais uma questão de resgatar uma imagem interna guardada na mente do que uma questão de se envolver perceptivamente com um ambiente que está repleto do passado (p. 113).

Aliás, reconhecer que a história das populações originárias é produzida em diferentes registros temporais e espaciais permite (OLIVER, 2013) pensar uma arqueologia menos vinculada a cronologias absolutas e mais próximas da cosmologia e das narrativas indígenas (GARCIA, 2017, p. 28), em que a percepção da temporalidade pode auxiliar na desconstrução de discursos hegemônicos sobre o tempo. E é justamente aqui que proponho a incorporação do conceito da longa duração (BRAUDEL, 1965) ao estudo. Concordando com Kater e Lopez

(2021, p. 16-17), seu uso funciona como uma ferramenta que não somente auxilia a compreender

> [...] interações culturais, sociais e ecológicas ao longo do tempo, como permite estabelecer várias trajetórias históricas pelas quais é possível observar como esses territórios se tornam um mosaico cultural, tendo como parâmetros padrões de assentamento, produção cerâmica, ocupação da paisagem, morfologia e organização social, tecnologias e documentos históricos (BESPALEZ, 2015; SILVA, 2009a).

Braudel (1965), propunha a longa duração ao referir-se que a história é composta por tempos múltiplos, que não são só substância do passado, mas matéria da vida social atual. A ideia chave do seu texto centra-se, portanto, na duração e no fato de compreender que o tempo não flui de maneira estável ao longo da história, pelo contrário, ele alterna seus ritmos entre um tempo breve, instantâneo, para outro, de amplitude secular onde o tempo é mais lento, arrastado, quase levado ao limite da mobilidade.

Dessa maneira, como cabe ao historiador decompor o tempo passado, tal escolha pode ocorrer de três maneiras distintas - ou possuir espessuras temporais distintas: ser curta, média ou longa. Por "tempo curto" o autor associa a história tradicional, a história breve, que diz muito sobre o cotidiano e que dá destaque ao indivíduo e aos acontecimentos superficiais e concisos. O "tempo médio" diz sobre a nova história econômica e social, cujos ciclos temporais ou seções conjugam dezenas de anos, o ritmo é cíclico, secular, e permite distinguir os movimentos da economia, pois está atenta a observar os aumentos e quedas de preços. Finalmente, por "tempo longo" ou muito longo, o autor situa uma história de ritmo lentos, quase imóvel, que diz sobre o "homem em suas relações com o meio que o cerca", sobre estruturas e relações estáveis entre grupos sociais e instituições sociais e econômicas. Essa estrutura dentro desse espectro demora a se desgastar e o indivíduo está absorto a ela, mesmo sem ter a plena consciência disso. Apesar de se constituírem-se como balizas ao ser humano, essas estruturas interferem na história. São marcos geográficos, realidades biológicas, limites de produtividade e enquadramentos mentais. Apesar de parecer um tempo sem mudança, não é o que ocorre, elas apenas são lentas e apesar de imperceptíveis sempre estão lá.

E qual seria o papel do ser humano dentro dessa História que se se desenvolve sobre múltiplas temporalidades? Kater (2020, p.4), oferece uma boa noção:

> Nesse balanço entre agência e estrutura – curta, média e longa duração –, a História não rejeita o ser humano, o coloca como um agente dinâmico dentro de uma estrutura que põe limites, não a ponto de torná-lo um reprodutor apático da cultura, mas como alguém capaz de interferir no rumo histórico e nele deixar marcas, transformando-o em diferentes escalas e ritmos temporais (Bourdieu, 1996; Sahlins, 2006).

A arqueologia ao fazer uso da longa duração, como explica Corrêa, se abre o caminho para a "reconstrução de processos históricos temporalmente extensos e diacronicamente lentos, representados por expansão populacional, territorialização, continuidade, mudança, abandono, ruptura e migração, resultando em uma história cultural dos povos indígenas" (CORRÊA, 2013, p.27). Nota-se que a arqueologia brasileira tem tomado como suporte teórico o referencial da arqueologia como história de longa duração das populações indígenas, partindo dos vestígios arqueológicos para escreverem uma história profunda dos grupos originários atuais. Inclusive observa-se que esse alargamento das abordagens teóricas que vem na senda de uma arqueologia mais afirmativa, especificamente, de uma arqueologia mais colaborativa à construção de uma longa história indígena, ainda é bastante recente e decorre de um contexto em que transformações vem ocorrendo em todas as esferas, tanto teóricas quanto sociais, culturais, políticas e econômicas (KATER; LOPES, 2021).

Embora se perceba esse esforço, ainda é latente o descompasso entre os estudos arqueológicos e a ideia de uma história que contemple a ascendência dos grupos indígenas. Os termos pré-história e história ainda são muito arraigados, embora se reconheça o esforço de substituir os termos por pré-colonial, por exemplo. Acredito, tomando para isso as colocações de Corrêa (2013), que pensar na longa duração permite a ruptura entre pré-história e história, ao mesmo tempo em que abre a possibilidade de construir novas narrativas que tenham o indígena como protagonista. Mais que isso, ao fazê-lo se abre espaço para a elaboração de novos discursos, menos colonizantes e menos focado em considerar somente os processos e comportamentos, mas preocupados em considerar contingência e agência.

De maneira mais pontual, isso também encerra um ato político, porque finalmente rompe com a segregação e finalmente incorpora a história dos povos originários para dentro da história do Brasil, ao mesmo tempo que os coloca como grupo ativo e atuante em busca de reconhecimento e os permite retomar o espaço entre os protagonistas dessa única história. É imperativo, nas atuais condições dos rumos políticos adotados pelo Brasil, tornar ainda mais evidente a pluralidade dessas populações e reafirmar que estes são os arquitetos iniciais de um território verdadeiramente brasileiro. E assim como todas as sociedades humanas, essas também passaram por inúmeros processos que levaram significativas transformações culturais e muito antes do episódio com os europeus (LIGTHFOOT, 1995).

Isto posto, passo a seguir a discorrer sobre outro tópico. Não obstante, os temas se aproximam. No Capítulo 3, apresento e aprofundo as vertentes teóricas que influenciaram as pesquisas arqueológicas no Brasil, como o Histórico-Culturalismo, Processualismo e Pós-

Processualismo. Posteriormente, no Capítulo 4, retomo o assunto de onde parei e continuo a narração sobre a institucionalização da arqueologia no Brasil, neste caso, expondo o período em que a arqueologia se instrumentaliza e efetivamente dá início a sua fase profissional.

CAPÍTULO 3 - AS CORRENTES TEÓRICAS PELO MUNDO E NO BRASIL: HISTÓRICO-CULTURALISMO, PROCESSUALISMO E PÓS-PROCESSUALISMO

3.1 Dos paradigmas teóricos, a força do Histórico-Culturalismo

Durante os séculos XVIII e XIX, e por mais que houvesse uma crença sobre a evolução cultural ser unilinear, este modelo teórico praticado pelos arqueólogos esbarrava na tentativa de oferecer uma explicação plausível do porquê algumas sociedades se desenvolverem mais rapidamente enquanto outras permaneciam aparentemente estáticas por milhares de anos (TRIGGER, 2004, p). Mesmo que a resposta se apoiasse em premissas como o fato de o processo de ascensão ser constante, embora mais lento em alguns casos e de que haveria também fatores ambientais incidindo, tais explicações estavam longe de serem convincentes.

Tendo-se reduzido a um modelo de racionalismo biológico fomentando políticas raciais, o Evolucionismo Cultural – ou Darwinismo Social – começou a ser contestado e abandonado em fins do século XIX, como relata Gonzalo (1992, p. 15),

> Sin embargo, a fines del s. XIX van a confluir varios factores que obligarán a un cambio en la perspectiva de estudio: por un lado, los resultados de la revolución industrial desilusionan a los que habían cifrado en ella sus esperanzas, decayendo la fe en el "progreso" de la Humanidad. Por otro, la progresiva industrialización de Europa conducía al aumento de la competitividad entre las naciones por adueñarse del mercado y, por fin, los excesos del evolucionismo unilineal, clásico hacían fijar la atención sobre el aspecto contrario: las divergencias culturales, las peculiaridades grupales, la *etnicidad.* Todo ello lleva a un aumento del nacionalismo en toda Europa, que busca cualquier instrumento para justificarse.

Portanto, ao término daquele século e ao se afastar da corrente evolucionista, a arqueologia voltou-se aos estudos das histórias nacionais. Aliás, foi dentro deste contexto que tomou forma a corrente teórica e metodológica denominada de Histórico-Culturalismo.

Como cita Trigger (2004, p. 144), diante do "[...] enfraquecimento da adesão ao evolucionismo fazia despontar a etnicidade como o fator mais importante na história humana" sendo que "o interesse por problemas étnicos e históricos levou os arqueólogos a prestar atenção crescente à distribuição geográfica de tipos distintos de artefatos e conjuntos de artefatos, no esforço de relacioná-los com grupos históricos". (TRIGGER, 2004, p. 146). Em outros termos, "se comenzó a ver a los antiguos monumentos, poblados y artefactos como marcas de identidad étnica. La arqueología se preocupó por determinar quiénes habían hecho esos artefactos para definir a qué grupos étnicos pertenecían, con el objetivo de reforzar la identidad de las naciones que estaban surgiendo en toda Europa" (BELLELLI, 2001, p.6).

Seguindo por esta perspectiva, determinar as distribuições geográficas dos tipos e dos conjuntos de artefatos e estabelecer relações desses remanescentes com populações que residissem em determinada região, passou a ser a base da teoria difusionista, na mesma medida em que se contrapunha ao modelo evolucionista, especialmente no que tange às sociedades nativas do ocidente, onde este não conseguia sustentar-se.

Nesse ínterim entram as ideias de Franz Boas, que combateu os modelos generalizantes do Evolucionismo Cultural. Boas propunha uma perspectiva mais detalhista e descritiva onde:

> [...] cada cultura era uma entidade única que tinha de ser entendida em seus próprios termos. Isso envolvia a aceitação de duas doutrinas: o relativismo cultural - que negava a existência de qualquer padrão universal aplicável na comparação do grau de desenvolvimento, ou de valor, de diferentes culturas — e o particularismo histórico, que considerava cada cultura como o produto de uma seqüência única de desenvolvimento, na qual a difusão (em grande medida fortuita) desempenhava um papel proeminente no desencadeamento da mudança. Boas acreditava que, se o desenvolvimento das culturas encerra regularidades, elas vêm a ser tão complexas que desafiam a compreensão (TRIGGER, 2004, p. 147-148).

Dessa forma, a percepção de Boas iam no sentido de compreender que as sociedades humanas eram resistentes às mudanças, e que estas somente ocorreriam por meio do contato. Da mesma forma as invenções seriam raras e seriam passadas adiante, chegando a pontos distantes de sua origem, também por meio do contato (REZENDE, 2012).

Cabe ressaltar que o enfoque Histórico-Culturalista também serviu aos governos nacionalistas que surgiram nesta primeira metade do século XX na Europa e mesmo Estados Unidos. No Brasil, foi com o movimento modernista que teve início a proposta de preservar o passado e a cultura nacional, através da proteção do patrimônio material histórico e

arqueológico (BARRETO, 1999-2000). Mas focando no cenário internacional, tal pressuposto teórico convinha aos governos fazerem crescer a autoafirmação dos Estados Nacionais, e por meio da arqueologia era possível buscar por momentos de uma pré-história que exaltava a superioridade étnica local frente às demais (REZENDE, 2012).

Diante de tal situação, é a partir do Histórico-Culturalismo que se desenvolvem importantes procedimentos metodológicos, se aprimoram os métodos de escavação e coleta dos vestígios bem como se elevam imensamente os sistemas de classificação dos objetos. Como aponta Trigger (2004, p. 200), "o paradigma histórico-cultural punha o foco na cultura arqueológica e não nos estágios gerais de desenvolvimento. Tentava assim explicar o registro arqueológico em detalhes mais precisos do que se fizera no passado".

Rezende (2012, p. 8) pontua ainda que, quando os arqueólogos conseguem produzir os primeiros quadros locais, mostrando momentos específicos da pré-história, é quando a arqueologia se afasta da etnografia. Porque, segundo ele, para a arqueologia qualquer alteração identificada dentro de um contexto cronológico relutantemente seria inserida em uma explicação difusionista.

A contribuição do Histórico-Culturalismo para a arqueologia não está somente no refinamento metodológico e de classificação, mas diante do crescente envolvimento com estudos sobre etnicidade, quando se cunhou o conceito de "cultura arqueológica". O termo aparece aplicado nos estudos do alemão Gustav Kossinna a partir de 1911, cuja obra era produzida, sobretudo, para reforçar o nacionalismo germânico.

Apesar de todo o patriotismo fanático impresso em seu trabalho, Kossinna foi inovador porque "sua abordagem oferecia um meio de lidar com a evidência que se acumulava de variações tanto cronológicas quanto geográficas no registro arqueológico" (TRIGGER, 2004, p. 163). E, ao introduzir o conceito de cultura arqueológica, definiu-a como sendo a "cultura um inevitavelmente reflexo da etnicidade, cujas similaridades e diferenças na cultura material correspondem a similaridades e diferenças de ordem étnica" (TRIGGER, 2004, p. 160).

Em resumo,

> [...] províncias culturais claramente definidas sempre correspondiam a grandes grupos étnicos, ou povos, como os germanos, celtas, eslavos, ao passo que culturas individuais correspondiam a tribos, a exemplo de saxões, vândalos, lombardos e burgúndios, falantes de línguas germânicas. Como muitos outros arqueólogos, inclusive Montelius, Kossinna acreditava que continuidade cultural indicava continuidade étnica (TRIGGER, 2004, p. 160).

A expressão cultura arqueológica também foi adotada por outros arqueólogos que, igualmente, buscavam localizar o berço de suas raízes, caso de Vere Gordon Childe, que buscava a origem indo-europeia. Para esse pesquisador, segundo Trigger (2004), cultura arqueológica corresponderia a certos tipos de vestígios como: recipientes, utensílios, decorações, ritos funerários, tipos arquitetônicos, que aparecem associados de forma recorrente. Ainda,

> enfatizou que cada cultura deve ser descrita de modo a ver-se individualizada em termos dos artefatos que a constituem, e também sublinhou que culturas não podem ser definidas tão-somente pela subdivisão, em bases espaciais ou temporais, das idades e épocas dos arqueólogos evolucionistas. Em vez disso, os limites geográficos e a duração de cada cultura devem ser estabelecidos empiricamente, e as culturas particulares alinhadas cronologicamente por meio de estratigrafia, seriações e sincronismos. Dessa forma, Childe interpretou a pré-história de toda a Europa como um complexo mosaico de culturas (TRIGGER, 2004, p. 165-166).

Em outros termos, Childe "[...] passa a definir as culturas a partir destes artefatos em torno de dois pressupostos: de que 'os objetos são expressões de normas culturais, [...] e que tais normas definem o que é a cultura'" (ANDERSON, 2011, p. 2 *apud* FEITOZA, 2017, p. 35). Por isso, e embora o pesquisador considerasse que os "artefatos diagnósticos pudessem servir para delimitar uma cultura arqueológica", todavia, "não eram suficientes para descrevê-la". Por isso, "todo o artefato era relevante" (TRIGGER, 2004, p. 166).

Por fim, vale pontuar o fato de o Histórico-Culturalismo não ter se desenvolvido nos Estados Unidos da mesma forma que na Europa. Na América do Norte, a pesquisa "revelou mudanças temporais que não podiam ser explicadas pela simples substituição de um grupo populacional por outro" (TRIGGER, 2004, p. 181). Além disso, vestígios arqueológicos mostraram que populações já ocupavam o território há mais tempo do que se imaginava. Ou seja, tanto na América do Norte - quanto em qualquer outro pedaço restante da América - o passado pré-colonial não tinha relação alguma com a história dos colonizadores europeus (SYMANSKI, 2014, p. 12).

Observando por esse aspecto, o Histórico-Culturalismo que foi praticado na Europa pode ser caracterizado por uma "abordagem qualitativa, na qual as culturas eram representadas por mapas de distribuição espaço-temporal", enquanto o norte-americano está marcado por uma "abordagem quantitativa", havendo "grande interesse na construção de sequências cronológicas que evidenciassem a frequência de determinados estilos" (SHENNAN, 2000 *apud* SCHIAVETTO, 2003, p. 33-34).

Essa reinvenção do Histórico-Culturalismo nos Estados Unidos produziu mais uma série de cronologias regionais do que realmente gerou resultados que explicassem a mudança cultural via difusão, e quando aplicada era tida como sendo um indicador de criatividade das populações nativas. As mudanças, em sua maior parte, continuaram a ser atribuídas ao fator migração. Trigger (2004) aponta que concepções conservadoras suplantaram o olhar sobre as populações nativas, que permaneceram sendo observadas a partir de uma ótica "colonial". Tal conservadorismo culminou numa disciplina que ficou reconhecida como desinteressante e ahistórica, porque dedicou-se mais à classificação de tipologias de artefatos e de culturas, e à elaboração de cronologias culturais.

3.1.1 Histórico-Culturalismo: do legado às críticas

Como visto, tal corrente teórica acentuou-se na instrumentalização da prática arqueológica e na classificação dos vestígios que levaram ao desenvolvimento de tipologias. Ao desenvolver um modelo generalizante baseado na ordenação e na presença ou ausência de determinados tipos de artefatos, que por sua vez levaria ao reconhecimento de culturas arqueológicas, sobretudo pelo reconhecimento através dos seus traços comuns em determinado tempo e espaço, foi também compreendida como prioritariamente indutivista (LIMA, 2011, p. 13). Como aponta a autora citada,

> De natureza essencialmente indutiva, o histórico-culturalismo estabeleceu como padrão de qualidade o recolhimento acurado do maior número possível de evidências materiais em campo, entendendo que, quanto mais elementos reunidos, melhores as possibilidades de interpretação do modo de vida de um grupo em estudo.
>
> Na etapa analítica, o paradigma histórico-cultural explorou intensamente técnicas para identificar, classificar e interpretar a cultura material, de tal forma que suas rotinas estabelecidas em laboratório acabaram por constituir o núcleo da prática arqueológica: desde a identificação da matéria-prima, sua origem e propriedades; do modo como são produzidos os artefatos; da sua função e dos usos a que eles foram submetidos, à análise dos seus atributos físicos, *design* e estilo, sua ordenação em tipologias, datações e, eventualmente, dependendo das motivações e inclinações do pesquisador, seriações. Os resultados desses procedimentos técnicos e metodológicos são, em geral, direcionados para a construção de categorias espaço-temporais, como fases e tradições, e para a atribuição dos achados a grupos específicos. Em alguns casos, são inseridos em argumentos e problemas mais amplos, visando alimentar, com os novos dados obtidos, as 'reconstruções' do passado.
>
> Em sua trajetória, portanto, essa vertente do pensamento arqueológico que surgiu do vigoroso apelo estético da cultura material do mundo antigo e, em seguida, mergulhou no tempo, em busca dos vestígios do passado mais remoto da humanidade, se construiu basicamente em torno dos artefatos. Produziu um vocabulário específico para dar conta dos seus atributos, debruçou-se detidamente sobre suas propriedades físicas, virou-os pelo avesso em seu esforço para entendê-los, descrevê-los e

> classificá-los, desenvolveu técnicas específicas para extrair deles o maior número possível de informações. Embora bem sucedida ao longo de praticamente um século, ela custou a se dar conta da circularidade em que caiu, ao produzir mais informações do que propriamente conhecimentos (LIMA, 2011, p.14).

Também é importante destacar que, ainda dentro do paradigma do Histórico-Culturalismo, diversos tipos de abordagens tentavam explicar as mudanças no registro arqueológico para além da migração e da difusão apenas. Arqueólogos soviéticos, por exemplo, trabalhavam dentro do quadro de referência do materialismo histórico ou dialético marxista. Desta forma, inicialmente, os soviéticos despontaram por estudar uma arqueologia dos assentamentos e focaram seus trabalhos nos fatores sociais internos para explicar as mudanças no registro arqueológico. Todavia, diversos destes arqueólogos passaram a acreditar que se deveria levar em conta também fatores externos para explicar tal mudança. E nesse ínterim, os trabalhos deram atenção à construção de cronologias culturais e ao estudo de difusão e migração, antes totalmente rejeitadas pelo modelo marxista. Por fim, no Ocidente, os soviéticos desenvolveram interesse em analisar os dados sob o ponto de vista ecológico, embora este aspecto se dê sob um enfoque centrado no homem e não no ecossistema (TRIGGER, 2004).

Outra reação ao Histórico-Culturalismo partiu de arqueólogos insatisfeitos com tal abordagem teórica, que identificaram no Funcionalismo, representado por Malinowsky e Radcliffe-Brown, elementos necessários para compreender a dinâmica sistêmica do comportamento humano. Tais ideias aproximavam-se das de Durkheim, que "sustentava que as sociedades constituem sistemas integrados, cujas instituições se interrelacionam como partes de um organismo vivo" (TRIGGER, 2004, p. 238) Desta forma, Malinowsky e Radcliffe-Brown "rejeitaram como especulativas todas as interpretações evolucionistas e históricas de dados etnográficos" (TRIGGER, 2004, p. 238), acreditando que a cultura e suas instituições (Malinowski) ou sociedade (Radcliffe Brown) são sistemas adaptativos e, portanto, se adaptam às pessoas, instituições e fatos sociais. Além disso, desenvolvem-se em processos (de curto prazo), porque todas as partes da cultura ou da própria estrutura social estão interrelacionadas e interdependentes, onde modificando uma área (ou instituição) modifica-se em cadeia outras (MILLER JUNIOR, 2019).

Ainda dentro do Funcionalismo cresceria, ao longo do século XX, o interesse pelos fatores ecológicos. Tal aspecto viria a explorar a relação do comportamento das sociedades humanas e o contexto ambiental. Essa não era, na verdade, uma faceta nova dentro dos estudos arqueológicos. Desde o século XIX a arqueologia escandinava estava envolvida com este tipo de pesquisa, sobretudo por influência do arqueólogo dinamarquês Jens Jacob Asmussen Worsaae, que trabalhou em colaboração com biólogos e geólogos.

Mas foi ao longo do século XX que a exploração da relação humana com a natureza cresceu em interesse, fazendo surgir a abordagem funcional que exploraria tais aspectos. Embora, como aponta Trigger (2004), acreditava-se que a natureza impunha barreiras, limitando as adaptações possíveis, mas, em contrapartida, não determinava a natureza específica da resposta adaptativa das sociedades a esses limites. Em outras palavras: “na medida em que o ambiente forçosamente mexe com a organização social em torno dele, toda a cadeia se altera, em decorrência desse estímulo" (REZENDE, 2012, p. 11).

Por fim, deve-se indicar a contribuição de Grahame Clark para o enfoque funcionalista. Apesar de possuir um perfil mais voltado ao materialismo histórico, sua explicação em relação à dinâmica da sociedade parte das influências de Malinowski e Radcliffe-Brown.

Clarke considerava o contexto ambiental, e reagia contra os arqueólogos que sobrepunham os artefatos às pessoas; para ele, o foco dos estudos deveriam ser os seres humanos e como eles viveram, por isso, deveriam ser levados em conta todos os aspectos da cultura, de forma a ver como se “inter-relacionam, uma vez que são partes de sistemas funcionais. E o meio para alcançar isso era submeter os objetos a uma investigação funcionalista” (TRIGGER, 2004). Todavia, observando desse modo, pode-se notar que para o pesquisador continuava a importar mais a identificação das estruturas socioculturais e como elas funcionavam que, propriamente, estudar a mudança social, aliás mudança essa que era justificada partindo dos fatores ambientais (REZENDE, 2012). Como explica Trigger (2004, p. 260):

> Clark considerava a mudança cultural como uma resposta a um "desequilíbrio temporário" provocado por mudanças ambientais, flutuações demográficas, inovações capazes de poupar trabalho e contato cultural. Dessa forma, Clark atribuiu a mudança a todos os principais fatores a que os arqueólogos evolucionistas e difusionistas tinham recorrido no século anterior, sem reconsiderar o status desses conceitos. Tampouco tentou ele interrelacioná-los, limitando-se, quanto a isso, à observação corriqueira de que o ambiente natural impõe certas restrições à exploração econômica em determinados estágios da tecnologia.

Apresento um último aspecto relacionado e que espelha a tônica de como estava essa primeira metade do século XX com relação ao quadro envolvendo o Histórico-Culturalismo, que cada vez mais estéril, não conseguia explicar como as sociedades humanas funcionavam e processavam as mudanças.

O aspecto que quero ressaltar está relacionado a Arqueologia Ecológica ou Arqueologia dos Assentamentos, que tem como principal representante o etnólogo norte-americano Julian Steward, de quem falo mais adiante. Por ora, destaco que o pesquisador fez aumentar o papel

do enfoque ecológico na conformação dos sistemas e inspirou o surgimento da arqueologia dos assentamentos, como pode ser notado no trabalho de Gordon Willey no Vale Virú, no Peru. Steward convenceu Willey a incluir um levantamento e análise de padrões de assentamento como parte de seu projeto de pesquisa.

Em seu estudo, Willey não atribuiu diretamente o fator ecológico em sua interpretação. Ele reconhecia seu valor, mas conferia a influência de outros fatores no registro arqueológico, que poderiam ser tanto de natureza cultural quanto social. Por exemplo, ao tomar a organização social como objeto de estudo, permitiu ao pesquisador compreender que "no contexto da arqueologia dos assentamentos, sítios individuais deixam de ser estudados como fins em si mesmos e considerados representativos de apenas uma cultura ou região, para serem vistos como redes em que sítios individuais desempenham papéis muito distintos e complementares" (TRIGGER, 2004, p. 274).

Essa maneira de perceber a organização social ampliou a busca por informações importantes para a arqueologia, incluindo a de que mudanças no registro arqueológico podem partir de transformações internas, sem necessariamente serem atribuídas atribuí-las à difusão ou migração.

Outro ponto importante de seu estudo e que complementa a exposição acima, é a utilização do conceito de cultura, atribuindo à cultura arqueológica uma forma de "distinguir fases sucessivas no desenvolvimento do vale do Viru e, portanto, para agrupar sítios que estiveram em uso ao mesmo tempo, aproximadamente". Dessa maneira ele conseguiu aproximar artefatos e estruturas de forma a reconstruir "os padrões variáveis de organização política e social do vale, no decurso de vários milênios". Isso também permitia observar os fenômenos sociais e políticos como atributos culturais, ao passo que os interpretava como "um sistema evolutivo de relações sociais conformador de um contexto de comportamento no qual se integram outros aspectos da cultura" (TRIGGER, 2004, p. 274). O reconhecimento do trabalho, portanto, está em como foram usados os dados arqueológicos para interpretar mudanças sociais na longa duração.

Deste modo chego ao período que compreende o pós Segunda Guerra e o quadro que se mostrava naquele momento apontava para um despertar das pesquisas que se desenvolveram, sobretudo, no campo das relações estruturais e funcionais. O Histórico-Culturalismo, limitado ao cenário básico das distribuições culturais no tempo e no espaço, não dava mais conta de responder ao que tange às mudanças internas e externas das sociedades humanas. Desse grande interesse catapultado a partir do enfoque funcional, nasceu uma nova geração de arqueólogos que abriram novas perspectivas nos estudos sobre as sociedades humanas.

Na década de 1950 destacaram-se as propostas dos norte-americanos Leslie White e Julian Steward. Os pesquisadores que viveram o apogeu econômico alcançado pelos Estado Unidos no Pós-Guerra, tiveram sua formação antropológica vinculada ao particularismo histórico, porém romperam com as ideias de Boas, e partiram para uma abordagem materialista para compreender o fenômeno da cultura. Ambos evocam pensamentos mais generalizantes acreditando numa história evolutiva e de progresso. Chamado de "novo evolucionismo cultural", ou Neoevolucionismo, acreditavam que as explicações para as mudanças ao longo do tempo era um processo inevitável, que iniciaria com sociedades mais primitivas até aquelas mais desenvolvidas. Contudo, se aceitava que cada sociedade poderia avançar conforme suas prerrogativas, suas características próprias, sem a preexistência de estágios, cabendo aos grupos o controle sobre o ambiente e liberdade diante a natureza (REZENDE, 2012; TRIGGER, 2004).

Ambos os pesquisadores queriam poder explicar a cultura, mesmo que cada um reservasse algumas particularidades em seus estudos, como por exemplo, White, que defendia um pensamento evolucionista monocausal e unilinear, ignorando a influência do ambiente ou de uma cultura sobre a outra. O desenvolvimento da cultura estava marcado sempre por aquela mais avançada, independentemente de sua inter-relação histórica.

Já Steward se interessava por respostas adaptativas locais, de culturas específicas a ambientes específicos. Sua percepção era de um evolucionismo multilinear, porque acreditava que haveria uma interação entre sociedades e igualmente desta com o meio ambiente (NEVES, 2002; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999/2000; TRIGGER, 2004). Steward definiu como "Ecologia Cultural" a maneira como a adaptação ao ambiente poderia levar a mudanças culturais (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999/2000, p. 18).

Em um artigo de Robrahn-González, encontramos uma explicação de como essa perspectiva da Ecologia Cultural de Steward foi aplicada na Arqueologia:

> Na arqueologia, os estudos de ecologia cultural se baseavam em três questões principais:
> 1) a proposição de que os artefatos devem ser considerados como vestígios materiais do comportamento social e cultural humano (ver, entre outros, Martin 1974; Rouse 1939; Bennett 1943; Taylor 1948; Willey e Phillips 1955, 958);
> 2) a realização de estudos de padrão de assentamento, indicando que o homem dispõe seus vestígios na paisagem considerando tanto as características físicas que o meio oferece, como a presença de outros assentamentos humanos existentes. Esses estudos forneceriam importantes contribuições na compreensão da organização sociopolítica e da adaptação socioeconômica de povos do passado (Willey 1953; Meggers 1956; Chang 1958; Trigger 1963, 1967, 1968; Sears 1961; Naroll 1962; entre outros);
> 3) a relação entre cultura e ambiente, relacionando o homem aos recursos básicos de que necessita (o contexto físico) e reconhecendo um papel mais ativo das variáveis ambientais no desenvolvimento das sociedades, a partir de uma perspectiva holística

> (Helm 1962; Fox 1932; Wedel, 1953; Meggers 1954, 1957; Meggers e Evans 1957) (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999/2000, p. 18).

A arqueóloga finaliza salientando que tais conceitos não são novos, tendo sido apresentados por geógrafos alemães e britânicos ainda no século XIX, posteriormente discutidos por Grahame Clark, que ponderou sobre a utilidade da perspectiva ecológica para entender como as populações humanas se adaptaram ao ambiente, cuja repercussão foi sentida na diversificação das equipes de pesquisa, que passaram a contar com outros especialistas. Por fim, a melhor aplicação prática do conceito de ecologia cultural pode ser observada na investigação de Willey no Vale do Viru, no Peru (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999/2000).

3.2 O alvorecer de uma nova arqueologia: a New Archaeology ou Arqueologia Processual

Nos anos de 1960, nos Estados Unidos, um novo horizonte teórico é denominado de *New Archaeology*. Mas rumores desta nova corrente podem ser mapeados um ano antes, em 1959, quando Joseph Caldwell publicou um artigo intitulado "A nova arqueologia norte-americana" onde suscita a crescente valorização da ecologia e dos padrões de assentamento como evidências de um novo interesse pelo processo cultural. O pesquisador também adotou o preceito neoevolucionista como forma de explicar as mudanças das culturas arqueológicas (TRIGGER, 2004). De toda a forma, esse novo paradigma teórico decorria da insatisfação de arqueólogos com as limitações de estudo que proporciona o Histórico-Culturalismo, considerado subjetivo e pré-científico, normativo e reducionista, além de exageradamente focado na cultura material e alheio às pessoas que estavam por trás de sua construção (SCHIAVETTO, 2003).

Desta forma, para os americanos urgia um novo aporte que mostrasse como as coisas funcionavam e mudavam nas sociedades. Daí, a Nova Arqueologia soava como algo novo e representava o avanço. Já para os ingleses, o termo Arqueologia Processual assegurava o que boa parte dos arqueólogos vinham fazendo na prática (SOLTYS, 2010).

Esse contraste, também pode ser explicado a partir do tipo de orientação perseguido pela arqueologia de um lado e outro do Atlântico. Por exemplo, na América do Norte a arqueologia associou-se aos departamentos de antropologia; já na Europa a arqueologia estava ligada aos departamentos de história. E essa diferença de vínculos poderia ser visualizada na prática, pois enquanto na Europa se estudava a arqueologia enquanto história única, na América a arqueologia foi tomada como um campo que estuda a história do outro - das populações

originárias. Aliás, essa visão de cunho colonialista ainda persiste, pois entende-se que são duas histórias diferentes.

Mas independentemente da denominação dada, fato é que a arqueologia procurou desenvolver novas metodologias que dessem conta de explicar os processos sociais e naturais, atribuindo, desse modo, um caráter mais científico à disciplina (DI BACO; FACCIO; LUZ, 2009). Miller Jr. coloca qual seria a vocação da Nova Arqueologia: "testar hipóteses sobre processos socioculturais humanos em longo prazo em situações cujas condições-limites possam vir a ser definidas de maneira verificável por outros estudiosos. A Nova Arqueologia procura aplicar o método científico de maneira muito explícita, testando hipóteses sobre processo sociocultural" (MILLER JUNIOR, 2019, p. 213).

Watson (2008, p. 30) também comenta sobre o interesse da Nova Arqueologia, que diferentemente da Arqueologia Antiga (Old Archaeology), agora se mostrava interessada pelo processo cultural. Em suas próprias palavras,

> A Arqueologia Antiga caracterizava-se como uma história da cultura particularista obcecada pela cronologia e tipologia comparativa (sistemática do espaço-tempo); seria substituída pela Nova Arqueologia com ênfase no processo cultural, e abordada via teoria dos sistemas e/ou por uma busca explícita por leis gerais (Flannery 1973). O registro arqueológico era visto pelos processualistas como um vasto laboratório para extrair e estabelecer generalizações, regularidades funcionais e leis gerais sobre o comportamento cultural humano. Os defensores da Nova Arqueologia buscavam não apenas descrever e explicar o passado humano, mas também prever o futuro humano (tradução minha)[7].

No referido momento há que se destacar o seu maior interlocutor, Lewis Binford - um discípulo de Leslie White – que marcou essa nova geração de arqueólogos. O pesquisador queria romper com o paradigma anterior e, por isso, esboçou um programa de pesquisa arqueológica que se mostrou útil e atraente. Nos valendo do excelente panorama apresentado por Robrahn-González (1999/2000, p. 20-21), citamos os conceitos básicos da *New Archaeology*, que foram assim compilados pela autora:

> • A natureza da arqueologia passa a ser explanatória, e não mais descritiva como até então, procurando explicar o passado humano a partir do uso explícito de teorias.

[7] Old Archaeology was characterized as particularistic culture history obsessed with chronology and comparative typology (time-space systematics); it was to be replaced by New Archaeology with emphasis on culture process, to be approached via systems theory and/or by an explicit search for general laws (Flannery 1973). The archaeological record was viewed by processualists as a vast laboratory for the eliciting and establishing of generalizations, functional regularities, and general laws about human cultural behavior. Advocates of New Archaeology sought not only to describe and explain the human past but also to predict the human future.

> • Baseada na Filosofia da Ciência, a *New Archaeology* propõe desenvolver análises sobre processos culturais ou, ainda, sobre mudanças ocorridas nos sistemas sociais e econômicos de determinado grupo humano. Isso implicava o uso de generalizações, ou ainda, de "leis de dinâmica cultural" (Binford 1968: 27).
>
> • O procedimento de análise deveria se voltar à formulação de hipóteses que passariam a ser testadas, construindo modelos e deduzindo suas conseqüências, inclusive com o uso de sofisticados programas estatísticos.
>
> • Adoção da Teoria Geral de Sistemas, tendo como procedimento básico a identificação e caracterização de padrões culturais. Os sistemas seriam divididos em três subsistemas mais importantes: o tecnológico, o social e o ideológico, cujas relações (ou padrões de organização) necessitavam ser explicitadas.
>
> • As pesquisas deveriam se voltar a resolver questões específicas, e não mais avolumar dados obtidos aleatoriamente em campo.
>
> • Desenvolveu-se uma perspectiva ecossistêmica, voltada a estabelecer relações entre cultura e meio ambiente (especialmente por Kent Flannery – 1968 a e b, 1969, 1976, 1986, entre outros).
>
> • As coleções deveriam ser obtidas a partir de rigorosos métodos de amostragem, e tratadas a partir de testes estatísticos, de maneira a permitir generalizações.

Dessa forma, a Nova Arqueologia ancorava sua base na antropologia e de tendência essencialmente materialista. Diante disso, Binford conseguiu fazer ressoar o impacto de suas ideias no meio arqueológico, pois apresentou um programa "com base em uma estrutura conceitual consistente, que era possível não somente produzir informação de cunho social sobre o registro arqueológico, mas, sobretudo, explicar os processos de mudança cultural nas sociedades pré-históricas" (SYMANSKI, 2014, p. 20).

Ainda de acordo com Binford, houve uma mudança no conceito de cultura. Anteriormente, o conceito estava associado à noção de tradição, isto é, um conjunto de normas transmitidas através das gerações ou pelo contato entre grupos distintos. Isso implicava em que a cultura era essencialmente conservadora e que mudanças se davam a partir do contato com culturas diferentes, qual seriam: pela migração, pela adoção de traços culturais forâneos, ou pela difusão (SYMANSKI, 2014).

Então, como se daria a relação entre a cultura e o ambiente nessa nova abordagem? A partir de um sistema de adaptação extrassomática (REIS, 2003; LIMA, 2011). Essa se tornou a base da Teoria dos Sistemas, que,

> interpretava a tecnologia presente nos artefatos como produtos da interação homem ambiente, dando origem à organização social. Qualquer mudança neste complexo é visto de forma exógena como fruto da pressão ambiental ou aumento demográfico dentro de um ambiente que determina o comportamento do indivíduo (FEITOZA, 2017, p. 45).

A partir disso, cada vez mais pesquisadores buscavam informações ambientais para compreender a evolução e adaptação humana em determinados ambientes. E para "positivistas ferrenhos", esse aporte teórico se mostrou eficiente, visto que foi a oportunidade de transformar a Arqueologia em uma disciplina "rigorosamente científica, hipotético-dedutiva e nomotética" (LIMA, 2011, p. 11).

Por fim, cabe colocar algo a respeito do debate teórico da "Teoria de Alcance Médio". Binford ressalta a importância dessa teoria para pensar a formação do registro arqueológico, porque o impasse estava em como extrair do registro arqueológico estático do presente a dinâmica das sociedades do passado.

Então, se o objetivo não era o presente e sim o passado, era preciso fazer as perguntas certas sobre os materiais do "hoje" para entender a dinamicidade do "ontem". Isso seria possível ao se formular teorias generalizantes de uma visão do passado. A partir disso, a arqueologia retomou o interesse pela arqueologia experimental e pela etnografia.

Sobre a Teoria de Médio Alcance, Miller resumiu da seguinte forma:

> Na visão de Binford, o sítio arqueológico (ou melhor, o piso ou "componente") é um *palco* localizado num ponto no espaço e no tempo, num ambiente físico e ecológico; nesse palco, os *atores* (o "pessoal" do esquema de Malinowski) desempenham *atividades* de processamento de *inputs* de matéria/energia para produzir produtos úteis (*outputs*) para a sua manutenção. Essas atividades são *organizadas* e deixam vestígios, que são os *instrumentos* nelas utilizados e as relações espaciais entre estes. Desde que as atividades sejam organizadas no espaço, a disposição final dos instrumentos em relação às características desse espaço deve refletir a organização de tais atividades e, portanto, do grupo de trabalho. Isso se insere no contexto maior da organização da sociedade como um todo.
> A grande ênfase nessa linha é no desenvolvimento de metodologias adequadas, com o emprego consciente e autocrítico do método científico e, principalmente, o desenvolvimento de um corpo de teoria (de médio alcance, não macroteoria) adequado (MILLER JUNIOR, 2019, p.213-214).

Como pode ser observado, o programa proposto para a Nova Arqueologia trazia uma série de vantagens e se desenvolveu muito bem, especialmente nos Estados Unidos. Todavia, o entusiasmo foi se esvaindo em meio a dissidências e discordâncias, pois nem todos interessavam-se pelas mesmas bases filosóficas que eram perseguidas como fundamentação teórica, de forma que alguns arqueólogos questionavam a natureza dos métodos e suas aplicações nas pesquisas (REIS, 2003).

Por exemplo, muitas investigações davam demasiada prioridade aos estudos que relacionam aspectos funcionais e ecológicos, e menos aos aspectos cognitivos e simbólicos, considerados altamente especulativos (LIMA, 2011), porque comprometeria a pureza ou a neutralidade do raciocínio lógico.

> Asegurar esta objetividad atemporal es la tarea del/a método(lógia), y en la arqueología procesual ésta puede ser descripta como llegando a la razón o racionalidad al trabajar objetivamente sobre los datos o hechos. La razón es ese procesamiento cognitivo que está divorciado de la superstición, la ideologia, la emoción, la subjetividad - en definitiva, cualquier cosa que comprometa la pureza o nentralidad del cálculo lógico (SHANKS; HODDER, 1995, p. 13 [Trad. Andrés Laguens])[8].

Outras exploravam a relação da arqueologia com a antropologia, pois esse vínculo impediria à arqueologia de se desenvolver sob uma base interdisciplinar. O afastamento da arqueologia permitiria o uso consistente de teorias e modelos derivados de outras disciplinas, porque da forma que se apresentava, assentada sob uma base mais neutra e objetiva, sua teoria desenvolve-se no sentido de apenas aperfeiçoar os métodos e a análise de sistemas sociais (com busca de padrões universais de comportamento) (SCHIAVETTO, 2003; SYMANSKI, 2014). Como resultado disso, o indivíduo foi reduzido a um ser autômato, controlado pelo sistema.

De forma geral, é justamente devido a contradição da Nova Arqueologia, em ser científica e antropológica ao mesmo tempo, que no início dos anos 1980 pesquisadores insatisfeitos propunham outras teorias que dessem conta de verficar como se processa a mudança dentro das sociedades. Um exemplo é Robert Dunnell, que propunha uma aliança entre a arqueologia e outras ciências temporalmente orientadas como, por exemplo, a biologia, isto porque o tipo de registro de ambas as disciplinas marca a passagem do tempo, e seria somente através da perspectiva história que se poderia apontar para as causas da mudança (LIMA, 2011; SYMANSKI, 2014).

Assim, Dunnell baseou-se na teoria evolutiva darwiniana como modelo científico e propôs uma Arqueologia Darwiniana. Isto, porém, não se fundava apenas no fato de que arqueologia e biologia apresentavam interesses comuns e procedimentos analíticos semelhantes, mas porque tomavam como proposta central responder à questão da mudança, da evolução e da adaptação. Lima (2011, p. 16) resume como forjou-se a arqueologia darwiniana:

> Incorporando contribuições tanto do histórico-culturalismo quanto do processualismo, a Arqueologia selecionista foi construída assumindo como suas questões centrais a variação, a hereditariedade e a seleção, entendendo que a evolução pode ocorrer como resultado de: a) seleção natural, ou seja, de transformações de natureza adaptativa; b) de deriva genética – no caso, mudanças aleatórias na frequência de traços resultantes dos caprichos da transmissão; e c) de ambos.

[8] To secure this timeless objectivity is the task of method(ology), and in processual archaeology this may be described as coming down to reason or rationality working objectively upon data or the facts. Reason is that cognitive processing which is divorced from superstition, ideology, emotion, subjectivity – indeed, anything which compromises the purity or neutrality of logical calculation.

Essa corrente, todavia, não escapou de críticas, especialmente aquelas de âmbito conceitual e terminológico, justificadas no fato de fazer equivaler termos comuns utilizados tanto na arqueologia quanto na biologia evolutiva, mas que, no entanto, possuíam conotação e significados completamente distintos. Senão em termos conceituais, as críticas foram no sentido de considerar a espécie humana como única e que, por interferir na sua própria evolução, não poderia ser considerada "à luz do paradigma proposto", ou ainda, que a evolução cultural não poderia ser observada da mesma forma que a biológica, sobretudo "no que diz respeito à seleção natural" (LIMA, 2011, p. 17-18).

3.3 A vez das Arqueologias: Arqueologia Pós-Processual, Arqueologia Contextual, Arqueologia Interpretativa

Antes de traçar um panorama mostrando o que representou a década de 1980 e seguintes para o desenvolvimento da arqueologia com relação ao campo de atuação, cabe acentuar que a disciplina passava por um quadro de crescente desassossego intelectual, com arqueólogos insatisfeitos com as limitações apresentadas pela arqueologia processual. Foi a partir dessa inquietação que surgiram novos enfoques teóricos que vieram a se denominar Pós-Processual[9].

Esse momento reativo é fruto de uma onda pós-moderna que se passou entre o final dos anos de 1970 e início de 1980, e abrangeu um contexto maior, porém comum a todas as ciências humanas (JOHNSON, 2000). O destaque está na grande pluralidade de abordagens geradas dentro do quadro teórico.

Na arqueologia, por exemplo, das influências teóricas mais marcantes pode se elencar três: o neomarxismo, o pós-positivismo e a hermenêutica (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999/2000), que são vertentes pós-processuais diferentes, conceitualmente distintas, mas são relacionadas entre si, com significativas áreas de sobreposição e divergência (NOBRE, 2021, p.102), como podem ser resumidas aqui:

> 1 - Uma linha que reivindica Robin Collingwood como ancestral; cita com aprovação os trabalhos de Roland Barthes, Pierre Bourdieu, Clifford Geertz, Anthony Giddens e Paul Ricoeur; e encara o registro arqueológico como um texto a ser decodificado. Esta posição reitera o indivíduo, privilegiando as habilidades criptográficas e a eloquência do arqueólogo como intérprete.
> 2 - Uma corrente, baseada nos escritos de Michel Foucault, que frequentemente se associa aos escritos de Marx. Esta foca sua atenção às relações de dominação e resistência, ambas nos contextos e práticas envolvidas na produção do conhecimento. Ela enfatiza a especificidade das práticas arqueológicas na era do capitalismo tardio.

[9] O termo Pós-Processual também incorpora outras definições que podem ser encontradas dentro da bibliografia arqueológica como: Arqueologia Pós-Estruturalista, Pós-Moderna, Contextual, Crítica, Radical.

> 3 - Uma linha, preocupada com comunicação e ideologia, que deriva inspiração dos escritos de Louis Althusser e dos teóricos críticos, tais como Jurgen Habermas. Seus defensores argumentam que a arqueologia como ideologia é parte do presente e revela a especificidade histórica de ambos, a reivindicação de conhecimento e a racionalidade. Eles argumentam por autoconsciência e avaliação crítica das pretensões de conhecimento (NOBRE, 2021, p. 102 *apud* PATTERSON, 1989, p. 556, tradução do autor).

Esses novos referenciais teóricos levaram a arqueologia a explorar outros caminhos, de caráter mais plural. Destaca-se, nesse novo campo, Ian Hodder como principal figura, assim como Michael Shanks e Christopher Tilley. Hodder (1992) procurou romper com aquela noção trazida por Binford de uma arqueologia criadora de leis universais do comportamento humano. No lugar, enfatizava o particularismo histórico contextual da cultura material (NOBRE, 2021), que deveria ser lida como texto (HODDER, 1992), ou seja, a cultura material ganhou status de protagonista (LIMA, 2011).

Em relação à Shanks e Tilley, ambos são responsáveis por acrescentar novos posicionamentos teóricos, entre eles o de sublinhar a arqueologia como um trabalho intelectual e cultural que resulta na produção ativa do passado (SHANKS; TILLEY, 1987, p. 186). Também são responsáveis por enfatizar o desenvolvimento de uma arqueologia crítica que não mais opere como reprodutora de relações autoritárias de dominação. Dessa forma, noções de neutralidade, metas conservadoras de consenso e alegações de conhecimento desinteressado deveriam ser contrapostas pela arqueologia consciente de ser um produto social (MORALES, 2014, p. 36). Com outras palavras, os autores apontam para a responsabilidade social da prática arqueológica.

De forma a caracterizar o que representou esse pensamento pós-processual, Johnson (2000) relaciona oito ideias chaves essenciais que moldam o pensamento do momento pós-moderno:

"1. Rechazamos el punto de vista positivista sobre la ciencia y la separación entre teoría y datos". Com isso, sublinha que os dados trazem consigo uma carga teórica; que a Ciência não é a única forma de conhecimento, há outras concepções não positivistas sobre o que é ciência. Para os processualistas, não há maneira de confrontar a teoria com os dados – conforme os critérios positivistas -, porque os dados são observados através do "véu" da teoria (JOHNSON, 2000, p. 135).

"2. La interpretación es siempre hermenéutica". Se a hermenêutica é o estudo dos significados, logo a interpretação que o arqueólogo faz sobre os objetos, supostamente, são as mesmas dos povos antigos - que produziam e utilizavam. Pós-processualistas acreditam que todos os arqueólogos procedem dessa maneira. Hodder denominou de "círculo hermenêutico",

pois para ele ao escavar, o arqueólogo, implicitamente, atribui significados e valores, independente dele ser um especialista em teoria ou não (JOHNSON, 2000, p. 136).

"3. Rechazamos la oposición entre material e ideal". Tomando como exemplo a paisagem, a visão materialista explora a paisagem como uma fonte de recursos. Já para os pós-processualistas, cada pessoa contempla a paisagem de uma maneira diferente, incluindo as populações pretéritas. Paisagem não se constitui de um conjunto de ideias fixas, senão, de vivências cotidianas frutos das atividades desenvolvidas sobre ela; o meio através da qual as pessoas chegavam a adquirir um conhecimento da paisagem, que se perpetuava e que se transformava ao mesmo tempo (JOHNSON, 2000, p. 136-137).

"4. Hay que indagar en los pensamientos y valores del pasado". Hodder, seguindo a postura de R.G. Collingwood argumentava que na prática, os historiadores e arqueólogos tentam imaginar o que os antepassados teriam pensado. Para Hodder, os arqueólogos praticam a empatia (JOHNSON, 2000, p. 136-137).

"5. El individuo actúa". Contrários à forma de pensamento que reduz o indivíduo a agentes passivos aos efeitos causados pelo entorno, aos pós-processualistas interessava a estruturação, referindo-se, pois, às estratégias ativas do indivíduo. Isso levou os arqueólogos a se aproximarem das Ciências Sociais e das propostas de Giddens e Bourdieu. O primeiro sugere que as pessoas não seguem passivamente as regras sociais, mas tendem a compreendê-las e utilizá-las, a intervir ou estruturá-las criativamente. Enquanto que o segundo ressalta a necessidade de uma teoria da prática, que leve a pensar como os atores individuais se comportam e atuam nas diferentes situações da vida, como reproduzem e transformam a cultura de seu entorno.

De maneira geral, tudo isso se traduziria na forma da interpretação arqueológica, na forma de um pensamento estruturante que captasse: a) as ações sociais de baixo pra cima, pois interessam os hábitos sociais: a vida cotidiana, a forma de perceber as paisagens e b) um modelo de sociedade mediada pelos conflitos e não pelos consensos (JOHNSON, 2000, p. 137-139).

"6. La cultura material es parecida a un texto". Tomando por esse aspecto, a cultura material interpretada como um texto: a) pode dizer coisas diferentes a pessoas distintas, e cada pessoa pode ler de maneira diferente o mesmo texto, b) de forma que os significados podem ser manipulados, c) à exemplo dos arqueólogos que manipulam de forma implícita a cultura material. Isto posto, se pode concluir que os significados da cultura material são um assunto complexo, que dificilmente permitem uma leitura definitiva e uma conclusão clara de todos os elementos analisados. Cada nova geração pode fazer nova leitura, de forma que é impossível julgar se uma leitura é correta ou incorreta. Um texto, logo, a cultura material, pode ser

desconstruída para mostrar que contém significados ocultos que podem contradizer-se com outros mais aparentes. Isso, finalmente, leva a entender que: d) os significados de um texto estão fora do controle de seu autor (JOHNSON, 2000, p. 139-140).

"7. Lo importante es el contexto". Hodder atribui ao contexto como sendo o elemento central e definidor da arqueologia. Fato é que arqueólogos constroem uma densa rede de associações e localizações para os achados. Da mesma forma, inferem distintos significados a partir de diferenças observadas no contexto (JOHNSON, 2000, p. 141; SOLTYS, 2010, p. 46).

"8. Los significados que producimos se sitúan siempre en el presente político y conllevan, lógicamente, resonancias políticas. La interpretación del pasado siempre es política". Com isso o autor enfatiza que não existe neutralidade científica e para os pós-processualistas, o que se diz sobre o passado nunca se nutre de juízos equidistantes e objetivos, pois se trata de afirmações ou presunções que se fazem sempre partindo do presente, que implicam uma mescla inevitável de juízos políticos e morais (JOHNSON, 2000, p. 141-142).

Pois é assim, um "saco de gatos", como afirma Reis (2003), que a arqueologia pós-processual se coloca. Sob esse rótulo, se interpolam diversas tendências teóricas em uma variedade de combinações e, até mesmo, falta de consenso entre elas. Justamente por não ser unificada, Hodder a define não como um movimento, mas uma "fase" no desenvolvimento da arqueologia (REIS, 2003) ou uma "era" (LIMA, 2011).

Procurando ressaltar as múltiplas abordagens possíveis na arqueologia pós-processualista citamos: a semiótica, o neo-marxismo, o pós-estruturalismo, a fenomenologia e a teoria da prática, o pós-colonialismo, o perspectivismo, a teoria do ator-rede e as abordagens simétricas, as questões de gênero etc. À essa lista, Symanski (2014), ainda acrescenta as

> vertentes pós-modernas hiper-relativistas, cujos adeptos questionam qualquer objetividade na produção de conhecimento, o qual é tido como formado somente pelas construções culturais do observador, e defendem, assim, a noção de que o passado é incognoscível e somente útil quando relevante para a ação política no presente" (SYMANSKI, 2014, p.33).

Todavia, é possível observar que apesar da multiplicidade das abordagens alguns aspectos as unem, como a fazer oposição ao objetivismo e o entendimento de uma arqueologia científica e objetiva que busca leis universais que explicariam o comportamento da cultura. Na realidade, o que se salienta é que não existe fórmula para acessar o passado. Está com o arqueólogo a construção de uma narrativa, que tem o presente como seu ponto de referência. Desse passado é somente possível fornecer uma visão subjetiva dos acontecimentos (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999/2000). E mais, essa rejeição reforça a ideia pelo

entendimento do contexto e a importância que assume a cultura material como elemento ativo da cultura, fundamental para a criação e manutenção das relações sociais (SYMANSKI, 2014).

Aliás, ainda falando sobre a cultura material, é interessante notar que o pós-processualismo acrescentou a necessidade de estudos que incorporam os aspectos simbólicos e cognitivos. Lima (2011) destaca esse momento, situado a partir dos anos de 1990, com a introdução da fenomenologia, que fez despontar estudos sobre a paisagem e o corpo. Sobre a importância da fenomenologia para a arqueologia, pontua a autora,

> O que é informado pelos sentidos – aí incluído o universo material – torna-se uma experiência da consciência. Percepções e sensações configuram o modo como as pessoas sentem o mundo, por meio da vivência prática, cotidiana, individual. É por meio do corpo – lugar da experiência – e das suas percepções sensoriais que vemos e estamos no mundo. Nossa relação com a materialidade passa, necessariamente, por essas percepções e sensações, de tal modo que não apenas a forma – tão valorizada pela arqueologia –, mas também outros atributos sensoriais – como cor, textura, som, gosto, cheiro – precisam ser examinados, sempre que as circunstâncias permitirem (LIMA, 2011, p. 20).

Com relação às críticas, aqueles que são adeptos dessa proposta teórica são vistos como relativistas, como não científicos e subjetivos. Também sob a alegação de que se proliferam e se substituem teorias mais rapidamente na disciplina, isso revela uma "fraqueza em suas fundações epistemológicas" (SYMANSKI, 2014, p.34). Na mesma linha e devido ao uso da fenomenologia, muitas interpretações são tidas como arbitrárias e imaginosas e seus textos hiper interpretativos, de frouxa conexão entre dados e argumentos (LIMA, 2011, p. 21).

CAPÍTULO 4 – A INFLUÊNCIA DAS DIFERENTES CORRENTES TEÓRICAS NO BRASIL

4.1 A arqueologia enquanto disciplina acadêmica no Brasil: a profissionalização dos arqueólogos a partir da atuação das missões estrangeiras: A Missão Franco-Brasileira e a Escola Americana e a aproximação do Brasil com o Histórico-Culturalismo

A segunda metade do século XX, mesmo que de forma tardia em relação a outros países da América Latina, foi apontada como o início da Arqueologia Brasileira. Também foi neste momento que a disciplina se inseriu nas instituições universitárias e que o Brasil aprovou sua primeira lei de proteção aos sítios arqueológicos Lei Federal 3.924, de 26/07/1961. Embora seja fato que essa lei não dava conta de abranger todas as formas conhecidas de sítios arqueológicos, por outro lado trazia à tona a necessidade de discussão sobre a profissionalização dos pesquisadores e questionava quais profissionais seriam capacitados a realizar tal tipo de estudo.

Também vale ressaltar que no ano de 1965 o SPHAN (atual IPHAN) deu início a elaboração do cadastro geral de sítios arqueológicos (hoje CNSA/SGPA). Outro registro importante deste período foi a atuação das missões estrangeiras, cujo legado de suas contribuições marcariam a atuação das futuras gerações de arqueólogos.

No entanto, o movimento em prol de uma arqueologia de caráter profissional data de cerca de uma década antes, no ano de 1954 foi realizado em São Paulo o Congresso Internacional de Americanistas e na oportunidade discutidos a questão da cientificidade da arqueologia brasileira e a possibilidade da realização de cursos e estágios de formação com profissionais internacionais. O primeiro arqueólogo convidado foi o americano Wesley Hurt (Indiana University) que trouxe as premissas da metodologia americana de campo (NETO,

2014). Posteriormente, foram convidados Annete Laming e Joseph Emperaire, que atuariam no Brasil a partir da missão Franco-Brasileira e, por fim, a atuação do casal Betty Meggers e Clifford Evans que inauguraram o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA).

4.2 A missão Franco-Brasileira: Annete Laming e Joseph Emperaire

No começo dos anos de 1960, da amizade entre os pesquisadores Paulo Duarte (Universidade de São Paulo) e Paul Rivet (diretor do *Musée de l´Homme de Paris*), surgiu o Instituto de Pré-História da USP – IPH e, por meio deste, a possibilidade de abrir cursos de formação para os primeiros técnicos do IPH e arqueólogos do Paraná (BEBER, 2004). Na verdade, foi Paul Rivet quem articulou a vinda do casal Annete Laming e Joseph Emperaire para a América do Sul, que passaram a escavar o sul da Patagônia a partir de 1951 e, em 1955, a trabalhar com os sambaquis do Paraná e de São Paulo e, posteriormente, sítios no interior do Paraná.

As escavações realizadas por meio de estratigrafia nestes sítios proporcionaram as primeiras datações radiocarbônicas do país, além de tentativas de análises de microfósseis em sedimentos arqueológicos (PROUS, 1992). Mas seria após a morte de Joseph Emperaire, em 1958, que Annete Laming-Emperaire se voltaria para uma perspectiva mais educacional (SANTOS, 2012). Ela retornaria ao Paraná e atuaria em outras escavações, lecionaria mais cursos e consolidaria a "metodologia de abordagem europeia, especialmente a minuciosa perspectiva francesa de trabalho. Em termos gerais, valorizou-se a abordagem de tratar o sítio do particular para o geral" (NETO, 2014, p. 2).

A preocupação deste tipo de método está em realizar escavação de grandes áreas e por estratigrafia natural, considerando o sítio como principal elemento, daí a importância de reunir a maior quantidade de informações possíveis de forma a compreender as estruturas internas do sítio e identificar áreas de atividades.

Sobretudo, a contribuição do método francês pode ser percebida, em especial, nos estudos de sítios de caçadores-coletores, incluindo o estabelecimento de uma metodologia de estudo das indústrias líticas apropriada à realidade sul-americana. O material foi compilado no *Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul* sob autoria de Laming-Emperaire em 1967, e a análise da arte rupestre, onde percebemos a influência das pesquisas de A. Laming-Emperaire e de André Leroi-Gourhan (BEBER, 2004).

Já no que concerne aos problemas ou críticas relacionados a essa perspectiva metodológica de trabalho, Barreto (1999-2000) aponta as seguintes: priorização de um passado distante que não confere relação com as sociedades indígenas conhecidas; uso de jargões técnicos desconhecidos; conflito para compreender a distribuição temporal e espacial das diferentes culturas indígenas extintas, cujo conhecimento ainda era pouco esclarecido; escavações demoradas e possibilidade de reconstrução de solos com depósitos sedimentares espessos; aplicação de categorias classificatórias de peças líticas inspiradas no método formal do Paleolítico francês.

A autora pontua que a introdução desses novos recursos tornou os resultados das investigações pouco atraentes para os acadêmicos. No entanto, houve toda uma geração de arqueólogos que seguiram trabalhando e adaptando esse aprendizado a contextos específicos. Porém, finaliza a pesquisadora, para além de toda essa sistemática, a forma independente com que as missões francesas vieram a atuar no país não convergiu a ponto de constituir-se um debate teórico de arqueólogos em termos nacionais (BARRETO, 1999; 1999/2000; DONATTI, 2017).

4.3 A Missão Norte Americana: Betty Meggers e Clifford Evans e a institucionalização do PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS (PRONAPA)

A primeira atuação de Betty Meggers e Clifford Evans no Brasil remonta ao ano de 1949-1950, quando o casal esteve explorando a foz do Amazonas (ilha de Marajó e Amapá) e conseguiu demonstrar por meio de datações, que a introdução da cerâmica no Brasil possuía uma cronologia mais recuada do que se imaginava (PROUS, 1992). Posteriormente, foi por meio da participação do casal em congressos que ambos viriam a marcar definitivamente a construção de uma Arqueologia Brasileira. Isso se deu por ocasião do XXXI e XXXVIII Congresso Internacional de Americanistas, o primeiro ocorrido em 1954, em São Paulo, e o segundo em 1961 em Mar Del Plata, Argentina. Nos eventos, foram apresentados trabalhos pelo casal citado, além de outros pesquisadores brasileiros. Ainda, o último dos congressos chegou a ser reservado para um dia inteiro de discussão sobre Arqueologia Brasileira.

Levando em consideração os resultados dos congressos, o professor José Loureiro Fernandes, diretor do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná (CEPA/UFPR), convidou, no ano de 1954, Evans e Meggers para realizarem um curso de treinamento para arqueólogos brasileiros. Todavia, o

encontro concretizou-se dez anos depois e somente após muitas negativas e dificuldades (EVANS, 1967).

Em outubro de 1964, sob o patrocínio da Comissão Fulbright, do Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná, da Câmara de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e do Smithsonian Institution de Washington, EUA, iniciaria um seminário de ensino em teoria arqueológica, metodologia, classificação e interpretação de cerâmica. O encontro, que aconteceu nas dependências do CEPA/UFPR e do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, Paraná, reuniu 12 alunos advindos de sete Estados brasileiros (EVANS, 1967).

O resultado deste seminário foi a instalação de um programa de abrangência nacional, cujo grupo de arqueólogos foi treinado num único sistema de teoria, análise e interpretação de dados arqueológicos, com especial interesse em culturas ceramistas – e sambaquis. Assim teve início o PRONAPA, projeto concebido para durar três anos, mas que durou cinco, de 1965 a 1970[10].

Seu objetivo propunha abordar "[...] problemas de cronologia absoluta e relativa em regiões selecionadas do Brasil" (EVANS, 1967, p. 8), e não somente isso, os dados deveriam fornecer informações sobre possíveis rotas e direções de migração e difusão e proporcionar a elaboração de sequências do desenvolvimento cultural das populações (EVANS, 1967, p. 9).

Quanto ao método de trabalho, existia um sistema padronizado que incluía o trabalho de campo, coleta de informações, análise e classificação a fim de permitir possíveis comparações regionais. O documento contendo as sistemáticas e procedimentos de campo foi intitulado: *Guia para Prospecção Arqueológica no Brasil* (1965). O documento arrolou a forma básica de trabalho: "coletas superficiais e pequenas sondagens estratigráficas, que procuravam obter amostras do material cerâmico, com as quais seria possível perceber a diversidade cultural das áreas ainda não exploradas" (BEBER, 2004, p. 35). Já a subsequente publicação, intitulada *Como Interpretar a Linguagem da Cerâmica* (1970), propunha divulgar os procedimentos para o exame das amostras obtidas em campo, conforme o "método Ford", "para a elaboração de cronologias relativas através da comparação de seqüências seriadas" (DIAS, 1994).

Com relação às tendências teóricas do Programa, basicamente, este seguia o modelo norte-americano da segunda metade do século XX (WILLEY e PHILLIPS, 1962 apud BEBER, 2004), que consistia em realizar as etapas de observação e descrição, ou levantamento e identificação e localização dos sítios e a integração histórico-cultural, criando as primeiras unidades arqueológicas do ponto de vista descritivo e taxonômico.

---

[10] Para conhecimento mais aprofundado sobre o PRONAPA, recomendamos Dias (1994 e 1995) que se propõe a fazer um histórico do Programa. Depois a autora volta a discutir o tema em Dias (2003)

4.4 Quanto às críticas ao embasamento teórico e aos métodos do PRONAPA

Dentro de um extenso quadro de revisões, porque somam-se aí cerca de 50 anos do fim do PRONAPA, diversos foram os pesquisadores que se debruçaram sobre o tema lançando suas hipóteses de estudo sobre como se formou e a influência desse programa para a historiografia arqueológica. Logicamente, não existe possibilidade de se fazer a citação a todos textos que se reportam a ele, no entanto, alguns somam particular interesse para essa tese. São perspectivas interessantes - e polêmicas – que abordam o contexto de seu período formativo, sua tendência teórica - ou a falta dela para alguns – que viria a refletir na formação de toda uma geração de arqueólogos – e, futuramente, "preocupar" as demais.

Partimos de Funari (1999), em um artigo que já foi demasiadamente discutido em outras publicações, especialmente devido às suas colocações polêmicas, cujo objetivo foi discutir a importância da teoria internacional para a arqueologia sul-americana, em especial, a brasileira. O autor faz um interessante apanhado sobre a institucionalização da arqueologia na academia brasileira, abrindo espaço para expor o contexto histórico em que surgiu o PRONAPA, demonstrando que o programa foi fruto de um momento político delicado no Brasil e como não poderia ser diferente, reflexo de suas aspirações.

O PRONAPA surgiu logo após o golpe militar de 1964, quando se firmou um acordo entre a United States Agency for Inter-American Development e o Ministério da Educação e Cultura do Brasil. Esse acórdão previa reorganizar a educação nacional a partir de uma ideologia de segurança nacional e em prol do interesse de unificar ideologicamente o Ocidente.

Para Funari – e aqui se assenta a polêmica de seu posicionamento - os pesquisadores brasileiros foram treinados sob uma abordagem positivista e empírica ligada ao *establishment*[11] americano e aos militares sul-americanos. Com relação a Meggers e Evans, um "positivismo ingênuo estava no centro da sua abordagem arqueológica", além de um "determinismo ecológico não-histórico". (FUNARI, 1999, p. 214-215).

Segundo o autor, assim eram definidos os trabalhos por aqueles que controlavam o *establishment*. E aqueles que propunham estudos que encontrassem evidências dissonantes a

[11] Por *establishment* Funari, se refere a um "poder estabelecido arqueológico ou, à formação de um grupo de pessoas que em posição de poder e autoridade passou a controlar e influenciar a arqueologia em várias regiões do país, mantendo-se pouco aberto à inovação ou renovação (OLIVEIRA, 2002, p. 33-34). Com relação ao levantar polêmica ao propor a existência de um *establishment* na arqueologia, segundo Oliveira (2002), existe a possibilidade de o ponto nevrálgico da polêmica ser a associação que Funari fez entre PRONAPA e Meggers e Evans à origem do *establishment* arqueológico nacional.

essa abordagem ecológica e determinista, como datações antigas e sítios complexos, eram considerados arbitrários e impedidos de trabalhar.

A respeito dessa verve positivista e empírica atribuída à arqueologia brasileira, Neves (1988) publicou um texto que fora escrito logo depois da restauração do regime civil. No texto, o arqueólogo demonstra o estado da arte da arqueologia no país e chama a atenção para a urgência de uma transformação na arqueologia brasileira, em termos epistemológicos, profissionalizantes e institucionais.

O pesquisador, sem desmerecer o esforço e o legado da primeira geração de arqueólogos, que trouxe à tona em poucos anos de trabalho, "uma diversidade surpreendente de manifestações socio-culturais pré-contato" (NEVES, 1988, p. 200), chama a atenção para a responsabilidade futura, apontando para a necessidade de que a nova geração precisava amadurecer teoricamente: superar esse período da arqueologia nacional desenvolvida em torno de pesquisas exploratórias e indutivismo positivista.

Diz ele que a próxima geração precisa "estar consciente de que a prática da arqueologia, *como ciência*, implica a adoção de uma "metafísica", de uma "epistemologia", e de uma "lógica" próprias à disciplina" (NEVES, 1988, p. 203, grifo do autor). Também chama a atenção para que o primeiro ato de renovação da arqueologia seja substituir velhos paradigmas:

> A primeira transformação, portanto, que urge ser feita na arqueologia brasileira, é a de substituir velhos paradigmas da arqueologia tradicional, assim como a narrativa literária de "história cultural", por uma "teoria de recuperação", por uma "teoria de informação" e por uma "teoria de interpretação" que, integradamente, conduzam à construção de modelos sociais e adaptativos *poperianamente testáveis* (NEVES, 1988, p. 203, grifo do autor).

Ressalta ainda que o embasamento teórico não falta à arqueologia, pois existe toda uma literatura internacional capaz de dar conta dos problemas da arqueologia brasileira. Todavia, seria preciso também, para uma verdadeira transformação epistemológica, que o plano de emergência incluísse investimentos para capacitação de recursos humanos como a formação acadêmica em nível de pós-graduação no exterior, organização de cursos teórico-práticos, parcerias internacionais para troca de experiências teóricas, e obviamente, investimento nos centros de estudos.

Outra pesquisadora que fez uma revisão crítica da arqueologia foi Cristina Barreto. Em dois textos que em momentos se repetem ou se complementam (BARRETO, 1999; 1999/2000), a autora discute, entre outros assuntos relacionados: a construção da arqueologia, a influência teórica norte-americana no Brasil, a atuação de Meggers e Evans e a influência de ambos no

PRONAPA. Com relação à perspectiva teórica, enquanto o casal de arqueólogos trabalhou na região amazônica, a abordagem relacionava o neoevolucionismo e a ecologia cultural em voga na década de 1950, descendentes de Julian Steward.

Quanto à influência teórica levada ao PRONAPA, Barreto salienta que a orientação neoevolucionista e mesmo as teorias do determinismo tecno-ambiental tiveram pouco impacto na organização da arqueologia brasileira, de forma que categorias envolvendo horizontes evolutivos como arcaico, formativo, entre outros, foram substituídos por categorias como "fase" e "tradições" veiculadas pelos americanos Willey e Phillips em publicação da década de 1950. Dessa forma, "tais categorias seriam amplamente utilizadas identificando variantes culturais ou étnicas a uma determinada distribuição de artefatos no tempo ou espaço, se assemelha mais às práticas do difusionismo cultural europeu, do que ao neo-evolucionismo ecológico americano" (BARRETO, 1999, p. 210).

E por falta de uma orientação teórica mais explícita, o PRONAPA demonstrou dificuldade em integrar as informações coletadas e, consequentemente, em apresentá-las em uma síntese sobre a arqueologia brasileira, o que gerou contrastes frente a outros países sul-americanos e que foram igualmente influenciados pelo casal de pesquisadores. Nestes países, as convergências teóricas do neo-evolucionismo e do marxismo permitiram sintetizar e categorizar os dados arqueológicos, bem como promover a arqueologia a uma ciência histórica.

É possível que as críticas mais ácidas direcionadas ao PRONAPA tenham partido da arqueóloga Tânia A. Lima. Seu artigo de 2002 (LIMA, 2002) trata dos marcos teóricos da arqueologia histórica e nele, a arqueóloga expõe a relação entre arqueologia e teoria.

Lima afirma que nos 60 anos de desenvolvimento da disciplina, ela ainda é majoritariamente "empírica", "que envolve aquisição e análise de dados sem teorias pré-existentes". É particularmente crítica com a "versão mais empobrecida" que foi o "histórico-culturalismo na arqueologia brasileira", que nos anos 1960 "murchava e gradualmente desaparecia da arqueologia anglo-americana". Para a autora, no Brasil, essa característica de uma arqueologia descritiva e classificatória teve vida longa, e ainda não dá sinais de arrefecimento (LIMA, 2002, p.8).

Atrasado, ecos tardios do que chamou de "revolução Processualista" somente chegou ao país nos anos de 1990 e ainda fora timidamente incorporado à pesquisa. Se o programa era tido como renovador nos Estados Unidos dos anos 1960, em meados dos anos 1980 foi perdendo fôlego, pois já não tinha forças para gerar novas ideias e abordagens. Já o Pós-Processualismo e suas "mil e uma possibilidades novas" gerou resistência, mais que aderência a esse leque de possibilidades.

Em resumo:

> A lentíssima incorporação de novas idéias em nosso país (...) é sem dúvida uma das grandes responsáveis pela defasagem, da nossa arqueologia em relação aos outros países, e não somente os de Primeiro Mundo (...). Não estamos sendo capazes de acompanhar, com a necessária presteza, os avanços da nossa disciplina e menos ainda de refletir criticamente sobre eles, para que possam ser ou não incorporados à nossa realidade (LIMA, 2002, p. 11).

O modelo adotado pelo PRONAPA para a classificação das cerâmicas em fase, subfase e tradição tornou-se alvo de críticas de diversos pesquisadores. Em Schaan (2007) esses conceitos foram comparados a uma "camisa de força".

Considerando que à época em que foram criados eles permitiram de forma rápida o mapeamento da distribuição de populações pré-contato em território nacional, hoje essa classificação é por demais limitadora, pois não permite enxergar outras questões relevantes, por exemplo, processos relacionados à mudança cultural. E, inadvertidamente, esta forma atribuída de caracterizar conjuntos de artefatos tecnológica e estilisticamente similares, ou fase cerâmica, foi amplamente utilizada seja ela técnica ou informalmente para identificar grupos sociais ou étnicos no tempo e no espaço, "como se estas fossem grupos etnolingüísticos, povos que, no imaginário arqueológico, surgiam e desapareciam juntamente com seus artefatos diagnósticos" (SCHAAN, 2007, p. 78).

O conceito de fase e tradição é tão "pouco claro" que foi alvo de críticas também por Dias (1994, 1995, 2003 e 2007). Em sua última publicação, em 2007, a autora objetiva rever a utilização dos conceitos – fase e tradição - "à luz das discussões teórico-metodológicas sobre tecnologia" de forma que justifiquem "[...] interpretar a variabilidade de conjuntos artefatuais em um dado contexto regional em termos de Tradições Arqueológicas e como as escolhas tecnológicas podem refletir fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico" (DIAS, 2007, p. 60).

Esclarece a pesquisadora que tais conceitos foram "deslocados do corpo teórico do qual se originou" e acabaram se transformando em um objetivo de trabalho para alguns arqueólogos entre 1960 e 1980. A obra em questão, que é examinada por Dias, é *Method and Theory in American Archaeology*, de Willey e Phillips, publicada na década de 1950, publicação preocupada com a tônica científica da arqueologia e seu papel ativo no processo de produção do conhecimento, de acordo com as correntes teóricas em voga nos Estados Unidos: histórico-culturalista e funcionalista e ecológico-cultural.

Também chamamos a atenção para pelo menos dois artigos que abordam o "caso" PRONAPA a partir de outro referencial, isto é, observado pela ótica da discursividade, procurando mostrar o lugar de fala desses pesquisadores que, independentemente da época, continuamente revisitam o passado demonstrando preocupação com esse "ente" ou "evento" que se transformou o programa.

A primeira publicação é de Hilbert (2007), que elabora uma interessante perspectiva ao buscar os conceitos básicos que permearam a criação do PRONAPA. Com base no exemplo do programa e mais o conteúdo de quatro trabalhos apresentados no XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, traça uma relação entre práticas, teorias e discursos na arqueologia brasileira.

Sobre o embasamento do programa, o autor coloca o seguinte:

> Interessante nesse contexto de alinhamento de fronteiras é que Ford (1962), Meggers e Evans (1970) combinaram tanto modelos difusionistas quanto evolucionistas. A transição entre esses dois modelos é gradual e compartilha certos aspectos de tempo e espaço (TRIGGER, 1995, p.154). Ambos os modelos, evolucionistas e difusionistas, são perspectivas que explicam como as culturas mudam. Na verdade, são perspectivas opostas e ao mesmo tempo complementares. São opostas porque a perspectiva evolucionista percebe o crescimento da complexidade em uma sociedade ao longo de uma linha de tempo, enquanto o Difusionismo enfatiza a transmissão de idéias de um lugar para outro como motivo das mudanças culturais. São complementares porque explicam mudanças sociais de forma diacrônica, indicando a relação entre coisas através do tempo (HILBERT, 2007, p. 129).

Já com relação aos trabalhos do Simpósio, ao mesmo tempo em que eram assuntos interessantes e provocativos, Hilbert percebeu que todos faziam referência ao PRONAPA, ao posicioná-lo como uma linha divisória importante na arqueologia brasileira e uma forma tradicional e antiga de fazer arqueologia. Sua constatação, a partir disso, foi a de que o programa ainda é um "passado teórico e metodológico" que "continua preocupando" os arqueólogos brasileiros.

E embora contrariando os demais pesquisadores que o precederam em uma revisão sobre os marcos referenciais do PRONAPA, no desfecho do texto o autor conclui, de forma sensível e poética, que apesar da nova geração apontar o programa como um signo daquilo que é passado, este tinha suas bases teóricas bem esclarecidas, correspondendo às influências que estavam em voga na década de 1950: "tenho certeza de que os 'Pronapianos' tinham uma orientação definida no campo do Evolucionismo Cultural e não eram histórico-culturalistas empobrecidos" (HILBERT, 2007, p. 129). Em defesa de sua afirmação faz a seguinte colocação,

> [...] estou convencido que os arqueólogos 'Pronapianos' dificilmente cometeram todos estes pecados de que são acusados e com certeza nem todos eram estes tradicionalistas recalcados. Ao contrário! Acho, sem poder comprovar minha afirmação nesse momento, que os 'Pronapianos' eram os jovens arqueólogos brasileiros, representavam na década de 1960 a 'jovem guarda' (HILBERT, 2007, p. 120).

E, com a mesma vontade com que as novas gerações têm em debater sobre conceitos e conjuntos de ideias na contemporaneidade, tinham aqueles jovens à sua época. E talvez o pecado, para Hilbert, estivesse na própria juventude que experimentava, pela primeira vez, o poder de nomear as "pequenas coisas e totalmente ignoradas pelos outros arqueólogos da época, o poder de explicar e controlar o tempo e os espaços arqueológicos" (HILBERT, 2007, p. 120).

Por fim, o tema sobre as bases teóricas do PRONAPA também foi discutido por Santos (2012). A arqueóloga trata da perspectiva discursiva de duas personalidades da arqueologia brasileira: Annete Laming-Emperaire e Betty Meggers. Nesse ínterim, ela também observa o que o PRONAPA significou em termos de formação para os arqueólogos do país.

Santos reconhece o extremismo com que o "caso" PRONAPA foi e é tratado na historiografia arqueológica. Ela também se coloca contrária aqueles que consideram o programa ateórico ou empobrecido: "o que não se pode acusar o PRONAPA é de não ter bases teóricas. Ao contrário, os pronapianos fazem questão de mostrar que antes de empunharem suas pás, trataram de estudar e aplicar o recente arcabouço teórico obtido, nos seus métodos de análise no trabalho de campo" (SANTOS, 2012, p. 52). Mesmo que seguindo por linhas difusas, existiu um "tripé pronapiano", ou seja, "as pontas seriam preenchidas pelo Evolucionismo Cultural, o Difusionismo e como método de escavação, os princípios fordistas" (SANTOS, 2012, p. 52).

Encerro aqui o retrospecto sobre as críticas apontadas ao PRONAPA. Como se pode perceber, a discussão sempre se mostra longa, com possibilidade de se percorrer outros rumos de debate. O objetivo, no entanto, foi pontuar que em cada texto escolhido há uma tônica de exposição do que representou o programa e que mesmo com o passar do tempo, o projeto vive em uma permanente manutenção, uma lembrança vívida e mesmo incômoda, como ressaltou Hilbert (2007, p. 118), "mesmo depois de 40 anos, permanece um signo poderoso e polissêmico". É evidente, também, que esse passado teórico e metodológico da arqueologia brasileira continua preocupando os arqueólogos brasileiros.

PARTE 2 - OS ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS ENVOLVENDO AS POPULAÇÕES JÊ NO RIO GRANDE DO SUL

Para essa Parte 2, Capítulos 5, 6 e 7 o objetivo está em expor, a partir de uma extensa organização de dados bibliográficos advindos da produção científica arqueológica, como foi construída a história a respeito da tradição ceramista Taquara, enfocando sua abrangência no Rio Grande do Sul. As 101 obras anteriormente listadas (ver Parte 1, Capítulo 1), foram agora organizadas e separadas em três capítulos, ou três "blocos temporais", e cada capítulo/bloco temporal abarca o equivalente a duas décadas de pesquisas.

Para melhor compreensão do leitor, exponho como compus a metodologia de organização e leitura dos Capítulos a seguir:

- O Capítulo 5 abrange as décadas de 1960 e 1970 e foram compiladas 26 obras, divididas entre 8 autores, conforme o Quadro 3 abaixo.

Quadro 3 – Pesquisadores e número de obras selecionadas entre 1960-1970

AUTOR	Número Obra
1960 - 1970	
CHMYZ, Igor	1
MILLER, Eurico Th.	4
BROCHADO, José J. J. Proenza et al	2
SCHMITZ, Pedro Ignácio	7
LA SALVIA, Fernando	2

LAZZAROTTO, Danilo	4
BASILE BECKER, Ítala Irene	1
MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto	5
TOTAL	26

Fonte: Da autora (2022), com base nos dados coletados na pesquisa.

❖ O Capítulo 6 abrange as décadas de 1980 e 1990 e foram compiladas 22 obras, divididas entre 6 autores, conforme o Quadro 4 abaixo.

Quadro 4 – Pesquisadores e número de obras selecionadas entre 1980-1990

AUTOR	**Número Obra**
1980 - 1990	
MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto	7
LA SALVIA, Fernando	1
SCHMITZ, Pedro Ignácio et al	9
RÜTSCHILLING, Ana L. B.	1
COPÉ, Silvia Moehlecke	1
KERN, Arno Alvarez	3
TOTAL	22

Fonte: Da autora (2022), com base nos dados coletados na pesquisa.

❖ O Capítulo 7 abrange as décadas de 2000 a 2021 e foram compiladas 54 obras, divididas entre 29 autores. No entanto, para este capítulo ainda optei por dividir as obras em 4 grupos distintos.

- 3 dos grupos compõem centros de pesquisas, são eles:

- IAP/UNISINOS - com 15 obras divididas entre 6 autores, conforme o Quadro 5 abaixo.

Quadro 5 – IAP/UNISINOS, pesquisadores e número de obras selecionadas entre 2000-2021

AUTOR	Número Obra
IAP/UNISINOS 2000 – 2021	
SCHMITZ, Pedro Ignácio. et al.	6
BEBER, Marcus Vinícius	1
ROGGE, Jairo Henrique	4
DIAS, Jefferson Luciano Zuch	2
CORTELETTI, Rafael	1
MERGEN, Natália Machado	1
TOTAL	15

Fonte: Da autora (2022), com base nos dados coletados na pesquisa.

- NUPARQ/UFRGS com 21 obras divididas entre 8 autores, conforme o Quadro 6, abaixo.

Quadro 6 – NUPARQ/UFRGS, pesquisadores e número de obras selecionadas entre 2000-2021

AUTOR	Nùmero Obra
NUPARQ/UFRGS 2000 – 2021	
COPÉ, Silvia Moehlecke	7
SALDANHA, João D. de Moura	2
ROSA, Carolina Aveline Deitos	1
DE SOUZA, Jonas Gregório	4
PINTO, Marcus Vinicius Carvalho	1
AZEVEDO, Leonardo Waisman	4
SANHUDO, Marcelo da Silva	1
D'AVILA, Luísa Nunes Luísa	1
TOTAL	21

Fonte: Da autora (2022), com base nos dados coletados na pesquisa.

- LABARQ/UNIVATES 10 obras divididas entre 8 autores, conforme o Quadro 7 abaixo.

Quadro 7 – LABARQ/UNIVATES, pesquisadores e número de obras selecionadas entre 2000-2021

AUTOR	Número Obra
LABARQ/UNIVATES 2000 - 2021	
MACHADO, Neli T. Galarce	1
WOLF, Sidnei	3
SCHNEIDER, Patrícia et al.	1
DE MARQUE, Luciane M.	1
SECCHI, Mariela Inês	1
ROSA, Lauren Waiss da	1
SCHNEIDER, Fernanda	1
FIEGENBAUM, Jones	1
TOTAL	10

Fonte: Da autora (2022), com base nos dados coletados na pesquisa.

Já, o quarto grupo envolve pesquisadores que considerei independentes. São autores entre os quais destaquei apenas uma obra e nenhum tem ligação com o outro ou com algum centro de pesquisa, como ocorre nos grupos anteriores. De igual maneira, as regiões de investigação abordadas e os assuntos são diversos, inclusive, os estudos nos falam sobre diferentes atividades que envolvem a prática arqueológica, como a acadêmica e a empresarial. São ao total 7 obras, divididas entre 7 autores, conforme o Quadro 8 abaixo.

Quadro 8 – Autores independentes, pesquisadores e número de obras selecionadas entre 2000-2021

AUTOR	Número Obra
Autores independentes 2000 - 2021	
REIS, José Alberione	1
SILVA Sérgio Baptista da	1
DIAS, Adriana	1

KLAMT, Sérgio	1
SCIENTIA AMBIENTAL S/C LTDA; NÚCLEO DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS/UFGRS; ITACONSULT CONSULTORIA E PROJETO EM ARQUEOLOGIA LTDA.	1
VICROSKI, Fabrício J. Nazzari	1
WAGNER, Gustavo	1
TOTAL	7

Fonte: Da autora (2022), com base nos dados coletados na pesquisa.

Essa divisão proposta para os capítulos não foi aleatória. Surgiu depois de conhecer cada um dos documentos, de desmembrar cada informação e vislumbrar que ao dividi-las dessa maneira, conseguiria perceber a influências das correntes teóricas que anteriormente expus. São elementos sutis que, depois de uma longa imersão pelos seus pressupostos teóricos, foram se fazendo presentes.

Para a produção das sínteses, considerei alguns elementos, tais como apresentar brevemente quem é o pesquisador ou pesquisadora escolhido(a), mostrar a organização da estrutura do documento, seguido do objeto e o objetivo da pesquisa, inserindo um resumo do desenvolvimento e, por fim, mostrando o resultado e a conclusão. Em alguns momentos, também inseri comentários próprios, que se fizeram necessários.

Com relação aos tipos de documentos, no Capítulo 5 as 26 obras selecionadas correspondem essencialmente a publicações em periódicos científicos. Alguns deles ainda podem corresponder a relatórios de pesquisa de campo, nunca publicados. No Capítulo 6, as 28 obras selecionadas correspondem basicamente a publicações em periódicos científicos, um é artigo de livro e outro documento corresponde a uma tese de doutorado. No Capítulo 7, as 54 obras selecionadas correspondem a publicações variadas: periódicos, livros, publicações de anais de colóquio, teses, dissertações, monografias e um relatório de pesquisa advindo de licenciamento ambiental.

CAPÍTULO 5 – A HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES JÊ MERIDIONAIS PELA ÓTICA DA PRIMEIRA GERAÇÃO DE ARQUEÓLOGOS: A CONSTRUÇÃO DOS DADOS BASILARES DA TRADIÇÃO TAQUARA, DÉCADAS DE 1960 E 1970

A partir da implementação do PRONAPA, em 1965, as pesquisas arqueológicas se espalharam por quase todo o território brasileiro. Nesse sentido, o Programa também representou uma descentralização das investigações, pois tirava parte do peso da produção e a concentração de todo o conhecimento que recaia sobre algumas instituições, como o Museu Nacional, o Museu Paulista, o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu Paranaense. O apoio e patrocínio ao PRONAPA vieram do Smithsonian Institution de Washington e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com a interveniência da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Aqui, em particular, falando do Rio Grande do Sul, mas o exemplo se estende para o restante do país, desde alguns anos eram realizadas atividades empíricas, em sua maioria ligadas a algum instituto histórico ou a algum museu. E as publicações, quando existiam, também eram divulgadas por meio dessas instituições. Mas na auspiciosa década de 1960, diversos desses pesquisadores receberam formação adequada, através de cursos e seminários que passaram a ser oferecidos, e tudo isso ocorria de forma simultânea às atividades realizadas pelo PRONAPA.

Logo, podemos dizer que coexistiram com o Programa outros projetos que deram conta de cobrir outras áreas até então desconhecidas ou pouco exploradas em termos de ocupação

humana no Rio Grande do Sul. Mas vale ressaltar que, em termos de proposta metodológica e tendência teórica, predominou aquela seguida pelo PRONAPA.

Cito brevemente umas primeiras iniciativas como o Projeto do Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos (1965-1972)[12], financiado pelo IPHAN e pelo CNPq e que abrangeu áreas não alcançadas pelo PRONAPA; outras ações, ainda que amadoras, de estudos sistemáticos foram desenvolvidos pelo Museu do Colégio Mauá, de Santa Cruz do Sul e do grupo de jovens reunidos na Organização para Estudos Científicos (O.E.C.), de Porto Alegre, que contava com o apoio da Faculdade de Arquitetura da UFRGS e oferecia cursos, seminários (ocorridos anualmente entre 1964-1969) e alguma investigação de campo. Ainda ocorreu o Congresso de Arqueologia para Amadores, em 1966, que reuniu diversos interessados; em 1967 surgiu o primeiro curso de arqueologia - de fim de semana; e no mesmo ano também foi lançado o Simpósio de Arqueologia do Prata, que acabou se expandindo nos anos posteriores (1968, 1969, 1970), reunindo arqueólogos de diferentes nacionalidades.

Do todo esse movimento surgiram diversos cursos, seminários, e congressos, que proporcionaram a formação de novos arqueólogos. E desse engajamento, ainda posso citar a aproximação da arqueologia com a academia e a consequente criação de novos centros de pesquisa em diferentes instituições universitárias.

Saliento que não é objetivo aqui se estender enumerando as diversas realizações em relação ao desenvolvimento da arqueologia no Estado, apenas planejei expor algumas iniciativas e, ao mesmo tempo, sublinhar que as décadas posteriores não deixariam de ser menos promissoras para seu desenvolvimento. A arqueologia está inserida em diferentes instituições de ensino e conta hoje com cursos especialmente voltados para a formação de arqueólogos, de igual forma a disciplina cresceu em importância, passando a ser um elemento de estudo necessário e obrigatório dentro do Licenciamento Ambiental.

Isto posto, para a parte que vem a seguir, essa breve introdução auxilia a compreender a situação do Rio Grande do Sul nos idos da década de 1960, quando iniciaram as pesquisas sistemáticas relacionadas aos Jê Meridionais. E, pensando em uma melhor forma para apresentação e discussão dos dados, optei por dividir os documentos de modo que nesta primeira parte estão apresentadas as publicações ou outros trabalhos não publicados que cobrem o período da segunda metade da década de 1960 até fins da década de 1970. A partir dessa divisão é possível observar como os pesquisadores, sob a influência das missões estrangeiras,

[12] Informações recolhidas do blog do Instituto Anchietano de Pesquisas/IAP, http://www.anchietano.unisinos.br/index1.htm. Título da publicação: A Infância da Arqueologia, publicado em 14 de agosto de 2019.

especialmente do PRONAPA, organizaram, analisaram e discutiram seus dados arqueológicos e, principalmente, qual referencial teórico seguiram. Aliás, não busquei examinar individualmente qual referencial teórico foi utilizado pelos autores. Quando os separei por blocos temporais ficou mais evidente os pressupostos teóricos agindo dentro do conjunto.

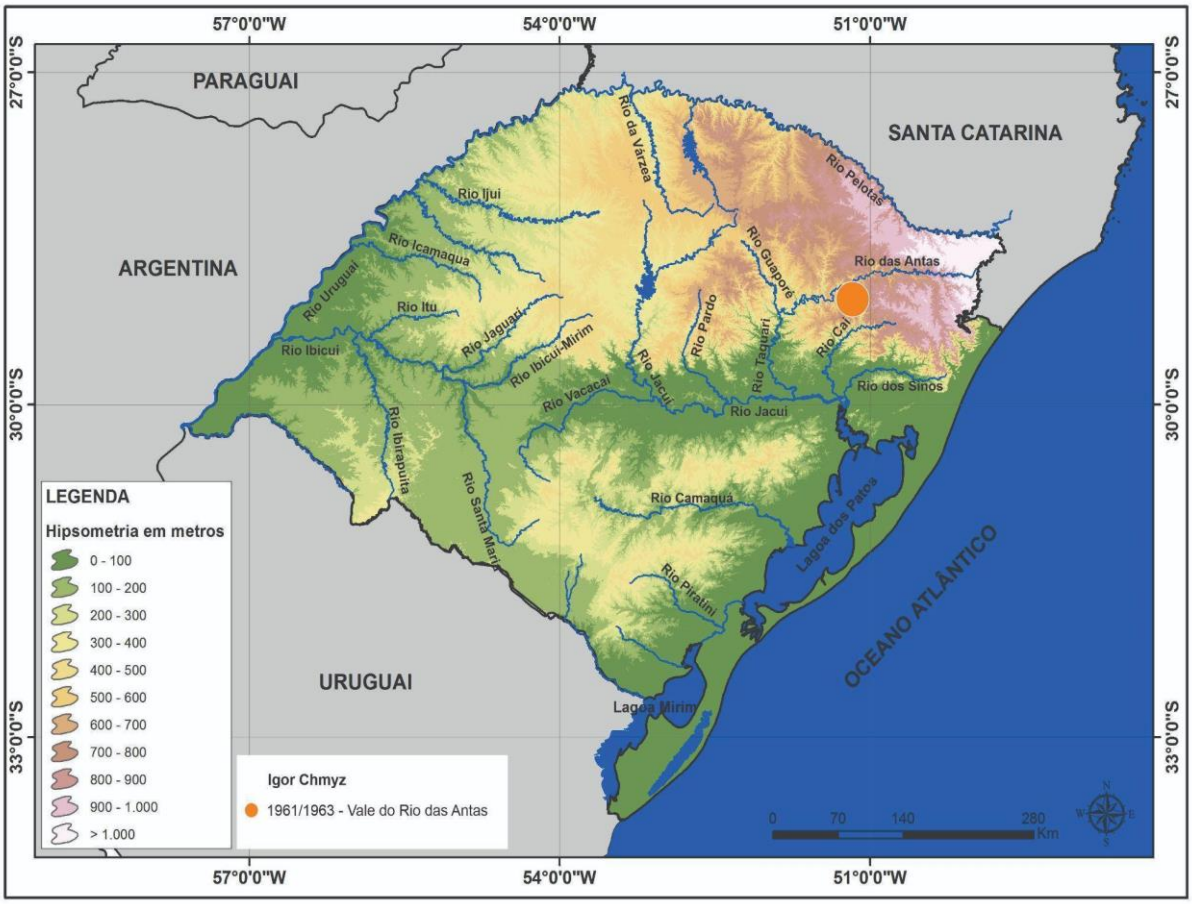
Igor Chmyz

Quadro 9 – Conjunto de obras selecionadas CHMYZ, Igor.

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
CHMYZ, Igor.	Prospecções arqueológicas no Vale do Rio das Antas, Rio Grande do Sul (Brasil)	Acta Praehistorica	1961/ 1963	Periódico
CHMYZ, Igor.	Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica	CEPA/UFPR	1966	Periódico
CHMYZ, Igor.	Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica	Cadernos de Arqueologia	1976	Periódico

Fonte: Da autora (2022), com base nos dados coletados na pesquisa.

Figura 1 - Mapa ilustrativo da pesquisa do autor realizada na região de Caxias do Sul, RS



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Igor Chmyz é formado em História e Geografia pela Universidade Federal do Paraná (1963) e Doutor em Ciências (Antropologia e Arqueologia) pela Universidade de São Paulo (1972). Foi professor na Universidade Federal do Paraná – UFPR e atuou no Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas durante anos. Em sua formação contabilizam-se diferentes cursos de aperfeiçoamento, entre eles aulas ministradas por Annette Laming-Emperaire, João José Bigarella e ainda recebeu orientação de Luiz de Castro Faria, Peter Paul Hilbert, Fernando Altenfelder Silva, Helbert Baldus, Oswald Menghin, etc. Chmyz também participou do PRONAPA, trabalhando em áreas do Estado do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul[13].

Em destaque estão três documentos (ver Quadro 9), embora dois deles não serão alvo de diagnóstico e apenas os cito aqui porque os trabalhos foram publicados enquanto o investigador integrava o PRONAPA. Eles também não trazem notícias a respeito de pesquisas envolvendo os grupos Jê Meridionais, entrementes, são documentos base da arqueologia

[13] Informações retiradas de https://arqueologiaeprehistoria.com/2016/06/07/arqueologia-em-acao-especial-igor-chmyz/ e https://www.escavador.com/sobre/7201618/igor-chmyz

brasileira. Trata-se de um manual de trabalho onde foram definidas importantes terminologias, como a concepção de Fase e de Tradição.

A obra *Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica*, com a primeira publicação de 1966 e, posteriormente, com uma segunda edição, revisada e ampliada, publicada uma década depois, em 1976, foi elaborada com o objetivo de uniformizar os termos técnicos relacionados às cerâmicas arqueológicas. Para a edição de 1976, o objetivo estava em "complementar as diversas denominações cerâmicas já em uso pelos arqueólogos", portanto, cabia criar novos termos "procurando defini-los de maneira clara e completa" (Chmyz, 1976, p. 119).

Dessa forma, *Fase* foi definido como: qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação, etc, relacionado no tempo e no espaço, em um ou mais sítios (CHMYZ, 1976, p.131); já *Tradição,* como: grupo de elementos ou técnicas que se distribuem com persistência temporal (CHMYZ, 1976, p. 145).

Fato é que gerações posteriores de arqueólogos continuam problematizando os usos desses termos, porque entenderam que houve uma superexploração. Isto é, alguns arqueólogos tomaram os conceitos como sendo o fim último de muitas pesquisas, mas não somente isso, os teriam utilizado deslocados do corpo teórico do qual se originaram (DIAS 1994). Outra crítica contundente recaiu sobre a fossilização (DIAS, 2003) do registro arqueológico, que não daria chance para observar possíveis processos de mudança cultural, isso porque fases e tradições passaram a classificar conjuntos tipológicos como sendo um reflexo direto de grupos etnolinguístico (SCHAAN, 2007). A problemática sobre esses conceitos não termina aqui e serão frequentemente retomados e discutidos em diferentes momentos neste capítulo.

Outra publicação importante de Chmyz e que contribui diretamente para a história dos povos Jê do Rio Grande do Sul, está datada do ano de 1962, antes do pesquisador integrar o PRONAPA. Neste ano, ele viajou pelo Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná ao município de Caxias do Sul, RS, para prospectar a região. A notícia foi veiculada pelo Dr. Darcy Mário Pezzi, de Caxias do Sul, que enviou ao Gabinete de Arqueologia daquela universidade artefatos arqueológicos junto com informações sobre a existência de "jazimentos" e materiais "páleo-etnográficos" nos arredores do município.

O texto a destacar, *Prospecções arqueológicas no Vale do Rio das Antas, Rio Grande do Sul (Brasil)*, (ver Figura 1 para referência da região estudada) refere-se ao único trabalho de sua autoria no Estado e foi publicado em um periódico científico internacional chamado Acta Praehistorica, editado pelo Centro Argentino de Estudios Prehistóricos. O artigo, estruturalmente, está segmentado em cinco partes: Introdução, Desenvolvimento (subdividido

em Dados Geográficos, O Primeiro Jazimento, Descrição detalhada das evidências arqueológicas do abrigo-sob-rocha, O segundo jazimento Descrição detalhada das evidências arqueológicas encontradas junto ao "Buraco de Bugre"), Considerações Parciais, Resumo (escrito em alemão) e Bibliografia. Há ainda uma planta de situação do sítio; duas fotografias, sendo uma de cada sítio visitado; figuras de croquis dos sítios e da escavação e imagens com as reconstituições dos artefatos relevantes, ósseo e lítico.

O objetivo do trabalho aparece na introdução, que é apresentar os resultados referentes as prospecções realizadas em dois locais com evidências arqueológicas: um abrigo sob rocha com vestígios de práticas funerárias e um chamado de "buraco de bugre". Quanto ao desenvolvimento, este item se divide em: a) informações fisio-geográficas, que remetem a caracterização do ambiente de um modo generalista e superficial; b) informações minuciosas sobre a descrição dos sítios, os procedimentos da escavação e a análise do material.

A conclusão aparece em forma de considerações parciais. A primeira consideração é sobre a formação dos sítios: o abrigo é uma formação natural, isolado de habitações, porém escolhido como "cemitério"; já o sítio com a depressão possui as características dos lugares chamados de "buracos de bugre".

A segunda consideração trata de uma possível filiação cultural das populações que habitaram os sítios. Para o abrigo-cemitério, por não haver sinais de outras atividades diárias, apenas deposição de mortos, abstém-se de fazer correlações culturais porque não houve, propriamente, uma ocupação humana. Já o "buraco de bugre" é um tipo de morfologia que aparece em fontes etno-históricas e arqueológicas: Gabriel Soares de Souza, von Ihering, Serrano, Menghin, entre outros, descrevem o fenômeno que é, também, de grande dispersão geográfica.

Desse modo, o autor sublinha que seguirá o exemplo do pesquisador argentino Menghin e adotará o termo "casa semi-subterrânea" para se referir ao "jazimento". Propõe ainda uma possível origem Jê, embora reconheça lhe faltarem elementos que assegurem uma origem étnica. Todavia, entende que os dados referentes ao aparecimento desse tipo de "jazimento" apontam direta ou indiretamente ao grande grupo linguístico Jê e a algum povo deste grupo.

Eurico Theofilo Miller

Quadro 10 - Conjunto de obras selecionadas MILLER, Eurico Th.

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
MILLER, Eurico Th.	Pesquisas Arqueológicas Efetuadas no Nordeste do Rio Grande do Sul	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados Preliminares do Primeiro Ano 1965-1966	1967	Relatório
MILLER, Eurico Th.	Pesquisas Arqueológicas Efetuadas no Noroeste do Rio Grande do Sul	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados Preliminares do Segundo Ano 1966-1967	1969	Relatório
MILLER, Eurico Th.	Pesquisas Arqueológicas Efetuadas no Planalto Meridional, Rio Grande do Sul (Rios Uruguai, Pelotas e das Antas)	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados Preliminares do Quarto Ano 1968-1969	1971	Relatório
MILLER, Eurico Th.	Pesquisas Arqueológicas em Abrigos-sob-rocha no Nordeste do Rio Grande do Sul	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados Preliminares do Quinto Ano 1969-1970	1974	Relatório

Fonte: Da autora (2022), com base nos dados coletados na pesquisa.

Figura 2 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas pelo autor: planalto e região nordeste do Estado.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Eurico Theofilo Miller[14] foi professor da rede estadual de ensino. Graduou-se em Geografia (1973), possuia especialização em História da Cultura Brasileira (1980) e mestrado em História (1983) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Foi um dos fundadores do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul - MARSUL, na cidade de Taquara, onde atuou de 1966 a 1980. Como arqueólogo amador, realizava investigações desde a década de 1950, na região Nordeste do estado. A partir de 1965, integrou o PRONAPA, atuando, a partir daí, em vários estados do Brasil. Também, sob a égide do Programa, realizou expedições por diferentes regiões do Estado.

Em destaque estão quatro publicações (ver Quadro 10 e Figura 2 para referência das regiões pesquisadas), que se referem exclusivamente aos relatórios de atividade do Programa, todos editados pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, na forma de Publicações Avulsas. Os artigos, estruturalmente, seguem um padrão pré-estabelecido e estão segmentados em cinco partes: Aspectos Geográficos, Resumo da Sequência Arqueológica, Conclusão, Summary (escrito em inglês) e Bibliografia. Ainda aparece em cada publicação a figura da planta de situação dos sítios e, ao final, fotografias que servem como registro de exemplos de sítios visitados e dos artefatos relevantes encontrados, principalmente cerâmico e lítico.

O objetivo do trabalho em cada artigo é o de apresentar os resultados provenientes das pesquisas de uma determinada região do Estado: artigo 1 - Nordeste (vales dos Rios dos Sinos e Maquiné e a zona lagunar litorânea no nordeste do RS, publicação de 1967); artigo 2 - Noroeste (municípios de Tenente Portela e Porto Lucena, publicação de 1969); artigo 3 - Planalto Meridional (municípios de Bom Jesus e Marcelino Ramos, publicação de 1971) e artigo 4 - Nordeste (sobre os abrigos-sob-rocha, publicação de 1974). Na parte de aspectos geográficos, o autor faz uma caracterização ambiental citando cada uma dessas porções. Essa apresentação, de modo geral, é superficial, ressaltando apenas os aspectos básicos. São de interesse destacar o sistema hidro-topográfico (grandes rios, afluentes, formação geológica e altitude), o clima, a formação vegetal e a disponibilidade de recursos: flora (elencando algumas espécies nativas); fauna (apenas sublinhando o fato de a caça e da pesca dependendo da região, serem recurso abundante) e de possível disponibilidade de matéria-prima (referindo-se ao lítico)

Na parte do resumo da sequência arqueológica, esta se divide em algumas etapas: a) uma breve introdução que, por exemplo, cita a região abrangida em termos de tempo dedicado à pesquisa; quantidade de sítios levantados; tipos de sítios descobertos (abrigo-sob-rocha,

[14] Informações disponíveis em: https://www.sabnet.org/informativo/view?TIPO=1&ID_INFORMATIVO=687 e https://cultura.rs.gov.br/marsul

sambaqui, casa subterrânea ou sítios a céu aberto); fases arqueológicas (estabelecidas a partir dos sítios identificados e artefatos associados); datações (se houver); b) caracterização das fases, que é o principal item e descreve como foram estabelecidas e divididas cada uma das fases: fase pré-cerâmica (todos aqueles sítios que não possuem cerâmica associada), fase cerâmica não guarani (todos aqueles sítios que possuem cerâmica, porém diferente da cerâmica Guarani) e fase cerâmica da tradição Guarani (todos os sítios que possuem cerâmica Guarani associada). Porventura, podem ocorrer exceções, isto é, uma ou outra fase pré-cerâmica ou cerâmica que, por algum motivo, e conforme seriação pelo método Ford, não pode ser definida.

As sequências publicadas são as seguintes:

- 1967 – Região Nordeste do RS: Entre novembro de 1965 a abril de 1966, 119 sítios. Antes do PRONAPA foram descobertos 365 sítios no vale do Rio dos Sinos e, em especial, no município de Taquara. Reconhece uma fase cerâmica nova, porém distinta da tradição Guarani, a Fase Taquara.

- 1969 – Região Noroeste do RS: Entre janeiro e maio de 1967, 105 sítios. Foram estabelecidas cinco fases (2 pré-cerâmicas e 3 cerâmicas). Reconhece uma fase cerâmica nova, porém distinta da tradição guarani, a Fase Taquaruçu.

- 1971 – Região do Planalto Meridional do RS – prospectada entre janeiro-março, abril-maio e outubro de 1969, 109 sítios. Foram estabelecidas sete fases (4 pré-cerâmicas e 3 cerâmicas). Reconhece uma fase cerâmica nova, porém distinta da tradição guarani, a Fase Guatambu. Além disso, artefatos relacionados a uma outra fase não Tupiguarani – Fase Xaxim – descrita para o Estado de Santa Catarina, também aparecem na região do Planalto do Rio Grande do Sul.

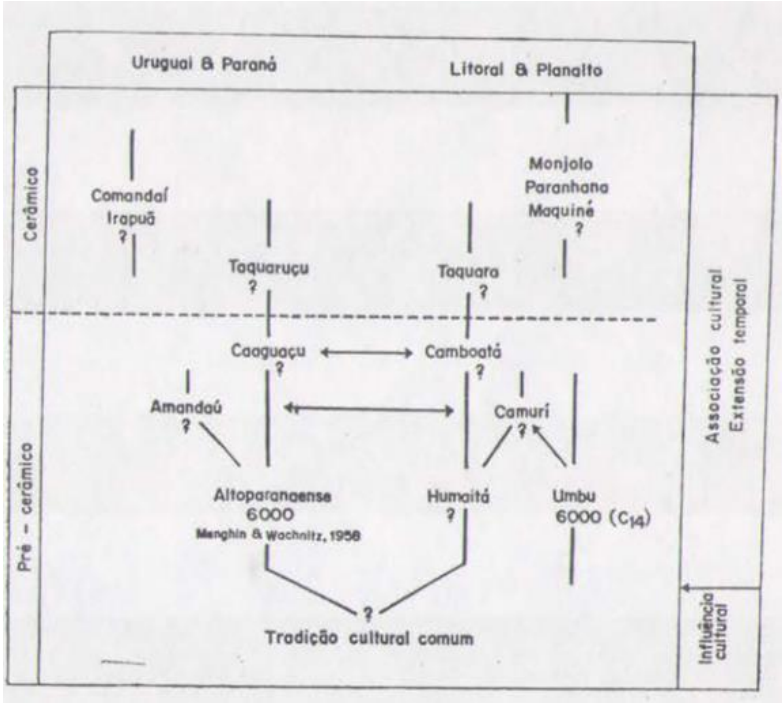
- 1974 – Abrigos-sob-rocha da região do Nordeste do RS – pesquisa realizada entre 1969 e 1970. 50 sítios. Foram estabelecidas cinco fases (3 pré-cerâmicas e 2 cerâmicas). O autor classifica a fase Taquara como pertencente à uma subtradição Taquara que, por sua vez, se ligaria a uma suposta tradição comum, cuja origem poderia ser Pré-Caingang.

Quanto às conclusões, em cada publicação destaca:

- 1967 – Em suas correlações ecológicas, informa que a região estudada possui três grandes contrastes ecológicos e, por consequência, contrastes culturais: planalto (alto relevo, vegetação de mata e capões) e rigorosas temperaturas, mais a existência de “buracos de bugre”, litoral (relevo plano, vegetação rasteira, clima propício à vida no verão, mais a construção de sambaquis) e a faixa compreendida pela encosta inferior do planalto e região lagunar, situada entre o planalto e a orla marítima (solo fértil, vegetação luxuriante, ambiente mais favorável à vida). Nesta faixa concentram-se os sítios da fase Taquara.

- 1969 – Das pesquisas realizadas no Nordeste, Noroeste e a região intermediária do Estado, o autor conclui que várias fases cerâmicas e pré-cerâmicas, de tradição guarani ou de tradição não guarani desenvolveram-se em dois meios ecológicos diferenciados e geograficamente paralelos no sentido latitudinal: a) ao longo do planalto, encosta da serra e litoral à oriente, b) ao longo das bacias do rio Uruguai e Paraná, em suas porções médias e altas. Além disso, as fases culturais de tradição não guarani, hipoteticamente agrupadas em duas correntes culturais Uruguai-Paraná e litoral-planalto, teriam um fundo de tradição cultural comum, conforme o autor representou na Figura 3 abaixo.

Figura 3 - Imagem representando as sequências arqueológicas, segundo a visão de Miller.



Fonte: Miller (1969, p.43).

- 1971 – Conclui, sobre 10 anos de pesquisa (1961-1971), que devido ao considerável número de informações já reunidas, no que concerne a cerâmica não Tupiguarani, na área de floresta de araucária, as tradições Taquara (RS) e Itararé (SC/PR)[15] sejam consideradas tão somente como subtradições de uma única tradição (Pré-Kaingang?). Sua justificativa é que isso se deve ao "interrelacionamento e unidade cultural conferidos pela análise de conjunto das fases correlacionadas dentro do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Misiones (Argentina)". Quanto

[15] Nesta publicação o autor já se refere a um complexo cerâmico não Guarani. O termo Tradição Taquara é definido por Brochado em uma publicação do ano de 1969, a qual faremos apontamentos nas páginas seguintes.

a cerâmica essa nova fase, Guatambu, sugere, dentro da área do nordeste do estado, uma difusão, do sul para o norte, e transversalmente aos rios Antas e Pelotas, de oeste para leste sobre o rio Pelotas e de leste para oeste sobre o rio das Antas. Associa os chamados zoólitos à (subtradição) Taquara. E pela sua distribuição, a fase Guatambu preenche uma lacuna existente entre o sudeste de Santa Catarina (fase Xaxim) e o nordeste do Rio Grande do Sul (fase Taquara). Por fim, acredita que para a fase Monjolo, de Tradição Neo-Brasileira[16], que ocorre em sítios litorâneos ao nordeste do Rio Grande do Sul e sudeste de Santa Catarina, os motivos decorativos representados principalmente pelos incisos, sugerem uma integração de elementos culturais da fase Guatambu (Tradição Pré-Kaingang).

- **1974** – A Fase Taquara aparece em três abrigos, como sítios-cemitério. Com relação à artefatos como restos de cordames e sacolas (estes são idênticos à Guatambu), salienta que a fase Taquara, além do enterramento em sítio aberto, utilizou abrigos-sob-rocha para a mesma finalidade. Também ressalta que tanto nas fases das tradições cerâmicas como das tradições pré-cerâmicas, observa-se a ampliação dos horizontes de cada fase a medida em que as mesmas se afastam radialmente do ângulo formado pelo extremo leste da Depressão Central com o litoral e o extremo sudeste da Serra Geral. A explicação parece ser: quanto menos diversificada e contrastada a paisagem biogeográfica, em seus elementos (área, geomorfologia, climatologia e ecologia), mais ampla a área de cada fase e vice-versa (Miller, 1970, p. 22).

José Joaquim Justiniano Proenza Brochado

Quadro 11- Conjunto de obras selecionadas BROCHADO, José J. J. Proenza.

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
BROCHADO, José J. J. Proenza et al.	Arqueologia brasileira em 1968. Um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas	Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi. Publicações Avulsas, n.12	1968	Relatório
BROCHADO, José J. J. Proenza.	Histórico das pesquisas arqueológicas no Estado do Rio Grande do Sul	Iheringia	1969	Periódico

Fonte: Da autora (2022), com base nos dados coletados na pesquisa.

[16] Fase Monjolo da tradição Neo-Brasileira. Fase Monjolo: define uma cerâmica onde os elementos principais não são encontrados em fase de transição guarani ou na fase Taquara (MILLER, 1967, p. 23). Tradição Neo-Brasileira: define uma tradição cultural caracterizada pela cerâmica confeccionada por grupos familiares, neobrasileiros ou caboclos, para uso doméstico, com técnicas indígenas e de outras procedências, onde são diagnósticas as decorações (CHMYZ, 1976, p. 145).

José Joaquim Justiniano Proenza Brochado nasceu no município de Rio Grande em 1936. Iniciou na Arqueologia em 1958, como amador, integrando o Centro Excursionista Rondon, fundado em 1942 por jovens estudantes do Colégio Estadual Lemos Jr. que exploravam a região de Rio Grande. Autodidata em assuntos de arqueologia publicou, em 1962, o texto *Arqueologia Descritiva das Jazidas Páleo-Etnográficas da Região Sul do Brasil*, em edição limitada, pela Faculdade Católica Sul-Riograndense de Pelotas (atual PUC-Pelotas). Graduou-se em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1963), fez especialização em Arqueologia pelo Museo y Facultad de Ciencias Naturales da Universidad Nacional de La Plata, Argentina (1973) e doutorou-se em Antropologia pela University of Illinois, Estados Unidos (1981). Ainda, entre os anos de 1966 e 1967 esteve vinculado ao Museu Estadual de Ciências Naturais do Rio Grande do Sul; lecionou no ensino secundário, no Colégio Estadual Júlio de Castilhos (1966-1967); na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (1971 a 1991); Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) (1992-1999) e esteve vinculado ao Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA-PUC), como consultor em arqueologia por contrato de 1985 a 1991.

Entre as décadas de 1960 e 1970 fez diversos cursos, tanto ministrados por Pedro I. Schmitz, na Faculdade de Filosofia de São Leopoldo, Rio Grande do Sul (atual UNISINOS), quanto por Annette Laming-Emperaire e casal Evans, quando integrou o PRONAPA. Sua trajetória científica mudou após contato com Donald Lathrap nos anos de 1970, passando a se interessar por novos problemas, sobretudo aqueles relacionados com a cerâmica e agricultura no leste da América do Sul, o que fez com que o pesquisador se aproximasse dos estudos arqueológicos das antigas populações Tupi (NOELLI, 2008).

Foram selecionadas duas publicações (ver Quadro 11), uma referente ao relatório de atividade do PRONAPA, editado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, na forma de Publicações Avulsas e outro artigo publicado pelo periódico Iheringia, série Antropologia, editado pelo Museu Riograndense de Ciências Naturais (hoje, Jardim Botânico de Porto Alegre e Museu de Ciências Naturais da Divisão de Pesquisa e Manutenção de Coleções Científicas/SEMAI-RS).

Quanto ao primeiro trabalho (1968), *Arqueologia brasileira em 1968. Um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas*, estruturalmente está segmentado em cinco partes: Introdução, Desenvolvimento, Problemas e Postulações, Summary (escrito em inglês) e Bibliografia. Ainda aparece a figura da planta de situação da área abrangida pelo estudo e, ao final, figuras com imagens exemplificando artefatos cerâmicos.

O objetivo do artigo aparece no título, que é apresentar a situação da arqueologia brasileira no ano de 1968. Na introdução, o autor esclarece que os resultados provêm das

discussões do grupo e que se faz oportuno mostrar o progresso alcançado com os três primeiros anos de desenvolvimento do PRONAPA.

Quanto ao desenvolvimento, o texto foi esquematizado para expor um resumo referente ao estado da arte da pesquisa arqueológica de cada uma das regiões brasileiras onde o Programa atuou. Primeiro se justifica que o território foi considerado em separado: Bacia Amazônica e Faixa Costeira. A justificativa é a influência contrastante do meio ambiente que recai, não somente entre essas duas áreas, como nas regiões imediatamente circunscritas a elas. E, no mesmo sentido, esses contrastantes ambientes tem correlação com as culturas: culturas são diferentes porque os ambientes são diferentes.

Procurando demonstrar esses contrastes ambientais e as culturas associadas nestas duas áreas, o texto passa aos exemplos. Sobre a Tradição Taquara, o autor a classifica como pertencente à Faixa Costeira, ao período cerâmico e de tradição regional filiada aos não Tupiguarani. Sublinha que cada tradição ou subtradição é representada por diversas fases arqueológicas, todas definidas por padrão de povoamento, sequências seriadas de cerâmica, artefatos de pedra e outras evidências culturais, e, em alguns casos, também pelo padrão de sepultamento. Dessa maneira, Tradição Taquara é como o autor passa a reconhecer três fases arqueológicas associadas: Taquaruçu no oeste do Rio Grande do Sul, Taquara no nordeste do Rio Grande do Sul e Xaxim no sudoeste de Santa Catarina.

Quanto às conclusões, como o Programa ainda não havia encerrado, coube ao autor destacar a grande quantidade de dados levantados nos 3 anos de atividades; e ressaltar a importância dos fatores ecológicos que, futuramente, para a Faixa Costeira, onde o meio ambiente varia acentuadamente do Sul para o Norte, darão condições de observar se as alterações na subsistência e no padrão do povoamento acompanharam a dispersão da tradição ceramista.

A segunda publicação de Brochado (1969), *Histórico das pesquisas arqueológicas no Estado do Rio Grande do Sul*, estruturalmente está dividida em quatro partes: Resumo, Summary (escrito em inglês), Desenvolvimento (subdividido em: Primeiras Notícias; Os Trabalhos Pioneiros; O Renascimento das Pesquisas; As Pesquisas em Curso na Atualidade) e Bibliografia. Ao final, há uma figura de uma planta de situação com a distribuição das culturas arqueológicas do Estado.

O objetivo do artigo aparece já no título, que é fazer um histórico das investigações arqueológicas no Rio Grande do Sul. No resumo ele ressalta que a intenção é destacar as primeiras notícias a respeito de arqueologia no Estado, em seguida, o novo interesse despertado pelas escavações em sambaquis e aterros e termina localizando as pesquisas atuais. Quanto ao

desenvolvimento, o artigo se refere a uma grande e minuciosa revisão dos trabalhos anteriores. Em específico às populações Jê Meridionais, traz diversas informações etnográficas e complementa o trabalho com informações arqueológicas, tanto amadoras, quanto as desenvolvidas mais recentemente, incluindo aquelas realizadas dentro do PRONAPA. O artigo não traz conclusão, uma vez que o objetivo é fazer uma compilação de informações, objetivando servir de introdução aos trabalhos futuros.

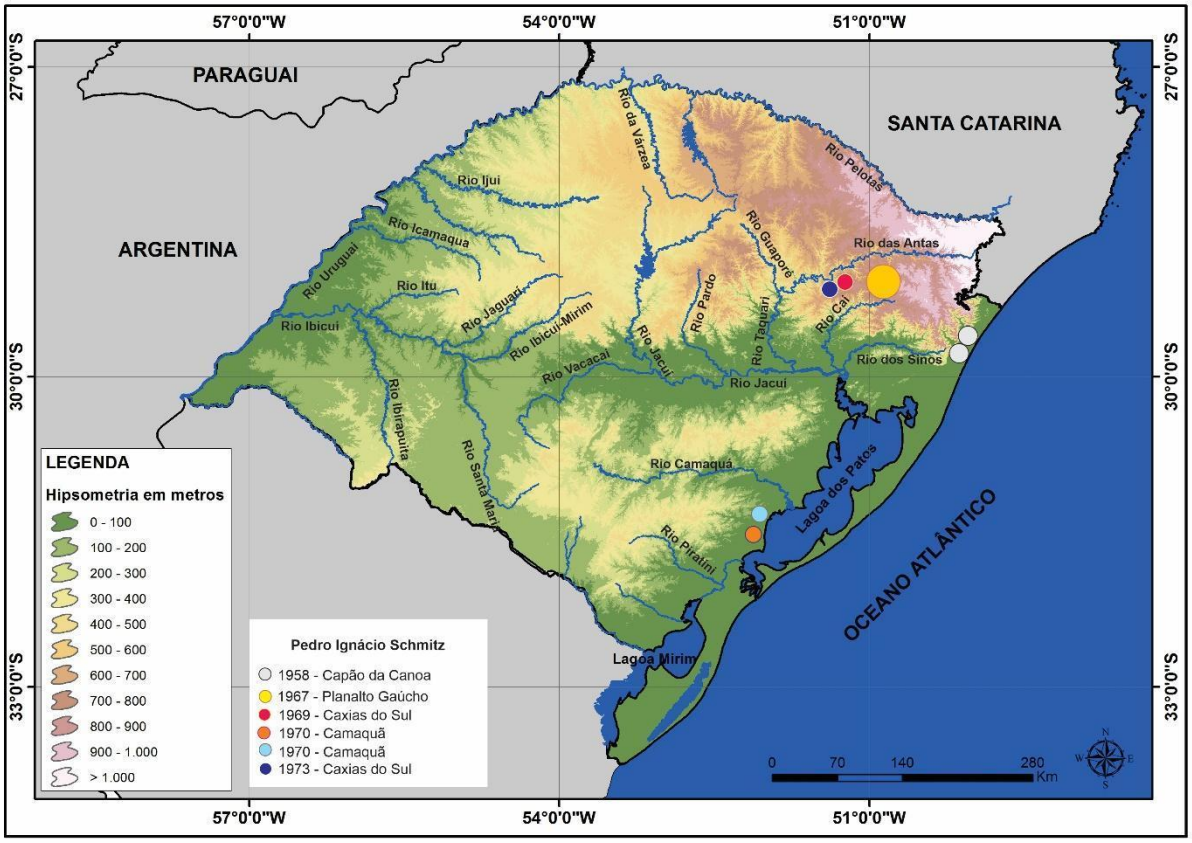
Pedro Ignácio Schmitz

Quadro 12 - Conjunto de obras selecionadas SCHMITZ, Pedro Ignácio.

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
SCHMITZ, Pedro Ignácio	Paradeiros Guaranis em Osório (Rio Grande do Sul)	Pesquisas, Antropologia, n.02	1958	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio, et al.	Arqueologia no Rio Grande do Sul	Pesquisas, Antropologia, n.16	1967	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio	Grandes Complexos de Cerâmica Indígena no Sul do Brasil	Pesquisas, Antropologia, n.18	1968	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio	Algumas datas de carbono 14 de casas subterrâneas no planalto do Rio Grande do Sul	Pesquisas, Antropologia, n.20	1969	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio; **BASILE BECKER**, Ítala Irene	Aterros em áreas alagadiças no sudeste do RS e Nordeste do Uruguay	Anais do Museu de Antropologia	1970	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio et al.	Prospecções arqueológicas no vale do Camaquã, RS	Estudos de pré-história Geral e Brasileira	1970	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio; **LA SALVIA**, Fernando	Considerações sobre as culturas cerâmicas não Tupi-Guarani do Brasil Meridional	Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	1973	Periódico

Fonte: Da autora (2022), com base nos dados coletados na pesquisa.

Figura 4 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas pelo autor no Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Pedro Ignácio Schmitz nasceu em Bom Princípio, Rio Grande do Sul, em 30 de agosto de 1929. Possui Graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Cristo Rei (1954), Graduação em Geografia e História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1958), Graduação em Teologia pela Pontifícia Faculdade de Filosofia e Teologia de Cristo Rei (1963), possui Livre-Docência em Antropologia, Doutor em Geografia e História – PUCRS (1976). Foi professor Titular na UFRGS de 1958 a 1985, Diretor do Instituto Anchietano de Pesquisas de 1966 a 2009 e coordenador de pesquisa dessa mesma instituição até 2020, Pesquisador do CNPq desde 1969, Professor Titular na UNISINOS em várias disciplinas desde 1960, Editor da Revista PESQUISAS desde 1962. Foi também representante de área perante órgãos de Governo como CNPq, IPHAN e CAPES. Realizou investigações nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Bahia e no Pantanal do Mato Grosso do Sul.

Nos anos de 1960, fez estágio em escavações com o Dr. Alberto Rex González, entre 1962 e 1964 participou do curso com Annette Laming-Emperaire, no museu da UFPR e embora não tenha integrado o PRONAPA, foi colaborador e aprendeu as técnicas. Ainda desfrutou de

experiências de estudo em museus de diferentes países: Argentina, Chile, Áustria, México, Peru, entre outros[17].

Foram selecionadas sete publicações (ver Quadro 12 e Figura 4 para referência das regiões estudadas): quatro referentes ao periódico Pesquisa, Antropologia, órgão de publicação científica do Instituto Anchietano de Pesquisas e vinculado à Unisinos; uma referente ao periódico Anais do Museu de Antropologia, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina; uma referente ao periódico Estudos de Pré-História Geral e Brasileira, publicado pelo Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo e uma referente ao periódico Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Quanto ao primeiro trabalho (1958), *Paradeiros Guaranis em Osório (Rio Grande do Sul)*, estruturalmente, está segmentado em seis partes: Introdução, Desenvolvimento, Conclusão, Abstract (escrito em inglês), Resumo (escrito em alemão) e Bibliografia. Ainda aparecem figuras de estampas de desenho cerâmico Guarani e fotografias de exemplares de cerâmica e lítico Guarani e de cerâmica do "tipo sambaquiano".

O objetivo do artigo é apresentar dois paradeiros guaranis situados na planície litorânea, junto às lagoas, no município de Osório, RS. Quanto ao desenvolvimento, o autor se propõe dividi-lo em três capítulos: no primeiro, apresentar os paradeiros e descrever o material; no segundo, estabelecer, por meio da documentação portuguesa e espanhola, a que antiga população os paradeiros devem ser atribuídos e terceiro, por meio da arqueologia e documentação, identificar a cultura. A justificativa em trazer este documento à diagnóstico é que o artigo faz referência a um exemplar desconhecido de cerâmica arqueológica nunca vista ou recolhida por museus, à época. A nova variedade foi denominada, provisoriamente, de "tipo sambaquiano", denominação dada sem qualquer pretensão de classificá-la cientificamente, apenas informar da possibilidade dela sofrer alguma influência sambaquiana, haja vista que se encontra naquelas jazidas, "quase com exclusividade embora em pequeno número", e porque aparece nos paradeiros, "em fragmentos isolados e raríssimos ao lado do grande acúmulo de material tipicamente guarani".

Um outro problema de pesquisa à época recaia sobre as chamadas "pedras de fiar" que se espalhavam por toda a região litorânea e eram descritas como "pedras com pequenas cavidades perfeitamente circulares e polidas, que na opinião geral, serviriam de apôio ao fuso,

[17] Informações encontradas em https://www.escavador.com/sobre/9525642/pedro-ignacio-schmitz e no blog do Instituto Anchietano de Pesquisas: http://www.anchietano.unisinos.br/index1.htm,

durante o trabalho de fiação". A essas pedras, popularmente conhecidas hoje como "quebra-coquinhos", foi atribuída uma origem, possivelmente, guaianá pelo pesquisador.

Na parte das conclusões, lhe interessam os achados Guarani, pois este é o foco do trabalho. Entre os destaques finais, o investigador volta a mencionar o aparecimento do tipo novo de cerâmica, assim como a possibilidade das pedras de fiar indicarem serem de origem sambaquiana,"considerados de cultura guaianá".

O segundo trabalho (1967), *Arqueologia no Rio Grande do Sul,* estruturalmente, está segmentado em sete partes: Introdução, Desenvolvimento, Considerações Gerais, Agradecimento, Resumo, Abstract (escrito em inglês) e Bibliografia. O texto traz uma figura da planta de situação com as áreas exploradas em destaque e ainda, ao final do artigo, há um apêndice que exibe: uma tabela de classificação de material lítico e cerâmico, croquis de distribuição de estruturas arqueológicas e de perfil estratigráfico, figuras de exemplares de cerâmica e lítico e fotografia de um sítio arqueológico estudado na região citada no documento.

O objetivo está em apresentar um relatório com os resultados prévios sobre os trabalhos realizados entre os anos de 1965 a 1967 com casas subterrâneas no Planalto, aterros e cômoros em áreas alagadiças do Sudeste, sítios líticos do Sudoeste e sítios com cerâmica de tradição Tupi-Guarani no vale do Rio Pardinho e vizinhanças, no Centro do Estado do Rio Grande do Sul. Quanto ao desenvolvimento e, em referência às casas subterrâneas no Planalto, o texto inicia com uma breve apresentação do ambiente (relevo, altitude, clima, vegetação), notifica que já houve incursões rápidas em anos anteriores, mas destaca que as regiões de Caxias do Sul, Flores da Cunha e São Francisco de Paula, em 1966, tornaram-se alvo de projeto. A partir daí inicia o relato dos dados informando, de forma geral, a quantidade de estruturas descobertas, os tamanhos e profundidade, como estão distribuídas na paisagem e como foram constituídas. Também descreve a escavação das estruturas e a análise dos artefatos cerâmicos e líticos. Destacamos que para a cerâmica, reconhece dois tipos de pasta, as duas encontradas no litoral e, por isso, nomeadas Osório e Itapeva.

Por fim, faz algumas considerações sobre a pesquisa: reconhece uma nova fase, a Fase Caxias; e mesmo ainda sem poder determinar, comenta sobre uma possível área de abrangência entre casas subterrâneas e sepultamentos em grutas e de uma área de distribuição de casas subterrâneas entre o planalto de Santa Catarina, Paraná e que alcança até São Paulo; destaca também que falta determinar uma área de abrangência para a cerâmica. Quanto a uma possível relação cultural levanta fontes históricas que sugerem que no sul do Brasil casas subterrâneas são um tipo de habitação que à época da conquista eram atribuídas aos Guaianá.

O terceiro trabalho (1968), *Grandes Complexos de Cerâmica Indígena no Sul do Brasil*, integra os Anais do II Simpósio de Arqueologia da Área do Prata. Estruturalmente, o artigo está segmentado em quatro partes: Introdução, Desenvolvimento, Conclusões e Bibliografia. O texto traz uma figura da planta de situação da região sul do Brasil com as áreas de dispersão dos sítios.

O objetivo do trabalho é apresentar três complexos cerâmicos indígenas, que parecem independentes e pertencentes a culturas distintas. Ao descrever o complexo cerâmico relacionado aos Jê Meridionais, o pesquisador busca mostrar sua área de abrangência, além de citar as publicações mais importantes sobre o assunto. A ideia de fazer uma síntese surge a partir da grande quantidade de dados disponíveis. Para tanto, a linha orientadora do estudo é a análise da cerâmica, que apresenta três variações de cor, mas é possível também diagnosticar que atrelado à ela variam o tipo de ambiente e as características dos sítios.

Nas conclusões, o arqueólogo sumariza todas as informações que foram levantadas a partir do exame da cerâmica, incluindo demais materiais que podem associar-se como o lítico e o osteológico, além de estruturas como túmulos de terra, casas subterrâneas, abrigos e cavernas e dados sobre subsistência: caça, pesca, coleta e horticultura, por fim, salienta o traço cultural. Neste caso, considera que a cerâmica seja de origem "gê meridional", porém com grande quantidade de indícios que revelam contato com o "tupi-guarani", mas nenhum com grupo "pampeano". Também ressalta não aparecer nenhum tipo que seja comum aos complexos cerâmicos, indicativo de que as culturas se desenvolveram de forma independente.

O quarto trabalho (1969), *Algumas datas de carbono 14 de casas subterrâneas no planalto do Rio Grande do Sul*, integra os Anais do III Simpósio de Arqueologia da Área do Prata e refere-se à uma comunicação. Estruturalmente o texto está segmentado em três partes: Introdução/Desenvolvimento, Comentários e Bibliografia.

O objetivo está em apresentar sete datas de C14, conseguidas na primeira metade do ano de 1969, na pesquisa com casas subterrâneas no município de Caxias do Sul. No desenvolvimento do artigo o autor situa de onde provieram as datas e lhe atribui uma filiação cultural, no caso, as datas provém de escavações realizadas em sítios arqueológicos nas regiões de Vila Sêca, Santa Lucia do Piai, Ana Rech, e estão associadas à Tradição Taquara. Para cada uma das áreas exploradas o arqueólogo faz uma breve descrição das características dos sítios relacionados: implantação das estruturas no ambiente circundante, tamanho e profundidade e a descrição dos horizontes de ocupação.

Ao final do texto são tecidos comentários envolvendo essas datas C14 e outras datas, até aquele momento divulgadas. A reflexão do pesquisador o leva a cogitar uma profundidade

temporal relacionada à permanência dessa população numa mesma região (ou, uma manutenção do território efetiva pela ocupação secular), ao mesmo tempo em que ensaia as primeiras tentativas de pensar sobre padrão de assentamento, embora este seja um conceito que somente mais tarde viria a ser desenvolvido. Neste momento são levantadas problemáticas a respeito da reocupação de casas e aldeias, antiguidade de casas grandes x casas pequenas, presença de sítios superficiais em áreas de menor altitude e contemporâneos às casas subterrâneas e presença de cerâmica "perfeita e acabada" desde as camadas mais profundas das casas subterrâneas mais antigas x casas subterrâneas em lugares sem cerâmica.

O quinto trabalho (1970), *Aterros em áreas alagadiças no sudeste do RS e Nordeste do Uruguay,* estruturalmente está segmentado em três partes: Introdução/Desenvolvimento, Considerações Finais e Bibliografia.

O objetivo está em apresentar uma síntese sobre os aterros (Cerritos) localizados em áreas pantanosas e alagadiças que margeiam as grandes lagoas do Sudeste do Rio Grande do Sul e Nordeste do Uruguay. O artigo não trata sobre os Jê Meridionais, todavia, ele é importante porque localiza artefatos dessa população mais ao sul do Estado, região considerada fora da área de domínio do grupo.

O texto inicia expondo preocupação em evidenciar as características hidro-fisio-geográficas da região de estudo: relevo, altitude, hidrografia, clima, solo, flora e fauna. Posteriormente, faz uma breve referência à época da colonização europeia, aos primeiros grupos colonizadores e aos grupos humanos historicamente associados, no caso minuanos e charruas. Na construção de sua síntese arqueológica para essas áreas baixas, nos aterros encontrados no município de Camaquã, chama a atenção para a presença de ao menos dois fragmentos cerâmicos "intrusivos" da Tradição Taquara.

A conclusão a que chega o autor é que, de maneira geral, os aterros de Camaquã parecem ser de construção mais recente que os mais meridionais, e a cerâmica também é diferenciada. Embora seja evidente que ela possua semelhança com a dos outros cerritos mais ao sul, a maior parte dos elementos sugere imitações, especialmente com a cerâmica da Tradição Tupiguarani, com acréscimo de elementos novos. Quanto à cerâmica intrusiva de Tradição Taquara, ela poderia indicar algum contato com as populações do planalto.

O sexto trabalho (1970), *Prospecções arqueológicas no vale do Camaquã, RS,* integra os Anais do II Simpósio de Arqueologia realizado na reunião anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência, em 1968. O texto é uma nota de pesquisa e estruturalmente está segmentado em três partes: uma apresentação sobre o tema, o desenvolvimento que foi subdividido em: A planície e seus "cerritos", A serra com seus sítios Tupiguarani e Bibliografia.

Ainda aparecem fotografias com os materiais líticos e cerâmicos, croqui estratigráfico e figura da planta de situação dos sítios localizados.

O objetivo está em estudar o contato entre os grupos meridionais representados nos cerritos e os tupi-guarani por um lado e, por outro, o avanço das culturas semelhantes a Catalán Chico e Quaraí. A nota de pesquisa segue vínculo com a publicação anterior, porém o interesse está em apresentar uma área específica do projeto: o baixo Vale do Rio Camaquã, região de planície e alagadiça que margeia a Lagoa dos Patos.

De toda a publicação, o que chama atenção é uma pequena passagem que informa sobre uma decoração de tipo ungulado em linhas de tipo Osório (Fase Taquara, de Miller), e que foi encontrada na superfície de um dos cerritos. Ao longo do texto não há maiores considerações sobre a cerâmica, mas ela é típica das antigas populações Jê Meridionais.

O sétimo trabalho (1973), *Considerações sobre as culturas cerâmicas não Tupi-Guarani do Brasil Meridional,* estruturalmente, está segmentado em quatro partes: Introdução, Desenvolvimento, Considerações Gerais e Bibliografia. O texto traz uma figura da planta de situação da região sul do Brasil com as áreas de dispersão dos sítios. A publicação também se caracteriza por ser uma segunda síntese dos dados proposta pelo autor.

O objetivo do artigo é o de fazer considerações sobre as culturas cerâmicas não Tupiguarani do Brasil Meridional e estabelecer uma sequência ou evolução cultural dentre as tradições e fases já fixadas. Na parte inicial o autor justifica que a análise envolve um conjunto de publicações, e a análise dessa documentação busca perceber uma possível identidade dos sítios (predominando os sítios acampamento para a grande maioria e, tipicamente, sítios de habitação para os da Fase Caxias).

Na parte do desenvolvimento, inicia pelo ambiente e traça um panorama geral da área de interesse que é o planalto meridional e os tipos de sítios encontrados, sítios abertos como: acampamentos, habitação, cemitérios e abrigo sob rocha. Como o objeto principal do estudo é a Fase Caxias, o arqueólogo detalha a Fase e a explora tomando quatro aspectos principais: fisio-geográfico; área de abrangência da Fase com a distribuição dos tipos de sítios (sítios acampamento, sítios habitação subterrânea e semissubterrânea); montículos e material arqueológico (cerâmico e lítico). Ainda dentro deste momento do trabalho, o autor opta por fazer considerações parciais sobre dois tópicos: os sítios habitação e os montículos. Quanto ao primeiro, interessa o modo de construção das habitações e da cobertura, tipos de acesso e utilização do espaço interno, disposição dos fogões, mas reconhece que falta elemento para determinar a funcionalidade. Quanto ao segundo tópico, salienta que historicamente estas estruturas são semelhantes àquelas apontadas por Métraux para os Caingang, que as identificou

como sepultamentos. Dessa maneira, acreditam que sejam formas de sepultamento, mas escapam elementos para classificar.

Quanto às considerações gerais, as divide em duas partes: na primeira, e em se tratando da Fase Caxias, se busca nos dados etno-históricos uma possibilidade de relação cultural das casas subterrâneas, atribuindo aos grupos guaianá a construção. Também se reflete sobre outras possibilidades de correlação, por exemplo: a habitação subterrânea e o material lítico e cerâmico como forma de adaptação ao meio; coleta e caça como atividade econômica principal e agricultura rudimentar; migrações sazonais; alteração nos elementos da cerâmica como respostas ao meio ou das necessidades do grupo; lítico com poucas alterações dentro da área de abrangência da Fase (ou na comparação com outros grupos); profundidade temporal a respeito da ocupação da área. De maneira concreta, esses são temas relevantes da análise que terão diversos desdobramentos nos anos e décadas posteriores.

Na segunda parte, o autor propõe fazer correlações dentro do complexo cerâmico em questão. De forma empírica e ciente de que se trata de um conjunto cuja informação documental é pequena e incompleta, acredita existirem alguns elementos que permitem separar a cerâmica pela decoração e, a partir disso, tecer comentários. Assim divide o Brasil Meridional em: sítios com cerâmica decorada até 80% do total dos exemplares; sítios com cerâmica decorada até 30% do total dos exemplares e sítios com cerâmica não decorada. O resultado dessa comparação é apontado como inseguro pelo arqueólogo resultando em: cerâmicas com maior porcentagem em decoração estão mais próximas das casas subterrâneas da parte meridional do planalto sul-brasileiro; as mais simples posicionadas em regiões mais setentrionais e as com menor porcentagem em decoração situadas em posição intermediária geográfica e culturalmente.

Fernando La Salvia

Quadro 13 - Conjunto de obras selecionadas LA SALVIA, Fernando.

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
LA SALVIA, Fernando	Resumos das Pesquisas Arqueológicas no Planalto – Rio Grande do Sul	Pesquisas, Antropologia, n.18	1968	Periódico
LA SALVIA, Fernando; **SCHMITZ**, Pedro Ignácio; **BASILE BECKER**, Ítala Irene	Cerâmica Caingáng – fase Vacaria	Separata de Estudos de pré-história Geral e Brasileira	1970	Periódico

Fonte: Da autora (2022), com base nos dados coletados na pesquisa.

Figura 5 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas pelo autor no planalto gaúcho.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Fernando La Salvia foi professor de Geografia da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Em fins dos anos de 1960 deu início a pesquisa arqueológica na Universidade de Caxias do Sul, sendo o responsável pela Divisão de Pesquisas Arqueológicas. Também esteve à frente da direção do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul – MARS. Ao assumir a direção do museu em 1979, ajudou a definir as primeiras linhas de atividades da instituição e as primeiras coleções com acervo arqueológico de sítios pré-coloniais. Sua contribuição para a construção da arqueologia da Tradição Taquara está no fato dele ser o primeiro pesquisador a fazer um trabalho sistemático de levantamento de sítios no planalto gaúcho, explorando a região de Caxias do Sul e registrando 43 conjuntos em Caxias do Sul, 7 em Flores da Cunha e 4 em São Francisco de Paula[18].

Em destaque estão duas publicações (ver Quadro 13 e Figura 5 para referência das regiões estudadas): o periódico Pesquisas, Antropologia, órgão de publicação científica do

[18] Informações encontradas em: https://www.ucs.br/site/instituto-memoria-historica-e-cultural/laboratorio-de-ensino-e-pesquisas-arqueologicas-lepar/programa-lepar/; https://cultura.rs.gov.br/historia-mars e http://www.anchietano.unisinos.br/index1.htm

Instituto Anchietano de Pesquisas e vinculado à Unisinos e o periódico Estudos de Pré-História Geral e Brasileira, vinculado ao Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo.

O primeiro trabalho (1968), *Resumos das Pesquisas Arqueológicas no Planalto – Rio Grande do Sul,* integra os Anais do II Simpósio de Arqueologia da Área do Prata. Estruturalmente, o artigo está segmentado em seis segmentos: Situação geográfica, Povoamento da área, Comparações, Conclusões, Agradecimentos e Bibliografia e tem um formato bastante semelhante aos relatórios de atividades do PRONAPA. Há duas figuras ilustrando o documento: uma é a planta de situação dos sítios estudados e outra traz exemplos de formas de vasilhas cerâmicas.

O objetivo do trabalho já aparece no título, que é apresentar um resumo das investigações arqueológicas no Planalto do RS. De forma geral, esses resultados complementam aqueles apresentados na publicação Pesquisas, Antropologia n. 16 (1967) sobre a escavação em uma aldeia no município de Caxias do Sul. Com relação à parte inicial, o autor expõe um panorama da composição morfológica do Planalto Meridional do Rio Grande do Sul, com especial interesse naquilo que o pesquisador denominou de "zona de atuação". Faz também um breve resumo sobre as características do clima e da vegetação.

A parte central do artigo objetiva demonstrar o povoamento da área expondo, primeiramente, a situação da região a partir da ocupação europeia no século XVIII, depois o século XIX, com a chegada das primeiras famílias de imigrantes, por fim, descreve a ocupação pelas sociedades construtoras de casas subterrâneas. Chama a atenção os comentários do arqueólogo a respeito da situação dos sítios, que desde aquela época vinham sofrendo com o impacto da derrubada da floresta para a ampliação das áreas cultiváveis. A relevância do texto também está na descrição da escavação e na diferenciação que faz entre as casas subterrâneas e semissubterrâneas e sobre os montes de terras que denominou de montículos. Além disso, reconhece uma nova fase cerâmica, que pela manufatura se assemelha às do grupo "Gê", denominada de Fase Vacaria e definida depois de pesquisas no município de Vacaria.

Na parte final do texto (comparações e conclusões), de maneira geral menciona que essa fase Vacaria possui características, de semelhança e de diferenças, com outras fases. Entretanto, acredita que esta nova fase seja uma evolução, porque mesmo que possua elementos próprios e distintos - por exemplo, o tamanho -, percebe que mantém uma tradição no que diz respeito à forma.

O segundo trabalho (1970), *Cerâmica Caingáng – fase Vacaria,* integra os Anais do II Simpósio de Arqueologia realizado na reunião anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência. Estruturalmente está segmentado em cinco partes: Introdução, Desenvolvimento,

Comparações, Conclusões e Bibliografia. Há duas figuras ilustrando o documento: uma é a planta de situação dos sítios arqueológicos estudados, e outra traz exemplos de formas de vasilhas cerâmicas. Nos anexos há duas figuras: uma com exemplos de formas de vasilhas cerâmicas e outra com exemplos de decoração da cerâmica.

O artigo em questão trata-se de uma re-publicação de parte do trabalho anterior. Neste caso, especificamente, o objetivo está em descrever a nova fase cerâmica denominada de Fase, descoberta durante incursões ao sítio arqueológico RS 139 VAC, no município de Vacaria, RS. Todos os dados se repetem.

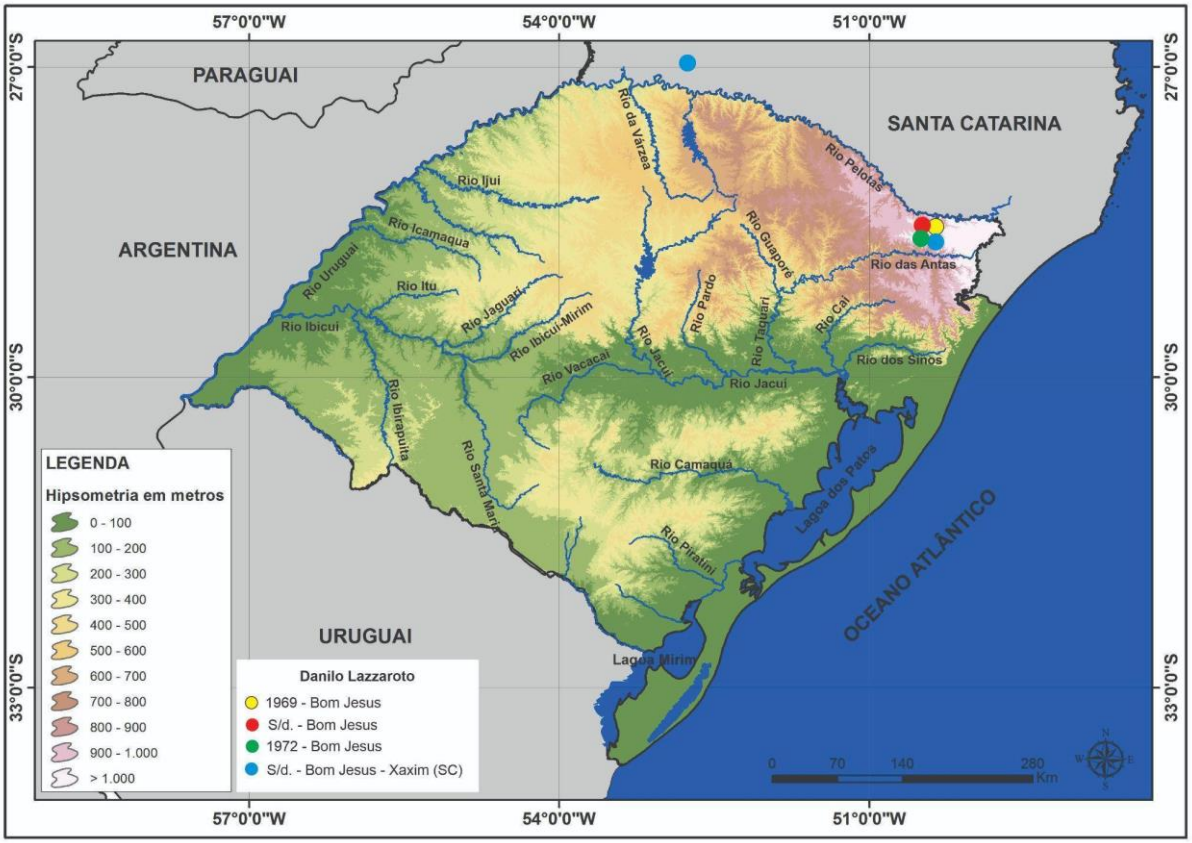
Danilo Lazzarotto

Quadro 14 - Conjunto de obras selecionadas LAZZAROTTO, Danilo.

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
LAZZAROTTO, Danilo	Resumo das Fichas de campo (Bom Jesus. Pesquisas de 25 a 28 de janeiro de 1972)	Não Publicado	1972	Relatório
LAZZAROTTO, Danilo	A Mangueira do Silveira, Quem a construiu.	Não Publicado	S/D	Artigo
LAZZAROTTO, Danilo; **STEINMETZ**, Rolf Frederico	Resumo das Fichas de campo (Pesquisas em Bom Jesus. Janeiro 1969)	Não Publicado	1969	Relatório
LAZZAROTTO, Danilo; **SCHMITZ**, Pedro Ignácio; **BASILE BECKER**, Ítala Irene **STEINMETZ**, Rolf Frederico	Pesquisas Arqueológicas no Planalto.	Datilografado	S/D	Artigo

Fonte: Da autora (2022), com base nos dados coletados na pesquisa.

Figura 6 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas pelo autor na região de Bom Jesus, RS.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Danilo Lazzarotto fez faculdades de história, geografia, filosofia e teologia. Estudou arqueologia, astronomia e parapsicologia. Foi também professor na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ijuí (a FAFI, hoje Unijuí) e diretor do Museu Antropológico Diretor Pestana, no mesmo município. Entre os anos de 1975 a 1978, participou de pesquisas arqueológicas realizadas pela equipe interinstitucional FAFI/MADP, UNISINOS e UFRGS[19].

Lazzarotto está entre os primeiros pesquisadores que exploraram a região do planalto do Rio Grande do Sul, registrando sítios arqueológicos relacionados aos grupos Jê. Os documentos selecionados (ver Quadro 14 e Figura 6 para referência da região pesquisada) foram encontrados durante as primeiras visitas aos arquivos do IAP. São registros referentes a relatórios de saídas de campo (ou diário de campo) e, em sua maioria, dados não publicados.

Todos estavam reunidos em uma pasta sob o título de "Pequenos Projetos". O único documento publicado foi: LAZZAROTTO, Danilo; SCHMITZ, P. I.; BASILE BECKER, I. I.; STEIMETZ, Rolf. Pesquisas Arqueológicas no Planalto. O Homem Antigo na América,

[19] Informações colhidas em https://www.unijui.edu.br/comunica/institucional/34547-unijui-se-despede-do-ex-diretor-do-madp-professor-danilo-lazzarotto e https://inumeraveis.com.br/danilo-lazzarotto/

Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, p. 79-84, 1971, e refere-se um sumário dos estudos realizados no município de Bom Jesus, RS[20].

Os diferentes textos datilografados fazem referência aos mesmos sítios arqueológicos, todos localizados no município de Bom Jesus, e que foram sendo enriquecidos com detalhes conforme o pesquisador retornava e, eventualmente, fazia prospecção em alguma "casa".

Os dois documentos, Resumo das Fichas de Campo (1969) e (1972), foram estruturados para registrar: um nome de identificação para o sítio (não necessariamente o nome oficial que consta no cadastro de sítios); endereço e descrição. Esta última ainda se desdobra em: localização espacial da(s) estrutura(s); dimensões da(s) estrutura(s) e, se houver: medidas da intervenção, estratigrafia e vestígios arqueológicos e data da visita. As descrições, de forma geral, são sumárias e objetivas, ou seja, dizem respeito apenas ao local da intervenção.

Outro documento encontrado e, ao que parece, não publicado refere-se a um artigo sobre a Mangueira do Silveira, localizada no distrito de Silveira, município de Bom Jesus. O objetivo do texto é o de elucidar a construção das mangueiras por meio de "pesquisa bibliográfica e arqueológica, pelo desejo de contribuir na elucidação de quem seriam os verdadeiros construtores das mangueiras em apreço, já que de nossa parte alimentavamos dúvidas a respeito, confirmadas por autores que as atribuem aos tropeiros do século XVIII e mesmo aos primitivos povoadores da região" (p.1).

A relevância em trazer à tona o documento repousa em dois aspectos: primeiro porque o autor menciona o município de Bom Jesus, onde são encontrados vestígios relacionados aos Jê, ao que parece, casas subterrâneas e cerâmica nas imediações das mangueiras; e segundo, o sítio, assim como toda a região, em décadas posteriores, 1990 e 2000, voltarão a ser alvo de estudo arqueológico por Mentz Ribeiro e depois por Copé.

O documento mais relevante é o artigo *Pesquisas Arqueológicas no Planalto*, que aqui tive apenas acesso ao manuscrito, que não possui data. Mas é sabido que a publicação é do ano de 1971. Estruturalmente, o artigo está segmentado em três partes: Introdução/Desenvolvimento/Comparações (reunidos num texto único), Agradecimentos e Bibliografia. O objetivo do trabalho é apresentar o resultado dos levantamentos arqueológicos realizados no município de Bom Jesus.

Na parte inicial do texto exibe, sem grandes detalhamentos, um panorama da região: relevo, clima, hidrografia, vegetação (exemplo de árvores frutíferas) e fauna (exemplo de caça). Também faz um resumo da ocupação europeia, ressaltando o fato de o município integrar a rota

[20] Não tivemos acesso à publicação, apenas ao documento datilografado.

das vacarias e, posteriormente, ter recebido os imigrantes lusos, alemães e italianos. Afirma que africanos foram poucos e indígenas, nesse contexto, não aparecem. No entanto, sobre as populações nativas, salienta que há abundantes vestígios que levam a associá-los aos grupos "Gê" e que o coletivo foi extinto pelos bandeirantes, combatido pelas populações integrantes das Missões, ou que os remanescentes teriam se abrigado ao toldo do Cacique Doble.

Com relação a análise, notifica que a região é abundante em sítios e em seguida descreve aqueles selecionados e mais interessantes de apresentar. Chama a atenção do autor os sítios com diversas casas subterrâneas de dimensões pequenas e grandes e bastante profundas, além de montículos associados e o registro inédito de cordões de terra com altura de 0,50 cm e largura de 1,5 m, que correm em paralelo. Aponta também, para a região, sítios abertos e diversas grutas inéditas, entre elas a do Matemático, onde realizam coleta de material orgânico (destaque para a casca de pinhão, sabugo e palha de milho), ósseo, dentes e cerâmica (incluindo não cozida). Quanto à análise das amostras de cerâmicas recolhidas, de forma geral a associa à fase Vacaria. A respeito do material lítico, apenas informa que foram localizados dois machados.

Posteriormente, faz comparações dos seus achados com outras fases: a semelhança o faz afirmar que o conjunto analisado enriquece a Fase Vacaria; que da comparação com estudos de outras grutas o sítio do Matemático pode ser o mais recente dentro do conjunto; que alguns achados cerâmicos são interessantes, como fragmentos de recipientes não-cozidos.

Ao final, ainda faz um adendo ao texto informando sobre o diagnóstico de um material cerâmico recebido do município de Xaxim, SC. O conjunto foi atribuído à Fase Itapiranga, que pertence ao Estado vizinho[21].

Ítala Irene Basile Becker

Quadro 15 - Obra selecionada de BASILE BECKER, Ítala Irene.

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
BASILE BECKER, Ítala Irene; **SCHMITZ**, Pedro Ignácio	Uma cerâmica de tipo Eldoradense: Fase Itapiranga	Estudos de pré-história Geral e Brasileira	1970	Periódico

Fonte: Da autora (2022), com base nos dados coletados na pesquisa.

[21] Mesmo sabendo da importância do material e que o mesmo pertence aos grupos Jê Meridionais, trata-se de vestígios localizados no Estado vizinho, que não é objeto direto desta pesquisa.

Figura 7 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada pela autora na região de Itapiranga, SC.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

A professora Ítala Irene Basile Becker pode ser considerada como uma das mulheres pioneiras da arqueologia brasileira. É formada em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1983). A partir de 1944 assumiu como professora estadual e em 1966, foi cedida ao Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul e, a partir daí, passou a integrar o quadro de pesquisadores junto ao Instituto Anchietano de Pesquisas. Também atuou na UNISINOS como Professora Assistente da disciplina de Arqueologia e Pré-História. Além disso, a arqueóloga participou de inúmeros congressos e expedições arqueológicas. Colaborou em diversas publicações e foi autora de outros tantos artigos e livros[22].

Foram anos investigando as sociedades Kaingang retratadas nos documentos históricos, mas podem ser destacados trabalhos com outras populações indígenas históricas como os Charruas e Minuanos, Guarani missioneiros, e outros temas envolvendo o contato entre os

[22] Informações coletas em http://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/antropologia/volumes/029.pdf.

indígenas e os colonizadores. Da tônica de sua produção também é possível sublinhar o uso de recursos interdisciplinares: abordou temas caros à arqueologia, história, etno-história e antropologia. De interesse para essa tese sobressaem, no entanto, informações arqueológicas e, neste caso, são poucos os textos que envolvem a autora.

O texto selecionado (ver Quadro 15 e Figura 7 para referência da região estudada) não envolve diretamente pesquisas com grupos Jê Meridionais no Rio Grande do Sul, e sim em Santa Catarina; porém o município em questão, Itapiranga, localiza-se no extremo oeste deste Estado e às margens do Rio Uruguai. É devido a essa proximidade com o Rio Grande do Sul que faz com que o estudo possa ser incluído na análise.

A publicação em destaque (1970), *Uma cerâmica de tipo Eldoradense: Fase Itapiranga,* estruturalmente, está dividida em cinco partes: Dados gerais sôbre o material e a área, Descrição da cerâmica, Comparações, Conclusões e Bibliografia. Em anexo seguem a figura da planta de situação dos sítios localizados, fotografia com exemplos de materiais arqueológicos cerâmicos e imagem com as reconstituições das formas cerâmicas. O objetivo do trabalho está em apresentar a descrição analítica do material cerâmico da grande coleção de Itapiranga, SC.

Segundo os autores, o material selecionado pertence a uma coleção cerâmica formada pelos arqueólogos Pedro Ignácio Schmitz e Pe. Balduíno Rambo entre os anos de 1957 a 1961 e pelos alunos de Sede Capela, por meio de escavações e coletas. A amostra verificada está composta por 159 fragmentos e foi separada da grande coleção Guarani de Itapiranga. Salientam os pesquisadores que todo o conjunto não corresponde a uma coleção sistemática, tendo sido formada por remanescentes encontrados no município de Itapiranga e regiões próximas. Também escapa ao conhecimento se os artefatos pertencem a sítios puros ou a sítios Guarani em associação com o "Eldoradense".

De toda a forma, a principal característica dessa amostra é a semelhança com outros conjuntos encontrados em Menghin (1957), Blasi (1965), Chmyz (1967), Schmitz (1959) e outros. Devido a essa semelhança, também foi realizada a tentativa de estabelecer uma área de expansão da cerâmica, que acreditam relacionar-se ao grupo "gê meridional".

Outro motivo que faz com que se faça menção ao texto, é porque os autores identificaram uma fase denominada de Fase Itapiranga e dentro dela um tipo cerâmico que foi denominado de "Tipo Eldoradense[23]". O que a distingue são os tipos cerâmicos com decoração simples (106 fragmentos) e decorados (53 fragmentos) aparecendo juntos.

[23] Tipo Eldoradense é uma classificação de Menghin para as cerâmicas encontradas em Eldorado, Província de Misiones, Argentina. Maiores informações ver Menghin (1957).

Após essas colocações iniciais os autores finalizam a primeira parte do texto com uma breve contextualização histórica e geográfica do município. Posteriormente fazem a descrição do material cerâmico, pormenorizado. Em seguida, por meio de comparações de pasta, cor, decoração, entre outros atributos, salientam que tanto o resultado da análise do material, quanto o resultado das comparações, demonstram que o tipo é semelhante à de Menghin (1957) na Argentina, Blasi (1965), Chmyz (1967) no Paraná, Schmitz (1959) em Santa Catarina e Miller (1968) no Rio Grande do Sul.

Quanto às conclusões, justificam que devido às condições em que foi formada a amostra, não foi possível chegar a uma conclusão definitiva quanto ao grupo e área de expansão. Todavia, a cerâmica do tipo Eldoradense Fase Itapiranga pertence ao conjunto "gê meridional". Destacam que a cerâmica apresentou dois tipos de coloração, avermelhada e escura. A primeira, provavelmente mais antiga do que a segunda, o que nos permitiria concluir pelo menos por dois períodos técnicos: um de cerâmica avermelhada e outro de cerâmica preta.

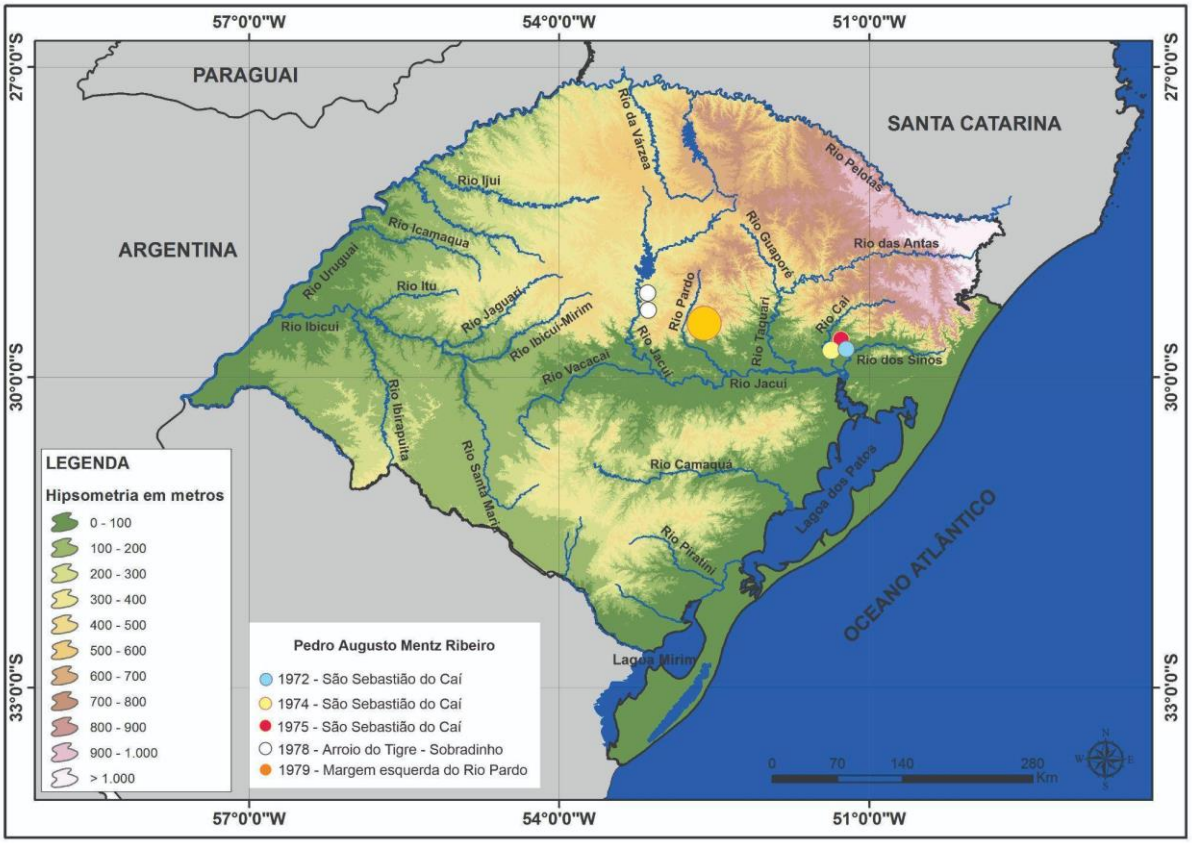
Pedro Augusto Mentz Ribeiro

Quadro 16 - Conjunto de obras selecionadas MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto.

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto	Sítio RS-C-14: Bom Jardim Velho (Abrigo sob Rocha – Nota Prévia)	IHERINGIA	1972	Periódico
MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto	Primeiras Datações pelo Método do C-14 para o Vale do Caí, RS	Revista do CEPA	1974	Periódico
MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto	Os Abrigos-sob-rocha do Virador, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, Nota Prévia	Revista do CEPA	1975	Periódico
MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto **SILVEIRA**, Ítela da.	Sítios Arqueológicos da Tradição Taquara, Fase Erveiras, no Vale do Rio Pardo, RS, Brasil	Revista do CEPA	1979	Periódico
SILVEIRA, Ítela da, et al.	Arqueologia no planalto meridional entre os vales dos rios Jacuí e Pardo/RS	Publicação Avulsa, APESC/PUC-RS	1978	Periódico

Fonte: Da autora (2022), com base nos dados coletados na pesquisa.

Figura 8 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas pelo autor no Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Pedro Augusto Mentz Ribeiro nasceu no dia 06 de outubro de 1937, no município de São Leopoldo, RS. Cursou graduação em Ciências Sociais (1961) e especialização em Antropologia Cultural (1969), todos pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Fez especialização também em Antropologia das Sociedades Complexas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (1974), Mestrado em História e Cultura Brasileira (1981) e doutorado em História do Brasil (1991), ambos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Em 1993, cursou pós-doutorado pela Universidade do Porto/Portugal.

Em sua trajetória, realizou investigações pelo Instituto Anchietano de Pesquisas - Unisinos (1968-1970) e Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, de Taquara/RS (1970-1972). Em Santa Cruz, foi professor do Colégio Mauá e trabalhou como voluntário para o Museu do Colégio Mauá. Também foi professor da Universidade de Santa Cruz do Sul (1974-1994), onde fundou o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) e a respectiva Revista do CEPA. Por fim, foi professor na Fundação Universidade de Rio Grande (1994-2004)

e esteve ligado ao LEPAN (Laboratório de Ensino e Pesquisas em Antropologia e Arqueologia)[24].

Foram selecionadas cinco publicações (ver Quadro 16 e Figura 8 para referência das regiões estudadas): uma referente ao periódico Iheringia, série Antropologia, editado pelo Museu Riograndense de Ciências Naturais (hoje Jardim Botânico de Porto Alegre e Museu de Ciências Naturais da Divisão de Pesquisa e Manutenção de Coleções Científicas/SEMAI-RS), três referentes ao periódico Revista do Cepa, órgão de publicação científica do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas vinculado à Unisc; uma referente a uma Publicação Avulsa da Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul (APESC) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

A primeira publicação (1972), *Sítio RS-C-14: Bom Jardim Velho (Abrigo sob Rocha – Nota Prévia),* estruturalmente, está segmentada em onze partes: Resumo, Summary (em inglês), Histórico da Pesquisa, Descrição da Região, Descrição do Abrigo, Escavação, Material Arqueológico, Comparações, Conclusões, Agradecimentos e Referências Bibliográficas. Ainda aparece a figura da planta de situação do sítio localizado; figuras de croquis do sítio, fotografias da vista geral da localização do sítio e da escavação, fotografias dos conjuntos de materiais arqueológicos (cerâmica e lítico), imagens com as reconstituições das formas da cerâmica e lítico e tabelas com a distribuição dos materiais arqueológicos encontrados no interior das camadas de ocupação. Aliás, chama a atenção que em todas as publicações do autor, independentemente do periódico, haverá um esquema estrutural semelhante.

O objetivo do trabalho é apresentar o resultado das análises no abrigo-sob-rocha RS-C 14: Bom Jardim Velho, São Sebastião do Caí, RS. A importância da publicação está no fato de o autor, ao escavar o sítio, reconhecer na cerâmica encontrada uma nova fase, a fase Caí, que foi vinculada à Tradição Taquara. O referido texto inicia com uma breve revisão da história da pesquisa e uma breve contextualização geográfica da região: coordenadas geográficas, relevo, clima, vegetação, hidrografia além de uma rápida referência aos colonizadores europeus. Quanto ao trabalho de campo, traz a caracterização do sítio prospectado e a posterior descrição minuciosa das intervenções e dos materiais coletados (cerâmico, lítico, osteológico, malacológico, louças e outros vestígios orgânicos), restos de fogão e ainda faz uma descrição dos petróglifos encontrados.

Sobre as comparações e conclusões, afirma que são duas ocupações distintas: a primeira e mais antiga é de um grupo pré-ceramista e, possivelmente, o autor dos petróglifos; a segunda

[24] Informações adquiridas em: https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/188/403.

ocupação foi associada a um grupo ceramista da Tradição Taquara, porém a cerâmica não se "enquadrou perfeitamente" em algumas fases desta tradição, daí a denominação de uma nova, a fase Caí. Aliás, o autor informa que esse tipo cerâmico foi encontrado em três abrigos da região. Por fim, salienta que em termos de sequência cronológica, ela pode ser considerada como uma fase recente da Tradição Taquara, inclusive, uma datação poderia confirmar algumas hipóteses de trabalho como: a) a posição dessas cerâmicas ocupando, nos três abrigos, as últimas camadas; b) a cerâmica Taquara com maior porcentagem do tipo simples, à medida que se torna mais recente; c) os dados etnográficos que informa que os Xokleng habitavam as mesmas áreas de colonização alemã do Estado.

Quanto ao segundo trabalho (1974), *Primeiras Datações pelo Método do C-14 para o Vale do Caí, RS,* estruturalmente, está segmentado em três partes: As Datações, Conclusões e Referências Bibliográficas. O objetivo do trabalho é apresentar o resultado das amostras datáveis recolhidas durante escavações e prospecções no Vale do Rio Caí, RS.

O artigo, basicamente, é uma nota de pesquisa sobre as datas de C14. Dentre elas interessam SI-1198 – Bom Jardim Velho, São Sebastião do Caí, abrigo com cerâmica da fase Caí, 745 ± 115 (A.D. 1205), profundidade 7 a 10 cm; SI-1200 – Virador I, São Sebastião do Caí, abrigo com cerâmica da fase Taquara, considerada moderna, profundidade:15 a 20 cm e SI-1201 – Virador I, São Sebastião do Caí, abrigo com cerâmica da fase Taquara, mesmos dados do SI-1201, 630±205 (A.D.1320), profundidade: 50 a 60 cm.

Das conclusões, o autor informa que as datações realizadas nos abrigos vieram a confirmar a sucessão de ocupações, sendo uma inicial por grupos de caçadores coletores, e nas camadas superiores, grupos ceramistas da Tradição Taquara (fase Taquara ou Caí), no caso: um abrigo apresentou vestígios apenas da fase Caí, também há ocupações por grupos Tupiguarani.

O terceiro trabalho (1975), *Os Abrigos-sob-rocha do Virador, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, Nota Prévia,* estruturalmente, está segmentado em dez partes: Resumo, Summary (em inglês), Histórico da Pesquisa, Geografia da Região, Descrição dos Sítios, Escavação, Datação, Comparações e Conclusões, Agradecimentos e Referências Bibliográficas. Ainda aparece a figura da planta de situação dos sítios localizados; fotografias da vista geral dos sítios, figuras de croqui de sítio e fotografias de sepultamentos. O objetivo do trabalho é apresentar o resultado das análises nos abrigos-sob-rocha do Virador (Virador I, II, III) no Vale do Rio Caí, RS.

O autor inicia com uma breve revisão da história da pesquisa, uma contextualização geográfica da região: coordenadas geográficas, relevo, hidrografia, clima, vegetação, fauna, além de uma referência aos colonizadores europeus. Quanto ao trabalho de campo, traz a

caracterização de cada um dos sítios prospectados e a posterior descrição das intervenções e dos materiais coletados (cerâmica, lítico, osteológico, malacológico e outros vestígios orgânicos), destaques são os sepultamentos humanos.

Na parte final faz as seguintes considerações:

- **Virador I** - sítio com petróglifos; camadas datadas: SI-1200 – Virador I, profundidade:15 a 20 cm foi considerada moderna; SI-1201 – Virador I, profundidade: 50 a 60 cm, 630±205 (A.D.1320); terceira amostra que seria da camada pré-ceramista entre 75-80 cm de profundidade, foi considerada insuficiente; conjunto cerâmico pertencente à fase Taquara; conjunto lítico se "encaixa melhor" nas fases Taquara e Caxias, embora reconheça que outras características, tanto da cerâmica quanto do lítico, podem ser encontradas em outras diferentes fases; dos comparativos com os artefatos ósseos humanos, atesta filiação com a fase Taquara (porque parece haver uma identidade morfológica e tipológica); ocupação superior: Fase Taquara – utilizou como acampamento; ocupação inferior - não identificada (possivelmente Itapuí) que teria utilizado o abrigo como sítio cerimonial e de acampamento.
- **Virador II** - acampamento e cemitério; sítio sem petróglifos; ocupação superior: Fase Taquara – utilizou como acampamento; ocupação inferior - não identificada (possivelmente Itapuí) que teria utilizado o abrigo como sítio cerimonial e de acampamento.
- **Virador III** - apenas acampamento; sítio sem petróglifos; sítio estratigraficamente estéril, encontrado lascas de material lítico e ossos de animais e conchas até os 20 cm de profundidade.

Finaliza salientando que dos 15 locais investigados (abrigos e cavernas) que mostraram ocupação, seis foram com portadores da Tradição Taquara: uma somente ocupada por Taquara, em outros cinco houve ocupação inferior (ou ocupação inicial) de uma fase pré-cerâmica. Termina por dizer que este grupo ceramista era caçador, coletor e agricultor incipiente, que se usou o abrigo como local cerimonial, poderia ser o corresponsável, ou não, por alguns dos petróglifos.

O quarto trabalho (1979), *Sítios Arqueológicos da Tradição Taquara, Fase Erveiras, no Vale do Rio Pardo, RS, Brasil,* estruturalmente, está segmentado em dez partes: Resumo, Summary (em inglês), Histórico da Pesquisa, Descrição e Histórico da Região, Descrição dos Sítios, Descrição do Material Arqueológico, Comparações, Considerações e Conclusões, Agradecimentos e Referências Bibliográficas. Ainda aparece a figura da planta de situação dos sítios localizados; fotografias da vista geral dos sítios e dos conjuntos de materiais

arqueológicos (cerâmica e lítico), imagens com as reconstituições das formas cerâmicas e, em anexo, uma tabela com as análises das cerâmicas.

O objetivo do artigo é apresentar o resultado dos trabalhos no Vale do Rio Pardo, RS, com a caracterização da nova fase cerâmica da Tradição Taquara: Fase Erveiras. A publicação, segundo o autor, é uma nota prévia sobre o trabalho desenvolvido entre a Bacia do Rio Pardo, onde foram constatados 30 sítios arqueológicos e a Bacia do Rio Taquari, onde foram localizados outros dois sítios. Nesta região foi identificada uma nova fase cerâmica denominada de Erveiras e considerada como uma evolução regional da fase Pinhal, que é a fase pré-cerâmica da Tradição Humaitá. Outros destaques desta publicação: a fase Erveiras está ligada à construção de casas subterrâneas, tendo sua população desenvolvido relativa sedentariedade, que pode ser observada pelas características do material cerâmico e lítico polido; a semelhança entre a cerâmica Erveiras e Vieira (da Tradição cerâmica Vieira da região sul do Estado) leva a hipótese de difusão entre as duas tradições em sentido sul-norte; ainda teria havido um processo de aculturação entre a cerâmica Erveiras e a Tradição Tupiguarani.

Por se tratar de divulgação de dados, o texto inicia por uma descrição hidro-topográfica detalhada sobre as características da bacia hidrográfica em estudo: coordenadas geográficas, hidrografia, geomorfologia, clima, vegetação. Faz um breve retrospecto sobre a ocupação europeia da região. Chama a atenção a descrição que o pesquisador faz dos sítios. São anotações importantes com relação a implantação dos sítios no ambiente, como: altimetria, inclinação e posição destes sítios no terreno circundante. Em contrapartida, é mais abrangente quando aponta as áreas mínimas e máximas ocupadas pelos sítios e sobre a interferência humana e o ambiente atual.

Mentz Ribeiro também é minucioso quanto à descrição dos materiais cerâmicos e líticos, tanto que desta análise, reconhece uma nova fase, a Fase Erveiras. Na mesma região aparecem sítios com vestígios Tupiguarani e outros com cerâmica denominada de aculturada. Entretanto, o texto menciona, de modo geral, 30 sítios localizados, mas não fica claro que tipos de sítios foram encontrados. O autor apenas cita que foram 11 sítios-acampamento e os demais, sítios habitação. Salienta para a presença de cinco casas subterrâneas (ainda que duas sejam duvidosas) e um montículo. Também destaca que o sítio com cerâmica Tupiguarani ocorre próximo de uma das casas subterrâneas.

Do resultado de suas comparações, o conjunto cerâmico é muito próximo de outros conjuntos que formam fases cerâmicas. Já o conjunto lítico possui algumas variações, principalmente com o litoral, mas o motivo, segundo o autor seria a adaptação, talvez sazonal, não seria motivo para afirmar tratar-se de outra tradição, havendo, portanto, uma unidade

cultural. A partir daí, o texto faz uma série de comparações utilizando a nova fase cerâmica, tanto apontando a semelhança, quanto a diferença. O autor extrapola a sua comparação para além dos limites regionais e estaduais: em direção norte compara atributos com Santa Catarina e Paraná. Já em direção sul, compara atributos com conjuntos cerâmicos pertencentes à Tradição Vieira e ultrapassa os limites territoriais, informando que no Uruguai, Argentina, Equador e Japão[25], também existem formas ou decorações semelhantes.

Finalmente, em suas conclusões: 1) reconhece uma nova fase da Tradição Taquara, caracterizada pela variedade de tipos cerâmicos decorados, embora alguns ainda não descritos, e devido ao lítico ter diminuta quantidade de material polido, mas grande quantidade de talhadores e raspadores, 2) a fase Erveiras é ainda uma evolução regional da ocupação pré-cerâmica, fase Pinhal da Tradição Humaitá, para o período cerâmico. O material polido já existia no pré-cerâmico; 3) a construção de casa subterrânea por este grupo, indicando uma defesa contra o meio ambiente e uma certa sedentariedade. Também rebate La Salvia e Schmitz (1973) naquilo que considera casa subterrânea e semissubterrânea: casas subterrâneas são consideradas aquelas a partir de 1,5m de profundidade; 4) Fase Erveiras era horticultora ou agricultora incipiente pela aquisição da cerâmica e implementos polidos, em especial mão-de-pilão; 5) sítios com poucos fragmentos cerâmicos e lítico ou manchas escuras sem material são acampamentos e os outros, sítios-habitação; 6) bolas de boleadeira, pontas de projétil e as pequenas facas bifaciais são intrusivas à fase Erveiras. Pertencem à Tradição Umbu, regionalmente fase Rio Pardinho, pré-ceramistas, caçadores especializados com pontas de projétil. Houve, provavelmente, uma sobreposição de sítios ou comércio; 7) pontos convergentes entre as Tradições Taquara, Itararé e Casa de Pedra, mais Eldoradense, José Vieira e Barracão simples, estas três últimas que vão se enquadrar numa das anteriores, que poderiam indicar uma só tradição. E elenca razões disso: os 3 ambientes, Planalto, litoral e depressão na periferia oeste e sul. No caso, as modificações na cultura material existem, tanto no sentido norte-sul como leste-oeste, porém sem perder a unidade e podem ser atribuídas ao conceito de área cultural, intimamente vinculada à área geográfica ou ecológica (teoria que ele retirou de Wissler, 1961). O centro é o maior concentrador de traços típicos e nas margens os traços tendem a afinar e interpenetrar-se com culturas vizinhas. Daí isso explicaria a semelhança com a fase Vieira. As modificações no sentido leste-oeste são mais observáveis no lítico do que na cerâmica. No caso do lítico tem a ver com a geomorfologia que influencia na constituição do

[25] O próprio autor, nas conclusões justifica que "as comparações com a cerâmica do Noroeste argentino e Equador-Japão, não são realizadas com a intenção de afirmar a existência de vinculações diretas. A distância e o tempo que separam os materiais enfocados são barreiras para tal tentativa. A finalidade é de base teórica" (p. 48).

ambiente; 8) houve processo de aculturação entre Tupiguarani e a fase Erveiras na região. O antiplástico Taquara em decoração Tupiguarani, o inverso (muito raro) e a ocorrência de lítico Taquara em sítios Tupiguarani (um caso comprovado de não haver sobreposição) são as provas. Outros comentários importantes do autor são: que as datações para a Taquara indicam um movimento sul-norte. Admitindo daí um processo de difusão com um provável contato entre as tradições Vieira-Taquara e que aquela transmitiria a essa a adoção da cerâmica. Todavia é uma hipótese difícil de provar; pelo fato de haver vestígios de cerâmica Taquara em Camaquã, uma vez que a tradição alcançou os cerritos, o autor concorda com Schmitz da possibilidade da Tradição Taquara ter-se originado na planície meridional lagunar (SCHMITZ, 1972); este contato, pelo que dispomos, deve ter sido pela margem ocidental da Lagoa dos Patos. Daí pensamos que deveria ser revista a decoração digitada na Tradição. Vieira e encontrar a impressão de cestaria. Isso confirmaria que a decoração seria mais antiga no Sudeste e daí a transmissão desta área para o planalto, sendo seus transmissores, não o Tupiguarani, mas a Vieira. Também aponta para o fato de que porque a Tradição Umbu está na encosta e no planalto há mais ou menos 6000 A. P, e na região lagunar a 4000 A.P., seriam esses caçadores os transmissores de traços culturais entre a planície e o planalto. Por fim, diz não se atrever a fazer vinculações da cerâmica da fase Erveiras com a etnografia, denominando-a de Kaingang, Gê, Guaianá. Isso porque Basile Becker (1976) não encontrou registro do Kaingang e da cerâmica e que as informações de Serrano parecem se tratar mais de formas Guarani. Daí que os contatos interétnicos, os movimentos migratórios e o desaparecimento de tribos, mais o despreparo dos etnógrafos e etno-historiadores, dificultam definir com precisão os primitivos habitantes.

O quinto trabalho (1978), não traz Mentz-Ribeiro como autor principal; sua participação é de coautor. Ítela da Silveira foi colega de laboratório e seu alinhamento teórico coaduna com o do arqueólogo, daí ter inserido a pesquisadora ao conjunto da obra. O artigo, *Arqueologia no planalto meridional entre os vales dos rios Jacuí e Pardo/RS,* estruturalmente, está segmentado em nove partes: Resumo, Summary (em inglês), Histórico da Pesquisa, Descrição e Histórico da Região, Descrição dos Sítios, Descrição do Material Arqueológico, Conclusões, Agradecimentos e Referências Bibliográficas. Ainda aparece a figura da planta de situação dos sítios localizados; fotografia da área de um dos sítios investigados e dos conjuntos de materiais arqueológicos (cerâmica e lítico) e imagens com as reconstituições das formas cerâmicas.

O objetivo do artigo é apresentar o resultado dos trabalhos de campo ocorrido entre os vales do Rios Jacuí e Pardo, RS. A publicação é uma nota prévia sobre os resultados alcançados com as coletas superficiais realizadas em 26 sítios (13 sítios pré-cerâmicos de Tradição Humaitá, 03 sítios ceramistas de Tradição Taquara - Fase Erveiras e 10 sítios ceramistas de

Tradição Tupiguarani. Ainda, dois dos sítios da Tradição Tupiguarani estavam sobrepostos a da Tradição Taquara).

A região, como apontou a autora, que pertence à Encosta Inferior do Nordeste, era considerada uma incógnita em termos de ocupação humana pretérita. Nesta parte inicial do trabalho, mesmo de forma breve, também relaciona outras características da área de interesse como: coordenadas geográficas, relevo, clima, mas quanto à vegetação, informa existirem dois tipos de formação: uma típica do Planalto e outra da encosta da serra. Finaliza com um resumo quanto à ocupação europeia da região. Também faz anotações, mesmo que breves, com relação a implantação dos sítios no ambiente, como: a relação dos sítios e dos cursos d'água, dimensões mínimas e máximas de dispersão das áreas de ocupação, os tipos de solo em que foram estabelecidas as ocupações, altimetria, possíveis impactos naturais ou antrópicos sobre os sítios. A partir daí, dedica-se a descrever, minuciosamente e classificar os materiais líticos e cerâmicos encontrados. Com relação às cerâmicas de Tradição Taquara, informa que não foi possível fazer seriação devido a amostra ser insuficiente, porém, que a fase que mais se aproxima ao conjunto é a Erveiras, além disso que parte desses fragmentos foram encontrados em sítio Tupiguarani.

Por fim, conclui que os sítios são de habitação, porém superficiais e que a região foi ocupada por diversas tradições (Humaitá, Umbu, Taquara e Tupiguarani) e algumas delas (Humaitá e Tupiguarani), ainda, ocupou de forma mais intensa e/ou por períodos mais longos.

CAPÍTULO 6 – A HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES JÊ MERIDIONAIS PELA ÓTICA DA SEGUNDA GERAÇÃO DE ARQUEÓLOGOS: A CONSTRUÇÃO DOS DADOS ATRAVÉS DAS DÉCADAS DE 1980 E 1990

Antes de prosseguir com o desenvolvimento do capítulo, gostaria de acrescentar mais uma informação que diz respeito ao contexto de formação dos autores em análise. Em relação a primeira geração de arqueólogos, observando pelos seus currículos e notas informativas que encontrei na Internet[26] e currículo Lattes, Chmyz, Miller, Brochado, Schmitz, La Salvia, Lazzarotto, Basile Becker, Mentz Ribeiro eram pesquisadores inicialmente amadores interessados em arqueologia; no entanto Miller, Brochado e Schmitz geralmente publicavam os resultados de suas investigações, o que nem sempre ocorria com os demais.

Schmitz era o único graduado em História e os demais graduaram-se, posteriormente, entre os anos de 1960 e 1980, em História, Geografia e Ciências Sociais. Enquanto concluíam seus estudos, de maneira coletiva participavam, em paralelo, de cursos de formação de curto prazo em arqueologia que eram oferecidos. Alguns foram alunos de Annete Laming-Emperaire e de Meggers e Evans.

Posteriormente, quando adentramos os anos de 1980 e 1990, período que é apresentado neste Capítulo, os pesquisadores Rütschilling, Kern e Copé que serão mencionados adiante, compuseram uma segunda geração de intelectuais que tiveram sua formação inicial atrelada aos pesquisadores anteriormente citados. Sublinho ainda Kern, que concluiu sua formação fora do

[26] Informações recolhidas do blog do Instituto Anchietano de Pesquisas/IAP, http://www.anchietano.unisinos.br/index1.htm.

Brasil na década de 1980; depois foi a vez de Copé, que estudou fora do Estado na década de 1990, e nos anos 2000 completou os estudos na França. Observando de maneira geral, a condução e os resultados de suas pesquisas ficam clara uma divergência teórica entre essas gerações. Aliás, ao rol desses dois arqueólogos citados, incluo Reis, Baptista e Dias (que estão discriminados no Capítulo 7, a partir da lista de autores independentes e ligados a diferentes centros de pesquisa). Esses três últimos, perfazem uma terceira geração de pesquisadores que entraram nessa contenda, reforçando uma crítica à hegemonia de velhos modelos, situação abordada na Parte 1, Capítulo 4, item 4.4.

Pedro Augusto Mentz Ribeiro

Quadro 17 - Conjunto de obras selecionadas MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto.

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto	Casas Subterrâneas no Planalto Meridional Município de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil	Revista do CEPA	1980	Periódico
MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto	Sítios arqueológicos numa microrregião de área alagadiça na Depressão Central do Rio Grande do Sul, Brasil	Revista do CEPA	1983	Periódico
MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto **RIBEIRO**, Catharina Torrano	Levantamentos Arqueológicos no Município de Esmeralda, Rio Grande do Sul, Brasil	Revista do CEPA	1985	Periódico
MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto et al.	Levantamentos arqueológicos na encosta do planalto entre o vale dos Rios Taquari e Caí, RS, Brasil	Revista do CEPA	1989	Periódico
MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto	Arqueologia do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil	Banco Teses e Dissertações PUCRS	1991	Tese
MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto (Coord.)	Escavações arqueológicas no município de Bom Jesus, RS.	Revista de Arqueologia	1994	Periódico
MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto	A Tradição Taquara e as casas subterrâneas no sul do Brasil	Revista de Arqueologia Americana	1999/ 2000	Periódico

Fonte: Da autora (2022), com base nos dados coletados na pesquisa.

Figura 9 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas pelo autor no Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Foram selecionadas sete publicações (ver Quadro 17 e Figura 9 para referência das regiões estudadas): três referentes ao periódico Revista do Cepa, órgão de publicação científica do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas vinculado à Unisc; uma referente ao periódico Revista de Arqueologia, editada pela Sociedade Brasileira de Arqueologia; uma referente ao periódico internacional Revista de Arqueología Americana, editada Instituto Panamericano de Geografia e Historia; ainda foi selecionada a Tese de Doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS.

O primeiro trabalho foi publicado logo no início da década de 1980. O artigo, *Casas Subterrâneas no Planalto Meridional Município de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil,* estruturalmente, está segmentado em 13 partes: Resumo, Summary (em inglês), Histórico e Técnicas da Pesquisa, Descrição e Histórico da Região, Descrição dos Sítios, Características Estruturais das Casas, Material Arqueológico (cerâmica, lítico, datação, análise do solo, outras ocorrências), Comparações, Conclusões, Agradecimentos e Referências Bibliográficas, Índice de Ilustrações, Índice de Tabelas e Adendo. Ainda aparece a figura da planta de situação dos sítios localizados; croqui de curvas de nível e de escavação, fotografia

da área dos sítios, da escavação e dos conjuntos de materiais arqueológicos (cerâmica e lítico) e imagem com as reconstituições das formas cerâmicas e tabelas com análise da cerâmica. Os objetivos do texto foram o de mostrar o trabalho realizado em duas casas subterrâneas localizadas em Santa Cruz do Sul, numa área considerada marginal da cultura; a reconstrução das casas e sua cultura e, ainda, a comparação com a área nuclear e possíveis contatos com a planície ao sul.

No início do documento o autor faz uma descrição do histórico da pesquisa e das técnicas de escavação das casas. Também faz uma caracterização geral da região destacando: coordenadas geográficas, altimetria, relevo, clima, vegetação e ainda um breve panorama sobre a colonização europeia. É minucioso com a descrição das casas subterrâneas, tanto informa sobre sua distribuição e implantação em relação ao ambiente do entorno, quanto às características estruturais observadas a partir da escavação, e o mesmo é com a apresentação dos materiais recolhidos (cerâmica e lítico). Outros destaques são a datação: 915 ± 145 anos A.P. ou 1035 A.D. (SI-4066), que corresponde a parede média da camada II da casa "B" (0,10 m de profundidade); análise de solo: pH de 5,8 (solo pouquíssimo ácido) e textura de solo argiloso, mais de 40% de argila; também foram localizados 03 montículos, todos cobertos com pedras e informação de duas galerias subterrâneas, com notícias de haver cerâmica em uma delas.

Recorrente em suas publicações é o item que traz comparações, onde o autor coteja seus resultados com os demais estudos. Diante disso, esclarece que a cerâmica se encaixa na fase Erveiras, mas não deixa de citar semelhanças e diferenças com as outras fases associadas, isso porque o trabalho de verificação da cerâmica é importante para o autor, que mostra-se seguidor da teoria difusionista, algo que fica cada vez mais evidente ao longo de suas publicações. Além da cerâmica, é importante observar e confrontar, em cada região: a distribuição das estruturas (agrupadas ou dispersas), as dimensões e profundidades para saber qual tamanho ocorre mais (grandes, médias ou pequenas) e a composição estratigráfica das camadas. Desta maneira, as comparações iniciam pela região imediata e vão acendendo em todas as direções: norte, nordeste e noroeste do Estado e, para toda a região sul do Brasil: Santa Catarina, Paraná, segue até São Paulo e Minas Gerais, além da Argentina. Também expande em direção sul do Estado porque acredita haver uma certa semelhança com a cerâmica da Tradição Vieira, e para além, no Departamento de Treinta y Três, no Uruguai. Vale também checar as informações etno-históricas sobre a existência das casas subterrâneas em tempos coloniais e confrontar as datações alcançadas em diversos trabalhos para pensar um quadro cronológico de antiguidade da cerâmica. A novidade está em apresentar resultados de pH e confirmar que a acidez do solo

pode ser a resposta para a ausência de restos ósseos e, trazer as galerias subterrâneas, apresentando-as como mais uma técnica construtiva e um novo problema de pesquisa.

Das conclusões informa que as casas subterrâneas do município de Santa Cruz foram construídas e ocupadas pela fase Erveiras da Tradição Taquara, um grupo horticultor incipiente. As casas foram sítio-habitação e de relativa sedentariedade ou uma ocupação prolongada com movimentos sazonais que nos meses mais quentes se deslocariam para o mar. A ocupação das casas foi, em certo momento, contemporânea, evidenciada pela ocorrência de fragmentos de cerâmica, um mesmo vaso, em ambas as casas. E que a casa "B" parece ter sido construída posteriormente. Aponta uma hipótese de trabalho baseada na teoria de Wissler de área cultural e idade-área, ou seja, que essa área de trabalho estaria na margem da área cultural da Tradição Taquara, enquanto a origem e dispersão estaria nas partes mais altas do Planalto Meridional Brasileiro. Já a não ocorrência de casas subterrâneas em áreas inferiores a 500 ou 600 m acima do nível do mar, se explicaria pelo fator climático, menos severo. E que informações que ocorrem fora desta área deveriam ser investigadas (caso das casas subterrâneas no litoral catarinense e em Eldorado, província de Misiones, Argentina.

Por fim, começa a esboçar um modelo de ocupação e dispersão, a partir das datações que estão disponíveis. Ou seja, o autor acredita que a ocupação com casas subterrâneas (incluindo a cerâmica) mais antigas se encontram na região sul do Brasil, e que seguiram um movimento nesse sentido e, também, da direção leste para oeste e das partes mais altas do planalto para as mais baixas. Quanto à sua região, defende a ideia de que as casas subterrâneas são uma evolução desde um grupo pré-ceramista (fase pinhal da Tradição Humaitá) para um ceramista (fase Erveiras da Tradição Taquara) e daí, para o surgimento das casas. E sua justificativa para o aparecimento dessas casas subterrâneas está no fato delas estarem dentro de um ambiente transicional e que por ocuparem o interior de uma mata relativamente densa, sofreriam menos com as intempéries. Por fim, volta a contra-argumentar a divisão feita por La Salvia e Schmitz (1973) naquilo que consideram casa subterrânea e semissubterrânea.

O segundo trabalho (1983), *Sítios arqueológicos numa microrregião de área alagadiça na Depressão Central do Rio Grande do Sul, Brasil,* é uma publicação exclusiva de pesquisa. Estruturalmente, está segmentado em 11 partes: Sinopse, Summary (em inglês), Histórico e Técnicas da Pesquisa, Descrição e Histórico da Região, Descrição dos Sítios, Descrição do Material Arqueológico (lítico, ósseo, cerâmico, restos orgânicos, malacológicos, sepultamentos, gravuras rupestres, datação, análise do solo, outros materiais), Comparações, Considerações e Conclusões, Agradecimentos e Referências Bibliográficas, Lista de Figuras. Ainda aparece a figura da planta de situação dos sítios localizados; croquis das curvas de nível

dos sítios e de escavação, fotografias da área dos sítios, da escavação e dos conjuntos de materiais arqueológicos (cerâmica e lítico) e imagens com as reconstituições das formas cerâmicas. O objetivo do texto é apresentar os 10 sítios arqueológicos encontrados numa microrregião de área alagadiça na Depressão Central do Rio Grande do Sul.

No início do documento o autor faz um resumo do histórico da pesquisa e sobre as técnicas de escavação empregadas nos sítios. Por se tratar de um trabalho que abrange dois municípios, faz uma descrição geral da zona de estudo destacando: coordenadas geográficas, hidrografia, altimetria, relevo, clima, quanto à vegetação, aponta as características mais marcantes, sublinhando o fato de que a área integra uma zona transicional que, inclusive está descaracterizada devido ao impacto da agricultura. Finalmente faz um breve resumo sobre a presença do imigrante europeu na região.

Sobre os sítios em diagnóstico, embora sejam abordados em conjunto, o arqueólogo é cuidadoso em primeiro fazer uma descrição sobre a implantação deles na paisagem e, posteriormente, uma minuciosa e longa descrição do material arqueológico encontrado, classificando-os por sítio, quadrícula e nível.

Das comparações aponta que foram encontradas diversas tradições culturais, tanto pré-cerâmicas quanto cerâmicas. Com relação à Tradição Taquara, informa que sua área de dispersão coincide com a da Humaitá, acrescentando o litoral de Santa Catarina e litoral e sudeste do Rio Grande do Sul. A partir daí, e tomando por regiões (RS, SC, PR, SP, MG e Misiones/Argentina), elenca todas as fases que traçam a dispersão arqueológica da cultura. Também aponta que em direção ao sul do Estado, sua área investigada encontra semelhanças com a cerâmica da Tradição Vieira, chegando até os Departamentos de Treinta y Três, Cerro Largo e Artigas, no Uruguai. Porém, ao que diz respeito sobre a Tradição Vieira, o próprio autor salienta que há diferenças marcantes entre o material lítico das duas tradições e com alguns aspectos da própria cerâmica.

Quanto às suas conclusões, informa que a pesquisa realizada permitiu traçar uma sequência cronológica para a encosta do planalto do Vale do Rio Pardo, iniciando pela Tradição Umbu (fase Rio Pardinho), posteriormente a Tradição Humaitá (fase Pinhal), e embora a sequência não esteja clara ao autor, depois viria a Tradição Taquara (fase Erveiras), a Tradição Vieira (que por falta de mais elemento para a cerâmica encontrada não foi nomeada uma nova fase) e a Tradição Tupiguarani (fase Trombudo). Em específico sobre a Tradição Taquara, e como se pode observar ao longo de suas publicações anteriores, o pesquisador trabalha para comprovar sua hipótese que se baseia numa inter-relação entre as tradições Humaitá (fase Pinhal) e Taquara (fase Erveiras) e entre esta e a Tradição Vieira.

Outras conclusões interessantes que podem ser salientadas desta publicação: no artigo, por exemplo, o arqueólogo comenta sobre possíveis mudanças nos aspectos dos materiais arqueológicos. No caso das tradições Humaitá e Taquara, ambas sofreram influência, demonstrada, segundo ele, pelo desaparecimento de certos tipos de artefatos líticos. A explicação estaria no ambiente, isto é, na vegetação que se apresentaria menos densa e na maior oferta de caça de animais de menor porte, mais a pesca e coleta de moluscos. Em vista desses resultados alcançados, conclui o autor, se estaria diante de uma nova fácie, uma denominação que seria acrescentada às fases das tradições culturais. Sua justificativa à nova teoria, estaria no fato de que ao acrescentar uma fácie às fases, explicaria as diferenças entre os sítios e os percentuais de tipos de artefatos encontrados. Desta forma, à Tradição Humaitá, fase Pinhal seria acrescida a denominação de fácie Encosta, já para a Tradição Taquara, fase Erveiras, seria acrescida a denominação fácie Várzea. No caso, o termo fácie explicaria as diferenças entre os outros sítios do planalto e da encosta nos percentuais dos tipos de implementos líticos.

E se o material lítico se inter-relaciona com a Tradição Humaitá, o material cerâmico se inter-relaciona com a Tradição Vieira, e o argumento aqui está na análise da decoração e do antiplástico. A hipótese é a de influências mútuas, assim colocadas: 1 - a) Através de influências vindas da área do Prata surgiria uma cerâmica (de decoração simples) na área alagadiça; daí a passagem para a Taquara, originando-a; b) Mais tarde num movimento contrário, a Taquara transmitindo para a Vieira a cerâmica decorada (impressão de cestaria, ponteado, etc.). Aliás, no planalto, próximo da encosta, no Rio Grande do Sul, estaria a origem da cerâmica decorada. A hipótese baseia-se no fato de que a mesma decresce conforme segue para o sul e para o norte. 2 - Outra hipótese, é que a Tradição Vieira também teria dado origem à cerâmica decorada. Seu surgimento também seria na encosta do planalto no Rio Grande do Sul, e daí se difundindo em dois movimentos: para norte e para sul. 3 - Que a cerâmica decorada nas áreas alagadiças do Estado e regiões limítrofes do Uruguai seja da Tradição Taquara. Esta tradição ocupou sambaquis no sul do Brasil, um mesmo modo de vida de subsistência que os "cerritos". E como nos sambaquis, o material lítico característico do planalto desaparece por representar um outro meio de vida. Por conclusão tem-se a Vieira transmitindo à Taquara a técnica ceramista e depois a Tradição inteira foi absorvida pela Taquara. 4 - Outra hipótese é que essa cerâmica encontrada e as de outras áreas alagadiças ao sul da região, seja Vieira, e não Taquara. E que a Tradição Vieira, pelo menos no vale do rio Pardo, tenha ascendido ao planalto contíguo. Todavia, um elo de ligação entre ambas as culturas são ainda as "estecas" ou alisadores de cerâmica em arenito, encontradas nos "cerritos" e nas casas subterrâneas.

A terceira publicação (1985), *Levantamentos Arqueológicos no Município de Esmeralda, Rio Grande do Sul, Brasil,* é oriunda de um projeto, cujo objetivo consistiu em salvar remanescentes arqueológicos afetados pela construção de uma barragem em um trecho do rio Uruguai. Embora não esteja claro no texto, porque esta não era uma prática comum na época, a pesquisa insere-se na chamada Arqueologia Empresarial, onde a demanda não parte de um interesse acadêmico, mas de uma necessidade econômica. No caso, foi a ELETROSUL (Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A), que a partir de estudos de aproveitamento hidroenergético da Bacia do Rio Uruguai identificou sítios arqueológicos que necessitavam de salvamento arqueológico. O projeto de grande alcance envolveu diversas universidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que realizaram salvamentos em diferentes trechos do referido rio.

O presente artigo refere-se exclusivamente aos trabalhos executados no município de Esmeralda, Rio Grande do Sul e, estruturalmente, está segmentado em 13 partes: Sinopse, Summary (em inglês), Histórico da Pesquisa, Técnicas da Pesquisa, Descrição e Histórico da Região, Descrição dos Sítios, Descrição do Material Arqueológico (cerâmico, lítico, ósseo, restos orgânicos, datação, análise do solo, montículo, outras materiais), Comparações, Conclusões, Agradecimentos e Referências Bibliográficas, Lista de Figuras e Tabela Única. Ainda aparece a figura da planta de situação dos sítios localizados; fotografias da área dos sítios, da escavação e dos conjuntos de materiais arqueológicos (cerâmica e lítico), croquis da escavação e imagens com as reconstituições das formas cerâmicas e a tabela única com a distribuição geral dos materiais encontrados.

No início do documento o arqueólogo faz um resumo explicando como se originou o projeto, em seguida, expõe quais foram divididas as etapas de trabalho e quais técnicas foram empregadas para realizar o salvamento dos sítios. Em específico sobre a área de estudo, faz uma descrição geral apontando: coordenadas geográficas, hidrografia, relevo, vegetação, altimetria, clima e ainda faz um breve resumo notificando que houve ocupação por grupos indígenas associados aos Guaianá, considerados culturalmente como não Guarani, posteriormente, e a partir da colonização europeia, a região integrou a rota das Vacarias e nos tempos atuais, à exploração da pecuária e agricultura.

Quanto ao trabalho de identificação e resgate dos sítios, informa que o município possui variados tipos: sítios de campo aberto (27); casas subterrâneas (39 conjuntos, total de 135 casas); 3 locais com estruturas; 3 galerias subterrâneas; 3 cavernas e 2 abrigos sob rocha. A partir daí descreve cada tipo de sítios encontrados e como estão distribuídos no ambiente do entorno. Também faz uma descrição minuciosa da análise do material, mas apesar de

categorizar cada tipo encontrado (cerâmica, lítico, etc.), os analisa em conjunto e não os separa por sítios, coletas ou cortes ou níveis, isso está na tabela apresentada ao final. Apresenta as datas em C14 conseguidas para três casas subterrâneas.

Das comparações, tópico característico e repetitivo em todas as publicações, o pesquisador empenha-se em fazer o exercício de, a partir dos resultados, cotejar com os dados dos outros trabalhos e não somente do Rio Grande do Sul, como de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e para fora do país, Província de Misiones e Posadas, na Argentina. Dentro do Rio Grande do Sul, insiste ainda em haver certa semelhança com a (decoração) cerâmica da Tradição Vieira, e avançando ainda mais, chega ao Uruguai, Departamento de Treinta y Tres, e afirma que aquelas formas "lembram a nossa cerâmica". Chama a atenção nesta publicação, as grandes casas que o pesquisador encontrou e os montículos ou aterros construídos ao redor, e os trabalhos de nivelamento das bordas das casas maiores quando construídas em terrenos inclinados. Além desses, as três estruturas em formatos circulares e trapezoidal com montículos associados e as galerias subterrâneas com vestígios de ocupação.

Nas conclusões, as de maior destaque são: a área de estudo ocupada por três tradições culturais: Umbu e Humaitá, ambas mais antigas e pré-ceramistas, e Taquara, mais recente e ceramista. Está última, que afirma ser consequente à Humaitá, apresentou uma ocupação intensa e com grande variedade de sítios no município. Em função do seu conjunto de artefatos (cerâmico e lítico), denominou uma nova fase, a fase Guabiju (mas chegou a cogitar poder haver mais fases), e com "certas reservas" estendeu às casas subterrâneas e as estruturas à mesma fase. A unidade cultural é a Tradição Taquara, que mostrou adaptação ao ambiente severo do Planalto com a construção das casas subterrâneas. Ainda baseado no tipo de material, concluiu que a fase Guabiju era horticultora, coletora e caçadora. Definiu que as casas subterrâneas menores de 5 m diâmetro e semissubterrâneas com menos de 1,5 m altura seriam sítios acampamentos ou utilizadas como dormitórios, as maiores sítios habitação. A justificativa estaria na existência de fogões e cerâmica nestas últimas e a não constatação destes elementos nas primeiras. Quanto às estruturas, cogita elas terem sido locais cerimoniais ou de defesa (habitação) protegidas por paliçadas, isso porque muitos dos círculos encontrados não possuem montículos, apenas cerâmica e fogões; e nos montículos apenas cerâmica, e também porque estão em posição estratégica (pontos altos e dominantes). Conclui que os montículos e círculos desempenham alguma função(ões) dentro da aldeia. Com relação às datações, as três casas datadas oferecem uniformidade. Segundo os dados apresentados, variam entre os séculos XIV e XVI. Para o autor, as casas menores ou semissubterrâneas são construções mais recentes. Sobre os dados etno-históricos, apenas comenta que as informações indicam ocupação por

população não guarani, o que é corroborado, por coincidência, pelo fato de não ter sido encontrado nenhum tipo de vestígio. Apresenta dificuldade em poder afirmar se nos locais onde há mais de uma ou concentração de casas subterrâneas houve contemporaneidade na construção. Se isso puder ser confirmado, se poderia confirmar o aumento populacional do grupo. Último destaque, é o fato de cogitar que as galerias subterrâneas são naturais e que foram aproveitadas e mesmo adaptadas pelo homem pré-histórico.

O quarto trabalho (1989), *Levantamentos arqueológicos na encosta do planalto entre o vale dos Rios Taquari e Caí, RS, Brasil,* estruturalmente, está segmentado em 11 partes: Resumo, Summary (em inglês), Descrição e Histórico da Região, Histórico e Técnicas da Pesquisa, Descrição dos Sítios, Comparações, Considerações e Conclusões, Agradecimentos e Referências Bibliográficas, Lista de Ilustrações e Lista de Tabelas. Ainda aparece a figura da planta de situação dos sítios localizados; gráficos de distribuição de material; croqui de arte rupestre, fotografias dos conjuntos de materiais líticos e tabelas com a distribuição dos materiais encontrados. O objetivo está em mostrar os resultados do levantamento arqueológico na encosta do planalto entre o vale dos Rios Taquari e Caí, Rio Grande do Sul.

O texto não traz informações exclusivas sobre a Tradição Taquara, apenas indica que na zona de estudo, que compreende os municípios de Montenegro, Brochier do Maratá e Taquari, numa região que está entre 80 e 220 m acima do nível do mar e situada na encosta do planalto, foi encontrado um fragmento de cerâmica da Tradição Taquara em um dos abrigos estudados. Com isso se objetiva mostrar a circulação dos grupos pertencentes ao tronco Jê Meridional em áreas que seriam de atuação anterior dos grupos pré-ceramistas. Próximo a esta área, em estudo anterior no Vale do Rio Caí (MENTZ-RIBEIRO, 1975), o arqueólogo havia estudado abrigos que apontaram ocupação associada à tradição ceramista Taquara.

O quinto trabalho (1991), *Arqueologia do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil,* refere-se à tese de doutorado do pesquisador, defendida pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, logo no início da década de 1990. Estruturalmente, está dividida em 10 partes principais: Resumo; Summary (escrito em inglês); Introdução; Histórico e Técnica da Pesquisa; Descrição da Região; Descrição das Tradições; História do Vale; Conclusões; Anexo; Glossário. Ainda possui: Lista de Quadros; Lista de Tabelas e Lista de Ilustrações. O objetivo da tese visa reconstruir, numa sequência histórica, a partir dos vestígios materiais, as várias culturas que ocuparam o referido Vale do Rio Pardo.

Esta tese é um documento potente em termos de informação, tanto para a história do Vale do Rio Pardo, quanto para a história da arqueologia do Rio Grande do Sul. O autor, em suas próprias palavras, trabalhou por 16 anos levantando mais de uma centena de sítios (em

torno de 150 sítios) e estudando o material conseguido através de coletas superficiais, cortes experimentais e escavações. E, embora se trate de seis culturas arqueológicas, para a historiografia dos povos Jê Meridionais, esta tese também se coloca como um marco pois, pela primeira vez, a proposta não é somente elaborar uma teoria para o surgimento da Tradição Taquara, mas propor uma história da ocupação da tradição - e dos demais grupos - para a região em estudo. Mentz Ribeiro também pretendia ir além, porque buscava fazer uma síntese, mostrando as várias culturas explorando e se adaptando a um determinado e específico meio ambiente e de forma sincrônica e diacronicamente. Lhe era cara a ideia de explorar a relação homem-meio ambiente e as influências mútuas.

Abordar esse tema era ousado para a época, em se tratando da arqueologia Jê do Rio Grande do Sul, pois se chamava a atenção sobre a necessidade de discutir, dentro da análise arqueológica, sobre a temática do ambiente - acenando para tópicos da paisagem. Esse capítulo, que destaca uma preocupação para "olhar" o ambiente, mostra a influência do orientador, Arno Kern que é o responsável, na minha opinião, em trazer novas maneiras de interpretação em arqueologia.

Um primeiro tópico a ressaltar aparece logo no início do texto: sua pesquisa propunha construir uma história única que, aliás, remete à perspectiva de uma história de longa duração de Braudel, embora, claramente ele não mencione isso. O autor pretendeu englobar desde o passado pré-histórico até o histórico (época colonial). Seu marco iniciava no "surgimento do homem na região, com certeza há mais de 3000 anos A.P., até o seu paulatino desaparecimento, absorvido, física e culturalmente, pelas culturas euro-brasileiras, em torno de 100 atrás". Essa perspectiva de uma história única é importante e inovadora na arqueologia, uma vez que, e concordando com o arqueólogo, a arqueologia no Brasil "trata isoladamente cada cultura ou tradição cultural", de igual maneira era habitual até àquela época – e ainda o é - que as publicações se reduzissem apenas a uma "síntese ou descrições sumárias sobre as culturas".

Outro destaque é a valorização da ecologia enquanto motor para pensar questões sobre a relação social. No caso aqui, o autor pretendia mostrar "as várias culturas explorando e se adaptando a um determinado meio ambiente, sincrônica e diacronicamente". E sobre a relação homem-meio ambiente, estabeleceu uma problemática, que foi: quais "influências este meio exerceu sobre o homem e vice-versa?" E neste "meio ambiente ocupado por mais de uma cultura: modifica-se a cultura material ou cada um responde de maneira diferente?".

Para dar conta dessa problemática, ele baseou-se em teorias oriundas da Ecologia Cultural e tomou o termo tecnoeconomia (tecnologia + economia) para explicar não só a adaptação cultural, como também as diferenças perceptíveis entre culturas e as diferenças

causadas pelo tempo dentro da própria cultura. Nesse sentido, tecnoeconomia incluía "não só máquinas e ferramentas utilizadas por uma certa cultura, mas também a forma pela qual elas são organizadas para o uso, e mesmo o conhecimento científico que as torna possíveis".

De forma geral, ao colocar que almejava discutir a relação homem-ambiente e as influências mútuas, ele alçava a um novo patamar a arqueologia dos povos Jê. Além disso, foi arrojado quando afirmou que "não se podem ignorar, naturalmente, outros fatores adaptativos da cultura, além da tecnologia e economia, como por exemplo os ideológicos e sociopolíticos".

Notadamente, uma das premissas do Processualismo está em resolver questões específicas da pesquisa e não mais avolumar dados obtidos aleatoriamente em campo. Vide que foram 16 anos de estudos numa região bastante peculiar, cuja natureza é complexa, porque convergem diferentes ecossistemas e onde houve um encontro de diferentes culturas. Que a dinâmica cultural ali se processou de forma peculiar, isso Mentz Ribeiro conseguiu mostrar através de suas análises em suas publicações de artigos, porém dar conta de refletir sobre as diferentes interações humanas e estas com a complexa natureza, e ainda conseguir explicar tanto a origem quanto o "desaparecimento" destas culturas, isso mostra o quanto esse trabalho se mostrava um "divisor de águas" na arqueologia.

Muitas de suas colocações arrojadas são apresentadas logo na introdução da tese. Portanto, a pergunta que surge ao leitor é se Mentz Ribeiro conseguiu mostrar tudo aquilo que almejava, principalmente ao se propor dialogar com a temática do meio-ambiente? Na investigação, o espaço dedicado ao ambiente conjuga dois momentos dentro de um mesmo capítulo: o primeiro discorre sobre a caracterização da área de pesquisa e são descritos aspectos como: hidrografia, clima, geologia, solos e vegetação; o segundo desenvolve-se dentro do item da vegetação e busca explorar: as paleopaisagens, a fauna e a "Etnoistória e alimentação".

É preciso ressaltar que em todos esses itens citados, o autor faz uma minuciosa representação, mas o interessante é o segundo momento em que ele se detém a esboçar as paleopaisagens porque, "sempre se falou genericamente sobre paleopaisagens. Agora, procurar-se-á descrever especificamente ou particularmente o vale do rio Pardo. O levantamento exaustivo da flora e fauna é um exemplo disso" (p.82). Logo em seguida, seu item "A transição", busca demonstrar como a mudança climática foi, paulatinamente, transformando o clima, sobretudo, a vegetação. Por fim, o pesquisador chega ao item da vegetação atual, e neste, o propósito é o de detalhar os três tipos de vegetação que formam o Vale do Rio Pardo.

Retratar a fauna também é um aspecto importante. Mentz Ribeiro trouxe para a tese uma lista dos animais disponíveis e que, possivelmente, foram alvo de caça pelas populações pretéritas. E justifica que a razão de buscar na "Etnoistória de fontes alimentícias" foi para

“confrontar e completar a relação de alimentação disponível com aquela que os relatos dizem ter sido consumida".

No entanto, seu capítulo sobre o meio ambiente que deveria se sobressair, justamente por se colocar como algo ousado e inovador, se restringe apenas a descrever e não é feita nenhuma relação da paisagem e as populações humanas, de forma que apenas é apresentado o cenário em que elas atuaram. Aliás, seu relato sobre o meio ambiente configura-se mais como uma ampliação daquilo que pode ser encontrado em suas publicações em periódicos.

E mesmo que se reconheça o esforço em trazer o paleoambiente (que, aliás, não é conceituado ao longo do texto) para os estudos em arqueologia, o que o pesquisador realizou foi apenas uma explanação. O mesmo pode ser dito com relação à fauna, que é basicamente um inventário dos animais (existentes ou extintos), e para a lista de alimentos relacionados em fontes etno-históricas, esta configura-se uma amostra de alimentos (caça, pesca e coleta) consumidos à época da colonização europeia.

Acredito que ao apresentar dados sobre a fauna e flora regional, da forma como ele fez contribui somente para “dar ênfase ao meio ambiente” e para o “conhecimento da área” como forma de observar a natureza da região como pródiga à sobrevivência humana. Aliás, exatamente como ele mesmo sugeriu: “buscaram-se novos dados da fauna e flora regional, isso é importante uma vez que os grupos que ocuparam o vale do rio Pardo, mesmo os horticultores, tinham base da sua alimentação na coleta, na caça e na pesca. Em outras palavras, dependiam do que a natureza lhes oferecia para a sua sobrevivência”.

No capítulo sobre a descrição das tradições, o objetivo foi o expor toda a informação recolhida em seus anos de pesquisa na região: descrever as características de cada tradição e a fase arqueológica diagnosticada; os diferentes materiais arqueológicos atribuído a cada tradição (lítico, cerâmico, fitofaunístico, sepultamentos, arte rupestre, os tipos de sítios e outras estruturas associadas); as datações atribuídas e as consequentes comparações.

E como nesta tese o autor consagra a teoria de que a fase Erveiras da Tradição Taquara (ceramista) é uma evolução regional da fase Pinhal da Tradição Humaitá (pré-ceramista), ele descreve em conjunto toda a coleção lítica, pois, segundo ele, a “única disparidade entre elas” são: a cerâmica, aumento de polido e as casas subterrâneas na primeira. Fora isso, ele afirma não ter sido observada qualquer diferença como: tipos de assentamento, área de dispersão, mudanças quantitativas e qualitativas do lítico lascado. E fica claro que Mentz Ribeiro se vale dos “fósseis-guia” para caracterizar uma e outra tradição. No caso da Humaitá-Taquara, ele justifica que o “instrumento característico destas Tradições é o talhador e, dentre estes, o bifacial reto”.

Já a cerâmica da Tradição Taquara, por si só, já é um "fóssil-guia", mas para distinguir fases são atribuídos outros elementos. Aqui, o principal atributo que é apontado para que o autor diferencie a fase Erveiras é o antiplástico, que pode ser: areia fina, areia fina "farinhento", areia média e argilo-arenoso e a forma, embora ele também faça comparações sobre alguns tipos de decoração (em especial, decoração simples e impressão de cestaria).

Ainda com relação à cerâmica, ele lamenta que devido ao cultivo dos solos não foi possível atribuir uma sequência estratigráfica ou estabelecer uma seriação ou cronologia cultural. E como não possui datas suficientes, também não apresenta uma sequência cronológica confiável para a sucessão da cultura. Ou seja, tudo o que ele propõe baseia-se mais em indícios do que, propriamente, em dados.

Outras informações que ele traz, porém não analisa ou faz correlações maiores, apenas diz que pertence à Tradição Taquara (fase Erveiras): os montículos e o fato de ter sido escavado um deles para verificar se a construção era natural ou intencional, além de observar sua composição e se o exame do ph do solo indicava alguma possibilidade de conservação ou não de material ósseo; uma segunda informação apenas relata a existência de duas galerias subterrâneas e que, em uma delas, haveria cerâmica. Posteriormente, ele volta a falar sobre essas duas estruturas, mas apenas para dizer que o mesmo tipo ocorre em outros lugares.

Isso posto, o que se conclui, preliminarmente, deste capítulo é que toda a informação repassada é técnica e fruto de uma análise arqueológica. Aliás, grande parte deste material já foi publicada e apresentada anteriormente. Para a tese, o autor apenas detalhou melhor todo o material da coleção.

Ainda chama a atenção um item intitulado "Depoimento". O tópico salienta o relato de um antigo cidadão que conheceu um personagem histórico da região, conhecido por Pedro Bugre. Sua justificativa para mencionar o fato está na importância do depoente como prova para garantir a existência de nativos na região em meados do século XIX. A informação não é inédita, pois consta em uma publicação do autor. Deslocada, a informação do jeito que foi colocada não agrega absolutamente em nada à arqueológica, nem é fonte de informação histórica ou etno-histórica. Poderia, inclusive, ter sido reduzida a uma nota de rodapé porque parece perdida dentro do capítulo.

Outro momento do texto, e que pode ser considerada a *pièce de résistance* de todo o trabalho, é seu item sobre "Comparações" e seu objetivo com isso é o de cotejar culturas através da análise do material, ou seja, confrontar cada uma das culturas dentro de sua área de dispersão e, também, entre si; verificar se elas tiveram uma mesma resposta ocupando outras áreas; investigar a origem e destino de cada uma das culturas; e qual foi a intensidade do processo de

aculturação e comparar áreas que estes conviveram com o europeu. E para este último caso, ele ampara-se nas fontes históricas para obter uma reconstrução mais consistente: Etno-Histórica, Zoologia e Botânica, tencionando reconstituir também os aspectos: social, econômico e religioso.

Definitivamente esta é a parte mais ousada do autor, porque neste momento ele entrega toda a sua reflexão sobre as culturas humanas do Vale do Rio Pardo, objetos de seu estudo. Salienta que sua análise segue uma perspectiva temporal e espacial, e inova ao propor o uso de outras fontes para expandir o diagnóstico, especialmente para uma esfera religiosa, e onde ele se coloca para dialogar com a nova corrente teórica.

Assim, a grande pergunta é se realmente ele atingiu seus objetivos. Para responder, antes é preciso observar como o pesquisador estabeleceu o procedimento de sua investigação, que foi: comparar os sítios e materiais associados e classificados como uma sendo de uma determinada fase com as publicações que apresentam características mais ou menos semelhantes.

Logicamente que não me deterei a analisar todo o conjunto da tese, apenas a Tradição Taquara (fase Erveiras). Entretanto, como sua proposta teórica é atestar que houve uma inter-relação não somente com a Tradição Humaitá, de quem a Tradição Taquara é descendente, como também, para o pesquisador, houve uma inter-relação com a Tradição Vieira, com quem a Tradição Taquara (fase Erveiras) aprendeu técnicas ceramistas, em diversos momentos da minha reflexão, terei de salientar comentários e conclusões feitos pelo autor com relação à Tradição Humaitá e a Tradição Vieira.

O seu primeiro elemento de estudo comparativo foi o material lítico. Ressaltou que ao comparar a dispersão e variação das Tradições Humaitá (fase Pinhal) e Taquara (fase Erveiras), observou uma maior ou menor incidência de lítico em uma ou outra região do Estado e concluiu que existe uma maior semelhança entre os materiais. Esse resultado o levou a perceber uma unidade cultural, aliás, unidade esta já determinada pelo PRONAPA, “quando decidiram denominar as fases pré-cerâmicas do Planalto Sul-brasileiro e áreas contíguas dos vales dos rios Uruguai-Paraná, compostas de uma indústria de bloco e lascas espessas (...) como uma única tradição cultural: Humaitá”.

A partir daí o autor notou que os líticos das fases cerâmicas são, também, semelhantes aos das fases pré-cerâmicas, como no caso Pinhal-Erveiras e algumas outras que ocorrem em Santa Catarina e Paraná. Tomando como exemplo essa equivalência, ele explicou da seguinte maneira: os líticos da fase cerâmica Erveiras são similares aos da fase pré-cerâmica Pinhal e, por isso, a fase Pinhal pode ser tomada como sua antecessora. Sua justificativa estaria assentada

no fato de existir uma Tradição inicial que possui, além da dispersão territorial coincidente, um conjunto de material lítico que demonstra uma unidade cultural. Desta maneira, em termos de material lítico, se conclui que a Tradição Taquara é descendente.

Quanto ao elemento cerâmica: a fase Erveiras coincide (mais ou menos) em aspectos com as demais fases da Tradição, para o Estado, o que faz dela pertencente à uma unidade cultural. Expandindo a comparação, ele igualmente encontra correspondência entre materiais, sítios e distribuição de sítios, datações, entre outros, com fases de outros Estados, bem como na Argentina (Província de Misiones).

Após efetuada inúmeras comparações, o arqueólogo conclui:

> A fase Erveiras é uma evolução regional do pré-cerâmico, fase Pinhal da Tradição Humaitá, para o cerâmico (p.263).
>
> O material [lítico] polido já existia no pré-cerâmico (p.263).
>
> Outra conclusão que conseguimos é a construção de casas subterrâneas por este grupo, indicando uma adaptação ao meio ambiente e uma certa sedentariedade ou uma ocupação prolongada com movimentos sazonais (p.264).
>
> A fase Erveiras era caçadora-coletora-horticultora. A aquisição da cerâmica e implementos polidos (...) e os vestígios fitofaunísticos nos levam àquela conclusão. Já a fase Pinhal, pelos mesmos motivos anteriores, seria excluída da horticultura (p. 264).
>
> Através dos dados etnohistóricos, sabe-se que o fruto da araucária era a base da alimentação dos Kaingang do planalto sul-riograndense (...) (p.264).

Posteriormente, expandindo sua análise, ele defende a existência de uma similaridade nos dados das Tradições Taquara, Itararé e Casa de Pedra, e mais outras fases e locais isolados. O único lugar que parece contrapor-se (porém Mentz Ribeiro não explica a divergência) é Minas Gerais que, segundo ele, "parece pertencerem à outra Tradição, Sapucaí (...)". E, por isso, ele se pergunta se "seria um outro grupo com uma resposta semelhante à Taquara, diante de um meio ambiente com condições muito parecidas" (p.265).

Fato é que o pesquisador toma ambos os conjuntos culturais e estabelece como uma unidade cultural. Já as diferenças ele as justifica baseando-se em uma teoria sobre "área-cultural", que estaria vinculada à "área-geográfica" ou ecológica (uma teoria retirada de Wissler (1961)), onde o centro concentra mais traços típicos, já para as margens tendem a afinar e a se interpenetrar com culturas vizinhas. Também diz ocorrerem modificações no sentido norte-sul e leste-oeste, por exemplo: identifica que as diferenças de percentuais entre os líticos do planalto e depressão oeste se deve a ambientes diferentes, isto porque para o oeste o planalto

cai suavemente, suaves são as modificações, para o litoral é abrupto, abruptas são as diferenças (p.266).

Uma outra conclusão a que chega o autor é que houve um processo de aculturação entre Tupiguarani, fase Botucaraí, e a fase Erveiras na região de pesquisa. Isso porque foi identificado "o antiplástico Taquara em decoração e formas do Guarani, o inverso (muito raro) e a ocorrência de lítico Taquara em sítios Guarani (...) são as provas".

Ele também sublinha que as datações para a Taquara indicam um movimento sul-norte. Admitindo ter havido um processo de difusão com um provável contato entre as tradições Vieira-Taquara, com a Vieira apresentando a confecção da cerâmica (simples) a Taquara. Sua hipótese (que ele mesmo admite ser difícil de provar), deriva do fato de haver vestígios de cerâmica Taquara em Camaquã, portanto, a Tradição Taquara atingiu os cerritos e, porque em uma publicação de 1976, Schmitz admite um contato quando afirma que a matéria-prima para o lítico da região da Lagoa dos Patos veio da Serra do Sudeste e também do Planalto.

Também baseando-se em uma frágil hipótese, propõe que seja revista a decoração digitada na Tradição Vieira e se encontre a cestaria impressa. Ao se encontrar esse elemento se confirmaria que a decoração seria mais antiga no Sudeste e que a transmissão deste conhecimento teria partido dos Vieira em direção ao planalto, pois afirma o autor que as datações que dispõe são as mais antigas. Já com relação a decoração, essas que são bastante variadas na Taquara, foram transmitidas ao longo do tempo para a Vieira, em um movimento contrário.

Para completar o quadro, a Tradição pré-ceramista Umbu também deixou sua marca. Mentz Ribeiro informa que esta tradição é encontrada na encosta do planalto há pelo menos 10000 anos A.P. e na região lagunar a pelo menos 4000 anos A.P. Por isso, acredita ele que esses caçadores poderiam ser os transmissores de traços culturais entre a planície e o planalto. Isso seria natural, uma vez que a Tradição ceramista Vieira é uma evolução do Tradição pré-cerâmica Umbu.

Sublinha não se atrever a fazer vinculações da cerâmica da fase Erveiras com a etnografia, denominando-a de Kaingang, Gê, Guaianá. Isso porque, na publicação de Basile Becker de 1976, a autora encontra dificuldades para o registro de cerâmica. No mesmo sentido, as informações sobre cerâmica Taquara em publicação de Serrano, em 1936, se parecem mais com formas da cerâmica da Tradição Tupiguarani. Diante disso crê que vários dos contatos interétnicos, dos movimentos migratórios e do desaparecimento de tribos, mais o despreparo dos etnógrafos e etno-historiadores, dificulta a tarefa de definir com precisão os primitivos habitantes da região de estudo. Mas quando lemos suas conclusões, ele vincula a fase Erveiras

a representantes dos “pré-kaingangues ou guainá do sul ou coroados ou botocudos, indígenas que a colonização européia encontrou no área (planalto rio-grandense).

Por fim, elementos do ambiente servem para que ele afirme que na área alagadiça, as Tradições Humaitá e Taquara sofreram uma certa influência do ambiente, que pode ser observado pela tipologia lítica e o desaparecimento de alguns instrumentos, uma vez que, a vegetação seria menos densa e a caça de animais de pequeno e médio porte mais intensa, e a pesca e coleta de moluscos seria um complemento alimentar. Mas não somente isso, todas essas características conferidas à região de pesquisa levam Mentz Ribeiro a sugerir a hipótese de subdividir as fases em fácies, por exemplo, fase Pinhal, fácie Encosta e Fase Erveiras, fácie Várzea. Não há, no entanto, justificativa para a atribuição desse novo traço às ditas fases.

Finalizada esta parte do capítulo, Mentz Ribeiro entabulou o próximo, que se referia a “reconstituição da história do vale”. Segundo o autor, “(...) um trabalho original onde será mostrada cada uma das culturas escalonadas no tempo. (...) serão abordados problemas de contemporaneidade, de contatos e relação com o meio ambiente” (p. 509). Ele também salienta que irá apresentá-las “como se estivesse presente, atuando”. E neste caso, ele constrói uma história fazendo as ditas culturas interagirem com seus artefatos, com a natureza de maneira prática - e até simbólica - e ainda mostra como elas inter-relacionaram-se.

Após fazer esses apontamentos, retomo à pergunta inicial sobre Mentz Ribeiro ter conseguido atingir seus objetivos. O que se pode notar é que entre o “querer” e o “fazer” há uma grande diferença. Está claro que todo o seu esforço teórico e prático o leva a dialogar com o Histórico-Culturalismo, lugar de onde ele nunca saiu. Por mais que ele descreva um cenário interessante e promissor; atualizar a discussão com uma teoria mais moderna teoria, o pesquisador não conseguiu se “desprender” de antigos e arraigados posicionamentos teóricos, pois este é sua “base nuclear”.

Incorporar elementos do Processualismo seria como jogar “luz” sobre antigos problemas de pesquisa e sugerir novas hipóteses sobre as relações de comportamento humano. Tanto é assim que a introdução empolga o leitor, mas o mesmo não acontece nas páginas seguintes. Especificamente sobre o tema Tradição Taquara, nota-se que Mentz-Ribeiro apenas compilou os dados de suas publicações a partir de 1979 e “envernizou” a capa, cobrindo-a com uma nova “demão”. O verniz é mérito de seu orientador.

Dito isso, vemos que a apresentação dos dados, as análises e a construção teórica ainda permanecem iguais como há 12 anos atrás. Tanto é que ele refuta qualquer nova informação que se choque com o que ele propõe. E se houve alguma atualização ela foi no sentido de inserir

referências sobre o meio ambiente, mas a forma como foi feita é questionável, porque ele não embasa o assunto com fontes teóricas.

Há mérito em esmiuçar os elementos mais típicos acerca da fitogeografia, ou mesmo trazer uma listagem específica sobre a fauna e flora. Tudo é realmente necessário quando se trabalha com esta temática, além disso, é objetivo apresentar o cenário onde conviveram populações.

Entrementes, sua justificativa para introduzir a temática do meio ambiente se define por querer "contribuir para o conhecimento da área", no sentido de buscar "novos dados da fauna e flora regional, isso é importante uma vez que os grupos que ocuparam o vale do rio Pardo, mesmo os horticultores, tinham base da sua alimentação na coleta, na caça e na pesca. Em outras palavras, dependiam do que a natureza lhes oferecia para a sua sobrevivência. Houve uma preocupação em relacionar a horticultura com os tipos de solos, e encontrar as fontes de matéria-prima para os implementos líticos e confecção da cerâmica".

Como se pode notar, ele utiliza-se muito pouco do assunto. Havia inúmeras outras relações que se poderia fazer, mas o foco do autor está em "provar" sua teoria de uma história única baseada em teoria evolucionista e difusionista sobre a origem, expansão e o desenvolvimento das culturas.

Nesta sua tese, Mentz Ribeiro brigou para defender sua teoria, que não só foi contrastante, como conflitante. Se todos os outros arqueólogos debatiam, refutavam e reconsideravam seus pontos de vista, constantemente, sobre o aparecimento da tradição cerâmica Taquara e de outras culturas, Mentz Ribeiro insistiu em apresentar um modelo que ele julgou dar conta de resolver diversos problemas.

O arqueólogo não conseguiu apreender toda a complexidade da sua região de trabalho. Talvez, devido à sua limitação teórica e sua completa entrega ao Histórico-Culturalismo e as explicações evolucionistas e difusionistas. De base empírica, Mentz Ribeiro pouco dialoga com a teoria em sua tese, nem mesmo para explicar o emprego de vários dos conceitos que utiliza. Isso prejudica o leitor para compreender o sentido de seu pensamento. Este trabalho não é de fácil entendimento. Mas a proposta é boa, os dados estão postos (não sem antes submetê-los a um reexame no futuro). Porém, a maneira como ele uniu as informações requer muita paciência e revisão constante da leitura para assimilar a forma como foi atribuído sentido aos dados.

Justamente por não apresentar uma base teórica forte, seu trabalho conjuga-se como uma grande e difícil hipótese a ser provada. Ele mesmo reitera que as muitas colocações apresentadas, são hipóteses de trabalho.

Se retirarmos todas as contribuições e sugestões que parecem terem sido ofertadas por seu orientador que, aliás, diverge completamente em termos teóricos do seu aluno, o que fica são toda as análises dos materiais e posteriores conclusões, essencialmente de sentido empírico, e que foram divulgadas em várias publicações ao longo dos anos.

Ele refutou, terminantemente, todas as notas de pesquisa que, de alguma forma, pudessem discordar de sua teoria. Também se apegou a detalhes vagos para construir sua hipótese de trabalho como, por exemplo, aquela construída em cima da seriação da cerâmica, envolvendo elementos como o antiplástico, técnicas de decoração, formas e o uso dela para fazer uma imensa comparação com todas as publicações possíveis; para o lítico, a mesma situação, o uso da mesma seriação para indicar a ausência ou presença e frequência de determinados implementos líticos e a posterior comparação com todas as publicações possíveis.

Aliás, o autor, aparentemente, foi quem mais se utilizou da seriação de materiais, vide que em todas as suas publicações é mencionada a metodologia. O recurso pareceu ser algo axiomático para responder a todos os problemas e, por conjectura, presumir que qualquer desvio no padrão era indicativo de uma nova fase e, por sucessão, esse passou a ser seu objetivo com a pesquisa.

Por consequência, Mentz Ribeiro eclipsou os principais responsáveis pela criação destes artefatos e desconsiderou qualquer que tenham sido os propósitos, interesses e significados contidos. Até suponho que esse não era seu plano. No entanto, como fazia parte de sua essência de estudo dividir as pessoas de seus objetos, acabou que o resultado foi reconstituir a história apenas por meio dos objetos, permanecendo alheio aos demais componentes da cultura.

Por isso mesmo não é possível imaginar que ele tenha conseguido, ou mesmo quisesse se desfazer de ideias tão arraigadas. Talvez lhe parecesse incompreensível, estranho ou desnecessário considerar outras teorias - que fossem capazes de demonstrar que sociedades humanas pudessem responder com outros elementos para impulsionar a mudança e que não fosse apenas por meios externos à cultura.

A tese, que prometia ser um divisor de águas na arqueologia Jê, entregou pouco sobre a temática do ambiente: de protagonista, os sujeitos foram limitados à coadjuvantes. Ao que parece, seu emprego apenas garantiu a produção de um cenário e assegurou a sobrevivência dos personagens, assim como somente entrou em cena para servir de escada para os ilustres atores e da forma como sempre deveria de ser: tradições e fases como principais elementos a serem discutidos, tal como homogeneidade cultural, que seria partilhada por vários grupos culturais, de igual forma seria certificar a existência de uma continuidade cultural que é sempre garantida

pela referida homogeneidade que, independentemente da influência da natureza, pode até inserir alguns novos aspectos, mas nunca conferir mudança radical.

Vide ainda uma natureza que parece só estar ali para garantir a sobrevivência, sobretudo, alimentar e a mudança somente pode ocorrer se há inter-relações entre culturas, por exemplo, grupos migrantes podem fazer com que outros grupos adotem elementos de seus traços culturais; podem até chegar ao ponto de aculturar os grupos, também pode haver dispersão de aspectos culturais, que pode mesmo envolver um sistema circular de influências e ensinamentos.

Porém, essa história do homem explorando o ambiente para sua sobrevivência não foi construída tomando por base dados arqueológicos e fontes teóricas, mas foram apenas referências arqueológicas e experiências empíricas, apoiadas sobre uma hipotética história de humanos usufruindo de um cenário paisagístico.

Como se pode notar, nada mudou. Mas a tese ainda pode ser classificada como um importante documento, porque elaborou uma síntese dos trabalhos produzidos até então, e porque levantou alguns aspectos relevantes de serem discutidos posteriormente, como as esferas sociais e simbólicas e a relação humana com o meio ambiente.

O sexto documento (1994), *Escavações arqueológicas no município de Bom Jesus, RS,* estruturalmente, está segmentado em 11 partes: Resumo, Descrição e histórico da Região e da pesquisa, Técnica da pesquisa, Descrição dos sítios arqueológicos, Descrição do material (cerâmico, lítico, restos orgânicos), Comparações conclusões, Abstract e Referências bibliográficas. Ainda aparece a figura da planta de situação dos sítios localizados; imagens com as reconstituições das formas e decorações das cerâmicas e exemplo de material lítico encontrado. O objetivo do texto é apresentar o resultado das escavações arqueológicas nos municípios de Bom Jesus e São José dos Ausentes, Rio Grande do Sul.

No início do documento o autor faz uma descrição geral da zona de estudo destacando as coordenadas geográficas, a formação geológica, clima, vegetação e dados sobre a colonização europeia relacionada às vacarias. Por fim, apresenta um resumo sobre as primeiras investigações arqueológicas desenvolvidas e discorre sobre as técnicas utilizadas em campo.

Sobre os sítios, informa que foram identificadas 12 casas subterrâneas em 7 locais, com dimensões e profundidades variadas, além de "caverna" e abrigo sob rocha. Informa que foram realizadas coletas em 4 sítios cerâmicos de campo aberto. Na sequência do texto, descreve o exame dos materiais encontrados, sobretudo, cerâmica e lítico.

A parte final é dedicada a ressaltar as comparações das fases e seus materiais, realizadas com as 8 fases atribuídas à Tradição Taquara do Rio Grande do Sul e uma para Santa Catarina.

Dessas comparações, sempre difíceis de compreender, o autor conclui que seu conjunto pode ser classificado da seguinte forma: "consideramos a periodização da Guatambu relativamente extensa (140 a 1250 D.C). Neste contínuo deve ter havido mudanças. Porém os resultados sempre foram apresentados num todo, isto é, sem considerar o aspecto temporal. Desta forma, o material por nós estudado, poderia estar representando os períodos mais recentes da Guatambu" (p. 231-232), representando uma "expansão do grupo". Todavia, ele ressalta ser apenas uma hipótese, porque não possui dados suficientes para atestar sua veracidade.

Um destaque da publicação é a identificação de artefato cerâmico Guarani encontrado na base de uma das casas subterrâneas escavadas. A explicação para este fenômeno poderia ser: a) o portadores da cerâmica Tupiguarani, por meio de movimentos sazonais para coletar pinhão, poderiam ter abandonado seus vasilhames e as mulheres da Tradição Taquara poderiam ter imitado sua confecção; b) poderia configurar um caso de rapto ou casamento, onde a mulher ceramista mantivesse sua técnica de confecção, alterando apenas o antiplástico ou, c) resultado de comércio.

O texto do autor, apesar de conciso, possui um dado importante que não foi, propriamente, considerado: o artefato cerâmico de origem Guarani, encontrado na base de uma das casas subterrâneas. Para Mentz Ribeiro a situação não alterou o resultado e nem foi motivo de especulação maior, apenas consequência de um possível rapto ou casamento de mulheres ou comércio. Ainda, completou a informação salientando que material Guarani e Taquara já foram encontrados juntos em outros locais como Caxias do Sul, no Vale do Rio Pardo e Itapiranga, SC. No caso dos dois últimos indicou ser fruto de um contato ocorrido em um período mais recente.

O sétimo documento (1999/2000), *A Tradição Taquara e as casas subterrâneas no sul do Brasil,* trata-se de uma publicação em periódico científico internacional. Estruturalmente, está segmentado em 5 partes iniciais: Resumo, Resumen (escrito em espanhol), Abstract (escrito em inglês), Résumé (escrito em francês), Introdução; outras 10 partes referentes ao desenvolvimento: A paisagem, Definição da tradição taquara, O material, Os sítios, Sítios de campo aberto, casas subterrâneas, montículos ou aterros, estruturas circulares ou complexas, galerias subterrâneas, abrigos sob rocha e cavernas; e a parte final: A história da tradição taquara e Bibliografia. Ainda aparece a figura da planta de situação dos sítios localizados; fotografias com a localização de sítios citados, imagens dos materiais cerâmico e lítico e croqui de reconstituição das formas das cerâmicas, croquis de escavação e dos sítios. O objetivo do texto é caracterizar a Tradição Taquara que se estende pelo Sul do Brasil e propor a união das Tradições Taquara, Itararé, Casa de Pedra e Eldoradense em uma única.

O texto inicial faz breve menção sobre relatos históricos que indicaram a existência de construtores de casas subterrâneas no Sul do Brasil. Em seguida, faz uma síntese de como a arqueologia estabeleceu a cultura, mencionando a criação de fases e datas. Na parte do desenvolvimento, caracteriza a "paisagem" e seu objetivo está em mostrar, sinteticamente, as três regiões de dispersão: Planalto Sul-Brasileiro (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), a encosta e o litoral e seus principais aspectos: relevo, clima, vegetação.

No desenvolvimento do texto o autor apresenta a Tradição Taquara: sua área de dispersão e como está definida: "uma tradição cultural caracterizada principalmente por uma cerâmica simples, e quando decorada, o é plasticamente (ponteada, pinçada, incisa, ungulada, cestaria impressa), por lítico lascado por percussão direta (talhadores bifaciais, grandes raspadores), polido (lâminas de machado, mãos-de-pilão) e casas subterrâneas nas fases do planalto" (p.16). Além destes, "os sítios em campo aberto são os mais comuns e encontrados em todas as áreas, assim como os abrigos sob rocha e cavernas. Seguem-se-lhes, em frequência, as casas subterrâneas, os montículos (túmulos?), as galerias subterrâneas e as estruturas circulares ou complexas, no planalto, 600 m acima do nível do mar" (p.16).

Essa semelhança na dispersão e material, faz o autor perguntar: por que não unir as Tradições Taquara, Itararé, Casa de Pedra e Eldoradense? Em vista disso, ele lista 10 situações que as aproximam e já mencionadas em sua tese de doutorado (1991), entre elas, a dispersão em 3 ambientes: planalto, litoral e depressão na periferia oeste e sul. Menciona o fato de haver modificações na cultura no sentido norte-sul como leste-oeste, porém sem perder a unidade. Ideia da "área cultural" de Wissler; existência de casas subterrâneas no planalto, pequenos aterros ou montículos; semelhança do material lítico desde as últimas fases do pré-cerâmico (Humaitá ou Altoparanaense); entre outras. em seguida, faz uma descrição caracterizando a que corresponde cada uma das estruturas e artefatos (casas subterrâneas, montículos, cerâmica, lítico, entre outros).

Por fim, o autor descreve a história da cultura. O texto é baseado na parte final de sua tese onde ele narra uma história do surgimento até o colapso da cultura. Tomando o ambiente como parte do cenário, sua narrativa descreve as mudanças ocorridas a partir de 13 mil anos atrás. Por volta de 6 mil a 8 mil anos A.P., surge então a Tradição Humaitá, pré-ceramista que ocupou a mesma área de dispersão da Tradição Taquara. Por volta de 1.800 anos A.P. eles adotam a cerâmica, indicando cultivo e sedentarização. 300 anos após, passaram a construir casas subterrâneas. Teriam aprendido a técnica da cerâmica (de decoração simples) a partir do contato com a Tradição ceramista Vieira, originária da região sul, estuário do Prata. De forma inversa, a Tradição Taquara teria transmitido a técnica dos motivos decorativos à Tradição

Vieira. Já o surgimento das habitações subterrâneas parece ter sido uma invenção independente, não podendo ser atribuído à chegada dos migrantes da Tradição Tupiguarani, que fizeram com que os grupos ocupantes do planalto ficaram restritos à essa região. Pelo contrário com a chegada desses migrantes por volta de 1900 anos A.P. no Alto Paraná e 1500 anos atrás, no Alto Uruguai, os portadores da Tradição Taquara, isolados, começam a construírem casas subterrâneas como uma resposta ao meio ambiente severo e passam a explorar o pinhão. Sobre o contato entre essas duas culturas, o autor informa que em diversas fases foram observados contatos, tanto intrusivos como aculturados, atestando o contato interétnico. Finalmente, conclui indicando que a área de dispersão da tradição Taquara coincide com os dados para os antigos Guayaná do tronco linguístico Macro-Gê e que suas áreas foram cada vez mais restritas conforme se propagava o avanço das frentes colonizadoras europeias até, finalmente, serem aldeados nos postos de Serviço de Proteção aos Índios, antigo SPI, atual FUNAI.

Verificando o texto do autor, é possível dizer que se trata de uma rápida síntese de sua tese. O interessante, porém, é que ela está desprovida de elementos que o vinculam com pressupostos teóricos de seu orientador. Ou seja, parece que o pesquisador não se adequou às ideias, preferindo voltar a sua essência.

Em pleno início do século XXI, Mentz Ribeiro se mostrou ainda ser um convicto adepto da explicação histórico-culturalista, difusionista e evolucionista, insistindo na concepção de que arqueologia se resumia a descobrir fases e as vincular a tradições. Pelo menos a cerca de 10 anos seguia divergindo dos demais arqueólogos, persistindo na hipótese de que a cerâmica da Tradição Taquara teria sido alcançada por meio da aprendizagem com outra cultura, bem como, na possibilidade de que a Tradição Tupiguarani ser a responsável pelos Taquara começarem a construírem casas subterrâneas, porque encontravam-se isolados no planalto. Também chama a atenção a postura do arqueólogo, que além de etnocêntrica tem algo de preconceito, ao indicar um triste fim da cultura, que teria se extinguido no momento em que foram aldeados.

Fernando La Salvia

Quadro 18 - Obra selecionada de LA SALVIA, Fernando.

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
LA SALVIA, Fernando	A Habitação Subterrânea: Uma Adaptação Ecológica	A arquitetura no Rio Grande do Sul	1987	Artigo de livro

Fonte: Da autora (2022), com base nos dados coletados na pesquisa.

Figura 10 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada pelo autor no Planalto Gaúcho.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Destaco deste período uma única publicação de La Salvia (ver Quadro 18 e Figura 10 para referência da região estudada). O texto é parte integrante de um livro, cujo objetivo está em apresentar as diferentes características arquitetônicas do Rio Grande do Sul. O livro inicia demonstrando as formas e técnicas construtivas dos indígenas do planalto, missões, imigrantes europeus, até alcançar as formas mais modernas.

Para a arqueologia o artigo é marcante, tendo se consolidado como a principal referência para aqueles interessados em discutir o tema das habitações e tipos de cobertura relacionadas às casas subterrâneas. De outro modo, o texto também é significativo porque dissemina o conhecimento produzido pela arqueologia para outras áreas do conhecimento, desmistificando o senso comum de que o território gaúcho é um vazio histórico e que os indígenas têm inaptidão para trabalhos complexos.

Estruturalmente, o documento está segmentado em quatro partes: uma apresentação sobre o tema, o desenvolvimento que foi subdividido em: O meio ambiente, Ocupação humana, Sítios-habitação (Habitação subterrânea: Paredes, Piso, Telhado, Acesso, Banqueta, Fogões, Depósito, Considerações), Habitação semi-subterrânea (Área escavada, Área construída),

Considerações sobre as habitações e Bibliografia. Ainda aparecem croquis de reconstituição das possíveis formas das habitações.

Logo no início do artigo o autor sublinha que a pesquisa decorre de uma compilação de dados realizada entre os anos de 1960 até 1973. O texto também é importante, pois La Salvia inclui algumas definições sobre a temática como, por exemplo, identifica o que é uma habitação subterrânea e semissubterrânea, estabelece medidas de tamanhos: pequenas, médias e grandes e atribui um sentido prático à sua necessidade de construção, no caso, o de "vencer o clima e usufruir o meio" (p. 8).

Na parte do desenvolvimento do texto, inicia por uma descrição ambiental, com ênfase na formação geológica do planalto, de forma mais sintética, clima e vegetação completam a informação. Sobre a ocupação do Estado, o pesquisador não se baseia em referências arqueológicas e sim históricas, porque sua intenção é mostrar a ocupação do Estado a partir do momento do contato. Por isso ele parte de dados vindos de historiadores como Aurélio Porto que produz uma das melhores sínteses sobre os grupos indígenas que existiam no Rio Grande do Sul.

Com relação às habitações, La Salvia descreve o tipo de sítios que elas representam e como elas estão dispostas no espaço. Define cada tipo de habitação, com base no tamanho, forma e função, e apresenta as hipóteses para a construção dos telhados e informa como é a constituição interna: acesso, banquetas, fogões.

Nas considerações, o autor salienta haver dois tipos distintos de habitação, cujas variações construtivas poderiam definir qual seria a finalidade da construção. Desta forma, estabeleceu um grau de desenvolvimento construtivo, propondo, por exemplo, que as habitações subterrâneas maiores poderiam proporcionar maior segurança, ou que poderia haver habitações com função social e outras residencial ou defesa, entre outros aspectos.

De toda a forma, La Salvia defendeu que haveria, por parte dos grupos, que seriam pequenos, uma ocupação constante de um mesmo espaço na forma de uma tradição de ocupação. Ainda observou que as ocorrências de distribuição e formas e tipos construtivos demonstravam uma evolução; que o espaço estaria dividido em nichos de caça, coleta e sob tutela de algum grupo, aparentado de outro, mas autônomo. Sugeriu que a Tradição Umbu poderia ter apresentado as pontas de projéteis àqueles e que os de Tradição Tupiguarani pode ter alcançado o grupo antes dos brancos, o que justificaria encontrar diferenças de comportamento devido a influências recíprocas.

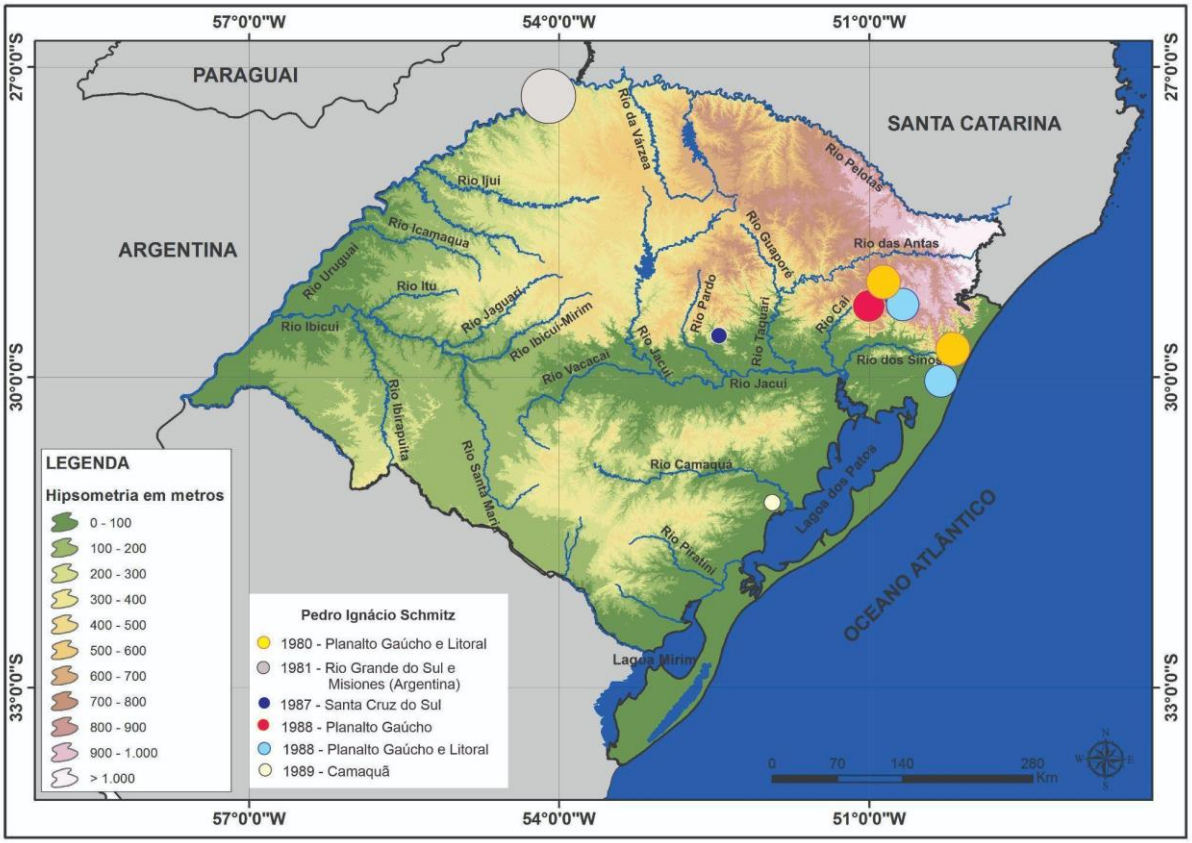
Pedro Ignácio Schmitz

Quadro 19 - Conjunto de obras selecionadas SCHMITZ, Pedro Ignácio.

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
SCHMITZ, Pedro Ignácio et al	Os cultivadores do Planalto e do Litoral	Temas de Arqueologia Brasileira	1980	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio; **BROCHADO**, José J. J. Proenza	Datos para una secuencia cultural del Estado de Rio Grande do Sul (Brasil)	Pesquisas, Antropologia, n. 32	1981	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio, **BROCHADO**, Joaquim J. Proen	Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Contribuciones a la Prehistoria de Brasil	Pesquisas, Antropologia, n. 32	1981	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio	La arqueología del nordeste argentino y del sur de Brasil en la visión del Dr. Osvaldo F. A. Menghin y de los arqueólogos posteriores	Pesquisas, Antropologia, n. 32	1981	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio et al	Nova contribuição à fase Erveiras, Tradição Taquara	Documentos, n. 01	1987	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio et al	Pesquisas sobre a Tradição Taquara no nordeste do Rio Grande do Sul	Documentos, n. 02	1988	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio	As tradições ceramistas do planalto sul-brasileiro	Documentos, n. 02	1988	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio	Arqueologia no planalto sul-brasileiro	Revista de Arqueología Americana, n. 17,18 y 19	jul/1999/ dez/2000	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio (Coord.)	GT 3: Arqueologia Pré-Histórica do Planalto	Revista do CEPA	1999	Periódico
RÜTSCHILLING, Ana L. B.	Pesquisas Arqueológicas no Baixo Rio Camaquã	Documentos	1989	Periódico

Fonte: Da autora (2022), com base nos dados coletados na pesquisa.

Figura 11 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas pelo autor no Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Foram selecionados nove textos do autor (ver Quadro 19 e Figura 11 para referência das regiões pesquisadas): um refere-se aos diálogos do III Seminário Goiano de Arqueologia compilados no Anuário de Divulgação Científica publicado pelo Instituto de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás; três publicações selecionadas podem ser encontradas no periódico Pesquisa, Antropologia e outras três no periódico Documentos, ambos órgãos de publicação científica do Instituto Anchietano de Pesquisas e vinculado à Unisinos; uma publicação refere-se ao periódico internacional Revista de Arqueología Americana, editada Instituto Panamericano de Geografia e Historia e a última publicação refere-se a um compêndio de um Grupo de Trabalho sobre a arqueologia do Planalto veiculado pelo periódico Revista do Cepa, órgão de publicação científica do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas vinculado à Unisc.

Na lista acima há um décimo texto cuja autoria está atribuída à Ana L. B. Rütschilling. A autora integrou durante um largo período o grupo de Schmitz e o trabalho selecionado deriva das incursões do arqueólogo na região Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Justamente por não ser um estudo independente de Rütschilling e possuir, sobremaneira, influência teórica e

metodológica do pesquisador, preferi incluí-la ao núcleo de pesquisa. O referido artigo refere-se ao periódico Documentos, órgão de publicação científica do Instituto Anchietano de Pesquisas e vinculado à Unisinos.

O primeiro artigo (1980), *Os cultivadores do Planalto e do Litoral,* reúne os diálogos de um seminário, cujo assunto tratado na mesa redonda gira em torno de debates sobre grupos agricultores brasileiros. A estrutura do texto está formada por uma apresentação inicial dos editores, em seguida, sob o título do seminário, Os cultivadores do Planalto e do Litoral, desdobram-se a introdução da atividade e os dois assuntos que foram tratados: i) As tradições cerâmicas do Centro e Nordeste do Brasil: Aratu, Sapucaí, Una. Sistemas agrícolas correspondentes e ii) As tradições cerâmicas do Sul do Brasil. As tradições cerâmicas do Planalto: Itararé/Casa de Pedra, Taquara. A tradição cerâmica dos campos baixos: Vieira. A tradição cerâmica Tupiguarani. Ambos os capítulos ainda se desdobram em pequenos outros subtítulos conforme o assunto, sempre em tom coloquial. Em anexo estão mapas com a representação das distribuições das tradições cerâmicas e listas que discriminam as tradições cerâmicas regionais, as referidas fases e as datações. Por fim, foi oferecida uma bibliografia básica, além de uma lista com a relação dos participantes do evento.

O tema principal do seminário são os grupos ceramistas do Planalto brasileiro. O conteúdo do artigo é bastante interessante porque mostra uma discussão acontecendo em fins dos anos 70. Uma oportunidade de vislumbrar o cenário da pesquisa na época. Outro motivo para trazer esse documento está em destacar a participação e as contribuições dadas por Schmitz à mesa, uma vez que o assunto estava relacionado com a sua área de investigação.

De forma geral, entre os temas discutidos saem da esfera de "comparação e classificação de fases" e levanta questões pertinentes como não discutir apenas as características da cerâmica, mas observá-la dentro de um espectro mais amplo, por exemplo, apontar onde mais ela está ocorrendo, quais suas mudanças, ela se associa ou não à agricultura. Da mesma forma, qual a origem da agricultura dos povos não Guarani? Que tipo de agricultura era praticada? Quão antiga pode ser? Como explicar plantas importadas em grupos considerados incipientes?

Num primeiro momento, parte do debate tratou sobre os grupos das regiões Centro e Nordeste do país. No decorrer da discussão Schmitz pautou sobre a possibilidade de que os grupos Jê tenham "inventado um sistema próprio de agricultura ou cultivo", diferente do desenvolvido na Amazônia" (p.15).

A hipótese levantada pelo pesquisador seria de dois sistemas agrícolas: um mais ao Centro e Nordeste do país onde grupos poderiam ter se beneficiado de ambientes como o

cerrado e a caatinga e criado uma tradição agrícola, não tão desenvolvida quanto as tradições amazônicas, porém marcada por uma cerâmica de grandes proporções, além de grandes aldeias de campo aberto. Já mais ao sul, em região mais fria, as tradições Itararé e Taquara, que apresentam datas tão ou mais antigas que às supracitadas, também poderiam ser entendidas como grupos agricultores, porém menos desenvolvidos, marcados por aldeias pequenas e ocupação de abrigos ou casas subterrâneas. Observando através de um esquema simples e evolucionista, os "Gê (mais) meridionais" deveriam ser vistos como os representantes mais rudimentares e mais antigos desse sistema agrícola, enquanto que os grupos mais setentrionais representam uma agricultura mais desenvolvida (p.33). Em ressalva à hipótese sugerida aos grupos do Sul, Tom O. Miller salienta que é mais difícil uma agricultura em área de mata do que em regiões abertas, por isso não seria questão de menos desenvolvida, mas de "lutar contra uma dificuldade ambiental que os outros não tinham" (p. 35).

Outros tópicos que entraram em discussão merecem destaque devido ao grau de relevância, por exemplo: o questionamento de André Prous sobre a origem da agricultura entre esses grupos do interior. Se teria ocorrido de forma gradativa a partir de plantas locais, como explicar a introdução de uma planta importada como o milho e, tão cedo, nas agriculturas consideradas incipientes, ou seja, em grupos que não são exatamente cultivadores, como o Guarani. Em última instância, há que considerar que o milho deve ter sido considerado um alimento importante para chegar a ser importado. Complementando a fala do pesquisador, Tom O. Miller também destaca a possibilidade de que, entre os grupos, possa ter havido a manipulação de ambiente, embora o arqueólogo não se expresse por esses termos propriamente.

Miller inicia sua proposição indicando que um "complexo agrícola", como seria o cultivo do milho, não seria incorporado de forma integral pelo grupo, pelo contrário, viria aos poucos, a partir de trocas de informações e ideias sucessivas entre coletividades e entre gerações, percorrendo assim, grandes extensões geográficas. Resumindo, a noção de uma agricultura não se disseminava onde a informação ou conhecimento fosse estranha ou chegasse como um "pacote" vindo do estrangeiro. Por outro lado, se já pré-existisse poderiam ser mais receptivos a adotar uma nova planta e com ela novas técnicas. Ainda, por "pacote" Miller se refere aos Guarani, indicando que estes teriam não somente uma forma totalmente distinta dos demais de praticar a agricultura, como possuiriam outras plantas e outros métodos de cultivar as plantas.

Tomando essa sugestão de Miller, se poderia dizer que grupos que não tivessem pré-conhecimento, nem fossem próximos dos métodos e das técnicas, não aceitariam um estrangeiro como os Guarani apresentando um novo sistema. Todavia, para aqueles que a agricultura já não

soasse como algo estranho, poderiam aceitar mais facilmente alguma planta nova ou técnica. Imagino também que o impacto da chegada do Guarani sobre os territórios já consolidados, devem ter afetado de alguma forma o ciclo da sustentabilidade. No sentido em que o Guarani também representou um desequilíbrio na rede alimentar a partir do momento que ele passou a transitar e a usurpar territórios. Possivelmente houve um momento de escassez de recursos com o inevitável recrudescimento de diversas áreas. Ao limitar a mobilidade, escasseavam o alcance ao alimento. A saída talvez fosse remanejar e reforçar as áreas e o sistema de suprimentos, com a ampliação do plantio. Aí poderia ser interessante adquirir novas técnicas e novas plantas, porque se estas fossem mais eficientes, garantiriam o sustento, uma vez que outras atividades como a caça e talvez a pesca, podem ter sido mais afetadas.

Retornando a argumentação de Miller, ele complementa sua proposta a respeito de grupos horticultores que não praticavam uma agricultura ao estilo Guarani,

> Queria chamar atenção ao fato de que está ficando cada vez mais claro, em âmbito mundial, de que houve um longo período, durante o arcaico, de experimentação com o transporte de sementes e de raízes de um lugar para outro mais próximo de um local mais propício. Temos exemplos de grupos indígenas na América do Norte, que não praticavam a agricultura, mas transportavam produtos silvestres de um ambiente onde os encontraram para outro local do mesmo ambiente, onde estavam faltando; semeavam ou plantavam raízes para deixar multiplicar e depois terem em outro lugar para coleta. Em todos esses casos podemos ver muito claramente que a experimentação é com plantas locais: o resultado é toda uma série de pequenos complexos agrícolas de pequeno alcance e de pequena eficiência que posteriormente são substituídos ou simplesmente enriquecidos por plantas de maior eficiência (p. 36).

Ou seja, o debate é interessante porque os pesquisadores estão aventando a possibilidade de que os grupos humanos classificados como ceramistas não sejam, propriamente, agricultores no sentido pleno do conceito, como normalmente se observam as populações Guarani, mas que teria havido, como colocou Miller, complexos próprios de agricultura. Tendo a concordar com o autor quando observamos os grupos antecessores aos Jê Meridionais, pois esses podem ter desenvolvido um tipo de agricultura complexa dentro de seu sistema local. Quem não consegue notar essa complexidade somos nós, os não indígenas, porque para tudo o que nos rodeia, julgamos a partir de nossos pré-conceitos. Desa maneira, entendemos que agricultura é o que representa o modelo Guarani ou os modelos das altas culturas andinas ou meso-americanas. Aí, erroneamente conceituamos de incipiente, rudimentar ou pré-agrícola.

Ainda corroborando com Miller, é possível cogitar que a tradição cerâmica Taquara/Itararé, seja uma conhecedora de técnicas de agricultura e que esteve desenvolvendo durante muito tempo um tipo de cultivo mais associado a domesticação de plantas locais, transportando plantas e sementes de um lugar para o outro, manipulando o ambiente para

benefício próprio. E que seu contato e incorporação de uma planta estrangeira, como o milho, somente foi aceita e introduzida porque eles já conheciam previamente a aspectos de agricultura e porque, talvez, tenha havido muita informação trocada previamente.

Seguindo nos debates levantados pelo seminário, eles cogitam que a agricultura possa até ser mais antiga que a própria produção das cerâmicas. Essa sugestão parte de Schmitz, e embora o comentário tenha um viés evolucionista, é interessante o que este pesquisador supõe em termos de pensar a relação da cerâmica x a origem da agricultura.

> As nossas datas mais antigas, para a tradição Aratu, estão situadas em vales estreitos, onde o cerrado predomina sobre o mato, e provavelmente os sítios de áreas de mata mais densa devem ter datas mais recentes, além de aldeias maiores. **É mera especulação a respeito de como se teria desenvolvido o sistema agrícola, que nós não podemos captar plenamente só com a cerâmica. Quando a cerâmica aparece, esse sistema já teria talvez 2.000 anos de cultivos, sendo a cerâmica suficiente para captarmos apenas o que já está definitivo e pronto, que seriam grupos agrícolas efetivos.** Se temos milho a 4.000 ou mais anos atrás, temos que pensar como foi que, aos poucos, nesses contextos pré-cerâmicos a agricultura se torna lentamente efetiva até desembocar em duas grandes tradições ceramistas, uma mais para o sul (Una, Itararé, Taquara) e outra no Centro e Nordeste (Aratu, Sapucaí) (p.34, grifo meu).

O que quero chamar atenção com essa citação é sobre o acesso do arqueólogo ao contexto da cerâmica. E essa fala está bem colocada, porque quando o arqueólogo encontra a cerâmica ela está pronta e os sistemas estão postos. O que não conseguimos apreender é o tempo anterior a isso, porque essas sociedades não surgiram ceramistas, elas se tornaram ceramistas. Antes disso houve manipulação do ambiente e talvez a cerâmica não foi notadamente necessária durante um determinado - longo ou curto - período, mas a partir de um certo momento ela tornou-se um artefato, se não indispensável ao menos útil. Ou seja, essas populações podem ter sido agricultoras tempos antes do surgimento da cerâmica e elas continuaram aperfeiçoando o sistema agrícola depois dessa aquisição. Portanto, o artefato, é somente a prova de que esse sistema existiu.

De mesmo modo a pergunta pode ser estendida à cerâmica. Quais teriam sido os motivos que levaram ao seu surgimento? Ela surgiu, irrestritamente, em função da agricultura? Qual a aprendizagem por trás de sua técnica? Porque da mesma forma, quando o arqueólogo encontra o artefato, ele está finalizado, porém o caminho percorrido para se chegar a esse momento, esse não conseguimos alcançar.

Outra passagem que se destaca é sobre a retomada da discussão sobre a possibilidade de junção das tradições Casa de Pedra e Itararé, devido às diferenças entre elas serem fragmentárias, e ainda, dessas com a Taquara, considerando como uma hipótese de que existe

"uma única tradição cerâmica que se estende do planalto do sul, desde o Rio Grande do Sul até o centro de São Paulo, em áreas não adequadas para cultivos de mandioca" (p.46).

Na sequência, os três próximos artigos relacionados (2º, 3º 4º da listagem acima) compõem o volume 32 do periódico Pesquisas, Antropologia e originaram-se de sínteses de trabalhos divulgados em congressos internacionais, respectivamente, no II e III Congresso de Arqueologia Argentina, realizados nos anos de 1972 e 1974; e Simpósio Dr. Osvaldo F. Menghin, realizado em Chivilcoy, em 1979. Logo na apresentação do periódico há uma notificação que indica que alguns destes trabalhos foram anteriormente publicados de forma avulsa, todavia, os assuntos foram revisados para a nova publicação, tomando como referência a nova década.

O segundo artigo em questão, *Datos para una secuencia cultural del Estado de Rio Grande do Sul (Brasil)*, estruturalmente, está segmentado em três partes principais: uma apresentação; o desenvolvimento, que foi subdividido em: Síntesis inicial, La Llanura costera, El Planalto y su falda, El Sudoeste, La Tradición alfarera Tupiguaraní e Resúmen, O texto traz uma figura da planta de situação demonstrando a distribuição das tradições arqueológicas, além de uma figura com a distribuição cronológicas destas mesmas tradições. Quanto a Bibliografia, ela aparece ao final do volume, numa lista geral de referências.

O objetivo do trabalho está em apresentar uma síntese preliminar sobre a arqueologia no estado do Rio Grande do Sul: descrições geográficas, as fases culturais e tradições industriais. Inicialmente, são destacadas a heterogeneidade do território gaúcho: campos baixos e alagados ao sul, campos elevados cobertos de florestas mais ao norte, encosta e vales dos grandes rios cobertos de mata densa e uma faixa litorânea com muitas lagoas. Dentro deste cenário, culturas humanas ocuparam e se adaptaram a esses distintos ambientes. Além de caçadores pleistocênicos, haveria as tradições ceramistas: Vieira, Taquara, Tupiguarani, além de uma outra tradição ceramista encontrada no Sudoeste e que parece haver entrado pelo rio Uruguai.

Ainda coloca que em termos gerais, que a tradição ceramista Vieira descende de um grupo pescador-caçador, já a tradição Taquara parece suceder um grupo coletor do planalto, possivelmente em estágio de transição para o cultivo, e as outras duas culturas são expansões que entraram no Estado. O autor tem ciência de que os dados ainda são sumários, mas acredita já poder dar uma ideia da evolução das culturas.

Para o item relacionado ao Planalto e encosta, o pesquisador descreve, sumariamente, a característica da região planáltica: relevo, clima, altitude, vegetação (flora e fauna). Ressalta que se trata de uma região excessivamente grande e que houve sucessão de diferentes culturas.

Entre culturas arqueológicas e seus desdobramentos em fases, o autor distingue que para o Nordeste existiu um complexo lítico que foi associado à tradição pré-cerâmica Humaitá, já na parte mais baixa da encosta, foi localizada uma indústria de pontas líticas associadas à tradição pré-cerâmica Umbu, posteriormente, estabeleceram-se culturas ceramistas que parecem ter-se estabelecido a partir das últimas fases de grupos coletores e não caçadores. Para a encosta do Planalto, na parte central do Estado, existiram grupos pré-ceramistas que ocuparam sítios superficiais ao ar livre, e cobriram paredes com petroglifos. Somente em um período mais recente que esses grupos vieram a encontrar-se com as tradições ceramistas Tupiguarani e Taquara. Já na região Noroeste, as datações mais antigas estão associadas a um complexo de implementos líticos que foi chamado de "Altoparanaense". Posteriormente, são identificados vestígios cerâmicos associados à tradição Taquara, cujo desenvolvimento é notável.

Por fim, o autor expõe os dados mais atuais e faz uma descrição das principais características de cada uma das fases associadas à tradição ceramista Taquara, estendendo seus achados para Santa Catarina e ressaltando a semelhança destes vestígios com aqueles identificados por Menghin em Eldorado e Misiones, Argentina.

Em relação ao texto que cito, este possui uma versão mais antiga, datada de 1972. Para a nova publicação o documento passou por uma revisão onde foram suprimidas algumas frases, possivelmente consideradas anacrônicas por seus autores. As informações subtraídas, neste caso, reverberaram nos trabalhos de Mentz Ribeiro, que em um artigo de 1979 fez uso do documento original e citou as passagens, como forma de corroborar algumas de suas teorias, como as que relacionam ligações culturais entre a Tradição Vieira e Tradição Taquara. Posteriormente, em 1991, voltou a indicar o documento de 1972 e ressaltou que ao consultar a nova publicação, de 1981, verificou que os autores haviam excluído as ditas frases, considerando isso uma idiossincrasia, um contrassenso porque os pesquisadores estavam desvinculando essa ligação cultural que, segundo ele, ainda era válida. Mentz Ribeiro, em seus textos, divergiu, terminantemente, de seus pares, e reiteradamente propôs uma hipótese para surgimento da tradição cerâmica Taquara, apoiada significativamente na corrente evolucionista.

O terceiro artigo *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Contribuciones a la Prehistoria de Brasil*, estruturalmente, está segmentado em oito partes: Nota Introductoria, El Ámbito Geográfico y Marco Ecológico, Evolución de la Información Existente Sobre el Estado Actual del Conocimiento Arqueológico en la Zona, Datos Sobre la Agricultura Incipiente, Panorama de las Culturas Precerámicas del Área, Panorama de Las Culturas Alfareras, Análisis de las Situaciones de Contacto Cultural Entre las Tradiciones Indígenas, El Contacto Hispano-Indígena y Luso-Indígena. Com este texto são agregadas informações, ampliando a temática

apresentada anteriormente. Embora seja consenso que os dados expostos foram elaborados procurando atender a organização do evento, fica perceptível que o artigo objetiva atualizar as pesquisas.

A parte inicial do trabalho traça um panorama de como a arqueologia está estabelecida no Rio Grande do Sul. Começando pela descrição do ambiente, que coloca que em termos geográficos e ecológicos o Estado não se apresenta como uma região geográfica homogênea, apresentando peculiaridades próprias. O mesmo se verifica com os grupos pré-históricos, que pouco desenvolvidos se restringiram, cada um a um "tipo de geografia" e "marco ecológico", sem transcender as fronteiras. Sublinham que a informação da situação ecológica das diferentes áreas é quase inexistente, e que são de difícil interpretação e de pouca contribuição à arqueologia.

Na sequência, os autores comentam sobre o estado atual das investigações no Estado, salientando que os estudos completam nove anos. Que o grupo de nove pesquisadores, possui um quadro coordenado de campanhas e que, por isso, já foi possível levantar mais de mil assentamentos, porém, quanto aos resultados, a maioria permanecem inéditos. Comentam brevemente o tipo de métodos e técnicas utilizadas nas pesquisas, que seriam os mesmos utilizados por outros arqueólogos brasileiros.

Expõe o objetivo da arqueologia brasileira que se reflete de maneira regional: estabelecer um quadro do desenvolvimento histórico das culturas regionais, determinando primeiro fases tecnológicas com pequeno contexto cultural, cronologia e tradições arqueológicas. As amostras culturais têm sido conseguidas por meio de coletas sistemáticas superficiais ou por cortes estratigráficos. Quanto ao quadro cronológico, diz que está bastante bem configurado, podendo já se ter uma melhor noção sobre o desenvolvimento das tradições, fases e dos territórios ocupados e sua ecologia, das migrações de alguns grupos.

Também salientam que para além da tentativa de esboçar um quadro cronológico básico para o Estado, agora as escavações têm seguido com o objetivo de melhorar os contextos das fases definidas, assim como estudos de cunho ecológico têm sido realizados para a tradição Vieira e Tupiguarani. Finaliza o "balanço" arqueológico colocando que a utilização dos métodos da chamada Nova Arqueologia e a reflexão teórica foram momentaneamente postergadas para focar nas atividades de campo e laboratório, utilizando-se de referenciais teóricos, objetivos e métodos trazidos do exterior (Estados Unidos e França).

Em seguida os autores passam a descrever de forma cronológica o conhecimento arqueológico alcançado até o momento sobre as populações humanas do Rio Grande do Sul. Descreve-se sobre os caçadores pleistocênicos, caçadores e coletores holocênicos sem

cerâmica, as tradições ceramistas, afirmando ser a mais antiga a tradição Vieira, em seguida a Taquara e depois a Tupiguarani.

Colocam que em algum momento apareceu o cultivo em associação com essas tradições ceramistas, porém esse é um assunto que carece de dados. Outra informação, que as tradições líticas e cerâmicas não se excluíram ou se eliminaram. Em um primeiro momento subsistiram paralelamente as pré-ceramistas; em um segundo momento implantam-se as ceramistas, porém, algumas pré-ceramistas continuaram a existir. Esse quadro seguiu até o século XVI e constituiu um grande número de contatos culturais. Atribui o sucesso desse quadro ao ambiente, que bastante diversificado, permitiu a exploração de diferentes nichos ecológicos garantindo a sobrevivência de grupos com desenvolvimento e tecnologias distintas. Por fim, salienta o impacto da colonização europeia.

Sobre o item agricultura incipiente, primeiro destaca que os núcleos Vieira e Taquara tiveram seu desenvolvimento dentro do Estado. Em seguida, informa que os grupos ligados, pelo menos, à fase Guatambu e os grupos históricos conhecidos por Guayaná tinham cultígenos. Porém faltam dados para saber em qual momento isso teve início. O contexto das casas subterrâneas, cerâmicas decoradas e coleta de pinhão coloca esses grupos em acentuado paralelismo com outros coletores do continente entre os quais apareceu cultivo incipiente. Ou seja, a influência que trouxe a cerâmica mais antiga pode ter trazido o cultivo.

Na sequência apresenta um breve quadro explicativo das referidas culturas do Estado. Para a tradição Taquara, a situa próxima da tradição Humaitá, sublinhando que sua implantação aparece sobre esses sítios que são sem pontas de projétil. O restante do artigo refere-se às situações de contato das populações indígenas com os europeus. Discorre sobre os episódios de caçadores de escravos, missões religiosas, fundações militares. Não há nenhuma conclusão final.

O quarto artigo La *Arqueologia del Nordeste Argentino y del Sur de Brasil en la visión del Dr. Osvaldo F. A. Menghin y de los arqueólogos posteriores*, estruturalmente, está segmentado em nove partes: 1. Los Sambaquís, 2. El Povoamento Prehistórico de Misiones, 2.1. El Altoparanaense, 2.2. Neolítico, 3. Discusión, 3.1. Los cazadores y recolectores iniciales, 3.2 Los cultivadores, 3.3 Ajuste final de los datos, 4. Palabras Finales. O artigo se dedica a mostrar o trabalho realizado por Menghin no Brasil: no litoral com os sambaquis e no limite ocidental do planalto do Brasil, além de Misiones, na Argentina, que é uma região que possui similaridade ecológica com a parte brasileira.

Sobre o El Povoamento Prehistórico de Misiones, no período Neolítico, Menghin o divide entre mais antigo e mais recente. No caso do Neolítico antigo, este teria duas

composições: material alisado e cerâmica. Este último incluiria a cultura Eldoradense que possui círculos, túmulos e cerâmica. Na discussão o autor salienta que o trabalho de Menghin deve ser lido a partir das grandes perspectivas, não pelos detalhes e que interessam suas ideias fundamentais.

A respeito dos ceramistas, o autor coloca que quatro assuntos são relevantes: a pedra polida, a cerâmica simples, os cultivos e os ceramistas cultivadores. A tradição Taquara entraria no contexto das cerâmicas simples. Foram encontradas no planalto e os achados aparecem tardiamente, no começo de nossa era, correspondendo a grupos com alta mobilidade, que vivem em covas ou casas subterrâneas. No sul do país a tradição Taquara aparece em 140 d.C. e mais tarde Itararé e Casa de Pedra em 475 d.C. As cerâmicas estão associadas com cultivos incipientes de milho que se propagam rapidamente modificando os grupos caçadores-coletores do planalto e da costa.

Ajustando os dados às áreas que foram preocupação de Menghin, o neolítico antigo aparece com frequência em áreas brasileiras de planalto. A cultura Eldoradense está em um horizonte bastante amplo, que se estende desde o Rio Grande do Sul até São Paulo e inclui a pequena mancha de Eldorado. Seu habitat natural é o planalto com Araucária; ocasionalmente aparece dentro da floresta subtropical. Finaliza trazendo um panorama cronológico do estabelecimento das tradições.

Nas considerações coloca que a evolução cultural das áreas assinaladas no texto não pode ser explicada pela simples sobreposição de culturas ou meras manifestações locais. Pesam três outros fatores: 1) é que cada área ecológica desenvolveu uma cultura distinta e com o tempo ela se reduziu ou expandiu em sua área em conformidade com a dinâmica do substrato natural; 2) é que nas áreas periféricas dos distintos nichos ecológicos se pode notar uma penetração ou sobreposição das áreas naturais, acompanhadas por uma penetração similar das culturas; 3) muitas culturas exploram estacionalmente vários ambientes e são mais efetivas na medida que conseguem dominar simultaneamente mais de um ambiente.

Tanto a tradição Umbú quanto a tradição Taquara estão adaptados a um ambiente com pinheiros como o Planalto Meridional e a presença dessas culturas em Eldorado possivelmente resulta de uma penetração de seu ambiente dentro da floresta subtropical, como ocorre na Serra de San Pedro com seus bosques de Araucária. A distribuição das culturas seria melhor compreendida se houvesse estudos sobre o avanço e retrocesso dos distintos ambientes ecológicos através do Holoceno. Por fim, a ocupação da costa atlântica é área de obtenção de alimentos, por isso é buscada por diversas populações.

O quinto artigo (1987), *Nova contribuição à fase Erveiras, Tradição Taquara,* estruturalmente, está segmentado em duas partes iniciais: Introdução, A pesquisa de Mentz Ribeiro e Silveira, e em outras três partes correspondentes ao desenvolvimento: A Pesquisa do Museu do Colégio Mauá, A cerâmica da tradição Taquara, O material lítico, e a parte final corresponde a: Caracterização da fase Erveiras e a Bibliografia. Em anexo seguem tabelas, demonstrando tanto os tratamentos de superfície das cerâmicas, quanto sua distribuição por sítio, o mesmo ocorre para o material lítico, há ainda figuras com a representação das formas cerâmicas e líticas e dos padrões de decoração das cerâmicas. O objetivo do trabalho visa contribuir com os estudos sobre a fase Erveiras da Tradição Taquara.

O início do texto é dedicado a fazer um breve um retrospecto da análise de Mentz Ribeiro, cujo resultado culminou no estabelecimento da fase Erveiras. Em seguida, os autores notificam que a atual publicação se originou a partir do exame do material reunido pelo Museu do Colégio Mauá que estudou, se não a mesma área de Mentz Ribeiro, possivelmente uma parte dela. O montante do material analisado soma 1245 fragmentos cerâmicos e 954 materiais líticos que vieram de seis sítios arqueológicos que foram sistematicamente visitados pelos encarregados do Museu do Colégio. Também é apresentada uma rápida descrição informando a quantidade de material que foi recolhida de cada um dos sítios e uma descrição geral dos sítios indicando que se trata de sítios superficiais, possivelmente antigas aldeias. Da análise sobre a cerâmica, um destaque da publicação é que o material encontrado em dois sítios mostra contato com a população Tupiguarani, numa situação que leva a acreditar em uma justaposição de culturas e até mescla de técnicas.

Na conclusão do texto, os pesquisadores indicam que a fase Erveiras está circunscrita entre a encosta e parte baixa do planalto, em área drenada pelos rios Taquari e Pardo, quase no centro do Rio Grande do Sul, ocupando uma área de vegetação transicional entre a floresta subcaducifólia subtropical, a floresta subtropical com pinheiros e manchas de campos. Os assentamentos seriam superficiais e efêmeros. O material lítico possui aspecto utilitário, assim como a cerâmica, porém, pouco duradoura.

O documento ressalta que, aparentemente, esta fase local teria acesso às terras altas e à alta encosta florestada porque as encostas baixas e várzeas dos rios estavam ocupadas pelos Tupiguarani com quem tiveram contato, eventualmente, por meio da troca de produtos, mulheres ou uma convivência maior, com aldeia justapostas. Todavia, esses contatos poderiam não ter sido ocasionais, mas intencionais, usados para complementação econômica e serviriam para proporcionar maior recursos. O acesso às terras baixas também estava bloqueado pelos

caçadores da Tradição Umbu (fase Rio Pardinho), o que também deve ter ocasionado contatos, mas que poderiam ter sido menos intensos.

Outras conclusões alcançadas com o estudo dão conta de considerar que a posição da fase Erveiras dentro da tradição Taquara a coloca como aparentada da fase Taquara (Nordeste do RS), indicando que mesmo as pequenas diferenças de tamanho, morfologia e decoração da cerâmica poderiam ser desprezadas. Com relação às outras fases, a distância foi considerada maior, indicativo de que o parentesco estaria mais afastado.

Por fim, também foi analisada a cronologia. Anteriormente, Mentz Ribeiro e Silveira colocaram a fase no começo da fase no século V, todavia, a única data existente sugere um desenvolvimento mais recente, o século XI. O contato com o Tupiguarani leva a essa conclusão, porque o material é extremamente recente, predominando o Corrugado ungulado III , na cronologia do grupo para o sul do Brasil. Portanto, a fase Erveiras poderia pertencer ao segundo milênio de nossa era e poderia ter alcançado tempos posteriores ao começo da Conquista.

A sexta publicação (1988), *Pesquisas sobre a Tradição Taquara no nordeste do Rio Grande do Sul,* estruturalmente, está segmentada em cinco partes: Apresentação, Ambiente, Nossas Pesquisas da Tradição Taquara e Considerações Gerais. Ainda ilustram o documento figuras da planta de situação dos sítios localizados, tabelas com a identificação das casas subterrâneas, registro do tamanho e profundidade das casas, tabelas com o resultado da análise da cerâmica e do lítico, croqui de sítio e de escavação, há ainda croquis com a representação das formas cerâmicas e líticas e dos padrões de decoração das cerâmicas e figuras de exemplares de formas e decoração das cerâmicas. O objetivo do trabalho está em apresentar os resultados das investigações desenvolvidas com a Tradição Taquara entre os anos de 1966 e 1970 na região Nordeste do Rio Grande do Sul.

Segundo o editor, a divulgação do documento busca resgatar uma dívida pelo fato de nunca ter sido publicada integralmente. Porém, segundo ele, possui a vantagem de poder revisitar o material, partindo de uma reflexão madura, após anos de experiência com outras culturas.

O documento está composto por uma parte inicial, bastante resumida, que procura dar conta de caracterizar o ambiente, como a formação fito-hidro-geográfica da região: relevo, hidrografia e vegetação. Em seguida, encontra-se o relato. O projeto iniciou em 1966 e abarcou os municípios de Caxias do Sul, Flores da Cunha, São Francisco de Paula e Bom Jesus. Nestes locais foram encontrados diversos sítios compostos por uma ou várias casas subterrâneas e outras estruturas, além de sítios superficiais e abrigos sob rocha. Alguns dos sítios foram selecionadas algumas casas e/ou estruturas que sofreram intervenção e esse relato está

pormenorizado no texto. O registro da conta de informar a localização: se dentro de mata, campo; sua posição no terreno, se mais ou menos inclinada, se acompanhada de outras estruturas; extensão provável do sítio e a descrição minuciosa da escavação: aparência da(s) estrutura(s), os níveis e profundidade, material encontrado e demais aspectos pertinentes e relevantes.

Um destaque é que os autores incluíram no estudo do material amostras de coletas realizadas no Litoral Norte do Estado. Como bem explicam, as amostras do litoral serviram para fins de comparação e são provenientes de coletas superficiais de sítios superficiais, localizados próximo à praia, em terrenos arenosos que se encontram entre o mar e as lagoas.

Do exame do material, especialmente a cerâmica, e tanto do Planalto e Litoral possuem relação entre forma e decoração, com pequenas diferenças nas formas do litoral, porém seguem o modelo geral. Tem caráter utilitário, as formas são simples e de pequenos tamanhos, e os fragmentos não são abundantes. Ocorrem juntos material Tupiguarani sobre a Taquara e, mas a influência de uma sobre a outra é pequena. Por exemplo, no caso do Litoral, foi interpretado como um fenômeno comum, uma vez que as datações indicam que a faixa litorânea era ocupada pelo Tupiguarani ao menos a partir de 800 d. C. (fase Maquiné, Miller, 1967). Com isso, concluíram que o contato seria inevitável e pareceu ter sido pacífico. Já no Planalto não é tão frequente esse contato, porém é significativo. Supõem os autores que o contato pode ter ocorrido quando a tradição Taquara estava há muito estabelecida no Planalto e provavelmente no litoral. Sobre o material lítico, os autores informam que as peças mais significativas foram recolhidas pelos moradores, porém a partir das coletas realizadas, o conjunto se mostrou bastante significativo, sobretudo, informou ser de uso utilitário.

Ao final, os pesquisadores fizeram as seguintes considerações: são numerosos os conjuntos de casas subterrâneas no Planalto; possuem diâmetros e profundidades variadas que poderia indicar, e baseados em seus resultados: a mais profunda ser também a mais antiga e é a que possui um maior volume de material, como se tivesse sido ocupada por mais pessoas e por mais tempo, enquanto isso, as menores e menos profundas são mais novas e apresentam menos volume de material, ainda podem apresentar mais de uma ocupação, indicando que poderiam ser reocupadas. As casas são habitações onde se concentram atividades domésticas e os fogões são permanentes e duradouros. Um conjunto de casas, certamente não constituía uma unidade habitacional sincrônica. Sugerem que apenas a maior poderia ter continuidade.

Uma hipótese que apresentam é que os sítios vizinhos poderiam conformar um povoamento disperso, de atuação articulada, que se estabeleceria alternadamente em diversos capões de mato de um território de condições e recursos equivalentes, o qual manteriam sob

domínio. Em segunda hipótese, poderiam apenas formar numerosas habitações concentradas, de atuação centralizada que poderiam explorar uma área de matos e campos.

Afirma que os sítios da fase Taquara são identificadores de uma população que tem domínio não somente sobre o Planalto, onde constrói as casas subterrâneas, mas também domina as aldeias de choças superficiais e abrigos da encosta baixa do planalto e os acampamentos ou aldeias do Litoral. No planalto construir casas subterrâneas configuram uma adaptação ao ambiente, não sendo necessário repeti-las nos demais lugares. Também comentam sobre como poderiam estar integradas, economicamente, essas três áreas, uma possibilidade seria explorações estacionais envolvendo uma parte da população. Vestígios Tupiguarani também é um enigma, os autores sugerem algum tipo de simbiose. Mas sublinham que o movimento parece ser unilateral: Tupiguarani sobre Taquara.

Por fim, fazem um ressalto sobre o material lítico, indicando que os artefatos em pedra não são bons diagnósticos, exigindo maiores cuidados para que não se façam generalizações apressadas, uma vez que as semelhanças podem ter outras razões, como: históricas, funcionais ou ambientais.

A sétima publicação (1988), *As tradições ceramistas do planalto sul-brasileiro,* constitui-se como um desdobramento do artigo supracitado e, estruturalmente, está segmentado em 4 partes: Introdução ao Assunto, As Variações Locais e Regionais: Sítios, fases e Tradições, Considerações Gerais e Bibliografia. Ainda ilustram o documento figuras da planta de situação dos sítios localizados e representações das formas cerâmicas. O objetivo do trabalho é trazer uma síntese sobre os ceramistas do Planalto Sul-Brasileiro: classificando as três tradições regionais, suas fases e seus materiais.

Logo na introdução do artigo o pesquisador enfatiza a dificuldade de se produzir uma síntese com os dados existentes, pois as informações ainda são pequenas e há pouca escavação e quase nada foi publicado. Já na parte central do texto, o autor procura apresentar de forma resumida, mas coerente as informações bibliográficas pertinentes a cada uma das fases criadas e, por consequência, a que tradição tecnológica a fase foi associada. Ele faz isso para os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Para as considerações o autor objetiva refletir sobre dois aspectos importantes da cultura: ambiente e economia. No primeiro, observa como a população ocupava os três ambientes, por exemplo, quais tipos de assentamentos estavam atribuídos a um determinado compartimento ambiental e os tipos de artefatos confeccionados também sugerem um tipo de exploração. Outra situação, ao sair de uma região de domínio os grupos, inevitavelmente, "compartilhavam" os demais ambientes, da mesma forma sofriam com influências externas.

Sobre a economia, o arqueólogo considera a situação sobre o abastecimento alimentar X estabilidade habitacional nos três ambientes e sugere que a segurança alimentar, assim como a própria sobrevivência poderia estar baseada na migração estacional ou no intercâmbio de bens e pessoas, como forma de garantir os recursos para a área residencial central.

Por fim, interessa ponderar sobre a cronologia e origem dessas populações. E apesar dos hiatos como: falta de datações, diferenças regionais, evidências sobre rotas de deslocamentos e da obscuridade sobre o surgimento das tradições ceramistas, se considera haver uma possibilidade de continuidade entre fases pré-ceramistas e ceramistas ou, pelo menos, que populações pré-ceramistas locais se transformaram em populações ceramistas. Como isso teria ocorrido, para o pesquisador, envolve diversas possibilidades que precisariam ser testadas; todavia, ele acredita que uma das explicações poderia ter base em indicadores econômicos.

Segundo Schmitz, uma população pré-cerâmica não necessariamente, poderia sucumbir a uma possível invasão estrangeira de um grupo mais desenvolvido, pelo contrário, poderia se modernizar: construindo casas subterrâneas, aumentando o domínio sobre os pinheirais, reforçando os cultivos tropicais, logicamente que isso refletiria na elaboração de novos artefatos. Essa modernização teria ocorrido pouco antes do avanço Tupiguarani pela floresta subcaducifólia subtropical e tropical, região onde teria havido maior convivência ou mesmo simbiose entre as duas culturas. O autor sugere que as populações do Planalto foram levadas para junto desses horticultores e que o contrário não teria ocorrido porque as evidências sugerem uma presença menor do Tupiguarani nas áreas de domínio da tradição Taquara.

Como último aspecto, o pesquisador vê com dificuldade encontrar indicadores que atestem a ligação entre as populações pré-coloniais com as etno-históricas. Sua justificativa assenta no fato de não haver registro de como as populações reagiram aos conflitos, apenas que o resultado sabido foi o desmantelamento social-cultural e a reestruturação posterior em forma de redução ou toldos.

O oitavo documento (1999/2000), *Arqueologia no planalto sul-brasileiro* trata-se de uma publicação em periódico científico internacional. Estruturalmente, está segmentado em 5 partes iniciais: Resumo, Resumen (escrito em espanhol), Abstract (escrito em inglês), Résumé (escrito em francês), O problema; outras 5 partes referentes ao desenvolvimento: O ambiente, As paisagens, Assentamentos no planalto, Os sítios de Floresta Ombrófila Densa e da Floresta Estacional Semidecídua e Decídua, Os sítios do litoral atlântico e a parte final: Assentamento, território, fronteiras e Bibliografia. Ainda aparece a figura da planta de situação envolvendo vegetação e fases, sítios ou locais pesquisados na região Sul do Brasil. O objetivo do texto é o reconhecimento de que as populações ceramistas da tradição Taquara/Itararé presentes no Sul

do Brasil apresentam formas de assentamento distintas de acordo com os ambientes em que se estabeleceram.

A proposta do trabalho está em mostrar que existem três regiões com ambientes distintos: as terras altas, e frias com abundantes produtos naturais; a borda do altiplano, de clima ameno e solos férteis e o litoral, rico em coleta e pesca, juntas elas formariam parte de um mesmo sistema de assentamento. E que o estabelecimento em três ambientes característicos, escalonados, no nível do mar ao planalto poderia surgir, espontaneamente, a ideia de um sistema de domínio vertical.

Esse sistema, sugere o autor, poderia ter-se estruturado em determinado ambiente e ter-se expandido para ambientes diferentes, produzindo um novo tipo de assentamento em razão do ambiente novo e de uma forma nova de exploração econômica, ou nova organização social. O pesquisador indica que os assentamentos não seriam independentes, mas complementares e que o movimento de expansão para ambientes periféricos poderia atrair outros grupos que poderiam competir pelo mesmo espaço, dando origem a fenômenos de fronteira, de caráter pacífico, bélico, etc.

O nono documento (1999), *GT 3: Arqueologia Pré-Histórica do Planalto,* trata-se de um compêndio de resumos e discussões de Grupos de Trabalhos (GT) que ocorreu no I Encontro do Núcleo Regional da SAB/SUL, evento realizado em 1999. Dentre os GT, um especificamente envolveu apresentação e discussões sobre grupos do Planalto e contou com a participação de arqueólogos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. São seis textos/resumos mais o debate que interessa para essa análise.

O objetivo do GT foi refletir sobre a arqueologia dos sítios do Planalto e do Litoral que identificam a cerâmica das Tradições Taquara e Itararé. Segundo o coordenador do GT, a cerâmica foi o aglutinador para se pensar sobre o que os sítios mostram de semelhante ou de contraditório nas formas de apropriação de recursos, constituição de assentamentos, ocupação dos espaços e relacionamentos com outras populações. Na apresentação do GT, o coordenador reiterou que as comunicações expuseram que os sítios arqueológicos que pertencem às tradições ceramistas Taquara e Itararé abrangem fenômenos variados, distribuídos por ambientes distintos; que houve uma retomada das pesquisas com essa população com novos projetos em execução, que apresentam novas abordagens e opiniões diversas que recaem sobre temas como: formas de instalação, exploração de diferentes ambientes e de territorialidade.

Sobre os trabalhos apresentados, de forma resumida apresento o conteúdo de cada um:

- Pedro Augusto Mentz Ribeiro em *A Tradição Taquara*, apresenta um retrospecto histórico que retrata o fenômeno das casas subterrâneas em sítios do planalto no Sul do

Brasil. Seu objetivo está em mostrar a variedade de sítios como: casas, subterrâneas, montículos, galerias subterrâneas, abrigos, taipas e ilustrar quais são e como estão distribuídas as fases arqueológicas em cada uma das regiões em que o fenômeno se dispersa.

- Gislene Monticelli e Beatriz dos Santos Landa em *Vistoria arqueológica em Cambará do Sul, RS* expõem os resultados de um levantamento arqueológico realizado no município de Cambará do Sul. Durante a expedição foram levantados diversos novos sítios arqueológicos com estruturas semi-subterrâneas, estruturas semi-subterrâneas e montículos, "furnas", cavernas e grutas, algumas com evidência de fragmentos de ossos (humanos e de outros animais), galerias subterrâneas e sítio histórico.
- Jairo Henrique Rogge em *A ocupação pré-colonial do Planalto: Projeto Vacaria* expôs o Projeto Vacaria, cujo objetivo está em estudar a instalação de grupos com cerâmica Taquara e sua forma de apropriação dos recursos. O projeto teve início após contato da Prefeitura de Vacaria solicitando avaliação de um abrigo rochoso (Perau das Cabeças) que evidenciou um importante sítio com sepultamentos associados àquela tradição, e após diversos outros relatos informando sobre possíveis novos sítios. O projeto oportunizou a retomada das investigações no Planalto e a partir de novas abordagens, como: entender a dinâmica de ocupação nas aldeias e a relação entre os diferentes tipos de assentamentos, a relação da população com os sistemas ecológicos: Planalto e no Litoral onde é registrada sua presença e a integração dessas informações com os dados históricos relacionados àquela área.
- Marcus Vinícius Beber em *Geoprocessamento e o Projeto Vacaria* falando do mesmo projeto, mostrou o sistema de pr*ocessamento geográ*fico em uso, o GIS e SIG ou ainda SGI e outras fontes capazes de processar dados como forma de auxiliar o arqueólogo a resolver problemas de pesquisa.
- Pedro Ignácio Schmitz em *Cerâmica da Taquara e Itararé em Concheiros* retratou a problemática do litoral do Sul do país com sítios-concheiros, cuja cerâmica é a mesma encontrada no Planalto. Em uma pequena passagem do texto o pesquisador comenta que o município litorâneo de Quintão é alvo de estudos de territorialidade e padrão de assentamento com sítios com características de acampamento de verão, de populações do interior.
- Silvia Moehlecke Copé em A*rqueologia pré-histórica do planalto: os grupos ceramistas da Tradição Taquara,* mostrou que está sendo realizado um estudo com a cerâmica recolhida em projetos de Eurico Miller que se encontram depositadas no

Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL). A análise visa contribuir para a compreensão da cerâmica, sua produção, uso e significado. Sobre esse texto, é possível falar dele de forma mais específica pois seu conteúdo destaca-se frente aos demais. Porquanto, retomo o diagnóstico do documento de forma particular mais adiante no texto.

Em relação ao debate do GT, observa-se um embate de ideias e, em alguns momentos, conflito de gerações. Notadamente que a temática avançou neste fim de milênio, cujas hipóteses e problemáticas seguiram mais alinhadas com as propostas processualistas. Queriam os arqueólogos mais novos a multidisciplinaridade e a informatização da arqueologia: utilizar-se do georreferenciamento, formação de banco de dados, realizar cruzamentos de dados com a História e Etnografia. Desejavam também pensar de forma inter e intra sítios como: a funcionalidade das estruturas e a formação do sítio e suas diferentes estruturas, como estes se interligavam com outros sítios e áreas diferentes; ponderar sobre formas de ocupação e exploração dos espaços e ambientes, questionar o contato cultural e qual possível significado poderia haver entre a associação de cerâmicas Guarani e Taquara num mesmo sítio e como associar turismo e arqueologia.

Já por parte dos arqueólogos veteranos, persistia a tendência de pensar a cultura de forma evolucionista e partindo de uma visão com tendência Histórico-Culturalista, como continuar a revisitar décadas passadas e trazer à tona antigas discussões como: Taquara e Itararé são mesmo uma única tradição ceramista, ou estaria subdividida em duas sub-tradições?; que podem significar as diferenças no material arqueológico?; assim como retomar as provas "quase" irrefutáveis de que o material arqueológico identifica que não somente a cultura se desenvolveu dentro de um território bem definido, como ela evoluiu a partir de um grupo pré-ceramista (caçador-coletor) para um ceramista (caçador-horticultor) e que as fases são os intervalos onde se pode observar esses aspectos evolutivos. E para quê questionar a funcionalidade das casas subterrâneas se "claro" está que elas são uma resposta às condições do meio ambiente e que estão relacionadas com a coleta do pinhão nos meses mais frios.

A décima publicação (1987), *Pesquisas Arqueológicas no Baixo Rio Camaquã* é de autoria de **Ana Luisa Vietti Bitencourt**[27], que atualmente não está mais vinculada ao Instituto Anchietano de Pesquisas. Bitencourt se destaca pelos estudos relacionados às áreas da Geociência, Botânica, Geoarqueologia e Paleoambiente. Possui graduação em Geologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1987), mestrado em Geociências pela Universidade

[27] Sobrenome alterado pela pesquisadora.

Federal do Rio Grande do Sul (1992) e doutorado em Geografia Física pela Université de Caen Normandie (1998). É docente do Programa de Interunidades de Pós-graduação em Análise Ambiental Integrada, cuja linha de pesquisa denomina-se Avaliação, Prognóstico e Diagnóstico Ambiental: Análise e evolução de paisagens Quaternárias e atuais. Coordenadora geral do Projeto Atlas Ambiental de Diadema e do Observatório Socioambiental da cidade de Diadema. Atualmente é professora associada da Universidade Federal de São Paulo.

O texto selecionado, estruturalmente, está segmentado em cinco partes: Introdução, Desenvolvimento (subdivido em: Localização, Fisiografia, Histórico da Pesquisa Arqueológica, Os Cerritos, Indústria Lítica, Cerâmica, Restos de Fauna, Cronologia), Avaliação Final, Agradecimentos e Bibliografia. O texto traz figuras da planta de situação demonstrando a distribuição das áreas e dos sítios localizados, croquis de sítios, escavações e estratigrafias, croquis com a representação das bordas e das formas cerâmicas e líticas e tabelas com o resultado das análises.

O texto tem sua importância, pois na época, Bitencourt registrou cerâmica Taquara em cerritos no município de Camaquã, demonstrando até onde a dita tradição arqueológica teria alcançado. O fato é que o assunto repercutiu nos textos nos anos seguintes e apenas em Rogge 2004, tem-se a informação de que, de fato, a cerâmica é tipicamente Tupiguarani e que não há notícias de que o povo do planalto tenha chegado tão ao Sul.

O objetivo é analisar materiais arqueológicos provenientes da região do baixo curso do rio Camaquã e compará-los com os demais materiais distribuídos pelo sudeste do Estado e República Oriental do Uruguai. Justifica que seu trabalho, de cunho interdisciplinar, entre arqueologia e geologia, permite associar dados sobre a evolução e a adaptação pré-colonial, nessas áreas, uma vez que a paisagem sofreu várias modificações durante todo o Quaternário, em função das oscilações do nível do mar.

Para o desenvolvimento do estudo, a autora avaliou o ambiente, através do levantamento dos dados geológicos, geomorfológicos, clima, vegetação, fauna e recursos atuais da terra. A área da investigação situa-se na bacia de Pelotas, na margem ocidental da Lagoa dos Patos, no município de Camaquã e em relação aos sítios arqueológicos, a pesquisadora salienta que estão localizados por toda a região, havendo maior concentração ao longo da estrada Camaquã-Pacheco e nos núcleos do Banhado do Colégio. Os primeiros estudos ocorreram entre 1968 a 1971 pelos arqueólogos Pedro Ignácio Schmitz, Ítala Irene Basile Becker, José Proenza Brochado, Guilherme Naue e Pedro Augusto Mentz Ribeiro. Inicialmente, a proposta buscava comprovar a artificialidade dos montículos e aterros como um tipo de ocorrência arqueológica. Comprovados os estudos, a etapa seguinte caracteriza-se pelo mapeamento dos sítios

arqueológicos e a coleta de materiais. Posteriormente, buscava-se relacionar a semelhança ou avanço das culturas pré-cerâmicas da República Oriental do Uruguai na porção meridional do Estado. Apesar de poucos materiais ósseos, os cerritos de Camaquã caracterizam-se como sítios arqueológicos de caça. Conforme declaração de Schmitz "(...) podem ser pré-cerâmicos, contendo pontas de projétil líticas (Tradição Umbu) ou com cerâmica de Tradição Vieira, parecendo a mesma ser de uma fase tardia. Há sítios com mistura de elementos como Vieira, Tupiguarani e Taquara" (p.23). Dos sítios apresentados no artigo interessa o Sítio RS-CA-14, que corresponde a um conjunto de 4 cerritos, separados dois a dois. O cerrito mais alto foi denominado de cerrito das Figueiras porque duas grandes figueiras nativas o cobriam; o mais baixo, ao lado, de Cerrito da Roça, pois havia plantação de milho. O Cerrito da Roça foi o único sítio que apareceu cerâmica Taquara. Também é a única Tradição que apresenta elementos bem-marcados. Quanto à descrição da escavação, ela ocorreu através de sondagens de amostragem, nos quais, nos primeiros 20 cm apareceu cerâmica. Sendo elas em superfície.

Quanto à conclusão, a autora esclarece que com relação à cerâmica da Tradição Taquara encontrada nos cerritos, este é um elemento intrusivo, possivelmente, um contato com os habitantes dos cerritos com o povo do planalto, uma vez que também existem formas de vasilhames que se assemelham entre si. De forma geral, as ocorrências cerâmicas, possivelmente, refletem um período mais recente, pois Camaquã parece ser uma "área de convergência periférica" entre os grupos ceramistas do sul com os grupos ceramistas do centro e norte do Estado, conferindo formas variadas associadas à mistura de elementos Vieira, Tupiguarani e talvez Taquara.

Silvia Moehlecke Copé

Quadro 20 - Obra selecionada de COPÉ, Silvia Moehlecke.

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
COPÉ, Silvia Moehlecke	Arqueologia pré-histórica do planalto: os grupos ceramistas da Tradição Taquara	Revista do Cepa	1999	Periódico

Fonte: Da autora (2022), com base nos dados coletados na pesquisa.

Figura 12 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada pela autora nas Terras Altas do Planalto Gaúcho.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Silvia Moehlecke Copé se destaca nos estudos relacionados aos Jê Meridionais. Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1975), mestrado em Antropologia Social Área de Concentração Arqueologia pela Universidade de São Paulo (1984) e doutorado em Prehistoire, Ethnologie, Anthropologie pela Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne (2006). É professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e a partir dos anos de 1990 desenvolveu projetos que a levaram a atuar no planalto do Rio Grande do Sul. Trabalhando nessa região, colaborou para a construção de uma história Jê ao publicar diversos artigos. A tônica de sua produção está alinhada com a abordagem francesa, tanto nos métodos empregados em campo quanto na forma de pensar a teoria arqueológica. A pesquisadora direcionou seus estudos, principalmente a observar a paisagem arqueológica, entendida como um palimpsesto de paisagens construídas e alteradas de maneira antrópica.

O documento selecionado (ver Quadro 20 e Figura 12 para referência das regiões estudadas), estruturalmente, está segmentado em duas partes: um texto corrido sem divisões internas e uma bibliografia. Trata-se de uma nota de pesquisa escrita por conta de sua

participação no GT Arqueologia pré-histórica do Planalto, que ocorreu no I Encontro do Núcleo Regional da SAB/SUL, evento realizado em 1999. O documento chama a atenção, porque expõe alguns resultados de um projeto de pesquisa desenvolvido a partir de 1996 pela autora. Seu objeto de investigação são as cerâmicas da tradição Taquara e observando pela forma como foi conduzida as análises, estas destoam da maneira, como até então, eram efetuados esses estudos.

O objetivo do projeto, conforme a arqueóloga, está em revisitar a cultura material dos ceramistas da tradição Taquara, a partir das coleções cerâmicas depositadas no Museu do MARSUL e retomar algumas questões pendentes sobre os grupos pré-coloniais que ocuparam o planalto do Estado gaúcho. Informa ainda que a preocupação está na natureza, dimensões e significação do problema que é a ocupação pré-colonial do planalto, que permite formular amplo espectro de questões relacionadas às especificidades do material empírico, as variáveis que devem ser consideradas e as abordagens e procedimentos metodologicamente que devem ser adequados. Sobre as questões que devem ser retomadas, a principal recai sobre o artefato cerâmico, interpretado como o "principal" definidor da cultura. Mas a arqueóloga não deixa de elencar uma série de outros pontos que considera fundamentais discutir, como: análises espaciais inter e intra sítios, aspectos morfológicos dos sítios, cronologia, inclusive, as abordagens teórico-metodológicas que serviu de orientação para os estudos no planalto.

Sobre a cerâmica, o exame contempla estudos sobre as matérias-primas e os processos de aquisição, a preparação e a confecção do artefato, a função, o uso, reciclagem e o descarte. Mas com o intuito de obter um resultado satisfatório, foi aplicado um guia de análise para os fragmentos cerâmicos. Por meio disso, afirma a autora, foi possível formular questões interpretativas interessantes sobre o processo de escolha da matéria-prima e da tecnologia de produção, passando pelo acabamento e a queima do artefato.

Por fim, Copé informa que o projeto deveria se estender para atividades de campo, buscando compreender a inserção contextual do material arqueológico. Mas não somente isso, o projeto almeja como objetivo geral, o estudo do processo de povoamento da região dos Campos de Cima da Serra, abarcando não somente o período pré-colonial, mas até o século XX, e associando, para além de informações arqueológicas e históricas, estudos sobre ambiente, patrimônio, geoprocessamento, formação de banco de dados, entre outros.

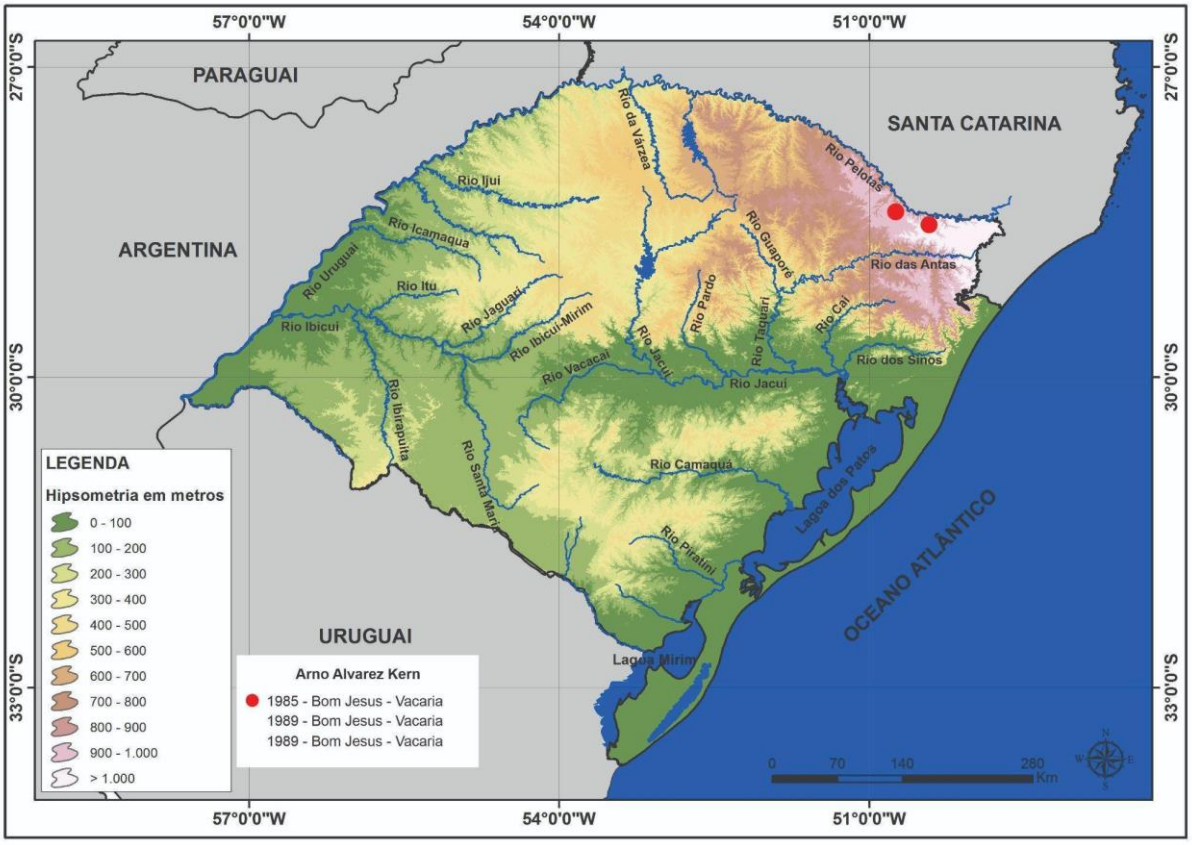
Arno Alvarez Kern

Quadro 21 - Conjunto de obras selecionadas KERN, Arno Alvarez.

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
KERN, Arno Alvarez	Interação cultural e meio ambiente em sítios de habitação subterrânea no Planalto sul-rio-grandense (Município de Vacaria, RS)	Boletim do MARSUL	1985	Periódico
KERN, Arno Alvarez; **SOUZA**, José Otávio Catafesto; **SEFFNER**, Fernando	Arqueologia de salvamento e ocupação pré-histórica do vale do Rio Pelotas (Municípios de Bom Jesus e Vacaria, RS). 1ª parte: Arqueologia de campo	Véritas	1989	Periódico
KERN, Arno Alvarez; **SOUZA**, José Otávio Catafesto; **SEFFNER**, Fernando	Arqueologia de salvamento e ocupação pré-histórica do vale do Rio Pelotas (Municípios de Bom Jesus e Vacaria, RS). 2ª parte: Arqueologia de laboratório	Véritas	1989	Periódico

Fonte: Da autora (2022), com base nos dados coletados na pesquisa.

Figura 13 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas pelo autor na região dos municípios de Bom Jesus e Vacaria, RS.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Arno Alvarez Kern possui licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1965), Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1979), e Doutorado em Arqueologia pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (1981, Paris, França), cujo orientador foi Paul Courbin. Na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, realizou dois pós-doutorados sob a orientação de Paul Courbin e de Jean-Marie Pesez. Atuou no Laboratório de Arqueologia (CEPA) da PUCRS e no Grupo de Pesquisas "Arqueologia das Sociedades Indígenas da Região Platina" (CNPq). Foi professor do Programa de Pós-Graduação em História (Doutorado e Mestrado) e do Curso de Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História (Doutorado e Mestrado) e do Curso de Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Destacou-se atuando nos estudos em Arqueologia Histórica, sobre a história e arqueologia das Missões Jesuítico-Guaranis e do povoamento pré-histórico e colonial do Rio da Prata.

Deste arqueólogo foram escolhidas três publicações (ver Quadro 21 e Figura 13 para referência da região estudada): uma referente ao periódico Boletim do Marsul, veiculado pelo Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul - MARSUL, órgão pertencente à Secretaria da Educação e Cultura, Subsecretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul; e as duas outras publicações estão no periódico Véritas, uma revista de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, hoje Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e ligada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da mesma universidade.

Também vale mencionar que os artigos em destaque integraram um projeto maior e que está ligado à ELETROSUL que, à época, estava realizando estudos de aproveitamento hidroenergético da Bacia do Rio Uruguai. Da mesma forma como mencionado anteriormente, e embora não fique claro nos textos que seguem, a pesquisa desenvolvida pelo arqueólogo também se insere na chamada Arqueologia Empresarial, onde a demanda não parte de um interesse acadêmico, mas de uma necessidade econômica.

O primeiro trabalho (1985), *Interação cultural e meio ambiente em sítios de habitação subterrânea no Planalto sul-rio-grandense (Município de Vacaria, RS),* estruturalmente, está segmentado em três partes: a apresentação, o desenvolvimento, que foi subdividido em: Paleopaisagens, Aldeias de habitações subterrâneas e seus territórios e Bibliografia. O objetivo do texto é divulgar os primeiros resultados das prospecções desenvolvidas no verão de 1984 nas margens do Rio Pelotas, nos municípios gaúchos de Bom Jesus e Vacaria, no alto do planalto sul-brasileiro, em área futuramente ameaçada pela construção da planejada barragem hidroelétrica de Barra Grande.

O texto que segue é mais uma nota de pesquisa, mas é relevante porque traz um arqueólogo brasileiro mais engajado com os ideais processualistas de linha francesa, com um texto com viés mais acentuado no ambiente, tomando-o como elemento de diagnóstico. Na apresentação do trabalho o pesquisador salienta a ação atual e destrutiva antrópica, que coloca em risco não somente os sítios arqueológicos, como também a natureza ao redor. E voltando-se para o passado, devido às interações entre a cultura humana e o habitat, considera importante fazer um levantamento da flora e da fauna que integram a paisagem da área. Mais remotamente, também interessa a paleopaisagem e refletir sobre as relações humanas e sobre mudanças na cultura, provocadas pelo ambiente. Neste caso, para o autor, as alterações no clima durante o período do Pleistoceno-Holoceno levaram as populações a readequarem-se, não somente em termos de caça e coleta como proteção e abrigo. Sua conclusão foi a de que um clima mais frio e seco poderia ter estimulado as populações da tradição Taquara a desenvolverem as casas subterrâneas, mas não somente isso, as oscilações climáticas que também afetaram o equilíbrio floresta-campo, poderiam ter levado essa população a estabelecerem estrategicamente suas aldeias de forma a aproveitarem todos os recursos disponíveis por esse ecótono.

O autor também tece um olhar a partir das habitações subterrâneas, que parecem formar verdadeiras aldeias, localizadas em territórios definidos como são os vales escarpados e no topo onde é possível dominar a paisagem. Tomando por essa perspectiva e baseando-se em relatos etno-históricos como o de Mabilde, corrobora o autor com a possibilidade da instalação desses locais serem estratégicos, tanto para a coleta do pinhão, quanto para a caça. Todavia, o autor não compartilha da opinião de que esses indígenas sacrificariam água próxima e comodidade por um lugar elevado. Pelo contrário, salienta Kern que a estratégia pode ter sido cultural e que não há nenhum sacrifício, pois há sempre fontes e os vales e afluentes estão à pouca distância e que estabelecer habitações próxima da água seria perigoso.

O segundo trabalho (1989), *Arqueologia de salvamento e ocupação pré-histórica do vale do Rio Pelotas (Municípios de Bom Jesus e Vacaria, RS). 1ª parte: Arqueologia de campo,* está segmentado em duas partes: Campo e Laboratório. A primeira parte, reservado ao Campo, estruturalmente apresenta: Introdução, Metodologia da Pesquisa, já a parte central do documento divide-se nos seguintes tópicos: Paleopaisagens e o ambiente atual, Os sítios e sua inserção na paisagem, Fogueiras no interior das habitações. Ainda ilustram o documento figuras da planta de situação dos sítios localizados e fotografias ilustrando a paisagem, sítios e escavações nos sítios, além de croquis de estratigrafia, escavação e topografia.

O objetivo do artigo está em divulgar os primeiros resultados das prospecções desenvolvidas nos municípios gaúchos de Bom Jesus e Vacaria, numa área que pode ser

futuramente inundada pela usina hidrelétrica de Barra Grande. No início do texto os pesquisadores informam que os estudos envolvendo a área do reservatório da usina estão sendo realizados desde 1984, mas o rio Pelotas foi explorado por Eurico Miller em momento anterior (1967) que comprovou a importância da área em termos arqueológicos. Nesta pesquisa, os dados para uma ocupação pré-histórica intensa da área. E amostras da estratigrafia sugerem uma persistência temporal consideravelmente maior do que se imaginava para os grupos ceramistas portadores da Tradição Taquara.

Em seguida, foram demonstrados os procedimentos metodológicos, tanto para a etapa de campo quanto para o laboratório. Sua orientação em ambas as etapas segue as metodologias francesas. Com relação aos resultados do campo, ressaltam os autores que o estudo localizou quatro tipos de sítios: conjunto de habitações subterrâneas, que se poderiam em alguns casos considerar aldeias, grandes habitações ou casas isoladas, sítios a céu aberto do tipo sítio-acampamento e sítios para obtenção de matéria prima.

Quanto ao desenvolvimento do artigo, chama a atenção a forma de conduzir o estudo dos sítios. Mais que focar em apresentar os detalhes da escavação e dos materiais encontrados, a proposta do artigo está em descrever e analisar a implantação deles na paisagem, salientando, neste sentido, a paisagem atual e antiga como objeto de estudo: a atual para observar e descrever como inserem-se os sítios na paisagem contemporânea que, em última instância, disputam e na maioria das vezes perdem lugar para o avanço imobiliário e de infraestrutura, portanto, correm sério risco de desaparecerem. Mas esses mesmos sítios são testemunhos de um outro tempo, muito mais remoto e funcionam como uma porta de acesso para observar antigas paisagens e pensar na relação homem-natureza.

Nota-se que ao trazer as paleopaisagens para o estudo, os pesquisadores não querem restringir sua análise para investigar a relação homem-natureza somente naquele instante em que o grupo ocupou os sítios e fez deste um espaço de habitação. Pelo contrário, os autores estão interessados na longa duração: observar primeiro as paisagens e o ambiente e posteriormente como este influenciou seres humanos. Por fim, como estes reagiram às alterações climáticas, de forma que a partir do exame de sua cultura material, é possível perceber tais mudanças. No caso, sugerem os autores, as habitações subterrâneas podem ser entendidas como uma resposta cultural às alterações do ambiente e, consequentemente, sua instalação em platôs próximos de áreas florestadas são, justamente, uma estratégia pensada para que essas populações tenham domínio sobre a região e estejam mais próximas à caça e coleta.

O terceiro trabalho (1989), *Arqueologia de salvamento e ocupação pré-histórica do vale do Rio Pelotas (Municípios de Bom Jesus e Vacaria, RS). 2ª parte: Arqueologia de laboratório*,

é a continuação do artigo anterior e descreve a etapa de Laboratório da pesquisa. Estruturalmente está segmentada em sete partes: Análise do material lítico, Análise do material cerâmico, material em madeira, Conclusões sobre o material arqueológico, Sugestões de pesquisas, Agradecimento e Bibliografia. Ainda ilustram o documento fotografias do material arqueológico (lítico e cerâmico) e figuras com a reconstituição gráfica de alguns objetos (lítico e cerâmico). O objetivo do texto está em apresentar os resultados das atividades de laboratório sobre os materiais encontrados durante a etapa de campo.

O artigo descreve para cada um dos conjuntos de materiais encontrados: lítico, cerâmico e madeira, qual metodologia foi considerada apropriada para a pesquisa, qual resultado se obteve e, por fim, traz uma análise comparativa para cada um dos materiais. Sobre o lítico (de antemão também incluem o cerâmico e a madeira), informam que foram feitas tentativas de comparações com as fases arqueológicas "inventadas". Todavia, ficou decidido que não seriam criadas nenhuma outra fase e apontam razões para isso: a) que as sondagens e poços-teste oportunizam visão limitada da cultura material; b) coletas superficiais não oportunizam amostras significativas; c) os poços-teste realizados nas casas subterrâneas pertencentes a sítios distantes entre si, deram origem a materiais líticos diferentes. Sendo assim, os pesquisadores consideram que os elementos da cultura material encontrados representam um aspecto parcial da cultura global dos grupos denominados Tradição Taquara, todavia, sem caracterizar algum subgrupo.

Quanto à cerâmica, informa que não foi realizada nenhuma seriação, devido à limitação da amostra, porém, submetendo-os a um exame macroscópico, os cacos estão filiados à dita cultura arqueológica. Das características apontadas pelo diagnóstico, sugerem os autores que "os conjuntos de casas subterrâneas e os sítios-acampamentos ao ar livre, no sul do Brasil, seriam ocupados por 'fácies' culturais apresentando algumas especificidades locais". Mais especificamente, variedades étnicas teriam ocupado o Planalto, e essa situação tanto pode ser verificada nos dados etnográficos quanto pela arqueologia. resumindo, indicam os autores a "existência de uma grande área cultural Gê, subdividida em 'fácies' locais, que receberam os nomes errôneos de 'tradição' Taquara, Cada de Pedra e Itararé. Estes termos parecem apenas designar variações regionais e não unidades culturais à parte, como inicialmente se imaginou".

Por fim, na conclusão do trabalho destacam quatro aspectos sobre a pesquisa: 1) dificuldade em estabelecer fases frente a precariedade da arqueologia de salvamento, baseada em abertura de poços-testes, trincheiras e coletas superficiais; 2) dificuldade em se estabelecer nexos cronológicos e culturais entre as ocupações pré-cerâmicas e as possíveis ocupações horticultoras ceramistas na região em estudo; 3) a difícil dedução de uma horticultura incipiente

apenas pelo material cerâmico e lítico polido, pois estes elementos podem estar associados à coleta e consumo do pinhão, 4) influências da cerâmica com formas semelhante à Eldoradense encontram-se nos níveis inferiores da estratigrafia, talvez indicativo de ter sido uma influência antiga, que deixou de existir. Uma última notificação, foram os diversos tipos de implementos líticos encontrados, pelo menos 10 tipos novos.

CAPÍTULO 7 – A HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES JÊ MERIDIONAIS PELA ÓTICA DAS NOVAS GERAÇÕES: A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTOS A PARTIR DAS DÉCADAS DE 2000 E 2021

Para o capítulo que segue optei por alterar um pouco a estratégia de abordagem. Ao invés de apresentar cada autor e obra, apresento os pesquisadores reunidos por grupos. Isso ocorre porque a maior parte das publicações decorrem de pesquisas concentradas em três centros: IAP/UNISINOS, NuParq/UFRGS e LABARQ/UNIVATES. Esses centros têm como coordenador principal: Pedro I. Schmitz, Silvia M. Copé e Neli T. G. Machado que juntos encerram cerca de 20 anos de estudos com a tradição Taquara.

Os resultados dessas incursões que ocorreram em diferentes regiões do Estado foram objetos de análise por seus alunos orientandos, tanto em nível de graduação e pós-graduação. Por esse motivo considerei injustificável tomar seus discentes em separado. Além disso, todos passaram por um processo de aprendizagem dentro desses centros sendo influenciados direta ou indiretamente pelos referenciais teóricos dos orientadores.

Também apresento um quatro grupo que é mais heterogêneo, pois congrega pesquisadores distintos, com formação em diferentes universidades. Ainda reúno no grupo três obras que referem-se a resultados de pesquisas realizadas por decorrência de licenciamento ambiental, classificados, por isso, como arqueologia de contrato (ou empresarial).

O que dizer dos anos 2000? Neste momento, em uma escalada vertiginosa começaram a despontar não mais um ou outro pesquisador, mas grupos de pesquisa que orientados por um arqueólogo coordenador, à exemplo de Schmitz, Copé e Machado, passaram a responder pela formação de sucessivas gerações de investigadores. A partir desse novo milênio, os trabalhos mostraram-se amplamente diversificados, buscam-se novas parcerias entre os campos do

conhecimento, as temáticas se tornam mais abrangentes em algumas situações, ou mais específicas em outras, mas isso está ligado aos problemas de pesquisa e as escolhas feitas para responder a elas. A base está nos enfoques teóricos, agora sim, ilimitados.

IAP-UNISINOS - Pedro Ignácio Schmitz e demais pesquisadores associados ao Instituto Anchietano de Pesquisas

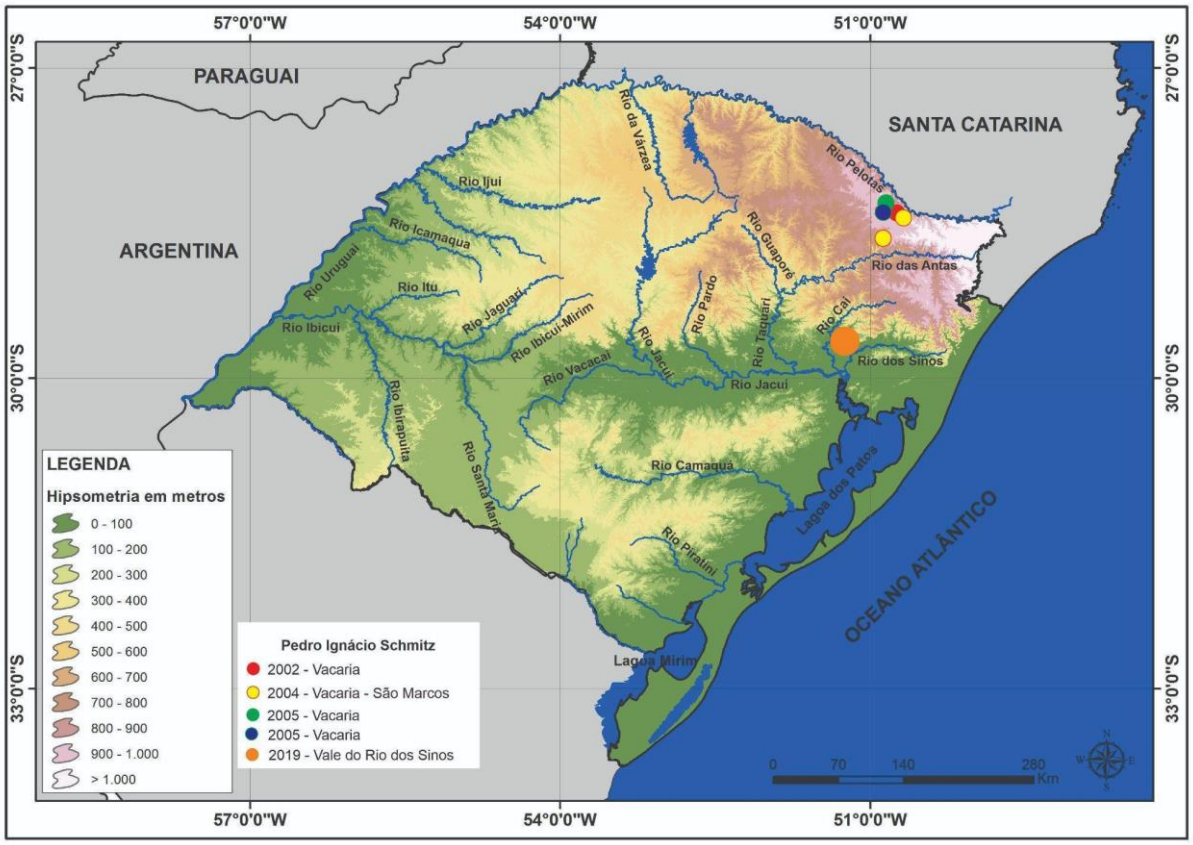
Quadro 22 - Conjunto de obras selecionadas do IAP/UNISINOS.

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
SCHMITZ, Pedro Ignácio, et al.	O projeto Vacaria: casas subterrâneas no planalto rio-grandense	Pesquisas, Antropologia, n. 58	2002	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio; **ROGGE**, Jairo Henrique	Dados e reflexões para o sistema de assentamento de populações ceramistas do planalto do Rio Grande do Sul	Revista de Arqueologia	2004	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio, et al.	Os índios engenheiros e suas estranhas casas enterradas	Anais do Colóquio sobre Sítios Construídos	2005	Anais Colóquio
SCHMITZ, Pedro Ignácio	"Casas subterrâneas" no Planalto Rio-Grandense, O projeto Vacaria	Anais do Colóquio sobre Sítios Construídos	2005	Anais Colóquio
SCHMITZ, Pedro Ignácio; **BASILE BECKER**, Ítala Irene	Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a tradição Taquara. Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil	Documentos	2006	Periódico
SCHMITZ, Pedro Ignácio, et al.	O povoamento Guarani do Vale do Rio dos Sinos	Pesquisas, Antropologia	2019	Periódico
BEBER, Marcus Vinícius	O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do Planalto Sul-brasileiro: o caso da Tradição Taquara/Itararé	Banco de Teses e Dissertações UNISINOS	2004	Tese
ROGGE, Jairo Henrique	Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul	Banco de Teses e Dissertações UNISINOS	2004	Tese
ROGGE, Jairo Henrique	Os sítios arqueológicos estudados no Litoral Central	Pesquisas, Antropologia	2006	Periódico
ROGGE, Jairo Henrique; **SCHMITZ**, Pedro Ignácio	Pesquisas arqueológicas em São Marcos, RS	Pesquisas, Antropologia	2009	Periódico

ROGGE, Jairo Henrique; **SCHMITZ**, Pedro Ignácio	Projeto Arroio do Sal: a ocupação indígena pré-histórica no litoral norte do Rio Grande do Sul	Pesquisas, Antropologia	2010	Periódico
DIAS, Jefferson Luciano Zuch	A Tradição Taquara e sua ligação com o índio Kaingang	Banco de Teses e Dissertações UNISINOS	2004	Dissertação
DIAS, Jefferson Luciano Zuch	Arqueologia no médio Vale do Rio dos Sinos e Vale do Rio Paranhana: o processo de ocupação pelos grupos ceramistas das tradições Taquara e Tupiguarani	Banco de Teses e Dissertações UNISINOS	2015	Tese
CORTELETTI, Rafael	Patrimônio Arqueológico de Caxias do Sul	Dissertação	2008	Livro
MERGEN, Natália Machado; **SCHMITZ**, Pedro Ignácio.	Pesquisas arqueológicas pioneiras no Litoral Norte Gaúcho (1960-1970),	Pesquisas, Antropologia	2016	Periódico

Fonte: Da autora (2022), com base nos dados coletados na pesquisa.

Figura 14 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas por Pedro Ignácio Schmitz no Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Do grupo de pesquisa orientado por Pedro Ignácio Schmitz (ver Quadro 22 e Figura 14 para referência das regiões estudadas), foram selecionados outros cinco pesquisadores que tiveram, se não toda, ao menos, parte de formação influenciada pelo arqueólogo, são eles: Marcus Vinícius Beber, Jairo Henrique Rogge, Jefferson Luciano Zuch Dias, Rafael Corteletti e Natália Mergen Machado. As publicações escolhidas são as mais diversas: 3 teses, 1 dissertação, 2 artigos em anais de eventos, 8 artigos em periódicos, 1 livro.

Das teses e dissertações, todas foram defendidas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS e constam no banco de dados dessa universidade; o livro reúne as informações da dissertação do autor defendida pela UNISINOS, foi editado e divulgado pela Editora Nova Prova; já dos artigos escolhidos, seis podem ser encontrados no periódico Pesquisa, Antropologia e um no periódico Documentos, ambos órgãos de publicação científica do Instituto Anchietano de Pesquisas e vinculado à Unisinos; outro artigo refere-se ao periódico Revista de Arqueologia, editada pela Sociedade Brasileira de Arqueologia; dois artigos integram os Anais do Colóquio sobre Sítios Construídos, evento realizado pelo Laboratório de

Estudos e Pesquisas Arqueológicas – LEPA, vinculado à Universidade Federal de Santa Maria, cujo conteúdo foi divulgado pela Editora Palloti.

Qual o motivo que me levou a agrupar estudiosos em torno de Schmitz? Como se poderá observar pelos textos abaixo, o conjunto de publicações do autor passa a seguir a tônica da abordagem da teoria dos sistemas de assentamento. Interessa ao arqueólogo observar, sobretudo, aspectos que dizem respeito à formação dos sítios. A partir daí é possível ter uma visão geral dos caminhos seguidos e os resultados alcançados, além de poder perceber que os integrantes arqueólogos do grupo, assim como os orientandos que se utilizaram de informações coletadas de suas pesquisas, desenvolvidas em diversas regiões do Estado, possuem a mesma postura circunspecta de seu mentor. Schmitz não tem por característica arriscar-se em teorias mais arrojadas, sobretudo aquelas que levam a considerar aspectos simbólicos e cognitivos.

A primeira publicação (2002), *O projeto Vacaria: casas subterrâneas no planalto rio-grandense,* estruturalmente está segmentada em três partes: Introdução, Os sítios do projeto Vacaria (este item do desenvolvimento do artigo está dividido em vários outros segmentos), Discussões e Conclusões e Bibliografia. O texto traz uma figura da planta de situação com os sítios localizados, croquis com a representação das bordas e das formas cerâmicas e líticas, além de figuras com as representações dos padrões de decoração das cerâmicas, tabela com o resultado da análise das decorações da cerâmica e tabela de quantidade de material lítico encontrado.

O objetivo do artigo está em conhecer o sistema de assentamento das populações ceramistas da tradição Taquara/Itararé do planalto. Segundo os autores, as primeiras explorações tiveram início na década de 1960 no planalto e litoral do Sul e Sudoeste do Brasil e deram origem a um primeiro modelo de ocupação territorial. A hipótese observada para o grupo é de que sejam cultivadores dependentes de recursos disponíveis das estações do planalto e litoral, por isso fariam migrações anuais e teriam assentamentos e tipos de atividades adaptados aos distintos ambientes. Outro aspecto pleiteado é sua associação com as populações Kaingang.

Nessa parte introdutória do texto os autores apresentam o projeto e relatam as etapas de atividades efetuadas desde o início de seu desenvolvimento, no ano de 1994. Fazem uma breve caracterização da área de estudo como: relevo, vegetação, altitude, geologia. Também descrevem, sinteticamente, como está caracterizada a região em termos arqueológicos, informam a quantidade de sítios levantados e de estruturas localizadas. São descritas as estratégias para o trabalho de campo, procedimentos tomados para a catalogação dos sítios e as atividades de laboratório.

Para a parte referente ao desenvolvimento do artigo, primeiramente estão descritas as atividades de campo. É apresentada uma lista com os sítios identificados: nome do sítio, número e medidas observadas para cada uma das estruturas encontradas e coordenada geográfica do sítio. Também foram apresentadas, de forma detalhada, as escavações no sítio RS-A-27 As intervenções ocorreram tanto dentro quanto fora das casas e nos montículos. A segunda parte do trabalho trata das atividades de laboratório. Apenas o resultado da análise do material lítico foi divulgado. Foram observados aspectos como: matéria-prima, tecnologia lítica, e categorias de artefatos.

Quanto à discussão e conclusão, os autores reforçam que ficou mais clara a questão das estruturas dos sítios: tanto quanto para às escolhas e estratégias para a construção da casa; quanto para observar e pensar sobre locais de atividades específicas e isoladas, dentro e fora da casa; que as datações mostram usos descontínuos das estruturas indicando não se tratar de uma aldeia, que essa inconstância da ocupação poderia ter outras explicações como: manutenção e controle do território ou uma forma de adaptação aos recursos disponíveis.

Os autores também informam que as características dos sítios de Vacaria são compartilhadas com outras regiões, as quais eles mencionaram como sendo as fases Guatambu e Guabiju e sem definição específica, mas que compreende o sul de Santa Catarina. E que aparecem diferenças com relação à região de Caxias do Sul que também é designada por uma fase. Neste caso ainda, apontam que as datas conseguidas para Vacaria são posteriores às datas divulgadas para Caxias, ou seja, Os sítios de Vacaria são mais recentes.

Incorrendo à etnografia, as informações indicam que a região era domínio do cacique Braga, e a seus subcaciques eram atribuídos territórios que possuíam limites definidos. Desses dados etnográficos ainda se obtém outros elementos úteis, como aspectos sociais e alimentares e sobre a relação com grupos vizinhos como os Xokleng.

Outras conclusões: investir em estruturas de piso rebaixado podem indicar que para além de possível estratégia de adaptação ao frio, caracterizam um grande investimento que só valeriam tal esforço se há bens irrenunciáveis, que valem defender, como seria o caso do pinhão. E quanto mais densa se tornasse a população e maior fosse a competição pelos recursos, mais estratégias deveriam ser elaboradas. Além disso, a cultura das casas com pisos rebaixados é síncrona com as áreas de pinheirais que se estendem pelo Sul do Brasil e Misiones argentinas e com o núcleo de povoamento Kaingang e nunca foi invadida por outras culturas indígenas.

A segunda publicação (2004), *Dados e reflexões para o sistema de assentamento de populações ceramistas do planalto do Rio Grande do Sul,* estruturalmente está segmentada em sete partes: Resumo, Abstract, Introdução, Estruturas: distribuição no território, associação,

caracterização individual (este item do desenvolvimento do artigo está dividido em vários outros segmentos), Considerações, Agradecimentos e Bibliografia. O texto traz uma figura da planta de situação com os sítios localizados, croqui de sítios e de escavação e tabela com relação de estruturas (casas), tamanhos, posição no relevo, intervenções e datas.

O objetivo do artigo está em apresentar as estruturas conhecidas do sistema de assentamento de populações ceramistas, que ocuparam os municípios de Vacaria e São Marcos, RS, entre os séculos X e XIX de nossa era. Logo no início do texto os autores ressaltam o aumento do número de pesquisas sobre o sistema de assentamento pré-histórico do Planalto Meridional e que a preocupação tem recaído sobre compreender como se dá a organização de uma população em uma determinada região, assim como quanto a aspectos como: distribuições, formas, funções e hierarquias refletem a organização de uma determinada população em uma região. Além disso, passa a ser objetivo compreender como os diversos elementos da cultura se foram criando, adaptando, mantendo e relacionando no espaço em que a população se estabeleceu e se manteve durante gerações, distanciando-se cultural e simbolicamente de sua matriz, criando uma nova identidade.

Quanto ao desenvolvimento do texto, os autores descrevem as diferentes estruturas encontradas, primeiramente, no município de São Marcos, RS, são: casas subterrâneas, sítios com casas subterrâneas e estruturas semi-lunares, sítios a céu aberto e jazigos funerários. Como alguns desses sítios foram escavados, foram apresentados os resultados das intervenções. Num segundo momento, são apresentados os resultados dos trabalhos continuados em um dos sítios com casas subterrâneas no município de Vacaria, RS.

Quanto às considerações, se ressalta que as estruturas que formam o sistema de assentamento de ambos os municípios são variadas. Que são perceptíveis as diferenças entre casas grandes e pequenas a exemplo de construção, cobertura, espaços de atividades, duração e intensidade de uso. Comum são atividades realizadas em área externa. O destaque são as estruturas semi-lunares que podem vir agrupadas com habitações, mas podem ser um fenômeno independente. Nelas há poucos artefatos, não há estrutura de fogo, talvez sejam acampamentos passageiros. Sítios a céu aberto são raros e pela qualidade e quantidade de material eles poderiam representar ocupações semelhantes às das casas. De modo geral, os resultados indicam que as estruturas são predominantemente diacrônicas, sucedendo-se durante várias gerações. A razão de voltar aos mesmos pontos é desconhecida. Sublinham que a disponibilidade e tamanho de locais para sepultamento (abrigos rochosos ou fendas) podem variar em quantidade de indivíduos.

Finalmente, os autores apontam que o quadro descrito é ainda provisório e incompleto e sugere hipóteses para uma determinada região. Os indicadores apontam para um assentamento semissedentário, voltado à floresta e à coleta do pinhão, cuja oscilação periódica na produção poderia ser um fator de mobilidade a ser compensado, até certo ponto, por alguns cultivos, a caça e a pesca. A movimentação de terra, que se tornou uma marca cultural, não se justificaria só com a construção de habitações que protegessem do frio (e as estruturas semi-lunares?), mas na estratégia de manutenção do domínio sobre os recursos vegetais. Porém, o esforço construtivo parece exagerado quando o confrontamos com o relativamente pequeno uso prático das construções.

A terceira publicação (2005), *Os índios engenheiros e suas estranhas casas enterradas,* integra os anais de um colóquio. Estruturalmente o artigo está segmentado em cinco partes, uma introdução: Pesquisas sobre casas subterrâneas, o desenvolvimento: O projeto Vacaria (e demais subtítulos que integram o capítulo) e conclusão: O tipo de assentamento nos sítios estudados, ainda há os Anexos e Bibliografia citada. Os anexos trazem a figura da planta de situação com a área de distribuição da cultura arqueológica, croqui de sítios, escavação e estratigrafia, figuras com a reconstituição gráfica das formas de alguns objetos (lítico e cerâmico) e figuras ilustrativas de reconstituição da cobertura das estruturas subterrâneas e de jazigo funerário.

O objetivo do artigo está em mostrar, a partir do resultado do projeto Vacaria, como as populações do planalto se tinham estabelecido em razão de sua organização socioeconômica e do ambiente que encontravam.

No início do texto os autores fazem uma breve introdução, procurando salientar alguns momentos importantes do início dos trabalhos com as populações moradoras no planalto, sinalizando que nas primeiras investigações o interesse estava em entender os "buracos" como habitação, tendo a cobertura e a estrutura de construção como o foco, não se preocupando com a dinâmica representada na formação do sítio e sim o registrando como se fosse uma unidade, supostamente coetânea. Com o desenvolvimento do projeto Vacaria se voltou à preocupação de como teriam se formado os sítios, todavia, com um leque de novas perguntas e hipóteses mais diversas, desde qual o sentido de cada uma das estruturas e dos espaços não construídos entre elas; quais relações funcionais, qual cronologia; relação com diferentes ambientes, entre outras problemáticas de pesquisa.

A partir daí os autores ilustram o texto trazendo as informações coletadas do referido projeto. Iniciam pelos dados básicos de delimitação de área descrevendo, resumidamente, as características geoambientais do município como: altitude, vegetação, hidrografia. Também são

descritas, de forma mais demorada, as atividades de escavação em dois sítios arqueológicos constituídos de diversas casas subterrâneas e montículos: RS-A-27, RS-A-29 e um sítio de sepultamento humano RS-A-28.

Na parte final do artigo, as conclusões podem ser divididas em dois blocos. O primeiro bloco mostra e propõe explicações a partir dos resultados alcançados com as escavações, quais seriam: de que nas casas consideradas pequenas, é possível que o rebaixamento corresponda ao lugar do fogo e não ao piso inteiro da ocupação, o material está aglomerado e a superfície possivelmente está coberta por um telhado, maior do que o espaço; já nas casas maiores as dimensões são mais amplas e há o rebaixamento de toda a habitação e o material está disperso no interior. Muitas atividades ocorrem na área externa, nas imediações. Informam que as características indicam corresponder à fase Guatambu da tradição Taquara, cujos representantes seriam os Kaingang e seus antepassados, aliás, os únicos moradores indígenas que aparecem descritos para a área do Planalto nos documentos históricos. Ainda tecem comentários sobre o resultado da análise do material cerâmico e lítico que indicou que todos os artefatos têm caráter utilitário e doméstico.

No segundo bloco das conclusões, e tomando os seus resultados, oferecem um quadro com algumas hipóteses de trabalho. Por exemplo, sugerem uma relação e uso do espaço ao mostrar a população utilizando-se dos diferentes recursos oferecidos e que poderiam ser aplicados na vida cotidiana, como: a madeira, fibras, ou peles, ou interagindo com o meio ambiente circundante e modificando a paisagem ao construir moradias ou estabelecer áreas de cultivos e caminhos. Ainda propõe que a estabilidade do grupo estaria relacionada com a disponibilidade econômica sobre a coleta e caça. Neste sentido, a ocupação apenas duraria alguns anos, porém seriam sucessivas e se dariam por razões estratégicas.

Por fim, sublinha que uma das preocupações estava em entender a implantação das moradias uma vez que na região o modelo diverge daqueles existentes na bibliografia, por estarem em declives acentuados. A pesquisa indicou a hipótese do telhado de uma só água. E o artigo termina fazendo uma referência aos estudos palinológicos que apontam que a expansão do pinheiro sobre os campos coincide com as datas da expansão da tradição cultural Taquara/Itararé. Ou seja, de que possa existir uma ligação - estreita - entre esta população e as florestas de pinheiro.

A quarta publicação (2005), *"Casas subterrâneas" no Planalto Rio-Grandense, O projeto Vacaria,* integra os anais de um colóquio. Estruturalmente o artigo está segmentado em cinco partes: Introdução, Material e métodos, Resultado e discussão, Conclusões e Bibliografia

citada. O objetivo do artigo está em a partir do resultado do projeto Vacaria, entender, a formação dos sítios e a distribuição num espaço homogêneo e reduzido.

Segundo o autor, entre os estudos com as chamadas casas subterrâneas, a formação dos sítios não tem sido muito detalhada e o projeto Vacaria veio atender essa demanda. Dos 20 sítios com casas subterrâneas e um abrigo-cemitério identificados, as escavações ocorreram em três: RS-A-28 (abrigo-cemitério), RS-A-27 (13 casas e dois montículos) e RS-A-29 (mais de 20 casas e um montículo) e áreas ao redor das casas.

Como resultado, o autor buscou mostrar que os sítios seguem características de formação: estão inseridos em locais altos e próximos de vertentes e se distribuem de forma irregular pelo terreno. São testemunhos de antigas moradias, com artefatos ainda presentes em seu interior, somente a cobertura que desapareceu. As depressões pequenas possuem espaço reduzido no centro e provavelmente seriam ocupadas por famílias individuais, já as depressões maiores seriam ocupadas por famílias extensas ou associadas. As atividades seriam desenvolvidas dentro e fora das casas, sendo possível observar lugares de atividades. No caso dos montículos, estes correspondem à terra retirada na construção de casas grandes.

Também, a composição de um sítio não corresponde a uma ideia de aldeia com habitações coetâneas, mas sucessivas, usadas por um período maior que o estacional e eventualmente reocupadas e costumam cobrir vários séculos, por exemplo, Vacaria cobre o século XI até a primeira metade do século XIX. As datas recentes coincidem com a ocupação dos Kaingang. Cerâmica e lítico são todos utilitários.

Concluiu o autor que a exploração ordenada dos recursos naturais e mais alguns cultivos tropicais, permitiu uma relativa sedentariedade e a possibilidade de preservação do território e bens. O rodízio na ocupação dos sítios poderia indicar estratégia de manutenção e defesa do território. Além disso, devido a grande movimentação de terra e sua manipulação, o autor considerou chamá-los de primitivos engenheiros. Por fim, as datas do século XIX e indícios de materiais de contato relativamente recentes encontrados dentro das estruturas (botão de cerâmica e um pé de boneca em cerâmica), indicam que as últimas casas dos sítios pertencem aos Kaingang e as demais, mais antigas, aos seus antepassados.

A quinta publicação (2006), *Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a tradição Taquara. Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil,* refere-se a um artigo que está em sua segunda impressão. A primeira data de 1991. Observando as informações que constam em ambas as edições quase nada foi alterado. Estruturalmente, o artigo está segmentado em quatro partes, uma introdução: O que é a tradição Taquara, o desenvolvimento: Foi assim que tudo começou (e demais subtítulos que integram o capítulo), a conclusão: A

história do grupo e Bibliografia citada. Ao final do documento há a figura da planta de situação com a área de distribuição das chamadas fases arqueológicas, croqui de sítios, escavação e estratigrafia, figuras com a reconstituição gráfica das formas de alguns objetos (lítico e cerâmico) e imagem com exemplos da decoração cerâmica.

O objetivo do texto está em mostrar o que é a tradição Taquara. E a forma de apresentação foi por meio de tópicos, por exemplo: as fases, a interpretação das aldeias, o sistema econômico e a história do grupo. Logo no início do artigo os autores identificam o significado do termo tradição Taquara, atribuindo o peso do conceito ao tipo cerâmico e aos trabalhos de engenharia de terra. Também sublinham que durante um período, tomaram o grupo como sendo inferior aos Guarani em termos econômicos, ou seja, caçador-coletor e pequeno plantador. Todavia, com o avanço dos estudos observou-se que a população possui uma economia equilibrada, e que se manteve relativamente numerosa desde o século II de nossa era, passando por severas modificações durante o período da conquista europeia, porém sobrevivendo, mesmo que as condições não se apresentem satisfatórias. Seus nomes são: Guaianá, Coroado, Kaingang, mas hoje estão representados pelos grupos Kaingang das reservas indígenas do Norte e Noroeste do Estado.

Quanto ao desenvolvimento do artigo, os autores fazem um retrospecto das investigações desde seus primeiros anos, passando pelo breve relato de primeiras e importantes escavações e datações conseguidas e, a partir disso, por meio da caracterização da tradição e das diversas fases atribuídas, mostram como se esquematizou o entendimento da cultura. Posteriormente, exemplificam as várias formas de assentamento, usadas de acordo com as circunstâncias, inferem sobre um possível sistema econômico apoiado na horticultura, porém com apoio da coleta, caça e pesca. Refletindo sobre o abastecimento, os pesquisadores supõem que este deveria ser regular e satisfatório ao menos durante a maior parte do ano se tivessem o domínio vertical de ao menos três ambientes: as terras altas, as encostas florestadas e várzeas dos rios, e o litoral. No entanto, este sistema era vulnerável e a falta de acesso a qualquer uma dessas áreas poria em risco a sobrevivência da população, exigindo importantes reformulações ou até mesmo concessões. Ainda discorrem sobre os tipos de artefatos, lítico e cerâmico e suas características principais.

Feitas as descrições, ao final os autores propõem sua hipótese para o surgimento da população. Sugerem uma evolução regional autóctone, isto é, que a tradição Taquara seja sucessora dos grupos de caçadores-coletores, que teriam se tornado plantadores. Em um processo de neolitização geral do planalto brasileiro, esses caçadores antigos teriam partido para o estabelecimento de aldeias mais estáveis e utilização de cerâmica, de forma que todas as

transformações culminam no surgimento da tradição Taquara. Aparentemente o fenômeno é mais antigo no Rio Grande do Sul mas, paulatinamente, sua expansão estende-se por todo o planalto sul-brasileiro, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Misiones argentinas.

Dentro do Estado, é nos pontos mais altos, no extremo Nordeste que surge a fase denominada de Guatambu; mais tarde chega ao Nordeste (fase Taquara); estende-se mais para o Centro (fase Erveiras); mais recentemente alcança o Noroeste e no Norte (fases Taquaruçu, Giruá/Xaxim e Guabiju). Projetam que estes sucessivos avanços no território do Estado poderiam ser atribuídos às continuadas colonizações do grupo, que primeiro se conseguiu modernizar (a fase Guatambu), ou a seguidas modernizações de contingentes mais atrasados, que se transformariam então nas diversas fases estudadas.

Da relação com os migrantes amazônicos, num primeiro momento chegou a se pensar que os grupos Taquara pudessem ter ensinado ao Tupiguarani a decoração plástica, pois este parece um movimento unidirecional da tradição local para a tradição migrada, ou seja, há cerâmica Taquara sobre assentamento Tupiguarani. Em seguida, parece haver uma retração de ambos os grupos e o contato se reduz, mas ele volta a ocorrer em tempos mais recentes, em altitudes menores, ao longo do oceano e encostas florestadas, são incorporados elementos Tupiguarani em aldeias Taquara. Todavia, poucas aldeias do planalto, onde está o núcleo da tradição, mostram qualquer elemento Tupiguarani, indicando que os mencionados fenômenos são predominantemente de fronteira.

Dessas prováveis tensões fronteiriças, sugerem os autores, que a evolução da tradição Taquara parece ter sido tranquila até a chegada do europeu; que durante o período da conquista as populações do planalto - receberam o nome genérico de Guaianá - puderam viver em casas subterrâneas como mostram as datas da fase Guabiju; ainda, que o impacto europeu sobre eles foi menor devido ao modo de vida mais disperso e menor experiência agrícola que os poupou de uma completa desorganização cultural e de vida tribal. Supõem, no entanto, que deve ter havido uma crise diante da perda de territórios, guerras contra à expansão colonial e doenças. O maior impacto viria com o surto de povoamento dos campos altos e das matas da encosta no século XIX. Naquele momento o território estaria dividido em quatro grupos rivais: os Botocudos (na área da fase Guatambu e talvez Guabiju), os Kaingang do cacique Braga (na área da fase Taquara); os Kaingang dos caciques Nonohay e Fongue (na área das fases Taquaruçu, Giruá e Xaxim), todavia, foi desmantelado passando as terras para as mãos das frentes colonizadoras, e as populações indígenas constrangidas foram obrigadas a se aldear em reservas e a viverem subordinadas ao governo.

A última publicação selecionada e relacionada aos Jê Meridionais do Rio Grande do Sul e que traz o nome de Schmitz como autor principal ou primeiro autor e data de 2019. Isto não quer dizer que o arqueólogo deixou de estudar este grupo, pelo contrário, por vários anos suas pesquisas foram com os grupos Jê do Estado de Santa Catarina.

Feita esta ressalva, a sexta publicação (2019), *O povoamento Guarani do Vale do Rio dos Sinos,* estruturalmente, está segmentada em quatro partes: uma Apresentação, o desenvolvimento: A Bacia do Rio dos Sinos (e os municípios que incluem essa bacia), a apresentação dos resultados: Ocupação Guarani do Vale do Rio dos Sinos e as Referências Bibliográficas. O texto traz figuras de planta de situação com as áreas e os sítios, fotografias de áreas de sítios, croquis de sítios, escavação e de perfil estratigráfico, figuras de exemplares de cerâmica e lítico e figuras com a reconstituição gráfica das formas líticas e cerâmicas, tabelas com análises sobre a cerâmica.

O objetivo do trabalho é oferecer uma visão do antigo povoamento guarani no vale do rio dos Sinos utilizando coleções e documentos resultantes de levantamentos feitos nas décadas de 1960 e 1970, colocando-os no contexto da região geográfica e iluminando-os com relatos de missionários jesuítas que estiveram entre os grupos Guarani do Sudeste do Brasil, denominados Carijós, nas primeiras décadas do século XVII, quando eles eram disputados por escravagistas e por missionários. Minha justificativa em incluir esse texto ao estudo está no fato de ser uma das publicações mais recentes que aborda o tema em discussão, além disso, retoma informações passadas e ainda pouco trabalhadas sobre sítios arqueológicos relacionados à tradição arqueológica Taquara na região do Vale do Rio dos Sinos.

Quanto à justificativa está no fato de que tanto as coleções quanto os documentos foram pouco explorados, existindo apenas o relatório impresso de Miller (1967), a tese de doutorado sobre o povoamento do alto vale realizado por Dias (2003) e a tese sobre o povoamento do vale do rio Paranhana estudado por Dias (2015). Quanto às coleções, elas estão depositadas no Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL), em Taquara, e correspondem às pesquisas das décadas de 1960 e 1970 feitas por Miller, Mentz Ribeiro, Dall'Agnol e Naue. Parte da coleção também está no Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos que também efetuou investigações na região. O referido texto expõe a documentação de 51 sítios, mas interessam apenas aqueles que mencionam indícios de ocupação da tradição Taquara.

O primeiro capítulo da publicação apresenta as características ambientais da Bacia do Rio dos Sinos; principais hidrografias e aspectos geológicos pertinentes a construir um cenário por onde movimentaram-se populações antigas: tipos de relevos, clima e elementos da vegetação e da fauna proporcionando uma área atraente à ocupação desde, aproximadamente

10.000 A.P. Posteriormente é apresentada a documentação. São registros de croquis de sítios, descrição das intervenções e/ou coletas, a descrição do material (cerâmico e lítico). Os sítios com presença de cerâmica de tradição Taquara somam 19 ao todo: São Leopoldo (2 sítios), Baixo Vale do Rio dos Sinos (2 sítios), Lomba Grande, NH (2 sítios), Sapucaia do Sul (1 sítio), Sapiranga (3 sítios), Estância Velha (1 sítio), Alto Vale do Rio dos Sinos (8 sítios).

Quanto às conclusões do trabalho, de forma geral, e falando sobretudo, acerca das populações Guarani, os autores salientam que o rio dos Sinos orientou a ocupação e que os sítios estão localizados ao longo do vale e de seus afluentes maiores, abrangendo as primeiras elevações do terreno, no limite externo da várzea ribeirinha. É uma faixa consideravelmente estreita de baixas colinas, que, na margem esquerda, se avizinha dos campos ondulados cobertos por gramíneas e, na direita, emenda com a densa floresta da encosta do Planalto das Araucárias. Só na confluência do rio Paranhana com o rio dos Sinos e junto aos formadores do rio esta faixa se alarga. Em referência aos sítios da Tradição Taquara, tanto em assentamentos considerados antigos como mais recentes, ocorrem elementos cerâmicos da tradição Taquara, misturados com os da Tupiguarani, indicando algum tipo de contato. O texto também abrange as informações históricas, relatos dos tempos do processo de colonização.

Marcus Vinícius Beber

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
BEBER, Marcus Vinícius	O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do Planalto Sul-brasileiro: o caso da Tradição Taquara/Itararé	Banco de Teses e Dissertações UNISINOS	2004	Tese

Figura 15 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada pelo autor envolvendo o Planalto Sul Brasileiro (RS, SC e PR). No Estado, a região estudada foi o Planalto Gaúcho.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Marcus Vinícius Beber possui Licenciatura e Bacharelado (1992/1995) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1994) e Doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2004). Atualmente é graduando em Museologia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2021-). Também é professor de cursos de Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e pesquisador junto ao Instituto Anchietano de Pesquisas - IAP/UNISINOS.

Deste arqueólogo foi selecionada a tese de doutorado defendida pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos em 2004 (ver Figura 15 para referência da região estudada). Estruturalmente, está dividida em 14 partes: Resumo; Abstract (escrito em inglês); Resumen (escrito em espanhol); Résumé (escrito em francês), Lista de Ilustrações; Lista de Tabelas; Introdução; Pesquisas sobre a Tradição Ceramista Taquara/Itararé; O Ambiente e os Recursos do Planalto Sul-Brasileiro; Em busca de um Padrão de Assentamento; Os Sítios, seus Padrões e o Sistema de Assentamento; Considerações Finais; Referências Bibliográficas e Anexos. O

objetivo da tese visa construir um quadro compreensível sobre as populações pré-coloniais do sul do Brasil e, com isso ampliar a nossa noção do que seja a própria História do Brasil, que, de maneira nenhuma, pode ficar restrita aos últimos quinhentos anos da experiência européia nestas terras do Atlântico Sul. O autor defende a tese que os sítios arqueológicos do planalto fazem parte de um sistema de assentamento que integra os diferentes tipos de sítios identificados, quais sejam, abrigos – usados como jazigos funerários –, casas subterrâneas, montículos, áreas entaipadas e aldeias a céu aberto.

Pode-se dizer que a tese marcou o início dos anos 2000, transformando-se, posteriormente, numa referência com estudos de ocupação Jê no Planalto. Sua elaboração também se deu dentro de um momento bastante vicejante dos trabalhos.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, se desenvolviam projetos de pesquisas, que mais duradouros cresciam em complexidade a cada nova etapa de execução e os resultados, surpreendentes, dilataram a compreensão sobre a organização sociocultural dos grupos. Aliás, foi essa a justificativa do autor para trazer à tona esse tema. Segundo o arqueólogo, "os trabalhos recentes fornecem informações novas sobre a organização dos sítios, sua composição e sucessão cronológica". Ainda, de maneira afirmativa, se exortava a necessidade de perceber que as tradições cerâmicas planálticas Taquara, Itararé - e Casa de Pedra - formam uma única tradição cultural e que possuem direta relação com grupos historicamente identificados como Kaingang: "não temos mais dúvidas de que façam parte de uma mesma tradição cultural, que foi identificada pela cerâmica como sendo Taquara/Itararé, e atualmente é relacionada aos grupos indígenas descritos na documentação histórica como Kaingáng, que possuem remanescentes morando em reservas na Região Sul do Brasil".

O texto do Capítulo 1 acomoda uma retomada de síntese sobre os últimos 40 anos de estudos que envolveu os três Estados do Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) buscando expor os resultados de forma coerente e sequencial a respeito do embasamento teórico predominante, o projeto do PRONAPA e a classificação das fases arqueológicas. O Capítulo 2 explora o ambiente do Planalto, apresentando o cenário em que as populações Jê se desenvolveram. Poder-se-ia dizer que até aqui seu texto vai ao encontro da grande síntese que Mentz Ribeiro propunha com sua tese em 1991, que de forma semelhante tratou dos mesmos pontos que o atual pesquisador. Todavia, Beber superou o texto de seu antecessor em diversos aspectos, primeiro porque ele tomou como aporte teórico a arqueologia processual, mas porque ao abraçar as contribuições advindas da Ecologia Cultural, propôs uma ideia mais coerente de adaptação humana no Planalto. Algo que Mentz Ribeiro não conseguiu

fazer, porque toda a sua concepção de desenvolvimento humano e capacidade de adaptação estava fortemente pautado Histórico-Culturalismo.

Outra grande "sacada" de Beber foi também pautar-se no modelo teórico da Arqueologia da Paisagem para compreender a relação homem-meio ambiente. Tendendo a observar, segundo o autor, "a cultura como um sistema que se apropria do meio, interage com ele, alterando-o e sendo alterada. Este, o ambiente, é um recurso manipulado, onde cada sociedade o organiza, não apenas em razão das disponibilidades existentes, mas também em função das suas necessidades simbólicas".

O Capítulo 3 é onde o pesquisador propõe sua tese: a partir da sistematização dos dados provenientes de diferentes projetos para o Planalto Sul-Brasileiro, que identificam variados tipos de sítios que compõem padrões, é possível estabelecer um sistema de assentamento. Segundo a proposta de Beber, os sítios arqueológicos devem ser compreendidos como uma parte dinâmica de um sistema de assentamento, "(...) tanto sincrônica como diacrônica. A consideração sincrônica percebe os diferentes sítios como respostas adaptativas de uma cultura em função das necessidades que se impõe, criando múltiplos tipos de assentamento. A consideração diacrônica refere-se às modificações que esses assentamentos apresentam no tempo através das alterações dos padrões de implantação dos sítios, que podem estar refletindo novas formas de adaptação cultural".

Dessa forma, se no Capítulo 3 foram apresentados os diferentes tipos de assentamento que envolvem a ocupação pré-colonial do Planalto Sul-Brasileiro, no Capítulo 4, ele busca testar a hipótese: articular um sistema que dê conta dessas múltiplas realidades. Portanto, como se configuraria o sistema de assentamento? Segundo Beber, são quatro os tipos de assentamentos: 1) assentamentos litocerâmicos, 2) casas subterrâneas, 3) áreas entaipadas com montículos funerários e 4) grutas com sepultamentos. Casas subterrâneas e sítios litocerâmicos, configuram-se como áreas domésticas, porém os últimos não parecem ter sido reocupados como as casas subterrâneas. Os montículos cercados por taipas são espaços funerários da mesma forma que as grutas.

De modo geral, ocupariam os patamares mais altos do planalto e teriam uma organização tribal, desfrutariam da coleta e utilização do pinhão e talvez uma horticultura realizada principalmente na várzea dos rios. Possuíam casas subterrâneas. Produziam uma cerâmica de pequena dimensão e alguns artefatos líticos indispensáveis para o tratamento da madeira. Sepultavam seus mortos em abrigos e os indivíduos mais destacados em montículos.

Na encosta do planalto, em menor altitude, temperatura mais amena e nova composição florística, o tipo de assentamento forma aldeias de grandes dimensões, nos quais são feitas

cabanas. Com pinhão menos abundante, a subsistência seria baseada numa horticultura desenvolvida próxima à várzea dos rios e aliada a uma coleta.

Por fim, o autor ressalta em suas conclusões que as populações Ceramistas da Tradição Taquara/Itararé integram um Sistema de Assentamento no Planalto Sul-Brasileiro, cujas bases assentam-se no 1) fato de todos os sítios estarem próximos; na 2) cronologia que que dá conta de ocupações sucessivas de pelo menos um milênio, demonstrando uma ocupação tradicional do espaço; nos 3) recursos disponíveis na floresta com araucária que permitem a subsistência sem maiores dificuldades e na 4) cerâmica encontrada em todos os diferentes tipos de sítios que é a mesma.

De forma geral, quando se faz a leitura dos Capítulos 3 e 4 da tese é possível lembrar da dissertação de Reis ([1997]2002). Naquele momento, o autor também sugeriu fazer uma síntese com objetivo de propor novas problemáticas e formular novas perguntas em relação à arqueologia dos buracos de bugre, visto que o assunto carecia de sintetização e marcos teóricos. Também firmava um posicionamento que era considerar o padrão de assentamento como uma teoria. Assim, vemos que anos mais tarde, a arqueologia se interessou em seguir por esse caminho. Como assinala Reis, a teoria do padrão de assentamento pretendia apontar novas possibilidades de se continuar pesquisando a complexidade da Arqueologia dos Buracos de Bugre.

Visto desta forma, a arqueologia Jê Meridional deste início de milênio ampliou grandemente o leque de possibilidades de estudo. A tese de Beber, tomando por base diversos dos trabalhos que vieram posteriormente, amplificou as pesquisas e instigou os arqueólogos a observarem suas regiões de estudo e a identificarem padrões de assentamentos. Trabalhos regionais despontaram, mostrando que existe uma diversidade de sítios e que os mesmos têm algum tipo de relação com os compartimentos ambientais característicos dessas regiões. Isso tudo culminou não somente numa profusão de novos aportes teóricos como também mostrou a complexidade das diferentes sociedades humanas, que não podiam mais serem reduzidas e uma infinidade de fases, cuja caracterização somente poderia ser dada a partir de seus restos culturais.

Jairo Henrique Rogge

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
ROGGE, Jairo Henrique	Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul	Banco de Teses e Dissertações UNISINOS	2004	Tese
ROGGE, Jairo Henrique	Os sítios arqueológicos estudados no Litoral Central	Pesquisas, Antropologia	2006	Periódico
ROGGE, Jairo Henrique; **SCHMITZ**, Pedro Ignácio	Pesquisas arqueológicas em São Marcos, RS	Pesquisas, Antropologia	2009	Periódico
ROGGE, Jairo Henrique; **SCHMITZ**, Pedro Ignácio	Projeto Arroio do Sal: a ocupação indígena pré-histórica no litoral norte do Rio Grande do Sul	Pesquisas, Antropologia	2010	Periódico

Figura 16 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas pelo autor no Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Jairo Henrique Rogge possui Graduação em Geologia (1985 - 1991), Mestrado em História (1991) e doutorado em História (2004), todos pela Universidade do Vale do Rio dos

Sinos - UNISINOS. Desde 1992 é pesquisador no Instituto Anchietano de Pesquisas. É professor e coordenador do Curso de Licenciatura em História e professor do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS.

Deste arqueólogo foi selecionada a tese de doutorado defendida pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos em 2004. Estruturalmente, está dividida em 13 partes: Lista de Figuras; Lista de Quadros; Resumo; Abstract (escrito em inglês); Introdução; A Questão do Contato e Interação Entre Populações Humanas na Arqueologia: Uma Síntese; Os Processos de Contato e Interação Vistos a Partir da Noção de Migração, Território, Zona de Fronteira e Estilo Cerâmico; As Tradições Arqueológicas Cerâmicas do Rio Grande do Sul; As Zonas de Fronteira e o Contato Cultural: As Evidências Arqueológicas; A Interação Entre os Portadores das Tradições Tupiguarani, Taquara e Vieira; Conclusão; Referências Bibliográficas e Anexos. O objetivo está em compreender e explicar a natureza das interações humanas, que fizeram com que populações portadoras das tradições arqueológicas cerâmicas Tupiguarani, Taquara e Vieira, em diversos pontos do território sul-rio-grandense, estabelecessem sistematicamente uma forte articulação entre si, especialmente a partir do início do segundo milênio da Era Cristã até a conquista efetiva do território sul-rio-grandense pelas populações de origem européia, por volta do século XVII e XVIII.

O autor defende a tese de que as situações de contato entre esses três grupos ceramistas tenham sido acionadas e impulsionadas pela expansão dos agricultores Guarani, a partir de c. AD 1000 através das áreas florestadas, que conformam uma extensa fronteira ecológica entre as áreas altas ocupadas pelos portadores da tradição Taquara e as terras baixas ocupadas pelos portadores da tradição Vieira e que se transforma, também, em uma fronteira cultural. À medida em que a intensa colonização e exploração dessas áreas de mata se desenvolve, uma forte pressão sobre os recursos ambientais das áreas mais amplas e férteis das várzeas, especialmente na bacia do Rio Jacuí, induzida por um rápido crescimento populacional, pode ter levado essas populações a buscarem alternativas econômicas na exploração das áreas ocupadas pelas populações portadoras das outras duas tradições cerâmicas, desencadeando processos de contato sistemático. Se uma primeira estratégia de exploração desses novos ambientes deve ter envolvido a tentativa de estabelecer seu controle e defesa, através de relações conflituosas nas zonas de fronteira estabelecidas, na medida em que o custo dessa estratégia vai se tornando cada vez mais alto foi necessário realizar uma mudança para uma forma de interação que o minimizasse, ao mesmo tempo em que proporcionasse algum tipo de benefício, implicando no estabelecimento de interações de caráter mais integrativo.

Foi uma tese que marcou o início dos anos 2000. O texto, claramente, não é específico sobre as populações Jê Meridionais, todavia, relaciona esses grupos em um contexto mais amplo, tratando sobre situações de contato em zonas de fronteira, que segundo o pesquisador, seria "um lugar marcado por atitudes e ações que podem levar ao desenvolvimento de processos de interação que se caracterizaram pela integração e cooperação entre as diferentes populações que a compartem" (p.18-19). Como pode se notar, a novidade do trabalho está em proporcionar um novo entendimento para as relações interculturais, até então consideradas enigmas de pesquisa e/ou situações parcamente defensáveis, sendo justificadas como resultado de interações - mais ou menos - pacíficas, através de ensinamentos, casamentos, trocas ou, em última instância, raptos. Às vezes também sobreposições de culturas foram explicadas apenas como resultado de aculturação.

Para Rogge, a justificativa em escolher estudar as populações ceramistas está no fato de que para o Rio Grande do Sul elas estão mais definidas, assim como seus movimentos de expansão, as áreas ocupadas e os processos de interação parecem mais visíveis. Um elemento importante que infere sobre essas populações é a adaptação a ambientes ecológicos distintos, isto é, a expansão dessas tradições cerâmicas parece ter acompanhado sistemas ambientais bem característicos. No entanto, conforme elas vão aumentando demograficamente, passam a exercer pressão sobre os recursos disponíveis, de forma que se voltam a explorar áreas geográficas menos produtivas ou zonas ecológicas não diretamente relacionadas aos seus ambientes tradicionais. O resultado disso, são elaboração de estratégias de controle territorial que poderiam envolver não a defesa aberta, mas uma acomodação mais ou menos equilibrada que estaria marcada pela interação, frequentemente por meio da convivência entre as partes.

Conforme busca demonstrar o autor, essa convivência entre as partes pode ter se dado de modos diferentes, por exemplo, entre as populações de tradição Taquara e Vieira os ambientes ecológicos são distintos e não formam fronteiras bem-marcadas, portanto, a expansão de ambas parece não ter provocado maiores tensões, visto que as evidências de contato são raras, como a expansão não foi suficiente para gerar zonas de fronteira e processos de interação efetivos. Por outro lado, o processo de colonização e expansão Guarani sobre o território sul-rio-grandense, a partir das áreas de fronteira ecológica entre a Floresta Estacional e outros ecossistemas, principalmente a partir de c. AD 1000, torna o contato evidente em diversos locais (p.17).

Para acomodar essas ideias, Rogge explora no Capítulo 1 o conceito de contato cultural e demonstra como ele não foi tratado pela arqueologia no Brasil, ou seja, mesmo que tenham

sido identificadas evidências de contato cultural, não foram consideradas suficientemente importantes para serem levadas adiante pesquisas que explorem esse caráter.

Esse é um ponto interessante do trabalho de Rogge, porque ao trazer o panorama do desenvolvimento da arqueologia no Brasil, ele salienta que as evidências de contato tiveram um interesse limitado, uma vez que não era este o foco da arqueologia naquele momento. Mais para o fim do capítulo, demonstra a possibilidade de estudos, sob essa perspectiva, na Pré-história regional. Informa que praticamente em todas as áreas exploradas no Estado apareceram evidências de contato, principalmente entre os portadores das tradições cerâmicas. O Capítulo 2 discorre sobre os conceitos utilizados ao longo da pesquisa: território, territorialidade, zonas de fronteira, estilo, estilo cerâmico e noção do processo de migração, considerado um dos principais elementos e que auxiliam na explicação dos fenômenos de contato e interação. O Capítulo 3 dedica-se a apresentar as tradições arqueológicas em estudo que, segundo o autor, são entendidas como "sistemas socioculturais". Além disso, finaliza o capítulo expondo um panorama da distribuição das referidas tradições e suas Zonas de Fronteira no território do Rio Grande do Sul. São apresentados mapas que demonstram a distribuição/densidade dos sítios que interpolados com a conformação do relevo e cobertura vegetal suscitam sugerir uma correlação entre os sistemas socioculturais e os sistemas ecológicos. Nesse ínterim, algumas áreas representam zonas de fronteira e zonas de fronteira ecológica. E seria justamente nessas áreas de fronteira ecológica que a maior parte das ocorrências de evidências de contato ocorrem entre aquelas populações. O Capítulo 4 apresenta quatro áreas selecionadas para o estudo, as ditas "zonas de fronteira" (Área 1: Bacia do Rio Pardo, Área 2: Baixo Rio Camaquã, Área 3: Alto Rio Uruguai – Itapiranga e Área 4: Balneário Quintão). A partir disso são apresentados dados arqueológicos que indicam evidências de contato e interação entre as populações. Quais seriam: ocorrência em associação direta de vasilhame e/ou empréstimos de atributos estilísticos da cerâmica relacionada àquelas tradições, unidades residenciais ou mesmo unidades inteiras de assentamento das diferentes tradições cerâmicas próximas ou mesmo justapostas, que parecem indicar alguma forma de convivência entre grupos ligados a uma ou outra daquelas tradições tecnológicas. Por fim o Capítulo 5 faz uma reflexão sobre a base de dados e à respeito da natureza dos processos de contato e interação entre aquelas populações. por exemplo, segundo o autor, a existência de processos de interação entre os diferentes sistemas socioculturais em zonas de fronteira refletem alguns dos resultados de fenômenos mais amplos e complexos e que parecem estar diretamente relacionados a um daqueles sistemas, levando-o ao estabelecimento de estratégias de interação que poderiam, inicialmente, ter envolvido conflitos mas que acabaram finalmente gerando uma forma de integração econômica e,

possivelmente, cultural naqueles locais que conformaram-se como zonas de fronteira (p. 171). Outra situação seria que, em todas as situações estudadas, a recorrência da presença de grupos portadores da tradição Tupiguarani aponta para estes como sendo o denominador comum do contato e da interação desenvolvida nessas áreas particulares. Tal fato indica que os fenômenos de fronteira observados devem possuir uma estreita relação com o próprio processo de expansão e colonização das áreas de Floresta Estacional por essas populações e a forma como tentaram resolver, ao longo do tempo, problemas envolvendo uma crescente pressão populacional cujo reflexo direto foi um gradual esgotamento dos recursos disponíveis nas regiões mais favoráveis, tornando necessária a expansão de suas áreas de captação sobre os limites territoriais das outras populações ceramistas (p. 172).

A segunda publicação (2006), *Os sítios arqueológicos estudados no Litoral Central,* foi extraída de um conjunto maior de artigos que integram um projeto de caráter multidisciplinar. O projeto "Formas Pré-Coloniais de Estabelecimento e Economia no Litoral do Rio Grande do Sul" (Projeto Quintão) tem por objetivo reunir dados de diferentes áreas do conhecimento, numa síntese naturalista para a região. Cada texto encerra um tipo de assunto, por exemplo: o primeiro documento abrange as formações vegetais do Litoral Central e o objetivo está em estudar as formações botânicas da área; o segundo artigo dedica-se a explorar a fauna característica desse litoral, de modo a fornecer um panorama do conjunto de recursos animais que estaria à disposição das antigas populações indígenas; o terceiro documento é sobre os sítios arqueológicos e o quarto texto nos fala sobre zooarqueologia, salientando a importância dos mariscos na subsistência dos grupos indígenas estudados.

De maior relevância aponto o terceiro artigo que explora os sítios arqueológicos do Litoral Central e o quarto artigo sobre zooarqueologia, pois este último abrange também as conclusões da pesquisa. O texto sobre os sítios arqueológicos está segmentado em três partes: a primeira é a introdução do trabalho: O ambiente e a Implantação dos Sítios; a segunda parte refere-se ao desenvolvimento e está dividida em: apresentação/descrição dos sítios arqueológicos identificados, análise do material cerâmico e do material lítico. Ainda estampam o documento: figuras da planta geológica da região e de situação com os sítios localizados, croqui de sítios, escavação e estratigrafia, figuras com fotos ilustrativas sobre a região em estudo, figuras com a reconstituição gráfica das bordas e formas de alguns objetos (lítico e cerâmico), tabelas com o resultado das investigações das decorações da cerâmica e lítico.

Observando a partir da introdução, nesta estão colocadas as informações básicas de identificação da área: formação geológica e cobertura vegetal são trazidos para ilustrar o ambiente natural. Logo em seguida aparece a relação de cada um dos 22 sítios localizados

durante os estudos de campo. São descrição referente à implantação do sítio dentro do ambiente local, as intervenções realizadas, o material arqueológico recolhido e datações (se houver). Posteriormente, o artigo se dedica a mostrar o resultado da cerâmica: dos 14 sítios com remanescentes cerâmicos, a maior parte contém cerâmica Tupiguarani, poucos contém somente cerâmica Taquara e outros contém cerâmicas associadas aos dois grupos, e dentro do mesmo contexto estratigráfico. Como salienta o pesquisador, proporcionalmente, à representatividade da cerâmica Taquara é muito pequena, porém, sua presença dentro do contexto local se torna importante na medida em que, em alguns sítios, ela aparece associada diretamente a ocupações predominantemente relacionadas a grupos portadores da tradição Tupiguarani. Em relação ao material lítico, este foi considerado pouco representativo, em termos quantitativos.

O quarto trabalho é igualmente importante. Trata da importância dos mariscos na dieta alimentar das antigas populações indígenas. O estudo se baseia na zooarqueologia e se propõe discutir sobre a arqueofauna e os sistemas de assentamentos da região de pesquisa. Do que se observa deste artigo, é que ele se presta a duas situações: uma que é mostrar os resultados da análise com os remanescentes da arqueofauna e a outra é integralizar todo o resultado do projeto.

Como se trata de um projeto multidisciplinar, para compreender o resultado geral alcançado é preciso observar as conclusões dos quatro artigos. Juntos, eles permitem ter uma percepção mais coerente sobre a ocupação humana da região central do litoral gaúcho. Assim, dos trabalhos anteriores que exploraram a flora e fauna da região pode-se indicar que para a flora, a análise da vegetação de restinga identificou poucas espécies frutíferas de interesse direto para humanos (pelo menos com relação ao atual estado de conservação das matas). Segundo os autores, é possível que a atração esteja na diversidade de ambientes, no suprimento de lenha e material para construções, e menos nos vegetais necessários à dieta humana. Com relação à fauna, sublinha o autor que os ambientes de restinga, quando avaliados na forma de compartimentos (matas, campos, dunas, banhados, entre outros), mostram-se relativamente pobres em espécies de animais. No entanto, se observados dentro de um conjunto, existe uma fauna mais diversificada que daria maior suprimento ao sustento humano.

O terceiro artigo mostrou que a grande maioria dos sítios localizados pertencem aos grupos ceramistas associados à tradição Tupiguarani, mas que grupos ceramistas de Tradição Taquara estiveram na região e que evidências de contato entre essas duas populações são visíveis. Também foi ressaltado que grupos pré-ceramistas estiveram ocupando a região em algum momento. Por fim, o quarto trabalho que estava focado na zooarqueologia apontou que

grupos indígenas tinham conhecimento sobre aquele meio ambiente e sobre a variedade de ecossistemas explorados.

Outras conclusões do projeto que podem ser destacadas: que os sítios litorâneos conhecidos popularmente como “concheiros”, são sítios acampamentos que possuem como principal característica a concentração de restos alimentares de grupos humanos, esse elemento de análise possui sumária importância dentro da arqueologia porque contribui para o “conhecimento dos aspectos culturais e ecológicos de grupos pré-históricos” (p. 259). Por meio dele é possível conhecer o padrão de subsistência das populações em ambientes costeiros, além de compreender melhor as interações do homem e do ambiente que o cercava à época da ocupação.

Nesta localidade os sítios do tipo "concheiros" são mais comuns nas proximidades das lagoas, junto às matas de restinga. Foram ocupados por dois pelos grupos ceramistas da Tradição Taquara e Tupiguarani, responsáveis pela maioria dos sítios identificados. Em alguns sítios, ocupações de grupos pré-cerâmicos antecedem a ocupação de grupos ceramistas, caracterizando camadas de ocupações relativamente mais densas em relação às outras. Enquanto ocupavam a região litorânea, os grupos tendiam a um comportamento de forrageio, adequando-se à exploração de diferentes tipos de hábitats. As camadas arqueológicas dos sítios analisados indicaram momentos únicos de ocupação, porém alguns constatando atividades mais diversificadas, isto é, compostos com um maior número de restos de peixes e vertebrados terrestres. Esse movimento poderia resultar de ocupações relativamente mais prolongadas. Já outros, o predomínio absoluto da coleta de mariscos pode indicar acampamentos mais efêmeros, ocupados por indivíduos transeuntes na região.

A terceira publicação (2009), *Pesquisas arqueológicas em São Marcos, RS,* estruturalmente está segmentada em 14 partes: Introdução, Os sítios arqueológicos do Morro da Antena, Ao longo da rodovia São Marcos-Criúva, Sítios arqueológicos na Linha café, Distrito de Criúva, Os sítios arqueológicos de Capela de Santo Antônio, Distrito de Criúva, Sítios arqueológicos da Linha Zambeccari, Sítios arqueológicos ao Sul de São Marcos, Sítios arqueológicos junto ao Arroio Cafundó, Sítios arqueológicos ao Norte de São Marcos, As estruturas do sistema de assentamento, O material lítico, A cerâmica, Conclusão e Referências Bibliográficas. Ainda estampam o documento: uma figura da planta de situação com os sítios localizados, croquis de sítios, escavação e estratigrafia, figuras com fotos ilustrativas sobre a região em estudo, figuras com a reconstituição gráfica das bordas e formas de alguns objetos (lítico e cerâmico), tabela com o resultado da análise das decorações da cerâmica e do material lítico.

O objetivo do artigo está em apresentar mais uma etapa de trabalho do projeto São Marcos com casas subterrâneas no Planalto Meridional do Brasil. Justificam os autores que o objetivo do projeto passou a ser o teste dos resultados alcançados pelo IAP, e por outras equipes, em trabalhos anteriores, e a melhoria da compreensão do sistema de assentamento das chamadas populações Jê Meridionais. Quanto ao enfoque, está em "compreender o sistema de assentamento e junto com ele, saber como os diversos elementos da cultura se foram criando, adaptando, mantendo e relacionando no espaço em que a população se estabeleceu e se manteve durante muitas gerações, distanciando-se cultural e simbolicamente de sua matriz, criando novas identidades (Oliveira, 1999), que podem ter sobrevivido até os tempos atuais, ou se extinguido em tempos mais ou menos remotos. Com o desenvolvimento de sucessivos projetos, surgiu a necessidade de estudar a história dessa cultura" (p. 24).

Tomando como suporte de pesquisa o sistema de assentamento, os autores informam como este está estabelecido na região do planalto. Iniciam pelo ambiente, descrevendo a formação hidrográfica, altitude, clima, a vegetação característica e a situação atual da região após o estabelecimento da colonização europeia. Também descrevem detalhadamente todas as categorias de sítios encontrados dentro deste sistema de assentamento, quais seriam: casas subterrâneas, acompanhadas de eventuais aterros formados com os sedimentos que sobraram após o nivelamento das bordas; habitações a céu aberto para atender diversas finalidades como mineração de material lítico, cultivos ou manejo ambiental; montículos funerários na proximidade das casas; abrigos rochosos com deposição de mortos.

Outros destaques da publicação são a paisagem e os aglomerados de casas subterrâneas com seus anexos e o fato dos sítios cobrirem o terreno em forma de rede. Também chama a atenção a quantidade de material lítico que é superior ao número de material cerâmico encontrado. De estranho ao conjunto, foram localizados um pequeno acampamento de uma população que usava pontas de projétil, atribuídas à tradição Umbu e um pequeno e isolado sítio com cerâmica Tupiguarani.

Quanto à conclusão, em relação à ocupação esclarecem que não há registro de populações que tenham antecedido as das casas subterrâneas.

A ocupação foi tardia e acompanhou o desenvolvimento da mata com pinheiros. Sem sucesso em datações, acreditam que as datas devam acompanhar as ocupações de Caxias do Sul e Vacaria. Diante disso, supõem que a origem do povoamento em São Marcos seja mais recente, situado ao redor do final do primeiro milênio de nossa era.

A cultura material tem relação direta com a exploração dos recursos disponíveis. Como faltam acesso a informações sobre economia, sociedade e simbólico/religioso, desconsideram fazer analogias com seus supostos descendentes, os grupos Kaingang.

Os sítios cobrem o terreno em forma de rede. Os pontos mais altos possuem domínio visual, aí, neste caso, sobressaem dois pontos de concentração: o Morro da Antena e Linha Café.

Como as casas não são necessariamente contemporâneas, os registros induzem a pensar em ocupação do território, numa espécie de rotação de ocupações dentro de espaços não negociáveis, assegurando o domínio sobre eles. Também, as casas podem representar demonstração de uma identidade cultural ou étnica.

Por fim, consideram que a cultura não representa um agricultor estável, nem um caçador itinerante, mas um grupo estável num território, que complementa o manejo de recursos florestais com a caça, a pesca e cultivos tropicais. Para isto ele se apossa da paisagem e de seus recursos, moldando e recriando-a para sua utilidade.

A quarta publicação (2010), *Projeto Arroio do Sal: a ocupação indígena pré-histórica no litoral norte do Rio Grande do Sul,* estruturalmente está segmentada em cinco partes: Resumo, Abstract (escrito em inglês), Introdução: objetivos e marcos espaciais e ambientais, A pesquisa arqueológica no litoral sul-rio-grandense, Referências conceituais e metodológicas, Os sítios arqueológicos, Os Sítios arqueológicos de Arroio do Sal e o povoamento pré-histórico do Litoral Norte, Agradecimentos, e Referências Bibliográficas. Ainda estampam o documento: uma figura da planta de situação com os sítios localizados, croquis de sítios, escavação e estratigrafia, figuras com fotos ilustrativas do local dos sítios e da estratigrafia, figuras com a reconstituição gráfica das bordas e formas de alguns objetos (lítico e cerâmico), tabela com coordenadas de sítios e com o resultado da análise das decorações da cerâmica do material lítico.

O objetivo do artigo está em apresentar o Projeto Arroio do Sal. Quanto ao objetivo do referido projeto é estudar a diversidade e a variabilidade de formas de ocupação, assentamento e exploração por diversas sociedades indígenas pretéritas de uma área da planície costeira do Rio Grande do Sul, município de Arroio do Sal. Justificam os autores que diferentes populações ocuparam determinados pontos do litoral gaúcho do Estado: culturas sambaquiana, Tradição Taquara e Tradição Tupiguarani, sendo as duas últimas consideradas antecessoras dos atuais Kaingang e Guarani respectivamente, sendo que estes últimos ainda viviam no litoral até o século XVII.

Ainda salientam que com esse estudo, tem-se a possibilidade de compreender como e por que tais sociedades ocuparam aquela área, que tipo de relações mantiveram entre si e com os diferentes nichos ecológicos locais, envolvendo também a perspectiva de suas formas de organização territorial em um contexto mais amplo, no sentido da integração de tal ocupação litorânea dentro de um sistema de assentamentos, que no caso dos portadores das tradições Taquara e Tupiguarani, incluía o planalto e os vales fluviais do interior. A pesquisa fornecerá maior compreensão sobre as diferentes populações indígenas do sul do Brasil, na medida em que irá investigar seus processos históricos particulares, inseridos numa perspectiva de "história de longa duração" destas populações (p. 168).

Quanto ao desenvolvimento do trabalho são apresentados os elementos de identificação da área estudada: informam os limites da região, os aspectos geomorfológicos característicos, descrevem a geologia, clima, cobertura vegetal e recursos fito-faunísticos. Em seguida fazem um apanhado histórico das pesquisas científicas associadas à costa litorânea. Como referencial conceitual seguem a noção de "sistema de assentamento".

Com relação ao trabalho de campo, informam que foram levantados 61 sítios arqueológicos entre 2006 e 2010. Destes 21 são sambaquis pré-cerâmicos, 16 são sambaquis que possuem um componente inferior pré-cerâmico e um componente superficial com cerâmica da tradição Taquara e/ou Tupiguarani, 16 são sítios lito-cerâmicos Taquara, 6 são sítios lito-cerâmicos Tupiguarani e dois são sítios "históricos", com presença de vidros e louça. O material coletado resumiu-se à maior parte vestígios faunísticos (moluscos marinhos e peixes), e em menor quantidade lítico e cerâmica.

Na conclusão, salientam que houve diferentes momentos e formas de ocupação da estreita faixa litorânea. Os sítios mais antigos e, portanto, pré-cerâmicos, deixaram grandes quantidades de sambaquis, compostos, na sua maior parte, de restos faunísticos marinhos, poucos restos de mamíferos ou aves. Também estão dispersos material lítico lascado e polido. Encontram-se distribuídos ao longo de uma mesma faixa, paralela a linha de costa atual e dela distando 600 a 800 m, formada por cordões arenosos que se elevam mais que 2 m acima do nível do mar.

Sobre alguns sambaquis pré-cerâmicos ocorrem horizontes de ocupação mais recentes, ocupadas por populações Jê. São sobreposições em 12 sítios, porém a quantidade de cerâmica é extremamente pequena. Mas em alguns pontos da porção norte litorânea, há formação de "núcleos" de ocupação. Todavia, não há camada de conchas nem vestígios delas, apenas o material associado se resume a cerâmica, artefatos lascados, eventualmente polidos, restos de debitagem, mas sem vestígios arqueofaunísticos. Já na porção sul são 6 sítios e não ocorrem

conchas, nem cerâmica, somente o material lítico. Parecem ser pequenos e rápidos assentamentos, possivelmente estacionais e ligados à captação de recursos localizados e associados a um sistema de assentamento mais amplo, que envolve a encosta e o planalto contíguo. O que aproxima os dois núcleos é o fato de ocorrerem junto a arroios com grande volume de água e próximos a áreas de grandes banhados.

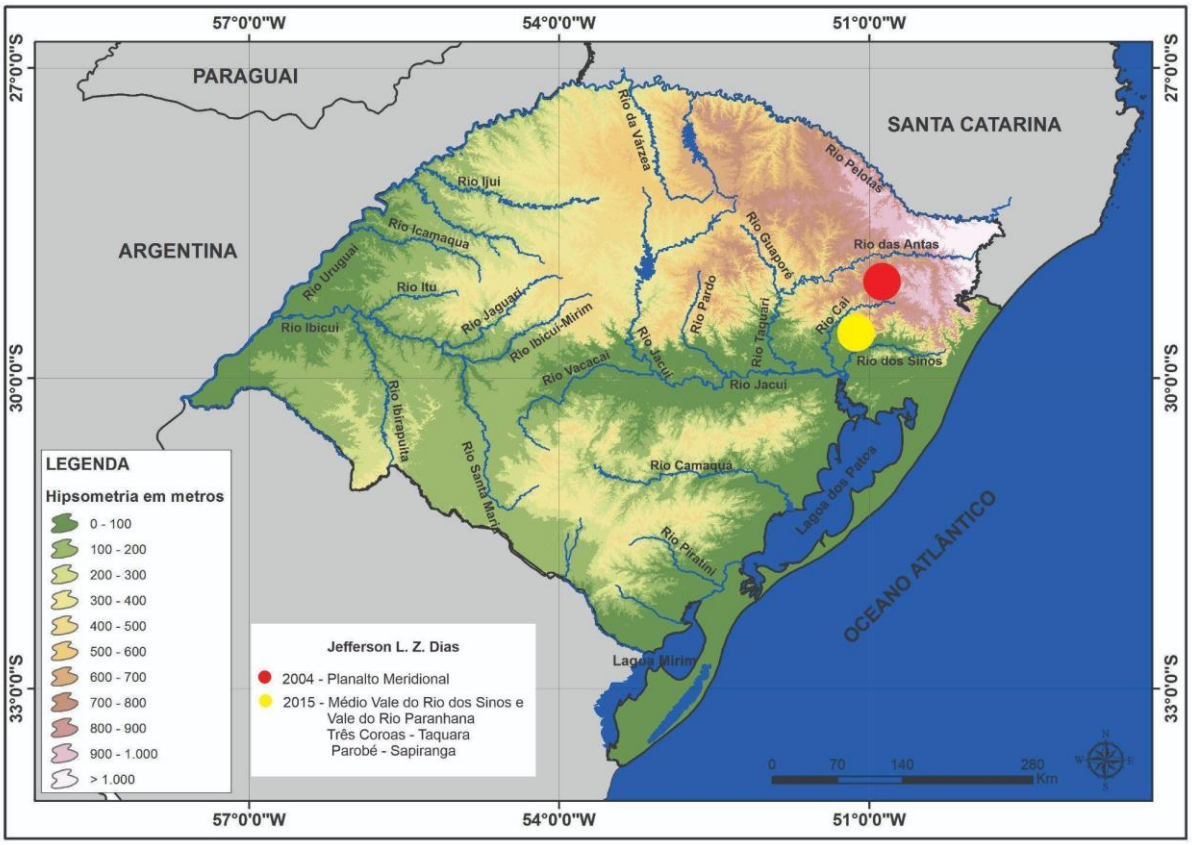
Quanto à chegada dos grupos Jê ao litoral norte do Estado, é possível que seja recentemente, por volta dos séculos XII e XIII, coincidindo com a presença mais densa desses grupos em áreas próximas, que poderiam funcionar como "corredor" para o litoral, como a região do alto Rio dos Sinos. Não fica claro se houve contato destes com grupos pré-cerâmicos, mas é pouco provável. Como instalavam-se em locais um pouco afastados para o interior com exploração voltada a outros micro-ambientes.

Já os Guarani são mais recentes. As ocupações são superficiais e pequenas, indicando ocupações efêmeras. Alguns sítios mais ao sul mostraram fragmentos Tupiguarani associados à cerâmica Taquara, podendo indicar algum tipo de contato. Em termos etno-históricos, as informações dão conta apenas de populações Guarani ocupando o litoral norte, sendo possível que estes tenham forçado as populações Jê para o interior. Porém, durante no espaço de tempo em que foram contemporâneos, em alguns casos teriam estabelecido alguma interação, envolvendo a convivência de indivíduos de ambos os grupos. Por fim, com a expansão das populações lusas, em pouco tempo a população indígena desaparece.

Jefferson Luciano Zuch Dias

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
DIAS, Jefferson Luciano Zuch	A Tradição Taquara e sua ligação com o índio Kaingang	Banco de Teses e Dissertações UNISINOS	2004	Dissertação
DIAS, Jefferson Luciano Zuch	Arqueologia no médio Vale do Rio dos Sinos e Vale do Rio Paranhana: o processo de ocupação pelos grupos ceramistas das tradições Taquara e Tupiguarani	Banco de Teses e Dissertações UNISINOS	2015	Tese

Figura 17 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas por Jefferson L. Z. Dias no Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Jefferson Luciano Zuch Dias possui uma publicação datada de 2004, referente à sua dissertação de mestrado. Estruturalmente, a dissertação está segmentada em dez partes: Resumo, Abstract (escrito em inglês), Introdução, Pesquisas sobre as populações do Planalto, O ambiente e seus recursos, Os sítios arqueológicos, O índio Kaingang, A relação entre a tradição Taquara e o índio Kaingang, Conclusão e Referências Bibliográficas.

O objetivo está em examinar de maneira empírica a continuidade histórica entre a tradição Taquara e o índio Kaingang. Sua justificativa assenta-se na revisão de dados, informa o autor que tanto sobre a tradição Taquara, quanto sobre os Kaingang, podemos perceber, à primeira vista, algumas similaridades. Por isso, o trabalho concilia as informações arqueológicas com os dados etnográficos, produzindo sínteses para cada um dos campos, depois comparando-as. Já que a hipótese, segundo alguns arqueólogos, é de que os índios Kaingang são descendentes das populações portadoras da tradição Taquara.

No primeiro capítulo do trabalho são examinadas as informações arqueológicas disponíveis e demonstrado um panorama geral que abarca desde o surgimento da população.

Em paralelo, é apresentada uma síntese sobre os dados etnográficos. O segundo capítulo identifica a região de trabalho e apresenta as informações geográficas e ecológicas. O terceiro capítulo descreve a cultura em termos arqueológicos utilizando, para isso, os resultados das pesquisas para a região planáltica. O quarto capítulo traz os dados sobre os Kaingang. O quinto capítulo relaciona os elementos (ambiente, território, habitações, sepultamentos, instrumentos, alimentação, datações, vestuário e guerras) e compara as informações na busca por uma ligação entre os dois grupos.

Nas conclusões, o autor verifica que na área demarcada tem-se o registro de dois grupos que parecem distintos. Excetuando a localização geográfica e distribuição territorial similar, não há outros elementos que indiquem uma continuidade entre a tradição Taquara e os grupos Kaingang, pelo menos não de maneira explícita. É perceptível que existem dois registros (arqueologia e etnografia) distintos para um suposto mesmo grupo, tratado com óticas e interpretações diferentes por linhas de investigação que trilharam caminhos diferentes no decorrer dos anos. As principais diferenças acusadas pelo pesquisador foram a forma de construir as habitações, o tamanho das aldeias e a forma de enterrar os mortos.

Todavia, apesar das diferenças ainda se percebem os traços culturais entre as populações que ainda se mantém, porém, sob outras formas. Com o passar do tempo seus padrões culturais sofreram alterações que os tornaram diferentes. São elementos pertencentes a tempos e circunstâncias distintas, mas que em essência continuam representando culturalmente o mesmo grupo, respondendo às necessidades de seus membros.

A segunda publicação do autor (2015), refere-se a sua tese de doutorado. Estruturalmente, o documento está segmentado em dez partes: Resumo, Introdução, As Bacias dos Rios dos Sinos e Paranhana em seu contexto ambiental, As pesquisas arqueológicas na Bacia Hidrográfica do Rio Paranhana e áreas próximas, O material lito-cerâmico dos sítios da Bacia Hidrográfica do Rio Paranhana e áreas próximas, A ocupação do Médio Vale do Rio dos Sinos e Vale do Rio Paranhana pelos grupos portadores das Tradições Taquara e Tupiguarani, Conclusão, Referências Bibliográficas e Anexos.

O objetivo está em analisar a cultura material de dois grupos ceramistas: Tradição Taquara e Tupiguarani, além da documentação original dos sítios depositada no acervo da Reserva Técnica do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL), também está no cerne do trabalho compreender o processo de ocupação dessa área (que também abarca uma área um pouco mais ampla, englobando o médio vale do rio dos Sinos) pelos grupos portadores daquelas duas tradições tecnológicas. A justificativa está no fato de que na região que envolve a bacia do rio Paranhana e a porção média do rio dos Sinos, foi explorada de maneira sistemática

entre os anos de 1961 e 1978, por Eurico Th. Miller e Pedro A. Mentz Ribeiro. Foram identificados 119 sítios arqueológicos, de natureza variada. Todo o material proveniente dessas e de outras expedições foi acondicionado no Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL), sediado no município de Taquara. E muito deste material ainda necessita ser devidamente analisado e requer a publicação dos resultados obtidos em laboratório. A sequência de ocupação do médio vale iniciou com grupos caçadores e coletores, com um longo tempo de permanência, até a chegada de grupos portadores da tradição Taquara, provavelmente oriundos do planalto. Por último, estabeleceram-se os grupos associados à tradição Tupiguarani.

Quanto ao desenvolvimento da tese, o autor dedicou-se a mostrar no Capítulo 1 a caracterização ambiental da região de estudo; no Capítulo 2 expõe as fontes documentais e de acervo material existentes no Catálogo de Registro de Sítios Arqueológicos (CRSA) do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL), sobre as quais os dados brutos da pesquisa foram colhidos; o Capítulo 3 é a manipulação e análise, tanto sob o aspecto da interpretação dos documentos originais de registro dos sítios quanto em função de um exame do acervo material daqueles sítios em que isso está disponível, privilegiando aspectos tecnomorfológicos das coleções lito-cerâmicas das tradições Taquara e Tupiguarani; o Capítulo 4 procura organizar as informações e propõe um modelo interpretativo para o processo de ocupação da área de estudo pelas populações ceramistas. O universo amostral escolhido pelo autor reuniu 27 sítios, dos quais 18 estão associados à tradição Tupiguarani, 3 à tradição Taquara e 6 ocorrem vestígios cerâmicos das duas tradições. Todos os sítios foram relacionados à microáreas dentro do espaço maior da área de estudo, a partir das divisões geopolíticas de 4 municípios: Três Coroas, Taquara, Parobé e Sapiranga.

Dias sugere que os sítios associados à tradição Taquara, de um modo geral, estão presentes em diferentes ambientes, embora sejam mais comuns nas partes mais altas da área. Ocorrem desde os terrenos mais acidentados, em pequenos platôs em cotas acima de 700 m como também em sítios a céu aberto sobre pequenas elevações nas áreas mais baixas, entre 15 e 70 m de altitude. A cerâmica identificada guarda relações com aquela que foi definida pela arqueologia. Quanto ao material lítico, nos sítios da porção mais alta do rio Paranhana é o basalto é a matéria prima mais largamente utilizada, quase sempre na forma de seixos grandes. Outras litologias aparecem pouco. Nas áreas mais baixas daquele vale e ao longo do médio rio dos Sinos, apesar do basalto continuar sendo a matéria prima mais utilizada, são incorporadas outras como o arenito silicificado e friável, além do quartzo hialino e calcedônia.

Nos seis sítios em que aparecem as duas tradições tecnológicas (Taquara e Tupiguarani) a explicação é de superposição de assentamentos ou contato e interação entre os diferentes grupos.

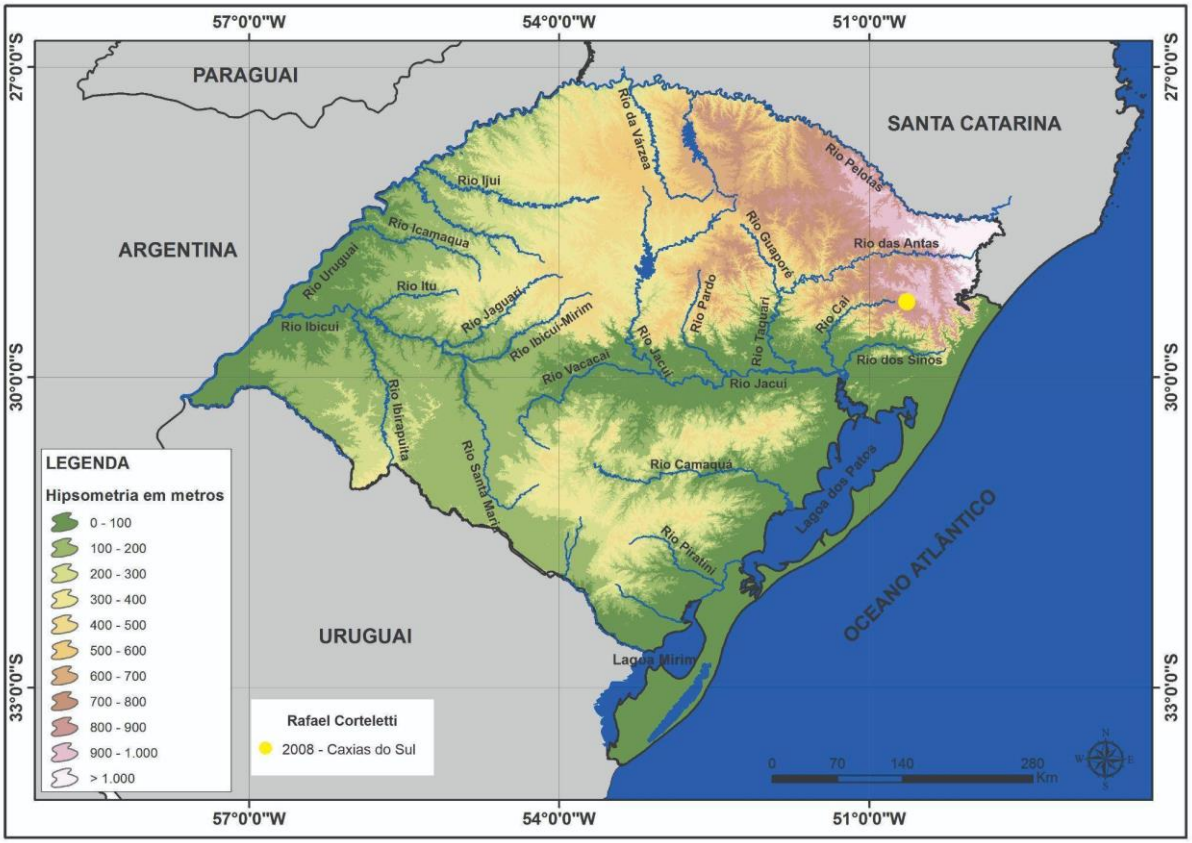
Dessa forma, o modelo de ocupação proposto para a região do médio vale do rio dos Sinos e vale do rio Paranhana com relação à tradição ceramista Taquara sugere que esta expandiu descendo o vale do rio Paranhana até sua desembocadura e dali, possivelmente, rio dos Sinos à jusante, pelo menos até a altura de Sapiranga por volta de 662 AD (calibrada) e 888 AD (calibrada).

Um segundo momento de expansão se daria somente cerca de 800 anos depois, entre 1.450 e 1.750 AD (não calibradas). Grupos relacionados à tradição ceramista Tupiguarani teriam subido o vale do rio principal, possivelmente a partir do Lago Guaíba, onde existem sítios datados desde, pelo menos, 1.340 AD (não calibrada) e depois subindo o vale do rio Paranhana, em um momento que provavelmente, os grupos associados à tradição Taquara já teriam se dispersado ou refluído às áreas mais altas do vale do Paranhana e do Planalto contíguo. Essa situação também levou a uma interação com grupos associados à tradição Taquara, estabelecidos na área do alto vale, fazendo dela uma zona de fronteira.

Rafael Corteletti

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
CORTELETTI, Rafael	Patrimônio Arqueológico de Caxias do Sul	Dissertação	2008	Livro

Figura 18 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Rafael Corteletti em Caxias do Sul, RS.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Rafael Corteletti, em 2008, publicou sua dissertação de mestrado em formato de livro. Estruturalmente, o documento está segmentado em nove partes: Prefácio, Introdução, Incursões pela arqueologia do planalto (subdividido em dois outros segmentos), A colonização e a conservação dos sítios, Onde, como e quando? (subdividido em dois outros segmentos), Conclusão, Referências Bibliográficas, Glossário e Anexos. Os objetivos de seu texto são: 1) avançar na elaboração do conhecimento das populações ameríndias de origem Jê que habitaram as terras altas do sul do Brasil e construíram assentamentos com as chamadas "casas subterrâneas". Juntamente com a visita a estes assentamentos o autor busca 2) atualizar dos dados produzidos e o alerta para a degradação dos sítios (p.9). A justificativa que sustenta seu trabalho é a de que existe uma marcha destrutiva e silenciosa que ocorre sobre este patrimônio. E se não há como barrar a expansão de empreendimentos sobre áreas com vestígios de cultura material de povos ancestrais, cresce a necessidade da luta pela preservação do patrimônio cultural. Engajar a comunidade local com a criação de roteiros turísticos e atividades econômicas paralelas, a inserção deste conhecimento na rede escolar é uma forma de lutar pela preservação. Todavia, cabe à realização e a divulgação de mais estudos que forneçam subsídios

às comunidades para que a prática preservacionista surja e se consolide. De outra forma, não há como cobrar a preservação de um sítio arqueológico se a pessoa que deveria fazê-lo não tem a menor noção do significado daquele vestígio.

Para desenvolver a ideia, Corteletti toma os municípios de Caxias do Sul, Flores da Cunha e São Francisco de Paula como objeto de pesquisa. Para o Capítulo 1 resgata a história da arqueologia visitando 44 sítios arqueológicos que foram catalogados entre 12 de janeiro e 15 de agosto de 1966 por equipes lideradas por Pedro Ignácio Schmitz e por Fernando La Salvia. O Capítulo 2 proporciona um relato histórico da região de estudo e analisa as condições gerais em que os sítios foram encontrados após os 40 anos de seu registro. O Capítulo 3 examina aspectos próprios dos sítios como as suas características de distribuição e implantação em relação à paisagem que os cerca. A partir disso sugere ser possível criar condições para um entendimento maior do estilo de vida destas populações.

Para desenvolver o trabalho, o autor optou por dividir a Zona de Estudos em quatro microrregiões – Ana Rech, Santa Lúcia, Vila Seca e Criúva. Durante as investigações, identificou 04 novos sítios, perfazendo um total de 48 sítios. Tomando os registros iniciais, foram atualizados os dados de conservação, descrição, posicionamento e as alterações na paisagem após aquele primeiro mapeamento. Como uma das preocupações é, justamente, o estado de conservação desses sítios, o autor procurou tecer relações entre a presença desses vestígios e o desenvolvimento da região a partir do século XVII. Concluiu-se que a primeira população de origem açoriana, cujo uso dos recursos naturais e o modelo econômico praticado pelos sesmeiros e seus descendentes não é fator de perigo extremo para a manutenção dos sítios arqueológicos. Já a segunda ocupação colonial, de forte presença italiana ocupando as encostas florestadas e de modelo de sustentabilidade e de uso de recursos mais severos, teve impacto direto na preservação dos sítios arqueológicos, condenando a maioria à destruição. Dos resultados gerados a partir dessas observações e constatações, o pesquisador criou um quadro analítico com diferentes tipos de danos gerados aos sítios, cujo fim é o de estipular o grau de preservação dos assentamentos. Os resultados poderiam ser tomados para envolver políticas mais eficazes de preservação do patrimônio.

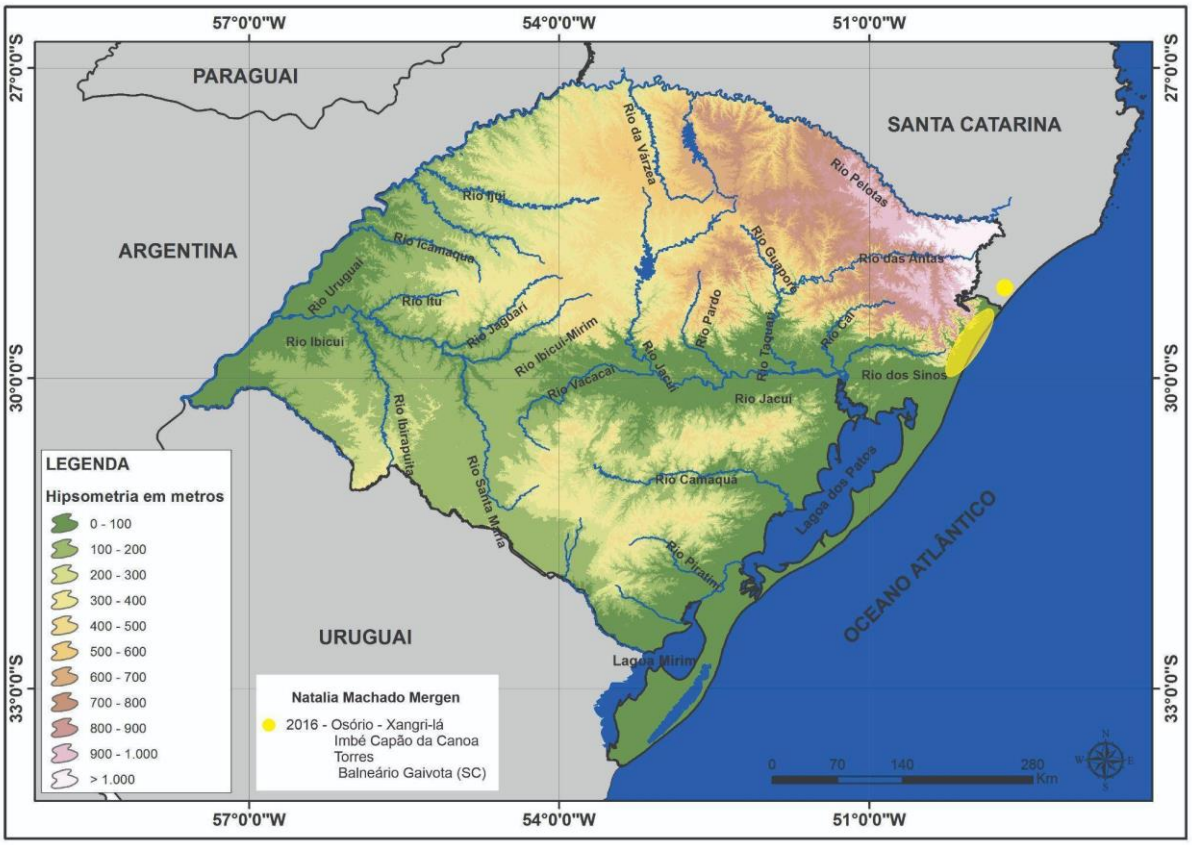
Por fim, a partir do Capítulo 3 até a conclusão, o autor volta à análise arqueológica e a interpretação do estilo de vida dessas antigas populações. Ao tomar as variáveis como a altitude, a área dos sítios, as fontes de água utilizadas e as distâncias médias a que os assentamentos estavam destas fontes, o tipo de relevo em que eles estão postados, a quantidade de estruturas subterrâneas por sítio e as dimensões que estas estruturas têm, tanto no diâmetro como na profundidade e a cronologia dos assentamentos e compará-los com dados de outras regiões do

Estado, Corteletti busca por sugerir um padrão de assentamento. E por mais que se consiga estabelecer que entre as diferentes regiões do Estado exista certa regularidade, seguem algumas dúvidas como as especulações e hipóteses que tentam atrelar os construtores do planalto com as populações Kaingang. O autor comenta da possível ligação com os povos da chamada Tradição Una. Todavia, para que essas pontas sejam ligadas também é preciso se preocupar com a conservação do patrimônio, uma vez que os resultados apresentados pelo estudo, demonstram índice de alta destruição dos sítios, que perpassam o tempo da história da colonização. O alerta está em que para assegurar o acesso à pesquisa, talvez a solução esteja em atrelar tais bens culturais a possibilidades de um crescimento econômico dentro de uma agenda de sustentabilidade, à exemplo da Agenda 21 da ONU.

Natália Machado Mergen

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
MERGEN, Natália Machado; **SCHMITZ**, Pedro Ignácio.	Pesquisas arqueológicas pioneiras no Litoral Norte Gaúcho (1960-1970),	Pesquisas, Antropologia	2016	Periódico

Figura 19 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Natália Machado Mergen no Litoral do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Natália Machado Mergen publicou em 2016 um artigo sobre pesquisas pioneiras no Litoral Norte gaúcho. Estruturalmente o trabalho está segmentado em cinco partes: Resumo, Abstract (escrito em inglês), Introdução, Pesquisas no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, O ambiente e os sítios, A ocupação da área, Palavras Finais, Referências Bibliográficas. Ainda estampam o documento: figuras da planta geológica da região e de situação com os sítios localizados, croqui de sítios, figuras com fotos ilustrativas sobre a região em estudo, figuras com a reconstituição gráfica dos objetos líticos, tabela quantitativa de material arqueológico.

O objetivo está em recuperar a informação, organizá-la e produzir uma prévia descrição dos sítios e do material armazenados no Instituto Anchietano de Pesquisas a respeito de investigações realizadas nas décadas de 1960 e 1970 no Litoral Norte gaúcho e Litoral Sul catarinense, de forma a colocá-los em contexto com as outros estudos da área. A justificativa do trabalho assenta-se no fato de que os sítios e as amostras não tiveram publicação anterior, exceto uma de Schmitz, em 1958. São informações inéditas sobre Sambaquis, Tradição Umbu e as tradições Taquara e Tupiguarani. Ocorrem também cerâmicas e outros materiais de

procedência colonial ou europeia. Os dados sobre os sítios provêm das fichas de 'Registro dos Sítios Arqueológicos do Rio Grande do Sul', da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo e das amostras de material que estão depositados na reserva técnica do Instituto Anchietano de Pesquisas.

Quanto à parte do desenvolvimento, os autores trazem uma síntese das atuações de diferentes pesquisadores no Litoral Norte, desde o início do século XX. Destacam-se as características geomorfológicas da região costeira e a consequente implantação dos sítios nesse meio ambiente. Em seguida são apresentados os dados referentes às fichas de registro de sítios (se houve intervenção e qual tipo, materiais encontrados e qual quantidade foi recolhida). Os sítios apresentados são sambaquis, em alguns deles, parecem sobrepostos artefatos de grupos ceramistas. Estão descritos 17 sítios, destes apenas 02 possuem cerâmica associada à tradição Taquara e outros 06 possuem cerâmica de tradição Taquara e Tupiguarani (em um destes ainda foi encontrado, além de cerâmica destas duas tradições ceramistas foi identificado material associado aos caçadores e coletores pré-cerâmicos da tradição Umbu e elementos coloniais). Foram incluídas à publicação um conjunto de três amostras litorâneas avulsas de materiais coletados em superfície e que não possuem ficha de sítio. Em todas as três amostras foram identificados fragmentos cerâmicos da tradição Taquara.

Partindo para a conclusão, os autores ressaltam que o estudo acrescenta informações ao que já se conhecia sobre o Litoral Norte. Os vestígios confirmam o trânsito de diferentes populações humanas que vem ocorrendo desde tempos remotos. Com relação aos ceramistas da tradição Taquara, apesar de existirem numerosos acampamentos, sua forma é de pequenos concheiros próximos da praia. Também não há datações que permitam observar o intervalo de tempo que esses acampamentos vieram a ocorrer. Hipoteticamente, tem-se uma data para o Morro da Formiga no município de Taquara de 1.190 ± 100 A.P. (SI-409), e para o litoral central e setentrional de Santa Catarina, ocupações relacionadas aos Taquara/Itararé aparecem em torno do século IX de nossa Era e perduram até o século XII, quando desapareceram do registro, possivelmente em decorrência do avanço Guarani pela planície. Enquanto dominaram a planície litorânea, a região forneceu importante acréscimo alimentar, de igual maneira permitiu ao grupo usufruir de vasto território que incluía o planalto, encosta e litoral. Os pesquisadores ainda corroboram com a ideia de que, com a expansão Guarani sobre a planície costeira, num primeiro momento, são abandonados os assentamentos e as estratégias de subsistência, exemplos disso, os sítios que estão no Vale do Rio dos Sinos, cuja ocupação é anterior ao Tupiguarani. Todavia, o grupo parece ter retornado ao Litoral Norte, na passagem

do século XVI para o XVII, quando o Guarani se afastou, provavelmente devido à chegada dos europeus.

NUPARQ-UFRGS - Silvia Moehlecke Copé e pesquisadores associados ao Núcleo de Pesquisas Arqueológicas

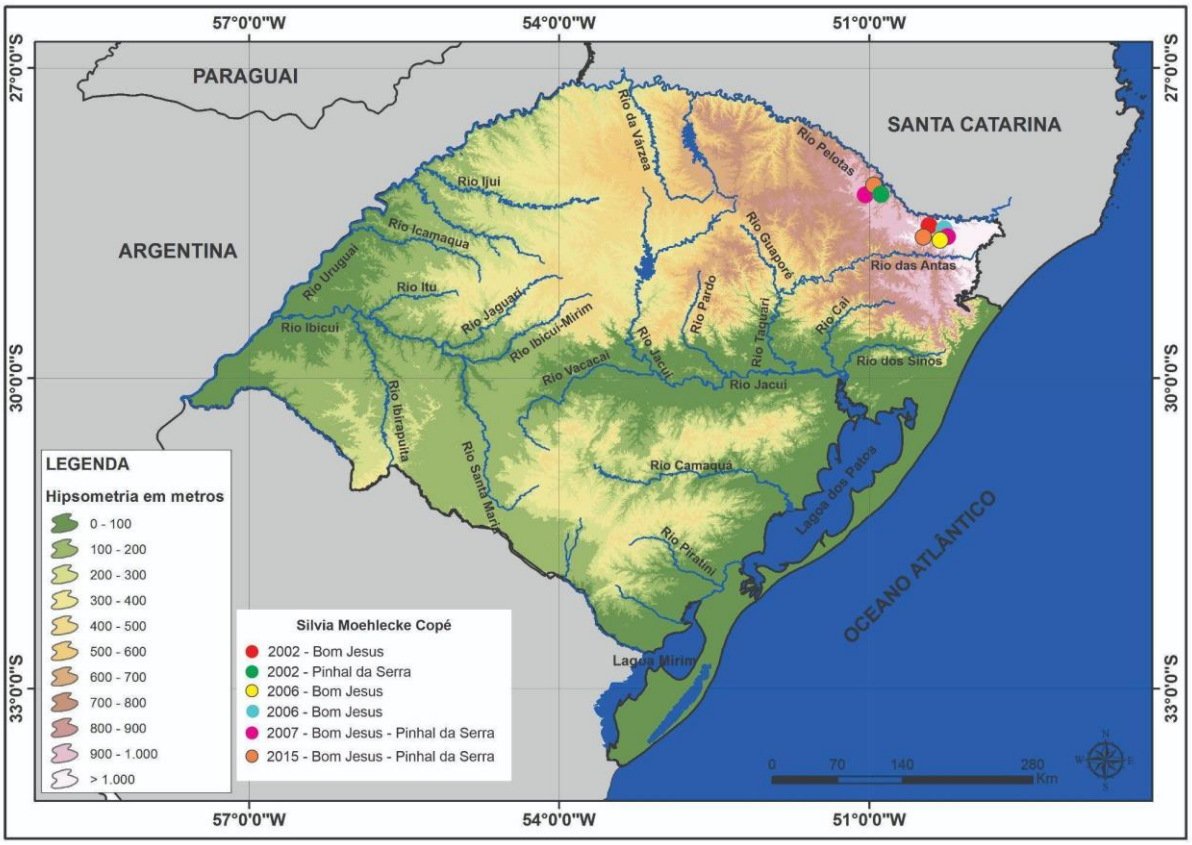
Quadro 23 - Conjunto de obras selecionadas do NuParq/UFRGS.

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
COPÉ, Silvia Moehlecke; **SALDANHA**, João Darcy de Moura	Em busca de um sistema de assentamento para o Planalto Sul Riograndense: escavações no Sítio RS-AN-03, Bom Jesus, RS	Pesquisas, Antropologia, n. 58	2002	Periódico
COPÉ, Silvia Moehlecke; **SALDANHA**, João Darcy de Moura; **CABRAL**, Mariana.P.	Contribuições para a Pré-História do Planalto: Estudo da Variabilidade de Sítios Arqueológicos de Pinhal da Serra, RS	Pesquisas, Antropologia, n. 58	2002	Periódico
COPÉ, Silvia Moehlecke	Les grands constructeurs precoloniaux du plateau de sud du Bresil: etude de paysages archeologiques a Bom Jesus, Rio Grande do Sul, Bresil	Universidade de Paris	2006	Tese
COPÉ, Silvia Moehlecke	Narrativas espaciais das ações humanas. História e aplicação da arqueologia espacial como teoria de médio alcance: o caso das estruturas semi-subterrâneas do planalto Sul-brasileiro	Revista de Arqueologia	2006	Periódico
COPÉ, Silvia Moehlecke	Arqueologia da arquitetura: ensaio sobre complexidade, performance e processos construtivos das estruturas semi-subterrâneas do planalto gaúcho	Anais Encontro da SAB/Sul	2006	Anais
COPÉ, Silvia Moehlecke	El uso de la arquitectura como artefacto en el estudio de paisajes arqueológicos, del altiplano Sur Brasileño, Rio Grande do Sul	Revista de Arqueología	2007	Periódico
COPÉ, Silvia Moehlecke	A gênese das paisagens culturais do planalto sul brasileiro	Estudos Avançados	2015	Periódico
SALDANHA, João Darcy de Moura	Paisagens, lugares e cultura material: uma arqueologia das terras altas do sul do Brasil	Banco de Teses e Dissertações PUCRS	2005	Dissertação
SALDANHA, João Darcy de Moura	Paisagens e Sepultamentos nas Terras Altas do Sul do Brasil	Revista de Arqueologia	2008	Periódico

ROSA, Carolina Aveline Deitos	Pessoas, coisas e um lugar: Uma interpretação para a ocupação pré-colonial no sítio arqueológico Morro da Formiga,Taquara, RS	Banco de Teses e Dissertações PUCRS	2007	Dissertação
DE SOUZA, Jonas Gregório	A cerâmica de Tradição Itararé-Taquara (RS/SC/PR) e a difusão das línguas Jê Meridionais: uma reanálise dos dados	Biblioteca UFRGS	2009	Monografia
DE SOUZA, Jonas Gregório; **COPÉ**, Silvia Moehlecke	Novas perspectivas sobre a arquitetura ritual no planalto meridional brasileiro: pesquisas recentes em Pinhal da Serra, RS	Revista de Arqueologia	2010	Periódico
DE SOUZA, Jonas Gregório	Paisagem ritual no planalto meridional brasileiro: complexos de aterros anelares e montículos funerários Jê do Sul em Pinhal da Serra, RS	Banco de Teses e Dissertações USP	2012	Dissertação
DE SOUZA, Jonas Gregório	Áreas de atividade em dois centros cerimoniais Jê do Sul: relações entre arquitetura e função.	Revista de Arqueologia	2012	Periódico
PINTO, Marcus Vinicius Carvalho	O contato cultural entre populações pré-coloniais nas terras altas do sul brasileiro: um estudo de caso do sítio RS-AN-03, Bom Jesus – RS	Biblioteca UFRGS	2010	Monografia
AZEVEDO, Leonardo Waisman	Estruturas semi-subterrâneas e galerias: estudo de um caso atípico no planalto do Rio Grande do Sul	Biblioteca UFRGS	2010	Monografia
AZEVEDO, Leonardo Waisman; **COPÉ**, Silvia Moehlecke	A gênese das galerias subterrâneas do Planalto Sul Brasileiro.	Revista de Arqueologia	2012	Periódico
AZEVEDO, Leonardo Waisman; **COPÉ**, Silvia Moehlecke; **SCHEEL-YBERT**, Rita	Considerações para o estudo de Fogueiras nas Terras Altas Sulbrasileiras	Revista Memorare	2013	Periódico
AZEVEDO, Leonardo Waisman	Economia de combustíveis e tecnologia de fogueiras em sítios Proto-Jê do Sul nas terras altas do Brasil Meridional.	Banco de Teses e Dissertações UFRJ/Museu Nacional	2014	Dissertação
SANHUDO, Marcelo da Silva	A arqueologia do Planalto Sul Brasileiro: o caso do sítio RS-PE-41	Biblioteca UFRGS	2012	Monografia
D'AVILA, Luísa Nunes	A construção do espaço social entre os Jê do Sul: uma análise regional dos aglomerados de estruturas subterrâneas no Planalto das Araucárias	Biblioteca UFRGS	2012	Monografia

Fonte: Da autora (2022), com base nos dados coletados na pesquisa

Figura 20 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas por Silvia M. Copé na região do Planalto do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Do grupo orientado por Silvia M. Copé (ver Quadro 23), foram selecionados outros sete pesquisadores que tiveram uma parte de formação acadêmica influenciada pela arqueóloga, são eles: João Darcy de Moura Saldanha, Carolina Aveline Deitos Rosa, Jonas Gregório de Souza, Leonardo Waisman Azevedo, Marcus Vinicius Carvalho Pinto, Marcelo da Silva Sanhudo, Luísa Nunes Luísa D'Ávila. As publicações selecionadas são as mais diversas: 1 tese, 4 dissertações, 5 monografias, 10 artigos em periódicos, 1 capítulo de livro e 1 Anais de Eventos. Como pode se observar pela lista acima, as dissertações defendidas não tiveram como principal orientador a profª Copé, porque foram realizadas fora da instituição da UFRGS. No entanto, esses autores foram alunos de graduação e de iniciação científica da referida arqueóloga, e seus objetos de análises para a elaboração da dissertação provém dos resultados alcançados por Copé ao longo de suas investigações. Nesse sentido, todo o trabalho está, de alguma forma, influenciado pelas orientações teóricas e metodológicas de Copé. Com referência aos trabalhos divulgados: a tese foi defendida pela Universidade de Paris; quanto às dissertações, duas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e constam no banco de dados

dessa universidade; uma foi defendida pela Universidade de São Paulo - USP e consta no banco de dados daquela universidade; uma foi defendida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional e consta no banco de dados daquela universidade; as cinco Monografias encontram-se no banco de dados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; e quanto aos artigos, dois podem ser encontrados no periódico Pesquisa, Antropologia, órgão de publicação científica do Instituto Anchietano de Pesquisas e vinculado à Unisinos; seis foram publicados pela Revista de Arqueologia, editada pela Sociedade Brasileira de Arqueologia; um outro está na revista Estudos Avançados, que é divulgada pelo Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA-USP); o último artigo foi publicado pela Revista Memorare, editado pelo Grupep-Arqueologia, vinculado à Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL; o capítulo de livro foi organizado pelo Núcleo Regional Sul da Sociedade Brasileira de Arqueologia - SABSUL e divulgado pela Editora da UNESC e o artigo de Anais de Eventos foi publicado pelo Núcleo Regional Sul da Sociedade Brasileira de Arqueologia - SABSUL, por conta do V Encontro de Arqueologia, edição realizada no município de Rio Grande.

Qual o motivo que me levou a agrupar os pesquisadores em torno de Copé? Como citei no parágrafo anterior e como se poderá observar pelos textos abaixo, o conjunto de publicações da autora segue a tônica da abordagem da arqueologia da paisagem. Interessa a arqueóloga observar os sítios inserindo-os no contexto da paisagem. Por consequência, seus alunos e ex-alunos utilizaram-se de informações coletadas de suas pesquisas, desenvolvidas nos municípios de Bom Jesus e Pinhal da Serra. Por esse motivo considerei agrupá-los. Inclusive, dessa maneira é possível ter uma visão geral dos caminhos seguidos e os resultados alcançados, além de poder perceber o quanto sua temática distingue-se dos demais grupos.

O primeiro artigo (2002), *Em busca de um sistema de assentamento para o Planalto Sul Riograndense: escavações no Sítio RS-AN-03, Bom Jesus, RS,* de Silvia M. Copé, estruturalmente está segmentado em quatro partes: Introdução; O sítio arqueológico RS-AN-03 (item do desenvolvimento que está subdividido em vários assuntos), Considerações Finais e Referências Bibliográficas. Ao final do documento encontram-se o croqui de sítio, escavação e de estratigrafia. O objetivo do texto é apresentar uma síntese dos trabalhos realizados no sítio RS-AN-03. O sítio, que foi alvo de intervenções em tempos anteriores, passa por uma nova fase de estudos, dentre elas se inclui atividades de campo, novas datações e uma nova proposta teórica, que conforme apresentam os autores, é entender os sítios elegidos dentro de uma área piloto, a partir de uma perspectiva sistêmica, cujo referencial é o estudo de padrões de assentamento.

Na parte do desenvolvimento do artigo, os arqueólogos trazem a descrição do sítio: composta de uma ou várias casas subterrâneas e outras estruturas, dimensões, implantação do sítio na paisagem (posição geográfica, vegetação dominante, formações hidrográficas próximas, implantação sobre o relevo). Fazem uma minuciosa descrição acerca da composição estratigráfica e dos elementos encontrados dentro das estruturas subterrâneas escavadas (Casa A e C) e do aterro: madeiramento, fogueiras e artefatos cerâmicos e líticos, também interessa observar a distribuição espacial do material.

Quanto às conclusões informa que a escavação trouxe importantes contribuições para o entendimento da forma original das estruturas subterrâneas escavadas e do processo de formação do sítio. Cita que o aterro não tem função cerimonial, corresponde a acúmulo de terra e que as estruturas subterrâneas têm processos construtivos dissemelhantes. Vestígios de fogueiras no centro de uma das estruturas indicam que não houve interrupção de ocupação ou re-arranjos. Os poucos artefatos encontrados nos níveis inferiores foram interpretados como consequência de limpezas sistemáticas, já que, em oposição, nos 30 cm finais havia abundância de material. Por fim, finaliza salientando que as estruturas subterrâneas são unidades residenciais.

O segundo artigo (2002), *Contribuições para a Pré-História do Planalto: Estudo da Variabilidade de Sítios Arqueológicos de Pinhal da Serra, RS,* estruturalmente está segmentado em cinco partes: Introdução; A área em Investigação, Os sítios arqueológicos (item do desenvolvimento que está subdividido em vários assuntos), Considerações Finais e Referências Bibliográficas. Ao final do documento encontram-se o croqui de sítio, escavação e de estratigrafia. O texto é parte integrante de um projeto maior e que está ligado à Usina Hidrelétrica de Barra Grande da margem esquerda do rio Pelotas, localizado no município de Pinhal da Serra no Estado do Rio Grande do Sul, Embora não fique claro no documento que segue, a pesquisa desenvolvida pela arqueóloga também se insere na chamada Arqueologia Empresarial, onde a demanda não parte de um interesse unicamente acadêmico, mas de uma necessidade econômica.

O objetivo do artigo está em, a partir dos trabalhos arqueológicos realizados no lado gaúcho da UHE Barra Grande, discutir algumas problemáticas relacionadas a assentamentos característicos do planalto e apresentar novas propostas para o entendimento da ocupação pré-colonial na região. A justificativa dos autores para trazerem à tona a discussão assentasse no fato de que existem lacunas deixadas por investigações anteriores no que tange à identificação da natureza e função dos sítios arqueológicos, seja pela falta de trabalhos sistemáticos, seja pelo modelo teórico utilizado tradicionalmente, que entendia a variabilidade de sítios como resultado

da sucessão de diferentes culturas em uma mesma área ou ainda o resultado da evolução de uma mesma cultura no tempo. É nesse sentido, por exemplo, que, *a priori*, os sítios líticos acabaram muitas vezes definidos como pertencentes a grupos pré-cerâmicos.

No desenvolvimento do artigo, os autores informam, de maneira resumida, as características ambientais abrangidas pelo projeto e um histórico de pesquisas realizadas anteriormente, ressaltando o contexto arqueológico atribuído à região naquele momento. Em referência aos sítios arqueológicos, esclarecem que não somente houve atenção ao resgate dos sítios diretamente afetados pela obra da UHE Barra Grande, como foram localizados outros 31 sítios, assim classificados: 20 conjuntos de estruturas escavadas (casas subterrâneas), cinco sítios com estruturas circulares em relevo, dois sítios lito-cerâmicos e quatro sítios líticos superficiais. Para estes últimos, exclusivamente constituídos de vestígios líticos, os arqueólogos chamam a atenção para o fato de que, em geral, estes eram tidos como exceção e atribuídos a outro grupo cultural de origem pré-ceramista e que nunca foram trabalhados ou mesmo compreendidos como parte integrantes de um mesmo sistema de assentamento de populações ceramistas. Daí a originalidade do estudo em levantar essa hipótese, conferir heterogeneidade na distribuição do material e na forma dos sítios, refletindo uma pluralidade de atividades e funções. Procurando caracterizar os tipos de sítios identificados, os autores descrevem cada um deles, destacam um exemplo e sublinham qual tipo de problemática está relacionada e que resultados foram alcançados dentro do projeto.

Nas considerações finais ressalta que o referencial teórico para a realização do projeto esteve de acordo com o(s) sistema(s) de assentamento no planalto sul-rio-grandense, na abordagem da análise espacial e na interpretação da variabilidade nas distribuições dos sítios arqueológicos. No exame sobre a problema do porquê as populações pré-coloniais e coloniais ocuparam um ou outro espaço, os pesquisadores acreditam que somente pode ser elucidado se observado através de três aspectos: variabilidade formal dos sítios, variabilidade na locação temporal dos sítios e variabilidade na distribuição espacial dos sítios. No primeiro caso, é possível afirmar que existe uma variabilidade formal dos sítios localizados em Pinhal da Serra destacando a existência de sítios de atividades específicas. Soma-se a isso a atenção dada aos sítios superficiais líticos e lito-cerâmicos que dentro do desenvolvimento do projeto indicaram, o primeiro, uma certa homogeneidade tanto pelo tipo de material presente quanto pela inserção na paisagem e o segundo, tomados por fósseis-guias da tradição Humaitá e da tradição Taquara devido ao material associado, acabou por levantar para ambos os tipos de sítios, o questionamento sobre a validade da presença da tradição Humaitá na região. Isso levou a

hipótese de considerar que os sítios líticos não representam uma ocupação anterior, mas sim áreas de atividades específicas dos grupos ceramistas.

O terceiro documento (2006), *Les grands constructeurs precoloniaux du plateau de sud du Bresil: etude de paysages archeologiques a Bom Jesus, Rio Grande do Sul, Bresil,* refere-se a tese de Copé defendida pela Université de Paris I - Panthéon - Sorbonne. Estruturalmente, está dividida em 14 partes e todas escritas em língua francesa. Não há tradução do documento para o português: Résumé, Abstract (escrito em inglês), Remerciements, Table des Ilustrations, Introduction, Chapitre I - L'architecture en Tant Qu'objet: Les Structures Semi-Souterraines en Amérique, au Brésil et au Rio Grande do Sul, Chapitre II - Archaéologie du Paisage: Le Nord-Est du Rio Grande do Sul et la Zone Pilote, Chapitre III – L'archéologie de L'architecture: Les Fouilles Archéologiques du Site RS-AN-03, Chapitre IV – La Construction Sociale de L'espace: Les Objets Façonnes, Chapitre V - Archéologie du Paysage: À la Recherche d'un Modèle de Comportement Territorial, Considérations Finales, Bibliographie.

O objetivo da tese está em fornecer novos dados sobre a ocupação das terras altas do Rio Grande do Sul, usando a abordagem da arqueologia da paisagem para melhor compreender o modo de vida de grupos humanos pré-coloniais que viviam no planalto meridional brasileiro. A justificativa em utilizar esse tipo de abordagem está em considerar que a paisagem não é um simples cenário, mas um participante ativo das ações sociais humanas. A autora também salienta que esse tipo de abordagem possibilitou uma nova contribuição interpretativa à pesquisa do planalto brasileiro, contribuindo com a concepção de um novo modelo de comportamento de ocupação do território a partir das análises realizadas em níveis intra, inter-sítio e regional, bem como uma nova interpretação que envolve considerar que a expansão da floresta de araucárias sobre as paisagem de campos é concomitante com a expansão e fixação de grupos humanos por volta de 1500 aC. Por esse fato, o modelo evidencia uma outra dinâmica socioambiental no Planalto das Araucárias, a antropogenização da paisagem. Por fim, a alta concentração de recursos disponíveis durante todo o ano favoreceu a concentração de pessoas, que construíram aldeias e grandes vilarejos de natureza permanente e constituíram sociedades hierárquicas complexas com territórios demarcados e protegidos.

Quanto ao desenvolvimento da tese, no Capítulo 1, primeiro, a autora demonstra que para além das fronteiras do Rio Grande do Sul e do Brasil, populações humanas também construíram estruturas escavadas no solo. Posteriormente, se vale da concepção da arquitetura como um objeto para destacar que estruturas construídas possuem uma linguagem arquitetônica. Por isso retoma as escavações mais importantes já descritas para o planalto e

procura demonstrar que a arquitetura está presente, embora oculta, isso porque os arqueólogos se valiam menos deste "objeto" para interpretar e explicar as variáveis culturais.

No Capítulo 2, utilizando-se do expediente da arqueologia da paisagem, descreve tanto o contexto cultural e natural de sua área de investigação; a área piloto, como também o contexto regional; o nordeste do Rio Grande do Sul. A autora divide o capítulo em dois momentos: no primeiro momento apresenta uma história geoambiental do nordeste do Rio Grande do Sul, enfatizando o dinamismo da paisagem. Já o segundo momento contempla a área de abrangência e o estudo de caso, que é o sítio RS-AN-03. A autora concebe os sítios arqueológicos como unidades em um sistema de assentamento e, a partir disso, estabelece a morfologia, tipologia, forma de implantação no relevo e distribuição espacial.

Para o Capítulo 3 é tomado o referencial teórico da arqueologia da arquitetura, explica que essa concepção permite incluir toda a construção pretendida, a criação de estruturas determinadas por funções residenciais, econômicas, social, político e religioso, concebido como o desenho de estruturas integradas em uma dada espacialidade, com especificidade espacial interna e externa, de acordo com ideologia e modelos prefixados. Neste capítulo também são descritas as intervenções realizadas nas estruturas do sítio e são mostrados os resultados das análises.

Ainda apoiada na arqueologia da arquitetura, para o Capítulo 4 a autora propõe observar a construção social do espaço reservado ao sítio em evidência a partir dos artefatos encontrados. Também faz uma revisão sobre os principais resultados alcançados em trabalhos anteriores; se dedica a responder novos questionamentos, principalmente sobre a definição da tradição cultural.

O Capítulo 5 é quando a autora retoma o conceito da arqueologia da paisagem para propor um modelo de comportamento territorial para sua área de atuação, que poderia ser identificado através da distribuição dos sítios, isto é, modelos de assentamentos. também discute o próprio conceito de paisagem, atribuindo esta foi manipulada e integrada à estrutura social-cultural-simbólica dos grupos. A arqueóloga pressupõe que as populações do planalto criaram uma nova realidade durante a construção de seus habitats: a encosta, o rio, o vale e a floresta participavam de uma dialética construtiva. Esta comunhão produziu sítios arqueológicos, impregnados de ideologias e de diretrizes políticas, econômicas e religiosas.

No princípio, a prática arqueológica condicionada pelo histórico-culturalismo priorizou a elaboração de sequências históricas, instituições culturais baseadas em séries de objetos ou grupos de objetos e menos a sua distribuição no espaço e no contexto. O que o estudo demonstra, que a de acordo com a abordagem sistêmica fica claro que as estruturas escavadas

pelos grupos humanos não são fruto de um tipo de pesquisa realizada, mas antes, demonstram preferência por determinados aspectos existentes em uma determinada região.

Ao trazer no segundo capítulo uma longa descrição da paisagem, seu objetivo foi demonstrar que ela, por si só, já é dinâmica. Já vai aí um longo espectro de tempo em que a paisagem da região nordeste sofre alterações. Perscrutando em sua área piloto, o levantamento arqueológico teve por objetivo descobrir o maior número de sítios a fim de obter informações sobre a forma de ocupação do território por grupos humanos pré-coloniais. Utilizou-se para isso de modelos preditivos. Para apresentar seu estudo de caso, utiliza-se de uma descrição densa para caracterizá-lo e apresenta gráficos para apresentação dos exames dos materiais. Todos os recursos lhe servem para que, ao final, possa mostrar a história do processo de formação do sítio. Aqui neste capítulo, bastante processualista, chama a atenção o esforço em fazer os artefatos falarem.

Seu quarto capítulo não somente fez a crítica aos trabalhos anteriores que preocupada com estabelecimento de culturas a partir de séries ou grupos de objetos, acabou por eclipsar outros elementos igualmente relevantes. Mas não somente isso, ao não atribuir a possibilidade de variabilidade como algo inerente à cultura, e sim compreender variabilidade como resultado da existência de fases, por sua vez compreendidas como uma resposta de caráter evolutivo, resultou numa interpretação absolutamente modesta e calcada numa noção de que toda a história humana segue formato linear. Contrariando essa perspectiva, que como afirmou a autora, se estendeu por longos anos na arqueologia brasileira, sua proposta é mostrar que pode haver sistema de habitat onde prevalece a heterogeneidade, tanto de material, quanto de formas de sítios que se exprimem em uma pluralidade de atividades e funções.

Corroborando com a autora em sua crítica sobre como foi construída a arqueologia das populações portadoras da tradição cerâmica Taquara, ela salienta a ideia evolutiva, concebida a partir da semelhança entre materiais líticos de populações pré-ceramistas e ceramistas, e da discussão que objetivava entender quais foram os fatores de mudança dessas sociedades, e se a evolução foi autóctone ou se a adoção da cerâmica e a horticultura foi influenciada pelo contato com as populações Guarani que chegaram ao Rio Grande do Sul para AD. Infelizmente, a sugestão do desenvolvimento indígena parou no questionamento da origem dessas populações, e no estudo do contato cultural entre eles foi limitado à mera especulação.

Interessante a interpretação que a autora faz sobre a presença das cerâmicas Guarani encontrada junto ao sítio RS-AN-03. Ela comenta que tais objetos, segundo a bibliografia, são tidos como intrusivos nos locais da tradição Taquara, porém com a análise de difratometria de raio X ficou atestado que as cerâmicas Guarani foram confeccionadas a partir do mesmo barro,

além disso, sua forma utilitária indicou uso sobre fogo, já aquelas que ainda estão inteiras e foram enterradas sugerem ocultamento. A hipótese aventada por Copé é que a cerâmica guarani presente no planalto não é fruto de casamentos, mas de troca entre as populações e que os elementos são dotados de valor e prestígio. Sugere que essas vasilhas estejam relacionadas com aqueles conjuntos de estruturas semissubterrânea mais ampla, onde possivelmente vivem pessoas cujo status é diferenciado. Complementando a hipótese, propõe que essa região do planalto, na época da ocupação do sítio RS-AN-03, formava o "núcleo" da ocupação da tradição Taquara, enquanto os grupos Guarani eram marginais, ou mesmo subjugados.

Levando a hipótese para o litoral, lugar de sepultamento da tradição Taquara, a autora sugere ter em consideração uma troca econômica, somada a possíveis conflitos armados. Justifica que é possível que a cerâmica Taquara encontrada nos sítios Guarani do litoral seja resultado de escambo produzido por um sistema de trocas de alimentos que seriam valorizados na cultura receptora, assim como o recipiente do conteúdo seria valorizado, podendo chegar a ser inserido dentro do contexto funerário.

Já nos tempos próximos à conquista europeia, identifica que na borda do planalto, na margem litorânea e a oeste e norte do estado do Rio Grande do Sul, se observa um contato maior entre essas culturas, uma "simbiose", devido a presença de cerâmica guarani e, às vezes, cerâmica mestiça, como mostrou Ribeiro (1991) com cerca de 1/3 dos mais de 40 sítios relacionados à fase Erveiras.

Ao chegar no capítulo 5, Copé afirma que ao utilizar-se do referencial da arqueologia da arquitetura foi possível responder a algumas questões sobre função e contemporaneidade do conjunto de estruturas do sítio RS-AN-03, sobre a operação sazonal e a presença do conceito de territorialidade do grupo construindo e ocupando todas as estruturas circundantes. Fato é que em seu longo capítulo aborda temas bastante relevantes que permitem mudar a ótica de observar as populações habitantes do planalto. Neste capítulo a pesquisadora imprime sua interpretação, ao observar dois diferentes modelos de assentamentos, que supõe existir não somente linguagens arquitetônicas diferentes entre si como os próprios sítios possuem um sistema de hierarquização próprios: um modelo inclui o sítio RS-AN-03, com construções de casas de médio a grande porte, isoladas ou constituindo pequenas aglomerações, a utilização de cabanas nas margens dos rios e sepultamento de caciques em montículos próximos a grandes casas, e a dos membros da comunidade em cavernas. Um segundo modelo indica que a região do Governador, que possui elementos culturais comuns aos grupos do planalto, porém mais comum são a grande concentração de estruturas de pequeno e médio porte, ocupação de áreas abertas próximas a cursos d'água maiores, sepultamento em montículos de terra e pedra em

estruturas de alto relevo, além da construção de muros ou "cordões" de terra que talvez definissem áreas de exploração de florestas de pinheiros, ou diferentes áreas territoriais, ou ainda, é possível supor, estratégias defensivas.

Conclui que este tipo de arquitetura é a consequência de um sistema adaptativo expresso pela confiança nos recursos armazenados durante o período em que as estruturas do sítio são ocupadas. Portanto, as estratégias de subsistência eram importantes. Baseando-se em pesquisadores como Noelli, a autora concorda com a possibilidade que nos territórios ocupados por grupos Jê do Sul, foram constituídas florestas antrópicas a partir da manipulação do ambiente; além de circular pelo território de domínio, em diversas áreas satélites da aldeia principal, onde certos tipos de alimentos predominavam.

Um aspecto importante que a arqueóloga levanta é com relação às práticas agrícolas, principalmente aquelas que envolvem plantas domesticadas como o milho. Copé acredita que devido ao solo, uma agricultura com campos de plantação não foi possível, mas que o uso de cultígenos é supostamente provável, e que este pode ter sido introduzido por meio do intercâmbio com grupos Guarani. Dessa maneira, considera que a domesticação de plantas pode ter sido uma forma relativamente tardia de manipulação ambiental, e que entre os grupos da tradição cerâmica Taquara, a “domesticação” seria do meio ambiente, no sentido que desenvolveram um sistema complexo de categorização mental que lhes deu controle sobre as plantas e animais.

Uma última questão levantada pela autora que torna ainda mais interessante o debate é sobre os modelos comportamentais territoriais dos grupos do planalto. Copé informa que identificou três modelos envolvendo de ações humanas sobre os elementos do espaço (ambiente físico) e da arquitetura desde o início dos estudos com estruturas semissubterrâneas. O primeiro modelo, que surge a partir de referenciais do Histórico-Culturalismo, associa as estruturas à uma forma de adaptação ao clima frio; que apesar da impressão da formação de uma aldeia, isso é resultado da deterioração do material, que obrigaria refazer as casas. As estruturas seriam usadas e reusadas por vários anos; que as estruturas menores pertenceriam a famílias nucleares e as grandes a famílias polígamas; que teria um modelo de subsistência de relativa sedentarização, porém sazonal e dependente de uma economia vertical (planalto, encosta e litoral) porque o meio ambiente é pobre. A base seria a coleta e conservação do pinhão, mais a caça e possivelmente algumas práticas agrícolas. Com relação às datas, a aldeia mais antiga de casas subterrâneas remonta ao século II dC. Séculos mais tarde, apareceria a mesma cerâmica, porém seria encontrada em altitudes menores e entre a floresta densa, nos vales dos rios, na encosta do planalto e litoral. Apesar da meticulosa descrição sobre a arquitetura, a

funcionalidade não é aprofundada nem é questionado o uso do termo “casas subterrâneas”. E os montículos associados foram interpretados como resultantes de sepultamentos.

O segundo modelo aplica princípios teóricos da Nova Arqueologia ao interpretar que existe uma relação dialética entre seres humanos e o meio ambiente; que estudos de paleopaisagens são necessários porque os ambientes modificaram-se ao longo do tempo. É preciso compreender os sistemas socioculturais envolvidos e aplica-se estudos envolvendo arqueologia espacial. Ou seja, o estudo de Copé pode ser tomado como exemplo desse modelo.

Já o terceiro modelo abrange também a ecologia. A autora traz o exemplo que este modelo está sendo incorporado a sua pesquisa ao aplicar dados ecológicos à região do planalto. Se num primeiro momento a autora abordou a ecologia por meio do conceito da arqueologia da paisagem, neste momento, e para complementar o modelo, apresenta os resultados de um estudo ecológico sobre a dinâmica do fogo, vegetação e clima no planalto do sul do Brasil durante o antigo Quaternário, usando amostras de carvão e pólen datados por alta resolução e análise multivariada. A investigação indicou que o aparecimento tardio do ambiente relacionado à floresta de araucária sobre as áreas de campo tem relação com a interferência humana. No sentido de que a expansão da floresta está atribuída à ação das queimadas mais frequentes e manipulação por grupos humanos que residiam na região, no passado, permite a hipótese de que seria um ambiente domesticado pelo homem. Para Copé, com a expansão das florestas poderia ter havido um incremento na quantidade de biomassa, que não somente poderia atrair diferentes tipos de caça como beneficiar pessoas ao possibilitar concentração de indivíduos em aldeias. O processo teria iniciado primeiro pelas áreas mais baixas ricas em florestas e, gradualmente, enquanto ascendiam, domesticaram o espaço, construindo-o socialmente.

Essa hipótese, inclusive, encontra eco nas propostas da arqueologia pós-processual onde muitas perspectivas nasceram relacionadas com o estudo da paisagem, calcadas no fato de entender que a paisagem é constituída de significados e que o espaço é uma construção social. Tomando por base essa perspectiva, cai a noção de que a paisagem é algo que pode ser cientificamente medida, quantificada e comparada. Ao fazer esse comentário, a autora busca retomar a questão do contato cultural entre tradição arqueológica Taquara e tradição Tupiguarani, colocando que a tradição Taquara, dona de um vasto território com abundantes recursos, talvez não necessitasse dominar o litoral, pelo contrário, podiam estabelecer trocas comerciais com populações litorâneas ou com os Tupiguarani que a ocupavam. Copé considera que o domínio poderia ocorrer de outra forma com os grupos do planalto dominando a região enquanto os Guarani prestam serviços e fornecem grãos. Outra possibilidade, a cerâmica Taquara que existente nos sítios do litoral poderia ser um produto de prestígio, de igual maneira

o pote cerâmico Guarani e os fragmentos encontrados nos assentamentos do planalto. Por fim, reafirma a ideia da paisagem ser entendida tanto como sujeito quanto como objeto da ação social humana. Toma o sentido de que o estudo de monumentos, casas e áreas de atividade na paisagem adquirem um significado especial na compreensão do significado do passado.

O quarto documento (2006), *Narrativas espaciais das ações humanas. História e aplicação da arqueologia espacial como teoria de médio alcance: o caso das estruturas semi-subterrâneas do planalto Sul-brasileiro,* estruturalmente está segmentado em nove partes: Resumo, Abstract, Introdução, Primeira Narrativa, Segunda Narrativa, Terceira narrativa, Conclusão, Agradecimentos e Referências Bibliográficas. O objetivo do texto está em discorrer sobre três tipos de narrativas que envolvem ações humanas na ocupação das terras altas do sul do Brasil, e a partir de três concepções da arqueologia espacial, utilizada como recurso teórico de médio alcance, na interpretação dos dados obtidos nas pesquisas sobre as estruturas semissubterrâneas do planalto das araucárias. Justifica que as narrativas foram construídas tendo por base os mesmos eventos: paisagens planálticas, variabilidade de tipos de sítios arqueológicos, porém a diferença apontada são a noção de espaço e o universo empírico tomado como unidade analítica, os recursos científicos utilizados para potencializar as interpretações arqueológicas e a formulação dos discursos arqueológicos.

A primeira narrativa foi construída nas décadas de 1960 e 1970 e segue a perspectiva teórica de uma narrativa normativa, que entende a cultura como aparte do ambiente e dá máxima importância aos conceitos de migração, difusão e perspectivas evolucionistas, privilegiam, a partir de comparações, as semelhanças entre os traços culturais de diferentes sociedades para criar os estágios de desenvolvimento da humanidade. Já o método histórico de Franz Boas, buscava uniformidades no processo cultural através de identificação da origem histórica de elementos/traços culturais específicos das várias culturas. Outro conceito utilizado, o de área cultural, permitiu a construção de sínteses de unidades geográficas cujas semelhanças estilísticas estabeleciam "tradições" locais através do tempo e "horizontes" regionais através do espaço.

Outro traço dessa narrativa, explorado por Copé, porém de menor influência no Brasil, está ligado à arqueologia anglo-saxônica que mostra a atuação do determinismo ambiental. A autora explica que utilizando-se de técnicas advindas da geografia, o componente ecológico foi acrescentado para interpretar que mudanças regionais de assentamento, através do tempo, podem estar relacionadas, não com a vegetação moderna, mas pré-histórica. Com isso se chega a uma explicação para o uso de estruturas subterrâneas, isto é, fatores ecológicos como o solo podem ter sido uma das condicionantes para que populações humanas prefiram este tipo de

habitação. Nesta narrativa, o espaço correspondente ao ambiente físico, é elemento condicionador ou determinante, e funciona associado à analogia histórica direta na América, como teoria de médio alcance, ou seja, fornece os argumentos explicativos da associação dos elementos espaço e arquitetura às casas subterrâneas. De forma geral, a crítica à narrativa assenta-se no fato de que não é feita uma discussão aprofundada sobre a função ou termos que são utilizados sem questionamentos e os montículos, que por analogias etnográficas diretas, foram interpretados como resultantes de sepultamentos, mesmo sem terem sido escavados.

A segunda narrativa trata do desenvolvimento dos estudos de padrões de assentamento, examinando as adaptações regionais das populações pré-históricas, e sobre os sítios arqueológicos. Sob a influência teórica do da Nova Arqueologia se privilegia a construção de modelos e o teste de hipóteses sobre o comportamento humano do passado. Também está fortemente calcada no ambiente e na teoria dos sistemas, pois entende que o comportamento da adaptação da população está ligado a condições ambientais específicas. A arqueologia espacial se destaca, pois beneficia fazer relações em todos os níveis: os estudos intra-sítios (mapas de distribuição espacial da cultura material), os estudos intersítios (padrões de assentamento), os estudos regionais e contatos culturais (sistemas de assentamento). A partir desta narrativa, pontua-se que os grupos humanos selecionaram o ambiente em que iriam viver, por isso estudos de paleopaisagens são importantes, porque até os ambientes diferem entre o passado e o presente, e que há uma relação dialética e de causalidade recíproca entre o ambiente e o sistema cultural, portanto, todas as variáveis (dependentes e independentes) devem ser consideradas. Ademais, para compreender os sistemas socioculturais envolvidos, é preciso entender as formas de ocupação do espaço e da organização dos assentamentos e isto é feito através do estudo da tipologia de sítios e da forma de implantação no relevo. A autora fez uso deste expediente teórico para formular sua tese de doutorado e utiliza de seus resultados para exemplificar esta segunda narrativa.

A terceira narrativa, informa a autora, está em construção. A proposta visa incorporar novos dados sobre a ecologia da região do planalto das araucárias, da análise intra-sítio realizada no RS-AN-03 e também inter-sítios, e o uso da arqueologia da paisagem. Uma nova tendência, cujo enfoque está em perceber o espaço como uma esfera socialmente construída pelo homem, ativo e em constante mudança, onde os indivíduos agem e interagem. Um dos pontos principais da paisagem arqueológica é, através de sua análise, explicar a utilização do espaço por parte das populações humanas, aplicando conceitos derivados da ecologia da paisagem e da biogeografia evolutiva. Portanto, enquanto a paisagem entendida como ecologia é um desdobramento da arqueologia espacial processualista, com a incorporação de

aprimoramentos geotécnicos (sensoriamento remoto, georeferenciamento, programas de informação, SIG), a paisagem compreendida como um palimpsesto e como fenomenologia estão ligadas às tendências pós-processualistas amadurecidas pelos arqueólogos britânicos. O exemplo que a autora traz para demonstrar que a paisagem é uma construção social é o estudo ecológico que envolve a dinâmica do fogo. O resultado, sinteticamente, mostrou que primeiro, o surgimento tardio da mata de araucárias decorre da mudança climática ocorrida a partir de 1.500 BP. Se supõe um aumento generalizado da umidade no sul do Brasil. Posteriormente, houve a expansão da floresta de Araucária sobre a vegetação de campo. Esse movimento, em grande parte, é atribuído à ação de queimadas e manejo pelos grupos humanos ali residentes no passado que permitem a hipótese de tratar-se de um ambiente domesticado pelo homem. O estudo combina com as informações da pesquisa da autora que mostra que existe uma concentração de datações radiocarbônicas neste período, o que permite sugerir que a expansão das florestas, aumentou a reserva alimentar, atraindo toda a sorte de animais e permitindo a concentração e o desenvolvimento humano nesta região.

O quinto artigo selecionado (2006), *Arqueologia da arquitetura: ensaio sobre complexidade, performance e processos construtivos das estruturas semi-subterrâneas do planalto gaúcho,* estruturalmente, está segmentado em quatro partes principais: uma Introdução (subdividida em: Sobre a arqueologia da arquitetura, Sobre o levantamento bibliográfico), o desenvolvimento com o título: As grandes questões que envolvem a construção de estruturas arquiteturais escavadas no solo (que está subdividido em itens), a conclusão, com o título Concluindo: o que podemos aprender sobre uma sociedade estudando seus edifícios? e Referências Bibliográficas. O texto ainda traz uma figura com a representação da distribuição mundial do uso de estruturas escavadas, croqui de sítios, escavação e estratigrafia e gráficos.

O objetivo do texto é proporcionar subsídios para responder a uma questão minimamente curiosa para a arqueologia do planalto sul brasileiro: por que os grupos humanos que se fixaram neste ambiente construíram suas casas escavando o solo? Ou, parafraseando Antonhy King (1980 apud Zarankin, 2003): que 'coisas podemos aprender sobre uma sociedade estudando seus edifícios'?, ou inversamente, que 'coisas podemos aprender de um edifício estudando a sociedade'? A autora justifica que para responder a essas questões ela se vale dos conceitos advindos da arqueologia da arquitetura que foram aplicados nas escavações do sítio RS-AN-03 em Bom Jesus e posteriormente em Pinhal da Serra, RS.

Salienta que seu objeto de estudo são os conjuntos de estruturas edificadas no planalto sul brasileiro e que estudá-las como artefato auxiliou nas discussões sobre a disponibilidade de recursos, as estratégias de subsistência (mobilidade) e padrões e sistemas de assentamentos.

Outros detalhes trazidos pela arqueóloga englobam nomenclaturas como, processos construtivos, performance (isto é, o esforço despendido x o tempo de construção) e complexidade (volume de código humano gerado, seja no âmbito social, político e ideológico). Esses conceitos são somados ainda à arqueologia da paisagem com objetivo de potencializar a interpretação do objeto de pesquisa.

No desenvolvimento no artigo, Copé traz algumas questões importantes, primeiro por salientar que este não é um fenômeno exclusivo do Sul do Brasil, pelo contrário, ocorre em diferentes regiões ao redor do mundo e depois, por demonstrar que diversos aspectos são comuns a este tipo de estrutura escavada como: a) a localização geográfica, normalmente ocorrem em locais que sofrem com adversidades climáticas; b) sua implantação no terreno, nota-se que os processos construtivos das estruturas dependem de algumas condicionantes como, por exemplo, a posição topográfica, que pode condicionar a forma de implantação dos sítios; c) elementos relacionados ao processo construtivo como forma, tamanho, matérias-primas e a tecnologia utilizada para construção; d) o tipo de função atribuída, normalmente residencial, porém pode ocorrer, possivelmente relacionado ao tamanho, outras funções como unidades de armazenamento, silos, entre outros; e) modos de subsistência, a presença de estruturas escavadas seria um indicativo de transição de sociedades baseadas na caça e coleta para sociedades agricultora ou pecuarista. A problemática, todavia, está em captar no registro arqueológico esse processo de mudança, no exemplo do Brasil, devido à existência de cerâmica associada às estruturas escavadas e restos de plantas cultivadas em sítios cemitérios, atribuíram atividade de caça, coleta, pesca e uma agricultura incipiente ou adquirida pelo contato com os grupos da tradição ceramista Tupiguarani; f) o sistema de assentamento, este possui várias formas de ser definido, mas para a autora, interessa a questão da sedentariedade/mobilidade que, justifica, estar intimamente imbricada com as estratégias de subsistência, a densidade demográfica e construções arquiteturais mais elaboradas; g) e a organização sócio-política, esta é uma questão que gera muita controvérsia e no Brasil esse tema nunca chegou a ser trabalhado. A interpretação de existência de cacicados para os sítios do planalto foi inferida a partir dos dados etnográficos disponíveis para os grupos Kaingang do século XIX.

Todos esses elementos que a autora expõe, são posteriormente aplicados na sua apresentação sobre a pesquisa realizada no sítio RS-AN-03, estruturas A e C e Pinhal da Serra. Suas conclusões quanto à atividade proposta, demonstraram que, por exemplo, o sítio RS-AN-03 encaixa-se nos aspectos acima apresentados: construção em região com altitude elevada e proteção contra temperaturas baixas e eficiência térmica em seu interior, a partir do uso de fogueiras cujas madeiras utilizadas produzem altas temperaturas. A implantação no relevo tem

relação com os processos construtivos: por estratégia defensiva dos ventos e dos inimigos, os sítios estão na meia encosta e o declive abrupto foi utilizado como uma das paredes das estruturas. A função é de unidade residencial e a estrutura semissubterrânea A poderia agregar funções comunitárias. A cerâmica era de uso utilitário e possivelmente produzida fora das estruturas, o material lítico era de uso expediente e, supostamente, as atividades de experimentação da matéria-prima dava-se junto às fontes de afloramentos de basalto dispersos no planalto.

Outras conclusões a que chegou Copé, é que a arquitetura das estruturas semissubterrâneas é consequência de um sistema adaptativo expresso pela confiança nos recursos estocados no período em que as estruturas do sítio estão ocupadas. Não é possível prever densidade demográfica, pois faltam mais escavações. Novos dados sobre a ecologia da região do planalto das araucárias, indicaram possível intervenção humana, que auxiliou a expansão da floresta dobre os campos, e consequentemente um acréscimo na biomassa alimentar. Todo esse conjunto de informações alcançadas para a região do planalto das araucárias, permitiram demonstrar uma verdadeira antropogenização da paisagem. Além disso, como as estruturas escavadas dos sítios formam conjuntos e são raras as estruturas isoladas, conclui-se que existe um grande investimento em construção e planejamento. Disso se deduz que esta seja uma sociedade hierarquizada de residência permanente e em constante crescimento, com territórios bem delimitados e defendidos, demonstrando elevado grau de complexidade. Ademais, a constatação da presença de estruturas de terra de tamanhos avantajados e estruturas funerárias exibem uma complexidade social e indicam centralização política.

O sexto artigo (2007), *El uso de la arquitectura como artefacto en el estudio de paisajes arqueológicos, del altiplano Sur Brasileño, Rio Grande do Sul,* estruturalmente está segmentado em nove partes: Resumen; Abstract, Introducción, La arqueología del paisaje, Los artefactos arquitectónicos de la micro-región de Bom Jesus, Los artefactos arquitectónicos de la micro-región de Pinhal da Serra, Comparando los resultados de los análisis microregionales, A manera de conclusión, Bibliografía. O texto traz uma figura da planta de situação com os sítios localizados, croqui de sítio e de escavação e mapas gráficos com estudos de distribuição de sítios. O objetivo do trabalho é analisar sítios com estruturas arquitetônicas como artefatos, estratégia para melhor compreender suas características e sua inserção na paisagem. Assim, entende a autora que através da distribuição espacial, visibilidade, visualização e hierarquização dos sítios, percebe-se mais claramente como as paisagens arqueológicas foram construídas

pelos grupos humanos que ocuparam as duas microrregiões em estudo, Bom Jesus e Pinhal da Serra.

Para desenvolver o artigo, Copé expõe a definição dos conceitos que utilizou, como por exemplo, a *arqueologia da paisagem*, entendida como um participante ativa na ação social humana constituída por significados e ações sociais de indivíduos que a habitam, e a *arquitetura como artefato*, porque o objetivo está em centrar nas diversas associações espaciais da variabilidade formal, funcional e espacial de sítios com estruturas arquitetônicas. Posteriormente demonstra como os conceitos foram aplicados nas microrregiões de Bom Jesus e Pinhal da Serra, descrevendo os sítios RS-AN-03 e RS-PE-21, respectivamente.

Na comparação dos resultados das duas microrregiões, Copé trabalha na perspectiva da hierarquia dos sítios. Salienta a existência de dois modelos distintos e contemporâneos de ocupação do espaço e duas formas de construção da paisagem: em Pinhal da Serra, são territórios restritos que abrigam unidades domésticas, em Bom Jesus, como uma organização mais envolvente que une agrupamentos de sítios em territórios maiores. Por fim, sugere que a presença de estruturas de terra de dimensão significativa (que por si sugerem um acesso desigual à força de trabalho), de estruturas funerárias e grandes estruturas semissubterrâneas, evidenciam uma possível complexidade social e indicam uma certa centralização política.

O sétimo artigo (2015), *A gênese das paisagens culturais do planalto sul brasileiro,* estruturalmente está segmentado em sete partes: Introdução, A espacialidade da paisagem; Revelando as paisagens culturais (que está subdividido itens), A temporalidade da paisagem, Notas, Referências, Resumo e Abstract. O texto traz uma figura sobre a paisagem do Planalto Gaúcho; figuras com fotos de sítio, escavação, estratigrafias, croquis e materiais arqueológicos; figuras ilustrativas diversas (reconstituição de estruturas arqueológicas, aldeias) e mapas gráficos com estudos de distribuição de sítios. O objetivo do trabalho está em pensar sobre a gênese das paisagens culturais do planalto sul brasileiro a partir da aplicação da abordagem da arqueologia da paisagem ao estudo de caso de dois sítios arqueológicos localizados nos municípios de Bom Jesus e Pinhal da Serra. Para a autora, as paisagens culturais constituem-se na interação entre o homem e a natureza ao longo da passagem do tempo e abarcam desde aspectos ecológicos, passando pela perspectiva histórica e a biodiversidade da paisagem construída, até o futuro manejo dessa paisagem herdada.

Para o desenvolvimento do artigo, Copé inicia expondo as características principais do planalto: sob o aspecto de espacialidade da paisagem, descreve o ambiente, posteriormente, dedica-se a mostrar a ampla variedade de tipos de sítios arqueológicos existentes na região de estudo. Ainda acrescenta que a simples identificação de variados tipos de sítios não explica a

forma como os seus construtores interagiram com o ambiente, mas que utilizando-se de uma abordagem sistêmica e a premissa da contemporaneidade dos sítios, é possível pressupor que a variabilidade formal dos sítios provém de sua natureza e função dentro do sistema de assentamento regional. Buscando comprovar ou descartar essa hipótese, apresenta o trabalho de escavação e os resultados referentes ao sítio RS-AN-03.

Após descrever as atividades junto ao sítio, expõe sua hipótese de construção da paisagem pelas antigas populações, tomando como referência inicial o tempo mais remoto, o período de AD 0 a 1220, auge entre AD 800 e 1000. Nesse momento, as partes mais elevadas do planalto estão ocupadas e as populações possuem domínio sobre os divisores de águas e dispõem de privilegiada visão sobre a região. Conjuntos de estruturas aglomeram-se pela meia encosta, formando aldeias que são construídas, logicamente, objetivando proteção contra o frio, invasões e acesso à recursos alimentares abundantes. Dos estudos ecológicos envolvendo alterações climáticas a informação é de um ambiente em transição para um clima mais úmido. Nesse ínterim, amostras de carvão identificaram expansão da floresta de araucária sobre a vegetação de campo que ocorre com pequenas diferenças temporais desde o Paraná até o Rio Grande do Sul (entre 1.500 bp para o planalto paranaense, por volta de 1.000 bp para as terras altas de Santa Catarina, atingindo o atual Planalto das Araucárias gaúcho ao redor de 850 bp). O diagnóstico é de que o surgimento tardio da mata de araucárias e sua expansão, pode ter envolvimento da ação de queimadas e manejo pelos grupos humanos, sendo o resultado disso, um ambiente domesticado pelo homem. A pesquisadora ainda propõe que no período inicial da ocupação, as práticas agrícolas não podem ser comprovadas, e que as evidências de plantas domesticadas encontradas em alguns contextos, possivelmente foi introduzida mediante intercâmbio com os grupos agricultores Guarani em período posterior. Demais evidências não foram encontradas, talvez devido ao tipo de solo não propício. Análises de fitólitos revelaram processamento apenas de plantas selvagens.

O próximo período reportado fica entre AD 1200 ao período histórico e envolve os sítios arqueológicos de Pinhal da Serra. A partir da descrição dos sítios RS-PS-12, RS-PS-21 e RS-PS-29, a autora diagnosticou que são: o primeiro, um assentamento de superfície que está diretamente relacionado à construção dos outros dois sítios que são espaços cerimoniais. Estes últimos são construções arquitetônicas (estruturas em alto relevo) instaladas em locais estratégicos. Isto é, enquanto as estruturas semissubterrâneas estão inseridas em áreas que se poderiam denominar distritos na paisagem, junto aos locais de caminhos mais fáceis (melhor visualização e de amplo domínio da paisagem no), os sítios com estruturas em alto relevo estão

inseridos em pontos nodais da paisagem, pontos para onde os caminhos convergem e divergem, pois deveriam ser percebidos de maneira diferenciada pelos seus construtores.

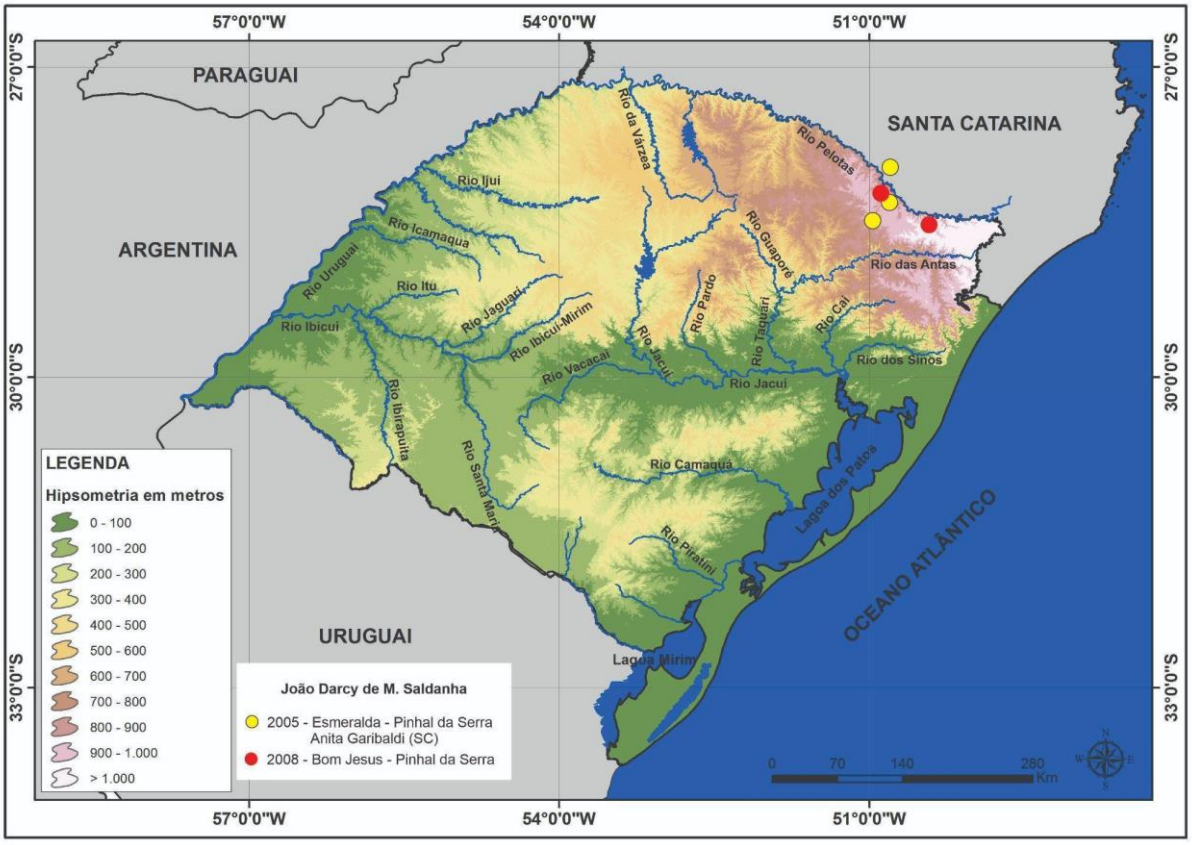
Com referência a conclusão do texto, a autora salienta que mostrar o resultado de diferentes sítios arqueológicos teve o objetivo de ressaltar a diversidade do registro arqueológico no espaço e no tempo. Numa perspectiva de história de longa duração, o que se observa é uma gênese da paisagem ou, momentos importantes de construção da paisagem pelas mãos humanas. Algumas questões importantes pontuadas nesta parte da conclusão: sobre o uso de fontes linguísticas e etnográficas, para Copé, esses estudos deveriam ajudar a levantar hipóteses, mas não ser utilizados para condicionar o registro arqueológico. Acredita ser um sofisma considerar que a cerâmica da Tradição Taquara, atribuída aos grupos Jê e encontrada também em casas subterrâneas, leva a associação automática entre essas estruturas e esses grupos. Indica também que as evidências de agricultura encontradas não estão datadas e quando associadas às casas semissubterrâneas são fruto da reocupação dessas no terceiro período de construção social da paisagem e/ou ocupações mais recentes como verificado para Urubici, SC.

A partir de suas investigações identificou cinco momentos na construção social da paisagem cultural moderna do planalto sul brasileiro: 1. Os pioneiros grupos de caçadores e coletores que chegaram há mais de sete mil anos antes do presente; 2. Os caçadores, coletores e construtores de estruturas semissubterrâneas que se estabelecem no início da nossa era e se expandem entre os anos AD 800 e 1000; 3. Os caçadores, coletores e construtores de grandes aldeias superficiais e das estruturas funerárias e cerimoniais no período de AD 1.200 até a conquista; 4. Os grupos Xokleng e Kaingang, falantes do tronco linguístico Jê e denominados Jê Meridionais, os grupos Guarani e o colonizador europeu; e 5. Os diversos grupos que constituem as comunidades atuais. A temporalidade da paisagem é o denominador comum deste ensaio, que versa principalmente sobre os dois momentos em que se destacam uma inusitada arquitetura doméstica, ritual e cerimonial.

João Darcy de Moura Saldanha

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
SALDANHA, João Darcy de Moura	Paisagens, lugares e cultura material: uma arqueologia das terras altas do sul do Brasil	Banco de Teses e Dissertações PUCRS	2005	Dissertação
SALDANHA, João Darcy de Moura	Paisagens e Sepultamentos nas Terras Altas do Sul do Brasil	Revista de Arqueologia	2008	Periódico

Figura 21 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas por João D. M. Saldanha na região do Planalto no Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

João Darcy de Moura Saldanha foi orientando de iniciação científica da arqueóloga Silvia Copé e participou de escavações enquanto estudante de graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul no planalto gaúcho junto com o Núcleo de Pesquisa Arqueológica da UFRGS – NuParq. Dessa forma, os dados contemplados pelo autor em sua dissertação advêm das pesquisas de Copé e por esse motivo foram inseridos dentro do mesmo grupo de estudo.

O documento a seguir refere-se a uma dissertação de mestrado defendida pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul no ano de 2005. Estruturalmente o trabalho está segmentado em sete partes: Resumo, Abstract, Agradecimentos, Parte 1: Problemas e Perspectivas para a Arqueologia do Planalto Sul-Brasileiro (subdividido em itens), Parte 2: Uma Perspectiva “de baixo para cima”: Abordagem em Micro-Escala na Área de Barra Grande (subdividido em itens), Conclusão e Referências Bibliográficas. O objetivo está em analisar a distribuição espacial das evidências presentes em uma área geograficamente limitada, no

entorno da área afetada pela construção da UHE Barra Grande, e interpretar a distribuição das evidências arqueológicas na paisagem sob estudo.

A justificativa de Saldanha é que faltam estudos sobre as continuidades e mudanças passíveis de serem verificadas tanto a nível cronológico quanto espacial. Estudos interdisciplinares com grupos Jê do Sul do Brasil têm demonstrado que estas sociedades passaram por intensas alterações socioculturais. Por isso mesmo, abordar esses temas é essencialmente importante para compreender tais sociedades. O autor propõe uma análise espacial inter e intra-sítio, a partir da perspectiva da Arqueologia da Paisagem, pois dessa forma é possível observar a padronização, a distribuição e variação temporal dos artefatos e estruturas num contexto regional controlado, o que permite identificar continuidades e mudanças estruturais. O potencial interpretativo desse modelo está em tornar a própria materialidade dispersa nos sítios e vincular à paisagem em que foi produzida, manipulada e descartada. O valor desta abordagem está no fato de que os sítios arqueológicos apresentam padrões de disposição da cultura material, o que possibilita interpretações sobre a ocupação cultural do espaço.

A dissertação defendida por Saldanha pode ser considerada um grande marco na construção da história da arqueologia da chamada tradição Taquara, pois o pesquisador inova e expande a forma de pensar o dado arqueológico. Apesar de apresentar uma base estrutural do texto alicerçada na arqueologia processual, com projeções de modelos digitais, sua interpretação do dado arqueológico, no entanto, está alicerçada em ideias pós-processualistas.

Observando a forma como o autor desenvolveu sua proposta, no Capítulo 1, apresenta uma revisão bibliográfica sobre os dados arqueológicos e uma crítica às interpretações envolvendo o tema. Seu objetivo ao voltar para o passado está em revisitar o discurso construído. Como o autor sublinha, a forma como o conjunto de fenômenos arqueológicos foi apropriada pelos arqueólogos é algo que ele considerou “profundamente entrincheirado”. Em outras palavras, uma espécie de fardo conceitual que resiste à manei-ra como pensamos a pré-história das terras altas do sul do Brasil. Nos discursos, Saldanha notou uma falta de preocupação dos arqueólogos com mudanças culturais ao longo de 2000 anos de história, como se a população tivesse permanecido estática, incapaz de qualquer tipo de inovação. Em oposição a essa tendência homogeneizante de pensar os artefatos e o passado arqueológicos, seu objetivo é disruptivo.

Contestação, é o que o arqueólogo propõe para o Capítulo 2: utilizar de algumas propostas teóricas e metodológicas para demonstrar uma posição teórica que seria, uma visão contextual das evidências arqueológicas. Os destaques deste capítulo são os elementos,

paisagem, lugar e cultura material que foram considerados como elementos ativos, capazes de criar, manter e transformar relações sociais. Saldanha, essencialmente, leva em conta que a espacialidade envolvida nas evidências materiais possui uma grande possibilidade interpretativa para as sociedades do passado. Sua posição é a de tentar produzir um conhecimento de "baixo para cima", explorando o processo de encontro interpretativo com os dados empíricos obtidos contextualmente. Outro destaque, observar aspectos relacionados à continuidade e mudanças nas terras altas do Sul do Brasil. A partir da abordagem da arqueologia contextual, observar esse tipo de aspecto se torna possível porque a cultura material é concebida como um elemento ativo na construção da relação social e um meio vital através do qual as pessoas constroem, manipulam e transformam seus mundos na longa duração.

No Capítulo 3 apresenta a região de estudo a partir de um breve histórico das investigações efetuadas na área, além dos procedimentos teóricos e metodológicos aplicados para a obtenção dos dados da pesquisa. Chama a atenção no capítulo os 87 sítios arqueológicos localizados. Destes em 70 sítios foram realizadas coletas de superfície e em 17 sítios foram feitas escavação. 10 datações radiocarbônicas derivadas de escavações foram conseguidas em cinco sítios arqueológicos. A cronologia de ocupação abrange entre o século XIII e XIX. Foi identificado uma alta diversidade de tipos de sítios arqueológicos: 36 sítios líticos a céu aberto (cuja característica mais marcante é a presença constante de grandes talhadores bifaciais, o que poderia afiliá-los à tradição tecnológica denominada Humaitá); 2 sítios líticos, um deles a céu aberto e o outro em um abrigo-sob-rocha, apresentaram pontas de flecha líticas; 26 sítios a céu aberto (com cerâmica da denominada tradição Taquara, além de artefatos líticos), 06 conjuntos de estruturas subterrâneas e 08 áreas entaipadas (dançadores).

No Capítulo 4, o autor descreve as etapas de verificação dos artefatos resgatados nos diferentes sítios arqueológicos, sobretudo, cerâmico e lítico. Já no Capítulo 5 demonstra a distribuição espacial dos artefatos dentro dos sítios arqueológicos, mas não somente isso busca compreender a estrutura destes sítios, para isso, utiliza-se de vários modelos digitais. O capítulo dá destaque para duas classes de lugares: aqueles cujo conteúdo são as estruturas de terra, formadas pela construção de concavidades escavadas no solo (estruturas subterrâneas), ou pela construção de taipas e montículos de terra (áreas entaipadas) e aqueles cujo lugar não possui estruturas aparentes na superfície, mas se caracteriza pela presença ou acúmulo de artefatos líticos e cerâmicos depositados em estratigrafia ou em superfície.

No Capítulo 6 o autor objetiva interpretar como os sítios arqueológicos estão inter-relacionados, articulando-os, cronológica e espacialmente, dentro de uma perspectiva sistêmica. Destaca-se neste capítulo as análises multivariada realizadas que permitiu não somente

identificar funcionalidades para as diferentes estruturas encontradas (estruturas subterrâneas são unidades domésticas, áreas entaipadas para atividades cerimoniais e sítios lito-cerâmicos são unidades domésticas e sítios líticos (talvez envolvam derrubada de mata para cultivo de roças), mas até fazer algumas constatações, de que existe contemporaneidade entre sítios com estruturas subterrâneas e áreas entaipadas; e de estruturas subterrâneas diferentes localizadas dentro de um mesmo assentamento; sítio a céu aberto pode indicar abandono das práticas tradicionais, situação resultante de contato com europeus e os sítios líticos de habitação não foram datados e podem ser anteriores às primeiras estruturas subterrâneas na região. Essa afirmação encontra respaldo na cronologia de ocupação que identificou três momentos principais: entre 1250 e 1450 A.D. (datas em duas estruturas subterrâneas e uma área entaipada); entre 1400 e 1650 A.D. (datação de quatro casas subterrâneas); desde 1620 A.D. até o século XIX (datação de um sítio lito-cerâmico a céu aberto). Outro resultado da análise multivariada: testes com formação de agrupamentos de sítios indicaram a possibilidade de hierarquia de sítios, ou seja, existência de centros sócio-políticos ou de lugares preferenciais de ocupação na Paisagem.

No Capítulo 7 se interpreta a distribuição dos diferentes sítios arqueológicos na Paisagem. O objetivo é entender as propriedades físicas e naturais e sua relação com a inserção dos sítios. Chama a atenção a forma como o autor se propôs a fazer o diagnóstico, a partir da observação das formas básicas e específicas do terreno e funções práticas do espaço: são pelo menos três unidades fisiográficas principais independentes, uma alta, plana, com formação vegetal do tipo savana com possibilidade de caça e movimentação; uma intermediária, heterogênea, com áreas de declive suave e abrupto, com formação vegetal do tipo altomontana servindo de área de habitação e coleta de pinhão; uma baixa, caracterizada pelos relevos mais acidentados da área e com formação vegetal do tipo Montana que serviria para área de pesca, coleta, obtenção de matéria-prima e plantio; visibilidade e visualização, com os agrupamentos de sítios inseridos na zona intermediária, a percepção espacial a partir dos diferentes lugares é diferenciada, pois as áreas entaipadas estão inseridas em pontos que só é possível enxergar outras estruturas deste tipo, enquanto as casas subterrâneas e os sítios a céu aberto possuem grande domínio visual. E, ao movimentar-se na região, entre um agrupamento e outro, o primeiro tipo de sítio a se avistar seria uma área entaipada, pois estão inseridos sobre os pontos nodais. Eles podem ser entendidos como marcadores territoriais, indicando se está saindo ou entrando em um território de sítio e definição das funções práticas potenciais do espaço estudado.

Por fim, o Capítulo 8 somatiza as informações e faz a interpretação da espacialidade do registro arqueológico na área. Para Saldanha, a origem do sistema sociocultural caracterizado pela denominada cerâmica Taquara e construções de terra é a que mais gera discussão: se autóctone (continuista/evolutiva) ou externa (migratória). Outra controvérsia é quanto à explicação para o surgimento das estruturas subterrâneas, a de uma visão funcional/adaptacionista que relaciona eventos climáticos ao desenvolvimento de uma nova tecnologia desenvolvida para a adaptação ao meio ambiente. Nesse ínterim o autor apresenta, a partir de hipóteses, sua ideia para a origem e estabelecimento desse sistema.

O autor atribui aos construtores das estruturas das terras altas uma origem anterior ao surgimento da cerâmica. Ele baseia seu modelo nas evidências encontradas em sítios da região de estudo. Esses sítios iniciais possuem características de uma ocupação pouco sedentária e duradoura, evidências de uma organização espacial mais ampla, envolvendo o rodízio de sítios com outras áreas, em um amplo aproveitamento dos recursos da região. A pouca quantidade de sítios deste tipo encontrada sugere ainda uma demografia baixa. Todavia, a partir da análise da inserção da paisagem, parece existir também uma continuidade na forma de compreensão da paisagem e de aproveitamento de recursos semelhantes, principalmente a caça e o pinhão.

No seu modelo, uma ruptura entre os séculos X e XIII d.C parece ter ocorrido na região, pois aparecem a cerâmica e as construção de estruturas subterrâneas, indicando maior sedentariedade. Para o autor, esses processos de mudança tecnológicas podem estar ligados a questões sociais, políticas e econômicas. Baseando-se em novos modelos explicativos, Saldanha é simpático à hipótese de que com as mudanças climáticas, grupos de caçadores-coletores tiveram acesso à exploração intensiva de recursos altamente produtivos, o que estimulou a emergência de uma competição socioeconômica, inovações tecnológicas, como cerâmica e monumentos arquitetônicos e à aumentos populacionais, geração de excedentes e disputas de poder, prestígio e status.

Uma dessas explicações para a mudança, mesmo que ela tenha ocorrido em um período mais tardio, segundo o pesquisador, está no próprio ambiente. A expansão da floresta de Araucária e sua alta produtividade podem ter permitido uma intensificação entre os grupos caçadores-coletores na área, que alterou sua distribuição, sazonalidade, e necessitou de uma resposta ao aumento da sedentariedade.

O resultado dessas contingências é a materialidade que os arqueólogos costumam chamar de “Tradição Taquara” na área de Barra Grande, um misto de mudanças ambientais e desdobramentos sociais que levaram à adoção de itens materiais como vasilhas cerâmicas, e elaboração de estruturas residenciais e públicas complexas, além da delimitação de territórios

de grupos específicos e disciplinas espaciais para compreensão destes territórios, levando a um processo de centralização de poder em alguns indivíduos.

O autor também levanta a hipótese da maneira como o poder é aceito, ou melhor, por quais maneiras que o aumento de poder e funções coordenativas são produzidas no discurso (modos de comunicação e entendimento): a partir da distinção das atividades realizadas diariamente dentro das unidades domésticas ou nas áreas externas, ou seja os usos dos espaços são delimitados e possuem diferentes significados sociais, assim como, a paisagem pode ser apropriada, dividida espacialmente e estruturada de forma simbólica. Um discurso material que pode estar pautado em um dualismo de oposição. Finalmente, o último momento da ocupação aponta o século XIX, quando a região estava ocupada pelos grupos etnograficamente identificados como Kaingang. Este é o período do contato com o europeu, representada pelos sítios lito-cerâmicos densos. Uma sociedade que tem sua organização social caracterizada como dual e assimétrica.

O segundo trabalho atribuído à Saldanha (2008), P*aisagens e Sepultamentos nas Terras Altas do Sul do Brasil,* estruturalmente está segmentado em três partes principais: uma parte inicial dividida em Resumo, Abstract e uma introdução ao tema; um desenvolvimento dividido entre Implantação dos sítios na paisagem, Sepultamentos nas terras altas, e parte final dividida em Conclusões, Agradecimentos, Referências Bibliográficas. O texto traz figuras com fotografias com vista geral de sítios, croquis de sítios e mapas gráficos com estudos de distribuição de sítios. O objetivo do trabalho é explorar dados arqueológicos em duas regiões das terras altas do sul do Brasil, através de dois vetores de variabilidade: os sítios e as práticas funerárias, entendidos a partir de uma perspectiva interpre-tativa. Para o pesquisador, existe uma diferença significativa nas formas de implantação na paisagem e no tratamento aos mortos, apesar da semelhança na cultura mate-rial nas duas regiões.

O texto é uma derivação de sua dissertação. Seguindo na mesma linha teórica, o autor apresenta sua perspectiva de hierarquia de sítios: uma forma de compreender a distribuição das comunidades pré-históricas; informa a existência de centros sócio-políticos ou de lugares preferenciais de ocupação na paisagem. Esse modelo foi utilizado para investigar evidências na área de Bom Jesus e Pinhal da Serra. Na primeira, os sepultamentos são realizados em abrigos sob rocha, sem enterramento dos corpos. Na segunda, os indivíduos são cremados e seus restos são depositados em montículos cercados por muros de terra formando figuras geométricas.

O resultado do trabalho foi que em comparação dos padrões de localização de sítios entre as duas regiões, através da análise espacial desenvolvida em um Sistema de Informação Geográfica (SIG), há uma diferença significativa na organização dos assentamentos, e que a

presença de estruturas de terra de tamanhos avantajados sugerem desigual acesso à força de trabalho, mas com diferentes ênfases. Para Pinhal da Serra foi interpretada como sendo basicamente voltada para apropriação e domínio de espaços menores, definidores de áreas domésticas e a ênfase é dada às estruturas funerárias podendo levar a considerá-la como um marcador dos agrupamentos de sítios, indicando a quem se movimenta se ele está saindo ou entrando em um território de sítio.

Para Bom Jesus o mapa mostrou uma concentração significativa de grandes estruturas subterrâneas, localizadas de forma a dominar os divisores de água, em pontos considerados nodais. As grandes estruturas subterrâneas podem ser entendidas como marcadores territoriais dos agrupamentos de sítios, indicando a quem se movimenta se ele está saindo ou entrando em um território e os abrigos rochosos seriam, assim, propriedade de uma união de grupos domésticos.

A novidade de seu texto está em explorar as diferenças entre as práticas funerárias onde a relação entre os vivos e os mortos seria fundamental na estruturação social. Em estudos anteriores, por exemplo, as práticas funerárias eram interpretadas como reflexo de condutas destes grupos no passado ou ainda, como possíveis indicadores de hierarquia social. Passando para a concepção do autor, os rituais constituem um elemento de um conjunto de práticas através das quais o social é continuamente trabalhado. A performance destes rituais possui o efeito de renegociar as relações entre os vivos e os mortos e as relações entre os próprios vivos. Esses rituais podem ir desde cerimônias que colocam os vivos na presença dos mortos, e envolvem lugares apropriados e, principalmente, incluem o manuseio dos restos ancestrais, exemplo disso são os abrigos rochosos de Bom Jesus, são locais abertos, com possibilidade de manuseio dos restos, inclusive “oferendas”. Por outro lado, existem rituais mais preocupados com o sepultamento e com a reorganização das relações. Caso de Pinhal da Serra, onde a posição da sepultura, do montículo e da taipa de terra, fixa na paisagem o ponto da separação entre uma pessoa e a comunidade.

Como conclusão, o autor aponta diferenças entre as duas regiões quanto aos conceitos de ancestralidade. Em Bom Jesus, os mortos comungam junto aos vivos, onde são proporcionados encontros e o manuseio dos restos. Há um sentido de laços comunitários. Em Pinhal da Serra, há uma destruição física, no sentido que a cremação separa os vivos e os mortos, o passado e presente. As estruturas funerárias, nesse sentido, têm sentido mais exclusivo, destinado a grupos domésticos específicos e à formação de descendência.

Carolina Aveline Deitos Rosa

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
ROSA, Carolina Aveline Deitos	Pessoas, coisas e um lugar: Uma interpretação para a ocupação pré-colonial no sítio arqueológico Morro da Formiga,Taquara, RS	Banco de Teses e Dissertações PUCRS	2007	Dissertação

Figura 22 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Carolina A. D. Rosa no município de Taquara, RS.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Carolina Aveline Deitos Rosa foi orientanda de iniciação científica da arqueóloga Silvia Copé e participou de escavações enquanto estudante de graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, junto com o Núcleo de Pesquisa Arqueológica da UFRGS - NuParq. E mesmo que sua dissertação de mestrado tenha sido defendida pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul no ano de 2007, a referida autora manteve laços estreitos com o grupo coordenado por Copé. Por esse motivo, sua dissertação foi inserida neste grande conjunto.

O documento selecionado (2007), *Pessoas, coisas e um lugar: Uma interpretação para a ocupação pré-colonial no sítio arqueológico Morro da Formiga, Taquara, RS,*

estruturalmente está segmentado em oito partes: Resumo, Abstract, Agradecimentos, Introdução, Desenvolvimento (subdividido em 3 capítulos: Capítulo 1 – A Arqueologia e a Produção do Conhecimento, Capítulo 2 – As Pessoas e As Coisas, Capítulo 3 – As Pessoas, As Coisas e Um Lugar), Conclusão, Referências Bibliográficas e Anexos. O objetivo está em resgatar as evidências materiais do sítio Morro da Formiga, escavado no ano de 1960, analisá-las e interpretá-las. A justificativa da autora ao abordar este tema está na relevância do sítio para a arqueologia brasileira, além de ter sido um dos primeiros sítios a ser identificado e estudado no Rio Grande do Sul. Os artefatos cerâmicos localizados se destacaram por serem distintos da tradição Tupiguarani e, por isso, foram utilizados como parâmetros para a definição de uma nova cultura pré-colonial, a tradição arqueológica Taquara. Todavia, apesar da importância histórica do lugar e dos objetos, as informações permaneceram inéditas.

Outra ressalva, o sítio caracteriza uma ocupação remota de um assentamento localizado em uma região específica, mais baixa e quente do que as situadas no planalto sul-brasileiro, onde se encontra a maioria dos sítios. Na medida em que pouco se sabe acerca do estabelecimento destas comunidades nesta área da encosta do planalto, o desenvolvimento de um estudo pontual, voltado à habitação em um local como o Morro da Formiga, só tende a enriquecer o conhecimento existente sobre o tema.

Para desenvolver a pesquisa, no Capítulo 1, a autora reflete sobre o processo de produção do conhecimento arqueológico. Como exemplo, analisa as informações geradas a respeito do sítio Morro da Formiga, elaboradas no contexto de desenvolvimento da arqueologia nas décadas de 1960 e 1970. Por decorrência, avalia também alguns discursos realizados acerca dos portadores do material identificado como Tradição Taquara.

Chama a atenção nesse capítulo que a autora, ao manipular as informações do trabalho de escavação, identificou que o sítio era conhecido pela comunidade desde 1955, mas que escavações foram realizadas apenas em 1964, em um período anterior ao estabelecimento do PRONAPA. Além disso, que as características de sua cultura material foram incluídas na descrição da Fase Taquara. Outra informação relevante, a metodologia empregada de escavação em superfície ampla não condiz em parte com a aplicada pelos arqueólogos do Pronapa, porém, parece que a análise do material já foi tratada a partir daquelas orientações teóricas e metodológicas, por seriação.

De qualquer forma, Rosa acredita que Eurico Miller provavelmente encontrava-se em fase inicial de carreira e a escavação tenha sido uma das suas primeiras práticas de campo. Quanto ao material, salienta Rosa que Miller deu preferência pelo estudo da cerâmica, em função das análises de seriação, embora não conseguiu desenvolver devido ao número

insuficiente de fragmentos em outros assentamentos. Sobre a informação espacial referente ao local de procedência de cada objeto, como não tinha grande relevância acabou se perdendo grande número de informações quando os fragmentos cerâmicos foram colados.

Ela também discorre sobre os discursos produzidos em relação a essa chamada Tradição Taquara. Sua conclusão: foi construído um discurso arqueológico específico, principalmente a partir das informações geradas sob os pressupostos teóricos e metodológicos adotados pelos investigadores vinculados ao Pronapa. Aponta ainda que identificou que a principal característica desta formação discursiva foi de correlacionar materialidade com grupos étnicos, uma vez que os elementos tecnológicos presentes nos objetos eram a base para diferenciar as culturas, representadas pelas tradições arqueológicas

Para o Capítulo 2, a pesquisadora aborda a relação existente entre os indivíduos e os objetos, considerando que ocorrem complexos envolvimentos nesse sentido, por exemplo, o caráter ativo das pessoas e dos artefatos; os múltiplos significados (do mais material ao mais abstrato), e a inserção destas ligações em contextos. São examinados os contextos em que os objetos líticos e cerâmicos foram criados e consumidos, partindo da verificação detalhada das peças. O foco salienta Rosa, está "no exame do processo de produção de artefatos através de um estudo dinâmico da seqüência gestual completa empreendida, com a análise de todos os vestígios, que tem como principal objetivo alcançar o homem que está por detrás das ações e das intenções subjacentes à elaboração dos objetos" (p.67). Ainda faz uso de alguns dados sobre os artefatos cerâmicos elaborados por Eurico Miller e João Saldanha para contar não somente sobre o processo de criação dos vasilhames, ou sobre sua tipologia, mas também para identificar formas de consumo.

No Capítulo 3, a autora busca entender as maneiras pelas quais os espaços são ocupados pelas pessoas. Com a utilização do termo lugar, caracteriza o Morro da Formiga, tomando os aspectos ambientais e arqueológicos. Apresenta uma análise intra-sítio a partir das informações espaciais das evidências. Ao recolocar as coisas em seus lugares, avalia a organização interna deste espaço tendo em vista a possível existência de áreas de atividades específicas associadas à criação e ao consumo de artefatos líticos e cerâmicos.

Chama a atenção os conceitos utilizados pela autora como espaço e lugar, definidos, segundo Rosa, a partir da abordagem pós-processual, que lhe dá uma explicação mais abstrata sobre os conceitos. Não que as explicações tradicionais não importem, são indubitavelmente importantes, mas é que seu entendimento, a partir dessa perspectiva contempla abordagens complementares. É que para a autora, importa tanto o aspecto racional quanto o abstrato dos termos.

Assim, enquanto lugar, Rosa se refere a um local relacionado a um mundo humano ou o sítio Morro da Formiga e o analisa brevemente enquanto as características ambientais: relevo, hidrografia, clima e vegetação. E a partir de uma perspectiva espacial e contextual, busca re-inserir as coisas no espaço através do desenvolvimento de uma análise intra-sítio, isto é, a ideia é compreender alguns aspectos sobre a organização do espaço interno através da identificação dos locais em que ocorreram atividades (ou áreas de criação e de consumo dos artefatos líticos e cerâmicos).

Na conclusão, coloca que sua intenção foi relacionar pessoas, coisas e um lugar. Que por meio disso percebeu que no exame dos objetos entendeu que entre as pessoas e as coisas ocorrem envolvimentos complexos e que delas surgem múltiplos significados, como que ao criar e consumir objetos, os indivíduos relacionavam-se com o que estava à sua volta, usando-os para agir no e sobre o mundo; ou que o estudo do contexto de criação (dos artefatos líticos e cerâmicos) permitiu avaliar terem existido momentos em que teria ocorrido planejamento, ensino, aprendizado, cooperação e concentração, simplesmente porque estas ações faziam parte do cotidiano das pessoas.

Já para verificar o contexto de consumo, isso levou a arqueóloga considerar outras questões, como formas diferentes de consumo e até novos contextos como o de reciclagem, de re-utilização, de não-utilização (em alguns casos) e de descarte dos instrumentos.

E ao pensar nos relacionamentos das pessoas com as coisas, a pesquisadora notou que estas ocorrem sempre em algum lugar. A partir disso realizou uma análise espacial intra-sítio no espaço do sítio Morro da Formiga de modo a caracterizar a sua ocupação pelos indivíduos. Foi a partir da re-inserção das coisas no lugar que Rosa percebeu a existência de uma forma de organização diferencial do espaço, baseada na localização das atividades. Ou seja, o local foi experimentado pelas pessoas que o habitaram, especialmente através das coisas – os elementos que inseriram no espaço.

Jonas Gregório de Souza

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
DE SOUZA, Jonas Gregório	A cerâmica de Tradição Itararé-Taquara (RS/SC/PR) e a difusão das línguas Jê Meridionais: uma reanálise dos dados	Biblioteca UFRGS	2009	Monografia
DE SOUZA, Jonas Gregório; **COPÉ**, Silvia Moehlecke	Novas perspectivas sobre a arquitetura ritual no planalto meridional brasileiro: pesquisas recentes em Pinhal da Serra, RS	Revista de Arqueologia	2010	Periódico

DE SOUZA, Jonas Gregório	Paisagem ritual no planalto meridional brasileiro: complexos de aterros anelares e montículos funerários Jê do Sul em Pinhal da Serra, RS	Banco de Teses e Dissertações USP	2012	Dissertação
DE SOUZA, Jonas Gregório	Áreas de atividade em dois centros cerimoniais Jê do Sul: relações entre arquitetura e função.	Revista de Arqueologia	2012	Periódico

Figura 23 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas por Jonas G. de Souza no Planalto gaúcho.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Jonas Gregório de Souza foi orientando de iniciação científica da arqueóloga Silvia Copé e participou de escavações enquanto estudante de graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, junto com o Núcleo de Pesquisa Arqueológica da UFRGS - NuParq. Deste autor estão destacados quatro trabalhos: a monografia de conclusão de curso, defendida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dois artigos publicados pela Revista de Arqueologia, editada pela Sociedade Brasileira de Arqueologia, além de sua dissertação de mestrado defendida pela Universidade de São Paulo. Embora se reconheça que sua dissertação tenha vínculo de orientação com Silvia Copé, a referido autor manteve laços estreitos com o

grupo coordenado pela arqueóloga, incluindo o material estudado no seu mestrado, o que justifica que sua dissertação seja inserida neste grande conjunto.

O documento selecionado (2009), *A cerâmica de Tradição Itararé-Taquara (RS/SC/PR) e a difusão das línguas Jê Meridionais: uma reanálise dos dados,* estruturalmente está segmentado em quatro partes: Introdução, Desenvolvimento (subdividido em três capítulos), Conclusão e Bibliografia. O trabalho também apresenta dois anexos, são tabelas referentes aos exames dos materiais cerâmicos. O objetivo da monografia é verificar se a dispersão da cerâmica Taquara ou Itararé coincide com a chegada dos falantes Jê nos estados sulinos, a partir da análise laboratorial das cerâmicas, do Planalto das Araucárias. A justificativa para desenvolver o estudo se baseia em seu interesse pela lingüística histórica e nos modelos criados a respeito das dispersões e difusões na arqueologia.

No que diz respeito ao desenvolvimento, no Capítulo I o autor faz uma revisão de conceitos consolidados como “Tradição Taquara-Itararé" e a associação destes aos “Jê do Sul”. Apresenta tanto uma revisão de pesquisas sobre a linguística e etnologia envolvendo os Jê, como também apresenta os modelos construídos para explicar o surgimento da dita tradição arqueológica, dividindo-os entre os que apostam em uma evolução local à la neolítico, e os que advogam uma migração.

Para o Capítulo II, mostra como foi realizado o estudo do material cerâmico de sítios arqueológicos provenientes dos três estados do Sul (Rio Grande do Sul, RS-PE-12, RS-PE-22, RS-139, RS-UP-255, RS-UP-256, RS AN-03, RS-A-2, T131 e outros do litoral norte; Santa Catarina, o sítio SC-AG-40 e do Paraná, PR-FI-145, PR-SA-8, PR-MR-39, PR-UV-17, PRCT-93 e PR-BS-2). O autor opta pela análise multivariada separando as cerâmicas em conjuntos, de acordo com uma classe de atributos, enquanto para os sítios, por uma tipologia baseada em categorias. O exame consiste em delimitar estilos locais, descrição dos sítios e datações associadas, propondo uma discussão sobre teorias de etnicidade que *respondam/expliquem?* aos significados destes estilos.

No Capítulo III, o autor apresenta uma síntese das informações obtidas em publicações, que sugerem distintos padrões e modelos de assentamentos, comparados com os “estilos” - aspectos não funcionais da cultura material. Por fim, propõe um modelo de interpretação para os conjuntos (unidades de análise como comunidades locais do passado), que considera processos de mudança, que podem ser acessados por meio da cultura material, incluindo entre outros dados, os paleoambientais e o da dieta alimentar, em contraponto aos modelos tradicionais (tradição e fase) e "homogêneos", propostos pelo PRONAPA.

O segundo documento (2010), *Novas perspectivas sobre a arquitetura ritual no planalto meridional brasileiro: pesquisas recentes em Pinhal da Serra, RS,* estruturalmente está segmentado em seis partes: Abstract (escrito em inglês), Resumo, Introdução, Desenvolvimento (subdividido em: O Projeto de Escavações em Pinhal da Serra, Os Aterros Anelares e Montículos, Dois Tipos de Sítios: os "Danceiros" e os Túmulos), Conclusão e Referências Bibliográficas. Ainda ilustram a publicação figuras da planta de situação dos sítios localizados, croqui de sítio e de escavação. O objetivo está em apresentar os resultados das escavações realizadas em montículos funerários e aterros anelares de função ritual, dos grupos Jê do Sul, em Pinhal da Serra, no Rio Grande do Sul. O trabalho faz comparações entre duas estruturas presentes no sítio RS-PE-29, além disso, ao tratar deste tipo de assentamento, o estudo busca elucidar as características desse sistema de assentamento, contribuindo para novas hipóteses a respeito da conexão deste sítio com os demais presentes na região, e de igual forma, sobre a população que os construiu.

No desenvolvimento do trabalho, os autores apresentam um histórico de pesquisas realizadas pelo Núcleo de Pesquisa Arqueológica (NuParq) da UFRGS, na região do Planalto das Araucárias, com destaque para as investigações do arqueólogo Mentz Ribeiro, na década de 1980, que permitiram novas informações sobre os tipos de sítios associados à tradição arqueológica Taquara, incluindo os sítios com aterros anelares e montículos. O artigo discorre sobre os dois fenômenos esclarecendo que os montículos se referem a estruturas de caráter funerário, já os aterros anelares são "muros" de terra, fazendo o contorno circular ou retangular, do montículo. Do Sítio RS-PE-29, maior exemplar da região e escolhido para intervenção, foram selecionadas duas amostras para diagnóstico, denominadas Estrutura 1 (aterro anelar com 80m de diâmetro) e Estrutura 3 (dois aterros anelares circulares de 20m de diâmetro, denominados A e B, cada um cercando um montículo), cerca de 400m da anterior. O estudo demonstrou que os aterros anelares são "centros cerimoniais" (estruturas arquitetônicas "públicas"), em oposição a estudos anteriores, cuja hipótese era de que fossem aldeias fortificadas. Seriam ainda estruturas integrativas de alto nível, demandando colaboração entre comunidades diferentes para sua construção. Enquanto isso, os montículos funerários foram considerados como estruturas integrativas de baixo nível, correspondentes a cemitérios das comunidades (moradores das casas semissubterrâneas).

Na conclusão do artigo, os autores reiteram a variabilidade deste tipo de sítio existentes no planalto meridional, cujo cenário proposto, se assemelha ao de outros contextos arqueológicos e etnográficos estudados. Explicam que a arquitetura padronizada dos monumentos, como no caso dos Jê do Sul, pode ser resultante de interações tanto em nível

regional, onde cada comunidade constrói e utiliza vários monumentos, quanto de escala mais ampla, em que diferentes comunidades se juntam para a construção de um centro cerimonial maior.

O terceiro documento (2012), *Paisagem ritual no planalto meridional brasileiro: complexos de aterros anelares e montículos funerários Jê do Sul em Pinhal da Serra, RS,* refere-se à dissertação de mestrado do autor e está segmentado em sete partes: Resumo, Abstract, Agradecimentos, Introdução, Desenvolvimento (subdividido em cinco capítulos: Capítulo 1 – Histórico das Pesquisas nos Aterros Anelares e Montículos Jê das Terras Altas do Sul do Brasil, Capítulo 2 - O Projeto de Pesquisas em Pinhal da Serra, Rio Grande do Sul, de 2001 A 2011, Capítulo 3 - Sítios Analisados nesta Dissertação: Trabalhos de Campo e de Laboratório, Capítulo 4 - Uma Proposta de Classificação dos Sítios Rituais, Capítulo 5 - Sistemas de Assentamento e Paisagem Ritual Jê do Sul: Modelos de Territorialidade para a Área da Pesquisa e Além), Considerações Finais e Referências Bibliográficas. O objetivo da dissertação está em analisar os sítios cerimoniais associados à ocupação Jê do Sul no município de Pinhal da Serra, RS. O autor justifica que a arquitetura monumental, especialmente a de caráter funerário, tem sido há tempos uma constante nas discussões sobre a emergência das sociedades complexas, porém apenas recentemente passou a ser explorado pelos estudos realizados no planalto meridional brasileiro.

Os alvos são os sítios: RS-PE-21, RS-PE-31, RS-PE-29 (Estruturas 1, 2, 3 e 4), Sítio Gine e Sítio Posto Fiscal. O autor propõe para os sítios uma classificação para a variabilidade (funções) dos sítios rituais e mortuários, a partir da arquitetura e a cultura material associada aos mesmos; também, busca entender a atribuição destes sítios no sistema de assentamentos, relacionando-os com os sítios de habitações, assim como, o padrão hierárquico e, finalmente, procura situar a arquitetura mortuária ao longo do tempo e sua relação com os cacicados Kaingang.

Quanto às etapas do desenvolvimento do trabalho, no Capítulo 2 o autor apresenta o histórico das pesquisas envolvendo aterros anelares e montículos associados aos grupos Jê do Sul, destacando Pinhal da Serra como o local que originou o primeiro estudo sobre o fenômeno. Já as interpretações, inicialmente foram entendidos como remanescentes de fortificações, atualmente passaram a serem compreendidos como espaços cerimoniais, seja para sepultamento (no caso dos que apresentam montículos), seja para a realização de outros rituais, além da agregação de populações regionais em eventos de *feasting*. No Capítulo 3 menciona os trabalhos de arqueologia de contrato relacionados ao Projeto da Usina Hidrelétrica de Barra Grande, que possibilitaram o conhecimento de novos sítios arqueológicos na região, até mesmo

definir o sistema de assentamento associado às populações Jê. A partir deste trabalho também, novos modelos de compreensão para os sítios arqueológicos foram possíveis como o estudo de sistemas de assentamento e organização sociopolítica. Novos projetos, incluindo colaboração internacional, leva a considerar a possibilidade da emergência de hierarquias sociais entre os grupos Jê como a materialização nos ritos mortuários, *feastings* e outros elementos da paisagem arqueológica. As novas investigações incluem a exploração etnográfica pertinente aos Kaingang. O Capítulo 4 dedica-se a apresentar as análises dos materiais e as características dos sítios destacados: o sítio RS-PE-21 ou Leopoldo VII, com dois aterros anelares, cada um cercando um montículo; o sítio RS-PE-31 ou Orival da Costa, composto por um grande aterro anelar cercando um montículo. A ele, em sudeste, se une um aterro quadrangular. Esse aterro emoldura um montículo. Ainda conectado ao grande aterro anelar, outro círculo é percebido, com um montículo em seu centro; o Sítio RS-PE-29 ou Avelino Vieira, é descrito como um complexo agrupamento de aterros e montículos, além de abrigar uma possível casa subterrânea e uma área de material lítico e cerâmico em superfície; o Sítio Gine, formado por dois aterros anelares e os sítios RS-PE-31 e Posto Fiscal que se distinguem dos demais. Se destacam pela quantidade de material lítico, e, no caso do segundo, também cerâmico. No Capítulo 5 o autor estabelece critérios relacionados à arquitetura, no âmbito da funcionalidade, para classificação dos aterros anelares e os montículos, adaptados à realidade dos sítios Jê meridionais. A partir desta classificação sugere que os pequenos aterros anelares cercando montículos seriam cemitérios de comunidades residenciais, habitando em conjuntos de casas subterrâneas próximas, ao passo que, os sítios mortuários complexos seriam destinados a indivíduos de alta posição. Grandes aterros anelares sem função funerária, seriam centros cerimoniais para comunidades simbólicas, formadas por habitantes de vários conjuntos de casas subterrâneas dispersos no território. Finalmente, o Capítulo 6 situa os sítios cerimoniais no sistema Jê de assentamentos. Aponta para a existência de um padrão hierárquico nos sítios domésticos a partir do número de estruturas por sítio. Esse padrão também foi observado em áreas adjacentes do planalto meridional, semelhante à organização dos cacicados Kaingang do século XIX. O autor salienta que possivelmente a implantação dos centros cerimoniais (aterros anelares de maiores proporções) em áreas de "fronteiras" de territórios, favoreceu a dispersão da linguagem arquitetônica ritual pelo planalto meridional. Quanto a cronologia, a intensificação deste tipo de estrutura é assinalada no período próximo ou junto ao contato com os colonizadores europeus. A construção dos montículos funerários permanece até o início do século XX, entre os Kaingang.

Conclui sublinhando que houve mudanças consideráveis a respeito do que se considerava sobre as sociedades Jê do Sul. De sociedades pertencentes à área marginal, com baixo desenvolvimento e com ou nenhuma agricultura, passou a ser reconhecida, a partir do avanço da arqueologia, como uma sociedade mais estável, de maior densidade populacional e dependente de cultivos após o período do contato, além de detentora de uma paisagem ritual altamente estruturada com foco na construção de monumentos como os aterros anelares e montículos funerários.

O quarto documento (2012), *Áreas de atividade em dois centros cerimoniais Jê do Sul: relações entre arquitetura e função,* estruturalmente está segmentado em seis partes: Resumo; Abstract; Introdução, Desenvolvimento (subdividido em: O Sítio RS-PE-31, O Sítio Posto Fiscal, Material Lítico e Cerâmico dos Sítios RS-PE-31 e Posto Fiscal, A Função dos Sítios RS-PE-31 e Posto Fiscal, O Processo de Formação do Montículo B), Conclusão, Agradecimentos e Referências Bibliográficas. O artigo, que deriva de sua dissertação de mestrado, tem por objetivo apresentar a análise das estruturas e dos conjuntos artefatuais, recuperados de dois sítios (aterros anelares com montículos) Jê do Sul, em Pinhal da Serra, no Rio Grande do Sul. O autor justifica que os sítios estudados possuem características em particular que os tornam distintos de outros da mesma categoria. A partir disso sugere que estes sítios possuem maior complexidade arquitetônica (com datas tardias) e apresentam evidências que permitem associá-los a um maior planejamento dos ritos funerários. Por último, indica que as diferenças notadas podem estar relacionadas ao crescimento dos cacicados complexos, como aqueles descritos para os Kaingang, no século XIX.

Para demonstrar sua hipótese, na parte da introdução, a arquitetura cerimonial associada às populações Jê do Sul é contextualizada histórica e geograficamente. São mencionadas pesquisas anteriores que discutem a relação entre arquitetura e função dos sítios de categoria aterros anelares e montículos. Para Pinhal da Serra, os pequenos aterros anelares com montículos, sempre próximos de conjuntos de casas subterrâneas, seriam cemitérios de comunidades vizinhas, e os grandes aterros anelares seriam estruturas integrativas de alto nível, congregando para sua construção e uso uma população regional composta por várias comunidades distintas. A partir disso, é verificada uma maior variabilidade na arquitetura ritual Jê. Para o autor, os sítios de aterros anelares e montículos, conformam importantes marcos na paisagem.

No desenvolvimento, inicialmente são apresentadas informações gerais dos sítios arqueológicos RS-PE-31 e Posto Fiscal. Ambos os sítios, são formados por estruturas complexas tendo sido o Montículo B do sítio Posto Fiscal, o mais investigado. Também é

apresentada a análise do material arqueológico recuperado que sugere, não somente diferença entre ambos os sítios, mas que nesses locais teriam sido realizadas atividades diferentes dos demais sítios de aterros anelares e montículos. O sítio Posto Fiscal tem maior relação com um contexto doméstico, pela grande quantidade de cerâmica, principalmente ligada a atividades de servir e ao consumo (embora as formas reconstituídas pudessem estar presentes como oferendas funerárias), Já no sítio RS-PE-31 a quantidade elevada de micro lascas de quartzo pode ter relação com a preparação de alimentos especiais de consumo ritual, seja para trabalhar artefatos em materiais perecíveis como parte dos rituais ou como acompanhamento funerário.

Sobre as funções, as escavações revelaram que os sítios RS-PE-31 e Posto Fiscal, fogem ao padrão notado até o momento para os aterros anelares com montículos funerários Jê do Sul, enquadrando-se na classificação de sítios cemitérios de alto *status*, pois são mais raros, indicando ter havido esforço para sua construção, os artefatos apontam para diversidade de atividades, incluindo possível elaboração de itens rituais de acompanhamento funerário e até atividades voltadas para o preparo e consumo de alimentos próprio de festins funerários.

Em relação à escavação e análise do Montículo B do sítio Posto Fiscal o autor indica que, houve atividade de sepultamentos em grandes covas (com caso de acompanhamento de item funerário) e atividades ao redor do montículo (devido ao acúmulo de material lítico e cerâmico). Essas atividades incluíam preparo e consumo de alimentos, indicando um provável contexto doméstico. Ainda, pela distribuição do material, percebeu-se uma associação entre as lascas com marcas macroscópicas de uso e certas micro-estruturas como conjuntos de pedras que podem ter sido fornos. Essa distribuição é similar à que se observa nos casos de refugo primário no entorno de fogueiras (remanescente do *feasting*?). Posteriormente a isso, houve acréscimos de terra aumentando as dimensões do montículo. Nesse nível, o material encontrado estava disperso e sem associação com estruturas particulares, padrão que se assemelha ao refugo secundário resultante de limpeza e reposição. Após a cobertura das feições e início da elevação do montículo, foi possivelmente realizada nova cremação, resultando em uma lente de terra queimada associada a minúsculos ossos calcinados. Outra hipótese aventada pelo autor é que talvez o Montículo B servisse a apenas um de vários outros estágios que envolveriam um rito funerário.

Na conclusão, o autor expõe considerações sobre os sítios RS-PE-31 e Posto Fiscal terem servido de palco para uma série de atividades distintas, muito diferente do que ocorria nos demais sítios. Indica que para a região de estudo, os montículos parecem terem sido reservados a indivíduos de alto *status*, embora com distinções entre os mesmos. Sugere também que os pequenos aterros anelares com montículos encerrariam sepultamentos de líderes locais

(de comunidades vizinhas), já os sítios RS-PE-31 e Posto Fiscal poderiam ter servido à inumação de líderes regionais - da mesma forma como a organização sociopolítica dos Kaingang no século XIX que apresentava dois níveis de hierarquia, com caciques principais e subordinados. Por fim, encerra colocando a possibilidade de os anexos quadrangulares serem adições tardias na sequência de construção dos sítios, além disso, considerando as datas tardias do Montículo B do sítio Posto Fiscal (séculos XV a XVII), poderia-se especular que a emergência de cacicados com dois níveis de hierarquia seria um fenômeno relativamente recente na trajetória dos grupos Jê do Sul, imediatamente anterior ou coetâneo do contato com os europeus.

Marcus Vinicius Carvalho Pinto

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
PINTO, Marcus Vinicius Carvalho	O contato cultural entre populações pré-coloniais nas terras altas do sul brasileiro: um estudo de caso do sítio RS-AN-03, Bom Jesus – RS	Biblioteca UFRGS	2010	Monografia

Figura 24 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Marcus V. C. Pinto no município de Bom Jesus, RS.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Marcus Vinicius Carvalho Pinto também foi aluno de iniciação científica no NuParq e participou de escavações enquanto estudante de graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Deste pesquisador foi destacada a monografia de conclusão de curso defendida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A monografia (2010), *O contato cultural entre populações pré-coloniais nas terras altas do sul brasileiro: um estudo de caso do sítio RS-AN-03, Bom Jesus – RS,* orientada por Copé está estruturada em cinco partes principais: Introdução, Desenvolvimento (subdividido em três capítulos: Definições Iniciais; O Sítio RS-AN-03 e seus Artefatos Cerâmicos; O Contato Cultural para o Caso do Sítio RS-AN-03), Considerações Finais, Referências Bibliográficas e Anexos. Constam imagens de escavação no final do documento. O objetivo do trabalho é identificar a possibilidade de contato cultural entre as populações indígenas pré-coloniais, Tupiguarani e Taquara, através do exame da cerâmica e seu contexto. Para tanto, o autor escolheu o sítio arqueológico RS-AN-03, localizado no município de Bom Jesus, no Rio Grande do Sul, uma vez que este sítio é associado à tradição Taquara e nele foi encontrado a cerâmica Tupiguarani.

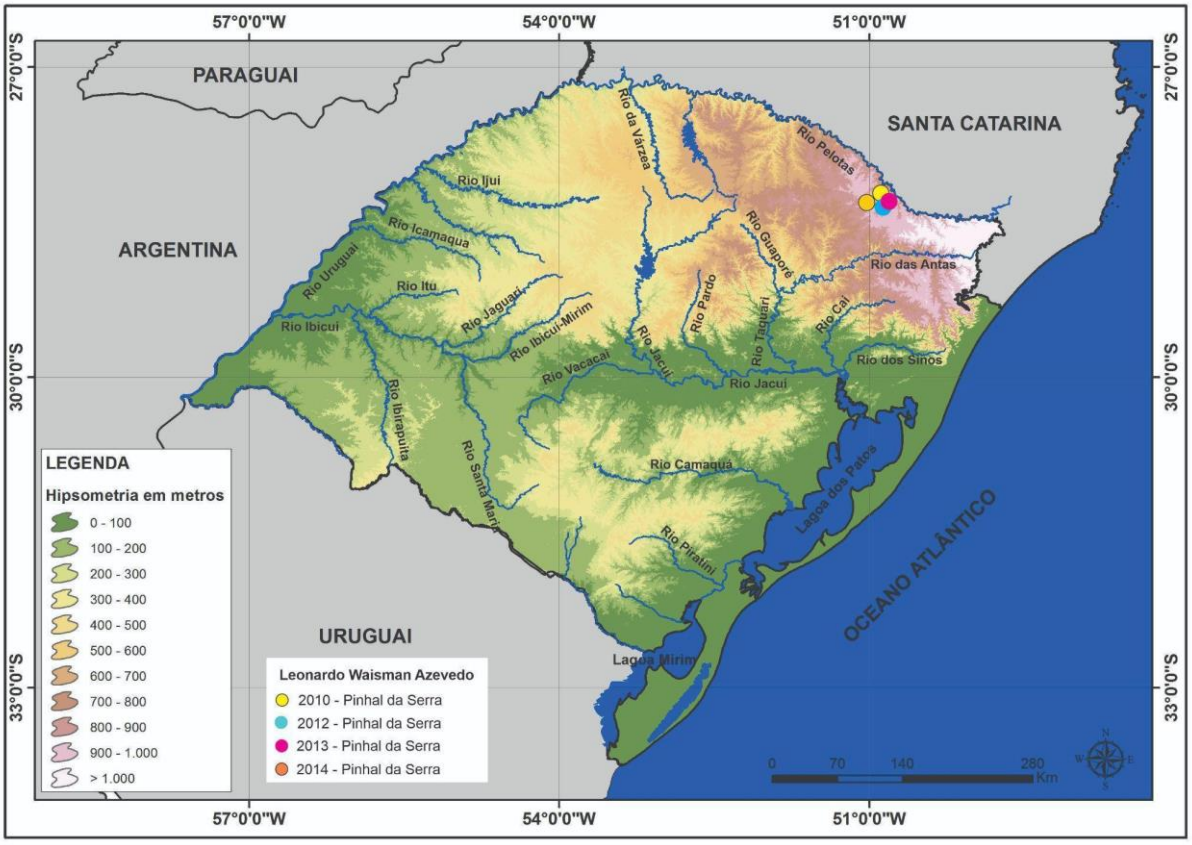
Na parte do desenvolvimento, no Capítulo 1, Pinto faz uma breve contextualização geral sobre os estudos arqueológicos no território nacional e apresenta sua base teórica e conceitual. Caracteriza o termo contato cultural, inserindo-o no contexto da pesquisa. De igual forma, inclui os conceitos de padrões e sistemas de assentamentos, territórios e territorialidade, como meio de articulação para reflexão da problemática. No Capítulo 2, faz uma apresentação geral do sítio RS-AN-03 (compreende quatro estruturas semissubterrâneas - Casa A, Casa B, Casa C e Casa D - e um depósito de terra, totalizando um conjunto de cinco estruturas diferentes). Explica a Tradição Taquara e o material cerâmico recuperado do sítio. Os primeiros estudos no sítio, ocorreram na década de 1991, coordenados por Pedro Augusto Mentz Ribeiro. As cerâmicas investigadas pelo autor vieram das estruturas A e C (casas semissubterrâneas) e corresponde a um acervo de 337 fragmentos. Entretanto, de todo material, apenas 4 fragmentos (1 fragmento da estrutura A, 1 vasilhame inteiro e mais 2 fragmentos da estrutura C) foram alvo principal da análise, por serem pertencentes à tradição Tupiguarani. No Capítulo 3, o autor contextualiza, reflete e levanta questões sobre contato cultural. No caso do sítio RS-AN-03, foram comparadas amostras de solo e fragmentos de cerâmicas, das estruturas A e C, pelo método de difratometria. Apenas o material da estrutura C satisfez as condições que demonstram contemporaneidade. Outra comparação por difratometria para a estrutura A, entre dois fragmentos cerâmicos distintos, um Taquara e outro Tupiguarani, permitiu ao autor sugerir que: 1) O artefato não era

proveniente de comércio entre os dois grupos; 2) A cerâmica Tupiguarani foi confeccionada com argila na região do sítio, mas não é possível saber se por um indivíduo Tupiguarani; 3) Os grupos Taquara não se apropriaram das cerâmicas dos assentamentos Tupiguarani, nem foi motivo de comércio. Para o caso da estrutura C, o autor deixa em aberto sobre qual grupo teria utilizado o vasilhame inteiro encontrado dentro da estrutura. Em revisão dos dados, foi identificado que o artefato se encontrava na parte superior da camada 3 da estrutura C, com isso estava no limite da camada parcialmente carbonizada do madeirame proveniente do telhado da estrutura. A interpretação inicial indicava que o vasilhame tenha sido encontrado em uma fogueira e com marcas de fuligem. Em função disso, o autor se pergunta se não houve equívoco na interpretação das evidências, até porque é estranho a utilização de um vasilhame pintado para o cozimento. Por fim, tomando por base as análises, esclarece que o contato entre os grupos poderia ter se dado por pressão do movimento de expansão dos Tupiguarani, tratando-se de um provável fenômeno local e que teria se dado em períodos mais recentes, talvez ao final do uso da estrutura.

Leonardo Waisman de Azevedo

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
AZEVEDO, Leonardo Waisman	Estruturas semi-subterrâneas e galerias: estudo de um caso atípico no planalto do Rio Grande do Sul	Biblioteca UFRGS	2010	Monografia
AZEVEDO, Leonardo Waisman; **COPÉ**, Silvia Moehlecke	A gênese das galerias subterrâneas do Planalto Sul Brasileiro.	Revista de Arqueologia	2012	Periódico
AZEVEDO, Leonardo Waisman; **COPÉ**, Silvia Moehlecke; **SCHEEL-YBERT**, Rita	Considerações para o estudo de Fogueiras nas Terras Altas Sulbrasileiras	Revista Memorare	2013	Periódico
AZEVEDO, Leonardo Waisman	Economia de combustíveis e tecnologia de fogueiras em sítios Proto-Jê do Sul nas terras altas do Brasil Meridional.	Banco de Teses e Dissertações UFRJ/Museu Nacional	2014	Dissertação

Figura 25 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Leonardo W. de Azevedo no município de Pinhal da Serra, RS.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Leonardo Waisman de Azevedo foi aluno orientando de iniciação científica da arqueóloga Silvia Copé e participou de escavações enquanto estudante de graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul junto com o Núcleo de Pesquisa Arqueológica da UFRGS - NuParq. Deste arqueólogo estão destacados cinco trabalhos: a monografia de conclusão de curso, defendida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, um capítulo de livro, organizado pelo Núcleo Regional Sul da Sociedade Brasileira de Arqueologia - SABSUL e divulgado pela Editora da UNESC, um artigo publicado pela Revista de Arqueologia, editada pela Sociedade Brasileira de Arqueologia; outro artigo publicado pela Revista Memorare, editado pelo Grupep-Arqueologia, vinculado à Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, além de sua dissertação de mestrado defendida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional. Sobre sua dissertação, embora o trabalho não esteja sob orientação de Copé, os dados que compõem o estudo pertencem ao NuParq que é dirigido pela arqueóloga. Por esse motivo a dissertação foi inserida neste grande conjunto.

O primeiro documento (2010), *Estruturas semi-subterrâneas e galerias: estudo de um caso atípico no planalto do Rio Grande do Sul,* estruturalmente está segmentado em quatro partes: Introdução, Desenvolvimento (subdividido em quatro capítulos: Capítulo 1 - Sobre estruturas semi-subterrâneas e galerias; Capítulo 2 - Sobre estruturas semi-subterrâneas e galerias atípicas: um estudo de caso; Capítulo 3 - Sobre a cultura material; Capítulo 4 - Sobre a gênese das estruturas e o significado do material: (in)conclusões), Conclusão e Referências Bibliográficas. Ao final do trabalho encontram-se anexos uma lista e uma ficha utilizados para análise do material lítico. O objetivo do trabalho está em entender uma ocorrência de estruturas semisubterrâneas e galerias em conjunto nas terras altas do Rio Grande do Sul. O autor justifica que trata-se de uma ocorrência atípica, com as estruturas interligadas, sem vestígios de um processo construtivo antrópico e com presença de material arqueológico em superfície, que implicou a formulação de questões sobre a formação do sítio e o significado da cultura material que o acompanhava.

Quanto às etapas do desenvolvimento, no Capítulo 1 apresenta uma revisão bibliográfica relacionada às estruturas semissubterrâneas e as galerias subterrâneas. Discorre sobre as características particulares para cada tipo de estrutura, no intuito de compreender a atipicidade daquelas escolhidas como objeto de estudo, como também, faz comparações entre estas com trabalhos anteriores. Comumente, as estruturas semissubterrâneas e galerias subterrâneas ocorrem separadamente, no entanto, as estruturas aqui analisadas aparecem associadas. No Capítulo 2, traz a descrição do espaço e da estratigrafia do sítio e do conjunto de estruturas semissubterrâneas. Os trabalhos constataram a atipicidade das estruturas subterrâneas e galerias do Sítio RS-PE-29: 1) a implantação das estruturas poderia sugerir que em dado momento, houve uma conexão entre ambas, enquanto algumas, de fato, ainda estavam conectadas; 2) A escavação não expôs nenhum processo construtivo antrópico ou de intencionalidade nas feições das estruturas; 3) Em contrapartida, no conjunto em superfície e nos interiores das estruturas A e B, foi encontrado material arqueológico. O Capítulo 3 explora os resultados da análise da cultura material descoberta. A variedade de material constatada pelo autor, permitiu inferir que no local eram realizadas distintas atividades, desde o lascamento até a transformação de rochas em ferramentas e produção de artigos de uso cotidiano, a partir de outras matérias-primas. No Capítulo 4 explora a gênese das estruturas. O autor esclarece, que não foi possível relacionar o processo construtivo antrópico das galerias nem das estruturas semissubterrâneas. A hipótese é de que as estruturas semissubterrâneas e galerias sejam paleotocas em um avançado estado de destruição. Quanto ao material arqueológico, eles apontam para a existência de um sítio arqueológico lítico de superfície, que apresenta dispersão

de material lítico, como resíduos e instrumentos. Provavelmente são os vestígios de uma oficina de produção de artefatos líticos e trabalhos de matérias-primas perecíveis, não identificadas. Conclui que o material não permite sugerir nenhum tipo de relação com as estruturas semissubterrâneas e galerias.

O segundo documento do autor (2012), *A gênese das galerias subterrâneas do Planalto Sul Brasileiro,* deriva de sua monografia e está dividido em seis partes: Resumo, Abstract, Introdução, Desenvolvimento (subdividido em: As Pesquisas Sobre Galerias Subterrâneas na Perspectiva Arqueológica; As Pesquisas Sobre Galerias Subterrâneas na Perspectiva Paleontológica; As Pesquisas Sobre Galerias Subterrâneas em uma Perspectiva Interdisciplinar; As Galerias e Estruturas Semi-Subterrâneas Atípicas do Sítio RS-PE-29), Considerações Finais e Referências Bibliográficas. São apresentadas figuras ilustrativas de galerias subterrâneas, croquis das galerias, de escavação e de perfis estratigráficos.

O trabalho tem como objetivo apresentar os resultados do estudo realizado em um conjunto de estruturas semissubterrâneas atípicas interligadas por galerias subterrâneas do sítio arqueológico RS-PE-29, localizado no município de Pinhal da Serra, Rio Grande do Sul. O autor justifica o texto sublinhando que a arqueologia chegou a associar as galerias à tradição Taquara. E que há questionamentos sobre a origem dessas estruturas e galerias, se antrópicas, naturais ou formações erodidas de sítios paleontológicos.

Para explicar as origens das estruturas e das galerias, os autores adotaram uma perspectiva interdisciplinar, uma vez que, a paleontologia também estuda tais fenômenos. Em revisão sobre a bibliografia, estudos anteriores, apontam que galerias subterrâneas estudadas pela arqueologia e as paleotocas estudadas pela paleontologia são o mesmo objeto, apenas que os vestígios de presença humana encontrados, são consequência de uma re-ocupação posterior.

Detalhando o estudo de caso, tomam por exemplo o sítio RS-PE-29, composto por quinze estruturas semissubterrâneas, galerias subterrâneas e em alguns casos, essas estruturas aparecem interligadas, uma situação incomum. Da sequência de intervenções ficou claro que tratava-se, na verdade, de um sítio lítico superficial.

Por fim, os autores concluem que a revisão bibliográfica e o estudo de caso, permitiram afirmar que as populações pré-históricas do planalto não escavavam as galerias subterrâneas. Porquanto, foi possível explicar a origem do conjunto de galerias e estruturas semissubterrâneas do sítio RS-PE-29, o qual foi interpretado como uma paleotoca de megafauna erodida com partes desabadas. À essa estrutura está relacionado um sítio arqueológico lítico de superfície e uma série de outros conjuntos arqueológicos próximos, esses sim, vinculados à tradição

Taquara. Trata-se, portanto, de um caso de associação espacial entre um sítio arqueológico e outro paleontológico.

A terceira publicação selecionada (2013), *Considerações para o estudo de Fogueiras nas Terras Altas Sulbrasileiras,* está segmentada em seis partes principais: Resumo; Introdução; Desenvolvimento (subdividido em três partes: Os Sítios; Aspectos metodológicos; Resultados e Discussões (subdividido em três partes: Posição e contextos das fogueiras; Atributos estruturais; Análise antracológica), Comentário final; Abstract e Referências Bibliográficas. O objeto de estudo do artigo são fogueiras do período pré-colonial das terras altas sul-brasileiras. O objetivo do artigo é apresentar reflexões sobre quatro amostras de fogueiras de quatro sítios arqueológicos pré-coloniais localizadas em Pinhal da Serra, no Rio Grande do Sul. A justificativa para tal estudo é a escassez de trabalhos sobre a presença de fogueiras e a importância que o fogo desempenha no cotidiano das sociedades Proto-Jê do Sul. As fogueiras analisadas são oriundas de sítios de atividades domésticas e rituais.

Na parte do desenvolvimento, contextualizam os sítios arqueológicos selecionados (sítios Ari I, Leopoldo V, Pedreira e Leopoldo VII) e explicam os tipos e as características de um dos assentamentos. Entre estes, estão os sítios de casas subterrâneas, os lito-cerâmicos e os aterros anelares. Cada um, possuindo evidências do uso de fogo.

Metodologicamente, o autor utilizou dois tipos de abordagem: 1) aspectos tecnológicos, considerados a partir de uma descrição qualitativa das estruturas de combustão e 2) os combustíveis utilizados, considerados através de uma análise antracológica do carvão coletado e sob uma perspectiva de economia dos combustíveis.

No que diz respeito às fogueiras, o exame demonstrou que a posição em cada sítio se mostrou como um elemento chave para compreender seu funcionamento e a organização do espaço interno dos assentamentos: em áreas domésticas, instalada no centro, favorecia interações sociais e a distribuição de calor; nos sítios cerimoniais sua posição central desempenhava papel essencial de organização e orientação do ritual, além de elemento de controle e ação sobre o morto e sobre os vivos. Estruturalmente, as fogueiras mostraram base côncava, um modelo mais versátil que garante economia de lenha e mais tempo de fogo. Também ficou claro que cada atividade exigia e causava presença de elementos diferentes: conjuntos de pedras para fogueiras domésticas e presença de terra queimada para pira funerária. Isso sugere conhecimento sobre os métodos de controle, o tipo funcional e os rituais associados a essas fogueiras. Da análise antracológica, o resultado revelou que as *taxa* utilizadas pertencem a Floresta Ombrófila Mista e que a maioria são potencialmente vegetais pioneiros ou secundários, dependendo da espécie e das condições ambientais.

Nas considerações finais, procuraram formular questionamentos sobre a captação de recursos combustíveis, entre elas: 1) que a paisagem foi bastante alterada devido à intensidade da ocupação Proto-Jê do Sul no local, 2) que a coleta da lenha provavelmente ocorria baseada no recolhimento seletivo de madeira caída ou pela derrubada, 3) que a recorrência de elementos vegetais específicos demonstra não somente um uso intencional de tecnologias de queima, mas motivações também simbólicas.

A quarta publicação é a dissertação de Azevedo (2014), *Economia de combustíveis e tecnologia de fogueiras em sítios Proto-Jê do Sul nas terras altas do Brasil Meridional.* O documento está segmentado em seis partes: Resumo, Introdução, Desenvolvimento (subdividido em cinco capítulos: Capítulo 1 - A Arqueologia Proto-Jê do Sul; Capítulo 2 - Área de Estudo; Capítulo 3 - Materiais e Métodos; Capítulo 4 - Resultados; Capítulo 5 - Tecnologia de Fogueiras e Economia de Combustíveis), Conclusão, Referências Bibliográficas e Anexos. No final do trabalho são apresentados os documentos de apoio. O objetivo da dissertação é compreender comportamentos e conhecimentos tradicionais relativos à produção e uso de fogueiras pelos grupos Proto-Jê do Sul, na forma como são encontradas nos espaços domésticos e rituais que ordenavam aquela paisagem. A pesquisa é norteada pela constatação da escassez de estudos relacionados à presença de fogueiras e a importância do fogo no cotidiano das sociedades Proto-Jê. Diferentes tipos de fogueiras foram evidenciados em associação a diversas atividades: em estruturas semissubterrâneas e sítios lito-cerâmicos, onde foram descobertas fogueiras provavelmente utilizadas para aquecimento, preparação de alimentos, transformação de matérias-primas e iluminação; e em estruturas de aterros anelares e grutas, onde foram identificadas fogueiras utilizadas em cerimônias relacionadas à integração de populações e rituais de sepultamentos.

Para o estudo, foram selecionados quatro sítios arqueológicos, localizados na região de Pinhal da Serra, RS: duas estruturas semissubterrâneas, um sítio lito-cerâmico de superfície e uma estrutura de aterro anelar e a investigação é feita a partir de duas interpelações: a primeira, qualitativa (análise das estruturas de combustão); a segunda, antracológica (análise do carvão).

Na parte do desenvolvimento, no Capítulo 1 o autor apresenta uma síntese bibliográfica dos estudos relacionados aos grupos Proto-Jê do Sul no Planalto das Araucárias; caracteriza a cultura material e os sítios arqueológicos desses grupos e explica a paisagem e a justifica como sendo uma paisagem domesticada pelas populações que ocuparam as terras altas (Planalto das Araucárias): construída e organizada conforme os conceitos estabelecidos pela cultura. No Capítulo 2, faz uma apresentação dos aspectos ambientais da área de estudo - Pinhal da Serra, como também, das primeiras pesquisas arqueológicas na região, no que diz respeito aos grupos

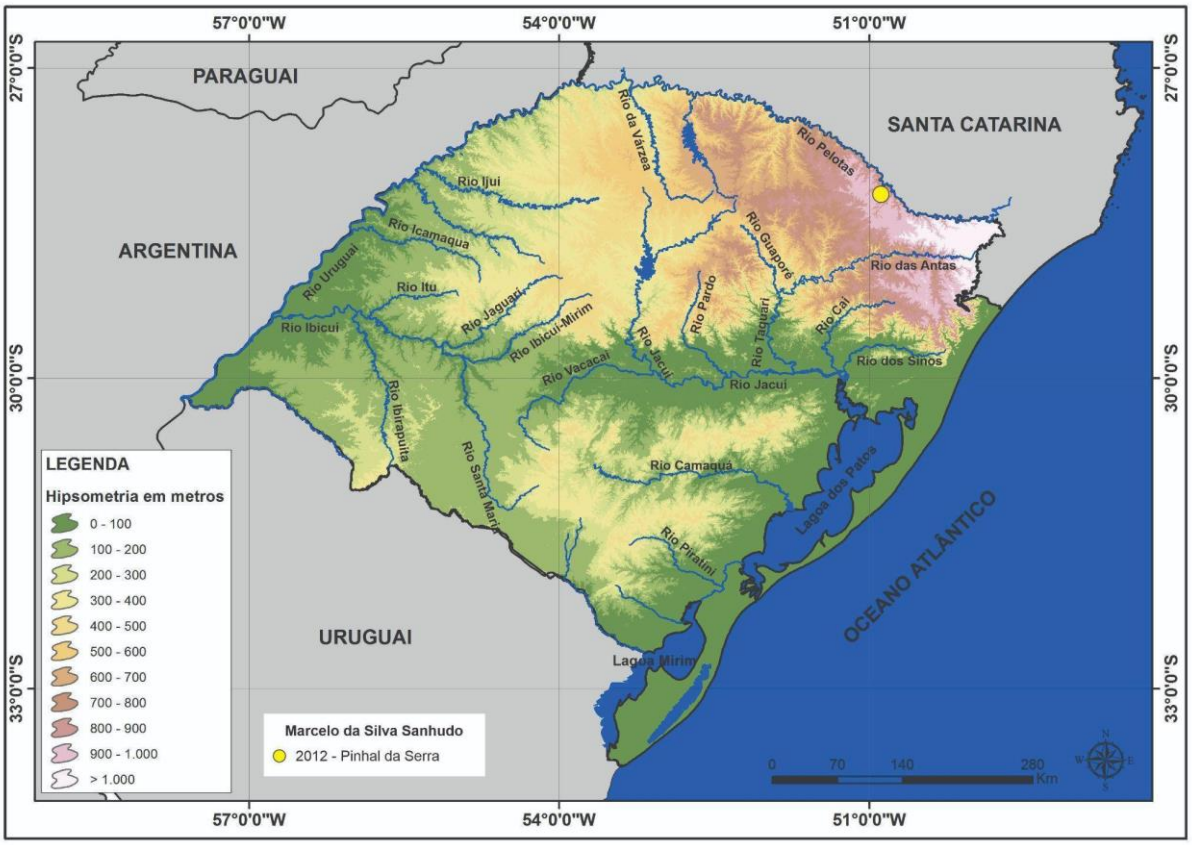
Jê entre os anos de AD 800 a 1650. No Capítulo 3, descreve os trabalhos de campo realizados nos sítios selecionados: os sítios Ari I e Leopoldo V (duas estruturas semissubterrâneas), Pedreira/RS-PE-12 (lito-cerâmico), da categoria de espaços domésticos; e o sítio Leopoldo VII, uma estrutura anelar, na categoria de espaços cerimoniais. Em cada sítio, suas respectivas estruturas e fogueiras são minuciosamente detalhadas. Os aspectos metodológicos também são apresentados: sobre a tecnologia de fogueiras, a economia de combustíveis, a antracologia e o método de análise antracológico, utilizado no trabalho. No capítulo 4 apresenta os resultados obtidos, apresentando gráficos e tabelas gerados para cada amostra. No Capítulo 5, explica sobre a tecnologia de fogueira e o conceito economia de combustíveis, pontuando: contexto (fogueiras domésticas e fogueiras rituais), formas, dimensões e elementos constitutivos, alterações de uso, a aquisição do fogo, vegetação, paisagem e área de captação de recursos, técnicas de coleta e preferência de lenha.

Na conclusão, o autor destaca as constatações que foram possíveis alcançar durante a pesquisa: as características específicas observadas nas fogueiras dos grupos Proto-Jê, atestam formas e conhecimentos utilizados na produção do fogo, por exemplo, a posição da fogueira nos assentamentos, domésticos ou rituais, ajuda na compreensão do seu funcionamento e organização do espaço; as fogueiras analisadas possuem base côncava, contudo, cada atividade realizada exigia e causava a presença de elementos diferentes (conjunto de pedras foram associadas ao contexto doméstico e terra queimada ao contexto cerimonial) e a queima era de forma controlada em todos os casos. O emprego de uma metodologia antracológica para análise do carvão revelou a possibilidade de se realizar inferências sobre a vegetação próxima aos sítios e sobre aspectos de uma economia de combustíveis de fogueiras, observando pontos relativos à área de captação de recursos, preferências culturais, motivação por necessidades específicas, conhecimento de propriedades combustíveis e técnicas de ignição e coleta. Por fim, o autor ressalta que este tipo de estudo ajuda na compreensão do comportamento dos grupos Proto-Jê e suas relações com o meio vegetal no Planalto das Araucárias.

Marcelo da Silva Sanhudo

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
SANHUDO, Marcelo da Silva	A arqueologia do Planalto Sul Brasileiro: o caso do sítio RS-PE-41	Biblioteca UFRGS	2012	Monografia

Figura 26 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Marcelo S. Sanhudo no município de Pinhal da Serra, RS.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Marcelo da Silva Sanhudo também foi aluno orientando de iniciação científica da arqueóloga Silvia Copé e participou de escavações enquanto estudante de graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, junto com o Núcleo de Pesquisa Arqueológica da UFRGS - NuParq. Deste arqueólogo foi selecionada a monografia de conclusão de curso, defendida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A monografia (2012), *A arqueologia do Planalto Sul Brasileiro: o caso do sítio RS-PE-41,* está estruturada em cinco partes principais: Introdução, Desenvolvimento (subdividida em três capítulos: Capítulo 1 - Antropologia, Arqueologia e Geoarqueologia: Conceitos e revisão da literatura; Capítulo 2 - A contribuição da geoarqueologia para o estudo do sítio RS-PE-41: conceitos e métodos; Capítulo 3 - Processos de formação do sítio RS-PE-41), Considerações, Referências Bibliográficas e Anexos. No final estão anexadas algumas imagens ilustrativas de escavação e de material arqueológico ao documento. Utilizando uma abordagem Geoarqueológica, o trabalho tem como objetivo compreender os processos de formação do sítio RS-PE-41, localizado no município de

Pinhal da Serra, RS, e como as atividades decorrentes da presença humana influenciaram tal registro arqueológico.

Na etapa do desenvolvimento, para o Capítulo 1 o autor busca contextualizar cronologicamente as disciplinas de Antropologia, Arqueologia e Geoarqueologia, com o objetivo de relacionar a abordagem geoarqueológica ao estudo de caso proposto. Discorre também sobre as principais pesquisas acerca das estruturas semissubterrâneas, apresentando um histórico para a região Sul do Brasil. No Capítulo 2, o autor traz à cena a contribuição da geoarqueologia para o estudo do sítio RS-PE-41. Explica os conceitos utilizados de meio físico, paisagem e lugar nos estudos arqueológicos. Também introduz o contexto da área de trabalho e as características do sítio arqueológico investigado, o sítio RS-PE-41 que congrega um conjunto de 10 estruturas semissubterrâneas (Casas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10) dispostas de forma semicircular. Na área central do semicírculo formado pelas estruturas semissubterrâneas são encontradas seis elevações abruptas de terra (Montículos 1, 2, 3, 4, 5 e 6). Dentro deste conjunto existem três estruturas (Casas 2, 3 e 4), próximas umas das outras, que por isso são chamadas de estruturas geminadas. No Capítulo 3, cria um modelo que esquematiza os dados e demonstra as transformações que a área do sítio RS-PE-41 sofreu, a partir de referências teóricas, a fim de compreender as transformações ocorridas no sítio, desde sua origem até a descoberta. Para isso, classifica os resultados em três etapas: processo pré-ocupacional (demonstrar que tipo de terreno e meio físico foi selecionado para a construção das estruturas do sítio. A etapa está inserida no contexto dos processos naturais e na primeira fase do contexto sistêmico, a procura); processo ocupacional (demonstrar a dinâmica cultural do grupo que ocupou as estruturas e a ocupação e organização do espaço. A etapa está inserida no contexto dos processos antropogênicos, ou seja, a modificação do meio físico em uma paisagem, que com o tempo e as experiências se torna um lugar) e processo pós-ocupacional (decifrar alterações que possam ter interferência na distribuição espacial, nas formas e na integridade dos sítios arqueológicos pesquisados. A etapa está inserida nos processos naturais e culturais secundários).

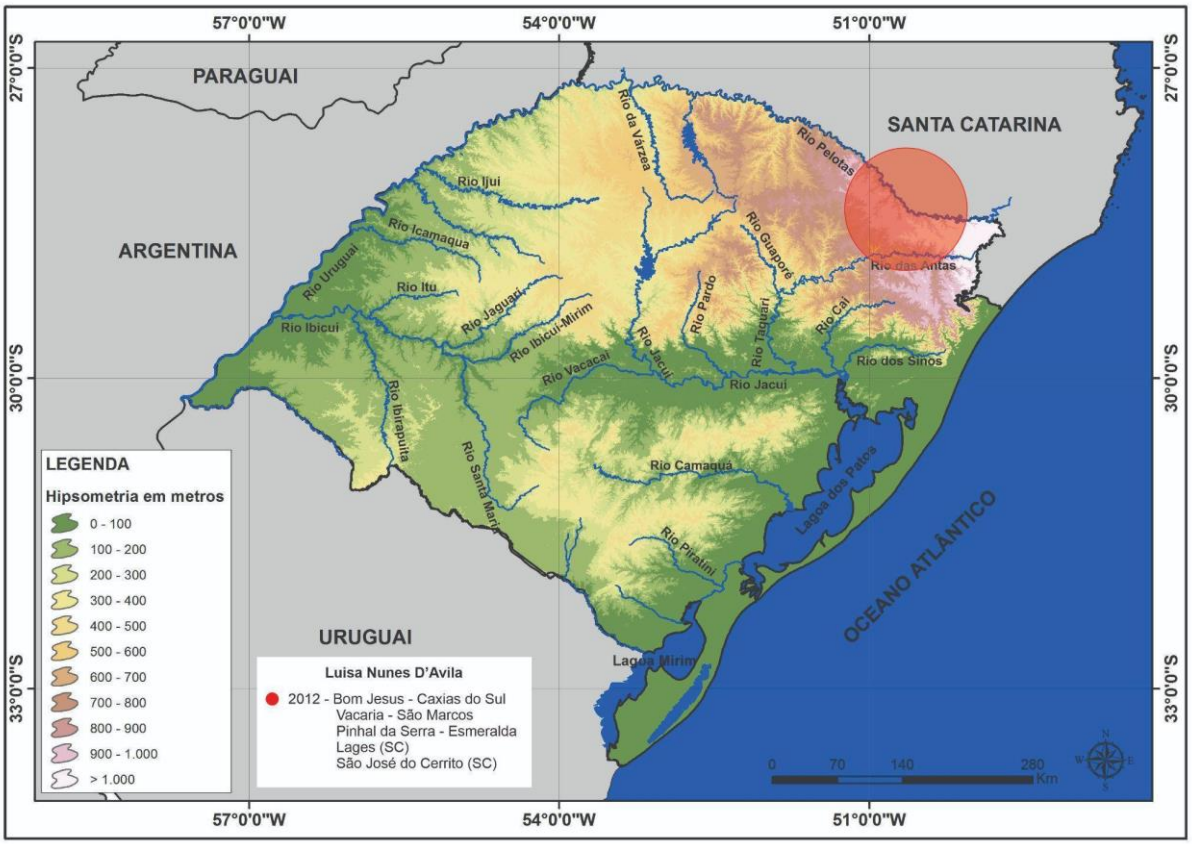
Na conclusão, o autor enfatiza uma perspectiva geoarqueológica de interpretação para os processos de formação do sítio e o registro arqueológico. Ressalta que na tentativa de compreender os processos que agiram sobre as estruturas semissubterrâneas, são atribuídos usos e significados que, no alcance possível, tentam refletir as práticas sociais dos grupos que as construíram. Sugere ainda que a criação de espaços organizados pressupõe criatividade, planejamento e conhecimento. Assim, a construção de um conjunto de estruturas pressupõe planejamento prévio, garantindo vantagens na ocupação. Dessa forma, não apenas o lugar, mas

também as “coisas” que estariam no lugar ou na composição do lugar têm intencionalidade visando saciar necessidades físicas, estruturais, práticas e simbólicas. Por fim, encerra afirmando que as estruturas semissubterrâneas do sítio RS-PE-41, podem ser interpretadas como uma operação social, atribuindo significados, e também se tornando parte de uma paisagem, que, por sua vez, no viver cotidiano se torna um lugar.

Luísa Nunes D’Ávila

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
D’AVILA, Luísa Nunes	A construção do espaço social entre os Jê do Sul: uma análise regional dos aglomerados de estruturas subterrâneas no Planalto das Araucárias	Biblioteca UFRGS	2012	Monografia

Figura 27 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Luísa N. D’Ávila no Planalto gaúcho e de Santa Catarina.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Luísa Nunes D’Ávila também integrou a equipe de Silvia Copé, tendo participado de escavações enquanto estudante de graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, junto com o Núcleo de Pesquisa Arqueológica da UFRGS - NuParq. Desta arqueóloga foi

selecionada a monografia de conclusão de curso, defendida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A monografia (2012), *A construção do espaço social entre os Jê do Sul: uma análise regional dos aglomerados de estruturas subterrâneas no Planalto das Araucárias,* está organizada em quatro partes principais: Introdução, Desenvolvimento (subdividido em quatro capítulos: Capítulo 1 - Antropologia, História e a Arqueologia em Estruturas Subterrâneas; Capítulo 2 - Discutindo Conceitos e Abordagens; Capítulo 3 - Método e Análise e Capítulo 4 – Etno-história, Teoria e Cultura Material), Considerações Finais e Referências Bibliográficas. O trabalho tem como premissa as estruturas subterrâneas, associadas aos grupos Jê Meridionais, a verificação das dimensões destas estruturas e sua dispersão pelo Planalto das Araucárias. Com isso, o objetivo está em responder se a diferença de tamanho entre as estruturas subterrâneas possui um padrão regional identificável e, havendo esse padrão, se isso significaria uma complexidade sociopolítica organizacional. O trabalho abrange sítios arqueológicos de vários municípios.

No desenvolvimento do trabalho, no Capítulo 1 a autora introduz uma breve discussão sobre as relações entre as disciplinas de Antropologia, Arqueologia e História e apresenta um histórico de pesquisas relacionadas ao estudo das estruturas subterrâneas no Sul do Brasil. No Capítulo 2, discorre sobre os conceitos relacionados às estruturas semissubterrâneas que interessam ao estudo. Procura explicá-los sob um ponto de vista amplo, indo além da habitação e suas características, pois considera também as relações entre homem e meio ambiente, organização social e demais processos que envolvam o tipo de uso. Diante disso, conceitos como forma e função, grupo doméstico e co-residência; mobilidade e contemporaneidade, adaptação e transformação do espaço, são conceitos essenciais ao discutir estruturas semissubterrâneas. No Capítulo 3 aborda o método de pesquisa, apresenta os dados coletados e a análise realizada. Utilizando-se de uma abordagem qualitativa e quantitativa, trabalhou com populações de estruturas subterrâneas, na extensão do planalto das araucárias, abrangendo a sua ocorrência mais baixa (Caxias do Sul), setor leste (Bom Jesus), setor central (Pinhal da Serra/Esmeralda/Vacaria), até o limite norte de Santa Catarina. As informações levantadas pela autora, totalizam 1338 estruturas subterrâneas, em 249 sítios com informação geográfica, ficando a população do estudo em apenas 956 estruturas com informação de tamanho. O método de Escore Z permitiu comparar a relação de tamanho entre as estruturas, de uma forma mais relacional e contextual, considerando uma perspectiva de variabilidade regional dos dados. Em síntese, a análise objetivou relacionar as dimensões das estruturas subterrâneas com sua distribuição pela paisagem. A autora concluiu que há tanto estruturas muito grandes em relativo isolamento, quanto em áreas densas, porém nem todas as áreas densas fazem parte de um

complexo bem estruturado e centralizado. Os exames de tamanho[28] exemplificaram um padrão, tanto geral quanto regional, que reúne muitas estruturas menores do que a média, em contraponto às estruturas acima da média, além de uma parcela sempre pequena de estruturas muito grandes. No Capítulo 4, a autora procura estabelecer uma conexão entre arqueologia, história e antropologia, por meio da comparação com a cultura material, os dados etno-históricos e as discussões recentes sobre a temática. Organiza a discussão em dois tópicos: "O índio do período colonial e sua relação com a cultura material" e "Sobre a relação entre Territórios e Rios". No primeiro ponto, argumenta sobre uma construção social do espaço, enquanto no segundo reflete sobre a importância da conexão com a água para a organização social Kaingang, e como esta, por sua vez, reflete na estruturação do território. Com isso, levanta uma questão: "As estruturas subterrâneas estariam em confluência com essas estruturas simbólicas?"

Na conclusão, a autora apresenta uma síntese dos resultados alcançados durante seu estudo. Acredita que a criação de um parâmetro para as estruturas subterrâneas, numa relação tamanho v. disposição espacial, pode contribuir para um maior conhecimento da organização política. Sua análise evidenciou um total de vinte sítios arqueológicos com a presença de estruturas maiores do que 100% da população. A repetição desse modelo de disposição, observada em locais diferentes, poderia indicar um padrão de hierarquia, onde as estruturas muito grandes pertenceriam aos caciques e as estruturas grandes aos sub-caciques, mas também podendo significar outras relações, como estruturas pequenas de armazenamento, e estruturas grandes como centros cerimoniais ou reunião. No entanto, outras relações de tamanho e disposição (centralidades ocupacionais), testadas pela autora, indicaram uma ruptura de sua teoria sobre uma estrutura muito grande ter funcionalidade política e hierárquica. Quanto à densidade testada, a organização central ou não, poderia indicar diferença temporal de ocupação nos sítios, ou uma distinta relação entre lideranças, que não implicasse em grande concentração de população à sua volta. Com isso, acredita que os esforços que demandam a construção das grandes estruturas, estejam submetidos a um poder político motivacional, logo, se trataria de uma complexidade social, como aquelas verificadas nas pesquisas em estruturas anelares. Tal complexidade social é confirmada na trajetória da investigação que para a autora, transcende um sistema tribal ou segmentário. O cruzamento dos dados com a etno-história, possibilitou perceber que a atribuição étnica unificada no período colonial, em uma continuidade cultural, possui sim uma divisão em lideranças, com rivalidades que caracterizam diferentes grupos, com

[28] A autora classificou cinco opções de tamanhos, configurados em diâmetros (metros): 1 – 5,9 – Muito Pequena; 5,9 – 10,8 – Pequena; 10,8 – 15,7 – Média; 15,7 – 20,6 – Grande; 20,6 – 25,5 – Muito Grande.

estruturas simbólicas e materiais semelhantes. Porquanto, é razoável dizer que há uma relação entre os registros históricos e etnográficos com o arqueológico.

LABARQ-UNIVATES - Neli Teresinha Galarce Machado e pesquisadores do Laboratório de Pesquisas Arqueológicas

Quadro 24 - Conjunto de obras selecionadas do LABARQ/UNIVATES.

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
MACHADO, Neli Teresinha Galarce; **MILDER**, Saul. E. S.	Prospecções arqueológicas e físico-químicas no sítio RS T 100 - estruturas subterrâneas em San Valentin/Ilópolis - RS	Colóquio sobre Sítios Construídos Pesquisas	2005	Anais Colóquio
WOLF, Sidnei	Paisagens e sistemas de assentamento: um estudo sobre a ocupação humana pré-colonial na bacia hidrográfica do Rio Forqueta/RS	Banco de Teses e Dissertações UNIVATES	2012	Dissertação
WOLF, Sidnei	Arqueologia Jê no Alto Forqueta/RS e Guaporé/RS: um novo cenário para um antigo contexto	Banco de Teses e Dissertações UNIVATES	2016	Tese
WOLF, Sidnei; **MACHADO**, Neli Teresinha Galarce.	Novas perspectivas sobre a presença de estruturas subterrâneas na arqueologia Jê	(I)mobilidades na pré-história	2020	Livro
SCHNEIDER, Patrícia et al.	Arqueologia do Arroio Marrecas - Caxias do Sul, RS	Cadernos do LEPAARQ	2014	Periódico
DE MARQUE, Luciane Massaro	Arquitetura pré-histórica: um estudo sobre a estrutura de cobertura das casas subterrâneas dos Jê Meridionais	Banco de Teses e Dissertações UNIVATES	2015	Dissertação
SECCHI, Mariela Inês	Evolução ambiental durante o quaternário superior em Arvorezinha/RS: um milênio de influência humana na alteração florestal.	Banco de Teses e Dissertações UNIVATES	2017	Tese
ROSA, Lauren Waiss da	Interpretando a dinâmica de um assentamento Jê Meridional na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS: estudo de caso do sítio RS-T-126	Banco de Teses de Dissertações UNISINOS	2017	Dissertação

SCHNEIDER, Fernanda	Poder, transformação e permanência: a dinâmica de ocupação Guarani na Bacia do Taquari-Antas, Rio Grande do Sul, Brasil	Banco de Teses e Dissertações UNIVATES	2019	Tese
FIEGENBAUM, Jones	História antiga do Planalto das Araucárias, Rio Grande do Sul, Brasil - o Jê Meridional e o diálogo com o ambiente	Banco de Teses e Dissertações UNIVATES	2020	Tese

Fonte: Da autora (2022), com base nos dados coletados na pesquisa.

Figura 28 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Neli T. G. Machado no município de Ilópolis, RS.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Neli Teresinha Galarce Machado tem formação em História pela Universidade Federal de Santa Maria (1994), mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1999) e doutorado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (2004). Atualmente é professora titular da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, é professora do curso de História e do Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento e do Programa de Pós-graduação em Ensino e também é coordenadora do Laboratório de Arqueologia do Museu

de Ciências da UNIVATES. Aliás, a arqueologia no PPGAD da Univates está inserida dentro da grande área das Ciências Ambientais.

Desde o início dos anos 2000, ao criar o LABARQ, Machado começou a desenvolver trabalhos arqueológicos na região do Vale do Rio Taquari, abrindo uma importante frente de investigação ao explorar a ocupação humana pré-colonial e colonial. A tônica de sua pesquisa, que pode ser observada, principalmente, a partir da produção intelectual de seus orientandos, tem forte "pegada" na exploração da relação Arqueologia e o Ambiente. Nesse ínterim, somam-se os temas relacionados à História Ambiental, Etno-história, Ecologia, entre outras.

Do grupo orientado por Neli T. G. Machado (ver Quadro 24), foram selecionados outros sete pesquisadores que tiveram, se não toda, ao menos, parte de formação influenciada pela arqueóloga, são eles: Sidnei Wolf, Patrícia Schneider, Luciane Massaro de Marque, Mariela Inês Secchi, Lauren Weiss da Rosa, Fernanda Schneider e Jones Fiegenbaum. As publicações selecionadas são as mais diversas: 4 teses, 3 dissertações, 1 artigo em anais de evento, 1 artigo em periódico, 1 capítulo de livro. Como pode se observar pela lista acima, com exceção de uma dissertação que foi defendida pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, as demais, incluindo as teses foram defendidas pela Universidade do Vale do Taquari.

Com referência aos trabalhos divulgados: as teses foram defendidas pela Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES e constam no banco de dados da universidade, quanto às dissertações, duas pela mesma universidades e uma pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, todas constam no banco de dados das respectivas universidades e quanto ao artigo, este pode ser encontrado no Cadernos do LEPAARQ, vinculado à Universidade de Pelotas, o capítulo de livro foi editado pela Imprensa da Universidade de Coimbra e o artigo de Anais de Eventos está vinculado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - LEPA e à Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

A primeira publicação (2005), que traz a arqueóloga Neli T. G. Machado como principal autora, *Prospecções arqueológicas e físico-químicas no sítio RS T 100 - estruturas subterrâneas em San Valentin/Ilópolis - RS*, estruturalmente está segmentada em cinco partes: Localização, Características naturais da região, Trabalhos de campo e estratigrafias, Cultura material, Elementos perturbadores, Características arqueológicas gerais do sítio, Algumas considerações, Análise de sedimentos - algumas respostas. Ao final do documento seguem tabelas demonstrando os elementos das amostras analisadas, mapas de localização e situação do sítio, figuras com imagens de escavação, de croqui de sítio e de escavação. O objetivo do trabalho é apresentar as prospecções arqueológicas e o resultado das análises físico-químicas do sítio RS T 100, em San Valentin, município de Ilópolis, RS.

No início do texto são apresentadas breves informações ambientais e de localização do sítio. Os autores informam que o sítio é formado por um conjunto de 11 estruturas deprimidas de perímetros diferentes, quatro apresentam diâmetro maior que 17 m. A cultura material proveniente refere-se a peças coletadas superficialmente pelos proprietários: mãos de pilão, lascas de calcedônia, bifaces e outros, sendo poucas as evidências provenientes da escavação.

Com relação às características gerais, o sítio comprova a ocupação pré-histórica intensa, sendo que a estratigrafia sugere persistência temporal. E a diversidade ambiental presente na região de Ilópolis possibilita uma dieta alimentar diversificada propiciando uma autossuficiência por várias estações por ano, não necessitando descer a serra para buscar novos recursos. A seu favor também está a hidrografia, composta de pequenos lajeados, rios e sangas que poderiam fornecer alimentos.

A pesquisa identificou quatro tipos de sítios, pertencentes à mesma cultura: conjunto de habitações subterrâneas que poderiam ser consideradas aldeias; grandes habitações ou estruturas isoladas, sítios a céu aberto e sítios para obtenção de matéria-prima. Salientam que a maior preocupação foi destacar e entender as áreas de atividades num imenso território.

Em relação às considerações: entre as principais está a conclusão de que não foram encontrados materiais cerâmicos e líticos em abundância, o que pode ser um indicativo de uma ocupação efêmera da área. Apenas as datações podem confirmar por quanto tempo e se essas estruturas foram ocupadas.

Além disso, foi realizada um exame físico-químico de sedimentos. Foram encontradas variações no cálcio e potássio em uma área com manchas escuras semicirculares, nessa área foi escavada uma estrutura monticular de blocos irregulares de basalto. O índice variado de cálcio pode ser um indicativo de que elementos culturais possam ter sido introduzidos de maneira antrópica, como: ossos humanos, de animais, carapaças de moluscos etc. Os níveis homogêneos de potássio é um indicativo de cinzas de fogueiras e restos de queima.

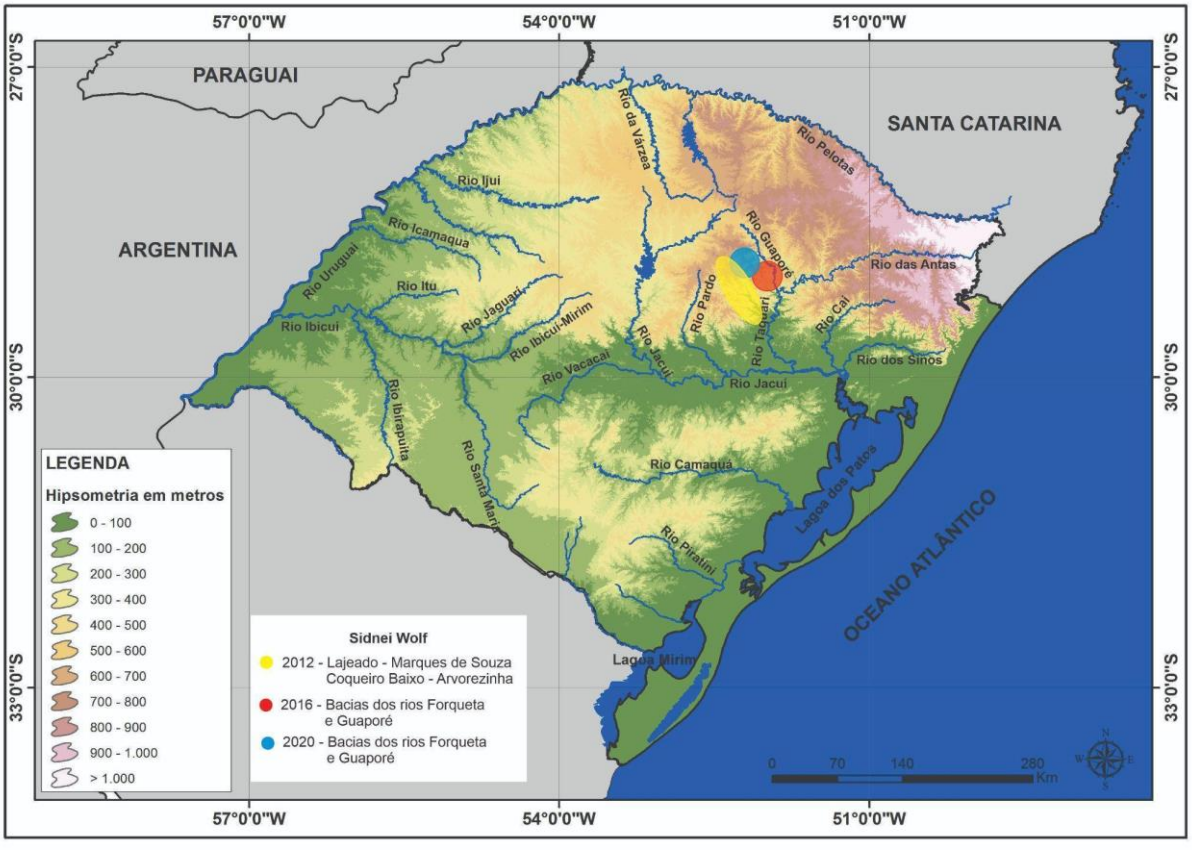
Já com relação ao que se relaciona com a área das estruturas deprimidas, a ênfase dada à interpretação dos dados baseia-se no teor de potássio da área central das estruturas. Foi encontrada contradição entre as ações antrópicas desenvolvidas no interior de duas estruturas: Casa 1, menor índice de potássio e os remanescentes indicam ter existido uma área de fogueira, a Casa 2 possui maior nível de potássio, porém não há indicação de possível fogueira. Supõe-se que a casa 1 chegou a ser ocupada e os restos de queima estavam sendo depositados na Casa 2, que não estava ocupada. A segunda suposição é que ambas as estruturas estavam sendo ocupadas, mas há distinção nos hábitos de limpeza entre elas. As diferentes concentrações de potássio também chamam atenção para o fato de que a queima de pinhas produz muita cinza, o

que faz com que as estruturas sejam regularmente limpas ou se tornariam inúteis ao uso. Análises sobre o índice de potássio encontrado no talude do riacho que margeia as estruturas revelou que as cinzas talvez fossem depositadas fora do perímetro do sítio e acabavam sendo lixiviadas e redepositadas no riacho.

Sidnei Wolf

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
WOLF, Sidnei	Paisagens e sistemas de assentamento: um estudo sobre a ocupação humana pré-colonial na bacia hidrográfica do Rio Forqueta/RS	Banco de Teses e Dissertações UNIVATES	2012	Dissertação
WOLF, Sidnei	Arqueologia Jê no Alto Forqueta/RS e Guaporé/RS: um novo cenário para um antigo contexto	Banco de Teses e Dissertações UNIVATES	2016	Tese
WOLF, Sidnei; **MACHADO**, Neli Teresinha Galarce.	Novas perspectivas sobre a presença de estruturas subterrâneas na arqueologia Jê	(I)mobilidades na pré-história	2020	Livro

Figura 29 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas por Sidnei Wolf no Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Sidnei Wolf iniciou como orientando de iniciação científica e depois passou a orientando de pós-graduação da arqueóloga Neli Machado. Também participou de escavações enquanto estudante de graduação e pós-graduação na mesma universidade atuando na região explorada pelo Laboratório de Pesquisas Arqueológica – Labarq. Desse autor foram destacados três trabalhos: a dissertação de mestrado e a tese de doutorado, ambas defendidas pelo Centro Universitário Univates, e um artigo publicado pela Imprensa da Universidade de Coimbra, Portugal. Todos os dados utilizados por Wolf advêm dos projetos coordenados por Machado e por esse motivo foram inseridos dentro do mesmo grupo de pesquisa.

O primeiro documento selecionado, *Paisagens e sistemas de assentamento: um estudo sobre a ocupação humana pré-colonial na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS* refere-se a dissertação de mestrado de Wolf, defendida em 2012 pelo Centro Universitário Univates. Estruturalmente a publicação está segmentada em 11 partes: Agradecimento, Resumo, Abstract (escrito em inglês), Lista de Ilustrações, Lista de Quadros, Lista de Tabelas, Apresentação, Desenvolvimento (subdividido em: Capítulo 2 - Estudos Arqueológicos na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS: Histórico, Bases Teóricas e Metodológicas, Capítulo 3 - A Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS: Aspectos Ambientais e Pré-Coloniais, Capítulo 4 - Os Sistemas de Assentamento Pré-Coloniais), Considerações finais, Referências Bibliográficas e Anexos. Entremeado com a escrita do texto, aparecem mapas, figuras e tabelas diversas que ilustram os dados apresentados pelo arqueólogo. O objetivo está em investigar como os vestígios materiais se distribuem na paisagem ao longo da Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta, identificar os grupos que ali habitaram, mapear as áreas preferencialmente ocupadas e relacionar as estratégias para subsistência a partir das características culturais de cada grupo.

Na apresentação (ou Capítulo 1), o autor expõe a hipótese central que é a de que a Bacia esteve ocupada por grupos caçadores coletores e horticultores, Guarani e Proto-Jê Meridionais. A decisão por trabalhar nessa região se deu pela heterogeneidade ambiental e pela intensidade de estudos realizados nos últimos anos.

No Capítulo 2 o autor trata do histórico das pesquisas arqueológicas na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS, expõe suas bases teóricas e metodológicas como a Arqueologia da Paisagem, Geoarqueologia, História Ambiental e Sistemas de Assentamentos, que foram abordados a partir da perspectiva do Território. Para a análise foram realizadas atividades de mapeamento em campo em 7 sítios arqueológicos. para encerrar o capítulo, o autor faz breves considerações acerca da bibliografia arqueológica produzida sobre as populações pré-coloniais que ocuparam o atual território sul-riograndense.

No Capítulo 3 são apresentados os resultados dos trabalhos de campo. O autor dividiu a região em 3 Microrregiões, isso porque existe uma diversidade de ambientes que fez com que em cada uma delas os seres humanos desenvolvessem estratégias adaptativas diferentes. Junto a essas descrições também estão expostos os pontos de interesse arqueológico com evidências materiais e estruturas detectadas. A 1ª Microrregião, mais ao sul do Rio Forqueta e seus afluentes está caracterizada pela ocupação por grupos horticultores Guarani, bem como nas planícies de inundação que acompanham a sinuosidade do rio; a 2ª Microrregião, na porção intermediária da unidade de operação está marcada pelo vale estreito sem a presença das planícies de inundação em sua maior parte. O vale formado apresenta-se encaixado em forma de V, onde a constatação material de ocupação pretérita, diferentemente da 1ª Microrregião, concentrou-se em áreas afastadas do Rio Forqueta, em vales intermontanos e divisores de bacia; a 3ª Microrregião está ao norte e abrange as nascentes do Rio Forqueta. É caracterizado por um terreno plano e levemente ondulado, intensamente utilizado na contemporaneidade para a criação de bovinos e ovinos, e o cultivo de grãos. Arqueologicamente, observou-se a ocorrência da ocupação Proto-Jê Meridional.

No Capítulo 4 se dedica a apresentar como se constituíram os Sistemas de Assentamento dos grupos pré-coloniais na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta, identificando as áreas preferencialmente ocupadas, com o intuito de estabelecer parâmetros gerais de instalação e apropriação do ambiente, quais seriam: Fundo de vale: relacionados aos Terraços Fluviais e as Planícies de Inundação; Vertentes: ligadas às áreas de fundo de vale ou próximas a recursos hídricos e Topo de morros: relacionados a topo de elevações, acima dos vales, onde as orientações geralmente pertencem à mesma bacia de drenagem; Divisores de Bacia: estariam relacionados ao estabelecimento de unidades habitacionais e áreas de atividade de populações Proto-Jê

Nas considerações finais o autor reafirma os resultados e hipóteses alcançadas pela pesquisa, de que a região da Bacia do Rio Forqueta foi ocupada por grupos de caçadores coletores e horticultores, Guarani e Proto-Jê Meridionais. Ao dar ênfase à análise de elementos que compõem o universo arqueológico, como características de inserção no ambiente dos pontos de interesse arqueológico com evidências materiais foi possível perceber que os grupos utilizaram e transformaram o ambiente, na criação de paisagens.

O segundo documento do autor, refere-se a sua tese de doutorado defendida em 2016 pela mesma universidade. O estudo, *Arqueologia Jê no Alto Forqueta/RS e Guaporé/RS: um novo cenário para um antigo contexto*, estruturalmente está segmentado em 10 partes: Agradecimento, Resumo, Abstract (escrito em inglês), Lista de Figuras, Lista de Quadros,

Introdução, Desenvolvimento (subdividido em: Capítulo 2 - A arqueologia de populações Jê do Sul: breve histórico e panorama regional, Capítulo 3 - O contexto ambiental do Alto Forqueta/RS e Guaporé/RS, e os métodos para uma arqueologia regional, Capítulo 4 - Construindo um sistema regional de assentamento: os sítios arqueológicos no Alto Forqueta/RS e Guaporé/RS, Capítulo 5 - As intervenções nos sítios arqueológicos do Alto Forqueta/RS e Guaporé/RS: elucidando contextos, Capítulo 6 - O sistema Jê Meridional no Alto Forqueta/RS e Guaporé/RS: múltiplas paisagens num único território), Considerações Finais, Referências e Apêndice. O objetivo da tese é buscar o reconhecimento do sistema regional de assentamento Jê Meridional entre as bacias hidrográficas dos rios Forqueta e Guaporé. Para isso foram exploradas as relações entre o ambiente, espaço e os seres humanos, mais precisamente, a atuação e influência dos grupos pré-coloniais...*Em outros termos*, assentamento e cronologia, onde a modificação da paisagem consolida a ocupação. O método de verificação baseia-se no registro arqueológico. Com isso, para satisfazer os objetivos e confirmar as hipóteses aventadas, foi realizado um extenso levantamento em sítios arqueológicos, no qual envolveu a escavação dos sítios: RS-T-123, RS-T-126, RS-T-128 e RS-T-130, em uma área piloto de 440 km² com distintas características fisiográficas. Tal levantamento, procurou revelar aspectos da distribuição espacial, funcionalidade e a cronologia deste espaço pouco conhecido.

Na parte do desenvolvimento, no Capítulo 2, o autor apresenta um breve histórico e o panorama geral das pesquisas em arqueologia que tratam das populações Jê Meridionais. Dessa maneira, procura refletir sobre a construção de um discurso na arqueologia dos Jê. Considera os trabalhos de Menguin (1957), Chmyz (1968), Miller (1969) e Schmitz (1988). Interpela tais autores com novas abordagens trazidas mais recentemente e que desafiam a pensar para além de fases e tradições, mas observar de forma mais ampla, através de estudos interdisciplinares. Entre os discursos aquele que remete a uma continuidade histórica. Depois faz uma análise de micro-perspectiva, incluindo aspectos da territorialidade Jê e da paisagem, apresentando uma síntese, a nível regional, das investigações envolvendo determinadas regiões do Rio Grande do Sul, inserindo ao final, as bacias hidrográficas dos rios Forqueta e Guaporé neste contexto.

No capítulo 3, discorre sobre as características ambientais da região do Alto Forqueta e Guaporé, tais como relevo, geologia, vegetação, pedologia e fauna. Explica os procedimentos metodológicos adotados, os quais foram sistematizados em quatro estágios, sendo eles: reconhecimento geral da área de estudo, levantamento arqueológico, escavação, análise da cultura material, e também espacial. Apresenta sua metodologia e ainda comenta sobre as possibilidades e dificuldades desse tipo de pesquisa, argumentando a necessidade da construção de uma Arqueologia Regional. Acredita que esta abordagem de estudo facilita a compreensão

de um sistema de assentamento regional, associando cronologia, funcionalidades e inter-relações dos sítios arqueológicos.

No Capítulo 4, apresenta um resumo geral dos sítios arqueológicos identificados na Unidade de Operação, durante o processo de levantamento. Seu mapeamento prévio considerou uma região de transição entre diferentes biomas. Além do sítio RS-T-100 registrado por Machado e Milder (2005), RS-T-123 por Wolf (2012), foram mapeados outros 68 sítios, sendo 38 áreas inéditas. O foco da pesquisa e do levantamento esteve relacionado à compreensão do sistema regional Jê, entretanto, alguns dos pontos levantados estão relacionados a um contexto de ocupação anterior, em virtude da cultura material associada, mas não descartando uma reocupação, como o sítio RS-T-128. Os sítios evidenciados (70) foram categorizados em quatro grupos que configuram o sistema de assentamento regional: estruturas subterrâneas (19), estruturas subterrâneas e montículos (01), sítios líticos (2) e sítios líticos superficiais (48). Dessa maneira, para cada situação o autor apresenta uma breve descrição das características dos sítios, englobando a relação de vestígios/cultura material e estruturas arqueológicas associadas a estes.

No Capítulo 5, apresenta as intervenções realizadas nos sítios: RS-T-123 (Conjunto 1 e Conjunto 2), RS-T-128 e RS-T-130. Nesta etapa, o autor descreve os procedimentos e metodologias para os trabalhos de campo focados nestes quatro sítios. Informa sobre as características da topografia, estratigrafia, contexto arqueológico, análise e classificação da cultura material resgatada e ainda, a cronologia dos sítios. A partir dos resultados o autor desenvolve algumas interpretações.

No Capítulo 6, discorre sobre o sistema regional de ocupação Jê nas bacias hidrográficas dos rios Forqueta e Guaporé. Destaca as variáveis ambientais, culturais, sociais e simbólicas associadas a este grupo ao longo do tempo, em diferentes espaços. Seu intuito é compreender a história de vida do território Jê, na região, em uma visão geral. A partir dos resultados obtidos, o autor conclui que a região possui um longo processo de ocupação, com início anterior a constituição dos sítios de estruturas subterrâneas, assim, propiciando discussões a respeito de um forte cenário pretérito. Por fim, retoma a questão da micro-perspectiva, para um entendimento de macro-espaço, procurando esclarecê-la por meio de uma abordagem de 'paisagem', e então analisá-la sob uma perspectiva territorial no tempo e no espaço.

Nas considerações finais, o autor enfatiza os resultados e hipóteses alcançadas pela tese. No que se refere às práticas de arqueologia, identificou-se as influências das sociedades Jê Meridionais, relativas ao gerenciamento do território, na área abrangida pelas bacias hidrográficas dos rios Forqueta e Guaporé, ao longo do tempo. Esta região passou por um intenso processo de ocupação nos últimos 2400 anos. Os sítios investigados predominam nas

altitudes elevadas, associados à presença da *Araucaria Angustifolia*. Além disso, o sistema de assentamento regional é composto por sítios de estruturas subterrâneas, estruturas subterrâneas e montículos, sítios superficiais líticos e lito cerâmicos. Também foram registrados assentamentos de populações caçadoras e coletoras, ligados a pontas de projétil, anteriores à construção e ocupação dos assentamentos Jê. Entre os quatro sítios arqueológicos escavados, foram observados diferenças compositivas, com estruturas subterrâneas de diferentes dimensões, sendo em um deles, identificados processos de abandono e reocupação ao longo de 500 anos. Quanto ao estudo da paisagem, o autor expôs algumas interpretações considerando três dimensões que integram os processos de transformação do espaço regional: 1) Na dimensão ambiental, a distribuição dos sítios estão relacionados aos aspectos físicos e ecológicos da paisagem; 2) Na dimensão social, observou-se dois espaços distintos na região, interligados entre si: um dominado por estruturas subterrâneas, e outro com sítios superficiais; 3) Na dimensão simbólica, a transformação da paisagem é como uma expressão de identidade, reforçada por sucessivos eventos de ocupação dos sítios, como no RS-T-126. Os resultados obtidos nos sítios do Alto Forqueta e Guaporé permitiram uma associação aos sítios localizados nas bacias hidrográficas dos rios Caí, Sinos, Antas e Jacuí, na busca de uma história de vida do território Jê com distintos estágios (ZEDEÑO, 1997;2010). O estabelecimento no território teria ocorrido entre 100 e 700 anos AD, com a presença de assentamentos junto ao Rio das Antas, e pequenas expansões na direção dos rios Caí e dos Sinos, na borda Sudeste do Planalto das Araucárias, atingindo possivelmente o Litoral. Entre 700 e 1400 anos AD ocorre a manutenção, com a ocupação das áreas a oeste do centro de estabelecimento. Estas áreas estariam representadas pelas bacias dos rios Jacuí, Pardo, Forqueta e Guaporé, quando assentamentos são ocupados e reocupados por centenas de anos. A partir de 1400 anos AD, a transformação do território está diretamente relacionada à expansão de grupos Guarani, nas quais os registros arqueológicos em sítios Jê são escassos. No Alto Forqueta e Guaporé os registros arqueológicos encerram-se por volta do século XV, sendo retomadas informações históricas no século XVII. Estes dados indicam a presença de populações não Guarani (possivelmente Jê) junto a Redução de Santa Teresa, de localização desconhecida, mas no entorno da Unidade de Pesquisa, simbolizando uma continuidade no processo histórico do território Jê. Não existem informações seguras que indiquem uma associação direta com as populações Kaingang que circulam pelo mesmo espaço durante o século XIX, embora os dados caminhem para tal ligação.

O terceiro documento (2020), *Novas perspectivas sobre a presença de estruturas subterrâneas na arqueologia Jê*, estruturalmente está segmentado em cinco partes: Resumo, Casas Subterrâneas, Funções e "funcionalidades", Novas perspectivas a partir do século XXI,

As Bacias Hidrográficas dos Rios Forqueta e Guaporé, Considerações finais e Bibliografia. Há uma tabela com dados de cronologia ilustrando o corpo do documento e ao final encontram-se: uma figura da planta de situação demonstrando a área de abrangência da população pesquisada e dos sítios localizados, imagens das estruturas arqueológicas, croqui de sítio, de escavação e de estratigrafia.

A proposta do artigo é buscar através da interpretação das estruturas subterrâneas Jê no Sul do Brasil, compreender a complexidade do fenômeno e suas interrelações com os demais componentes da Arqueologia Jê. Embora não seja uma temática recente, propõe-se apresentar novas contribuições sobre os estudos desenvolvidos.

Como objeto de estudo utiliza-se como base as estruturas subterrâneas localizadas entre as bacias hidrográficas dos rios Forqueta e Guaporé/RS. Situados geomorfologicamente no Planalto das Araucárias, a região possui um ambiente com diferenças significativas, o que possibilita o encontro de espaços distintos, ideais para tornar-se uma potencial região de assentamentos.

A região sul do Brasil possui reconhecimento sobre a sua potencialidade arqueológica, tornando-se, um prestigiado espaço de análises para diferentes pesquisadores. Historicamente, a partir da década de 1960, novos conceitos arqueológicos começam a ser explorados, definindo e delineando diferentes rumos para a arqueologia brasileira. Ao longo dos anos, e a partir destes trabalhos inaugurais, compreendeu-se que apesar dos sítios arqueológicos possuírem características similares, ou seja, em teoria serem um mesmo fenômeno, as estruturas possuíam variações regionais. Logo, as estruturas analisadas possuem variabilidade de formas e funções que se interrelacionam com a temporalidade e mobilidade.

A partir deste fato, as pesquisas nas áreas de ocorrência direcionam as hipóteses à questionar a funcionalidade das estruturas subterrâneas, ao mesmo tempo refletir sobre aspectos ligados a territorialidade e mobilidade Jê, relacionando os diferentes sítios arqueológicos que compõem esse sistema de assentamento. Os autores consideram que a maioria dos modelos econômicos sugeridos para os Jê explorou uma mobilidade intensa baseado em três ambientes: planalto, encosta e litoral e que a base da alimentação era a coleta do pinhão. Dessa forma ficava clara uma relação entre um padrão marcado por uma alta mobilidade e a utilização das estruturas como unidades habitacionais. Posteriormente, novas perspectivas fornecidas com a virada para o século XXI renovaram as discussões sobre mobilidade, complexidade e a relação com populações históricas (Kaingang e Xokleng) do Tronco Linguístico Jê que residem no Sul do Brasil. Também, a partir do desenvolvimento de grandes projetos se percebeu uma grande variabilidade de contextos em diferentes regiões do território ocupado por essas populações. A

partir disso as estruturas subterrâneas foram vistas como elementos essenciais para a montagem desse quebra-cabeças.

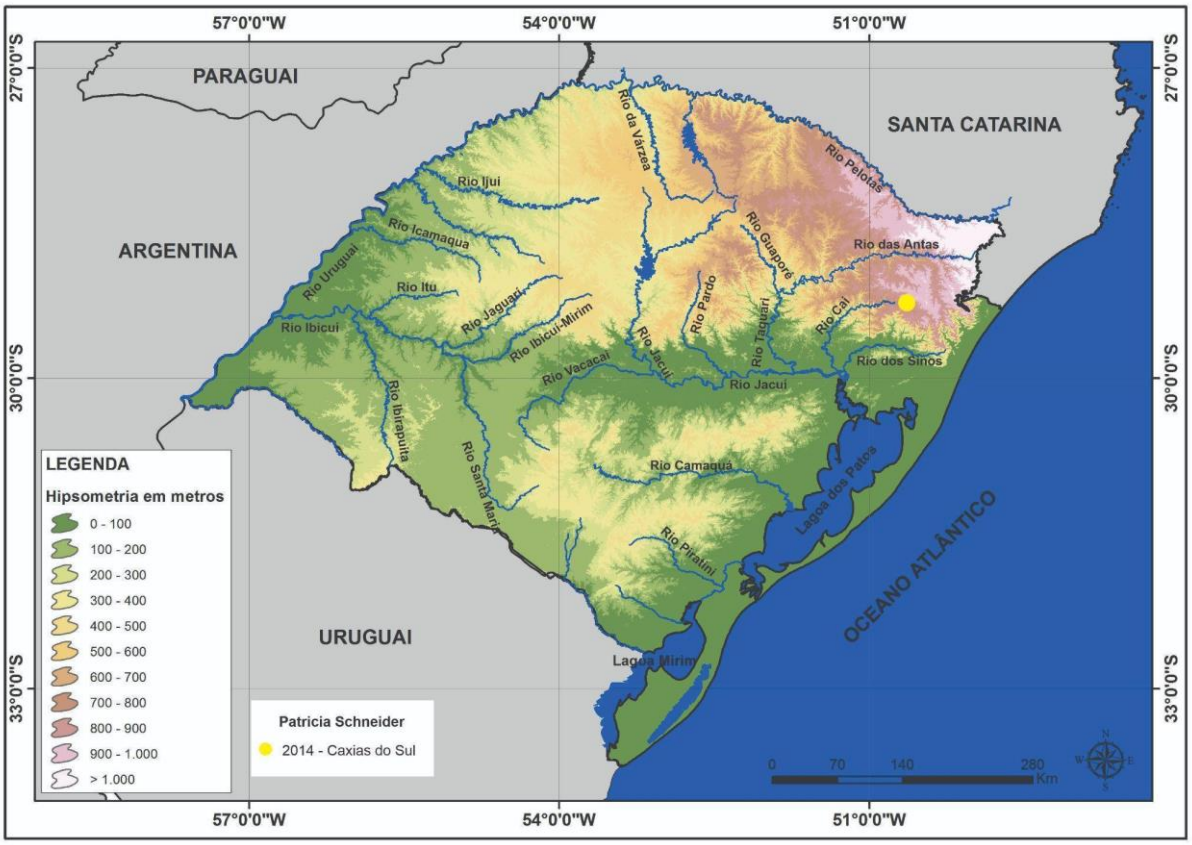
Na sequência do artigo, os autores situam a região de interesse, as bacias hidrográficas dos rios Forqueta e Guaporé que localizam-se no centro/nordeste do estado do Rio Grande do Sul, e pertencem à Bacia Taquari/Antas. Também descrevem o sítio em questão denominado de RS-T-126, que é composto por dois conjuntos de estruturas arqueológicas que possuem 800 metros de distância uma da outra: Conjunto 1, localizado no topo de uma elevação é composto por 11 estruturas subterrâneas com dimensões entre 3 e 12,4 m de diâmetro, e uma área com a presença de evidências líticas em superfície; o Conjunto 2 está implantado em um terreno levemente inclinado, com 08 estruturas subterrâneas, com diâmetros entre 6 e 2,40 m, além de um montículo com vala na forma de meia-lua. dessa escavação chamou a atenção a Estrutura 03, que apresentou resultados diferentes das demais estruturas subterrâneas, sugerindo funcionalidades diversificadas em seu interior.

Para as conclusões, discutem os resultados alcançados a partir da escavação e análise decorrentes do Conjunto 2. Sublinham que regionalmente se observa a presença de um sistema marcado pela exploração de dois espaços distintos, pensados a partir de uma mobilidade entre estes dois conjuntos. O local onde está o sítio mais elevado poderia estar relacionado com atividades de maior convívio social, com a ocorrência de alta variabilidade artefatual de instrumentos relacionados a um maior número de atividades. Já o segundo conjunto, composto pelos sítios superficiais, apresentam uma baixa variabilidade artefatual, marcada pela presença de instrumentos de grandes dimensões espalhados por amplas superfícies, ou então concentrados em pequenas áreas. Isso poderia estar relacionado a uma exploração maior de recursos. De maneira geral, quanto ao convívio social sugerem uma associação direta entre os sítios de estruturas subterrâneas com unidades domésticas, que englobam diferentes estruturas, áreas entre estruturas e seu entorno. Especificamente, indicam que as estruturas do Conjunto 1 apresentam características de unidades residenciais; diferentemente do Conjunto 2, onde se identificou uma possível associação a um forno de preparo de alimentos, que poderia indicar uso em ocasiões especiais, relacionadas a festividades do grupo, lembrando-se que o sítio possui outros elementos, como o montículo, que levariam o sítio a ser um marco territorial na região.

Patrícia Schneider

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
SCHNEIDER, Patrícia et al.	Arqueologia do Arroio Marrecas - Caxias do Sul, RS	Cadernos do LEPAARQ	2014	Periódico

Figura 30 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Patrícia Schneider et al., no município de Caxias do Sul, RS.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Patrícia Schneider foi aluna orientanda de iniciação científica da arqueóloga Neli Machado e participou de escavações enquanto estudante de graduação na Universidade do Vale do Taquari, atuando na região explorada pelo Laboratório de Pesquisas Arqueológica – Labarq. Hoje é funcionária e coordenadora do Centro de Memória da referida universidade. O presente artigo diz respeito a uma atividade arqueológica desenvolvida pela Arqueologia Empresarial, onde a demanda não parte de um interesse acadêmico, mas de uma necessidade econômica. Como o trabalho foi realizado pelo LABARQ (e o Centro de Memória), a proposta de trabalho e as concepções teóricas e metodológicas refletem alinhamento com a principal coordenadora do grupo de pesquisa, aliás Machado é uma das autoras do artigo.

A publicação selecionada (2014), *Arqueologia do Arroio Marrecas - Caxias do Sul, RS,* está segmentada em seis partes: Resumo, Abstract (escrito em inglês), Introdução, Os sítios arqueológicos, Sítio Verza/Tapera Castilhos, RS - A - Marrecas 01, Sítio Suzin/Fazenda Ferradura - RS - A - Marrecas 02, Considerações finais sobre a pesquisa e Referências Bibliográficas. Ilustrando o corpo do documento encontram-se imagens de escavação e de materiais arqueológicos (pré e pós-coloniais), figuras de croqui de sítio e de escavação.

O objetivo do trabalho é apresentar os resultados obtidos das atividades de campo e laboratório, realizados nos sítios: Verza/Tapera Castilhos, RS - A - Marrecas 01 (sítio histórico) e Suzin/Fazenda Ferradura - RS - A - Marrecas 02 (sítio pré-colonial). Os sítios estão vinculados ao Programa de Resgate Arqueológico da área do Barramento do Arroio Marrecas no distrito de Vila Seca, no município de Caxias do Sul, RS. O empreendimento é realizado pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE e os trabalhos de resgate arqueológico encontram-se no âmbito da arqueologia de contrato, realizados pelo Setor de Arqueologia da Univates. Na introdução, são abordadas questões como a preservação do patrimônio arqueológico, legislação patrimonial e a estrutura do Sistema Marrecas. Os sítios do estudo, anteriormente identificados em 2007 na ocasião do Diagnóstico Arqueológico, tratam-se de um sítio histórico e outro pré-colonial com estrutura subterrânea.

Na etapa do desenvolvimento, são apresentadas as atividades realizadas nestes dois sítios arqueológicos. Na primeira parte são descritas as atividades que envolveram o sítio histórico Verza/Tapera Castilhos, RS - A- Marrecas 01. Na segunda parte são relatadas as atividades referentes ao sítio pré-colonial Suzin/Fazenda Ferradura - RS - A - Marrecas 02. O sítio é caracterizado como pré-colonial associado a “casas subterrâneas” com material arqueológico em superfície e subsuperfície. Localiza-se na região fitoecológica Floresta Ombrófila Mista. As primeiras etapas do trabalho envolveram um levantamento das características e condições na área do sítio e a limpeza, após a escavação.

Destes trabalhos foram evidenciadas rochas com negativos de exposição ao fogo, lascas de quartzo, rochas basálticas em decomposição e nós de pinho aglomerados. Além do perfil estratigráfico, foram realizadas 5 sondagens. As atividades de salvamento e curadoria em laboratório registraram 156 peças arqueológicas. Estes materiais foram classificados de acordo com a tipologia, divididos entre lascas, núcleos, fragmentos e instrumentos. Os autores concluem que a principal matéria prima encontrada no sítio é o basalto. Outros fragmentos verificados, como a calcedônia e o quartzo, poderiam indicar a exploração de outras matérias primas existentes no local. Os instrumentos identificados são oriundos de blocos existentes, sendo descartados após sua utilização.

Nas considerações finais são reforçados os interesses e objetivos da pesquisa. São apresentadas as interpretações para o sítio histórico Verza/Tapera Castilhos, RS - A - Marrecas 01 e para o sítio pré-colonial, Suzin/Fazenda Ferradura - RS - A - Marrecas 02. No que tange o sítio histórico, conclui-se que a ocupação do mesmo remonta ao final do século XIX até o século XX, possuindo um acervo com 382 peças como, louças, vidros e metais. Apesar disso, os autores consideram um número reduzido de materiais e o associam a perturbações por ocupações recentes. Quanto ao sítio pré-colonial, dado o contexto regional e as características observadas, os autores especulam uma associação aos grupos Jê Meridionais, construtores das estruturas subterrâneas, todavia, atentam para a ausência de estruturas semelhantes no entorno. O material arqueológico detectado neste sítio, em sua maioria, encontra-se fora da estrutura subterrânea. Com isso, sugerem que as atividades do cotidiano estariam sendo realizadas em uma área social comum, local em que o material foi localizado. Já no interior da estrutura está a cultura material, associada à área de combustão, lascas e a ponta de projétil. Além disso, acreditam que este sítio está implantado em área estratégica, próximo a fontes de matéria prima e recursos hídricos. Presumem uma ocupação duradoura para o sítio, ou então, como local de abastecimento de matéria prima ou confecção de instrumentos líticos. Por fim, salientam a associação deste sítio aos grupos Proto-Jê, assim como, a importância deste material resgatado como complemento a história destas populações no extremo sul do Brasil.

Luciane M. De Marque

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
DE MARQUE, Luciane Massaro	Arquitetura pré-histórica: um estudo sobre a estrutura de cobertura das casas subterrâneas dos Jê Meridionais	Banco de Teses e Dissertações UNIVATES	2015	Dissertação

Luciane M. De Marque é graduada em Arquitetura e Urbanismo e foi orientanda de pós-graduação de Machado. Emprestou seu conhecimento em arquitetura para discutir o problema da variabilidade construtiva das habitações desenvolvidas pelas populações Jê Meridionais. O documento selecionado refere-se à sua dissertação de mestrado defendida em 2015 pelo Centro Universitário Univates. Os dados contemplados têm vínculos com o LABARQ e coadunam diretamente com a proposta do PPGAD, por esse motivo foram inseridos dentro do grupo de pesquisa. Estruturalmente a dissertação está segmentada em 11 partes: Agradecimento, Resumo, Abstract (escrito em inglês), Lista de Figuras, Lista de Quadros, Lista de Tabelas, Lista de Abreviaturas e Siglas, Introdução, Desenvolvimento (subdividido em: Capítulo 2 -

Referencial Teórico, Capítulo 3 - Metodologias, Capítulo 4 - Análise dos Modelos Arqueológicos, Capítulo 5 - Novas Alternativas Estruturais de Coberturas para as casas subterrâneas), Considerações finais e Referências Bibliográficas. O objetivo está em analisar os modelos arqueológicos das casas subterrâneas associadas aos Jê Meridionais e discutir a viabilidade construtiva dos mesmos, propondo novos modelos. O trabalho parte de uma abordagem interdisciplinar considerando a complexidade relacionada ao estudo dos vestígios de grupos humanos. Neste sentido, adota uma perspectiva de trabalho que relaciona arquitetura e arqueologia, sendo o conceito de espaço a principal premissa teórica. Procura investigar a arquitetura indígena pré-histórica, especificamente, estas casas subterrâneas comumente encontradas no planalto central do Brasil. Comenta a falta de modelos hipotéticos para as coberturas destas casas, uma vez que, as pesquisas arqueológicas priorizam a análise do buraco escavado no solo. Portanto, os questionamentos levantados em sua dissertação, tratam dos tipos de coberturas utilizadas e da estrutura empregada para suportá-las. Além disso, busca interpelar os modelos descritos por arqueólogos e seu reflexo na organização social e ambiental dos Jê. Sua principal hipótese é de que as estruturas fossem compostas por elementos de madeira cujo posicionamento atenderia, na totalidade, as demandas estruturais. Acredita que os modelos descritos pelos arqueólogos não possuem capacidades estruturais necessárias para vencer os vãos e a distribuição das cargas estruturais até o solo, também, não refletem a organização social, cultural e ambiental destas populações indígenas, apesar do uso da madeira e da palha local. Além do objetivo geral, a dissertação é fundamentada nos objetivos específicos que são: 1) listar os modelos de estruturas subterrâneas relatados por arqueólogos; 2) analisar e discutir graficamente os modelos de estruturas e de estruturas de cobertura para os variados tipos de casas subterrâneas; 3) representar em desenhos novos modelos de cobertura para estas casas subterrâneas.

Na parte do desenvolvimento, apresenta uma revisão bibliográfica referente às ciências de arqueologia e arquitetura, e dos conceitos de espaço, paisagem, natureza e homem. Depois, sobre os Jê Meridionais, casas subterrâneas e os modelos arqueológicos. Posteriormente, discorre sobre as metodologias empregadas em seu estudo pertinente às casas subterrâneas. Comenta sobre a caracterização, o objetivo geral e os procedimentos técnicos, a fim de gerar embasamento para análise das possíveis coberturas utilizadas nestas casas. Apresenta uma revisão dos modelos arqueológicos, considerando os trabalhos em arqueologia de Panek Junior e Noelli (2006), Silvia Copé (2006), Schmitz (2014), La Slavia (1987), além destes, Fazio, Moffet e Widehouse (2011) da arquitetura. Verifica os modelos espaciais das casas subterrâneas examinando a distribuição das forças até o solo e as condições de equilíbrio estruturais. Verifica

também a materialidade das peças, as dimensões das seções e seus vínculos, a fim de identificar os possíveis tipos de vegetações e madeiras utilizados nas coberturas, e propor novos modelos. Para tanto, apresenta exemplos de estruturas baseadas em elementos da natureza que poderiam satisfazer as condições estruturais das coberturas das casas subterrâneas. O primeiro modelo hipotético apresentado pela autora seria uma cobertura geodésica com revestimento de palha. Dessa maneira, a forma elevada proporcionada por este modelo, seria adequada às casas subterrâneas com profundidades menores. No entanto, ao observar que as formas, os diâmetros e as profundidades possuem variações diversas, algumas com profundidades entre, 3,5 à 8 m, este modelo não seria justificável. O segundo modelo apresentado pela autora é baseado na *Araucaria angustifolia.* Nesta sugestão de cobertura, a estrutura teria uma elevação com ângulo mínimo de 5º, com altura total de 80cm em relação ao nível do solo, sendo quase plana. Além disso, o posicionamento da peça permitiria vencer o vão sem necessariamente precisar de pilares. Por fim, apresenta outros modelos como alternativas para as casas subterrâneas dos Jê Meridionais, a partir de Nabokov e Easton (1989).

Nas considerações finais, ressalta as possibilidades de trabalho conjunto entre as áreas de arqueologia e arquitetura, no que diz respeito a Arqueologia Pré-Histórica. Assinala as dificuldades em inferir sobre a arquitetura e engenharia pré-histórica, seja pela inexistência de registros históricos e documentos relativos aos processos construtivos daquela época, ou ainda, pela restrita preocupação da "pesquisa histórica ortodoxa da engenharia e da arquitetura", que teria potencializado este paradigma ao preocupar-se apenas com as imponentes edificações e seus executores, bem como, o menosprezo pela arquitetura vernacular. Dito isso, a autora declara que a cooperação entre estas ciências, firmada em sua pesquisa, procurou romper com este padrão. Acredita que seu trabalho foi capaz de propor novas discussões e inspeções sobre o tema levantando, servindo também como incentivo a outros profissionais. Finalmente, conclui que desta parceria foi possível alcançar respostas: 1) O modelo estrutural descrito pelo arqueólogo La Salvia, para as casas subterrâneas médias, apresenta coerência pois satisfaz as condições de equilíbrio necessárias para mantê-las estáticas. Contudo, considera importante a introdução de elementos de contravento para o total sucesso deste modelo; 2) O modelo estrutural para as casas subterrâneas maiores, igualmente descritos por La Salvia, é inviável, pois precisaria de ajustes para permanecer estático, com auxílio de contraventamentos, por exemplo; 3) Os modelos estruturais das casas semissubterrâneas, concebidos por La Salvia e Weimer, apresentam reduzida complexidade de execução em relação aos modelos anteriores, sobretudo, por serem menores e exigirem menos esforços estruturais; 4) O modelo de cobertura das casas semissubterrâneas do oeste dos Estados Unidos atende as condições necessárias para

permanecer estática. Além disso, por ser um modelo elaborado por arquitetos já apresenta maiores detalhes estruturais, como o contraventamento e, também, independência do conjunto estrutural. Além disso, a camada de terra garante enrijecimento da estrutura e maior conforto térmico; 5) Quanto a materialidade das peças, por motivos estruturais, identificou que as seções ocas, com concentração material longe do eixo das peças, seriam as mais adequadas. Nas coberturas semissubterrâneas arcadas, por outro lado, a madeira precisaria ainda apresentar flexibilidade; 6) Devido a variabilidade das casas subterrâneas dos Jê Meridionais, é impossível apresentar uma única solução para as estruturas das coberturas. Portanto, constata-se que muitas alternativas estruturais podem ter sido adotadas nestas casas, todavia com condições de equilíbrio para permanecerem paradas; 7) Algumas destas alternativas poderiam ser orgânicas, demonstrando uma inspiração construtiva em princípios estruturais presentes no meio ambiente local e também a integração do povo indígena com a natureza. Por último, ressalta que, por não se encontrar vestígios das coberturas nas escavações, os modelos sugeridos não podem ser confirmados ou descartados. Com isso, propõe a testagem física destes modelos, a continuidade dos estudos e a parceria interdisciplinar.

Mariela Inês Secchi

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
SECCHI, Mariela Inês	Evolução ambiental durante o quaternário superior em Arvorezinha/RS: um milênio de influência humana na alteração florestal.	Banco de Teses e Dissertações UNIVATES	2017	Tese

Figura 31- Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Mariela Inês Secchi, no município de Arvorezinha, RS.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Mariela Inês Secchi é graduada em Biologia, mestre em Ambiente e Desenvolvimento e foi orientanda de pós-graduação de Machado. Emprestou seu conhecimento para discutir questões relacionadas à Palinologia e os grupos Jê Meridionais. O documento selecionado refere-se a sua tese de doutorado, defendida em 2017 pela Universidade do Vale do Taquari. Os dados contemplados advém das pesquisas de Machado e coadunam diretamente com a proposta do PPGAD, por esse motivo foram inseridos dentro do mesmo grupo. Estruturalmente o trabalho está segmentado em oito partes: Agradecimento, Resumo, Abstract (escrito em inglês), Apresentação, Lista de Ilustrações, Desenvolvimento (subdividido em: Capítulo 1 - Aspectos Introdutório, Capítulo 2 - Caracterização da área de estudo, Capítulo 3 - Procedimentos Metodológicos, Capítulo 4 - Referencial Teórico, Capítulo 5 - Arvorezinha - mil anos de história baseada em análises palinológicas, Capítulo 6 - Rota migratória de *Ilex*

paraguariensis a partir do Pleistoceno no Brasil e Argentina com base em dados palinológicos), Considerações finais e Referências Bibliográficas. Considerando as questões ambientais, a autora investiga as variações do tempo presente a partir de um estudo detalhado de processos que englobam fatos ocorridos em ambientes pretéritos. Diante disto, o objetivo da tese é compreender a história de evolução ambiental durante o Quaternário Superior na região alta do Vale do Taquari, tendo como base análises palinológicas realizadas no município de Arvorezinha, a partir da ocupação do território por populações de origem Jê até os dias atuais. O trabalho palinológico desenvolvido compreende o exame de amostras de diferentes pontos na região de Arvorezinha, no Vale do Taquari/RS. A primeira encontra-se em turfeira próxima ao sítio RS-T-123 e a segunda no interior do sítio RS-T-126, conjunto 2.

Na parte dos "Aspectos Introdutórios" são apresentados pontos relativos ao trabalho científico. Discorre sobre a história ambiental, conceitos, problemas, objetivos e justificativa. Para a tese, emprega informações documentais e arqueobotânicas, por meio de estudos palinológicos.

Na etapa do desenvolvimento, primeiramente faz uma contextualização ambiental minuciosa do local, explorando a vegetação do entorno, clima, hidrografia, contexto geológico e geomorfológico. Depois, são apresentados os procedimentos metodológicos aplicados para a análise palinológica, incluindo a descrição das coletas realizadas na turfeira e no interior do sítio RS-T-126 e por fim, a verificação bibliográfica e documental. Na sequência apresenta o referencial teórico. Explana sobre as dinâmicas do Quaternário do Rio Grande do Sul tendo como foco os estudos palinológicos desenvolvidos neste estado brasileiro.

Fala sobre a história ambiental e a geografia histórica. Entende estas duas ciências como importantes para a construção de saberes a respeito das interações entre meio ambiente e seres humanos. Procurando explicar estas relações entre homem-natureza e entre a evolução e história ambiental do Vale do Taquari, inclui temas relativos à ocupação do Rio Grande do Sul, tanto por populações pré-coloniais (indígenas de origem Jê) quanto por colonizadores europeus. Posteriormente são apresentados e discutidos os resultados das análises palinológicas e documentais. Comenta a ocupação do território de arvorezinha pelas populações Jê Meridionais associados à Tradição Taquara-Itararé. Os sítios arqueológicos RS-T-123 e RS-T-126, tratados na tese, pertencem a esta antiga população.

Apresenta uma listagem das espécies vegetais identificadas na área de estudo a partir da coleta do material botânico e do inventário florístico. Os dados palinológicos obtidos do levantamento no interior do sítio RS-T-126 consideraram amostras de táxons florestais e campestres das camadas denominadas de pré-ocupação (anterior a camada arqueológica) e

intermediária (entre o solo arqueológico e o solo anterior à ocupação). A partir da camada arqueológica pode-se inferir que a paisagem neste período possuía uma cobertura predominante de táxons campestres (32,68% do total), com prevalência de indivíduos da família Cyperaceae (18,53%), enquanto os táxons florestais cerca de 21,90%, sendo *A. angustifolia* (8,78%) uma das mais representativas. A amostra da camada intermediária, por sua vez, não variou muito em relação à anterior, sendo a principal diferença entre ambas, a presença de *Ilex* no espectro polínico e a presença de Polygonaceae, em quantidade considerável. A concentração de grãos de pólen encontrados representa 21,49% de táxons florestais e 34,83% de táxons campestres. A presença do gênero botânico *Ilex* pode estar associada apenas à camada de ocupação (aterro). A datação mais antiga para a área que compreende o conjunto 2 do sítio RS-T-126, é de 970 anos AP. A presença aumentada do táxon *I. paraguariensis* (1,84% grãos de pólen), observado no sedimento da camada arqueológica, em relação a anterior, pode estar intimamente relacionada às ocupações por populações pré-coloniais. Táxons florestais computaram cerca de 13,60% dos grãos de pólen e outros resgatados (A. angustifolia – 4,41%; Myrtaceae – 1,10%), enquanto que grãos de pólen e outros campestres totalizaram 26,10% (Caryophyllaceae – 11,03%; Cyperaceae – 5,51%; Poaceae – 4,04%). A alteração na quantidade de alguns táxons florestais na camada de aterro/ocupação por populações Jê, pode estar relacionada à utilização das florestas pelos povos indígenas. Os resultados indicam que os ambientes do Vale do Taquari, e, principalmente de Arvorezinha, podem não apresentar vegetação considerada como primária.

Em relação ao ambiente de Arvorezinha, quando do contato com o europeu, foi coletada uma amostra em turfeira próxima ao sítio RS-T-123, para esclarecer a vegetação que cobria a região. Entre os anos de 1635 e 1719 (Anno domini – idade interpolada) a floresta predominava (26,45%) na área em detrimento da vegetação campestre (16%). Os principais táxons florestais são característicos da Floresta Ombrófila Mista, com predominância da *A. angustifolia* (7,87%). Ilex também é um gênero frequente nesse período, aparecendo em todas as amostras, representando 1,87% dos grãos encontrados. Entre os táxons campestres o mais significativo é Asteraceae (representado pelos gêneros *Baccharis* e *Vernonia* - 4,9%). A presença de grãos de pólen da família Amaranthaceae, também do grupo de táxons campestres, consideradas como plantas "seguidoras de acampamentos", sugere locais de ocupação, abandono e reocupação.

Já a presença de *Ilex (I. paraguariensis)*, no espectro polínico, confirma a ocorrência de erva-mate no local. Entre 1731 e 1815 AD (idades interpoladas) a floresta continua predominando na paisagem com cerca de 23% dos grãos de pólen resgatados, enquanto que táxons campestres representam cerca de 16%, bastante semelhante ao período anterior. Entre

1827 e 1911 (idades interpoladas), os táxons campestres (21%), de florestas (25%), aquáticos e demais palinomorfos (23%) tiveram uma pequena variação nos resultados dos valores obtidos. A partir da colonização, é verificada uma alteração no ambiente de Arvorezinha. Por volta de 1900, os primeiros grãos de pólen de milho (*Zea mays*) e *Pinus* foram resgatados do perfil sedimentar, confirmando o início do processo colonizatório da região. A partir da análise dos táxons a pesquisa também procurou esclarecer a ocorrência de *Ilex* na região. Dessa maneira, e, crendo que este táxon fosse nativo do Rio Grande do Sul, a pesquisadora buscou entender qual o seu momento de ocorrência e se realmente era nativo desta área. Para tanto, foram analisados dois perfis de solo no interior do sítio RS-T-126 - conjunto 2 e da turfeira próxima ao sítio RS-T-123. Com isso, verificou-se que a ocorrência de grãos de pólen de *I. paraguariensis,* ao longo do tempo não é constante. O período temporal deste táxon coincide, em sua maioria, com a ocupação do Sul do Brasil por populações pretéritas durante o Quaternário. Como conclusão, a grande representatividade de *Ilex* na região de Arvorezinha é decorrente do manejo indígena, visto que na área de estudo, a ocorrência de *I. paraguariensis* teve início no período de ocupação Jê. Por último, apresenta em sua pesquisa diversos estudos palinológicos que mencionam os grãos de pólen de *I. paraguariensis* ao longo do tempo. Neste sentido, busca traçar uma linha do tempo considerando a rota migratória de *Ilex* desde o Pleistoceno e o Holoceno no Brasil e Argentina. Com este levantamento identificou-se a presença de *I. paraguariensis* a partir do Pleistoceno Médio no Brasil. Para o Rio Grande do Sul, a partir de 40.000 anos AP. Além disso, confirmou-se que esta espécie é nativa deste estado, entretanto, em algumas regiões, como no caso de Arvorezinha, a aparição desta espécie seria consequência da ação humana, sobretudo nos locais onde havia aldeamentos pré-coloniais.

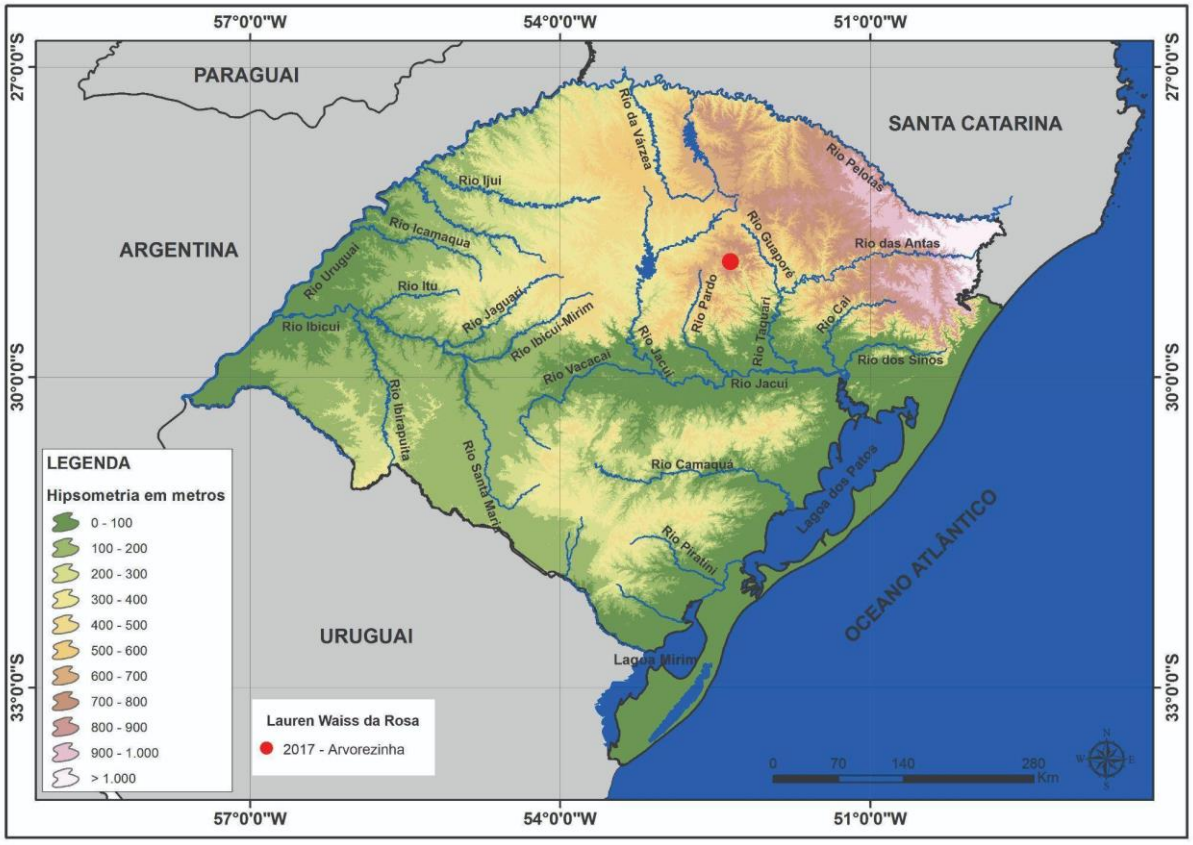
Nas considerações finais, argumenta a importância de análises palinológicas documentais para compreensão da história ambiental do município de Arvorezinha, para revelar a transformação da vegetação local desde um período de mil anos. Também, que a ação humana exerce significativa importância na alteração das paisagens. Salienta que os ervais nativos encontrados em Arvorezinha podem ter sido manipulados pelas populações pré-coloniais pois, não foram encontradas evidências desta espécie em período anterior à esta ocupação. Os dados acerca da expansão de *Ilex paraguariensis* no estado confirmam a hipótese de que esse táxon é nativo do Rio Grande do Sul. Considera serem necessários mais estudos sobre a influência das populações pré-coloniais no registro polínico, principalmente no que diz respeito à utilização de recursos vegetais. Reitera a influência da ação antrópica, a partir da colonização europeia na área de estudo, comprovada no resgate de grãos de pólen exóticos de *Pinus* sp. e milho *(Zea mays)*. Seguido de um acréscimo de grãos de pólen campestres após a ocupação e uma

diminuição de grãos de pólen florestais, provável efeito da apropriação dos recursos vegetais durante o processo inicial de colonização dessas áreas.

Lauren Waiss Rosa

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
ROSA, Lauren Waiss da	Interpretando a dinâmica de um assentamento Jê Meridional na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS: estudo de caso do sítio RS-T-126	Banco de Teses de Dissertações UNISINOS	2017	Dissertação

Figura 32 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Lauren Waiss Rosa, no município de Arvorezinha, RS.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Lauren Waiss Rosa foi aluna orientanda de iniciação científica da arqueóloga Neli Machado e participou de escavações enquanto estudante de graduação na Universidade do Vale do Taquari junto com ao Laboratório de Arqueologia da UNIVATES - LABARQ. Desta autora foi destacada a dissertação de mestrado, defendida pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Os dados contemplados em sua dissertação advém das pesquisas de Machado e por esse motivo

foram inseridos dentro do grupo. O documento selecionado (2017), estruturalmente, está segmentado em sete partes: Resumo, Abstract, Introdução, Desenvolvimento (subdividido em: Capítulo 1 – O histórico da ocupação Jê Meridional na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta, Capítulo 2 – Do micro ao macro: as bases teóricas e metodologia norteadoras da pesquisa, Capítulo 3 – O Fator geo na prática: tópicos sobre a coleta e processamento das amostras de solo e cerâmica, Capítulo 4 – Interpretação química do solo e da cerâmica arqueológica do sítio RS-T-126, Capítulo 5 – O Jê Meridional na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta: A dinâmica de ocupação, manutenção do território e permanência), Conclusão e Referências Bibliográficas.

O objetivo da dissertação é ampliar o conhecimento sobre os assentamos nos quais predominam a construção de estruturas subterrâneas, a partir da química do solo realizada por meio da microscopia eletrônica de varredura, utilizando o equipamento MEV ED. Com a finalidade de complementar a análise do solo proposta, também fora realizado a partir da espectrometria do MEV EDS a quantificação química para as cerâmicas coletadas no sítio RS-T-126. A autora justifica que a partir disso será possível refletir sobre o cotidiano das populações Jê Meridionais; analisando aspectos referentes a cronologia; processos de ocupação e abandono; inferir sobre as matérias primas utilizadas; processo de elaboração da cultura material; áreas de atividade desempenhadas no sítio; tipos de fogueiras; descarte de rejeitos; armazenamento, cozimento de alimento e etc.

Na parte do desenvolvimento, no Capítulo 1, a autora procura evidenciar a importância da Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta para a formação do passado pré-histórico do Vale do Taquari e do Rio Grande do Sul, através da investigação da ocupação dos grupos Jê Meridionais na porção mais ao norte da bacia. Para tanto, são abordados aspectos do deslocamento destes grupos a partir do seu espaço de origem, o sistema de assentamento e alguns aspectos cosmológicos, bem como os elementos que foram importantes para definir os locais de assentamento na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta, tais como matéria-prima, clima, relevo e recursos alimentares. O texto também traz uma descrição das três microrregiões de ocupação da bacia, caracterizando-as geomorfologicamente e destacando os sítios arqueológicos/artefatos evidenciados em cada uma delas.

O Capítulo 2 apresenta o referencial teórico utilizado no trabalho, contendo uma discussão sobre o desenvolvimento da arqueologia brasileira, suas teorias e métodos e as contribuições da geoarqueologia e da arqueologia da paisagem nas pesquisas arqueológicas, dando ênfase aos assentamentos Jê Meridionais. Este capítulo também apresenta os métodos e análises utilizadas para interpretação do solo e cerâmica nos sítios arqueológicos brasileiros. O

levantamento realizado pela autora identificou a baixa utilização da análise química do solo e, quando utilizada, na sua grande maioria estão relacionadas aos sítios arqueológicos de "terra preta", sendo de baixa incidência a realização destes estudos em sítios com estruturas subterrâneas, associados à ocupação Jê. Em relação aos diagnósticos, comumente são realizadas verificações de Cálcio Potássio e Matéria Orgânica. Para alguns autores, a presença do Cálcio está diretamente relacionada às fontes primárias de cálcio como ossos, conchas, sangue, etc; o potássio, pode indicar a presença de áreas antrópicas, fogueiras e queima. Além destas, outros pesquisadores destacam o estudo antracológico (restos de madeira carbonizados), possibilitando a reconstituição ambiental de um assentamento. Por fim, este capítulo traz uma discussão sobre a relevância do estudo das concentrações químicas de cerâmicas arqueológicas e a metodologia utilizada no sítio arqueológico RS-T-126 e os resultados esperados. Para análise química do solo do sítio RS-T-126 foram definidos 17 pontos de extração, realizados através de sondagens, sendo em laboratórios processadas a partir de microscopia de varredura propiciada pelo MEV EDS.

O Capítulo 3 é apresentado em dois momentos, o primeiro contempla a realização da escavação no sítio RS-T-126, onde a autora descreve os procedimentos e métodos utilizados em campo, assim como os elementos que foram observados e os artefatos evidenciados; no segundo momento a autora descreve as etapas realizadas em laboratório. No Capítulo 4 são apresentados os resultados identificados na análise química do solo e da cerâmica do sítio RS-T-126 e realiza uma discussão sobre a dinâmica de assentamento.

O Capítulo 5 contempla os aspectos referentes a cronologia Jê na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta e relaciona os resultados obtidos com outros estudos realizados, visando contribuir com a escrita da história dos povos Jê Meridionais. A autora afirma que a ocupação da área de intervenção do sítio RS-T-126 é relativamente antiga, tanto para o interior das estruturas quanto para a superfície do sítio observa-se uma ocupação contínua, eventualmente representantando sucessivos episódios de ocupação, indicando que o sítio RS-T-126 foi ocupado por mais de 600 anos, sendo estes marcados por permanências, abandonos e reocupações. O Capítulo também analisa a cronologia estabelecida para outros sítios de "engenharia de terra" e sítios superficiais nesta mesma área, nos quais foram realizadas datações radiocarbônicas. De acordo com a autora, o Alto Vale do rio Forqueta está em sintonia com a expansão e ocupação das terras altas do Nordeste do Rio Grande do Sul pelos grupos Jê Meridionais, em um período em que a Floresta Ombrófila Mista (mata com araucárias) também se expande de forma significativa. Em relação ao estudo da cerâmica, não foram identificadas alterações químicas específicas em função da morfologia e/ou tratamento de superfície. É

possível afirmar que existe uma preferência por argilas com maior concentração de areia, estando ela presente naturalmente ou sendo adicionada como “tempero”, o que tornar esta cerâmica frágil ao entrar em contato com o solo e a umidade, ocasionando o esfarelamento e a quebra.

A partir das análises químicas do solo foi possível identificar diferentes espaços no sítio RS-T-126: espaços de convivência, espaço de rejeitos, cozinhas, áreas de queima. Também foi possível atribuir diferentes usos para as estruturas de combustão e a reutilização das mesmas.

Fernanda Schneider

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
SCHNEIDER, Fernanda	Poder, transformação e permanência: a dinâmica de ocupação Guarani na Bacia do Taquari-Antas, Rio Grande do Sul, Brasil	Banco de Teses e Dissertações UNIVATES	2019	Tese

Figura 33 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Fernanda Schneider abrangendo o município de Marques de Souza, RS.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Fernanda Schneider foi aluna orientanda de iniciação científica e de pós-graduação da arqueóloga Neli Machado e participou de escavações na Universidade do Vale do Taquari junto com ao Laboratório de Arqueologia da UNIVATES - LABARQ. Desta arqueóloga foi destacada a tese de doutorado, defendida pela Universidade do Vale do Taquari. Os dados contemplados em sua tese advém das explorações de Machado e por esse motivo foram inseridos dentro do mesmo grupo. A obra não tem como tema principal as populações Jê, todavia, seu trabalho é importante, pois traz uma outra reflexão mais atualizada sobre contatos interétnicos. Neste caso, a interpretação segue no sentido de apurar que as populações Guarani adentraram e estabeleceram ocupações sobrepondo-se ao território Jê. Esses eventos tiveram efeito sobre os Jê que desocuparam o território. Outro dado, ao que tudo indica as incursões nunca resultaram em contatos amistosos de fronteira, e sim parecem terem sido de alguma maneira episódios conflituosos.

O documento selecionado (2019), estruturalmente, está segmentado em 10 partes: Agradecimento, Resumo, Abstract (escrito em inglês), Lista de Figuras, Lista de Quadros, Lista de Gráficos, Introdução, Desenvolvimento (subdividido em: Capítulo 2 - Povos Guarani: sobre quem falamos aqui?, Capítulo 3 - Contexto ambiental e arqueologia Guarani na Bacia do Rio Taquari-Antas, Capítulo 4 - Tempo e Espaço Guarani: distribuição dos sítios e cronologia na Bacia do Rio Taquari-Antas, Capítulo 5 - “The cannibals are coming”: uma análise preliminar sobre o avanço Guarani em direção ao Planalto das Araucárias, Capítulo 6 - Organização regional dos assentamentos Guarani: um olhar a partir dos artefatos cerâmicos, Capítulo 7 - Vida na aldeia Guarani: discutindo household nos sítios RS-T-114 e RS-T-132, Capítulo 8 - Interpretando a trajetória Guarani na Bacia do Rio Taquari-Antas), Considerações finais e Referências Bibliográficas.

O objetivo geral do trabalho é analisar as transformações sociopolíticas geradas e sofridas ao longo da história Guarani na Bacia do Taquari-Antas. Também, entender o impacto da expansão Guarani sobre os Jê e os efeitos da pressão estrangeira sobre os Guarani. A investigação parte de uma perspectiva ampla para uma específica. Neste sentido, é realizada uma análise em nível regional e outra local, neste último caso avaliando os sítios RS-T-114 e o RS-T-132, ambos localizados no Médio Forqueta no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, Brasil. A autora define a tese como uma contribuição à história Guarani do centro-sul brasileiro da Bacia do Taquari-Antas, RS.

Na parte da introdução apresenta uma contextualização inicial a respeito das populações Guarani. Uma história de longa data, que se desenvolveu entre ~A.D. 1400-1800 na região de estudo. Justifica a discussão proposta na tese a partir dos efeitos transformativos provocados

pelos Guarani sobre outros povos, como os Jê - estes já estabelecidos mais densamente nas terras altas do Planalto das Araucárias, assim como, pelas transformações ocorridas em sua própria organização social e política a partir das crises e pressões que igualmente sofreram no decorrer da história. Explica o conceito de 'transformações' - guia da pesquisa, analisando as mudanças sociopolíticas e os impactos causados na paisagem indígena brasileira. Fala sobre este assunto de uma forma geral e introdutória, tecendo um breve resumo regional da bacia do Taquari-Antas, incluindo pontos a respeito das populações indígenas da Amazônia, complexidade social e política e também sobre as transformações econômicas e ecológicas ocasionadas pelos Guarani. Argumenta que este tema apesar de ser do interesse, cada vez maior, dos arqueólogos, ainda carece de detalhes regionais e dados arqueológicos conclusivos, para os quais a tese procura contribuir. Apresenta os objetivos gerais e específicos, tendo como hipótese central de trabalho, a ideia de que os Guarani não foram inertes diante dos acontecimentos históricos (pré e pós-coloniais) dos últimos séculos e também, que estes possuem um sistema sociopolítico 'sensível à história'. Para desenvolver os objetivos e discutir a hipótese, o estudo engloba dados espaciais (distribuição de sítios), cronológicos (datas em Carbono 14 [C14] e modelagem cronológica bayesiana), de cultura material (análise de artefatos cerâmicos e líticos) e de macrovestígios botânicos (análise de carporrestos carbonizados).

Na parte do desenvolvimento, primeiramente apresenta e analisa os povos Guarani sobre os pontos de vista propostos no trabalho. Discorre sobre as questões de identidade relacionadas aos aspectos da etnicidade, 'linguagem e cultura material', destacando as características dos elementos e as parcialidades (grupos contemporâneos aparentados) relacionadas aos Guarani (os Kaiowá, os Ñandeva e os Mbya), além disso, comenta sobre as generalizações sofridas por estas populações ao longo da história. Depois, procura situar os Guarani no espaço e no tempo focando na 'origem e dispersão', nos padrões e preferências de assentamento e na cronologia, considerando hipóteses clássicas e de recentes resultados arqueológicos, genéticos e linguísticos. Na sequência fala sobre a 'vida na aldeia' e a 'economia de floresta', especialmente no que se refere ao manejo da paisagem e do cultivo de plantas, além da organização social e política. A tese se apoia em informações obtidas de documentos históricos e pela etnografia. Após, contextualiza a região de estudo, versando sobre os limites e aspectos físicos da Bacia do Rio Taquari-Antas: geomorfologia, hidrografia, clima e vegetação. Logo depois, trata dos antecedentes de pesquisas arqueológicas envolvendo a Bacia, frisando o 'contexto arqueológico Guarani', seguidamente da 'delimitação da área de estudo' demonstrando os recortes para exame específico e de interesse da tese. Posteriormente, inicia o capítulo do desenvolvimento do estudo. Nesta etapa, a autora explica preliminarmente a

metodologia, reúne e relaciona dados de sítios arqueológicos da região de estudo, tal qual de cronologia, com referências bibliográficas de localização. Com isso, elabora um quadro informativo dos sítios localizados na Bacia do Taquari-Antas, demonstrando os limites e a distribuição dos assentamentos no espaço, o padrão hiposométrico, geomorfológico e fitoecológico do perímetro Guarani regional. Quanto às informações cronológicas, utilizou como base, datas em C^{14} de amostras de carvão vegetal disponíveis para a Bacia Taquari-Antas. Através deste levantamento cronológico quatro novas datas foram obtidas para o cenário Guarani. O mapeamento identificou 146 sítios Guarani, dos quais priorizou 18 sítios, mais conhecidos, ao longo do Médio Rio Taquari-Antas para realizar uma investigação e descrição. Em relação aos sítios Guarani fora do padrão regional, que somam 5 sítios, os resultados apontaram um discreto avanço Guarani em direção às terras altas do Planalto das Araucárias. Em suma, a análise espaço-temporal demonstrou que houve algum tipo de conflito entre os Guarani e os Jê que habitavam a Bacia do Taquari-Antas a mais tempo. Por conseguinte, avança para o capítulo onde são avaliados com maiores detalhes os avanços Guarani em direção ao Planalto das Araucárias. Para tanto, compara dados espaciais, temporais, e de cultura material relacionados ao contexto Jê (cronologia, distribuição de sítios e análise de cerâmica) com os dados sobre a movimentação e instalação Guarani na região, procurando entender como se comportaram espacialmente os antigos habitantes frente à chegada Guarani pelo sul. Depois, parte para um refinamento das informações acerca da organização dos sítios Guarani regionais, concluindo diferenças entre os sítios ou entre os conjuntos de sítios da área estudada. Para tanto, faz um minucioso estudo da cerâmica Guarani regional. Se destaca que as cerâmicas Guarani e Jê possuem evidentes diferenças, tanto no *design* morfológico, quanto na técnica e estilo. Posto isso, avalia e compara fragmentos de cerâmica dos sítios arqueológicos das margens do Rio Forqueta com os do Rio Taquari-Antas, obtendo como resultado diferenças de técnicas e de estilo entre ambos, e neste último caso contando com a presença de cerâmica intrusiva Jê. Nesta etapa da tese encerra a análise macro e dá início a análise micro, na qual são discutidas algumas particularidades das aldeias. Essa parte conta com amostras de terra preta recolhidas de dois sítios arqueológicos do Médio Forqueta, o RS-T-114 e o RS-T-132. Além disso, estabelece cronologias por meio de datas em C14 e modelagem cronológica bayesiana. São avaliados fragmentos de cerâmica e artefatos líticos de acordo com sua inclinação temporal, bem como recuperados e analisados carporrestos carbonizados. A partir dos resultados foram obtidas informações a respeito da constância e a dinâmica de ocupação das aldeias, alterações na cultura material ao longo do tempo, uso do espaço desses sítios e a economia Guarani. No último capítulo, comenta os resultados alcançados com as etapas anteriores. Discorre sobre a história

Guarani, separando o capítulo em três partes que representam as fases históricas de ocupação propostas para a Bacia do Taquari-Antas. A primeira fase histórica, portanto, refere-se à chegada dos Guarani em ~A.D. 1400 até ~A.D. 1500 e corresponde ao momento em que a presença Guarani teria causado impacto no território Jê do Planalto das Araucárias. Estes efeitos puderam ser observados durante o estudo da disposição Guarani pela área de estudo.

Nas considerações finais, apresenta uma síntese da pesquisa e alegações finais. Com a tese procurou contribuir para a história Guarani, sobretudo acerca dos efeitos gerados sobre novos espaços e povos durante as expansões e ocupações, assim como sobre as transformações que também sofreram durante a fase colonial. Os sítios Guarani em geral aparecem nas planícies e se espalham para os afluentes do Taquari-Antas, em especial para o Rio Forqueta, se distribuindo em paisagens tanto da Depressão Central Gaúcha como do Planalto das Araucárias. Nessa Bacia foram detectados pelo menos cinco sítios que fogem ao padrão observado para a ocupação Guarani das terras baixas, ocupando áreas de altitudes elevadas do Planalto das Araucárias e sobrepondo o território Jê. Salienta, entretanto, que toda a área de interflúvio ainda carece de prospecções sistemáticas. A história de ocupação Guarani, desenvolvida entre ~A.D. 1400-1800 na região, foi abordada a partir de uma perspectiva regional e outra local. Para a primeira, utilizou dados disponíveis de pesquisas anteriores, enquanto para a segunda, adicionou e conformou dados específicos para os sítios arqueológicos do Médio Forqueta, o RS-T-114 e RS-T-132. Como interpretação final, sugere que a dinâmica de ocupação Guarani nesta região passou por três fases temporais principais envolvendo os efeitos sobre o histórico território Jê, transformações de status e prestígio de algumas aldeias Guarani e a intensificação de ocupação regional e na formação de agregações aldeãs mais ou menos coesas. Afirma, por outro lado, que não são conhecidos os eventos envolvidos no processo de expansão ou o que poderia ter instigado a forte e tardia movimentação Guarani para áreas novas. Quanto às populações Jê, expõe as seguintes considerações: Observou-se uma sincronia da expansão Guarani e com a desocupação das aldeias Jê milenares inseridas nas proximidades da borda do Planalto das Araucárias; A mobilidade Jê demonstrou-se clara para essa área, sugerindo que não foram mantidas relações de cooperação entre Guarani e Jê nas áreas de fronteira; As aldeias Jê das porções mais elevadas do Planalto continuaram densamente ocupadas prevalecendo por séculos; Uma parcela considerável do território Jê, circunscrita às áreas mais elevadas, não foi acessado pelos Guarani; Dinâmicas de circunscrição Jê, semelhantes, foram notadas em outras áreas do Planalto das Araucárias. No contexto catarinense, por exemplo, a pressão Guarani ocorreu em período anterior (~A.D. 1000) e coincidiu com o surgimento da arquitetura monumental Jê. No caso da borda sul do Planalto das Araucárias, e, na ocasião dessa análise

em particular, afirma-se que a transformação da ocupação Jê ocorreu em ~A.D. 1400; As possíveis repercussões políticas, econômicas e sociais ocorridas entre os Jê das áreas mais permanentes frente à pressão Guarani desse século é um tema importante que deve ser avaliado. Reconhece a ideia clastriana de que os Guarani são "sensíveis à história" crendo ser prudente, diante das observações das transformações na forma de expansão Guarani no Médio Forqueta ocorridas no pós-1500. Considera que a trajetória (espacial, temporal e social) Guarani na Bacia do Taquari-Antas foi moldada, além da importância inegável do *ethos* e das motivações internas, por eventos externos e históricos.

Jones Fiegenbaum

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
FIEGENBAUM, Jones	História antiga do Planalto das Araucárias, Rio Grande do Sul, Brasil - o Jê Meridional e o diálogo com o ambiente	Banco de Teses e Dissertações UNIVATES	2020	Tese

Figura 34 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Jones Fiegenbaum abrangendo o município de Arvorezinha, RS.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Jones Fiegenbaum foi aluno orientando de iniciação científica e pós-graduação da arqueóloga Neli Machado e participou de escavações na Universidade do Vale do Taquari junto com ao Laboratório de Arqueologia da UNIVATES - LABARQ. Deste autor foi destacada a tese de doutorado, defendida pela Universidade do Vale do Taquari. Os dados contemplados por Fiegenbaum advém das pesquisas de Machado e por esse motivo foram inseridos dentro do mesmo grupo. O documento selecionado (2021), estruturalmente, está segmentado em 10 partes: Agradecimento, Resumo, Abstract (escrito em inglês), Lista de Figuras, Lista de Quadros, Lista de Gráficos, Introdução, Desenvolvimento (subdividido em: Capítulo 2 - O ambiente e o homem: o palco, os atores e as relações, Capítulo 3 - O Jê Meridional e a adaptação às áreas úmidas na borda sul do Planalto das Araucárias, Capítulo 4 - Estudo de plantas na arqueologia: a proposta de uma metodologia na recuperação de macrovestígios nos sítios arqueológicos do grupo Jê Meridional, Capítulo 5 - O lítico dos ceramistas do planalto: uma contribuição à compreensão dos sítios superficiais associados aos Jê do Sul), Considerações finais e Referências Bibliográficas.

Partindo do princípio da interação dos seres humanos com o meio ambiente e seu entorno, o objetivo da tese é compreender as características ambientais e arqueológicas, de igual forma as estratégias culturais desenvolvidas pelos Jê nessa interação, tendo como região de estudo as terras altas do Vale do Taquari/RS. Além disso, busca esclarecer o contexto ambiental que permite às populações de Jê permanecerem, explorarem e se reproduzirem nesse local, e ainda como características da paisagem influenciam na sociedade. A investigação prioriza a relação destes grupos com as áreas úmidas, a funcionalidade dos instrumentos líticos e também do cultivo e manejo de plantas. Na introdução são expostos os problemas e as hipóteses de trabalho, são apresentados os objetivos gerais e específicos. O recorte temporal trabalhado se insere num intervalo de tempo entre, 890 até 1415 AD, referente ao período em que as populações Jê habitaram a região estudada. O espaço analisado compreende as bacias hidrográficas dos Rios Forqueta/RS e Guaporé/RS. Acredita que a união das ciências ambientais e a arqueologia possibilitam os avanços dos estudos e a resolução de questionamentos antigos. Argumenta que a escolha pela perspectiva arqueológica se dá em virtude da carência de informações para uma região que possui grande potencial arqueológico. Com isso, pretende pormenorizar dados ainda não contemplados para a região de estudo, crendo poder contribuir para a história regional. Por fim, apresenta a metodologia de trabalho, na qual inclui uma revisão bibliográfica do Grupo Jê para a área estudada, atividades de campo e laboratório, escavação e análise de material lítico recuperado em trabalhos anteriores.

Na parte do desenvolvimento, apresenta as características ambientais do Alto Forqueta e Guaporé, focando na descrição do relevo, hidrografia, pedologia, geologia e geomorfologia. Em seguida, faz uma revisão dos trabalhos sobre arqueologia do Grupo Jê desenvolvidas na região e relaciona-os às Bacias do Rio Forqueta e Guaporé defendendo a importância de uma arqueologia regional. Pontua a relação dessas populações com o componente ambiental e salienta que isso deve ser observado a partir de uma perspectiva interdisciplinar, justamente para poder entender a relação desses grupos com as áreas úmidas. Apresenta uma revisão do conceito de "áreas úmidas" e dos estudos preliminares que discutem este tema. Após, desenvolve a caracterização da área de estudo e apresenta o recorte da tese. O espaço delimitado entre as bacias do Rios Forqueta e Guaporé, demonstrou que entre as ocorrências arqueológicas evidenciado na região, 20 sítios de estruturas subterrâneas, ligados aos Jê, estão próximos de áreas úmidas. Estas estruturas subterrâneas estão inseridas geograficamente no Planalto das Araucárias. Foram realizadas visitas e entrevistas com moradores locais, a fim de caracterizar o panorama da variabilidade destas áreas. Quanto à metodologia, a relação entre as casas subterrâneas e as áreas úmidas verificadas foram analisadas a partir de seis critérios, gerando uma tabela de variáveis ambientais em relação aos sítios. Foi aplicado ainda, uma Análise de Componentes Principais (PCA) para detectar se a localização dos sítios possui um padrão pré-estabelecido pela paisagem e a modelagem de dados através do Modelo Linear Generalizado (GLM), para verificar se as distâncias em relação às áreas úmidas, rios e nascentes estavam associadas à localização do sítio. Logo após, são apresentados os resultados e as interpretações acerca dos dados gerados.

Na etapa seguinte, são examinados os carporrestos recuperados do sítio arqueológico RS-T-126 e apresentados os resultados. Segundo o autor, trata-se de um tema inédito para os sítios do grupo Jê com uma metodologia de análise específica. Para tanto, primeiramente contextualiza as pesquisas de arqueobotânica argumentado sua importância para o entendimento das populações indígenas pré-coloniais e suas relações com o meio ambiente. A hipótese da manipulação de plantas em um período mais recente da história do Grupo Jê é o guia. Explica e justifica a técnica de flotação e apresenta sua proposta para o sítio RS-T-126, no município de Arvorezinha/RS. A metodologia adotada segue preceitos anteriormente aplicados para sítios arqueológicos Tupi-guarani na região do Vale do Taquari/RS/Brasil. Descreve e detalha os trabalhos realizados no RS-T-126. Foram recuperadas amostras de carvão e quartzo, contudo, nenhum carporresto passível de identificação. Diante disso algumas considerações são ponderadas: sua hipótese acerca da manipulação de plantas em um período mais recente é reforçada em Corteletti (2012), que identifica um processo de sedentarização

dos Jê; outro dado disponível em Loponte (2016), aponta o consumo de planta C3 em grupos do Planalto Sul-Brasileiro. Destaca que na análise de um indivíduo recuperado identificou-se que no intervalo de tempo entre 1180-1290 anos BP houve um consumo relevante de milho em alguma parte do Planalto. Assim o cultivo, domesticação e o consumo dessas plantas, de forma mais sistemática, pode surgir para os grupos Jê depois de cercados e de certa forma confinados em porções menores do Planalto Sul-Brasileiro. O autor salienta, porém, que as informações que qualificam esta hipótese devem ser apuradas e incorporadas a estudos mais detalhados.

Na etapa seguinte, o autor se empenha no exame do material lítico proveniente de escavações. O objetivo consiste em contribuir para a compreensão dos sítios superficiais associados ao Grupo Jê, apresentando uma nova interpretação para o material lítico recuperado. Apresenta o sítio arqueológico RS-T-130, e sua região de inserção. O sítio faz parte de um conjunto de 68 sítios evidenciados entre os rios Guaporé e o Forqueta, cuja área cobre aproximadamente 440m² e tem sido estudada desde 2002. O RS-T-130 é caracterizado como sítio de fundo de vale e seu relevo de implantação é plano. Após a explanação do contexto Jê e das atividades desenvolvidas no sítio, explica a metodologia de análise e os resultados obtidos. Dos resultados, informa que os dados permitiram discutir duas linhas interpretativas: uma primeira, de escala local, referente ao tipo de atividade realizada no RS-T-130; e uma segunda, de escala regional, relacionada com a função do RS-T-130 enquanto parte de um sistema regional de assentamentos Jê. Para o primeiro caso, poderia ter sido um sítio do tipo acampamento, de múltiplas e possíveis funções, levando em conta a pouca variabilidade lítica e os índices inexpressivos de cerâmica, camada arqueológica e de investimento na redução dos artefatos. Para o segundo caso, seguindo um raciocínio espaço-temporal para o contexto Jê da bacia dos rios Forqueta e Guaporé, o RS-T-130 confirma que a dinâmica de ocupação nesta área foi influenciada por duas paisagens complementares: a parte alta e a baixa. Os instrumentos líticos do RS-T-130, por sua vez, integram o conjunto lítico dos ceramistas do Planalto. As características dos instrumentos, o porte e a disposição o conectam diretamente aos sítios de estruturas subterrâneas.

Por fim, apresenta as alegações finais do trabalho e também, novas indagações. Reitera o objetivo de contribuir para o debate acerca dos Jê e seu entorno ambiental e reforça a parceria multidisciplinar para o desenvolvimento da tese. Recapitula os temas abordados e os respectivos resultados obtidos. Acredita que com os dados existentes foi possível produzir informações sólidas, qualificadas a contribuir para o entendimento referente à utilização das áreas úmidas por parte dos Jê. Por outro lado, salienta a necessidade de ainda serem coletados e incorporados outros dados. Embora não tenha obtido êxito em localizar macrovestígios

vegetais no trabalho de flotação, assegura ser possível inferir que o cultivo, domesticação e o consumo de plantas, de forma mais sistemática, pode surgir para os grupos Jê depois de cercados e de certa forma confinados em porções menores do Planalto Sul-Brasileiro. Ao final coloca em perspectiva as questões levantadas no decorrer do trabalho e que ainda não puderam ser respondidas, inspirando a continuidade dos estudos em torno do Grupo Jê Meridional.

Autores independentes e ligados a diferentes centros de pesquisas

Quadro 25 - Conjunto de obras selecionadas de autores independentes.

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
REIS, José Alberione	Arqueologia dos Buracos de Bugre: uma pré-história do Planalto Meridional	Dissertação	2002	Livro
SILVA, Sérgio Baptista da	Etnografia dos Grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais	Banco de Teses e Dissertações USP	2001	Tese
DIAS, Adriana Schmidt	Sistema de assentamento e estilo tecnológico: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul	Banco de Teses e Dissertações USP	2003	Tese
KLAMT, Sérgio Célio	Assentamentos a céu aberto da Tradição Taquara/Itararé no município de Bom Jesus, RS	Revista do Cepa	2017	Periódico
VICROSKI, Fabrício J. Nazzari	Arqueologia no Quadrante Patrulhense: notas de pesquisa em Canela e São João da Urtiga	Raízes de Santo Antônio da Patrulha: 30 anos	2019	Livro
WAGNER, Gustavo Peretti	Ceramistas pré-coloniais do litoral norte	Banco de Teses e Dissertações PUCRS	2004	Dissertação
SCIENTIA AMBIENTAL S/C LTDA; NÚCLEO DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS/UFRGS; ITACONSULT CONSULTORIA E PROJETO EM ARQUEOLOGIA LTDA.	Projeto de levantamento arqueológico na área de inundação e salvamento arqueológico no canteiro de obras da UHE Barra Grande, SC/RS.	Relatório Arqueológico	2002	Relatório

Fonte: Da autora (2022), com base nos dados coletados na pesquisa

Observando o quadro acima o grupo revela-se bastante heterogêneo, pois diz respeito a trabalhos realizados no âmbito da academia e na arqueologia de contrato. No entanto, os

assuntos se cruzam devido a temática abordada que é a tradição Taquara. Quanto às obras selecionadas, são: 2 teses, 1 dissertação, 1 livro, 1 relatório de pesquisa, 1 capítulo de livro e 1 artigo em periódico.

José Alberione dos Reis

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
REIS, José Alberione	Arqueologia dos Buracos de Bugre: uma pré-história do Planalto Meridional	Dissertação	2002	Livro

Figura 35 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por José Alberione dos Reis tendo em perspectiva o Planalto Gaúcho.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

José Alberione dos Reis é pesquisador e professor do curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Deste arqueólogo foi selecionado (ver Quadro 25) o livro que divulgou sua dissertação de mestrado, editado pela Editora da Universidade de Caxias do Sul - EDUCS. A dissertação foi defendida em 1997 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, porém a publicação veio

somente mais tarde, em 2002. Estruturalmente, o texto está segmentado por oito partes: Prefácio, Introdução, Capítulo I, Capítulo II, Capítulo III, Considerações Finais, Referências Bibliográficas e Anexo. Entremeado com a escrita do texto, aparecem mapas, figuras e tabelas diversas que ilustram os dados apresentados pelo autor. O objetivo do trabalho está em construir uma teoria do padrão de assentamento para os buracos de bugre do Planalto do Rio Grande do Sul.

Logo no prefácio do livro, Pedro P. A. Funari, salienta para a forma como Reis produziu sua reflexão sobre os "buracos de bugre": a partir de uma postura epistemológica inovadora desconstruindo as noções correntes sobre o tema. Quando passamos à introdução do texto, Reis deixa claro que ele está tentando preencher uma lacuna nos trabalhos arqueológicos no Planalto Meridional. Sua ideia é oferecer uma nova síntese, propor novas problemáticas e formular novas perguntas e propostas em relação a arqueologia dos buracos de bugre, visto que o assunto carece de sintetização e marcos teóricos.

Discorrendo sobre a estrutura de seu texto, Reis informa que escolheu trabalhar as pesquisas iniciadas nos anos de 1960 até o início de 1990, pois segundo ele, o Planalto Meridional foi contemplado com ações que evidenciaram inúmeros sítios (p. 16). E o que chamou sua atenção durante sua consulta à literatura publicada foi que os marcos teóricos ainda são tênues ou até ocultos, o que o estimulou a se perguntar se diante disso essa ausência ou esse ocultamento seria possível notar uma continuidade de pesquisas.

Propondo responder à questão, no Capítulo 1 apresenta as bases de seu trabalho: o que ele considera por Arqueologia dos Buracos de Bugre, discorre sobre o tema da teoria em arqueologia, e nesse ínterim, discute sobre alguns conceitos não explicitados nas publicações, como: paisagem, espaço, adaptação, casa.

Pontos que chamam a atenção nesse Capítulo 1: a opção do autor em afastar-se do termo tradição, alegando ser limitado, uma vez que um conjunto tecnológico e cultural de tamanha complexidade e envergadura não pode estar baseado apenas sobre um elemento, a cerâmica (p.21); preterir o termos casa subterrânea, no lugar, Reis prefere engenharia da terra, devido às denominações e funções sugeridas em relação aos buracos, também pelo número de edificações ou pela força popular que as denominam de buracos de bugre; demais expressões que o autor verificou e que não trazem devida explicação, por exemplo, aquilo que denominou de conceitos no vazio, que são conceitos presentes, mas não são explicados. Ou seja, existe uma preocupação em apontar a localização geográfica, a descrição e a catalogação dos materiais e suas conclusões e no decorrer disso, fala-se em casa, aldeia, território, adaptação, mas apenas em nomeação.

Seu objetivo e justificativa com o capítulo - enfatizar a importância de firmar um posicionamento teórico claro e, por conseguinte, lapidação das bases conceituais - é para fundamentar sua proposta de trabalho, que é considerar o padrão de assentamento como uma teoria.

No Capítulo 2 o autor dedica-se a apresentar sua proposta. Justifica que trabalhar com assentamentos encaminha para o estudo das associações espaciais entre os artefatos e as marcas do homem, encontradas nos sítios arqueológicos. Por padrão de assentamento, Reis define o seguinte: *padrão* como modelo, fundador e continuador e *assentamento* ou *estabelecimento*: um padrão que vai dizer fixação, ordenação do espaço vivido e construído pelo homem, a leitura de como o homem modela e atua na paisagem usando uma multiconjugação de elementos da cultura, da organização sociopolítica-econômica, da cosmovisão mítico-religiosa (p. 59).

Esse momento do capítulo é dedicado também à expor um contexto da Arqueologia dos Buracos de Bugre apontando dados, informações e conclusões sobre as pesquisas anteriores; esboçar informações sobre a arqueologia de assentamento por meio da apresentação de alguns teóricos e, por fim, indicar as variáveis que contemplam os estudos com assentamento como: estratégias adaptativas, decisões e metas de assentamento, recursos, sazonalidade, estocagem, mobilidade, tamanho, duração, distribuição, variações internas, defesa, relações sociais, forma, função, fontes de energia e de matéria-prima.

Chama a atenção nesse Capítulo 2: sobre o contexto da Arqueologia dos Buracos de Bugre, Reis afirma que a materialidade não pode mais ser focada apenas em um aspecto, mas em um contexto. Se os arqueólogos olharam com mais atenção para dentro dos buracos, agora é preciso ampliar e olhar também o entorno e as relações com outras evidências. E sobre a cerâmica ser um elemento definidor, afirma que a cerâmica encontrada em cada sítio era sempre submetida a comparação com intuito de confirmar ou criar novas fases. Porém, não existe total certeza se as cerâmicas realmente marcam tantas diferenças e se, de fato, existem três tradições. Sobre a visão contextual, explica que nem a cerâmica, nem os buracos sustentam um trabalho que não se proponha ao entrelaçamento dos vários elementos compostos na trama contextual da arqueologia. Por conseguinte, de onde ele parte para sugerir uma teoria do padrão de assentamento. Aliás, como coloca Reis, essa teoria não se reduz à mera plotagem de locais ou distribuição de sítios na paisagem, pelo contrário, engloba uma ampla e imensa relação de variáveis. Isto é, faz-se necessário o entrelaçamento contínuo com aquilo que o registro arqueológico propicia em termos de se estudar variáveis ambientais, econômicas e sociais na pesquisa em assentamento. Mas ir além, perscrutar os caminhos do mítico, do religioso e do simbólico, que são caminhos difíceis, igualmente, é temeroso o caminho do empírico.

No Capítulo 3 o autor faz analogias com a etnografia e etnologia e procura vinculá-las à teoria do padrão de assentamento. Seu objetivo consiste em observar quais informações presentes nos relatos etnográficos fazem possíveis referências ao universo da Arqueologia dos Buracos de Bugre (p. 155). A principal delas é como formar o elo entre Guainá, buraco de bugre e Kaingang.

Chama a atenção nesse Capítulo 3 as referências etnográficas e etnológicas que o autor menciona, por exemplo, com relação aos buracos: apresenta a compilação de uma série de passagens onde são descritas formas (circulares, redondas, covas) das moradia indígena; com relação à questão da ancestralidade: aponta que textos mencionam nomes como Guainá (aliás, expressão mais abundante), ou ainda, Kaingang e Xokleng, e que aspectos ressaltados como: território, mobilidade, distribuição, estocagem, culto aos mortos e economia/recursos alimentares são temas convergentes nesses documentos. Além disso, encontram consonância dados etnográficos e arqueológicos quando observados a expansão linguística, a localização das aldeias, habitações, artefatos líticos e cerâmicos, economia/recursos alimentares, sazonalidade, culto aos mortos, ocupação do espaço, mitos, utensílios/instrumentos, terreiros/dançadores e os contatos interétnicos.

Outro ponto que chama a atenção é o comentário sobre a questão da continuidade histórica. Explica o autor que "sejam "Guainá, Kaingang ou Xokleng, às vezes tem-se a impressão de que se está diante de uma possível continuidade. Como se uma memória do passado remoto retornasse nas decisões e escolhas dos grupos indígenas históricos" (p. 186). Aqui o pesquisador remete a Leroi-Gourhan e seu trabalho sobre memória social e étnica. Entende Reis que para os Jê Meridionais, toda essa relação de possíveis correlatos entre dados arqueológicos e etnográficos, aponta para um lugar de memória entre os grupos.

O arqueólogo finaliza o capítulo expondo sua conclusão sobre o uso da etnografia/etnologia na Arqueologia dos Buracos de Bugre. Das publicações analisadas à época verificou que eram feitas: a) simples proposição de que é possível relacionar os Jê à pré-história do planalto; b) raros embasamentos teóricos, que na etnologia ou sobre o uso da analogia etnográfica. Ou seja, tinha-se cuidado e cautela para não expor a arqueologia a campos temerosos, de maneira que diversos trabalhos dissimulavam o atrevimento e evitavam fazer vinculações diretas.

Como conclusão geral, Reis expõe que ao propor esse trabalho, sua pretensão era apontar novas possibilidades de se continuar estudando a complexidade da Arqueologia dos Buracos de Bugre, porém com bases, premissas e formulações estipuladas e teoricamente orientadas.

Sérgio Baptista da Silva

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
SILVA, Sérgio Baptista da,	Etnografia dos Grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais	Banco de Teses e Dissertações USP	2001	Tese

Sérgio Baptista da Silva foi professor titular de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e atualmente é professor convidado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da mesma universidade. Entre os seus trabalhos se destaca sua tese de doutoramento (ver Quadro 25), pois envolve informações a respeito das populações Jê Meridionais. A tese foi defendida pela Universidade de São Paulo em 2001 e está estruturada em sete partes: Resumo, Abstract, Introdução (Capítulo 1), Desenvolvimento (segmentado em cinco capítulos: Capítulo 2 - Articulação entre Arqueologia e Etnologia: as bases teóricas, Capítulo 3 - O horizonte Proto-Jê meridional, Capítulo 4 - Sociedade *Kaingang*: concepções cosmológicas, Capítulo 5 - O sistema de representações visuais (Proto) Jê meridional), Conclusões: o modelo Kaingang e o horizonte cultural Proto-Jê do sul, Referências Bibliográficas e Anexos que se encontram ao final do documento.

O objetivo central da tese é criar uma conexão entre o registro arqueológico das Tradições Ceramistas do sul do Brasil - Taquara, Itararé e Casa de Pedra (Jê meridionais "pré-coloniais") e o registro etnográfico, etno-histórico e linguístico das sociedades Jê meridionais - Kaingang e Xokleng, a partir de uma abordagem teórica cognitiva que considera uma dimensão simbólica, neste caso, das representações visuais - grafismos Kaingang, a fim de propor um modelo etnoarqueológico para maior compreensão das populações Proto-Jê do sul do Brasil. Segundo o autor, o método de abordagem adotada em seu estudo "privilegia e interpreta a produção de significações pelas populações Jê meridionais "pré-coloniais", principalmente suas representações sobre a vida em sociedade sobre os domínios da natureza, da sobrenatureza, e sobre a morte".

O autor destaca que a sequência futura deste estudo se dará na testagem do modelo etnoarqueológico sugerido com base em metodologias arqueológicas próprias. Na introdução são apresentados algumas das bases teóricas utilizadas no desenvolvimento dos capítulos e lançados os objetivos específicos nos quais se apoia a tese, em síntese: 1) Realizar um levantamento, conforme necessidade, em instituições museológicas, de pesquisa e/ou ensino,

de coleções etnográficas Kaingang; 2) Construir junto aos interlocutores Kaingang, uma interpretação dos materiais e estruturas arqueológicas dos sítios Proto-Jê do sul já trabalhados, sobretudo daqueles com a presença de grafismos - unidades significantes de um sistema de representação visual. Ainda, criar um "corpus" de grafismos rupestres Proto-Jê, a partir da consulta bibliográfica arqueológica; 3) Revisar e construir uma etno-história Kaingang que contribui para o esclarecimento da dimensão simbólica contida na sua cultura material, principalmente "enquanto sistema de representações visuais e secundariamente enquanto produto de significações"; 4) Levantamento e revisão de etnografias Kaingang em variados âmbitos; 5) Resumir, a partir da bibliografia etnológica, algumas características de algumas sociedades falantes de línguas da Família linguística Jê; 6) Realizar um estudo dos grafismos (Proto)Guarani para comparar e compreender o sistema de representações (Proto)Jê meridional.

Os objetivos específicos foram trabalhados através da pesquisa bibliográfica, trabalhos de campo como entrevistas em aldeias e museus de Porto Alegre e São Paulo. Outros trabalhos de campo consistiram em visitas e permanências em algumas aldeias para trocas de conhecimentos junto a interlocutores Kaingang, tanto quanto possível, para a criação deste "corpus" gráfico Proto-Jê do sul.

Na parte do desenvolvimento, o autor busca esclarecer suas referências teóricas quanto à articulação entre arqueologia pré-histórica e etnologia indígena. Além disso, procura argumentar uma definição do objeto arqueológico e dos processos epistemológicos relacionados à etnoarqueologia. Comenta e justifica a analogia etnográfica e o uso de dados etnográficos (informações oriundas de sociedades indígenas) e etno-históricos (fonte escrita), para compreensão da arqueologia pré-histórica. Discorre sobre os modelos teórico-metodológicos existentes que tratam da reconstrução do passado pré-histórico e explica a arqueologia cognitiva (fato e teoria se inter relacionam, mas, se distinguem), traçando um contraponto com a arqueologia pós-processual brasileira (relativismo extremo, dado e teoria são equivalentes) e outras correntes arqueológicas. O autor acredita que a metodologia escolhida favorece a compreensão dos aspectos cognitivos do passado pré-histórico das populações Proto-Jê, pois, aproximam-na das abordagens atuais no que se refere à arte indígena. Dessa forma, para sua pesquisa considera a etnoarte ou arte indígena como "manifestações estéticas" enquanto um "mecanismo cognitivo que reflete a visão e o sentido conferido pelos membros de uma sociedade específica", cujo interesse, para sua investigação, está no teor simbólico que tais manifestações estéticas expressam. Com isso, o quadro referencial levantado pelo autor parte da premissa do estabelecimento de um modelo da cultura material e dos grafismos Kaingang que auxilia no esclarecimento dos sistemas de representações visuais

presentes nas cerâmicas, e assim, possibilita novos entendimentos sobre as "tradições ceramistas locais" do Planalto Sul-brasileiro, realçando aspectos cognitivos deste passado.

Na sequência, o autor apresenta um estudo detalhado e sistemático referente às "tradições locais ceramistas planálticas" (Taquara, Itararé e Casa de Pedra) com o objetivo de construir uma reflexão sobre a continuidade entre o registro arqueológico e etnográfico destas populações pré-históricas e as sociedades indígenas históricas *Kaingang* e *Xokleng*. Para tanto, articula dados arqueológicos referentes à cultura material das tradições ceramistas Proto-Jê meridionais com os dados etno-históricos e etnológicos dos Jê do sul e apresenta uma revisão bibliográfica, incluindo analogias etnográficas, sobre as "tradições locais planálticas". Acrescenta ao estudo imagens dos grafismos cerâmicos, testemunhos orais de interlocutores Kaingang e de dados obtidos em saídas de campo. Insere também uma exposição das expressões estéticas da cultura material das "tradições" Taquara, Itararé e Casa de Pedra, englobando uma revisão das "fases" arqueológicas e outras relações entre registros arqueológicos e etnográficos. Segundo o autor esta metodologia, empreendida para conhecimento da etnoarte atual, serve para embasar o entendimento da etnoarte pré-histórica e da arte parietal de alguns sítios arqueológicos do sul do Brasil. Neste sentido, procura criar uma ligação entre passado e presente das sociedades Jê meridionais, partindo de uma observação das concepções cosmológicas Kaingang (mitologia, dualismo, xamanismo, representações sobre a doença e a morte). Realiza consultas bibliográficas e de campo com indígenas Kaingang de várias localidades, lançando um quadro comparativo do discurso nativo, quanto a noção de universo. Nesta parte da investigação, o autor propõe novos pontos de vista sobre os Proto-Jê meridionais e a reflexão sobre o elo entre cultura material e cosmologia, pois, acredita que as percepções nativas, se refletem nas formas de sensibilidade estética, nos mitos, e, em consequência, no sistema de representações visuais Kaingang.

Com entendimento de que "as manifestações artísticas condensam significados culturais fundamentais para cada sociedade" (Vidal, 1992), o autor defende a hipótese de que, a exemplo das conclusões relativas à etnoarte das sociedades Kaingang e Mbyá-Guarani, as populações Proto-Jê meridionais e Proto-Guarani enfatizavam significados culturais diferentes através de sua arte. As primeiras sublinham, mas não com exclusividade, conceitos e representações vinculados à sociedade (relações entre pessoas e entre grupos sociais, como as metades Kaingang, por exemplo) e as segundas principalmente fazem referência ao mundo não-social (os domínios da natureza e da sobrenatureza, e conceitos cosmológicos mais gerais). Na etapa da conclusão, o autor ressalta alguns pontos concernentes a etnoarte a partir do discurso Kaingang. No que diz respeito aos padrões gráficos observados nos trançados e na pintura

corporal, minuciosamente analisados no decorrer dos capítulos finais, conclui que há uma classificação dos grafismos geométricos a partir da distinção nativa Kamé/Kainru (heróis civilizadores Kamé e Kainru - universo Kaingang) determinada pelo discurso Kaingang, por outro lado, quando o interlocutor não é capaz de reconhecer o dualismo Kamé/Kainru presente nos grafismos, este passa a considerá-la apenas como "enfeite". Enfatiza que o princípio para a classificação dos grafismos está nos padrões de pares opostos, traço/ponto, comprido/redondo, aberto/fechado, cuja ênfase das representações estaria na busca pela simetria entre contrários. O autor constata que as oposições aberto/fechado, comprido/redondo são representações mentais dualistas contidas nos grafismos Kaingang, que se limitam a identificar as duas metades percebidas como cosmológicas, opostas e complementares. E simplifica o estudo das representações Kaingang em dois pontos: 1) todo e qualquer grafismo geométrico Kaingang é pensado ou como sendo aberto como sendo fechado; 2) todo e qualquer grafismo geométrico Kaingang está ligado única e exclusivamente à divisão dual do cosmo. A segunda simplificação torna-se mais alargada pelo fato de as seções da metade Kamé e aquelas da metade Kainru-kré possuírem padrões gráficos diferenciados. Considera que essas simplificações levantadas possam ser resultantes do atual desconhecimento dos interlocutores/entrevistados em relação aos grupos cerimoniais do passado (tamper - dançarinos, por exemplo), que teriam padrões gráficos exclusivos e membros das duas metades. E, ainda, as situações rituais em que alguns indivíduos são pintados com as duas marcas, e os casos de objetos com grafismos téi e ror. Nos exemplos baseados nas relações de parentesco, o autor considerou apenas aqueles entre iambré (cunhados). Acredita que possa existir outras relações que enfatizem outros aspectos, porém, não foram revelados em sua pesquisa. Salienta que mesmo na hipótese da complexificação (padrões gráficos que identificariam grupos cerimoniais específicos), ainda estaria se tratando de uma ênfase dualista nas representações gráficas da sociedade Kaingang. Explica que seu trabalho de campo, ainda que na maioria com interlocutores Kaingang do Rio Grande do Sul, não foi suficiente para responder os questionamentos no âmbito do detalhamento e entendimento das suas representações gráficas. Apresenta uma reflexão sobre os grafismos Proto-Jê do Sul, compara com as características etnográficas das sociedades Kaingang e Xokleng e estas com a literatura e apresenta algumas constatações em relação ao sistema de representações visuais (Proto)Jê meridional. Ao cotejar as informações, o autor percebe que há um conjunto de grafismos comuns, ao que parece, remetendo a um único e homogêneo sistema de representações visuais, compartilhados por populações Proto-Jê do sul e Jê meridionais, dispersos no tempo e espaço sul do Brasil e imediações. Dessa maneira, infere que a conexão mais significativa para percepção deste sistema, é aquela que relaciona os grafismos da

cerâmica arqueológica Proto-Jê do sul com os grafismos rupestres do Brasil Meridional, viabilizando posteriormente uma comparação com os grafismos históricos das sociedades Jê meridionais. Acrescenta que esta conferência é largamente possível em relação aos Kaingang mas, em relação aos Xokleng, é somente parcial. No que diz respeito ao horizonte cultural Jê meridional, pondera que temporalmente ou espacialmente, e em determinados momentos, alguns *suportes* foram priorizados em detrimento de outros. Assim, os grafismos podem estar presentes em diferentes objetos, nos corpos, na arte parietal ou nos monumentos funerários. E, em alguns momentos e/ou alguns grupos, em dois ou mais suportes. Expõe que esta realidade pode ser aplicada para alguns grupos Proto-Jê meridionais, cuja cerâmica arqueológica não apresenta grafismos ou técnicas decorativas, assinalando a contribuição e importância das informações etnográficas de Maniser (1930), para esta compreensão.

Por fim, no assunto “Diacronia e renascimento Jê”, discorre sobre os Kaingang atuais do Rio Grande do Sul e sua relação com a conservação do sistema Jê meridional de representações visuais. Destaca a capacidade, como atestada pela literatura, que os grupos Jê têm de ressurgir e revitalizar suas práticas rituais e instituições de vida social, ao longo de suas histórias mantendo a matriz dual, de dimensão cósmica nos seus modos de expressão. As comparações realizadas ao longo de sua tese, das representações gráficas das sociedades Kaingang e Xokleng com as representações gráficas existentes em alguns grafismos rupestres do planalto e do litoral dos quatro estados brasileiros sulinos e igualmente presentes na cerâmica arqueológica das "tradições" Taquara, Itararé ou Casa de Pedra comprovam, ao que tudo indica, sua origem cultural comum. A simbologia atual deste sistema de representações visuais foi comprovada etnograficamente e por meio da reconstituição etno-histórica. Com base na analogia etnográfica, o autor afirma que as representações gráficas Proto-Jê do Sul deveriam ser analisadas e interpretadas sob o prisma deste modelo Jê meridional. Apesar de não ser mais possível determinar com precisão o significado pleno e específico de cada representação gráfica Proto-Jê do Sul, defende que o sistema simbólico dos grafismos do horizontal cultural Proto-Jê meridional, está contido na percepção de mundo Jê em geral, isto é, no princípio fundante: o dualismo enquanto ideologia nativa e a eficácia simbólica e fertilidade da junção de princípios contrários. Em relação ao seu modelo proposto para compreensão da cultura Proto-Jê, reitera a necessidade de refinamentos e sua testagem por meio de metodologias arqueológicas. Contudo, acredita que seja admissível reconhecer uma Tradição cultural Jê do sul que conecta populações arqueológicas dos quatro estados do sul do Brasil a seus descendentes históricos atualmente conhecidos como Kaingang e Xokleng.

Adriana Schmidt Dias

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
DIAS, Adriana Schmidt	Sistema de assentamento e estilo tecnológico: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul	Banco de Teses e Dissertações USP	2003	Tese

Figura 36 - Mapa ilustrativo das pesquisas realizadas por Adriana S. Dias envolvendo os municípios de Santo Antônio da Patrulha, Caraá e Rolante, RS.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Adriana Schmidt Dias é professora titular do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e Professora Efetiva dos Programas de Pós-graduação em História da UFRGS e Antropologia/Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas-UFPel. Entre os seus trabalhos de pesquisa se destaca sua tese de doutoramento (ver Quadro 25), pois envolve informações a respeito das populações Jê Meridionais. A tese foi defendida pela Universidade de São Paulo em 2003 e está estruturada em cinco partes: Introdução,

Desenvolvimento (segmentado em seis capítulos: Capítulo 1 - Os Conceitos de Sistema de Assentamento e Estilo Tecnológico e suas Implicações para o Estudo das Indústrias Líticas do Sul do Brasil, Capítulo 2 - Estratégias de Estudo Regional dos Sistemas de Assentamento Pré-coloniais do Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, Capítulo 3 - Sistema de Assentamento de Caçadores Coletores no Alto Vale do Rio dos Sinos: A Tradição Umbu, Capítulo 4 - Variabilidade Intra-sítio e Inter-sítios em um Sistema de Assentamento Caçador Coletor: Propostas Interpretativas para o Alto Vale do Rio dos Sinos, Capítulo 5 - Sistemas de Assentamento de Horticultores no Alto Vale do Rio dos Sinos: As Tradições Guarani e Taquara, Capítulo 6 - Estilo Tecnológico e as Indústrias Líticas do Alto Vale do Rio dos Sinos: Variabilidade Artefatual entre Sistemas de Assentamentos Pré-coloniais), Conclusões, Referências Bibliográficas e Anexos.

Seu trabalho, apesar de não ter como foco os grupos pertencentes à tradição Taquara, torna-se importante por dois motivos: 1) porque retoma antigos estudos do arqueólogo Miller para a região do Alto Vale do Rio Dos Sinos, e 2) porque demonstra os sistemas de assentamento, tanto de caçador e coletor quanto de horticultores que até então não tinham sido trabalhados na região. Para propor a tese, a autora sublinha que tendo em vista a recente incorporação das tendências teóricas da pesquisa contemporânea em arqueologia de caçadores e coletores, na arqueologia brasileira, o objetivo da tese é contribuir na ampliação das reflexões teóricas relativas à arqueologia de caçadores coletores no sul do Brasil, através do teste de modelos actualísticos sobre mobilidade, sistema de assentamento, variabilidade intra-sítio e organização tecnológica. Na introdução, Dias procura contextualizar os estudos arqueológicos brasileiros, demonstrando as influências estrangeiras (norte-americana e francesa) e da introdução da linha teórico-metodológica processualista, nas práticas de exploração arqueológica ao longo do tempo. Enfatiza os impactos destes segmentos tendo como consequência uma preocupação tardia relacionada à arqueologia de caçadores e coletores. Diante disso, apresenta um breve histórico das pesquisas relativas a esta área com ênfase nas principais literaturas, linhas teóricas, contribuições e modelos de interpretação.

Na parte do desenvolvimento, apresenta uma revisão bibliográfica dos conceitos de "Sistema de Assentamento", "Estilo Tecnológico, e dos "Estudos Etnoarqueológicos" de caçadores e coletores, destacando as principais contribuições para a construção de modelos interpretativos. Também delimita e contextualiza arqueologicamente os caçadores coletores das Tradições Umbu e Humaitá e sublinha que para o avanço do conhecimento dos modos de vida destas populações, é importante uma revisão analítica dos modelos atuais e dos conceitos

utilizados, partindo de uma reorientação das estratégias de análise das coleções líticas, de categorias funcionais para aquelas definidas a partir da organização tecnológica.

Na continuidade do trabalho, apresenta um estudo sobre o sistema de assentamento horticultor no Alto Vale do Rio dos Sinos, e relaciona às Tradições Guarani e Taquara. Na primeira parte analisa os modelos etnoarqueológicos referentes aos sistemas de assentamento Guarani pré-colonial do sul do Brasil, as características de implantação destes sítios e propõe um modelo interpretativo para a região estudada. O mesmo esforço empenha na segunda parte para explicar os sistemas de assentamento Jê pré-colonial no sul do Brasil, assinalando o que as pesquisas em andamento à época, estariam divulgando a respeito dos modelos de mobilidade e sistema de assentamento relacionados aos Taquara. Nesse ínterim apresenta os sítios identificados e avalia que tal modelo de mobilidade e assentamento, levantando a hipótese de que tal conjunto em análise faria parte deste sistema mais amplo. Por fim comenta sobre as relações entre as ocupações pré-coloniais e as frentes colonizadoras que se instalaram na região do Alto Vale do Rio dos Sinos. No último capítulo, apresenta uma síntese sobre estudos arqueológicos de artefatos líticos, as linhas de pesquisa, metodologias e contribuições. Além disso, nesta etapa aborda o estudo comparativo das coleções líticas provenientes dos sítios da área estudada. Para sua pesquisa, a autora pautou-se na premissa teórica de que estilo tecnológico é o resultado de escolhas culturalmente determinadas, que se refletem na seleção das matérias primas, nas técnicas e sequências de produção e nos resultados materiais destas escolhas. A partir desta estratégia de comparação, a mesma buscou esclarecer a relação entre o estilo tecnológico e a variabilidade artefatual das indústrias líticas do sul do Brasil dos três grupos culturais. Para isso, analisou as coleções líticas identificadas na área de estudo, enfatizando as diferentes estratégias utilizadas, no que diz respeito à organização da tecnologia lítica, pelos grupos caçadores coletores Umbu e os horticultores Guarani e Taquara, tradicionalmente vinculados à Tradição Humaitá.

Na conclusão, a autora reforça o conceito de “Estilo Tecnológico”. Pontua que seu interesse para a tese está nas diferentes possibilidades que este conceito permite ao estudo da variabilidade das indústrias líticas do sul do Brasil. A partir dele é possível entender a intercorrência dos conjuntos líticos como resultantes das escolhas tecnológicas, refletidas na seleção das matérias primas, nas técnicas e sequências de produção e nos resultados materiais destas escolhas. Portanto, os estilos tecnológicos são produtos de uma tradição cultural, servindo como indicadores de identidades sociais, mas só adquirem sentido quando compreendidos como parte de um sistema cultural, logo, se torna imprescindível considerar o contexto situacional da região estudada. Nesse segmento, comenta as hipóteses desenvolvidas

e faz uma síntese das metodologias adotadas para os trabalhos de campo, bem como, os resultados alcançados. Para compreender os aspectos do sistema de assentamento caçador coletor, a autora utilizou como referência teórica o modelo forrageiro de Binford, associado aos dados etnoarqueológicos para caçadores coletores de floresta tropical, e as tendências da literatura antropológica contemporânea.

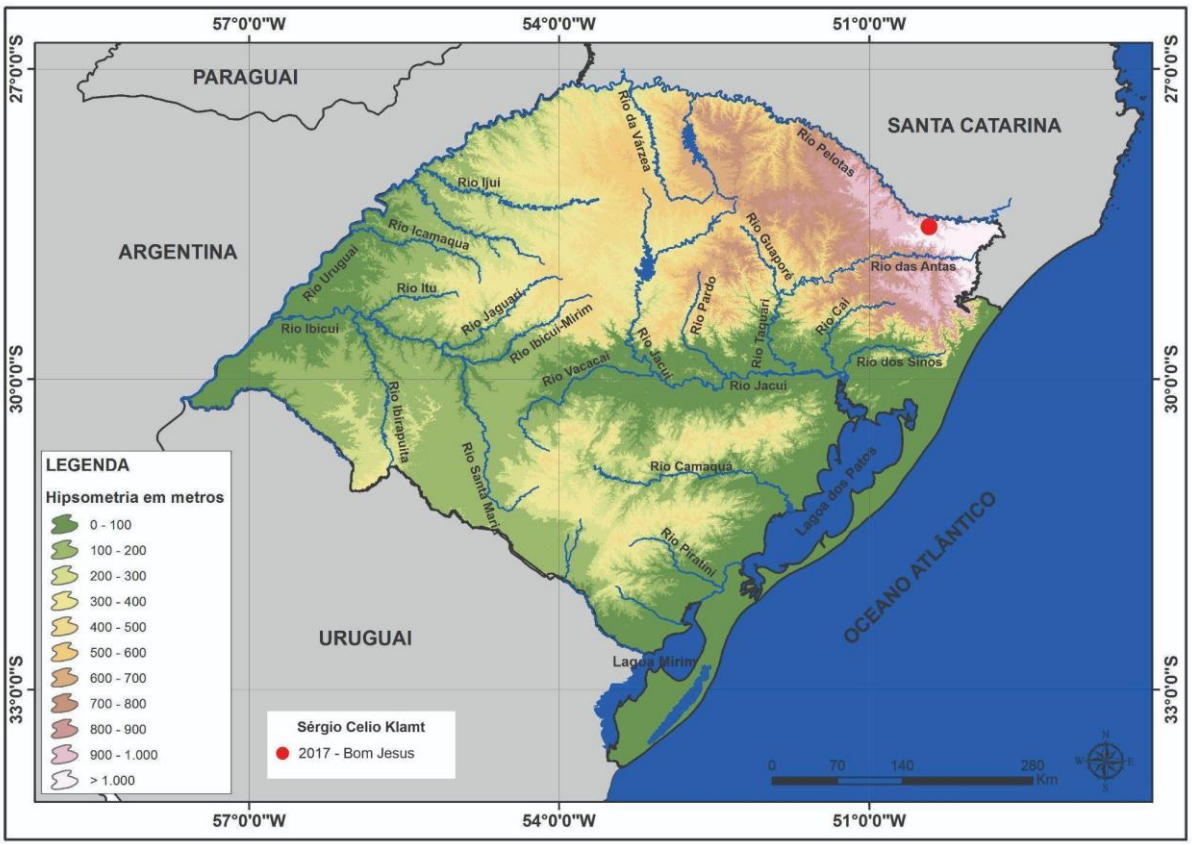
Em específico à tradição Taquara, Dias finaliza colocando que os sítios analisados representam parte de um sistema mais amplo. O modelo de domínio vertical, as formas de exploração dos recursos do ambiente e o sistema de cultivo, proporcionam uma estabilidade econômica que, por sua vez, implica em uma alta mobilidade habitacional, gerando uma variação de sítios adaptados às características ambientais. Diante destes aspectos, a autora sugere que as estratégias de mobilidade desenvolvidas pelas populações Jê pré-coloniais eram representadas por migrações estacionais pluri-familiares, abrangendo os diferentes ambientes que compõe o sistema de assentamento do grupo, havendo uma tendência a re-ocupação dos mesmos assentamentos a cada estação. Informa que os três sítios Taquara do estudo configurariam uma única aldeia e que as concentrações de artefatos líticos encontrados, representam áreas de atividades específicas, próxima a sede da aldeia, associada a afloramentos de boa qualidade e relacionada à extração de matérias primas e confecção de artefatos líticos. As amostras indicam um potencial uso doméstico e de trabalho (abertura das matas e da terra para o cultivo). A composição geral da indústria está relacionada à presença de lascas e núcleos unipolares, sendo mais raros os artefatos bifaciais e polidos, representados pelas mãos de pilão.

Por fim, a estabilidade deste sistema de assentamento da Tradição Taquara na área estudada, confirmada pela gama de sepultamentos existentes no sítio RS-S-328: Caipora, entraria em colapso com a presença Guarani na região nordeste do Estado, resultando em abandono do território por parte das populações Jê. Como último comentário, a autora sublinha que buscou construir um caminho alternativo de interpretação para as indústrias líticas do sul do Brasil, baseada em uma perspectiva teórico-metodológica que procura compreender os aspectos contextuais que geram variabilidade entre os conjuntos líticos relacionados a distintas formas de apropriação do espaço regional. Procuramos, desta forma, oferecer subsídios, além do artefato guia, que permitam compreender quais aspectos justificam interpretar a variabilidade de conjuntos líticos em um contexto regional em termos de Tradições Arqueológicas.

Sérgio Célio Klamt

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
KLAMT, Sérgio Célio	Assentamentos a céu aberto da Tradição Taquara/Itararé no município de Bom Jesus, RS	Revista do Cepa	2017	Periódico

Figura 37 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Sérgio C. Klamt no município de Bom Jesus, RS.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Sérgio Célio Klamt é professor da Universidade de Santa Cruz, município de Santa Cruz e pesquisador do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas - CEPA, vinculado à mesma universidade. Entre os seus trabalhos se destaca um (ver Quadro 25), pois envolve informações a respeito das populações Jê Meridionais. O documento foi publicado pelo periódico Revista do Cepa, órgão de publicação científica do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas vinculado à Unisc. Também vale mencionar que o artigo integra um projeto envolvendo

diferentes áreas de pesquisas, todas vinculadas ao Licenciamento Ambiental que estuda o represamento do rio das Antas no extremo sul do município de Bom Jesus, RS. A investigação desenvolvida pelo arqueólogo se insere na chamada Arqueologia Empresarial, onde a demanda não parte de um interesse acadêmico, mas de uma necessidade econômica.

A publicação (2017), está estruturada em seis partes: Resumo; Abstract; Introdução; Desenvolvimento (O Meio Ambiente, A Localização dos Sítios, Sítios da PCH Cavalinhos I, A Análise do Material Coletado em cada Sítio); Resultados e Conclusão e Bibliografia. Ainda aparece a figura do mapa hipsométrico do estado com o município localizado, fotografia da área dos sítios; croquis de localização de sítios, croquis de escavações, imagens das escavações dos sítios e do material arqueológico, tabelas com análise da cerâmica e lítico e gráficos de análises de materiais arqueológicos (cerâmica), imagens dos materiais arqueológicos coletados (cerâmica e líticos).

O objetivo do artigo é apresentar um estudo de sítios a céu aberto associados à Tradição Arqueológica Taquara e Itararé, a partir de dados oriundos do projeto de licenciamento ambiental para a PCH Pezzi (2010-2013) e a PCH Cavalinhos I (2014-2016), empreendimentos da Brookfield Energia Renovável. Na introdução, o autor apresenta um panorama geral do trabalho e pontua outros objetivos como verificar a presença ou não da Tradição Itararé em território sul riograndense, dar ênfase ao estudo de sítios a céu aberto, especialmente aqueles encontrados no alto rio das Antas e apresentar as características desses assentamentos e seus materiais. O autor considera importante para a arqueologia Jê Meridional a discussão sobre a fronteira entre as Tradições Taquara e Itararé, na qual inclui também a questão das etnias (Kaingang ou Xokleng).

No desenvolvimento, menciona as características relacionadas ao meio ambiente da bacia hidrográfica do rio Taquari-Antas, região em que estão inseridos os sítios arqueológicos. Apresenta a localização dos sítios da PCH Pezzi e da PCH Cavalinhos I e destaca os principais aspectos de cada um. Os sítios da PCH Cavalinhos I foram localizados durante o licenciamento ambiental entre os anos de 2014 e 2016. São assentamentos a céu aberto, com estrutura simples e forma elipsoidal, cuja área de dispersão do material varia entre 11x3m (concentração A - Sítio Pinheiro), 3x2m (concentração B - Sítio Modelo) e 2x2m (concentração C - Sítio Plátano). Os vestígios estão associados a uma fogueira. Já o sítio PCH Pezzi foi localizado entre os anos de 2010 e 2013, igualmente durante o licenciamento ambiental. Trata-se de um sítio a céu aberto, de estrutura simples e forma elipsoidal, com área de dispersão do material cerâmico na média de 6m 2 e o lítico aproximadamente 24m 2. Os vestígios cerâmicos estão associados a uma fogueira e o material lítico está distante, aproximadamente, 25m das concentrações cerâmicas.

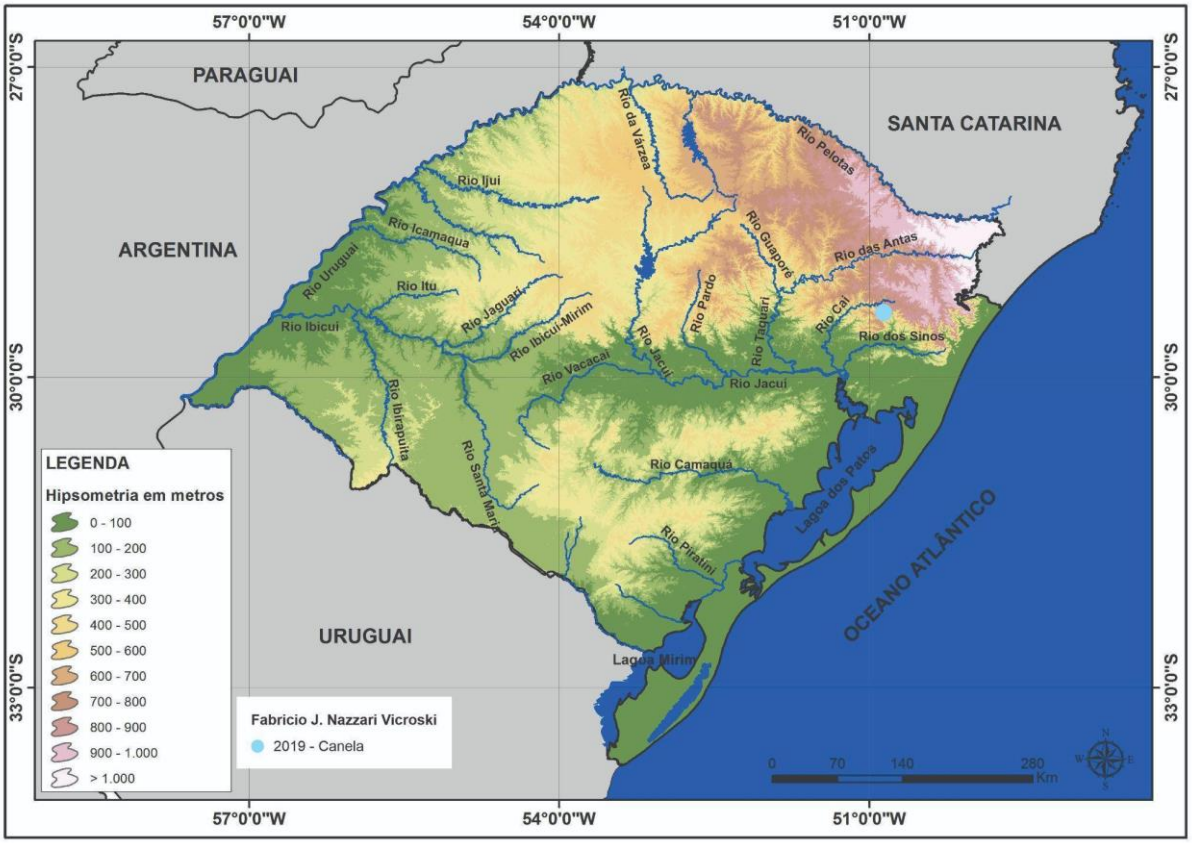
O autor considera que os assentamentos, em ambos os casos, possuem implantação estratégica para aproveitamento de recursos, sendo complementares às casas subterrâneas nas proximidades. Nesta continuidade, apresenta a análise do material coletado em cada sítio. O material cerâmico foi classificado segundo seus diferentes tratamentos de superfície e o lítico nos variados implementos, lascas, detritos e tipo de matéria prima utilizada.

Segundo o autor, os resultados obtidos através da cultura material, demonstraram diferenças significativas entre os sítios da PCH Cavalinhos I e PCH Pezzi. No primeiro caso, o exame indicou uma predominância da cerâmica simples (87%) em relação à decorada (13%), ao passo que no segundo caso, a decorada (60%) predomina sobre a simples (39%). Neste sentido, os aspectos observados e os valores obtidos do primeiro sítio o aproximam da Tradição Itararé enquanto o segundo, da Tradição Taquara. Referente ao material lítico, na PCH Cavalinhos I predominam as lascas, detritos e seixos com ausência total de artefatos como picões, talhadores e raspadores, entre outros. Ao contrário da PCH Pezzi, em que esses elementos estão presentes semelhante ao que é encontrado na outra margem do rio das Antas. Por fim, o autor acredita que os resultados alcançados no trabalho fornecem mais dados para se pensar a questão da fronteira entre as Tradições Taquara e Itararé. Por outro lado, deixa a relação entre as diferentes técnicas de fabricação da cerâmica e as etnias Kaingang e Xokleng em aberto, salientando que esta discussão demanda estudos mais detalhados.

Fabrício J. N. Vicroski

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
VICROSKI, Fabrício J. Nazzari	Arqueologia no Quadrante Patrulhense: notas de pesquisa em Canela e São João da Urtiga	Raízes de Santo Antônio da Patrulha: 30 anos	2019	Livro

Figura 38 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Fabrício J. N. Vicroski no município de Canela, RS.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Fabrício J. N. Vicroski possui doutorado em História pela Universidade de Passo Fundo e Pós-doutorado pela mesma universidade. É arqueólogo associado ao Núcleo de Pré-História e Arqueologia vinculado ao PPGH da Universidade de Passo Fundo. O texto selecionado (ver Quadro 25), foi publicado no livro "Raízes de Santo Antônio da Patrulha: 30 anos", editado pela Evangraf e diz respeito à identificação de estruturas subterrâneas e montículo no município de Canela, RS. O trabalho está dividido em quatro partes: Introdução, Desenvolvimento (subdividido em: Arqueologia dos povos jê meridionais em Canela, Sítio arqueológico do Saiqui, Sítio arqueológico do Banhado Grande, Arqueologia dos povos guarani em São João da Urtiga, Sítio arqueológico ap.cg.1,), Considerações Finais e Referências Bibliográficas. O texto traz imagens ilustrativas de estruturas subterrâneas, além de um mapa de localização de sítio e outras imagens dos sítios e estruturas identificadas.

O objetivo é ilustrar o panorama da pré-história regional por meio de breves notas de pesquisas arqueológicas executadas em dois municípios do Quadrante Patrulhense: Canela e

São João da Urtiga. Inicialmente apresenta uma ligeira síntese do contexto histórico e pré-colonial da região. Argumenta a importância da Universidade de Passo Fundo na concessão de fomento e apoio às pesquisas realizadas no Rio Grande do Sul, inclusive nestes municípios, integrantes do Quadrante Patrulhense.

Na parte do desenvolvimento o autor aborda a arqueologia dos povos Jê Meridionais no município de Canela. Conforme o autor, o município é próspero em relação aos sítios de "casas subterrâneas". Com isso, comenta rapidamente a morfologia destas estruturas, a filiação e a expansão Jê sobre o território sul brasileiro. Durante o projeto de inventário em Canela, foram cadastrados dois sítios arqueológicos relacionados à ocupação Jê Meridional: Sítio Saiqui e Sítio Banhado Grande. O Sítio Saiqui é formado por casas subterrâneas e montículos de sepultamento. Está situado em área de mata nativa e os vestígios arqueológicos distribuídos em três conjuntos dispersos na paisagem, porém, inter-relacionados. O primeiro conjunto é composto por seis casas subterrâneas, com formatos circulares e/ou elipsoidais, junto ao Parque de Rodeios do Saiqui. O segundo conjunto é constituído por seis montículos de sepultamentos, localizados nas imediações das casas subterrâneas. O último conjunto, é composto por duas casas subterrâneas localizadas fora da área de mata, no perímetro adjacente ao CTG (Centro de Tradições Gaúchas) do Parque de Rodeios do Saiqui. Para este último caso, o autor pondera a falta de informações para obtenção de uma datação, pressupondo que tal sítio tenha aproximadamente entre 300 e 1500 anos. As estruturas são ilustradas através de fotografias. Após, discorre sobre o sítio arqueológico do Banhado Grande. Este sítio composto de casas subterrâneas, está localizado na porção elevada do terreno de propriedade da família Zanatta, próximo ao aterro sanitário municipal do Banhado Grande. É formado por cinco casas subterrâneas, preservadas, cujas dimensões chegam a alcançar os 7 metros de diâmetro e 3 metros de profundidade. Neste estudo não houve escavações. Diante das características e condições em que estão inseridos os dois sítios apresentados, o autor considera importante a realização de pesquisas que visem a produção de conhecimento e a preservação desses sítios.

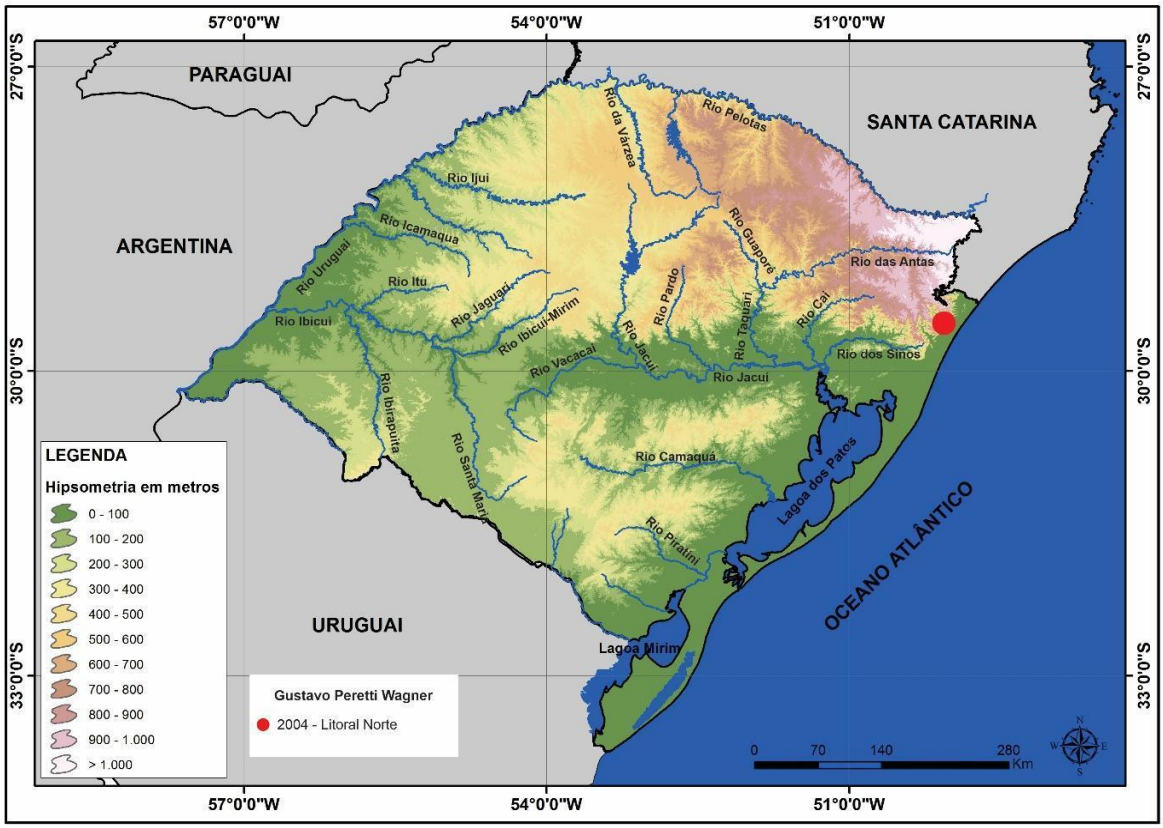
Posteriormente, adentra no tópico "arqueologia dos povos guarani em São João da Urtiga". Salienta que o estudo neste município foi realizado em virtude do processo de licenciamento ambiental para instalação da ponte (rodovia RS-485) sobre o rio Apuaê. Na ocasião, durante as atividades de campo foi identificado um sítio arqueológico com vestígios de origem guarani, denominado AP.CG.1, que é formado por cinco áreas com concentração de vestígios (Áreas 1 a 5). O autor acredita que as ocorrências registradas nas margens do rio Apuaê são partes componentes de um único assentamento guarani, seja ele com ocupações contínuas ou sucessivas.

Na conclusão defende que o reconhecimento e identificação do patrimônio arqueológico existente no Quadrante Patrulhense possibilita o esclarecimento da história de ocupação humana na região e contribui para o conhecimento da pré-história sul-brasileira. Destaca que este reconhecimento se torna ainda mais necessário diante dos conflitos fundiários recentes, a exemplo da unidade de conservação da Floresta Nacional de Canela, situada entre os sítios arqueológicos Saiqui e Banhado Grande, deste estudo, onde uma parcela da área de floresta é reivindicada pela comunidade Kaingang. Neste sentido, afirma que o conhecimento arqueológico se torna imprescindível para a conscientização da população brasileira em relação à dinâmica de ocupação histórica do território e seus desdobramentos contemporâneos.

Gustavo P. Wagner

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
WAGNER, Gustavo Peretti	Ceramistas pré-coloniais do litoral norte	Banco de Teses e Dissertações PUCRS	2004	Dissertação

Figura 39 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada por Gustavo P. Wagner envolvendo a região do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

Gustavo P. Wagner é professor titular do curso Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas-UFPel. O texto selecionado é a dissertação de mestrado (ver Quadro 25), defendida em 2004 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. O trabalho não é específico sobre a tradição Taquara, todavia traz informações sobre a ocupação dessa antiga população no Litoral Norte do Estado. A dissertação está estruturada em quatro partes: Introdução, Desenvolvimento (contendo quatro partes: Parte 1 - O Cenário, Parte 2 - Os Atores, Parte 3 - Os Atores no Cenário, Parte 4 - Horticultores Pré-coloniais do Litoral Norte do Rio Grande do Sul), Considerações Finais, Bibliografia Consultada e Anexos. A dissertação tem como objetivo a sistematização de dados referentes a alguns sítios da Planície Costeira do Rio Grande do Sul. O foco central do trabalho são os sistemas de assentamento dos grupos Ceramistas Pré-coloniais do litoral norte e também os eventos que se sucederam a partir dos contatos e interações entre estes dois grupos e com os colonizadores europeus.

Para fundamentar a pesquisa, o autor utiliza como fonte, investigações desenvolvidas na região entre as décadas de 1950 e 1960, assim como, os resultados de trabalhos de arqueologia em obras de engenharia. Na introdução apresenta um resumo dos principais trabalhos de arqueólogos ao longo da planície costeira e no litoral norte, os quais também constituem sua base de dados, assim como a metodologia adotada.

Na primeira parte (I) do desenvolvimento, composta por um capítulo apenas, o autor contextualiza as condições ambientais holocênicas da Planície Costeira a fim de traçar um panorama geral referente às condições climáticas do paleoambiente do Litoral Norte, também aborda as transformações ambientais que afetaram as diferentes populações pré-coloniais.

A segunda parte (II) do trabalho está fragmentada em dois capítulos. Wagner concentra-se em explicar os Horticultores do Planalto, da "tradição" Taquara e os Horticultores Guaranis, da "tradição" Tupiguarani, suas adaptações culturais e padrões de vida de cada grupo. Nesta parte, interessa o capítulo II. Inicia com uma síntese a respeito das populações Taquara. Questões como modos de vida, manifestações culturais, relações com o meio ambiente, cultura material, enfim, os elementos que caracterizam os sítios arqueológicos desta tradição. Contextualiza os estudos arqueológicos envolvendo os grupos Horticultores do Planalto ao longo do tempo, no Brasil e no Rio Grande do Sul, passando pelas primeiras análises das casas subterrâneas, popularmente conhecidas como "buracos de bugre", dos fragmentos cerâmicos até os processos de domesticação de alimentos. Essas estruturas de casas subterrâneas passaram a ser conhecidas através do PRONAPA, na década de 1960. No Rio Grande do Sul, os primeiros sítios com essas características, teriam sido evidenciados no litoral, especificamente no município de Osório. Fala sobre as outras estruturas relacionadas às populações

Taquara/Horticultores do Planalto, tais como as galerias subterrâneas, as barricadas de proteção ao redor das aldeias, os abrigos rochosos, cemitério/funerários, os montículos mortuários ou aterros. Discorre sobre cada uma destas estruturas considerando os aspectos ambientais, morfológicos, funcionais, demográficos, sociais e culturais, em diferentes pontos de vista arqueológicos, abrangendo ocorrências desde o Paraná, até o Rio Grande do Sul. Argumenta que a variabilidade das estruturas associadas a estes grupos, tanto as de pedra quanto as de terra, ocorrem em função das variações climáticas que, por sua vez, implicam na necessidade de adaptação. Discorre sobre as três diferentes tradições tecnológicas e culturais, Taquara, Casa de Pedra e Itararé, suas diferenças e similaridades. Encerra o capítulo refletindo sobre as diferentes formas de manifestações culturais observadas no decorrer do estudo, visando um diagnóstico mais aprofundado na parte final da dissertação. Na sequência apresenta o capítulo III, referente aos Horticultores Guaranis ou Tradição Tupiguarani. Nesta parte, o autor disserta sobre a história da ocupação dos grupos Horticultores Guaranis no Rio Grande do Sul, colocando em tela os modos de vida destas populações e outros aspectos pertinentes.

Na terceira parte (III) são apresentados os capítulos que tratam dos modelos de ocupação pré-colonial no litoral, o uso do espaço pelos horticultores do planalto e pelos horticultores Guarani. Também insere uma explicação acerca dos conceitos de “espaço”, “espacial”, “assentamento”, “padrão” e "sistema", com o objetivo de relacioná-los a sua pesquisa no contexto das relações do homem para com o ambiente. Quanto aos modelos de ocupação pré-colonial no litoral, são expostos variados exemplos, anteriormente descritos por arqueólogos. Com isso, é elaborado um quadro geral a respeito destes modelos, limitando-se aos casos do litoral norte, do Rio Grande do Sul. Para tanto, realiza uma sequência histórica da ocupação do litoral em ordem cronológica, com base em estudos arqueológicos existentes, incluindo desde os sítios dos grupos caçadores-coletores, sambaquieiros, até a dispersão dos variados grupos ceramistas que viveram nesta região. A partir disto, é elaborado um outro quadro, este por sua vez, referente a ocupação dos grupos horticultores do planalto e dos horticultores guarani. No intuito de caracterizar estas ocupações nos diferentes ambientes, são propostas algumas reflexões a respeito do estudo dos grupos horticultores do planalto e sua relação com o ambiente abrangente. São construídas algumas hipóteses acerca das funções das estruturas subterrâneas, habitacionais ou ritualísticas. Questões como a contemporaneidade das casas subterrâneas, uso permanente ou não do assentamento, sítios superficiais a céu aberto e sua relação com os deslocamentos sazonais, são discutidas. A quantidade numérica de sítios a céu aberto no Rio Grande do Sul, constatados por Miller também é levada em consideração. Entre algumas das possibilidades/hipóteses sugeridas pelo autor, destaco: 1) as populações dos grupos

horticultores do planalto, não seriam tão sedentárias quanto o sugerido por Maria José Reis; 2) os horticultores do planalto não seriam, exatamente, uniformes culturalmente, quer dizer, nem todas as partes destes grupos responderam às dificuldades dos ambientes de igual maneira com pequenas porções da população tendo explorado as diferentes paisagens do planalto de formas peculiares; 3) o litoral norte do Rio Grande do Sul apresenta evidências materiais da ocupação sazonal destes grupo, entre outras. O autor comenta exemplos de ocorrências no litoral norte do Rio Grande do Sul, litoral de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, que corroboram e demonstram evidências da ocupação dos grupos horticultores pelo litoral sul brasileiro, como são os casos dos acampamentos, sambaquis rasos ou paradeiros, de coletores e pescadores, que apresentam algumas vezes material cerâmico da tradição Taquara. São diferentes dos sambaquis, pois o acúmulo de conchas e as dimensões são menores. Correspondem a um tipo de estratégia de subsistência anual adotada pelos grupos planaltinos, ocorrendo de forma isolada em relação a outros sítios. O autor defende que os sítios dos horticultores do planalto encontrados no litoral sul-brasileiro possuem um tipo de adaptação específica. Neste sentido, no planalto os sítios de casas subterrâneas serviam de abrigo para os meses mais quentes ou frios, enquanto os sítios superficiais a céu aberto do litoral, para os períodos de coleta dos recursos alimentares, em épocas quentes. O registro fitofaunístico aponta para uma alimentação direcionada aos recursos aquáticos. Assim, a pesca e a coleta marinha tornam-se fundamentais, visto que, serviam de fonte protéica para os meses frios do ano.

A última etapa do desenvolvimento (IV) compreende ainda outros dois capítulos (VIII e XI). Nesta parte, o autor inicialmente contextualiza a dispersão dos grupos horticultores do planalto e horticultores guarani na região do litoral norte, sequenciando de forma esquemática as informações referentes a alguns sítios da Planície Costeira. Utiliza dados oriundos tanto de pesquisas acadêmicas quanto aquelas das obras de engenharia. E após analisar a cultura material e as características dos sítios selecionados, disserta a respeito dos contatos que se deram entre estes grupos ceramistas pré-coloniais. Além disso, sobre os eventos decorrentes do processo de movimentação destes grupos. Por fim, apresenta interpretações a partir das informações referentes à chegada das frentes colonizadoras portuguesas e as implicações deste processo nos sistemas de assentamentos indígenas, na região de estudo. Estes temas são discutidos sob a ótica da cultura e da interação cultural, entendidas pelo autor, como o "produto da interação entre indivíduos ou grupos" e "como sinônimos dos momentos em que as sociedades interagiram" respectivamente.

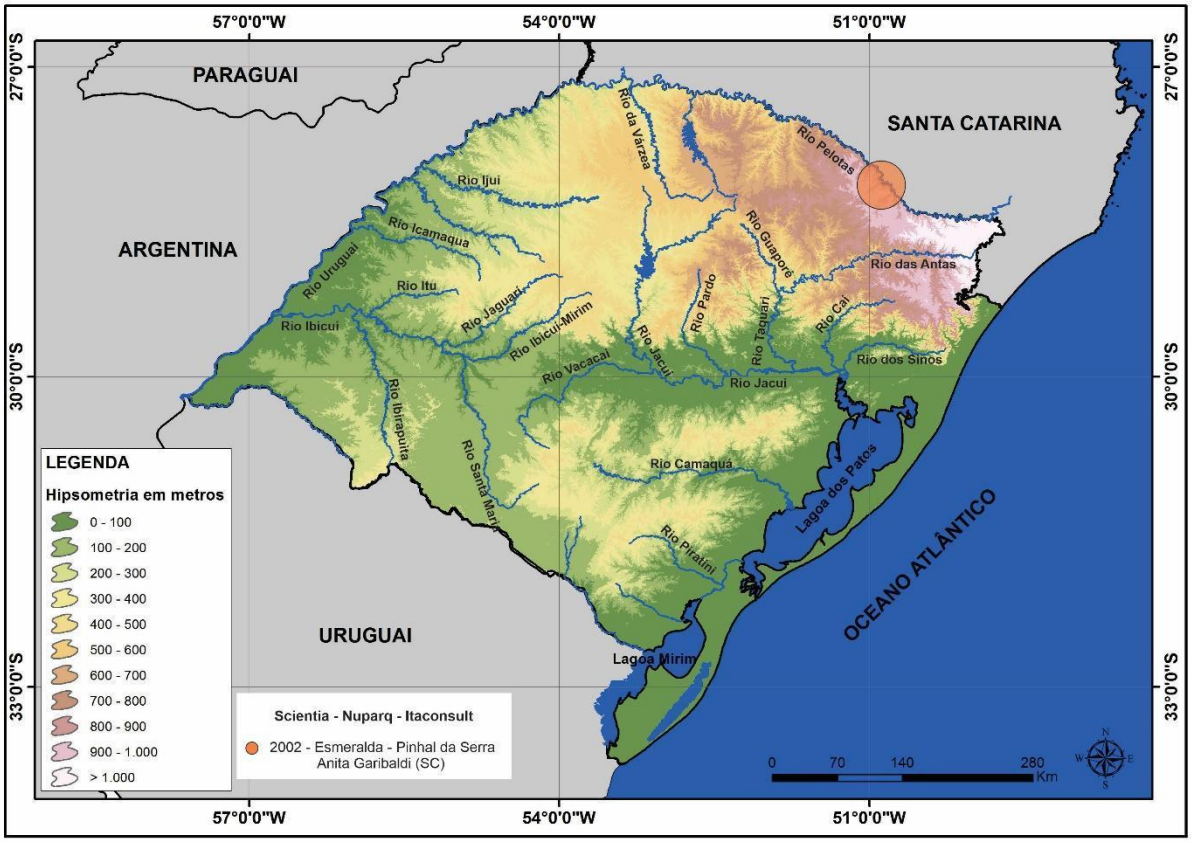
Na parte das considerações finais, o autor expõe suas reflexões. Acredita que as informações obtidas asseguram algumas interpretações acerca dos sistemas de assentamentos

ceramistas pré-coloniais do litoral norte, além disso, que as questões concernentes às dinâmicas destas populações, estabelecidas na dissertação, puderam ser conduzidas na discussão, tanto naquilo que tange aos Horticultores do Planalto quanto aos Horticultores Guarani. Explica que a chegada do colonizador europeu teria provocado o deslocamento dos Horticultores Guaranis para o planalto. Antes disso, que a expansão da ocupação guarani no litoral teria dificultado o acesso dos Horticultores do Planalto, consequentemente, resultando na retirada dos mesmos desta área. A falta de evidências do contato europeu com os Horticultores do Planalto reforça esta ideia, pois é comprovada pela falta de "artefatos de além mar nos sítios arqueológicos dos grupos do planalto", também, pelo relato da "ocorrência de grupos indígenas ocupando os abrigos rochosos localizados nas escarpas do vale do Rio Maquiné". O autor acredita que para complementar estas questões, seria importante novos trabalhos de campo na região. Considera pertinente pensar na possível existência de grupos caçadores-coletores vivendo no interior dos vales Três Forquilhas, Maquiné, Cardoso, Sanga Funda e Mampituba, tendo em vista a presença dos grupos Horticultores do Planalto e Horticultores Guaranis nesta região. Por fim, apresenta e instiga alguns questionamentos para serem respondidos investigações futuras. Reforça que a escassez de material arqueológico e fontes documentais escritas referentes aos contatos e intercâmbios entres os grupos pré-coloniais, dificulta o estabelecimento de contemporaneidade para os sítios envolvidos nestes fatos, bem como, outras interpretações.

SCIENTIA/NUParq/ITACONSULT

AUTOR	OBRA	PUBLICAÇÃO	ANO	TIPO
SCIENTIA AMBIENTAL S/C LTDA; NÚCLEO DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS/UFRGS; ITACONSULT CONSULTORIA E PROJETO EM ARQUEOLOGIA LTDA.	Projeto de levantamento arqueológico na área de inundação e salvamento arqueológico no canteiro de obras da UHE Barra Grande, SC/RS.	Relatório Arqueológico	2002	Relatório

Figura 40 - Mapa ilustrativo da pesquisa realizada pela SCIENTIA, NUParq/UFRGS e ITACONSULT envolvendo o resgate arqueológico no canteiro de obras da UHE Barra Grande, Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.



Fonte: Elaborado por Kreutz (LABARQ/UNIVATES).

O documento selecionado (2002) intitulado *Relatório final 1: Salvamento arqueológico no canteiro de obras, margem direita e esquerda do Rio Pelotas: Resultados dos trabalhos de campo* integra o "Projeto de levantamento arqueológico na área de inundação e salvamento arqueológico no canteiro de obras da UHE Barra Grande, SC/RS". Esta é a única obra selecionada em estilo relatório e oriunda de uma atividade relacionada a arqueologia de contrato ou empresarial. A escolha do documento se justifica, pois ele está associado aos trabalhos de Kern (1989), Mentz Ribeiro; Ribeiro (1985) e os trabalhos de Copé (2002) e outros. O relatório, inclusive, abrange as duas margens do Rio Pelotas: a margem direita pertence a Santa Catarina e a margem esquerda ao Rio Grande do Sul. Por uma questão de recorte espacial, foquei a atenção nas informações referentes ao Estado do Rio Grande do Sul que ficaram sob a coordenação de Copé através do NUPArq/UFGRS.

Estruturalmente o documento está segmentado em cinco partes: Introdução, Resgate Arqueológico no Canteiro de Obras Da Margem Direita Do Rio Pelotas/SC, Resgate

Arqueológico no Canteiro de Obras da Margem Esquerda do rio Pelotas/RS), Considerações Finais e Bibliografia. Destaca-se que ao longo dos detalhamentos existem tabelas com dados descritivos acerca das intervenções realizadas. O objetivo do trabalho é expor as atividades arqueológicas de resgate desenvolvidas no canteiro de obras da UHE Barra Grande.

Ao iniciarem as pesquisas, a Itaconsult registrou 92 sítios arqueológicos: 47 na margem direita do Rio Pelotas (SC) e 35 na margem esquerda (RS). Metodologicamente, devido ao expressivo número de sítios registrados e diante dos questionamentos quanto à presença de vestígios arqueológicos, tais estruturas foram primeiramente avaliadas. Em números, afirma-se que mais de 50% dos sítios da área de Santa Catarina obtiveram intervenções, diferentemente da margem gaúcha onde todos os sítios sofreram algum tipo de intervenção, seja por meio de coleta de superfície nos sítios líticos superficiais, seja através de poços teste, trincheiras e tradagens nos sítios com possíveis estruturas escavadas e montículos.

O relatório divide-se em duas partes, sendo a primeira exclusivamente relatando as atividades desenvolvidas para a margem direita do rio Pelotas. Estão descritos os procedimentos metodológicos que culminaram no salvamento dos sítios, posteriormente segue a descrição das atividades desenvolvidas. A parte seguinte do relatório trata exclusivamente sobre o resgate arqueológico envolvendo a margem esquerda do rio, portanto a área que abrange o Estado do Rio Grande do Sul. Informam quanto aos procedimentos metodológicos que foram específicos para cada tipo de sítio: com estruturas escavadas, montículos, sítios líticos superficiais. Dos trinta e cinco sítios, somente 10 foram considerados sítios arqueológicos propriamente ditos, apresentando uma quantidade significativa de materiais (entre 50 a 250 peças), 15 áreas foram consideradas ocorrências discretas.

Quanto aos resultados finais, informam que as investigações no canteiro de obras da UHE Barra Grande, em ambas as margens do Rio Pelotas expõe uma grande diversidade tipológica dos sítios: sítio lítico em gruta, sítio lítico, ocorrências discretas, Sítios lito-cerâmicos, casa subterrânea e sítios com estruturas anelares com montículos. Essa grande diversidade permite pensar que a região era área recorrente, ocupada por um período considerável de tempo, em épocas diversas do ano, num padrão que implicava em assentamentos diversificados, para funções variadas. Além disso, podem ser de populações diferentes. Quanto aos sítios cerâmicos, pode-se atribuí-los à Tradição Taquara, assim como, às casas subterrâneas e estruturas anelares.

PARTE 3 – CAPÍTULO 8 - OS PESQUISADORES E SEUS DISCURSOS: AMBIENTE E CULTURA MATERIAL NA NARRATIVA DA CRIAÇÃO DA TRADIÇÃO ARQUEOLÓGICA TAQUARA

Se na Parte 1 desta tese a ideia foi contextualizar a origem e formação da pesquisa arqueológica no Brasil e expor um breve retrospecto sobre as principais correntes teóricas que influenciaram o pensamento arqueológico no Brasil, como o Histórico-Culturalismo, Processualismo, Pós-Processualismo, o que veio na sequência, na Parte 2, mostrou como esse pensamento impactou a produção científica no Rio Grande do Sul. Destaquei para isso um rol de arqueólogos, cujas obras relevantes expõem a construção de uma narrativa que tem por tema central uma população humana que foi nomeada de tradição arqueológica Taquara. Para finalizar, com essa Parte 3, Capítulo 8, encerro com uma reflexão sobre dois elementos que percebi serem destacados ao longo das obras: Ambiente e Cultura Material, pois considero esses as bases da construção do discurso. Analiso, portanto, como esses dois elementos, ou melhor, conceitos foram sendo cotejados por diferentes abordagens teóricas ao longo desses 60 anos de estudos.

8.1. Ambiente e Cultura Material como objetos de análises

Para a reflexão que vem a seguir, estabeleci dois eixos de investigação: Ambiente e Cultura Material. Pretendo aqui tomar essas duas ideias e apresentá-las, projetando minha percepção/interpretação sobre como os diversos autores fizeram usos desses conceitos, que são recorrentes nos trabalhos, e os relacionaram em suas pesquisas. Proponho observá-los ainda dentro dos referidos referenciais teóricos em discussão: Histórico-Culturalismo,

Processualismo e Pós-processualismo e dentro do possível, como os conceitos estavam organizados dentro de uma e outra década.

A primeira concepção que trago é a de **Ambiente** e não farei alongada discussão filosófica, pois nem caberia, apenas esclareço sobre quais bases me apoio quando abordo o termo. Também não discuto sua base etimológica ou semântica, pelo contrário estou mais interessada em mostrar como o termo foi apreendido pelos diferentes pesquisadores e como eles pensaram e manejaram suas ideias ao tratar da relação homem-natureza.

Partindo para compreender o que seja Ambiente e como ele é entendido dentro das Ciências Ambientais, me apoio em Ribeiro e Cavassan (2013, p. 61), que colocam que para entender o que é Ambiente, antes é preciso compreender a noção de Natureza. Segundo os autores, a natureza encerra um "complexo de entidades reais, as quais são passíveis de pensamento através da percepção". Nesse sentido, a natureza "possui um caráter dual, sendo tanto uma entidade passível de pensamento quanto uma entidade real" (RIBEIRO; CAVASSAN, 2013, p. 74). E aquilo que denomino de Ambiente, portanto, vem a ser essa mesma entidade, mas representada por uma mente. No caso, o Ambiente caracteriza-se não somente pela soma dos meios ambientes das espécies conhecidas, mas por ser uma abstração humana. Dito de outra forma, "o conceito de natureza se refere ao objeto mundo natural e a expressão ambiente à interpretação/representação desse objeto" (RIBEIRO; CAVASSAN, 2013, p. 66).

E como conceituar o Ambiente a partir da Arqueologia? Neste caso, o Ambiente relaciona-se com a paisagem por meio da Arqueologia da Paisagem. E entre os aspectos fundamentais da pesquisa arqueológica está compreender o entorno dos sítios justamente porque a paisagem na qual eles se inserem é parte do estudo. Neste sentido, a paisagem arqueológica constitui-se não somente um espaço físico, mas é onde os seres humanos interagem entre si.

Logo, a paisagem na arqueologia é indissociável do fator humano, pois ela engloba elementos naturais, porque diz respeito à materialidade, quanto inclui elementos artificiais, porque dá conta de apresentar modificações praticadas pelos seres humanos. Em outras palavras, a paisagem é um produto sociocultural, uma construção humana (SCHIER, 2003; CRIADO-BOADO, 1999).

O que é imperativo considerar aqui é que devemos levar em conta que as pesquisas em arqueologia da paisagem assumiram na atualidade uma postura multidisciplinar, em que diferentes métodos e conceitos são envolvidos para a observação, apreensão e explanação de

um fenômeno, ou seja, na ordenação e formulação dos fenômenos de modo que sejam suscetíveis à explicação (DUNNEL, 2007 *apud* FAGUNDES; PIUZANA, 2010, p. 207).

No entanto, nem sempre essa paisagem arqueológica foi apreendida e conceituada dessa maneira, e é por causa dessa condição que passo a me referir a paisagem arqueológica como Ambiente, justamente porque a concepção de paisagem no início da arqueologia partia de uma abordagem funcionalista, no sentido que existia uma paisagem natural que englobava elementos combinados de terreno, vegetação, solo, rios, clima, e diria mais, modos de sobreviver a essa paisagem. Enquanto isso, a paisagem cultural, entendida como humanizada e que inclui todas as modificações feitas pelo homem (SCHIER, 2003) e como o ser humano pensa e interage com ela, isso na arqueologia é um estudo recente, porém é essencial. Aliás na contemporaneidade a ideia é que da mesma maneira que em uma escavação, se leia a paisagem a partir de uma estratigrafia, como seria: "através de diferentes estágios de uso do conceito paisagem, desde uma abordagem natural até uma abordagem cultural" (CORTELETTI, 2013, p. 98). O autor esclarece que os estágios seriam: observar a paisagem enquanto Ambiente, Sistema, Poder e Experiência.

Quanto a noção de **Cultura Material**, também não farei extensa discussão, pois minha pretensão aqui também é mostrar como o termo foi apreendido e manejado, pelos diferentes pesquisadores, ao longo do tempo e a partir de distintas posições teóricas. Inicio sublinhando que a Arqueologia possui estreita identificação em utilizar a cultura material como fonte primária para o acesso ao passado humano (LIMA, 2011). Mas é preciso dizer que a possibilidade de leituras dos vestígios materiais é muito maior. Aliás, há um bom tempo a Arqueologia alargou seu campo de entendimento sobre o que é cultura material, agora mais voltada a explorar todos os aspectos das relações entre o material e o social e o imaterial e o simbólico.

Na frase assertiva de Lima (2011, p. 12), que coloca que "se, por um lado, Arqueologia é estudo da cultura material, por outro, os estudos de cultura material transcendem a prática arqueológica", sublinho que as investigações em cultura material têm ultrapassado seus limites envolvendo-se com outros campos do conhecimento. É uma visão de tendência mais pós-moderna, uma vez que o espectro da cultura material se configura agora como "tudo aquilo que é produzido pelo homem e que, constantemente, é interpretado pelos indivíduos. Desta forma, a cultura material se depara com um paradoxo, pela sua destinação estar vinculada à uma interpretação da sua expressão imaterial" (ARAÚJO, 2019, p. 8).

Também me interessa a maneira como Hilbert (2020, p. 2) coloca o que é cultura material:

> Entendemos por cultura material a soma de todos os objetos, materiais, substâncias, coisas, artefatos, mercadorias, bens manipulados e materializados em uma sociedade ou que possuem significado. Não se trata, por nada, em medir seu valor ou peso de significado, mas seu envolvimento no mundo vivido das pessoas. Cultura material é cultura transformada em matéria, é cultura materializada (KNAPPETT, 2014). Combina o visível com o invisível, sem privilegiar uma forma sobre a outra.

Visto dessa forma, poderíamos dizer que o estudo em cultura material despertou para a sua potencialidade: de algo percebido até então como inerte e com "função primordialmente utilitária, destinada tão somente a preencher as necessidades da adaptação humana ao meio ambiente" (LIMA, 2011), para uma reação em que as "materialidades refletem vivências e significados e não representam apenas objetos, mas também pessoas, territorialidades, sensibilidades na medida em que as coisas estão envolvidas, contextualizadas e consequentemente tecem relações e constroem teias de significados" (ARAÚJO, 2019, p. 18).

INSERIR MAIS COISAS PARA DEFINIR CULTURA MATERIAL, TRAZENDO OS AUTORES COMO ULPIANO

8.2 Ambiente. Caracterizações no Histórico-Culturalismo

Por três décadas, entre **1960** e **1980**, durante o longo período em que as influências do Histórico-Culturalismo foi a maior referência na arqueologia brasileira e sulina, era comum que na parte inicial das publicações se destacasse uma apresentação do ambiente, observado a partir de uma base bastante elementar: relevo, altitude, clima, hidrografia, vegetação, fauna e solo, constituíam um repositório, ou uma "lista de conteúdo" que a partir da descrição das categorias geográficas, exercia uma função racional e pragmática: expor um espaço físico-geográfico, tendo por base a explicação de suas formas físicas (morfológicas) e também biológicas referente a uma determinada região geográfica do Estado. Mas essa forma de ambiente descrita nos textos passa a impressão de algo estático e vazio em termos de interatividade. Lembra a pintura de um quadro (uma natureza morta, p. ex.) ou o cenário de uma peça de teatro que, instalado ao fundo do palco, placidamente, transmite ao espectador a simples noção de um lugar.

Exemplo disso estão naqueles primeiros trabalhos dos anos de **1960**, nos quais a descrição do ambiente era sumária, às vezes não chegando a uma lauda de caracterização. Dava-se destaque as regiões, por exemplo, Norte, Nordeste, Noroeste e dentro da região abrangida se assinalavam os municípios em estudo.

O interesse maior estava no sistema topográfico e hídrico, com a apresentação dos principais traços do relevo, além dos rios e afluentes que formavam as principais bacias hidrográficas. O objetivo, segundo Ondemar Dias (*apud* NETO, 2014), estava em "levantar a potencialidade da maior área possível para futuras abordagens, áreas definidas, sobretudo em função de bacias hidrográficas" (NETO, 2014, p. 4).

Para a década seguinte, anos de **1970**, a sistemática pouco se alterou: relevo, altitude, clima, hidrografia, vegetação, fauna e solo continuaram sendo apresentados logo no início dos documentos, embora um pouco mais caracterizados, ao menos duas laudas passaram a ser oferecidas. As áreas continuaram a ser definidas, sobretudo, em função de bacias hidrográficas.

Mas um aspecto chama a atenção: se enaltece com maior veemência os traços geográficos marcantes (ou melhor, contrastantes) de uma determinada região em relação à(s) outra(s). Daí que não é somente o relevo (de maior ou menor altitude) que se destaca, mas o clima, o tipo de solo, que por sua vez vão influenciar nas características da vegetação e da fauna. É elementar que essas mudanças não são somente convencionais, se anunciava objetivos maiores como: ao enaltecer os aspectos do ambiente ou melhor, dos contrastes ambientais, se reforçava o discurso da influência deste sobre a sociedade humana e como ela teria se adaptado.

Aliás, essa foi a principal narrativa de Meggers, que dava tamanha importância ao ambiente "[...] que tudo que o acompanhava teve uma importância secundária (SANTOS, 2008, p. 51). Colocando dessa forma, entendo que conforme se ganhava conhecimento acerca do ambiente e também das culturas arqueológicas, podia-se reforçar a teoria de que o ambiente seria o "[...] caminho para se entender como funcionaria a cultura e a adaptação cultural" (SANTOS, 2008, p. 50).

Assim, acredito que tal percepção não aparecia anteriormente com maior visibilidade, simplesmente porque não se conhecia muito acerca da geografia nem da arqueologia do Estado. Situação esta que era completamente diferente nos anos de 1970, porque a partir de inúmeras expedições, já se tinha uma ideia mais bem formada a respeito do Ambiente tanto quanto ao conhecimento das culturas arqueológicas.

Já na década de **1980**, e dentro daquilo que se produziu nessa época percebo que, em parte, os artigos mantiveram um estilo mais parecido com a década anterior na forma de expor o ambiente, isto é, a partir de suas características geográficas elementares: relevo, altitude, clima, hidrografia, vegetação, fauna, solo, e sempre relacionando ou acentuando os contrastes mais relevantes entre uma e outra(s) região(ões). Também identifico que foi um momento marcado por apresentar menos resultados de escavações e mais produção de sínteses de pesquisas, nitidamente visando expor um panorama da ocupação do Estado a partir da

interpretação dos dados. No interior dessas sínteses o objetivo estava em mostrar quem eram essas populações, suas principais características e salientar o ambiente ao qual esses grupos estavam circunscritos. Mas, lógico, que também o discurso ia ao encontro de reforçar a teoria de que o ambiente possui completa influência sobre as culturas humanas, sobre a cultura material e a sua forma de adaptação.

E foi lá no final da década de 1980 que soprou uma "leve brisa" trazendo mudanças. Muito poucas, na verdade, mas o suficiente para notar, a partir dos textos analisados, que o Histórico-Culturalismo já dava sinais de esgotamento enquanto referencial teórico.

A transição de paradigmas se processou de forma bastante lenta. Aliás, segundo Di Baco; Faccio; Luz (2009), o advento da Arqueologia Processual não significou uma ruptura radical com a tendência teórica antecedente, por mais que seus ideólogos afirmassem que essa era a intenção. Corroborando ainda com os autores, o que procuro ressaltar é que, neste momento, havia um evidente acúmulo de conhecimento e, inevitavelmente, começaram a aparecer novas formas de observar e explicar os dados arqueológicos.

Dessa maneira, entra para o contexto da narrativa as propostas de Kern et al. (1989) e termos como paleoambiente, paleopaisagem, paisagem, nichos ecológicos, interdisciplinaridade começaram a fazer parte do vocabulário arqueológico. Sobre Arno Kern, o autor pertence a uma segunda geração de arqueólogos, cuja formação inicial é devida aos pesquisadores brasileiros, mas sua formação final foi concluída na França, onde foi influenciado pela vertente Processualista europeia.

E como é possível perceber, suas obras divergem teórica e metodologicamente da forma que até então se fazia e pensava a arqueologia, pelo menos em solo gaúcho. Enquanto os textos dos arqueólogos do Sul são mais normativos, ou endurecidos e completamente fechados para diálogos interdisciplinares, para ficar somente nesses exemplos, os textos de Kern estão abertos a interações. Kern, no início da década, em 1982, publicou um longo artigo sobre as paleopaisagens do Estado, abrindo seu texto exaltando as relações entre as ciências da terra e a arqueologia e sublinhou que disciplinas como a Geografia e Geomorfologia tem contribuído no sentido de auxiliar na interpretação dos contextos pré-históricos:

> [...] a arqueologia brasileira vê nestas ciências inestimáveis fontes de informação sobre o paleo-ambiente, necessárias tanto para a análise estratigráfica como para o estabelecimento de quadros geo-cronológicos. Os resultados das pesquisas destas ciências permitem não só o estudo do quadro geográfico atual, mas, principalmente, a reconstituição das variações climáticas do Pleistoceno final e do holoceno, bem como suas conseqüências para o mundo vivo" (KERN, 1982, p. 153).

O autor ainda justifica que “é somente pelo estudo das transformações de longa duração (climáticas, florísticas e faunísticas) porque passaram as paisagens rio-grandenses, que a correlação homem pré-histórico – meio-ambiente natural pode ser abordada com mais segurança, pois as culturas são geralmente adaptadas – evidentemente em diferentes graus – às particularidades dos nichos ecológicos” (KERN, 1982, p.153).

Essas concepções estão em consonância com a abordagem da escola francesa que inclui perspectivas advindas da sociologia, dos estudos de paleopaisagens, além do entendimento de uma estreita relação entre o “[...] comportamento humano e a cultura material, intermediada pelas dinâmicas ambientais, que mais do que fazer plano de fundo a estas dinâmicas, são responsáveis pela existência das mesmas” (BARROS, 2022, p. 6). Outras perspectivas técnicas também entram neste arcabouço, como compreensões no escopo da economia, comportamento, etc.

Kern também não deixou de criticar a forma como os seguidores do PRONAPA se referiam ao território do Estado, principalmente ao que concerne às regiões do planalto e litoral, que eram tomados e explicados de maneira simplificada e que em nada correspondia à realidade (KERN, 1982).

Como se pode notar a ideia de ambiente, gradativamente, deixava de ser apresentada por meio de categorias geográficas apenas, que visava a descrição de um espaço físico-geográfico e que passava uma impressão de um lugar fixo e imutável, para ser observado como um sistema vivo e orgânico, que está em constante transformação, mais ainda, que as populações humanas se relacionaram com esses diferentes ambientes e tiveram de encontrar formas e estabelecer estratégias para poderem obter domínio e tirar proveito de todos os recursos disponíveis.

Outro ponto que chama a atenção é que o arqueólogo associa o ambiente também à paisagem ressaltando, porém, duas situações: 1) que esta paisagem relacionada não é exatamente uma citação direta à terminologia das paisagens (ou a arqueologia da paisagem) (BARROS, 2022) e sim, 2) que a apreensão desse elemento é a de uma paisagem que atua dinamicamente e independe do aspecto humano. Ou seja, é que a vida e o desenvolvimento da espécie humana estão fortemente influenciados por essa paisagem ou, mais corretamente, por esse ambiente.

Aliás, Kern explica como se dá essa relação quando propõe que o leitor tome o espaço geográfico como um fator natural e faça um esforço de imaginação com objetivo de avaliar como se deu o processo de ocupação de antigas populações – e diria que o mesmo vale aos grupos atuais – às paisagens que hoje encerram o território denominado de Rio Grande do Sul.

Ao fazer esse exercício, supõe que é preciso considerar, primeiro, uma longa linha de tempo e, dentro dela, observar que as nuances que formam a paisagem atual, ou seja, fatores geográficos como relevo, clima, vegetação e demais aspectos, mudaram consideravelmente ao longo do tempo, ao ponto de não corresponder ao que exatamente enxergamos no tempo presente.

O arqueólogo também ressalta que esse exercício é importante para o estudo das antigas sociedades humanas, "[...] seja para fixação da cronologia, seja para a reconstituição do meio natural no qual as primeiras sociedades pré-históricas rio-grandenses viveram" (KERN, 1982, p. 154). E é dentro dessas múltiplas paisagens que os seres humanos desenvolveram estratégias únicas para garantir a sobrevivência, traduzidas em forma de tecnologias, como o desenvolvimento de diferentes tipos de artefatos ou modos de habitação e outras soluções adaptativas, incluindo comportamentais.

8.3 Ambiente. Caracterizações no Processualismo

Como visto, na década de 1980, e principalmente a partir do final dela, o Histórico-Culturalismo foi arrefecendo como abordagem teórica à medida em que novos autores despontavam dentro da arqueologia. Junto com eles sopravam ventos mais vigorosos em direção de uma reflexão teórica mais atualizada e também calcada no uso de tecnologias espaciais e de sistematização de dados: o Processualismo passou a embasar a arqueologia.

Mas antes de expor esse lado mais pujante da arqueologia, deixe-me completar a análise realizada a partir das décadas. Sigo ressaltando que de forma geral observei que foram poucas as publicações na década de **1990**, que tiveram por objetivo divulgar resultados de pesquisas sobre a tradição arqueológica Taquara.

No entanto, como aqui interessa mais o conteúdo desses documentos, pode-se afirmar que apesar da pouca quantidade, o resultado é no mínimo contrastante. Com relação à temática do ambiente, foi identificado pelo menos um autor, cujo formato de texto, apresentação, conteúdo e reflexão continuou fiel ao modelo e referenciais teóricos predominantes nas décadas passadas.

O período inicia com a tese de doutorado de Mentz Ribeiro que, "aparentemente", poderia ser enquadrado como um trabalho segmentado do ponto de vista de Kern. Ousadamente, o autor quis escrever não somente uma história da ocupação da sua região de estudo, como também fazer uma síntese, mostrando as várias culturas arqueológicas do Estado explorando e se adaptando a um determinado e específico meio ambiente, de forma sincrônica

e diacrônica. Lhe era cara a possibilidade de explorar a relação homem-meio ambiente e as influências mútuas e como elas interferem na cultura material.

Para dar conta dessa problemática, ele baseou-se em teorias oriundas da Ecologia Cultural e tomou o termo tecnoeconomia (tecnologia + economia) para explicar não só a adaptação cultural, como também as diferenças perceptíveis entre culturas e as diferenças causadas pelo tempo dentro da própria cultura. Além disso, lhe interessava demonstrar as paleopaisagens e como a mudança climática foi, paulatinamente, transformando o clima, mas, sobretudo, como a vegetação e a fauna foram se alterando. Nesse sentido, a principal justificativa para o arqueólogo retratar todo esse cenário, do passado ao presente, e apresentar listas exaustivas de flora e fauna, é porque elas são essenciais para a sobrevivência humana.

Resumindo, a ideia soava como algo original para a época. O pesquisador se propunha a ressaltar vários elementos do Processualismo, e com isso romperia com aquela imagem de um meio ambiente passivo. Porém, fato é que o resultado não alcançou a mesma expectativa, pois não foi mostrada nenhuma relação entre ambiente e as populações humanas, pelo menos não da forma como o autor sublinhou.

O resultado foi uma descrição expandida daquilo que ocorria até então nos periódicos, como o ambiente representado por categorias geográficas, porém, agora descrito em minúcias. Incluía-se, neste contexto, uma listagem detalhada de fauna e flora porque, segundo o autor, "mostra a importância do conhecimento do meio ambiente". Nessas diversas paisagens, o homem, "buscador de alimentos na natureza", encontrava uma quantidade e variedade enormes de meios de subsistência (MENTZ RIBEIRO, 1991).

Finalmente, como se tivesse despertado de um longo sono, a arqueologia gaúcha envolvendo a tradição Taquara, renasceu completamente diferente no final da década. Publicações de pequenos artigos acerca de um grupo de trabalho (GT) ocorrido em um evento científico expôs, não somente novos autores arqueólogos, como uma maneira atualizada de perceber o ambiente. Essa nova forma consolidou uma nova perspectiva teórica e marcou o período seguinte, os anos 2000. Nesse ínterim também cito o livro de Reis (2002), cujo conteúdo refere-se à divulgação de sua dissertação defendida anos antes.

Ocorreu que naquele fim de milênio despontaram estudos sobre os sistemas ecológicos e os sistemas de assentamento humanos. Tornou-se uma questão chave de pesquisa compreender a relação das populações humanas com os variados sistemas ecológicos, no sentido de analisar formas distintas de ocupação e, a partir disso, diferentes maneiras de exploração de espaços e ambientes.

Outro assunto relevante, o ambiente começou a ser visto a partir de sistemas ecológicos, que uma vez reunidos circunscrevem uma área geográfica específica e dela começava-se a definir um território de ocupação. Não que isso já não se percebesse anteriormente, porém eles não eram estudados nem explicados.

A partir dessa nova abordagem teórica, se começou a notar que os territórios ocupados pelas diferentes populações humanas são passíveis de limites, defesa e manutenção. Aliás, que a identificação dessas populações com o território começava a se ligar mais profundamente à noção de uma territorialidade, devido às "marcas" (habitação, artefatos, paisagem, natureza) deixada pelos grupos dentro do espaço, inclusive, essas "marcas" começam a ser interpretadas como indicadores de uma identidade. Nesse sentido começava, ainda que discretamente, a ganhar forma a premissa de que espaços ou lugares são lugares de vivências, de experiências e que, portanto, não dizem mais somente sobre ser cultural, mas também envolve o ser social.

Como afirma Barros,

> Com a premissa de novos olhares ao espaço habitado, de maneira geral, a arqueologia processual permitiu uma melhor compreensão da inserção e interação dos seres humanos nas paisagens, com a preposição de que os lugares são representativos e mais do que condicionar, proporcionam novas dinâmicas nos sistemas culturais, delineando e compondo respostas ao comportamento humano mediante a materialidade, a modificação e adaptação na paisagem (BARROS, 2022, p. 7).

Assim adentramos aos anos **2000** e o ambiente passou a ganhar novas interpretações que ultrapassaram a mera perspectiva geográfica, para além das elementares explicações de um conjunto de categorias ou da percepção de uma "paisagem de longa duração", em que ambos os aspectos são compreendidos como determinantes para assegurar a sobrevivência e responsáveis pela conduta humana. A partir dessa década e com a explosão de pesquisas tratando de sistemas de assentamentos associados a sistemas ecológicos, ganhou notoriedade o conceito de paisagem em substituição ao termo ambiente.

Tomada como um elemento de análise, a paisagem arqueológica passou a considerar duas visões importantes do ambiente: uma primeira está associada à uma paisagem em termos geográficos, que observa as formas e estruturas visíveis sobre a superfície da terra, ao mesmo tempo em que fornece uma imagem concreta referente a um espaço, região, território ou lugar (CABRAL, 2002, *apud* CABRAL, 2007). Aliás, essa maneira de apreender a paisagem, considera o ambiente como uma realidade objetiva, uma concepção geossistêmica que combina elementos físicos, biológicos e humanos. Ainda, dessa inter-relação, resulta uma combinação dinâmica, instável, mas hierarquicamente organizada. Ela também "(...) é singular para cada

porção do espaço e torna a paisagem um conjunto individualizado, indissociável e em contínua evolução" (CABRAL, 2007, p. 150).

Justamente ao compreender que a paisagem não pode e não deve ser limitada apenas a uma "porção do espaço apreendida com o olhar" (CABRAL, 2007, p. 150), é que tal lógica de percepção da paisagem alterou a maneira como o arqueólogo interpretava o ambiente. E aí chego à segunda visão sobre a paisagem.

Para poder entender como se deu a construção de um sítio, o arqueólogo precisou compreender seu entorno e incluí-lo em seu escopo de trabalho. O entorno a que me refiro abarca a paisagem na qual os sítios se inserem. Logo, a paisagem constitui-se como os espaços físicos onde os seres humanos interagem entre si e com o meio. Logo, a paisagem também é construção e significação humanas.

Como resultado dessa percepção, as paisagens passaram a ser tratadas por meio de uma perspectiva social e cultural. A partir dessa perspectiva e, progressivamente, se foi incorporando aos estudos de arqueologia elementos uma nova abordagem teórica: o Pós-Processualismo. Desse modo se chega à metade da primeira década de 2000, quando nas diversas pesquisas foram incluídos elementos dessa arqueologia mais interpretativa e de caráter mais plural.

8.4 Ambiente. Caracterizações no Pós-Processualismo

A perspectiva teórica do Pós-Processualismo entrou no contexto da arqueologia da tradição Taquara por volta da metade da primeira década dos anos 2000, porém sem romper paradigmas. Foi incluída como mais uma opção de referencial teórico que permitiu outras maneiras de interpretar o dado arqueológico. Nos dias atuais não é raro encontrar textos que combinem diferentes abordagens: mais Processualista para a análise, e mais Pós-Processualista para a interpretação dos resultados. E não é incomum que as investigações tenham também elementos advindos ainda do Histórico-Culturalismo. Tudo vai depender das propostas do pesquisador e de seu objeto de estudo. O referencial teórico não é mais uma imposição, pelo contrário, é uma escolha consciente do pesquisador.

Mas a premissa aqui é observar como tem sido assimilado o ambiente desde então. Partindo de uma sumária retrospectiva, a arqueologia sempre salientou a importância do ambiente, aliás, interpretando-o como um elemento essencial à sobrevivência, do qual o homem era totalmente dependente. Todavia, ao chegar ao final do século XX, as revisões teóricas, o avanço da tecnologia e as relações interdisciplinares levaram os arqueólogos a compreender que a relação indivíduo-ambiente é mais profunda, sinuosa e complexa.

Mas qual compreensão seria? De que a paisagem é uma construção humana carregada de significações.

Aliás, para Costa e Gastal (2010), esse entendimento

> [...] marca uma transição do enfoque sobre os aspectos objetivos (a esfera física), para os aspectos subjetivos da paisagem (o modo de ver e a relação sujeito/objeto). Sob esta nova perspectiva, a paisagem passa a ser encarada predominantemente como uma construção mental da percepção do território analisado, que ultrapassa a dimensão visível, os remanescentes físicos da atividade humana sobre o solo. A paisagem é introjetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre as atitudes e a percepção sobre o meio (COSTA; GASTAL, 2010, p. 4).

Portanto, ao arqueólogo cabe a construção do relato a respeito daquela porção do espaço que é apreendida com o "olhar" (LOPES, 2012), ou aquele conjunto de formas naturais. Contudo, existem outras duas dimensões que precisam ser consideradas pelo arqueólogo quando ele aborda o tema do ambiente que são, além da análise física já ressaltada, a dimensão social (que leva em consideração as práticas de modificação do meio) e a dimensão simbólica (que leva em consideração que a paisagem é algo pensado) (CRIADO-BOADO, 1999).

O que estou considerando aqui é que houve uma importante mudança na epistemologia do conceito de ambiente, que a partir dos anos 2000, deixou de ser interpretado somente como lugar de sobrevivência para ser também lugar de vivência. Ocorre que os indivíduos interagem com o ambiente e, ao fazerem isso, o tomam como parte de uma experiência humana.

Isso possibilitou ao pesquisador ampliar a discussão sobre o ambiente que agora pode ser percebido como uma paisagem, aliás, como uma paisagem construída ou ainda, um produto cultural, resultado da ação humana sobre o meio ambiente (SCHIER, 2003). E observada dessa forma, é possível apreender o conceito de paisagem desde uma abordagem natural até uma abordagem cultural (PREUCEL; HODDER *apud* CORTELETTI, 2012).

Sendo assim, compreendo que as paisagens que são também culturais, constituem-se da interação entre o homem e a natureza. E ressaltando Carl Ortwin Sauer (*apud* COSTA; GASTAL, 2010, p. 4), corroboro com o autor quando ele afirma que a "paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. Nessa equação, 'a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado'" .

Completando a ideia, trago essa passagem de Tilley que define bem o que seria uma paisagem dita cultural:

> Uma paisagem é uma série de locais nomeados, um conjunto de lugares relacionais ligados por caminhos, movimentos e narrativas. É uma topografia 'natural' ligada em perspectiva ao Ser existencial do corpo no espaço social. É um código cultural de vida, um 'texto' anônimo a ser lido e interpretado, um bloco de anotações para a inscrição, um escape da e para a práxis humana, um modo de morar e um modo de vivenciar (TILLEY, 1994, p. 34, tradução minha)[29].

O que ocorreu com a arqueologia a partir disso é que ela compreendeu que ao tratar de populações humanas, que se estabeleceram em determinados espaços geográficos, elas acabaram por constituir diferentes lugares de vivências, que ainda, por meio da apreensão e significação de paisagens variadas deram um sentido próprio, convertendo esses espaços em lugares com significados. Por fim, que a reunião simbólica desses diversos lugares que podem, até certo ponto, serem "medidos" por meio da materialização da cultura material remanescente, se constitui em um território, interpretado por reunir características diversas, porém complementares, quando observadas de maneira macro. Todavia, quando observado de modo mais particular, é possível se dar por conta que o território pode não se constituir como único, mas formar múltiplos outros territórios, que tomados por suas próprias especificidades podem dizer sobre diferentes territorialidades.

Ainda, ao conceito de ambiente, apreendido como paisagem cultural foi também incorporado o fator tempo. Desse modo, a paisagem cultural não pode apenas envolver os elementos morfológicos e naturais, cujos resultados advém de interações e modificações que lhe são próprias, mas também é necessário adicionar as intervenções e articulações provocadas pela ação humana (CATROGIOVANNI, 2002 *apud* COSTA; GASTAL, 2010). Isso porque a paisagem cultural se compõe também por "elementos históricos e culturais que sinalizam o processo organizacional dos diversos grupos sociais, construídos ao longo do tempo" (COSTA; GASTAL, 2010, p. 2).

Ou seja, ao arqueólogo cabe observar a temporalidade da paisagem. Compreender que a paisagem atual é apenas o resultado de um palimpsesto de eventos constituídos através de uma longuíssima linha do tempo (COPÉ, 2015). Na verdade, um resultado ainda inacabado de uma construção que alcança milhares de anos e não diz respeito a uma única população humana, mas sucessivas.

---

[29] A landscape is a series of named lacales, a set of relational places, linked by paths, moviments and narratives. It is a 'natural' topography perspectivally linked to the existencial Being of the body in societal space. It is a cultural code for living, na anonymous 'test' to be read and interpreted, a writing pad for inscription, a scape of and for human práxis, a mode of dwelling and a mode of experirncing.

E se a paisagem é construção, estudos interdisciplinares como, por exemplo, aqueles que envolvem a arqueobotânica (com análises de fitólitos e grãos de amido), antracologia e os estudos em palinologia, são novas formas de pesquisas que vieram ao encontro da arqueologia, abrindo mais uma janela para a investigação sobre o passado humano e sua relação com a natureza.

Entre as possibilidades estão a chance de saber mais sobre a economia de subsistência dos grupos pretéritos, especialmente o componente vegetal de sua dieta (CORTELETTI, 2016, p. 164). Além disso, cogitar novas hipóteses como as que sugerem considerar que a produção de alimentos possa ter desempenhado papel maior na economia dos grupos humanos do que anteriormente havia sido considerado, consequentemente, tal aspecto poderia refletir diretamente numa maior permanência nos assentamentos (CORTELETTI, 2016, p. 164).

De outra forma, a antracologia vem galgando seu espaço com objetivo de compreender o comportamento humano no que concerne à produção, dinâmica e uso de fogueiras, tanto àquelas encontradas nos espaços domésticos quanto nos rituais (AZEVEDO, 2013, 2014 e outros). Também a palinologia tem contribuído no sentido de permitir acessar os ambientes do passado em busca de explicações sobre as variações que estão ocorrendo no ambiente no tempo presente (SECCHI, 2017). Uma delas é poder demonstrar a capacidade humana de manipular o ambiente, manejando-o em prol de si, e desconstruindo a hipótese de que essa seja apenas uma perícia humana moderna.

Finalmente, as pesquisas mais recentes na arqueologia falam de paisagens manipuladas: florestas expandidas ou construídas por mão humana, espécies geneticamente modificadas por meio de experimentos e também transportadas/movidas de seus lugares de origem. Tudo isso leva a romper com aquela concepção de dependência única e exclusiva do homem ao ambiente e este ainda como único operador de mudanças na vida humana, para uma concepção de dependência mútua e positiva, onde os dois lados são codependentes, porém também são parceiros, pois cooperam conjuntamente em benefício de ambos.

8.5 Cultura Material. Caracterizações no Histórico-Culturalismo

Observando o período em que as perspectivas teóricas e metodológicas estavam mais associadas ao Histórico-Culturalismo, nas décadas de 1960 e 1970, pode-se salientar que a apreensão e descrição da cultura material envolviam duas estratégias: uma primeira, que é bem particular e está relacionada à forma como os pesquisadores do PRONAPA expunham a cultura material e uma segunda, que inegavelmente sofreu influência do programa e está atrelada ao

estilo como os institutos e centros de pesquisa moldaram seus artigos que acabou transformando-se numa espécie de modelo, que os arqueólogos acabaram seguindo até adentrar a década de 1990.

Partindo dos relatórios do **PRONAPA**, nas décadas de **1960** e **1970**, toda a parte do documento dedicado a falar sobre a cultura material está dessa forma exposto: dentro de uma ou várias regiões do Estado e a partir de um determinado cronograma de atividades, foi realizada uma campanha de investigação que resultou em uma expressiva quantidade de sítios visitados e cultura material coletadas. Também fica claro que o objetivo do trabalho está em ilustrar o resultado das análises e não descrever como se deu o processo que levou ao resultado.

É importante mostrar a quantidade de sítios encontrados, os tipos de sítios identificados e, logicamente, as fases estabelecidas. Não é redundante afirmar que o principal item do documento é a classificação das fases, que é definida sobre um conjunto cerâmico. Todavia, tal conjunto é descrito de maneira absolutamente genérica. Da mesma forma são caracterizados os sítios ou o material lítico que faz parte do complexo.

Dos quatro relatórios selecionados (1967, 1969, 1971 e 1974), em três deles as informações estão excessivamente condensadas, isto é: sequer há a mínima indicação de quantidade de material - cerâmica e lítica - analisada ou sobre quantas peças cerâmicas a fase foi estabelecida; qual o total de sítio investigado; quais e quantos são os tipos de sítios e de quais sítios provieram os materiais que determinaram as fases. Apenas no relatório de 1971 as informações estão melhor apresentadas, sendo atribuídas minimamente informações a respeito de quantidades à cultura material. Nos relatórios citados também não há qualquer informação a respeito das técnicas de escavação, na verdade, isso parece não ser relevante para apresentar nos resumos, uma vez que a metodologia de campo empregada já fora estabelecida previamente pelo programa. Assim, entende-se que para a publicação interessava divulgar o resultado dos trabalhos; uma espécie de prestação de contas.

Quanto às publicações dos demais arqueólogos que atuaram de maneira independente, todavia vinculados a **institutos e centros de pesquisa** de universidades entre as décadas de **1960** e **1970,** se destaca a maneira como era descrita a cultura material, que era o principal tópico dos artigos. A cerâmica, logicamente, tem maior destaque, pois era o objeto primordial de análise e a ela são consideradas informações pormenorizadas a respeito de todos os seus atributos como: pasta (manufatura, antiplástico, textura, núcleo, queima dureza); superfície (interna, externa, tipos de decoração) e formas dos vasilhames. Não por acaso, nesse período foi lançada a publicação *Como Interpretar a Linguagem da Cerâmica,* de 1970, que propunha os procedimentos para o exame das amostras, e o manual de Ford subsidiava e auxiliava na

elaboração de cronologias relativas através da comparação de sequências seriadas. Os dois itens formavam os principais instrumentos práticos da arqueologia Sul-Americana (DIAS, 1994; SANTOS, 2012).

O lítico também está bastante bem representado e são analisados minuciosamente atributos como: dimensões, matéria-prima, tipologia, tecnologia de produção, funcionalidade e forma. Quando há outros artefatos arqueológicos, sejam eles estruturais (como as estruturas subterrâneas, montículos, aterros, fogueiras, grutas etc.) ou de outra natureza (como restos de material orgânico), seguem o mesmo rigor de detalhamento. Mas fica a dúvida se eram considerados cultura material, artefato cultural, pois o termo nunca foi explicitado nos textos selecionados.

Quando avançamos para a segunda década de 1970, para além das caracterizações dos elementos como a cerâmica e o lítico, chama a atenção a apresentação dos métodos e técnicas de escavação e a descrição minuciosa da estratigrafia que passaram a ser incluídas. E até para uma época em que se desconhecia o sistema de posicionamento global (ou Global Positioning System – GPS), é notável a maneira como se indicava a localização dos sítios; em vários dos casos, as informações continuam úteis para se alcançar o(s) lugar(es). São várias laudas dedicadas a caracterizar os sítios, a escavação, mas, principalmente, a cultura material recolhida.

No entanto, e apesar de ter existido todo esse cuidado, de forma geral, observei que informações consideradas básicas foram suprimidas. Presumo que tanto nos relatórios do PRONAPA quanto nas publicações dos centros de pesquisa, esses arqueólogos julgassem não ter qualquer necessidade deste detalhamento para a publicação, simplesmente, porque a informação não iria interferir no resultado do estudo, pois interessava, fundamentalmente, dar conta dos artefatos.

E por supressões ou omissões a que me refiro saliento, por exemplo, a falta de nominação dos municípios, que raramente aparecem, sendo substituídos pela indicação de uma região geográfica (nordeste, norte, etc.) ou de um ou mais vales abrangidos (Vale do Rio Maquiné, Vale do Rio Pardo, etc.); há também os nomes dos sítios ou mesmo a quantidade de sítios por município que não aparecem listados; que tipo de classificação é atribuída aos sítios (pré-cerâmico, cerâmico, de contato, ou a qual cultura arqueológica pertence). Fato é que não há qualquer tabela com essas indicações no corpo do texto ou nos anexos.

Como forma de ilustração, abaixo indico dois exemplos, o primeiro retirado de Miller (1971):

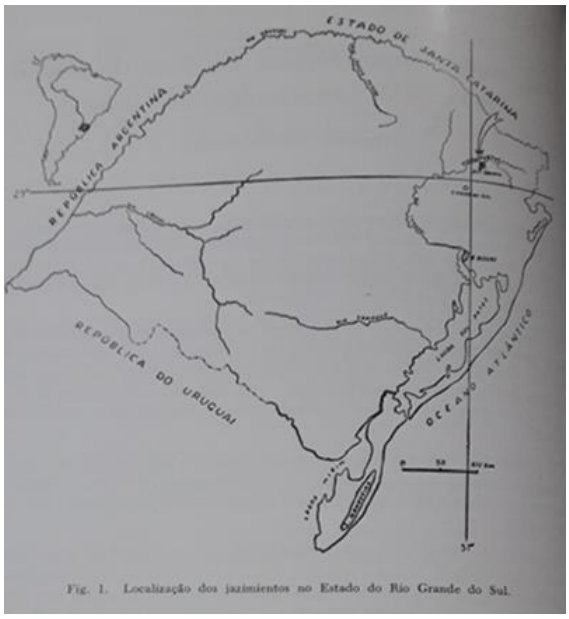
> A área pesquisada em 1969-1970 abrange parte do nordeste do Estado, compreendendo uma faixa ao longo do extremo sudeste da Serra Geral [...] (p.11).
>
> Os últimos contrafortes e esporões ramificados e fortemente escarpados da Serra Geral, funcionam como divisores das redes hidrográficas dos rios Mampituba, Três Forquilhas, Maquiné e dos Sinos (Itapuí) que a princípio estão fortemente encaixados, apresentando nas nascentes dos rios Rolante e Maquiné o aspecto de canhões e "grotões" (p. 11).
>
> As pesquisas de 1969-70 foram estendidas a 50 sítios em abrigos-sob-rocha, todos com evidências arqueológicas; destes, em 6 foram efetuados cortes-experimentais no 1.° ano do PRONAPA (1965-66) e 6 haviam sido testados em épocas anteriores. A ampliação das escavações nestes 12 sítios e nos demais, quando habitação, permitiu uma sequência cronológica relativa de várias fases culturais e um inter-relacionamento de duas fases pré-cerâmicas (p.13).
>
> Pelas características do refugo, evidências e artefatos associados, foram reconhecidas 5 fases culturais arqueológicas, sendo 3 pré-cerâmicas e 2 cerâmicas (p. 13).

O segundo, retirado de Mentz Ribeiro e Silveira (1979):

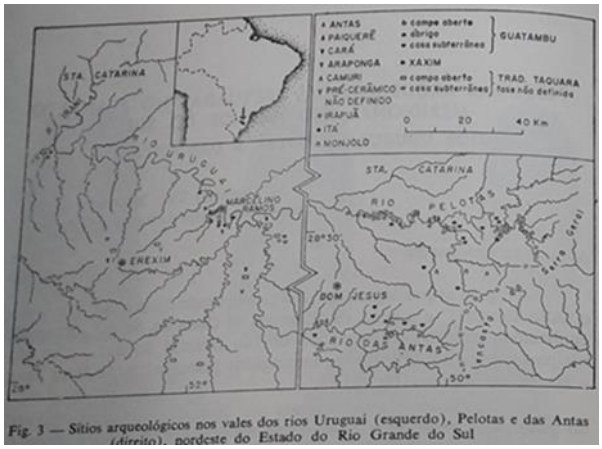
> As coordenadas onde se desenvolveram as pesquisas estão entre os 52° 45' de longitude oeste de Greenwich e dos 29° 15' de latitude sul (p.3).
>
> Posteriormente, o próximo projeto de pesquisa [...] foi para o vale do rio Pardo, especificamente sua margem esquerda. Os trabalhos desenvolveram-se durante os anos de 1977 e 1978. Além das coletas superficiais, sistemáticas, algumas realizadas antes do início do projeto propriamente dito, processaram-se cortes em 8 sítios (p.5).
>
> Os sítios arqueológicos da fase Erveiras estão, em sua quase totalidade, no planalto [...], 2 pertencendo à bacia do rio taquari e os restantes à do Pardo (p. 9).

O que temos e, ao que parece, por compensação à falta de uma tabela, é um mapa genérico que traz a estampa do Estado ou da região de estudo que, por sua vez, prioriza, não as divisões políticas, mas as divisões hidrográficas. Os sítios são representados por símbolos, e em uma legenda junto ao mapa, há a indicação de que os citados símbolos representam as fases arqueológicas e não os sítios. Aliás, nestes mapas não é possível afirmar que estão representados todos os sítios, especialmente se levar em conta a diagramação, notadamente, são consideravelmente pequenos.

Figura 41 - Exemplos de mapa de localização de sítio.



Fonte: Chmyz (1961/963, p. 36).



Fonte: Miller (1971, p. 38).

Mesmo que se avance no tempo e se observe como os artigos da década de **1980** tratam a cultura material, continua a se verificar uma dissonância. Nota-se que mesmo naqueles documentos em que aparece, pelo menos, os municípios atingidos pelos projetos, as descrições sobre os sítios continuam abrangentes, de forma que sem acesso ao relatório de campo (incluindo-se aí, o diário e as fichas de cadastro de sítio), fica impraticável compreender a distribuição espacial das estruturas. Como forma de ilustração do que cito, trago como exemplo a publicação de Mentz Ribeiro e Torrano (1985):

> Os sítios arqueológicos do município de Esmeralda são de vários tipos, a saber: sítios de campo aberto (27) [...]; casas subterrâneas (39 conjuntos totalizando 135 casas); 3 locais com estruturas; 3 galerias subterrâneas; 3 cavernas e 2 abrigos sob rocha (p.59).
>
> Os sítios de campo aberto estão situados, em geral, em locais planos, altos ou encostas suaves voltadas para o norte (p. 60).
>
> As casas subterrâneas, em suas 39 concentrações, registraram estes números: com uma casa, 17; com duas, 4, com três, 10 [...] (p. 60).

E não são somente os sítios e a composição das estruturas que são tratados em conjunto, conforme pode-se notar pelo texto acima, os artefatos idem. Como verificado na maioria das publicações das três décadas (1960, 1970 e 1980), os artefatos cerâmico e lítico possuem como metodologia de trabalho, serem agrupados por “amostras”.

Por exemplo, Miller (1971, p. 44) afirma que o acervo da fase Guatambu dispõe de "cacos cerâmicos (11630) e peças líticas lascadas (1803)". Em seguida oferece uma descrição sobre as características gerais da amostra relacionando os atributos anteriormente mencionados: pasta, superfície e formas para a cerâmica; e para o lítico apenas uma breve relação de tipos (peças) recorrentes, porém qualquer outra informação é desconhecida. Seria preciso consultar os documentos originais (diários e relatórios) para obter detalhes da coleção.

Mentz Ribeiro e Torrano (1985, p. 62 e p. 67) procedem de forma semelhante, reunindo um acervo e o descrevendo de forma conjunta: "foram estudados 2470 fragmentos de cerâmica, todos da Tradição Taquara, sendo 244 bordas, 46 bases e os restantes bojos. As amostras variam de 1 a 336 fragmentos". Quanto ao lítico, informam que "foram estudadas 1302 peças". Existem algumas poucas exceções que, por exemplo, quando ocorre uma escavação que resulta em uma quantidade menor de material, aí sim, o resultado pode aparecer discriminado por camadas. Também se observou que nas publicações de Mentz Ribeiro, conforme a passagem dos anos, segue em anexo tabelas de análises, sendo possível ter uma noção melhor das características da coleção. Mas não é de pronto que o leitor pode ter uma percepção mais acurada da espacialidade dos objetos, é preciso examiná-las e verificar se ao desagrupar as informações, é possível alcançar o objetivo.

Aliás, sobre Mentz Ribeiro, pode-se dizer que ele foi fiel à sua maneira de compreender e descrever a cultura material até por volta dos anos 2000 (MENTZ RIBEIRO, 1999/2000), quando encerrou sua participação com a tradição Taquara. Dentro desse período, as estruturas que formam os sítios arqueológicos nunca foram percebidas como artefatos arqueológicos, pelo menos não no mesmo nível dos materiais líticos e cerâmicos que recebiam extrema atenção, sobretudo no que tange a descrição dos objetos e justamente porque lhe era cara a análise da seriação para a cerâmica. No caso, as estruturas (algumas escolhidas) até eram descritas e escavadas e atribuídas ao conjunto que definia a fase, porém nunca receberam maior atenção.

Por fim, há de se destacar dentro desse quadro de como a cultura material foi apreendida e descrita, que no final da década de 1980, La Salvia (1987) lançou um artigo original sobre o fenômeno das habitações subterrâneas que ocorrem no planalto. O pesquisador, com essa publicação, destoa das análises e correlações feitas até o momento ao não tomar qualquer outro componente que aparece nos sítios, mas reúne todas as informações acerca das características das habitações com objetivo de definir o que é uma habitação subterrânea e semissubterrânea. O autor considera que essas descrições que apresenta e as hipóteses que levanta são importantes para estabelecer a finalidade da construção, a partir dos tipos distintos de habitações que pode

haver nos sítios. Ao fazer isso, também entende que se pode observar a distribuição das estruturas dentro do espaço do sítio.

8.6 Cultura Material. Caracterizações no Processualismo

Como já mencionado em outros momentos, perto do final da década de 1980, ecoaram alguns sinais de mudanças da corrente teórica predominante, e o representante dessa época é Kern, et. al. que em 1989 divulgaram o resultado de suas investigações para o planalto gaúcho. O texto difere do estilo habitual de apresentar os resultados. Primeiro, está o fato de que o estudo está dividido em duas publicações, uma voltada a descrever os trabalhos de campo e outra sobre o diagnóstico dos artefatos recolhidos. Na parte do campo os autores dispensam cuidado fazendo descrições detalhadas da paisagem circundante e das estruturas encontradas. Lhes interessa observar como estão inseridos os sítios dentro da paisagem.

Também aparece mais bem definida a área de pesquisa. São minuciosos em descrever como os sítios se inserem na paisagem do planalto, e são nominados e classificados os sítios; indicam a localidade onde eles foram identificados, mostram quais e quantas estruturas possui cada sítio. Os autores não oferecem uma tabela com essas indicações, mas ao desmembrar o texto é possível ter uma noção de espacialidade dos sítios. As várias figuras inseridas no texto como croquis de sítios e mapas de situação, permitem ao leitor ter uma noção mais realista do trabalho que está sendo apresentado.

Quanto aos artefatos líticos e cerâmicos, descrevem todo o procedimento dispensado de curadoria, classificação e análise, algo que não era costume mostrar. Já para a apresentação dos resultados, em relação ao lítico, os agrupa em categorias de uso como: peças preparatórias de instrumentos, artefatos lascados intencionalmente, entre outras separações que o pesquisador elenca. Ainda colocam que foram realizadas contagens das peças classificadas com objetivo de estabelecer quadros estatísticos por sítio e por níveis de ocupação. Quanto à cerâmica, que dizem compor uma pequena amostra, preferem não fazer grandes analogias. Mesmo assim, das poucas colocações, aqui percebo alguma consonância com os textos dos demais pesquisadores, que parecem discretamente acompanharem. De resto, relatam sobre os procedimentos tomados; informam que não realizou seriação e que a análise ainda está incompleta. Entrementes, o artigo pode ser tomado como uma exceção à época no modo de apreender tanto o ambiente, como a expor a cultura material: estruturas e artefatos.

Em referência aos demais arqueólogos, o que dizer da maneira como expunham a cultura material? Tomando como referência os pesquisadores que publicaram mais para o final

da década de 1980, houve aqueles autores que permaneceram ligados aos “velhos hábitos”, como também houve aqueles que foram mudando sua metodologia paulatinamente.

À exemplo deste último caso, no trabalho de Schmitz et al., (1988), pode-se notar que, ao menos metodologicamente, a forma de apresentação da cultura material foi alterada. No artigo estão indicadas as áreas percorridas dentro de cada município que engloba grande região de interesse. Também informam os sítios cadastrados e ainda se faz uma breve descrição geral desses, dedicam-se ainda a descrever detalhadamente aqueles sítios que foram prospectados.

Como forma de sintetizar e elucidar a informação apresenta três tabelas com detalhes sobre cada um dos sítios visitados. São dados referentes à sigla e o nome do sítio, localização, quantidade e dimensões das estruturas por sítio, o tipo de cobertura vegetal, proximidade da água, etc. Ao dar exemplo de uma atividade de escavação, é proporcionado um relato minucioso das estruturas e dos perfis estratigráficos, objetivando poder reconstituir a história da construção da estrutura. São proporcionados para cada estrutura, figuras de croquis de escavação e estratigrafia. Posteriormente, são mostrados os resultados das análises dos artefatos, mas nesse caso, os materiais (cerâmico e lítico) continuam a serem tomados por amostragem, o que dificulta poder ter uma noção espacial dos objetos, mesmo que haja tabelas com a discriminação dos tipos de instrumentos (líticos) ou tipos decorativos (cerâmica), as quantidades são mostradas por sítio apenas.

Todavia, para poder falar de mudanças efetivamente, incluindo epistemologias, é preciso cruzar o período até fins do milênio. Na passagem de 1999 para 2000 que se pode falar em uma “virada de chave”, pois houve uma alteração na forma estrutural dos documentos e na maneira pensar, conceber e apresentar a cultura material. Três textos são bastante representativos: Copé (1999); Reis (2002) e Silva (2001) - de quem falarei mais adiante. De toda a forma, nos três casos, os autores questionam a maneira como vinha sendo tratada a cultura material, basicamente limitando-se a atribuir a cerâmica toda a representatividade da cultura. O questionamento dos arqueólogos agora recai sobre os demais aspectos que representam a cultura, como todos os demais objetos: inclui-se aí tanto as estruturas e demais atributos como, e até mesmo, os grafismos.

A exemplo de Copé (1999), a autora comenta que parte de seu projeto inclui reanalisar as cerâmicas das antigas coleções que estão associadas à área da pesquisa. Entre os objetivos do estudo, inclui-se observar a matéria prima, além disso, interessa os processos de aquisição, preparação, confecção, discutir a função, o uso, reciclagem e descarte do objeto. Quanto às novidades: utilizar-se da literatura para inferir sobre processos cognitivos e da arqueologia experimental para inferir sobre o processo prático da confecção do artefato. Aproveitando-se

das ferramentas tecnológicas submeter os objetos a testes físicos e químicos. Tudo isso, objetivando levantar novas questões e interpretações. Já quanto às estruturas que formam os sítios, seria submetê-las a escavações integrais, escavar os espaços entre as estruturas e adjacências a procura de vestígios, e ainda observar como estão estruturados os espaços, como se formaram os sítios, qual as relações entre as estruturas.

Enquanto isso, Reis (2002), ao propor sua teoria do padrão de assentamento, afirmava que trabalhar com assentamentos encaminha para o estudo das associações espaciais entre os artefatos e as marcas do homem, encontradas nos sítios arqueológicos. É a época dos contextos. Não cabia mais focar na materialidade e apenas em um aspecto. Da mesma forma, deveria-se olhar para além dos buracos, ou seja, focar também no entorno e as relações com outras evidências. Com Reis amplia-se o conceito de cultura material para além dos objetos líticos e cerâmicos.

Mesmo que os textos acima relacionados tragam uma visão mais reflexiva, ainda gostaria de focar no conteúdo descritivo dos artigos, pois notei que a partir da virada para os anos 2000, essa mudança ficou mais evidente. De maneira geral os textos trazem um rigor quanto às caracterizações, mas são até menos maçantes que o período anterior. Os sítios arqueológicos, por exemplo, não são mais tomados por amostragem, são descritos os aspectos gerais: localização por GPS, tipos e quantidade de estruturas, dimensões, descrições sobre sua implantação na paisagem (altitude, vegetação, etc.), ainda, para cada sítio escavado se fornece um relato da sequência da escavação. Também começam os relatos de escavações em áreas contíguas. Os artefatos recuperados também são descritos, porém, ouso afirmar que com menos protagonismo, justamente porque foram inseridos para dentro do contexto do sítio.

Aliás, essa é a grande diferença entre uma época e outra. Não basta conhecer os artefatos, digo, cerâmica, para poder entender a cultura. Importam todos os aspectos e como tais, não podem ser tomados em separado do seu contexto.

Foi a partir dessa compreensão que também ampliou-se o conceito de cultura material, incluindo, para tanto, uma visão mais holística, mais plural da cultura. Compreender que as estruturas, como as habitações subterrâneas e semissubterrâneas, montículos, aterros, fogueiras, entre outros elementos, como os artefatos líticos, cerâmico ou de outra natureza, uma vez reunidos são o testemunho material de um agrupamento humano e que todos os aspectos são representativos em termos de identificação cultural.

Assim, trago aqui o terceiro exemplo que é o mais destoante e audacioso. O texto de Silva (2001) propõe uma conexão entre o registro arqueológico, registro etnográfico, etno-histórico e linguístico a partir de uma abordagem teórica cognitiva que considera a dimensão

simbólica das representações visuais, isto é, os grafismos. Este tipo de estudo jamais foi cogitado dentro da arqueologia da tradição Taquara. Até então, abordar dimensões simbólicas, comportamentais, etc., e ao mesmo tempo retomar as questões da analogia etnográfica era, evidentemente, inadequado e não científico.

Hilbert (2020, p. 2), resume o tom expondo a visão de Binford de como a arqueologia tradicional teorizava e praticava a arqueologia e, principalmente, como se deveria pensar e tratar a cultura material,

> na Arqueologia tradicional, até o final da década de 1980, profissionais, como, por exemplo, Lewis Binford (1989, p. 3) ainda afirmavam, categoricamente, que: "Não estudamos comportamento humano [...] não estudamos códigos simbólicos, não estudamos sistemas sociais, não estudamos culturas antigas, não estudamos antigos assentamentos, nem estudamos o passado. Estudamos artefatos" (BINFORD, 1989, p. 3, [tradução do autor]).

Tomando o estudo de Silva, o pesquisador contradiz todas as afirmações de Binford. Como coloca Hilbert (2020), ao perceber a "cultura material como algo estático e distante da vontade do arqueólogo de interferir com coisas e substâncias" (p.2), são desconsideradas uma "grande variedade de ações e de relações que a cultura material tem sobre a vida das pessoas" (p.2). Exatamente é o que Silva não faz, pois está interessado em perceber as pessoas e a cultura material, mas também, e principalmente, qual a relação que existe entre elas. Nesse sentido, os artefatos são o meio para alcançar essa esfera que ele propõe com sua análise: "o registro arqueológico deixado por estes grupos populacionais foi analisado do ponto de vista de sua dimensão simbólica, principalmente quando podia ser identificado como parte de um sistema de representações visuais (grafismos)" (SILVA, 2001, p. 6). Tal abordagem, que ele identificou como teórica cognitiva, interessa-se pelas significações, uma vez que elas possuem códigos que falam "sobre a vida em sociedade sobre os domínios da natureza, da sobrenatureza, e sobre a morte" (SILVA, 2001, p. 6).

8.7 Cultura Material. Caracterizações no Pós-Processualismo

Avalio que a tese de Silva (2001), sirva como um exemplo bem ilustrativo de como se deu essa transição entre teorias, ou virada epistemológica da arqueologia. Foi a partir do milênio que a arqueologia gaúcha entendeu que deveria compreender a cultura material da tradição Taquara de maneira ontológica. Neste momento descortinou-se um amplo leque de possibilidades de investigações, inclusive, o termo tradição arqueológica ceramista Taquara,

que já era arbitrário desde sua concepção, ficou impraticável, pois não atende as especificidades que emanam da própria cultura.

Desde o início do século XXI é inegável que o foco se deslocou dos artefatos cerâmico e lítico, para as estruturas dos sítios. Entender a formação, composição, função e, principalmente, como se distribuem no espaço, são parte do escopo do projeto. Claro, não esquecendo dos artefatos. Porém, não basta estudar os objetos apenas pela sua importância em si. É imperativo que se tenha real conhecimento sobre a localização de todos os remanescentes, justamente porque a sua posição diz muito sobre como as pessoas se organizavam em termos espaciais, concebiam diferentes locais de atividades, tanto interno (dentro das estruturas) quanto externo (ao redor das estruturas). Em termos de ações humanas (pensando em criação, consumo, descarte), essas áreas nos levam a refletir como se desenrolava cotidianamente a vida em um sítio arqueológico.

Para chegar a esse tipo de entendimento, é preciso que a pesquisa arqueológica inicie utilizando-se de uma abordagem mais processual, me refiro quanto ao método, ou a forma de apreender o objeto, ou objetos, porque esse momento demanda não somente uma maior carga de descrição, mas também o desenvolvimento de análises comparativas e de estatísticas, formulação de quadros, tabelas e gráficos que auxiliam a testar e explicar as hipóteses de trabalho aventadas pela pesquisa, bem como formular novos problemas para futuras investigações.

Porém, está no campo das interpretações, utilizando-se de enfoques mais contextuais, onde a arqueologia tem mais se desenvolvido. Com a abertura do diálogo multidisciplinar e a incorporação de novos dados ao seu campo de atuação, o arqueólogo tem compreendido que seu papel é falar essencialmente sobre pessoas, a diferença está na fórmula que ele utiliza para isso é a cultura material.

Mas essa não é uma colocação redundante, uma vez que essa não é a definição do que é arqueologia? Sim, é redundante, porém, onde pretendo chegar com essa afirmação é a de que a cultura material encerra tantos significados que apenas a análise pura e simples dos artefatos. Por décadas os arqueólogos se abstiveram de fornecer qualquer interpretação que não estivesse circunstanciada ao que consideravam ser "puramente científico", que interpretações mais subjetivas, baseadas mais para o campo das abstrações, cujas reflexões levassem o pesquisador a se aventurar em temas relacionado ao contexto do imaginário, da simbologia, do sagrado ou ideológico, eram acientífica, que transcenderia a ordem racional das coisas.

Então o que ocorre agora? Ora, se a vida humana é condicionada por vontades e desejos e por atribuir significado a tudo que a rodeia. O mesmo não acontecia no passado? É nesse

ponto que quero chegar. A vida é cheia de significados, as coisas não existem por elas mesmas, mas porque tem um sentido de ser. Logo, a cultura material é constituída de significados (HODDER, 1992). Não existe a passividade do objeto como apregoavam os arqueólogos tradicionais, pelo contrário, os artefatos têm funções ativas, na medida em que estes representam e agem ativamente na sociedade (HODDER, 1986), como durante o processo de modificação da matéria natural em produto cultural. São significações que surgem no desencadeamento das relações entre os sujeitos e os objetos. São ideias, conceitos, crenças e significados interpostos entre as pessoas e as coisas, estruturados em relação a processos sociais (HODDER, 1986, 1992).

Como forma de finalizar, somente gostaria de ressaltar uma outra perspectiva Pós-processualista, que é a de romper com a leitura equivocada de que o pesquisador arqueólogo deve manter uma postura neutra ao produzir conhecimento. Ora, todos temos posicionamentos políticos e ideologias, conceitos, pré-conceitos e também preconceitos. De toda a forma, ao proceder com a leitura e exame das obras selecionadas, uma coisa que concluí foi pela não neutralidade dos discursos, pois todos os autores foram sujeitos ativos, mesmo quando não quisessem ser.

Todos foram tradutores, inclusive eu fui uma tradutora. Enquanto arqueólogas(os)(es) nós somos interlocutores de um passado do qual somente é possível fornecer uma visão subjetiva dos acontecimentos. Aliás, nossa tarefa é tentar "uma aproximação interpretativa para compreender o passado de outros. Por conseguinte, esta prática não pode ser, nem nunca será, um relato final e definitivo sobre o passado, mas antes um processo em andamento e sempre aberto a novas leituras" (ROSA, 2007, p. 17).

CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÕES

Considero que depois de uma longa jornada está na hora de encerrar, mas como acrescentar um ponto final em uma história que não terminou? Logicamente que eu gostaria de prosseguir, mas não há mais possibilidade. Ao buscar tratar como foi construída a história da arqueologia da tradição ceramista Taquara no Rio Grande do Sul, encontrei motivos para seguir variados caminhos e pensar em um próximo e outros tantos capítulos. Ainda resta falar sobre uma porção de assuntos. Aqui faltou tempo.

Para o momento, eu escolhi abrir o velho baú ou a gaveta enferrujada do gabinete e tirar velhos papéis amarelados, rabiscados e começar a organizá-los. Essa foi a principal tarefa.

Porém, para aquele que me pergunte se outros arqueólogos já não fizeram isso? Sim, já fizeram. Então, qual a necessidade de rever tudo de novo? Ora, pesquisa não se faz revendo, testando e refolhando documentos, lendo as linhas e entrelinhas para ver se encontra algo novo? Meu foco principal foi o de revisar esses antigos e os mais recentes documentos e tentar organizá-los, mostrando de que maneira foi construída a história arqueológica da tradição Taquara para o Estado do Rio Grande do Sul.

Somam-se aí 101 obras que selecionei que representaram 60 anos de investigação. O conjunto de documentos me levaram a considerar que o espectro de entendimento que alcançamos na atualidade sobre a referida tradição - e de outras populações -, não surgiu de forma repentina, pelo contrário, foi fruto de um longo e árduo trabalho de diversos pesquisadores que dedicaram muitas horas de suas vidas para escavar, pensar, organizar, escrever e dar sentido a milhares de artefatos que estavam recobertos por metros e metros de terra. Da mesma forma, tiveram de andar por longas trilhas, tropeçar, cair, escorregar e esgueirar-se para dentro de estruturas, ou sobre elas, tentando entender que tipos de artefatos

eram esse. Porém foi quando o arqueólogo levantou a cabeça do buraco e começou a olhar para o entorno (REIS, 2002), que ele se deu por conta de que existia algo para além dos sítios. Eu diria as paisagens.

Na verdade, elas estiveram sempre ali, mas por conta dos pressupostos teóricos envolvidos nesses longos anos de estudos, a reflexão sobre a relação humana e as paisagens mostrou diversas interpretações: primeiro perpassou a ideia de um cenário, cuja paisagem envolvida era tomada por um ambiente estático e tratado como um repositório de recursos, porém considerado o "coração" da interpretação (SANTOS, 2008) do porquê diferentes ambientes (ou meio-ambientes) resultaram em culturas arqueológicas diversas. Em seguida, porque um tipo de ambiente mais inibidor e hostil poderia desafiar mais uma determinada cultura que outra a desenvolver outras tecnologias para melhorar sua adaptação e sobrevivência. Na mesma linha, existiu um ambiente suficientemente poderoso a ponto de ser o único responsável por provocar mudanças em uma sociedade, ou seja, as mudanças culturais foram consideradas extrassomáticas.

A interpretação, de maneira geral, observava as sociedades pretéritas como sendo pacíficas a tudo que acontecia, e que circunscritas pelo tempo e pelo espaço, foram condicionadas a reproduzir repetidamente sua cultura. Qualquer mudança identificada no seio da sociedade se daria por meio da necessidade de migração, possivelmente desencadeada por algum desajuste ambiental e/ou ainda, provocada por meio do contato cultural.

A mudança na interpretação, no entanto, somente surgiu quando novas teorias inspiraram os arqueólogos a desenvolverem novas hipóteses e problemas de pesquisa, entre elas, considerar que a relação humana com o ambiente não teve nada de pacífico, pelo contrário, foi sistematicamente ativo e persistente se levarmos em conta datações radiocarbônicas, que comprovam que diversos desses lugares foram ocupados continuamente durante um longo espectro de tempo.

Desse modo, as interpretações sobre as intervenções e modificações envolvendo a remoção de solo e terraplanagem no entorno do terreno para a implantação de estruturas de moradias e de rituais, foram vistas como ações deliberadamente bem pensadas; da mesma maneira a força e mão de obra arregimentadas são algo planejado, idem o posicionamento estratégico dessas estruturas que permite acesso programado à itens de subsistência, e privilegiam a segurança e monitoramento de quem entra e sai do espaço ocupado, assim como dos arredores (SALDANHA, 2005, 2008; COPÉ, 2006 e outros; DE SOUZA, 2010 e outros). Refletindo sobre todos esses aspectos, concluiu-se que não existia submissão ao ambiente. A reboque disso, ao se obter alcance a novas e diversas tecnologias, os pesquisadores somaram

outros conhecimentos, como a possibilidade de manipulação do ambiente por populações pretéritas a partir da estimulação de manejo de determinadas espécies (COPÉ, 2006; SECCHI, 2017, ROBINSON et al., 2018; LAUTERJUNG et al., 2018).

Logo, tudo que cercava o sítio arqueológico se tornou reflexo de uma construção e cognição humanas. Paisagens são construídas e tornam o mundo conhecido por quem nele vive, por quem circula pelos seus caminhos e conhece seus lugares (INGOLD, 2000). Elas também reúnem uma série de locais nomeados, lugares relacionados e ligados por caminhos, movimentos e narrativas. Não é apenas uma representação mental e cognitiva, ou enquanto elemento para mera contemplação. Ela diz tanto sobre a sua topografia "natural", quanto uma práxis humana, um modo de morar e um modo de vivenciar (TILLEY, 1994).

Daí que estruturas, artefatos, pessoas e natureza passaram a ser consideradas em conjunto, e a melhor maneira de apreender toda essa forma complexa é por meio da arqueologia da paisagem. Essa perspectiva de estudo mudou a maneira do arqueólogo observar o sítio, pois enquanto conceito de paisagens, pessoas, artefatos e ambiente estão unidas e formam um sistema coeso, aliás, uma complexa articulação que se dá a partir da habitação - e os habitantes - o lugar e seus valores. "É um termo tão complexo e ideologicamente carregado quanto cultura" (SHANKS, 2001, p. 286, tradução minha)[30].

Essa nova possibilidade de interpretação não afetou somente a maneira de como se faz pesquisa, mas também como se deve observar o indígena – o seu passado e presente. Estamos diante de uma virada que reconfigura uma maneira de pensar e que aponta que a ingenuidade sempre esteve em nós pesquisadores, nunca com as populações indígenas. A relação que liga as sociedades tradicionais à terra, ao ambiente e às paisagens data de longo, longuíssimo tempo, e a sua compreensão escapa ao nosso entendimento simplesmente porque não existe divisão entre o ser humano e o ser natural, tudo é natureza.

A arqueologia tem passado por uma reconfiguração e isso perpassa, inclusive rever antigas práticas e pressupostos teóricos, além da própria postura do investigador. Se desvencilhar de vícios de pesquisas e amarras como, por exemplo, o olhar etnocentrista que transparece nos documentos. E não estou me referindo apenas sobre a passividade do indígena frente ao ambiente, cito o olhar colonialista que ainda persiste de enxergar que as populações tradicionais são menos capazes, atrasadas, ingênuas, manipuláveis e eternas vítimas da pressão colonial, que por isso ou sucumbiram à extinção ou sofreram perdas culturais irreparáveis ou foram aculturados, a ponto de os sobreviventes não serem considerados indígenas "puros".

[30] It is a term as complex and ideologically charged as culture.

Ademais, outro nó da pesquisa está na dificuldade de aproximar as sociedades indígenas do passado e do presente (SILVA; NOELLI, 2016). Tentativas de correlações ou de reconstruções culturais datam desde a época da arqueologia amadora, considerada uma prática comum no período, mas foi banida após a profissionalização da arqueologia. Maior influenciador, o PRONAPA, este a substituiu pela hipótese de uma origem autóctone engendrada sob o ponto de vista evolucionista e difusionista (NOELLI, 1999).

Agora nota-se um esforço de uma parte dos arqueólogos em tentar reverter o dano causado por essa ruptura, e tanto a etno-história voltou a ser considerada uma metodologia útil, como temos a perspectiva da etnogênese e tem crescido o enfoque da História Indígena. Por meio desse rol de abordagens, por exemplo, fica manifesto que os povos indígenas simplesmente não sucumbiram com a Conquista, a maioria "reelaborou suas identidades e tradições culturais a partir do contato com os europeus" (SILVA; NOELLI, 2016, p. 6).

Outro grande empenho passa por acabar com a dicotomia entre pré-história e história pós-colonial, em substituição de história de longa duração (SILVA; NOELLI, 2016) ou história do "tempo profundo" ou "história profunda" (BUENO, 2019). Ao adotar essa perspectiva é possível discutir sobre a antiguidade desses povos, porém sob o ponto de vista de uma história indígena, além de ressaltar que essa história não terminou com a Conquista, pelo contrário, permaneceu ativa com suas próprias complexidades e inúmeros processos de continuidade e transformação.

Partindo para as últimas considerações, queria trazer a questão da construção de narrativas, pois é justamente o que eu pretendi com parte desta tese. Não somente eu criei uma narrativa, como busquei observar como outras pessoas construíam as suas. Nesse sentido, e concordando com Bueno (2019), o autor sublinha que a Arqueologia deveria ser interpretada como uma narrativa. Afirmam que esse entendimento parte do pressuposto que desde os primeiros momentos da pesquisa arqueológica, até a efetiva comunicação dos resultados, o que se produz são narrativas, que são criadas a partir da articulação de diferentes sujeitos.

Ao elaborar a minha narrativa, percebi que conforme avançava nas leituras, esse assunto sobre querer construir algo, digo, construir algo com um objetivo que esteja para além do meu desejo individual, tem se tornado particularmente relevante na arqueologia. Os textos atuais exploram que o objetivo do fazer arqueológico seja mais que apenas mostrar ou provar algo buscando o conhecimento no passado, ou apenas o de valorizar um ou outro conhecimento para ressaltar a necessidade de preservação. A pergunta impressa é: por que estamos fazendo isso? Para quem? Qual uso social é possível fazer da arqueologia, e o que a disciplina pode trazer de novo para somar ao debate? Essas são questões absolutamente pertinentes que se colocam na

contemporaneidade. Como compartilhar o conhecimento para além do campo científico, e qual a responsabilidade social disso, são perguntas que lanço a mim mesma.

Em meu auxílio, saliento a colocação de Machado (2013) em um artigo que trata da prática arqueológica colaborativa em comunidades indígenas. Nele a autora ressalta ser este um grande passo para uma nova prática arqueológica, que ciente de sua responsabilidade serve de ferramenta para que populações historicamente silenciadas. Eis aí um bom argumento.

Então deixe-me salientar novamente que o potencial deste discurso que produzi segue no sentido de auxiliar em favor da construção de uma história de formação de território indígena. E que apesar desse trabalho partir de um ponto de vista acadêmico, está no cerne dessa reflexão falar sobre pessoas, que embora já tenham desaparecido, seus sinais persistem como marcas profundas nas paisagens, e seus descendentes permanecem ativos no seio da sociedade contemporânea. Portanto, precisa ser estudado e preservado. Porque são memórias não escritas.

Aliás, se tem algo que se pode afirmar é a de que no Rio Grande do Sul existe mais pré-história que história pós-colonial. Observando por esse aspecto, e ao ressaltar todo o trauma que possa ter representado o episódio da Conquista, com todas as rupturas, desconfigurações e formas de ordenações políticas que incentivaram expropriações e extermínio das populações nativas, seus sobreviventes representam a resistência e a continuação dessa longa história.

Assim chegamos, nós arqueólogos, ao tempo presente com uma responsabilidade social de contribuir com as sociedades indígenas atuais em duplo sentido, quais seriam: de ao 1) evidenciar esse passado rico e profundo, também 2) servir com o respaldo para que as comunidades manifestem seus direitos dentro do cenário político, e reivindiquem o acesso e a preservação de seu próprio passado, ainda tão ameaçado quanto antes e devido à iminente ação de grileiros, desmatamento, empreendimentos de grande impacto e por interesses no subsolo. Por fim, frente a tantas demandas atuais, as sociedades tradicionais também se veem com a necessidade de gerenciar a manutenção e transformação da sua própria cultura, de modo que ao sinalizar uma aproximação com a arqueologia, estão fazendo disseminarem-se as chamadas arqueologias colaborativas. Essa aproximação, como explica Machado (2013) tem a ver o que a antropologia denomina de “aprender a ser índio no mundo contemporâneo”, e isso perpassa por um “processo de autor-reflexão ou auto-re-criação”, um “processo consciente de busca e reflexão de sua própria cultura e reafirmação de sua identidade cultural, através da retomada de saberes e conhecimentos do passado” (MACHADO, 2013, p. 75). Por outro lado, ao se colocarem frente a frente arqueólogos e os verdadeiros donos, a quem pertencem os artefatos que estudamos, abre-se um novo campo de investigação que é contribuir com as questões

pertinentes que partem desses coletivos, a reboque, também provoca um repensar da própria arqueologia, no sentido de rever ou (re)configurar nossas práticas científicas.

Após essas considerações finais e como modo de concluir o texto, gostaria de relembrar alguns momentos da tese que mostraram como, ao longo desses 60 anos de estudos, se processou a influência de diferentes correntes teóricas sobre a construção da narrativa que culminou na construção da história humana denominada de tradição arqueológica Taquara, e mais ainda, como essa alcunha tornou-se arbitrária ao longo dos anos porque passou a não comportar tantas manifestas diferenças.

A narrativa teve início a partir da Parte 1, Capítulos 1, 2, 3 e 4 que pode ser considerado como um grande bloco de apresentação dessa tese. O Capítulo 1, naturalmente expôs os aspectos metodológicos que utilizei para fragmentação e conhecimento do conteúdo dos documentos utilizados; no Capítulo 2 meu objetivo foi o de pontuar o caminho percorrido para a institucionalização da pesquisa científica no Brasil, dando ênfase à arqueologia. Terminei discorrendo sobre a sua versatilidade enquanto campo interdisciplinar.

Aliás, rememorando todo esse estudo de revisão, me pergunto o que seria da arqueologia no Brasil se não fosse a curiosidade do estrangeiro sobre o gentio de traços físicos, comportamentos, modos de vida e economia tão dissonante? Como explicar sua origem que desafiava os escritos da Bíblia? Destarte, desde os primeiros anos do "descobrimento" elaboraram-se inúmeras crônicas que deram conta de ressaltar esse "estranho primitivo" que se permitia ser estudado em seu estado mais "puro". Por trás desses relatos do descobrimento estavam estampadas diversas teorias que questionavam a origem e evolução humana.

Pontuei que foram através dos incentivos da Coroa Portuguesa que incursões com uma abordagem mais científica lançaram expedições identificando sítios arqueológicos. Por conta disso, tivemos o estabelecimento das primeiras instituições de tipo técnico-científicas e a posterior criação dos primeiros museus com ênfase em modelos teóricos como o evolucionismo, positivismo e naturalismo. Inaugurava-se uma fase que tinha por objetivo atingir o máximo da objetividade e neutralidade por parte do pesquisador e acuradas observações descritivo-classificatória, o desenvolvimento de tipologias e descrições detalhadas dos objetos e o mapeamento geográfico dos achados, mas tudo isso ainda pobre em interpretações (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999/2000, BUENO; MACHADO, 2001).

Mas foi mais tarde, durante o período republicano que surgiram muitas sociedades científicas históricas e geográficas. Mas a arqueologia que seguia em ascensão, não passou incólume pelo período entre guerras. Com a separação entre arqueologia e antropologia e a influência cada vez maior do nacionalismo que buscava encontrar um definidor da sociedade

brasileira, preteriu o passado modesto dos artefatos e arquitetura indígenas que nunca empolgaram, por um ideal colonial mais condizente.

Essa ruptura foi devastadora de modo que ainda repercute na sociedade brasileira. A nação foi dividida em duas: os indígenas de um lado e todos nós outros, os descendentes de imigrantes europeus, do outro. Diante disso fica a desagradável sensação que sempre precisa ser corrigida de que o Brasil não começa em 1500. Como ficam os outros 12.000 anos de história?

Voltando, a arqueologia amadora não cessou durante aquele agitado século XX. Na iminência de destruição que assombravam os sítios arqueológicos, - e, ao que parece pouco mudou - esses pesquisadores, bem como os demais intelectuais tentavam salvaguardar o frágil patrimônio. De campanhas preservacionistas a escavações amadoras de salvamento, - que culminaram em grandes e diversificadas coleções - todos lutavam pela defesa dos sítios. Entre os atos, cito a criação de diversos centros acadêmicos de pesquisa, mas o momento também foi considerado como sendo a primeira ação política da arqueologia, todavia desprovido de viés de ideológico, porque não era em favor de uma arqueologia nacionalista, voltada para a afirmação de ideais nacionais (BARRETO, 1999/2000).

Por fim, termino o capítulo falando sobre a arqueologia do século XXI, que em nada lembra aquelas décadas anteriores. Será mesmo? Senão vejamos que em plena era tecnológica ainda estamos levantando a bandeira da preservação, e agora mais do que nunca. Definitivamente não aprendemos nada e continuamos desmontando, desmatando e destruindo tudo, torcendo pra que essa conta nunca chegue, ou quando chegar a ciência - que, por sua vez, não é levada a sério - já esteja avançada suficientemente para dar conta do problema. Que contrassenso!

Mas o capítulo é específico para exaltar a expansão da arqueologia a partir dos anos 2000. A virada do milênio representou uma mudança de proporções exponenciais e não somente com relação a reconfigurações teóricas, como também quanto à *práxis* arqueológica. Mais consciente de sua função social, este campo do conhecimento consolidou-se tanto dentro do ambiente acadêmico quanto fora dele, alcançando as instâncias públicas e privadas. Até mesmo conseguimos a tão sonhada regulamentação da profissão no ano de 2018, sancionada por meio de decreto federal.

Ainda nesse novo tempo, a disciplina tem se mostrado cada vez mais interessada em novas maneiras de alcançar o conhecimento, de forma que imerge nos avanços tecnológicos e nas parcerias com praticamente todos os campos do conhecimento para dar conta de promover

um conhecimento sobre quem fomos no passado. Daí tem surgido colaborações interessantes e foi nesse ínterim que surgiu a minha aproximação com as Ciências Ambientais.

Aqui interrompi a reflexão e parti para discorrer um pouco sobre as tendências teóricas que embasaram a arqueologia feita no Brasil. O Capítulo 3 apresentou o Histórico-Culturalismo, assinalando que este foi o mais longo capítulo de uma influência teórica sobre a arqueologia brasileira. O paradigma que ganhou força a partir do século XX, tem sua origem fundamentada em fins do século XIX. É tido, essencialmente, como uma reação ao Evolucionismo Cultural que à época encontrava-se em declínio. O modelo Histórico-Culturalista formou parte das bases que vieram a delinear a tradição arqueológica Taquara. Trouxe consigo a instrumentalização da prática arqueológica a partir do estabelecimento de procedimentos metodológicos: métodos de escavação e coleta dos vestígios e sistemas de classificação dos vestígios que levaram ao desenvolvimento de tipologias. O foco estava assentado em determinar a cultura arqueológica por meio do reconhecimento dos seus traços comuns, em determinado tempo e espaço. Ainda, por meio dos aspectos normativos que aparecem associados: recipientes, utensílios, decorações, ritos funerários, tipos arquitetônicos, recorrente (TRIGGER, 2004), se tornava possível "(...) documentar e explicar o desenvolvimento histórico das culturas humanas em várias regiões" (LYMAN et al, 1997, p. 2 *apud* ARAÚJO, 2017, p. 80).

Porém, esse tipo de abordagem foi enfraquecendo porque sua maior dificuldade estava em explicar como se procedia a mudança cultural, que até então era essencialmente pautada pela ótica da migração e difusão. Dessa insatisfação gerada, alguns arqueólogos propunham utilizar-se de outras formas para explicar.

A maior reação veio por meio da implantação de um novo horizonte teórico denominado de Arqueologia Processual, como ficou conhecido na Europa, ou *New Archaeology*, como foi amplamente divulgado nos Estados Unidos a partir dos anos de 1960. O paradigma se encaminhava para promover novas metodologias que dessem conta de explicar os processos sociais e naturais "envolvidos na mudança cultural e não no desenvolvimento histórico, específico das diferentes culturas" (ARAÚJO, 2017, p. 87). Outro elemento que foi adotado pela teoria, o "neoevolucionismo", que retomava aquelas aspirações da evolução cultural unilinear de fins do século XIX, porém agora influenciado pelo marxismo (ARAÚJO, 2017). Esse período Processualista também ficou marcado pela aplicação de rigorosos métodos científicos.

Por fim, a nova abordagem se apoiava na temática da ecologia e dos padrões de assentamento para evidenciar um novo interesse pelo processo cultural. Mas por quais vias? A

partir de um sistema de adaptação extrassomática (REIS, 2003; LIMA, 2011). Essa se tornou a base da Teoria dos Sistemas, que "interpretava a tecnologia presente nos artefatos como produtos da interação homem ambiente, dando origem à organização social. Qualquer mudança neste complexo é vista de forma exógena como fruto da pressão ambiental ou aumento demográfico dentro de um ambiente que determina o comportamento do indivíduo" (FEITOZA, 2017, p. 45).

No entanto, focando ali pela década de 1980, o entusiasmo com a abordagem teórica foi se esvaindo enquanto que um crescente desassossego intelectual foi tomando conta dos arqueólogos insatisfeitos com as limitações apresentadas pela arqueologia processual, demasiadamente voltada aos estudos que relacionam aspectos funcionais e ecológicos, e menos aos aspectos cognitivos e simbólicos, considerados altamente especulativos (LIMA, 2011), porque comprometeria a pureza ou a neutralidade do raciocínio lógico (SHANKS; HODDER, 1995, p. 13 [Trad. Andrés Laguens]).

Assim, "o termo Pós-processualismo abrange quase tudo que veio em termos de crítica à New archaeology" (ARAÚJO, 2017, p. 102). Constitui-se como uma reação, uma onda pós-moderna, cujo destaque está na grande pluralidade de abordagens geradas dentro do quadro teórico. A ideia está em romper com a noção de uma arqueologia que cria leis universais de comportamento humano, em prol de uma disciplina, que deixa de tratar apenas de eventos ou de cultura material, onde o arqueólogo é um mero construtor de histórias, para se tornar uma prática interpretativa, cujo tradutor e criador de um discurso – o arqueólogo – constrói socialmente e de forma ativa o passado no presente (ROSA, 2007).

O modelo teórico ressalta ainda a múltiplas abordagens possíveis na arqueologia pós-processualista como a semiótica, o neo-marxismo, o pós-estruturalismo, a fenomenologia, o pós-colonialismo, as questões de gênero, entre tantas outras. Ganha força também a abordagem contextual, e a cultura material passa a ser interpretada como elemento ativo da cultura e fundamental para a criação e manutenção das relações sociais (SYMANSKI, 2014). Aspectos simbólicos e cognitivos são incorporados e despontam os estudos sobre a paisagem e o corpo. Também não são poupadas críticas sobre essa abordagem teórica de forma que entre elas posso apontar o fato de ser taxada como anti-científica, também pesam alegações de ser relativistas, subjetiva, imaginativa e mesmo, de frouxa conexão entre dados e argumentos (LIMA, 2011).

Minha intenção com esse Capítulo 3 foi embasar e preparar o leito para o que seguiria na Parte 2 da tese. Por isso era imprescindível apontar quais foram as correntes teóricas e como elas se desenvolveram no Brasil, porque eu iria retornar a elas por diversas vezes ao longo do texto.

Por fim, o Capítulo 4 foi dedicado para evidenciar a institucionalização da arqueologia enquanto campo científico no País. O marco foi a aprovação da primeira lei de proteção aos sítios arqueológicos Lei Federal 3.924, de 26/07/1961. Essa foi a deixa para que se promovesse a formação de um rol técnico de pessoas. Diversos cursos profissionalizantes tiveram como instrutores arqueólogos estrangeiros. Desses, destacaram-se Annete Laming e Joseph Emperaire, que atuariam no Brasil a partir da missão Franco-Brasileira e, por fim, a atuação do casal Betty Meggers e Clifford Evans que inauguraram o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA).

A influência da Missão Francesa pode ser notada pelo emprego da metodologia especialmente minuciosa a partir da escavação de grandes áreas e por estratigrafia natural, considerando o sítio como elemento principal e pelo estabelecimento de uma metodologia de estudo das indústrias líticas apropriada à realidade sul-americana. Todavia, a marca registrada da arqueologia brasileira foi impressa pela Missão Norte Americana, a partir do fomento de um programa arqueológico de abrangência nacional, o PRONAPA.

Sua proposta de análise e interpretação estava voltada para estudar as culturas ceramistas, suas possíveis rotas e direções de migração e difusão, mais a elaboração de sequências do desenvolvimento cultural das populações (EVANS, 1967). Dessa maneira, tornava-se mister compreender quais eram as principais formas de subsistência e como adaptaram-se às condições ambientais diversas no Brasil e como estava estabelecido o quadro cronológico dessas populações (SANTOS, 2012). Dentre as principais críticas atreladas ao período estão um positivismo ingênuo no centro da sua abordagem arqueológica, além de um determinismo ecológico não-histórico (FUNARI, 1999), a orientação neoevolucionista e as categorias como “fase” e “tradições” que identificavam variantes culturais ou étnicas a uma determinada distribuição de artefatos no tempo ou espaço. Foram amplamente acusados pelos seus críticos de não possuírem uma base teórica explícita, imprimindo ao Brasil uma arqueologia de característica descritiva e classificatória. Já mais recentemente, outros pesquisadores, observando pela ótica da discursividade, interpretam o período de forma diferente. Consideram que o Programa pode ser entendido como uma linha divisória importante na arqueologia brasileira, entre uma forma tradicional e antiga de fazer arqueologia (HILBERT, 2007). E que mesmo seguindo por linhas difusas, existiu um “tripé pronapiano”, preenchidas pelo Evolucionismo Cultural, o Difusionismo e como método de escavação, os princípios fordistas (SANTOS, 2012).

Neste ponto encerrei o Capítulo 4, convenientemente, porque optei por iniciar uma nova etapa da tese. A Parte 2, Capítulos 5, 6 e 7 tiveram por objetivos mostrar, após todo o

enquadramento anterior como, efetivamente, aqueles momentos refletiram na construção de uma história a respeito de uma dessas populações humanas descobertas pela arqueologia brasileira, e denominada, pelos seus respectivos criadores de tradição ceramista arqueológica Taquara, focando sua abrangência de pesquisa no Rio Grande do Sul, justamente porque essa é a área de maior dispersão da tradição.

Por meio da compilação e 101 obras selecionadas: teses, dissertações, artigos, capítulos de livros e alguns relatórios de pesquisas, produzi pequenas, e às vezes nem tão pequenas sínteses que tiveram por objetivo demonstrar a construção dessa cultura arqueológica. Reuni 60 anos de investigações que foram deliberadamente separadas em três capítulos, ou três blocos, cada um abarcando o equivalente a duas décadas: Capítulo 5: 1960 e 1970; Capítulo 6: 1980 e 1990 e Capítulo 7: 2000 a 2021. Essa divisão não foi aleatória, surgiu depois de conhecer cada um dos documentos, de desmembrar cada informação e vislumbrar que ao dividi-las dessa forma eu conseguiria perceber a influências das correntes teóricas que anteriormente eu expus. São elementos sutis que depois dessa uma longa imersão pelos pressupostos teóricos, foram se fazendo presentes.

Assim, no Capítulo 5: 1960 e 1970, conjugado por 26 obras e 8 autores, estão claras as influência do PRONAPA, um embasamento teórico que se definia como Processualista, todavia, observando seu desenrolar e o resultado alcançado, eminentemente levam o pesquisador/leitor a considerar que o referencial teórico expoente foi a Histórico-Culturalista. Esse também foi o período que considerei como sendo das descobertas iniciais, das primeiras tentativas de delimitação e do entender, minimamente, essa cerâmica não guarani. Foi também o momento da nomeação da cultura.

Ao partir para a apresentação do Capítulo 6: 1980 e 1990, conjugado por 22 obras e 6 autores, observei que na essência que o embasamento teórico não mudou. Porém foi possível perceber que a arqueologia brasileira já procurava se desenvolver com suas "próprias pernas". Considerei como sendo um momento de produção de sínteses, de esquematizar quem é, como se apresenta e se comporta essa tradição ceramista Taquara. Mas não me escapou que dois períodos se destacaram: o meio/fim da década de 1980 e o final da década de 1990. No primeiro caso, percebi que com a chegada de Kern (1985; 1989), que concluiu sua formação na Europa, a tradição Taquara foi sutilmente experimentada/submetida a novos enfoques teóricos. Não que a corrente teórica fosse estranha, ainda era a mesma base Processualista dos anos de 1960, todavia, já sem as muitas camadas de verniz do Histórico-Culturalismo. No segundo caso, inseriu-se ao estudo Copé (1999), que superando Kern sublinhou, substancialmente, a mudança do paradigma teórico dentro da narrativa da tradição ceramista Taquara.

Finalmente o Capítulo 7: 2000-2021, conjugado por 54 obras e 29 autores, representou o período em que o discurso da narrativa mais se desenvolveu, são variadas perspectivas. Por esse motivo ainda dividi o bloco em quatro grupos de pesquisa: IAP, NUPARQ, LABARQ e outro grupo com autores independentes. Os três primeiros conjuntos são coesos pois estão estabelecidos como centros de estudos e com publicações vindas principalmente de pesquisadores atuando ativamente a partir do desenvolvimento de grandes projetos em áreas distintas do Estado. Já o quarto grupo mais heterogêneo, envolve assuntos e regiões de atuação diversas, porém o tema de pesquisa as aproxima. Ao fazer essa divisão também ficou mais nítido que cada centro de estudo se envolve com um tipo de temática predominante: sistemas de assentamento, paisagens, ambiente e um quarto grupo mais diverso, com vertentes teóricas mais variadas, mas destacaria, os sistemas de assentamento e, sobretudo, cognição e simbolismos.

Em termos de representatividade na construção da narrativa arqueológica da tradição Taquara, em exame, observei que a virada do milênio significou uma maior tendência da teoria Processualista na arqueologia, porém com ênfase nos métodos e técnicas. E embora isso soe como um anacronismo, uma vez que essa abordagem teórica tende a separar os objetos das pessoas e a considerar que as mudanças que se processam na cultura vêm de fora, o processualismo tem sido uma abordagem útil, especialmente ao que se refere aos estudos relacionados a reconhecer sistemas de assentamentos, ecológicos, etc., como também tem sido particularmente interessante quanto a utilização dos sistemas de informação a partir do ambiente digital. São novas formas de circulação do conhecimento, cujos benefícios aparecem por meio de instrumentos disponíveis para uso nas etapas de campo e laboratório, ou meios de informação alcançados por meio da Internet, incluindo consultas sobre sítios arqueológicos, documentos diversos, etc.

Visto pelo olhar da contemporaneidade, também “cresce o uso de sistemas de informação geográfica, modelos tridimensionais e variadas técnicas de visualização digital como ferramentas de pesquisa, estratégias de preservação e veículos de comunicação e contextualização das interpretações produzidas no seio da academia” (TORRES, 2017, p. 11). Da mesma forma, impõe-se inúmeros desafios para essa mesma Arqueologia Digital como a compreensão de como as tecnologias digitais influenciam e alteram nossas relações com os dados, desde sua criação e armazenamento até a construção do conhecimento arqueológico (HUGGETT, 2015, p. 86). Não seguirei adiante na discussão, apenas quero salientar o impacto do mundo digital na teoria, métodos e práticas da arqueologia do século XXI, e o quanto esse

universo de mídia nos coloca ao alcance diversas ferramentas úteis para que se possa dar novas interpretações aos sítios arqueológicos.

Aliás, dar novas interpretações têm a ver com a postura dos arqueólogos neste novo milênio. Tomando os textos verificados, nos últimos 20 anos, está evidente que os trabalhos estão, cada vez mais, seguindo pelo caminho de não se utilizar da velha prática de somente descrever a cultura material dando ênfase a um ou outro elemento, pelo contrário, é certo que existe uma descrição densa, porém ela abarca o contexto da cultura, no sentido de que todos os elementos são igualmente relevantes, assim como tudo o que rodeia, o entorno também é alvo de diagnóstico. Isso produziu uma mudança tanto na forma de como que se procede à uma escavação, quanto à maneira de refletir sobre seus os resultados.

Foi exatamente no campo das interpretações onde percebi que a construção da narrativa da tradição Taquara mais avançou. Desde o início do novo milênio, os pesquisadores produzem textos mais interpretativos sobre a cultura utilizando-se de enfoques mais contextuais. Isso se deu a partir da abertura do diálogo multidisciplinar com outros campos do conhecimento e da incorporação de novas ferramentas de análises que agora permitem produzir novos dados.

Essa mesma reflexão mais acurada também leva a considerar que houve uma mudança na própria compreensão do papel do arqueólogo dentro desse processo. Definitivamente, esse novo comportamento do pesquisador tem relação com as mudanças externas que envolvem as consequências de um mundo mais globalizado e interconectado e que permite ondas de influências, sejam elas políticas, econômicas, mercadológicas, sociais ou mesmo teóricas. Mas retomando, sobre esse último aspecto, gostaria de completar sublinhando que a arqueologia tem sofrido diretamente a influência de outras novas linhas teóricas e outras novas práticas alternativas, movimento que surgiu como reação à vertente Processual.

Uma reação substancial importante veio ao encontro da cultura material. Os artefatos passaram a ser interpretados como expressões de ideias culturalmente estruturadas. Isso reforçou a importância do entendimento do contexto e da natureza da cultura (HODDER, 1992). A cultura material como elemento ativo da cultura é fundamental para a criação e manutenção das relações sociais (SYMANSKI, 2014). Nessa perspectiva de conceber a cultura material como ativa permite refletir que o mundo dessas pessoas era tão sensível quanto o nosso, porque é igualmente cheio de significados, desejos, sofrimento e trabalho (ROSA, 2007).

Seguindo adiante, na terceira e última parte do trabalho, Parte 3, Capítulo 8, pretendi fazer um exame bem pontual e observar como, nesse longo tempo de pesquisa, foram feitos usos de dois termos que são essenciais nas investigações em arqueologia: Ambiente e Cultura Material. A partir da interpretação que elegi fazer a respeito desses dois conceitos, estendi para

examinar as interpretações dos autores dentro das narrativas de vertente Histórico-Culturalista, Processualismo e Pós-processualismo.

O resultado mostra que num primeiro momento tem-se uma percepção e, por consequência, faz-se uma interpretação de um Ambiente restritivo, sendo basicamente visto como um repositório de elementos geográficos e hostil e igualmente inibidor para as populações humanas, que estavam condicionadas a buscarem alternativas de adaptação como forma de sobreviverem a esse Ambiente. Gradativamente, a ideia desse cenário foi se modificando para a interpretação de uma paisagem que deveria ser analisada dentro de uma perspectiva de longa duração, cujos elementos que formam essa paisagem (categorias geográficas) encerram um sistema mais dinâmico e orgânico, porém igualmente inibidor, pois ainda condiciona a espécie humana a encontrar formas de se adaptar e sobreviver. Já a concepção de um Ambiente que congrega mais que elementos naturais e que pode ser domesticado pelo ser humano é um saber mais recente, no entanto, é uma perspectiva que inverte o que, até então, era tido como absolutamente certo para essa relação. A mudança patente está no fato de compreender que aqueles sujeitos antigos e aparentemente rudimentares eram não somente capazes de sobreviver ao ambiente hostil, quanto perspicazes em aprender com ele ao ponto de desenvolverem técnicas de manejo de espécies para benefício próprio. A discussão que segue na atualidade foca exatamente nessa linha, buscando compreender melhor como se processa essa complexa relação entre as sociedades pretéritas e o ambiente que as rodeia.

Quanto à Cultura Material, nos primeiros tempos o termo evocava uma noção de que objetos como a cerâmica e lítico eram sinônimos de cultura material. Afinal eram os principais elementos a serem considerados na discussão sobretudo a cerâmica, tida como uma peça basilar, pois a partir dela poderia se chegar às origens de uma cultura arqueológica. Todavia, se foram concedidas descrições primordiais à cerâmica e depois ao lítico, o restante pouco recebeu atenção. Também ficou nítida a tendência da época em agrupar os elementos em amostras. Se por um lado isso permitia que o leitor tivesse uma noção de quantidade, por outro, inviabilizava poder saber a respeito de quantidades específicas dos objetos ou sobre espacialidade.

Porquanto, um conceito de Cultura Material mais abrangente, para além dos cacos e pedras, porém também integrador, que diz respeito aos diversos elementos de um sítio visto dentro de um contexto, é um debate mais recente. À propósito, essa é uma compreensão que perpassa por uma visão mais holística de definir o conceito.

Aliás, no que concerne às mudanças que ocorreram tanto na forma de elaborar e desenvolver as problemáticas de pesquisa, quanto na maneira pensar, conceber e apresentar o que era o conceito de cultura material, isso somente ocorreu quando uma ampla gama de novas

perspectivas se abriu para o estudo da cultura material, capitaneadas por novas tendências teóricas e metodologias mais plural. Essa nova tendência abriu para ponderar sobre outras questões: uma perpassa pelo entendimento do contexto, de que todas as coisas de um sítio são equivalentes relevantes, outra é a importância dada a cultura material como elemento ativo e substancial para a criação e manutenção das relações sociais.

Para finalizar essa longa jornada, resta dizer que ainda há muito o que fazer e discutir. Para realizar este trabalho, estou ciente que escavei apenas a superfície.

Observei de maneira geral que há poucos trabalhos que se arriscam em oferecer revisões como deste porte, porém de tempos em tempos essas tarefas árduas são necessárias, até para poder ter uma noção mais amplificada para onde está se direcionando a ciência e a produção do conhecimento. No caso da produção arqueológica associada à denominada tradição Taquara, que na contemporaneidade lutamos para ampliar esse conceito tão obtuso, o conhecimento tem crescido a "passos largos". Se olharmos para a última revisão oferecida há cerca 20 anos, desde lá é possível perceber que se avançou consideravelmente em termos de compreensão sobre essa população. Com a divulgação deste trabalho resta torcer para que surjam novas dúvidas, contestações e outros novos problemas a fim de ampliar o conhecimento científico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHA, Milena. Arqueologia da Paisagem. Considerações sobre a perspectiva de vivência e de movimento. **Cadernos do Lepaarq**, v. XVIII, n.35, p. 217-235, Jan-Jun. 2021.

ARAÚJO, Bruno Melo de. A cultura material entre a arqueologia e a museologia: aprofundando reflexões. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis, SC, **Anais** [...]. Florianópolis, 2019, 21p. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/121776. Acesso em: 03 nov. 2022.

ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. **Arqueologia, Ontologia, Epistemologia: Quando a teoria encontra a prática (ou por uma arqueologia cética)**, 2017, Tese de livre docência Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

AZEVEDO, Leonardo Waisman. **Estruturas semi-subterrâneas e galerias: estudo de um caso atípico no planalto do Rio Grande do Sul**. 2010, Monografia (Bacharelado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

_____. **Economia de combustíveis e tecnologia de fogueiras em sítios Proto-Jê do Sul nas terras altas do Brasil Meridional**. 2014. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

AZEVEDO, Leonardo Waisman; COPÉ, Silvia M. A gênese das galerias subterrâneas do Planalto Sul Brasileiro. **Revista de Arqueologia**, v. 25, n. 1, p. 144-157, 2012.

AZEVEDO, Leonardo Waisman; COPÉ, Silvia M.; SCHEEL-YBERT, Rita. Considerações para o estudo de Fogueiras nas Terras Altas Sulbrasileiras. **Revista Memorare,** v. 1, n. 1, p. 63-74, 2013.

BARRETO, Cristina. Arqueologia Brasileira. Uma Perspectiva Histórica e Comparada, **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 3, p. 201-212, 1999.

_____. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil, **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n.44, p. 32-51, dez./fev. 1999-2000.

BARROS, Alexandre de. **Los Paisajes en la Historia del Pensamiento Arqueológico**. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4552.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 39-68, 2006.

BASILE BECKER, Ítala Irene; SCHMITZ, Pedro Ignácio. Uma cerâmica de tipo Eldoradense: Fase Itapiranga. **Estudos de pré-história Geral e Brasileira**, São Paulo, Instituto de Pré-História, USP, p. 499-510, 1970.

BEBER, Marcus Vinícius. **O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do Planalto Sul-brasileiro: o caso da Tradição Taquara/Itararé.** 2004. Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

BELLELLI, Cristina, Las teorías en Arqueología. *In*: GARRETA, Mariano Juan et al. (eds.). **La trama cultural**: Textos de Antropología y arqueología, 2 ed., Buenos Aires: Ediciones Caligraf,, 2001, p. 137-146.

BESPALEZ, Eduardo. **Levantamento arqueológico e etnoarqueologia na aldeia Lalima, Miranda/MS**: um estudo sobre a trajetória histórica da ocupação indígena regional. 2009, Mestrado (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE/USP, São Paulo, SP, 2009.

BITENCOURT, Ana Luisa Vietti; KRAUSPENHAR, Patricia Maria. Possible prehistoric anthropogenic effect on *Araucaria angustifolia* (Bert.) O. Kuntze expansion during the Late Holocene. **Revista Brasileira de Paleontologia**, v. 9, p. 109-116, 2006.

BEZERRA DE MENEZES, Ulpiano. A paisagem como fato cultural. *In*: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e paisagem**, São Paulo: Contexto, 2002, p. 29-64. (Turismo Complexo).

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências sociais: a longa duração, **Revista de História**, São Paulo, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965. (Tradução de Ana Maria de Almeida Camargo).

BROCHADO, Joaquim J. Proenza. Histórico das pesquisas arqueológicas no Estado do Rio Grande do Sul. **Iheringia**, Porto Alegre, n. 1, p. 3-42, 1969 (Série Antropologia).

BROCHADO, Joaquim J. Proenza, et al. Arqueologia brasileira em 1968. Um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 12, 1968, 36p.

BUENO, Lucas. Arqueologia do povoamento inicial da América ou História Antiga da América: quão antigo pode ser um 'Novo Mundo'? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 14, n. 2, p. 477-495, maio-ago. 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000200011.

BUENO, Lucas de Melo Reis; MACHADO Juliana Salles. Paradigmas que persistem: as origens da arqueologia no Brasil, **Com Ciência** – Arqueologia e Sítios Arqueológicos, Disponível em: https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/04/2001_bueno-e-machado_paradigmas-que-persistem.pdf. Acesso em 02/03/2022.

CABRAL, Luís Otávio. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, v. 41, n. 1 e 2. abr./out. 2007. p. 141-155.

CÁRDENAS, Macarena L. et. al. Integrating archaeology and palaeoecology to understand Jê landscapes in southern Brazil. **Antiquity Journal**, v. 89, 4pg, 2015.

_____. A quantitative study of modern pollen–vegetation relationships in southern Brazil's Araucaria forest. **Review of Palaeobotany and Palynology**, v. 265, p. 27–40, 2019.

CHMYZ, Igor. Prospecções arqueológicas no Vale do Rio das Antas, Rio Grande do Sul (Brasil). **Acta Praehistorica**, Buenos Aires, V/VII, p.35-52, 1965.

_____.**Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica**. Curitiba, CEPA/UFPR, 1966. 34 p. (Manuais de Arqueologia, 1).

_____.Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica, **Cadernos de Arqueologia**, Paraná, Museu de Arqueologia e Artes Populares, Ano 1, n. 1, p. 119-148, 1976.

COPÉ, Silvia Moehlecke. Arqueologia pré-histórica do planalto: os grupos ceramistas da tradição Taquara, **Revista do CEPA**, Porto Alegre, v. 23, n. 29, p.180-188, 1999.

_____.Arqueologia da arquitetura: ensaio sobre complexidade, performance e processos construtivos das estruturas semi-subterrâneas do planalto gaúcho. *In*: ENCONTRO DA SAB/SUL - Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 5., 2006, Rio Grande, **Anais** [...], Rio Grande. p. 1-22, 2006.

_____. **Les grands constructeurs precoloniaux du plateau de sud du Bresil: etude de paysages archeologiques a Bom Jesus, Rio Grande do Sul, Bresil.** 2006, Doutorado (Tese) - Universidade de Paris, 2006.

_____. Narrativas espaciais das ações humanas. História e aplicação da arqueologia espacial como teoria de médio alcance: o caso das estruturas semi-subterrâneas do planalto Sul-brasileiro. **Revista de Arqueologia**, n. 19, p. 111-123, 2006.

_____. El uso de la arquitectura como artefacto en el estudio de paisajes arqueológicos, del altiplano Sur Brasileño, Rio Grande do Sul. Cazadores-Recolectores del Cono Sur: **Revista de Arqueología,** v. 2, p. 15-34, 2007.

_____. A gênese das paisagens culturais do planalto sul brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 83, p. 149-171, 2015.

COPÉ, Silvia Moehlecke; SALDANHA, João Darcy de Moura. Em busca de um sistema de assentamento para o Planalto Sul Riograndense: escavações no Sítio RS-AN-03, Bom Jesus,

RS. Pesquisas, **Antropologia**, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 58, p.107-120, 2002.

COPÉ, Silvia Moehlecke; SALDANHA, João Darcy de Moura; CABRAL, Mariana.P. Contribuições para a Pré-História do Planalto: Estudo da Variabilidade de Sítios Arqueológicos de Pinhal da Serra, RS. Pesquisas, **Antropologia**, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 58, p.121-138, 2002.

CORRÊA, Ângelo Alves. Longue durée: história indígena e arqueologia. **Ciência e Cultura**, v. 65, n. 2, p. 26-29, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. Carl Sauer e Denis Cosgrove: a Paisagem e o Passado, **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, v. 4, n.1, p. 37-46, 2014.

CORTELETTI, Rafael. **Patrimônio Arqueológico de Caxias do Sul**. Porto Alegre, Ed. Nova Prova, 2008, 200p.

_____. **Projeto arqueológico Alto Canoas – Paraca: um estudo da presença Jê no Planalto Catarinense**. 2012. Tese (Doutorado em Arqueologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. Uma estratigrafia da paisagem Proto-Jê Meridional: um estudo de caso em Urubici, SC. **Revista Tempos Acadêmicos**, Dossiê Arqueologia Pré-Histórica, n. 11, p. 97-116, 2013.

CORTELETTI, Rafael, et al. Revisiting the economy and mobility of southern proto-Jê (Taquara-Itararé) groups in the southern Brazilian highlands: starch grain and phytoliths analyses from the Bonin site, Urubici, Brazil. **Journal of Archaeological Science***,* v. 58, p. 46-61, 2015.

_____. Análises de grãos de amido e fitólitos nas terras altas do Sul do Brasil: repensando a economia e mobilidade dos grupos Proto-Jê Meridionais. **Caderno do LEPAARQ**, v. XIII, n. 25, p. 163-196, 2016.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni (Orgs.), **Paisagem, Tempo e Cultura**, Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998 (1989), p. 92-123.

COSTA, Carlos Alberto Santos; ALMEIDA, Marcia Bezerra de. A profissionalização da Arqueologia: perspectivas pós-regulamentação. **Habitus**, Goiânia, v. 18, n.1, p. 4-7, jan./jun. 2020.

COSTA, João Paulo Peixoto; SILVA, Edson Hely. Os índios na história e a história ambiental. **HISTÓRIA UNICAP**, v. 6, n. 12, p. 210–214, 2019. https://doi.org/10.25247/hu.2019.v6n12.p210-214.

COSTA, Luciana de Castro Neves; GASTAL, Susana de Araújo. Paisagem Cultural: Diálogos entre o Natural e o Cultural. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 6., 2010, Caxias do Sul, **Anais** [...], Caxias do Sul, 2010, 14p.

CRIADO-BOADO Felipe. Del terreno al espacio: planteamientos y perspectivas para la arqueologia del paisaje. **CAPA** (Criterios y Convenciones en Arqueología del Paisaje), Santiago de Compostela, v. 6, 1999, 90p.

D'AVILA, Luísa Nunes. **A construção do espaço social entre os Jê do Sul: uma análise regional dos aglomerados de estruturas subterrâneas no Planalto das Araucárias**. 2012, Monografia. (Graduação em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

_____.**Caminhos e Lugares**: **modelo de mobilidade regional e sistema de assentamento entre os Proto-Jê Meridionais na região de Campo Belo do Sul, SC**. 2017, Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

DA COSTA HONORATO, Laina. Arqueologia da paisagem e geoarqueologia: experiências em projetos de pesquisa. **Tópos**, Presidente Prudente, v. 3, n.1, p. 127-147, 2009.

DE MARQUE, Luciane Massaro. **Arquitetura pré-histórica**: **um estudo sobre a estrutura de cobertura das casas subterrâneas dos Jê Meridionais**. 2015, Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento), Centro Universitário Univates, Lajeado, 2015.

DE SOUZA, Jonas Gregório. **A cerâmica de Tradição Itararé-Taquara (RS/SC/PR) e a difusão das línguas Jê Meridionais: uma reanalise dos dados**. 2009, Monografia. (Graduação em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

_____. **Paisagem ritual no planalto meridional brasileiro: complexos de aterros anelares e montículos funerários Jê do Sul em Pinhal da Serra, RS**. 2012. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnografia, São Paulo, 2012.

_____. Áreas de atividade em dois centros cerimoniais Jê do Sul: relações entre arquitetura e função. **Revista de Arqueologia**, v. 25, n. 2, p. 120-138, 2012.

DE SOUZA, Jonas Gregório; COPÉ, Silvia M. Novas perspectivas sobre a arquitetura ritual no planalto meridional brasileiro: pesquisas recentes em Pinhal da Serra, RS. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 98-111, 2010.

DE SOUZA, Jonas Gregório et al. Understanding the Chronology and Occupation Dynamics of Oversized Pit Houses in the Southern Brazilian Highlands. **PLoS ONE**, n. 11, v. 7, 2016. e0158127.

DI BACO, Hiuri Marcel; FACCIO, Neide Barrocá; LUZ, Juliana Rocha. Das raízes da pesquisa arqueológica a arqueologia processual: um esboço geral, **TÓPOS,** v.3, n.1, p. 206-233, 2009.

DIAS, Adriana Schmidt. **Repensando a Tradição Umbu através de um estudo de caso**. 1994. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

_____. Um projeto para a arqueologia brasileira: breve histórico da implementação do PRONAPA. **Revista do CEPA**, v.19, n. 22, p. 24-39, 1995.

_____. **Sistema de assentamento e estilo tecnológico: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul.** 2003 Tese (Doutorado em Arqueologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. Novas perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 1, p. 9-26, 2007.

DIAS, Jefferson Luciano Zuch. **A Tradição Taquara e sua ligação com o índio Kaingang.** 2004. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

_____. **Arqueologia no médio Vale do Rio dos Sinos e Vale do Rio Paranhana:** o processo de ocupação pelos grupos ceramistas das tradições Taquara e Tupiguarani. 2015. Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

DONATTI, Patrícia Bayod. Aula: história da arqueologia no Brasil, **Somanlu**, ano 17, n. 1, p. 39-51, jan./jun. 2017.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 171-197, 1991.

EVANS, Clifford. Introdução. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas** – Resultados Preliminares do Primeiro Ano 1965-1966. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Publicações Avulsas, n. 6, p. 7-14, 1967.

ESPÍNDOLA, Haruf S. Sociedade, natureza e território: contribuição para a história ambiental. *In*: NODARI, Eunice S.; KLUG, João (Orgs.). **História Ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 167- 197.

FAGUNDES, Marcelo. O conceito de paisagem em arqueologia: os lugares persistentes. **HOLOS Environment**, v. 9, n. 2, p. 301-315, 2009.

FIEGENBAUM, Jones. **História antiga do Planalto das Araucárias, Rio Grande do Sul, Brasil - o Jê Meridional e o diálogo com o ambiente**. 2020, Tese (Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento), Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2020.

FEITOZA, Ivon Pinheiro. **Nem tu, nem eu: em favor de uma postura inclusivista em teoria arqueológica**. 2017, Monografia (Bacharelado em Arqueologia), Universidade do Estado do Amazonas, Manacapuru, 2017.

FERREIRA, Denison da Silva. Território, Territorialidade e seus Múltiplos Enfoques na Ciência Geográfica. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Minas Gerais, v. 9, n. 17, p. 111-135, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo A. Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação. **Revista de História da Arte e da Cultura**, n.1, p. 23-41, fev. 1994.

_____. A importância da teoria arqueológica internacional para a Arqueologia sul-americana: o caso brasileiro. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 3: 213-220, 1999.

_____. Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. **Ciência e Cultura** [online]. 2013, vol.65, n.2, pp.23-25. ISSN 2317-6660. http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252013000200010.

FRANCISCO, Aline Ramos. **Selvagens e intrusos em seu próprio território: A expropriação do território Jê no Sul do Brasil (1808-1875)**, 2006, Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

GARCIA, Lorena Luana Wanessa Gomes. **Paisagens do médio-baixo Xingu**: arqueologia, temporalidade e historicidade. 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE/USP, São Paulo, SP.

GIOMETTI, Analúcia Bueno dos Reis; PITTON, Sandra Elisa Contri; ORTIGOZA, Silvia. Aparecida Guarnieri. **Leitura do espaço geográfico através das categorias**: lugar, paisagem e território, Unesp/UNIVESP, v. 9, p. 33-40, 2012. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47175/1/u1_d22_v9_t02.pdf. Acesso em: 05 abril 2023.

GOMES, Jéssica Dafico Moreira da Costa; SILVA, Adriana Aparecida. A história ambiental como campo historiográfico e sua oferta como disciplina nos cursos de graduação em História em Goiás no ano de 2018. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável, GUAJU**, v.7, n.1, p. 317-333, 2021.

GONZALO, Almudena Hernando. Enfoques Teóricos en Arqueología. **SPAL**, n. 1, p. 11-35, 1992. (ISSN: 1133-4525; ISSN-e: 2255-3924; http://dx.doi.org/10.12795/spal.1992.i1.01).

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade, *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo, SP. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2005, p. 6774-6792.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, Ano IX, n.17, p. 19-44, 2007.

HILL, Jonathan D. History, Power and Identity: Amazonian perspectives. **Acta Historica Universitatis Klaipedensis**, n. 19, p. 25–47, 2009.

_____. Etnicidade na Amazônia Antiga: reconstruindo identidades do passado por meio da arqueologia, da linguística e da etno-história. **ILHA**, v. 15, n. 1, p. 35-69, jan./jun. 2013.

HILBERT, Klaus Peter. 'Cave canem!': cuidado com os 'Pronapianos'!Em busca dos jovens da arqueologia brasileira. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 1, p. 117-130, jan-abr. 2007.

_____. Estudos de cultura material: sobre coisas e substâncias na Arqueologia **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 1-12, jan.-jun. 2020.

HODDER, Ian. **Interpretación en Arqueología – Corrientes Actuales**. Tradução Castelhana de M. José Aubet e J.A. Barceló. Barcelona: Crítica, 1994 [1986].

_____. **Theory and Practice in Archaeology**. Londres, Nova Iorque: Routledge, 2005 [1992].

HUGGETT, Jeremy, A Manifesto for an Introspective Digital Archaeology. **Open Archaeology**, n.1, p. 86–95, 2015.

INGOLD, Tim. A temporalidade da paisagem. *In*: BESSA, Altamiro Sergio Mol (Org.). **A unidade múltipla**: ensaios sobre a paisagem, Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2021, p. 112-157. (Tradução de Danilo Caporalli Barbosa).

_____. **The Perception of the Environment**. Londres: Routledge, 2000.

IRIARTE, José; BEHLING, Hermann. The expansion of *Araucaria* forest in the southern Brazilian highlands during the last 4000 years and its implications for the development of the Taquara/Itararé Tradition. **Environmental Archaeology**, v. 12 p. 115-127, 2007.

IRIARTE, José et al. Sacred landscapes of the southern Brazilian highlands: Understanding Southern proto-Jê mound and enclosure complexes. **Journal of Anthropological Archaeology** v. 32, p. 74–96, 2013.

JOHNSON, Matthew. **Teoría Arqueológica**: una introducción. Barcelona: Editorial Ariel, 2000, 285p.

JOLKESKY, Marcelo Pinho de Valhery. **Reconstrução Fonológica e Lexical do Proto-Jê Meridional.** 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Campinas. 2010.

KATER, Thiago; LOPES, Rafael de Almeida. Braudel nas Terras Baixas: caminhos da Arqueologia na construção de Histórias Indígenas de longa duração. **Revista de História**, São Paulo, n.180, p. 1-35, 2021.

KATER, Thiago. A temporalidade das ocupações ceramistas no sítio Teotônio, **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 15, n. 2, p. 1-19, 2020.

KERN, Arno Alvarez. Paleo-paisagens e povoamento pré-histórico do Rio Grande do Sul. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 153-208, 1982.

_____. Interação cultural e meio ambiente em sítios de habitação subterrânea no Planalto sul-rio-grandense (Município de Vacaria, RS). **Boletim do MARSUL**, Taquara, n. 3, p. 30-33, 1985.

KERN, Arno Alvarez; SOUZA, José Otávio Catafesto; SEFFNER, Fernando. Arqueologia de salvamento e ocupação pré-histórica do vale do Rio Pelotas (Municípios de Bom Jesus e Vacaria, RS). 1ª parte: Arqueologia de campo. **Véritas,** Porto Alegre, v. 35, n. 133, p.99-127, 1989.

KERN, Arno Alvarez; SOUZA, José Otávio Catafesto; SEFFNER, Fernando. Arqueologia de salvamento e ocupação pré-histórica do vale do Rio Pelotas (Municípios de Bom Jesus e Vacaria, RS). 2ª parte: Arqueologia de laboratório. **Véritas,** Porto Alegre, v. 34, n. 134, p. 277-300, 1989.

KLAMT, Sergio Celio. Assentamentos a céu aberto da Tradição Taquara/Itararé no município de Bom Jesus, RS. **Revista do Cepa**, Santa Cruz, Editora da UNISC, v. 34, n. 46, 2017, 41p.

LA SALVIA, Fernando. Resumos das Pesquisas Arqueológicas no Planalto – Rio Grande do Sul. Pesquisas, **Antropologia**, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 18, p.101-113, 1968. (Anais do Segundo Simpósio de Arqueologia da Área do Prata).

_____. A Habitação Subterrânea: Uma Adaptação Ecológica. *In*: WIEMER, Nelson S. Günter (org). **A arquitetura no Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987, p.7-26.

LA SALVIA, Fernando; SCHMITZ, Pedro Ignácio; BASILE BECKER, Ítala Irene. Cerâmica Caingáng – fase Vacaria. **Estudos de Pré-História Geral e Brasileira**, São Paulo, Instituto de Pré-História, USP, p. 493-497, 1970.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). Pesquisas, **Antropologia**, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 56, 2000.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. **Fronteiras Geográfica, éticas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930)**. 2006, Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

LAUTERJUNG, Miguel Busarello et al. Phylogeography of Brazilian pine (Araucaria angustifolia): integrative evidence for pre-Columbian anthropogenic dispersal. **Tree Genetics & Genomes**, 14:36, 2018.

LAZZAROTTO, Danilo. **Resumo das fichas de campo** (Bom Jesus. Pesquisas de 25 a 28 de janeiro de 1972), São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, 1972, Não Publicado.

_____. **A Mangueira do Silveira, Quem a construiu**. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, sem data, Não Publicado.

LAZZAROTTO, Danilo; STEINMETZ, Rolf Frederico. **Resumo das fichas de campo** (Pesquisas em Bom Jesus. Janeiro 1969), São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, 1969, Não Publicado.

LAZZAROTTO, Danilo et al. **Pesquisas Arqueológicas no Planalto**. Datilografado, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, sem data.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.

LIGHTFOOT, Kent. Culture contact studies: Redefining the relationship between prehistoric and historical archaeology. **American Antiquity**, v. 60, n. 2, p. 199-217, 1995.

LIMA, Tânia Andrade. Os marcos teóricos da Arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. **Estudos Ibero-Americanos,** Porto Alegre, EDIPUCRS, 28(2), p. 7-23, 2002.

_____. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11 – 23, jan./abr., 2011.

LOPES, Jecson. Girão. As especificidades de análise do espaço, lugar, paisagem e território na geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**. Santa Maria. vol. 16, n. 2, p. 23-30, mai. ago. 2012.

LOPES, Sérgio Nunes. **Impactos sociais e ambientais produzidos pelo ciclo das fazendas no percurso do Rio Taquari/Rio Grande do Sul (1770-1850): uma abordagem arqueológica.** 2021. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais). Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, Lajeado, 2021.

MACEDO, Eric Silva. **Outros outros: etnocentrismo e perspectiva**. 2011 Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

MACHADO, Juliana Salles. História(s) indígena(s) e a prática arqueológica colaborativa. **Revista de Arqueologia**, v. 28, n.1, p. 72-85, 2013.

MACHADO, Neli Teresinha; MILDER, Saul. Eduardo Seiguer. Prospecções arqueológicas e físico-químicas no sítio RS T 100 - estruturas subterrâneas em San Valentin/Ilópolis - RS. *In*: MILDER, S. E. M. (Org.). Colóquio sobre Sítios Construídos Pesquisas, I, **Anais** [...], 2005, Santa Maria: Pallotti, p. 191-214, 2005.

MENGHIN, Osvaldo F. A. El poblamiento prehistorico de Misiones. *In*: **Anales de Arqueología y Etnologia.** Mendoza, tomo XII, 1957, p. 19-40.

MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto. Sítio RS-C-14: Bom Jardim Velho (Abrigo sob Rocha – Nota Prévia). **Iheringia**, Porto Alegre, Museu Rio-Grandense de Ciências Naturais. n. 2, p. 15-58, abr. 1972. (Série Antropologia).

_____. Primeiras Datações pelo Método do C-14 para o Vale do Caí, RS. **Revista do Cepa**, Santa Cruz do Sul: APESC, n. 01, p. 16 – 22, 1974.

_____. Os Abrigos-sob-rocha do Virador, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, Nota Prévia. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, APESC, n. 2, p. 1- 25, 1975.

_____. Casas Subterrâneas no Planalto Meridional Município de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista do CEPA**. Santa Cruz do Sul, APESC. n. 9, p 2-52, jul. 1980.

_____. Sítios arqueológicos numa microrregião de área alagadiça na Depressão Central do Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista do Cepa**, Santa Cruz do Sul: APESC, v.10, n.12, p. 03-121, 1983.

_____. **Arqueologia do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil**. 1991, Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.

_____. A Tradição Taquara e as casas subterrâneas no sul do Brasil. **Revista de Arqueologia Americana**, n. 17-19. p.9-49, 1999/2000.

MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto & RIBEIRO, Catharina Torrano. Levantamentos Arqueológicos no Município de Esmeralda, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista do CEPA**. Santa Cruz do Sul, APESC, v. 12, n. 14, p. 49-105, 1985.

MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto & SILVEIRA, Ítela da. Sítios Arqueológicos da Tradição Taquara, Fase Erveiras, no Vale do Rio Pardo, RS, Brasil. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, APESC, n. 8, p. 3-61, jun. 1979.

MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto et al. Levantamentos arqueológicos na encosta do planalto entre o vale dos Rios Taquari e Caí, RS, Brasil. **Revista do Cepa**, Santa Cruz do Sul, APESC, v.16, n.19, p. 49-99, 1989.

MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto (Coord.). Escavações arqueológicas no município de Bom Jesus, RS. **Revista de Arqueologia,** São Paulo, v.8, n.1, p. 221-236, 1994.

MERGEN, Natália Machado; SCHMITZ, Pedro Ignácio. Pesquisas arqueológicas pioneiras no Litoral Norte Gaúcho (1960-1970), Pesquisas, **Antropologia**, n. 72, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, p.151-184, 2016.

MILLER, Eurico Th. Pesquisas Arqueológicas Efetuadas no Nordeste do Rio Grande do Sul. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados Preliminares do Primeiro Ano 1965-1966**, Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Publicações Avulsas, n. 6, p. 15-38, 1967.

_____. Pesquisas Arqueológicas Efetuadas no Nordeste do Rio Grande do Sul. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados Preliminares do Segundo Ano 1966-1967**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Publicações Avulsas n. 10, p. 33-54, 1969.

_____. Pesquisas Arqueológicas Efetuadas no Planalto Meridional, Rio Grande do Sul (Rios Uruguai, Pelotas e das Antas). **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados Preliminares do Quarto Ano 1968-1969**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Publicações Avulsas n. 15, p. 37-71, 1971.

_____. Pesquisas Arqueológicas em Abrigos-sob-rocha no Nordeste do Rio Grande do Sul. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados Preliminares do Quinto Ano 1969-1970**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Publicações Avulsas n. 26, p. 11-24, 1974.

MILLER JUNIOR, Tom O. **Teoria antropológica e arqueológica**: convergências e divergências, Natal: EDUFRN, 2019, 322 p.

MORALES, Martha Helena Loeblein Becker. **Fragmentos de história:** passados possíveis no discurso da arqueologia histórica, 2014, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção social. **Revista Formação**, Presidente Prudente, n. 14, v. 2, p. 48-60, 2007.

NETO, Jandira. **PRONAPA** - Uma história da arqueologia brasileira contada por quem a viveu. Entrevistado: Prof.º Dr. Ondemar Dias, em janeiro de 2014. (Série História da Arqueologia). Disponível em: http://www.arqueologia-iab.com.br/publications/download/28. Acesso em: 19 mar. 2022.

NEVES, Walter Alves. Arqueologia brasileira, algumas considerações. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, n. 4, p. 200-205, 1988.

_____. **Antropologia ecológica**: um olhar materialista sobre as sociedades humanas, 2 ed., São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 59).

NOBRE, João Nilo de Souza. **Outra história do pensamento arqueológico**: comparação entre quadros teóricos em estudos de Arqueologia Preventiva. 2021, Tese (Doutorado em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na Região Sul do Brasil: arqueologia,debates e perspectivas 1872-2000. **Revista USP**, São Paulo, n.44, p. 218-269, dez./fev. 1999-2000.

_____. Repensando os rótulos e a História dos Jê no Sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 3: p. 285-302, 1999.

_____. O mapa arqueológico dos povos Jê no sul do Brasil. *In*: TOMMASINO, K.; MOTTA, L. T. NOELLI, F. S. (orgs.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina (PR): Editora da Universidade de Londrina, 2004, p. 18-55.

NOELLI, Francisco Silva. José Proenza Brochado, vida acadêmica a Arqueologia Tupi. In PROUS, André; ANDRADE LIMA, Tânia (ed.). **Os ceramistas Tupiguarani**. Volume I – Sínteses Regionais. Belo Horizonte: Sigma, p. 9-38, 2008.

NOELLI, Francisco Silva; DE SOUZA, Jonas Gregorio. Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil Meridional. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Cienc. Hum., Belém, v. 12, n. 1, p. 57-84, jan.-abr. 2017.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. A arqueologia brasileira da década de 1980 ao início do século XXI: uma avaliação histórica e historiográfica, **Estudos Ibero-Americanos**, EDIPUCRS, v. XXVIII, n. 2, p. 25-52, dez. 2002.

PÁDUA, José Augusto As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PINTO, Marcus Vinicius Carvalho. **O contato cultural entre populações pré-coloniais nas terras altas do sul brasileiro: um estudo de caso do sítio RS-AN-03, Bom Jesus – RS**. 2010, Monografia. (Graduação em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, DF, 1992.

OLIVER, Jeff. History from the Ground Up: Historical Ecology and Temporality in Colonial British Columbia. *In*: POPE, P. E.; LEWIS-SIMPSON, S. (Ed.). **Exploring Atlantic Transitions**: Archaeologies of Transience and Permanence in New Found Lands. Woodbridge: Boydell Press, 2013. p. 103-114. (Society for Post Medieval Archaeology Monograph Series, v. 8).

REIS, José Alberione dos. **Arqueologia dos Buracos de Bugre**: uma pré-história do Planalto Meridional, Caxias do Sul, EDUSC, 2002, 228p.

_____. **Não pensa muito que dói**: um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira. 2003, Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

REIS, Maurício Sedrez dos; LADIO, Ana; PERONI, Nivaldo. Landscapes with *Araucaria* in South America: evidence for a cultural dimension. **Ecology and Society***,* 19(2): 43, 2014.
RELPH, Eduardo C. As bases fenomenológicas da Geografia, **Geografia**, v. 7, n. 4, p. 1-25, abr. 1979.

REZENDE, Juliano Fonseca da Silva. Sobre a continuidade e mudança no âmbito da teoria arqueológica. **Revista da História da Arte e Arqueologia**. n. 18 p. 5-27, jul./dez. 2012.

RIBEIRO, Job Antonio Garcia; CAVASSAN, Osmar. Os conceitos de ambiente, meio ambiente e natureza no contexto da temática ambiental: definindo significados, **GÓNDOLA** Enseñanza y aprendizaje de las Ciencias, Colombia, v. 8, n. 2, p. 61-76, jul-dic. de 2013.

ROBINSON, Mark et al. Uncoupling human and climate drivers of late Holocene vegetation change in southern Brazil. **Scientific Reports – Nature**, London, Springer-Nature, v.8, p.7800, 2018.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erica Marion. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. **Revista USP,** São Paulo, n. 44, p. 10 – 31, dez./fev. 1999-2000.

ROCHA, Samir Alexandre Geografia Humanista: história, conceito e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo, **RA´E GA**, Curitiba, n. 13, p. 19-27, 2007.

ROGGE, Jairo Henrique. **Fenômenos de fronteira**: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul. 2004, Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

_____. Os sítios arqueológicos estudados no Litoral Central. Pesquisas, **Antropologia**, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 63, p. 133-178, 2006.

ROGGE, Jairo Henrique; SCHMITZ, Pedro Ignácio. Pesquisas arqueológicas em São Marcos, RS. Pesquisas, **Antropologia**, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas n. 67, p. 23-132, 2009.

ROGGE, Jairo Henrique; SCHMITZ, Pedro Ignácio. Projeto Arroio do Sal: a ocupação indígena pré-histórica no litoral norte do Rio Grande do Sul. Pesquisas **Antropologia**, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 68, p. 167-225, 2010.

ROSA, Carolina Aveline Deitos. **Pessoas, coisas e um lugar: uma interpretação para a ocupação pré-colonial no sítio arqueológico Morro da Formiga, Taquara, RS**. 2007, Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ROSA, Francis Mary Soares Correia da. A invenção do índio. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 257-277, jul./dez. 2015.

ROSA, Lauren Waiss da. **Interpretando a dinâmica de um assentamento jê Meridional na Bacia Hidrográfica do Rio Forqueta/RS**: estudo de caso do Sítio RS-T-126. 2017, Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

RÜTSCHILLING, Ana L. B. Pesquisas Arqueológicas no Baixo Rio Camaquã. **Documentos,** São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 3, p. 7-106, 1989, (Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil).

SALADINO, Alejandra; CAMPOS, Luana; CARVALHO, Claudia Rodrigues. Reflexões sobre a prática arqueológica no Brasil do século XXI. **Habitus**, Goiânia, v. 18, n.1, p.52-69, jan./jun. 2020.

SALDANHA, João Darcy de Moura. **Paisagens, lugares e cultura material: uma arqueologia das terras altas do sul do Brasil**. 2005. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. Paisagens e Sepultamentos nas Terras Altas do Sul do Brasil. **Revista de Arqueologia**, n. 21, p.85-95, 2008.

SANHUDO, Marcelo da Silva. **A arqueologia do Planalto Sul Brasileiro: o caso do sítio RS-PE-41**. 2012, Monografia. (Graduação em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SANTOS, Marcio Pereira. A paisagem como imagem e representação do espaço na Geografia Humana, **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 151-165, 2010.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção, 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

_____. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo, 1988, 28p.

SANTOS, Tatiana de Lima Pedrosa. **Arqueologia e interpretação: a criação de dois modelos arqueológicos para a Amazônia**. 2008, Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____. **E eu que já fui uma brasa, se assoprarem posso acender de novo: arqueologia enquanto eventos na trajetória de duas pioneiras**. 2012, Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SAUER, Carl Ortwin. A morfologia da paisagem. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998 (1925), p. 12-74.

SCHAAN, Denise Pahl. Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 2, n. 1, p. 27-39, 2007.

SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. **A arqueologia guarani: construção e desconstrução da identidade indígena**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2003.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia. **R.Ra´EGA**, Curitiba, UFPR, n.7, p.79-85, 2003.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Paradeiros Guaranis em Osório (Rio Grande do Sul). **Pesquisas**, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 02, p. 115-144, 1958.

_____. Grandes Complexos de Cerâmica Indígena no Sul do Brasil. Pesquisas, **Antropologia**, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 18, p. 127-140. 1968. (Anais do Segundo Simpósio de Arqueologia da Área do Prata).

_____. Algumas datas de carbono 14 de casas subterrâneas no planalto do Rio Grande do Sul. Pesquisas, **Antropologia**, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 20, p. 163-167, 1969.

_____. La arqueología del nordeste argentino y del sur de Brasil en la visión del Dr. Osvaldo F. A. Menghin y de los arqueólogos posteriores. Pesquisas, **Antropologia**, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 32, p.207-243, 1981.

_____. As tradições ceramistas do Planalto Sul-Brasileiro, **Documentos,** São Leopoldo, UNISINOS, n. 2, p. 75-130, 1988. (Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil).

_____. Arqueologia no planalto sul-brasileiro. **Revista de Arqueologia Americana**, n. 17-19. p.51-74, 1999/2000.

_____. "Casas subterrâneas" no Planalto Rio-Grandense, O projeto Vacaria. *In*: MILDER, S. E. M. (Org.). COLÓQUIO SOBRE SÍTIOS CONSTRUÍDOS PESQUISAS, 1., **Anais** [...]., Santa Maria: Pallotti, 2005, p. 183-190.

SCHMITZ, Pedro Ignácio (Coord). Arqueologia no Rio Grande do Sul. Pesquisas, **Antropologia,** São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 16, 1967, 51p.

_____. GT 3: Arqueologia Pré-Histórica do Planalto. **Revista do Cepa**, Santa Cruz do Sul, Editora da UNISC, v. 23, n. 29, 1999.

SCHMITZ, Pedro Ignácio et al. (Eds.). Os cultivadores do Planalto e do Litoral. **Temas de Arqueologia Brasileira**, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás, n. 5, 1980.

SCHMITZ, Pedro Ignácio et al. Os índios engenheiros e suas estranhas casas enterradas. *In*: MILDER, S. E. M. (Org.). COLÓQUIO SOBRE SÍTIOS CONSTRUÍDOS PESQUISAS, 1., **Anais** [...]., Santa Maria, Pallotti, p. 129-182, 2005.

_____. Pesquisas sobre a Tradição Taquara no nordeste do Rio Grande do Sul. **Documentos,** São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 2, p. 5-74, 1988. Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil.

_____. Prospecções arqueológicas no vale do Camaquã, RS, **Estudos de Pré-História Geral e Brasileira**, São Paulo, Instituto de Pré-História, USP, p. 507-524, 1970.

_____. Nova contribuição à fase Erveiras, Tradição Taquara, **Documentos**, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 1, p. 5-26, 1987. (Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil).

_____. O projeto Vacaria: casas subterrâneas no planalto rio-grandense. Pesquisas, **Antropologia,** São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 58, p.11-105, 2002.

_____. Taió, no Vale do Rio Itajaí, SC O encontro de antigos caçadores com as casas subterrâneas. **Pesquisas. Antropologia**, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 67, p.185-320, 2009.

_____. Boa Parada: um lugar de casas subterrâneas, aterros-plataforma e danceiro. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 70, p. 133-195, 2013.

_____. O povoamento Guarani do Vale do Rio dos Sinos, **Pesquisas, Antropologia,** n. 74, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, 2019, 195p.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; BASILE BECKER, Ítala Irene. Aterros em áreas alagadiças no sudeste do RS e Nordeste do Uruguay. **Anais do Museu de Antropologia**, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, ano III, n. 3, p. 91-117, 1970.

_____. Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a tradição Taquara. Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil, **Documentos**, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 05. p.65-100, 2006.

SCHMITZ, Pedro Ignácio, BROCHADO, Joaquim J. Proenza. Arqueologia de Rio Grande do Sul, Brasil. Contribuciones a la Prehistoria de Brasil, Pesquisas, **Antropologia**, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 32, p. 161-183, 1981.

_____. Datos para una secuencia cultural del Estado de Rio Grande do Sul (Brasil). Pesquisas, **Antropologia**, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 32, p. 131-160, 1981.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; LA SALVIA, Fernando. Considerações sobre as culturas cerâmicas não Tupi-Guarani do Brasil Meridional. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Porto Alegre: UFRGS, ano 1, n. 1, p. 175-201, 1973.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; ROGGE, Jairo Henrique. Dados e reflexões para o sistema de assentamento de populações ceramistas do planalto do Rio Grande do Sul. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 17, p. 101-115, 2004.

_____. 107 'casas subterrâneas' no início do povoamento Jê Meridional em Santa Catarina: Rincão dos Albinos. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 21, p. 185-204, 2011.

SCHNEIDER, Fernanda. **Poder, transformação e permanência**: a dinâmica de ocupação Guarani na Bacia do Taquari-Antas, Rio Grande do Sul, Brasil. 2019, Tese (Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento), Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2019.

SCHNEIDER, Patrícia et al. Arqueologia do Arroio Marrecas - Caxias do Sul, RS. **Cadernos do LEPAARQ**, v. XI, n. 22, p. 83-98, 2014.

SCIENTIA AMBIENTAL S/C LTDA, NÚCLEO DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS/UFRGS & ITACONSULT CONSULTORIA E PROJETO EM ARQUEOLOGIA LTDA. **Projeto de levantamento arqueológico na área de inundação e salvamento arqueológico no canteiro de obras da UHE Barra Grande, SC/RS**. Relatório final 1: resultados dos trabalhos de campo. Florianópolis, 2002. [CD-ROM].

SECCHI, Mariela Inês. **Evolução ambiental durante o quaternário superior em Arvorezinha/RS: um milênio de influência humana na alteração florestal**. 2017, Tese (Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento), Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2017.

SHANKS, M. Culture/Archaelogy. The dispersion of a discipline and its objects. *In*: HODDER, Ian (Editor). **Archaelogical Theory Today**, Polity Press, Cambridge, 2001, p. 284-305.

SHANKS, Michael; HODDER, Ian. Processual, postprocessual and interpretive archaeologies. *In*: HODDER et al (eds.) **Interpreting Archaeology: Finding Meaning in the Past**. Nova Iorque, Routledge. 1995, p. 3-29. (Tradução Andrés Laguens).

SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher. **Social Theory and Archaeology,** Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987.

SILVA, Fabiola Andréa. Aula Magna: arqueologia como tradução do passado no presente. **Amazônica** - Revista de Antropologia, v. 3, n. 2, p. 260-267, mar. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/768/1036>. Acesso em: 27 abr. 2022.

SILVA, Fabíola Andréa; NOELLI, Francisco Silva. História Indígena e arqueologia: uma reflexão a partir dos estudos sobre os Jê Meridionais. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 27, p. 5-20, 2016.

SILVA, Ivana de Oliveira Gomes; SILVA, Paulo Lucas. Usos do conceito geográfico "território" e sua relevância na análise de conflitos territoriais e socioambientais na Amazônia. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 17, n. 1 47, p. 47-66, jul/2016.

SILVA, Sérgio Baptista. **Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang**: **um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê Meridionais**. 2001, Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SILVEIRA, Ítela da, et al. Arqueologia no planalto meridional entre os vales dos rios Jacuí e Pardo/RS. Nota prévia. **Publicação Avulsa**, Porto Alegre, APESC/PUC-RS, EMMA, n. 1, 1978, 29p.

SOLTYS, Fernando Alexandre **Caleidoscópio, narrativas e subjetividade na arqueologia pública**. 2010. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SOUZA, Laize Carvalho de. Arqueologia Pública e sua práxis social: uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos e interação social. **Cadernos do Lepaarq**, v. XV, n.30, p. 80-97, jul-dez. 2018.

SYMANSKI, Luiz Cláudio Pereira. Arqueologia – antropologia ou história? Origens e tendências de um debate epistemológico. **Tessituras**, Pelotas, v. 2, n. 1, p. 10-39, jan./jun. 2014.

TILLEY, Christopher. Space, Place, Landscape and perception: Phenomenological perspectives. *In*: **A Phenomenology of Landscape**. Places, paths and monuments. Oxford: Berg, 1994, p. 7-34.

TORRES, Rodrigo. Arqueologia histórica na era digital. **Vestígios**, Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica , v 11, n. 1, jan-jun, p. 7-19, 201.

TRIGGER, Bruce. G. **História do pensamento arqueológica**. Tradução Ordep Trindade Serra: São Paulo, Odysseus Editora, 2004.

TUAN, Yi-Fu. Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista. **Geograficidade**, Niterói, v. 1, n. 1, p. 4-15, 2011.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Lívia de Oliveira, São Paulo: DIFEL, 1983, 250p.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas indígenas. *In*: CUNHA, M. C. (org.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 87-102.

VICROSKI, Fabrício J. Nazzari. Arqueologia no Quadrante Patrulhense: notas de pesquisa em Canela e São João da Urtiga, *In*: BARROSO, Vera Lúcia; LAUCK, Fernando Rocha (Org.). **Raízes de Santo Antônio da Patrulha: 30 anos**, Porto Alegre, Evangraf, 2019, p. 213-227.

WAGNER, Gustavo Peretti. **Ceramistas pré-coloniais do litoral norte**. 2004. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

WIESEMANN, Úrsula. Os dialetos da língua Kaingang e o Xokleng. **Arquivos de Anatomia e Antropologia**, Rio de Janeiro: Instituto de Antropologia Professor Souza Marques, v. 3, p. 197-217, 1978.

WOLF, Sidnei. **Paisagens e sistemas de assentamento: um estudo sobre a ocupação humana pré-colonial na bacia hidrográfica do Rio Forqueta/RS**. 2012, Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento), Centro Universitário Univates, Lajeado, 2012.

_____. **Arqueologia Jê no Alto Forqueta/RS e Guaporé/RS: um novo cenário para um antigo contexto**. 2016, Tese (Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento), Centro Universitário Univates, Lajeado, 2016.

WOLF, Sidnei; MACHADO, Neli Galarce. Novas perspectivas sobre a presença de estruturas subterrâneas na arqueologia Jê. *In*: VILAÇA, Raquel; GOMES, Rodrigo Simas de Aguiar Esteves (Coords.) **(I)mobilidades na pré-história: pessoas, recursos, objetos, sítios e territórios**, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, p. 433-453.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Revista Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 4, n.8 p.198-215, 1991.

_____. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente & sociedade**, v. 5, n. 2, p. 23-44, 2003.